



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O Brasil e a geopolítica da Guerra do Chaco**

Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939)

GUSTAVO EBERLE DE CARVALHO

BRASÍLIA

2019

GUSTAVO EBERLE DE CARVALHO

**O Brasil e a geopolítica da Guerra do Chaco**

Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939)

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para a defesa da dissertação de mestrado

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e Relações de Poder

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratiotto

BRASÍLIA

2019

GUSTAVO EBERLE DE CARVALHO

## **O Brasil e a geopolítica da Guerra do Chaco**

Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-Unb), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Política, Instituições e Relações de Poder.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratiotto (Orientador, PPGHIS-UnB)

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal - (PPGHIS-UnB)

---

Prof. Dr. Antônio José Barbosa – (Departamento de História-UnB)

---

Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis - (PPGHIS-UnB) (suplente)

Dedico:

In Memoriam Branquelo

*“A diplomacia brasileira é a escola da paz, a organização da arbitragem, a política da harmonia, a prática da boa vizinhança, a igualdade dos povos, a proteção dos fracos, a defesa da justiça internacional, enfim, uma das glórias mais puras e altas da civilização jurídica universal”. (Oswaldo Aranha, 1938)*

## AGRADECIMENTOS

A Diana, Chico e Isabel, meus amores. A meus pais, Sandra e Fernando, pelo apoio ao longo de todo o percurso. A meu primo Fabiano e sua esposa, Simone, cuja acolhida calorosa no Rio de Janeiro tornou este vasto trabalho de pesquisa possível.

A meu orientador, Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, pela inestimável contribuição com diversos livros e sugestões de leitura. Agradeço pela cessão de importantes cópias documentais pesquisadas no arquivo da chancelaria paraguaia em Assunção. Ele também foi o responsável pela segmentação desta dissertação. A Rafael Nascimento Gomes, amigo de profissão, que também estuda as relações internacionais da década de 30 e que gentilmente me cedeu cópias da documentação uruguaia.

Ao embaixador Guilherme Leite Ribeiro, filho do também diplomata Orlando Leite Ribeiro, um dos grandes contribuidores para a paz do Chaco. Agradeço a assistência e hospitalidade ao me receber em sua residência para uma cordial conversa. Nascido no dia do protocolo de paz (11 de junho de 1935), mesma data em que também viria a falecer seu pai. Na história não existem coincidências.

A Maximiliano Zuccarino, historiador argentino, estudioso da participação de seu país no conflito do Chaco, pela amigável troca de opiniões. Ao doutor Bernardo Neri Farina que gentilmente me cedeu acesso à versão digital de seu livro sobre a compra de armamentos paraguaios na Europa e ao meu amigo paraguaio Hugo Montiel que forneceu cópias importantes para a pesquisa documental.

Agradeço também todos aqueles que facilitaram a minha pesquisa nos arquivos oficiais, em especial Frederico Antônio Ferreira, arquivista chefe do arquivo histórico do Itamaraty no Rio; Maria Simone de Oliveria Rosa, da Biblioteca Histórica do Itamaraty no Rio; Lúcia Teixeira Lemme, diretora da Biblioteca Azeredo da Silveira em Brasília, ao senhor Marco diretor da Biblioteca Embaixador João Guimarães Rosa, aos funcionários do CPDOC-FGV e do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Esta dissertação foi produzida para ser publicada no aniversário de oitenta anos da paz do Chaco, em 2018. No entanto, dada a complexidade do tema só obtive sua conclusão final no ano de 2019.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cb Carvalho, Gustavo Eberle de  
O Brasil e a geopolítica da Guerra do Chaco: Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939) / Gustavo Eberle de Carvalho; orientador Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. -- Brasília, 2019.  
390 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em História) --  
Universidade de Brasília, 2019.

1. Guerra do Chaco. 2. Política Externa Brasileira. 3. Getúlio Vargas. 4. Conferência de Paz de Buenos Aires. 5. Petróleo e ferrovias. I. Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva, orient. II. Título.

## RESUMO

Entre junho de 1932 e junho de 1935, Bolívia e Paraguai enfrentaram-se em uma guerra violenta pelo domínio do território do Chaco, uma região em sua maior parte inóspita, árida e desprovida de recursos naturais, mas importante pela sua vastidão e sua localização estratégica, entre os rios Pilcomayo, Parapeti e Paraguai.

Por um lado, a guerra do Chaco se revelaria uma das mais importantes questões hemisféricas de sua época, envolvendo direta ou indiretamente, interesses das principais potências regionais, Brasil, Argentina, Chile e EUA. Por outro, o conflito perfez-se como um desafio aos incipientes arcabouços pacificadores pan-americano e da Liga das Nações. O atrito entre estes dois países periféricos por pouco não jogou boa parte da América do Sul em uma conflagração generalizada, e as tensões decorrentes da guerra seriam sentidas até mesmo muito tempo depois de seu término.

A dimensão geopolítica da guerra do Chaco é algo que merece estudos mais aprofundados, uma vez que subjacente ao conflito estiveram em jogo disputas entre Brasil e Argentina por questões substantivas para o equilíbrio de poder no Prata, como domínio de fontes petrolíferas, domínio sobre as margens férteis e a navegação do rio Paraguai, além de influência comercial e militar nos dois vizinhos menores. Ao longo do conflito, a Argentina adotou uma postura francamente favorável ao Paraguai, enquanto outros países como o Chile adotaram uma postura mais amistosa perante a Bolívia. O Brasil permaneceu, em grande medida, em posição neutral, tornando-se um fator-chave para um acordo de paz.

O presente trabalho visa analisar o envolvimento diplomático do Brasil na questão do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, entre os anos de 1928 e 1939, especialmente ao longo do conflito militar (1932-1935) e ao longo da Conferência de Paz de Buenos Aires que se seguiu (1935-1939). Buscaremos salientar as iniciativas mediadoras do Brasil e as disputas por hegemonia subjacentes à questão entre as principais potências da região, Brasil e Argentina.

Como veremos, a questão inicialmente secundária para o Brasil tornar-se-ia, ao longo da sua evolução, uma das principais preocupações de política externa brasileira durante o governo Vargas (1930-1945), que percebia em seu âmago inconfessáveis e velados planos de hegemonia regionais argentinos. Assim, ela acabou por constituir uma das principais chaves interpretativas da política externa do governo Vargas, tendo condicionado seus horizontes de expectativas e seus cálculos políticos.

Palavras-chave: Guerra do Chaco – Diplomacia - Política Externa Brasileira - Getúlio Vargas- Conferência de Buenos Aires – Mediação - Hegemonia regional – Petróleo.



## ABSTRACT

Between June 1932 and June 1935, Bolivia and Paraguay clashed in a violent war over the territory of the Chaco, a region mostly inhospitable, barren and devoid of natural resources, but important for its vastness and its strategic location between the Pilcomayo, Parapeti and Paraguay rivers.

On the one hand, the Chaco war would prove to be one of the most important hemispheric issues, involving directly or indirectly, the interests of the main regional powers- Brazil, Argentina, Chile and the United States. On the other hand, the conflict was a challenge to the inchoate Pan-American and League of Nations peacemaking frameworks.

The friction between these two peripheral countries almost thrown all of South America into a generalized conflagration, and the tensions arising from the war would be felt long after its end.

The geopolitical dimension of the Chaco war is an issue that deserves further study, since underlying the conflict there were disputes between Brazil and Argentina over substantive issues that could alter the balance of power in South America, such as the domain of oil sources, dominion over the river banks of the Paraguay River and its navigation, as well as commercial and military influence in the two smaller neighbors.

Throughout the conflict, Argentina adopted a strongly favorable position towards Paraguay, while other countries like Chile adopted a more favorable stance towards Bolivia. Brazil remained largely neutral, becoming a key factor in negotiating a peace agreement.

The present work aims at analyzing Brazil's diplomatic involvement in the Chaco dispute, between Paraguay and Bolivia, between 1928 and 1939, especially during the Chaco War (1932-1935), and during the Buenos Aires Peace Conference which followed suit (1935-1939). We will seek to emphasize Brazil's mediation initiatives and the underlying disputes over hegemony between the main powers of the region, Brazil and Argentina.

As we shall see, the Chaco war, throughout its evolution, would become one of the main concerns of the Brazilian foreign policy during the Vargas government (1930-1945), which perceived in the core of the conflict unconfessable and veiled Argentine plans of regional hegemony. Thus, the Chaco controversy has proved to be one of the main interpretative keys of the Vargas government's foreign policy, shaping its expectations and determining its calculations.

Keywords: Chaco War - Diplomacy - Brazilian Foreign Policy - Getúlio Vargas - Buenos Aires Conference - Mediation - Regional Hegemony – Oil.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1- Manifestação em La Paz contra os paraguaios. 343
- Figura 2- A cúpula civil e militar paraguaia. 343
- Figura 3- soldados bolivianos preparam metralhadora. 344
- Figura 4- Um grupamento de artilharia boliviano. 344
- Figura 5 – Soldados paraguaios conduzidos ao front por canhoneira. 345
- Figura 6 – Um avião boliviano socorre feridos. 346
- Figura 7- Soldados em cratera de bomba. 346
- Figura 8 – Vargas conversa com o chanceler argentino Carlos Saavedra Lamas. 347.
- Figura 9- A ópera do teatro Colón em maio de 1935. 347.
- Figura 10 – O grupo mediador que levou à assinatura do protocolo de paz de junho de 1935. 348.
- Figura 11- Encontro dos generais Estigarribia e Penaranda em Puesto Merino. 349.
- Figura 12- Desfile da vitória em Assunção. 349.
- Figura 13- O grupo mediador da Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1938). 350.
- Figura 14- Divergência interpretativa suscitada pelos paraguaios sobre as linhas de separação e linhas intermediárias em setembro de 1936. 230.
- Figura 15- Cerimônia de assinatura do tratado de paz na Casa Rosada. 351.
- Figura 16- General Estigarribia assina o tratado definitivo de paz pelo Paraguai. 351.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Relação dos membros das delegações mediadoras à conferência de paz do Chaco (1935-1938). 352.

Tabela 2- Relação dos membros da Comissão Militar Neutral. 353.

## LISTA DE MAPAS

- Mapa 1- O território do Chaco. 10
- Mapa 2- O Tratado Quijarro-Decoud (1879). 13
- Mapa 3- O Tratado Aceval-Tamayo (1887). 14
- Mapa 4 – O Tratado Benitez-Ichaço (1894). 16
- Mapa 5- O protocolo Pinilla-Soler (1907). 18
- Mapa 6- As aspirações máximas de ambos os contendores. 21
- Mapa 7- A zona petrolífera boliviana. 27
- Mapa 8 – A zona dos empreendimentos agrícolas no Chaco. 43
- Mapa 9 - A situação militar no Chaco em inícios de 1932. 81
- Mapa 10 – A ferrovia Casado e Isla Po'i. 90
- Mapa 11 – A área que deveria ser arbitrada por Brasil e Argentina segundo a Ata do Rio . 121
- Mapa 12 - A ofensiva militar paraguaia em 1934. 148
- Mapa 13 – O heartland sul-americano na concepção de Mario Travassos. 199
- Mapa 14 - As linhas de separação dos exércitos e a estrada internacional. 209
- Mapa 15- A primeira proposta feita pelos mediadores (outubro de 1935), recusada por ambos os ex-beligerantes. 214
- Mapa 16 - A zona petrolífera atribuída ao Brasil no tratado de 1938 e o traçado da ferrovia Brasil-Bolívia. 294
- Mapa 17- O traçado das fronteiras no acordo final de julho de 1938. 315.
- Mapa 18- Os projetos de vinculação física entre Brasil e Paraguai. 322.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABCP – Argentina, Brasil, Chile e Peru

AHI - Arquivo Histórico do Itamaraty

AN - Arquivo Nacional

BN - Biblioteca Nacional

AHEX - Arquivo Histórico do Exército

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

BRASLEG- Legação do Brasil

BRASEMB- Embaixada do Brasil

CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DELEBRAS-Conf. Buenos Aires – Delegação do Brasil à Conferência de Paz de Buenos Aires

EUA- Estados Unidos da América

FGV- Fundação Getúlio Vargas

FRUS- Foreign Relations of the United States

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>I. A QUESTÃO DO CHACO: DIMENSÕES DIPLOMÁTICO-MILITAR (1928-1932)</b>	
1.1- As origens do litígio .....	9
1.2- Os fatores complicadores da contenda na década de 20 .....	22
1.3- Nuvens de tempestade no horizonte.....	31
1.4- Argentina: o fator militar e a parcialidade com relação ao Paraguai .....	37
1.5- O Brasil e o litígio do Chaco .....	44
1.6 – A gestão Octávio Mangabeira.....	60
<b>II. O IMPASSE POLÍTICO-MILITAR (1932-1935)</b>	
2.1 - A questão do Chaco no início do governo provisório.....	73
2.2- O início das operações militares e o fracasso das intervenções primeiras intervenções pacificadoras – Neutros e ABCP .....	90
2.3- Da Ata de Mendonça à Ata do Rio.....	103
2.4 - O acirramento da guerra em 1934.....	127
2.5– A tentativa de uma mediação trilateral entre Brasil, Argentina e Estados Unidos...	142
<b>III. O TORTUOSO CAMINHO PARA A PAZ</b>	
3.1 - A Bolívia sob ameaça militar: os paraguaios cruzam o Parapetí .....	153
3.2- A difícil conformação do grupo mediador ABCP-EUA.....	158
3.3 - Vargas em Buenos Aires: a ópera do teatro Colón .....	175
3.4 – As negociações sob a batuta de Macedo Soares .....	179
3.5- Flores sob os campos de batalha: a paz é firmada .....	184
<b>IV. O BRASIL E A CONFERÊNCIA DE PAZ DE BUENOS AIRES (1935-1939)</b>	
4.1- “A reversão de expectativas e a opção pelo gradualismo” (de julho de 1935 a novembro de 1935) .....	192
4.2- “As crises crônicas” (de janeiro 1936 a dezembro de 1936) .....	215
4.3 “Relações tensas“ (de agosto de 1936 a abril de 1937) .....	226
4.4- “Movimentos decisivos” (abril 1937 - março de 1938).....	256
4.5- “ A formação de uma frente única”(março de 1938- maio de 1938) .....	290

4.6- “O deslinde final”(maio de 1938- janeiro de 1939)..... 306

**CONCLUSÕES**..... 323

**REFERÊNCIAS** ..... 327

## **ANEXOS**

Anexo I: Documentos..... 355

Documento 1 – Texto do acordo assinado pelas repúblicas da Argentina, Peru, Brasil e Chile em 6 de agosto de 1932, na cidade de Buenos Aires. 355

Documento 2- Texto da circular enviada pelo Itamaraty às representações diplomáticas brasileiras no exterior manifestando a adesão do Brasil à Ata de Mendonça. 356.

Documento 3- Texto da Acta do Rio, assinada a 11 de outubro de 1933, pela Republica dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, na cidade do Rio de Janeiro. 357.

Documento 4- Texto do Protocolo de Paz assinado em 12 de junho de 1935. 358.

Documento 5- Texto da Ata Protocolizada de janeiro de 1936. 361.

Documento 6 - Tratado sobre Aproveitamento Petrolífero entre Brasil e Bolívia assinado a 25 de fevereiro de 1938. 364.

Documento 7- Tratado sobre Ligação Ferroviária entre Brasil e Bolívia assinado a fevereiro de 1938. 366.

Documento 8- Texto da nota complementar nº11.577(31) de 25 de fevereiro de 1938 entre Brasil e Bolívia. 370.

Documento 9 - Texto do acordo confidencial de 9 de julho de 1938. 372.

Documento 10 - Carta de Rodrigues Alves a Oswaldo Aranha, datada de 9 de julho de 1938, comunicando terem os mediadores e ex-beligerantes chegado a um acordo. 373.

Documento 11 – Tratado de Paz, Amizade e Limites entre as Repúblicas de Bolívia e Paraguai.375.

## INTRODUÇÃO

No ano de 2018 comemoraram-se os oitenta anos do Tratado Definitivo da Paz do Chaco. Assinado no dia 21 de julho de 1938, entre Paraguai e Bolívia, em Buenos Aires, no salão Branco da Casa Rosada, sob a mediação de Argentina, Brasil, Chile, Peru e Estados Unidos, o tratado estabeleceu o fim de uma das guerras mais sangrentas da história da América do Sul. A guerra do Chaco (1932-1935), entre Bolívia e Paraguai, foi um conflito internacional de grande importância na década de 30 do século XX. Apesar de ter sido uma guerra entre nações pequenas e marginais ao sistema de poder sul-americano e mundial, ela não foi um conflito de dimensões desprezíveis.

Ela foi uma das primeiras guerras industriais de larga escala a ocorrer no continente americano, havendo inaugurado o emprego no novo mundo de armamentos modernos com grande potencial destrutivo - como morteiros, granadas, lança-chamas, minas terrestres, tanques e aviões, servindo como um laboratório para as táticas militares que foram empregadas posteriormente na 2ª Guerra Mundial (SILVEIRA, 2009). De violência singular, essa cruenta guerra, cujos cognomes- “*Guerra de la Sed*” e “*Infierno Verde*”- são reveladores do drama humano, foi o maior conflito internacional transcorrido nas Américas no século XX e um dos principais em sua época<sup>1</sup>. Em ambos os lados foram mobilizados cerca de 200 mil homens produzindo aproximadamente 100 mil baixas decorrentes de ferimentos e doenças, em um grau de mortalidade de difícil comparação, equivalente ao da Guerra da Crimeia e só passível de ser suplantado na história americana pelas guerras de Secessão Americana (1861-1865) e pela Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870).

Não obstante, a guerra do Chaco seria menos importante por suas dimensões do que por suas repercussões. No que concerne à política doméstica dos países envolvidos, ela inaugurou definitivamente a era da política de massas na Bolívia e no Paraguai, produzindo ondas de choque que reverberariam nas décadas seguintes. Para o lado derrotado, a Bolívia, a guerra acirrou as tensões sociais fazendo com que o país fosse palco, em 1952, da primeira revolução socialista das Américas (ANDRADE, 2007, p.68). Para o lado vitorioso, o Paraguai, a guerra deu lugar a um período de maior participação dos militares na política, que

---

<sup>1</sup> Na década de 30 do século XX, os principais conflitos internacionais foram: na Ásia, a guerra sino-japonesa após o incidente de Munkden (1931); na África, a guerra ítalo-etíope (1935); e nas Américas, a guerra do Chaco (1932-1935). É certo, no entanto, que a guerra do Chaco logo seria suplantada em violência pela guerra civil espanhola (1936-1939) e pela segunda guerra mundial (1939-1945).



culminaria na ditadura Stroessner (1954-1989), deixando marcas indelévelis na história do país<sup>2</sup>.

No que concerne à política hemisférica e mundial, a guerra do Chaco também foi um ponto de inflexão, tornando-se um dos maiores desafios intestinos ao pan-americanismo no período pré-2ª Guerra Mundial e mesmo desafiando o incipiente aparato pacificador da Liga das Nações. Foram dezoito tentativas malogradas de mediação da questão, sendo duas no âmbito da Liga das Nações. O conflito permaneceu irresolúvel ao longo de duas conferências pan-americanas- a de VII Conferência Pan-Americana de Montevideu (1933) e a Conferência de Consolidação da Paz de Buenos Aires (1936)- ameaçando, por reiteradas vezes, transformar-se em uma conflagração generalizada na América do Sul<sup>3</sup>.

Longe de ser uma disputa por terras ignotas, ela envolveu questões sensíveis para o equilíbrio de poder no Prata como a navegação do Rio Paraguai, o controle de suas margens férteis e o domínio sobre vastas fontes petrolíferas sul-americanas. A questão, iniciada em meados do século XIX, agravar-se-ia com o aumento da pilha de tratados bilaterais malfadados sobre a partilha do território até atingir o ponto de ruptura na década de 20 (MONIZ BANDEIRA, 1998; DORATIOTO, 2000).

Mesmo após o cessar de hostilidades, em 1935, a questão continuou a sequestrar as preocupações de política externa dos grandes países da região. A conferência de paz de Buenos Aires, iniciada nesse ano, e que deveria durar apenas alguns meses, estendeu-se por longos três anos até que se alcançasse um acordo definitivo em 21 de julho de 1938, fazendo com que o clima animosidade contaminasse as relações entre os países americanos.

A questão do Chaco envolveu interesses de projeção internacional de Brasil e Argentina e na negociação da fórmula pacificadora esteve subjacente a luta por hegemonia regional entre esses dois países mediadores. Tanto a Bolívia quanto o Paraguai negociaram os

---

<sup>2</sup>Segundo Doratioto (2012), o golpe de fevereiro de 1936, ocorrido apenas quatro meses após o fim do conflito, por seu caráter antiliberal, seria um ponto de inflexão da política paraguaia, levando a uma maior participação militar na política nacional (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 421)

<sup>3</sup> Segundo Gary Frank: “*A Guerra do Chaco poderia facilmente ter envolvido todas as nações do cone sul. Enquanto a Argentina favorecia o Paraguai, o Chile inclinou-se para a Bolívia. Qualquer infeliz incidente pode ter levado ao confronto os antigos adversários Argentina e Chile. O Brasil, sem dúvida, teria sido obrigado a ajudar Santiago*” (FRANK, 1979, p.1). Ainda, segundo Moniz Bandeira: “*Risco realmente houve de uma guerra, em que a Argentina tivesse de enfrentar simultaneamente o Chile e o Brasil. O Chile inesperadamente manifestara simpatia pela Bolívia, ajudando-a, e arrastou o Peru para semelhante posição, com o que a formação do Bloco do Pacífico se afigurou*” (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.185)

termos de uma vinculação comercial e financeira com esses países em troca de apoio na questão do Chaco<sup>4</sup>.

A presente dissertação pretende produzir uma interpretação tentativa sobre os eventos da guerra do Chaco e da participação brasileira em sua mediação, especialmente ao longo do período da Conferência de Paz de Buenos Aires, entre 1935-1939, na qual se negociou a conformação do tratado definitivo de paz entre Paraguai e Bolívia. Buscaremos entender como o conflito paraguaio-boliviano se enquadrou nos cálculos geopolíticos brasileiros no período. Nesse intuito buscaremos contextualizar a guerra do Chaco (1932-1935) no contexto geopolítico regional, identificando o interesse de outros países como a Argentina, o Chile e EUA na contenda e na sua mediação.

A partir de volumosa base documental, obtida por meio de pesquisas em fontes oficiais, particulares e jornalísticas, pretendemos avançar nos caminhos indicados pela literatura especializada sobre a centralidade do conflito para a política americana e para a reconfiguração de poder no Prata. Mais do que investigar como a guerra se procedeu, almejamos compreender como a paz foi alcançada, e qual foi o papel do Brasil nela. Também buscaremos expor como um conflito de dimensões locais ameaçou, por vezes, se transformar em uma conflagração regional, envolvendo as principais potências sul-americanas- Brasil, Argentina, Chile- e hemisféricas- os EUA- demonstrando como a paz foi um processo difícil e mesmo a cordialidade oficial envolveu cálculos precisos.

Na redação desta dissertação, fizemos um detido estudo dos principais trabalhos já escritos sobre a contenda do Chaco, como os livros do norte-americano Leslie Brenan Rout Jr. “*The Chaco War: a study of Interamerican Diplomacy*”(1966) e “*Politics of the Chaco Peace Conference*”(1970), que detalha aspectos das negociações diplomáticas, e os livros de David Zook “*The Conduct of the Chaco War*”(1961) e Bruce Farcau “*The Chaco War*”(1996), mais preocupados com a perspectiva militar do conflito. Os primeiros seriam muito relevantes para a compreensão do lugar do Brasil na pacificação pós-conflito e os últimos para compreender a postura adotada ao longo da guerra.

Além disso, buscando abranger as múltiplas perspectivas sobre os eventos do conflito e sua significação, analisamos os trabalhos de autores bolivianos e paraguaios sobre a contenda, como as de Roberto Querejazu Calvo- “*Masamaclay*” (1965) e “*História de la Guerra del Chaco*”(1998)- e de Alfredo Seiferheld “*Economia y Petroleo durante la Guerra del Chaco*”(1983). No que concerne a literatura sobre a participação brasileira na contenda os

---

<sup>4</sup> ROUT JR. Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference**, 1935–1939. Austin: University of Texas Press, 1970, p.150.

principais escritos consultados foram os de José Julio Chiavenatto (1980), León Bieber (1996), Helder Gordim da Silveira (1997), Luiz Alberto Moniz Bandeira (1998) e Francisco Doratioto (2000).

Este trabalho também foi fruto de um esforço de arqueologia histórica, redescobrimo e revisitando diversos documentos dos arquivos oficiais acerca da participação brasileira na contenda. Na reconstituição do perfil da política externa do Brasil em relação à questão do Chaco, fizemos o extensivo uso dos telegramas, ofícios, memorandos e despachos oficiais, trocados entre o governo brasileiro e as suas representações no exterior, - principalmente das legações em Assunção e La Paz-, encontrados no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no Rio de Janeiro. Sobre a participação do Brasil na Conferência de Paz do Chaco (1935-1938), consultou-se o enorme acervo – de quase sete mil páginas, contendo as atas das reuniões e as comunicações da delegação brasileira à reunião americana- também disponível na sede histórica da chancelaria.

Fizemos amplo uso das cartas de caráter pessoal trocadas entre o presidente Getúlio Vargas, seus chanceleres, diplomatas, militares e assessores mais próximos, encontradas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e também das missivas dos principais chanceleres brasileiros do período- Afrânio de Mello Franco, localizadas no acervo da Biblioteca Nacional (BN), e de José Carlos de Macedo Soares, disponíveis no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Para Pierre Rosanvallon o uso das correspondências particulares faz-se extremamente válido como fonte de investigação, pois é por intermédio desta que podemos: *"reconstruir a forma como os atores elaboram sua compreensão das situações"*. Além disso, esse tipo de documentação permite ao investigador: *"detectar as recusas e atrações a partir das quais os atores pensam sua ação, e desenhar a árvore dos impasses e das possibilidades que estruturam implicitamente seu horizonte"* (ROSAVALLON, 1995).

Como foi possível constatar na pesquisa, o estudo das correspondências particulares é de grande importância para os investigadores da história política da década de 30 e 40, já que, não raro, era por esse meio que se fazia o trato de questões de Estado. O elevado número de transcrições diretas do conteúdo destas missivas e documentos foi a forma que encontramos para recriar a narrativa e não perder o fio condutor da documentação diplomática. Segundo John Lewis Gaddis o fazer histórico pode se dar pelo método narrativo, desde que fundamentado em fontes seguras e verificáveis<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História** – Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003, 211p. ISBN 85 352 1225 6., p.158

Outra importante fonte primária utilizada nesta dissertação seriam as memórias de evento escritas pelos principais personagens envolvidos na contenda. No que concerne ao ponto de vista dos ex-beligerantes, Paraguai e Bolívia, é prolífica a quantidade de memórias disponíveis já que praticamente todos os altos comandos e presidentes escreveram sobre o tema<sup>6</sup>. De todos estes escritos, os mais importantes e aclaradores relatos são os do ministro paraguaio em Buenos Aires, Vicente Rivarola, que se encontra disposto em dois livros: “*Memórias Diplomáticas*”(1952-1955) e “*Cartas Diplomáticas*”(1982).

Do ponto de vista brasileiro, porém, carecemos dos relatos dos principais protagonistas dos episódios. Dentre as poucas memórias existentes está o livro do chanceler Afrânio de Melo Franco, “*Episódios da História Internacional Recente*”(1941); de seu filho Afonso Arinos de Melo Franco “*Um Estadista da República*”(1955), e o livro “*A Paz no Chaco: como foi efetuada no campo de batalha*”(1958) do general Estevão Leitão, representante brasileiro à Comissão Militar Neutral. Segundo o prefácio deste último livro, ele foi escrito com a assistência do chanceler José Carlos de Macedo Soares, outro protagonista da questão. Além disso, existem algumas anotações esparsas no diário de Getúlio Vargas sobre a participação brasileira na contenda.

Outras memórias de grande importância, que serviram como um norteador deste trabalho, foram os livros “*Diplomats and Demagogues*”(1971) do delegado americano à conferência de paz, Spruille Braden; “*The Memoirs of Cordell Hull*”(1948), do secretário de Estado Cordell Hull; e “*Recuerdos del Gobierno*”(1967) do presidente chileno Arturo Alessandri. Na análise de todas estas memórias, intentamos sempre conferir o tratamento historiográfico devido, buscando destacar os esquecimentos propositais, a manipulação de informações, a parcialidade dos relatos e as narrativas embebidas em retórica nacionalista. Dada as lacunas na documentação, no entanto, o contraste das versões com a realidade nem sempre foi possível.

Para acessar a perspectiva dos militares brasileiros, consultamos, subsidiariamente, os relatórios de trabalhos do Ministério da Guerra de 1934 a 1938 e alguns documentos de Eurico Gaspar Dutra, Góes Monteiro e outros militares, encontrados também no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). À exceção do documento de 1937, existente no fundo Góes Monteiro do Arquivo Nacional (AN), não foi possível encontrar os relatórios do Estado Maior do Exército

---

<sup>6</sup> Tal é o caso do general paraguaio José Félix Estigarribia e boliviano Enrique Penaranda, além dos presidentes Felix Paiva, Rafael Franco e David Toro, e de seus diplomatas Eduardo Diez de Medina, Alberto Ostria Gutierrez, Tomás Elio, Luis Alberto Riart, Geronimo Zubizarreta e Justo Pastor Benitez.

(EME) deste período. Também não foi possível a consulta ao importante fundo Pery Constant Bevilacqua, adido militar no Paraguai (1935), no Museu Casa Benjamin Constant, que se encontrava em reforma à época da redação desta dissertação. Da mesma forma, não foi possível localização e consulta aos importantes arquivos de Ciro do Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra (1932-1933), e de Francisco José Pinto, chefe do gabinete militar da presidência da república (1935).

Esta dissertação foi segmentada em quatro capítulos visando detalhar melhor a questão em toda a sua complexidade e expor as mutações no grau de envolvimento brasileiro na contenda. O capítulo 1 versará sobre os antecedentes da questão do Chaco e os fatores que contribuíram para o agravamento de tensões na década de 20, tais como a questão petrolífera, a nova corrida armamentista sul-americana, a ascensão de regimes nacionalistas na América Latina, o estrangulamento econômico da Bolívia, e os graves impactos econômicos provocados pela crise de 1929 nos dois países mediterrâneos. Além disso, o capítulo pormenorizará o envolvimento argentino na questão, detalhando todo o amplo apoio material, logístico, financeiro e diplomático dado ao Paraguai, antes e durante todo o conflito, em flagrante violação da sua condição de país neutro. Sobre a postura brasileira faremos referência à sua evolução histórica, desde o período do Império até os primeiros anos do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1945).

O capítulo 2 irá narrar o início das hostilidades paraguaio-bolivianas e a reação do governo brasileiro. Neste capítulo buscaremos reconstituir os caminhos que conduziram à guerra em 1932 e a intervenção dos limítrofes para evitar o choque de exércitos, em uma narrativa de múltiplas camadas que envolverá os principais centros de decisão no Rio de Janeiro, Buenos Aires, Assunção, La Paz, Washington, à semelhança do que fez Christopher Clark em sua análise primorosa da 1ª Guerra Mundial <sup>7</sup>. Assim como a 1ª Guerra Mundial a guerra do Chaco também foi um conflito em que quase ninguém desejava, mas que se tornou muito difícil de evitar.

Buscaremos também compreender a posição brasileira diante das inúmeras iniciativas mediadoras malogradas desenvolvidas entre 1932 e 1934, os seus momentos de retraimento e os momentos de intromissão assertiva na contenda. Destacaremos a posição brasileira diante da intervenção amistosa dos países Neutros de Washington (1932), dos limítrofes do ABCP (1932), da Ata de Mendoza (1933) e também da Liga das Nações (1933-34). Além disso,

---

<sup>7</sup> CLARK, Christopher. **Os sonâmbulos**: como eclodiu a primeira guerra mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 28.

buscaremos mostrar como o Brasil almejou, em certos momentos, um papel protagonista na questão, como na Ata do Rio em outubro de 1933 e na proposta de reuniões informais, em outubro de 1934.

O capítulo 3 versará sobre a difícil conformação do grupo mediador que seguiria para Buenos Aires em 1935 para negociar a paz, e as desconfianças brasileiras quanto à sinceridade e imparcialidade argentinas. Neste capítulo veremos como a questão que, até então, era secundária para o Brasil tornar-se-ia prioritária, diante das ameaças de desagregação territorial da Bolívia e de envolvimento chileno no conflito. Este capítulo também tratará das negociações ocorridas durante a estadia do presidente Getúlio Vargas e do chanceler Macedo Soares em Buenos Aires que culminaram na assinatura do protocolo que encerrou as hostilidades após quase três anos de guerra. Como poderá ser verificado durante este período foi importante o uso de Vargas da diplomacia presidencial de alto nível para equacionar a questão <sup>8</sup>.

Por fim, no capítulo 4, discutiremos a participação do Brasil na Conferência de Paz do Chaco, entre 1935 e 1938, em que se negociou a conformação do Tratado definitivo de paz e reestabelecimento de relações diplomáticas entre Bolívia e Paraguai. Ver-se-á que o armistício firmado em Buenos Aires cessou apenas a luta física nos campos de batalha, tendo se iniciado uma intensa luta diplomática de bastidores, na qual a delegação do Brasil, sob a figura de José de Paula Rodrigues Alves, teve papel destacado agindo junto a Chile e EUA contra a postura dilatária das diplomacias argentina e paraguaia, de Saavedra Lamas e Geronimo Zubizarreta. Estudaremos os avanços e recuos na negociação, os momentos em que a paz esteve novamente ameaçada, e a postura invariável do Brasil em meio às incertezas.

Obedecendo a fins meramente didáticos dividimos a participação brasileira neste período em seis etapas: 1) a etapa da reversão das expectativas e a opção pelo gradualismo (julho de 1935- novembro de 1935), quando houve a reversão das expectativas quanto à possibilidade de uma solução rápida do litígio e quanto à possibilidade de realização de uma conferência econômica ampla para lidar com a questão da reconstrução física e financeira dos ex-beligerantes; 2) a etapa das crises crônicas (janeiro de 1936 - dezembro de 1936), que foi marcada pela estagnação das negociações como decorrência de crises sucessivas, como o golpe no Paraguai, a suspensão da repatriação dos prisioneiros, e aguçamento do antagonismo

---

<sup>8</sup> Segundo Danese (1999), diplomacia presidencial é: “(...) a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de Estado e/ou pelo chefe de governo”. (DANESE, Sérgio França. **Diplomacia presidencial**: história e crítica. 1ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p.51)

entre mediadores, como no caso da viagem do boliviano Tomás Elio ao Chile; 3) a etapa das “relações tensas” (de agosto de 1936 a abril de 1937) que se seguiu ao reestabelecimento formal de relações diplomáticas; 4) a etapa das “movimentos decisivos” (abril 1937 - março de 1938) quando houve grande choque entre os mediadores, a ponto de Chile, Bolívia e a própria anfitriã, a Argentina, ameaçarem desinteressar-se pelas negociações de paz; 5) a etapa da “formação de uma frente única” (março de 1938- maio de 1938), que foi marcada pela mudança de governo na Argentina e pela pressão conjunta dos mediadores sobre o governo paraguaio; e, por fim, 6) a etapa do “deslinde final”(maio de 1938- janeiro de 1939), quando houve o equacionamento definitivo da questão.

Este trabalho tem por intuito trazer mais luz sobre aquilo que consideramos uma das principais chaves-interpretativas da política externa do Brasil da primeira metade do século XX, em especial da política externa do governo Vargas (1930-1945) em seu relacionamento com os países do Cone Sul. Seguindo em linha com os postulados de Hans Morgenthau, buscaremos ao longo dessa dissertação reconstruir a perspectiva dos tomadores de decisão brasileiros acerca dos eventos do conflito, acessando as percepções, os interesses, os horizontes de expectativas e os temores que condicionaram o seu agir na contenda paraguaio-boliviana<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Segundo Hans Morgenthau: “*Para dar algum sentido à matéria-prima factual da política externa,[...] colocamo-nos na posição de um político que tenha de enfrentar certo problema de política externa, sob determinada circunstâncias , e nos perguntamos quais seriam as alternativas racionais dentre as quais teria de escolher um político que tivesse de lidar com esse problema sob as referidas circunstâncias*” (MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**, Brasília: EdUnB, 2003, p.6). Este trabalho enfocará a perspectiva brasileira. Para acessar as perspectivas argentinas ou chilenas sobre a Guerra do Chaco, por exemplo, ver: ZUCCARINO, Maximiliano. Los intereses argentinos en Paraguay durante la Guerra del Chaco (1932-1935): razones de un apoyo incondicional. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, vol. 28, No 1.; DIAZ, Milton Cortés. La Diplomacia Chilena y el Conflicto del Chaco (1928-1938), **Revista Encrucijada Americana** - Año 8 - N° 1 - 2016 – 1

## I. A QUESTÃO DO CHACO: DIMENSÕES DIPLOMÁTICO-MILITAR (1928-1932)

### 1.1- As origens do litígio<sup>1</sup>.

De junho de 1932 a julho de 1935, regimentos com dezenas de milhares de soldados bolivianos e paraguaios foram enviados para combater pelo domínio do Chaco, um território que -à exceção da faixa estreita na margem do rio Paraguai- era em sua maior parte árido e estéril. Ao longo de três anos, contingentes infindáveis de jovens soldados, muitos dos quais índios e camponeses conscriptos à força, seguiram ao front de batalha enfrentando o terreno inóspito e os horrores da guerra industrial moderna.

Além de terem que se proteger das salvas de metralhadoras e das explosões de morteiros e canhões inimigos, os homens foram confrontados com os rigores do dia-a-dia no Chaco, como o calor sufocante do verão, os animais peçonhentos, a fome e a sede. Ao longo de toda a guerra o drama humano foi grande e cerca de 100 mil homens pereceram de enfermidades ou de ferimentos, sendo que muitos mais foram os órfãos e as viúvas dessa tragédia social.

A guerra que se iniciou em 1932 resultava de uma controvérsia complexa e já quase secular entre os dois países. Por décadas, a Bolívia e o Paraguai disputaram diplomaticamente os títulos soberanos sobre o território em questão, e quando principaram as hostilidades já era grande a pilha de tratados negociados, assinados, porém não ratificados, por uma ou outra parte. Somavam-se pelo menos seis acordos malogrados e décadas de negociações infrutíferas, de modo que a cada novo tratado fracassado aumentava a desconfiança entre as partes e acirravam-se os ataques da mídia e o ressentimento da opinião pública contra a opção diplomática<sup>2</sup>. As infrutíferas tentativas de equacionar a questão pela via bilateral também foram envolvendo mais e mais países, que digladiavam entre si para obter a posição de mediadores, criando tensões latentes na América do Sul.

Assim, seria impossível discorrer sobre o início da contenda e do papel do Brasil nela sem abordar, ao menos tangencialmente, a origem da controvérsia diplomática. Cabe,

---

<sup>1</sup> Ao discorrermos sobre a “gênese” da questão do Chaco não pretendemos incorrer naquilo que Marc Bloch apontou como o erro historiográfico da “obsessão das origens” ou da “obsessão embrigogênica” que é um raciocínio teológico da história. Concordamos com Bloch quando afirma que “*nunca se explica um fenômeno histórico plenamente fora do estudo de seu momento*” (BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**, 2001, Zahar, pp. 56-58). O que buscaremos tão somente nesta parte da dissertação será apenas identificar a conformação da questão do Chaco como preocupação de política doméstica e como controvérsia a nível diplomático

<sup>2</sup> Sobre o ressentimento na política internacional ver o livro de Marc Ferro: FERRO, Marc. *O Ressentimento na história*, Editora Agir, 2009, 224p..



portanto, de maneira preliminar, historiar rapidamente a evolução dessa guerra de argumentos, que precedeu a guerra de tiros e explosões.

O chaco, assim como a Amazônia, era uma região natural sem contornos geográficos bem delimitados. Grosso modo, ele poderia ser considerado como a vasta região mediterrânea – entre os rios Paraguai, Pilcomayo, Otuquis e Parapeti - que abrange desde estepes áridas do seu interior até ricos pantanais no norte e no sul<sup>3</sup>. Rico em animais e madeira, no século XVI, o chaco havia tido grande importância para os espanhóis no abastecimento de suprimentos de madeiras, peles e carnes da “*La Muy Noble y Leal Ciudad de Nuestra Señora Santa María de la Asunción*”(posteriormente Assunção), baluarte inicial da colonização hispânica nas Américas. O próprio nome “chaco”, derivado da palavra quéchua “chacu”, era utilizado pelos povos nativos para denominar as grandes caçadas praticadas na região. A sua colonização, não obstante, foi dificultada pela vastidão e pela hostilidade do terreno, assim como, pela reação de tribos de índios bravios, tendo permanecido em grande medida inexplorado pelos espanhóis.

**Mapa 1- O território do Chaco**



No século XVIII, o território foi inserido nos mapas cartográficos do Vice-reinado do Río da Prata (1776-1816), entidade administrativa do império espanhol na América, que abarcava aproximadamente o território das atuais repúblicas do Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia. Mais tarde, no entanto, no início do século XIX, com o desmembramento dessa entidade após as independências sul-americanas, a propriedade da vasta região chaquenha

<sup>3</sup> Diferentemente do que o nome parece sugerir “chaco” refere-se muito mais a um bioma de árvores arbustivas do tipo cerrado do que a uma região alagadiça com pantanais.

transformou-se em objeto de controvérsia. Todas as repúblicas hispano-americanas recém-proclamadas que a compunham - excetuando-se o Uruguai, por estar territorialmente muito apartado da região- reclamaram a posse hereditária sobre o referido território.

Em meados do século XIX, com a afirmação dos Estados nacionais no Rio da Prata, a disputa começou a ganhar nova feição, revelando-se, desde cedo, como uma complexa questão regional. No ano de 1852, a tentativa da Confederação Argentina e da República do Paraguai de dividirem entre si o território chaqueño encontrou repulsa generalizada, em especial da Bolívia, que considerava uma violação à sua soberania nacional.

A 22 de agosto de 1852, o encarregado de negócios da Bolívia em Buenos Aires, Juan de la Cruz Benavente, formulou uma nota de protesto contra o Tratado de Navegação, Comércio e Limites pactuado entre a Confederação Argentina e o Paraguai, segundo o qual o primeiro reconhecia o segundo como ribeirão superior do rio homólogo de “costa a costa” até a confluência com o rio Paraná, atribuindo-lhe também o controle das terras adjacentes<sup>4</sup>. Na nota, endereçada ao governo boenarense, assinalava Benavente que o tratado desatendia os direitos da Bolívia à margem direta do rio Paraguai entre os graus 20, 21 e 22, reclamando, pela primeira vez, a Bolívia ser o Chaco sua propriedade<sup>5</sup>.

Não tardou a haver uma resposta paraguaia aos reclamos bolivianos e, ainda nesse ano, o presidente guarani, Carlos Antonio Lopez, por meio do jornal oficioso “*El Paraguayo Independiente*”, publicou editorial defendendo o Chaco como propriedade inviolável dos assuncenhos desde antes do estabelecimento do governo de Buenos Aires em 1620<sup>6</sup>. O protesto Benavente e a reação do presidente Lopez, em 1852, pontuaram o início formal da espinhosa controvérsia diplomática paraguaio-boliviana, que, como veremos, esteve longe de ser uma questão puramente bilateral. No entanto, à época, ânimo para a guerra não havia e o governo de La Paz, do presidente Belzú, instruiu Benavente a buscar equacionar a controvérsia de maneira pacífica e discreta com as autoridades guaranis.

Nas décadas seguintes, a disputa permaneceu em virtual estado de latência, em um período muito conturbado para ambas as repúblicas, durante o qual o Paraguai se envolveu em uma guerra contra a Triplíce Aliança (1865-1870) e a Bolívia foi sacudida por grande instabilidade interna<sup>7</sup>. A questão veio a ressurgir com especial vigor no final década de 1880,

<sup>4</sup> O protesto Benavente foi formulado contra o Tratado Derqui-Varela de 15 de julho de 1852 entre a Confederação Argentina e o Paraguai, o primeiro a afetar, de fato, o território chaqueño.

<sup>5</sup> YEGROS, Ricardo Scavone. **Las Relaciones entre Paraguay y Bolivia en el siglo XIX**: Servi Libro, 2004 p. 48.

<sup>6</sup> YEGROS, 2004, Op.cit, p. 50.

<sup>7</sup> O nome da própria sede do governo boliviano- Palácio Quemado- ilustra a instabilidade política boliviana deste período. O nome surgiu na década de 1860 quando a própria população de La Paz, durante um levante, ateou

como parte dos cálculos econômicos, e não somente políticos, de soerguimento nacional desses países. Nessa década, iniciaram-se as negociações em nível diplomático sobre a soberania do território.

Em 1879, por iniciativa dos bolivianos, foi assinado o Tratado Quijaro-Decoud<sup>8</sup>, negociado e firmado em Assunção, por Don. Antônio Quijaro, ministro da Bolívia, e José Segundo Decoud, chanceler do Paraguai, o primeiro tratado paraguaio-boliviano sobre o Chaco. Tendo logo ficado evidente que a questão do Chaco não poderia ser equacionada por meio do recurso a títulos históricos ou a antecedentes, optaram os diplomatas de ambos os países por traçarem uma linha reta horizontal para particionar de forma mais ou menos equânime o território em litígio<sup>9</sup>.

Tal solução, aceita com ressalvas na Bolívia, foi, entretanto, rechaçada pelo Congresso do Paraguai, que a considerou prejudicial. De fato, o arranjo parecia mais benéfico aos bolivianos, que apoderar-se-iam de grande parte do Chaco (200 mil km<sup>2</sup>, 76 mil km<sup>2</sup> a mais do que os vizinhos do sul), além de adquirirem cerca de 190 km de costa no Rio Paraguai, dotada de numerosos portos de fácil acesso, como Porto Sastre, no sul, e Porto Pacheco, no norte. O Paraguai, com uma capital ribeirinha, considerava ser um imperativo de segurança não permitir a instalação de bases fluviais militares bolivianas rio acima e uma campanha de difamação movida pela imprensa assuncenha contra obra do chanceler Decoud contribuiu para o seu malogro.

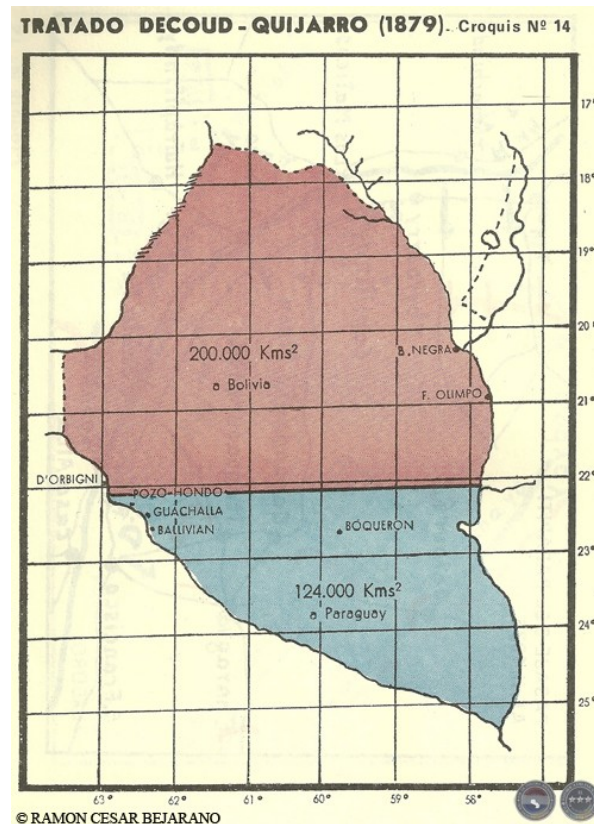
---

fogo no palácio. Entre 1850-1880, a política boliviana foi marcada por um militarismo, de perturbação constante e de ilegalidade. Sucederam-se no poder Manuel Isidoro Belzu (1848), Jorge Córdova (1855), José María Linares (1857), José María de Achá (1861), Mariano Melgarejo (1864), Agustín Morales (1871), Adolfo Ballivián (1873), Tomás Frías (1874), Hilarión Daza (1876-1879).

<sup>8</sup> O Tratado Quijaro-Decoud, assinado em Assunção, a 15 de outubro de 1879. Já em guerra contra o Chile, a Bolívia queria equacionar satisfatoriamente a questão. Esse acordo teria grande significação por haver sido o primeiro tratado bilateral destinado a solucionar a controvérsia chaquenha e por ser o primeiro acordo formal na história a levar o nome dos seus negociadores, costume que se tornaria regra no protocolo diplomático a partir de então.

<sup>9</sup> A linha em questão partiria da desembocadura do rio Apa (paralelo 22° sul) e encontraria o curso do rio Pilcomayo, dividindo o território sob litígio em duas partes de dimensões aproximadas (ver Mapa 2)

## Mapa 2- O tratado Quijarro-Decoud (1879)

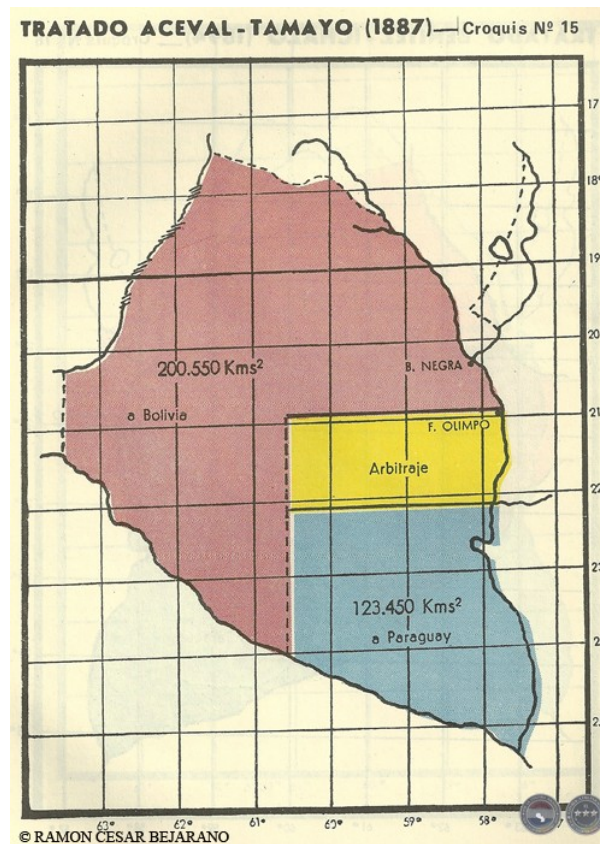


Somente cerca de oito anos depois, ocorreu a segunda tentativa de um acordo diplomático para equacionar a contenda, com a assinatura do Tratado Tamayo-Aceval, em 1887<sup>10</sup>. Proposto novamente pelo governo da Bolívia, o instrumento foi negociado mais uma vez na capital paraguaia, porém agora por uma equipe de novos diplomatas: Isaac Tamayo, pela Bolívia, e Benjamin Aceval, pelo Paraguai.

Desta vez, optaram os negociadores por dividir o território litigioso em três zonas: uma paraguaia, uma boliviana e uma submetida futuramente à arbitragem internacional, sobre a qual haveria a discussão de títulos, mapas, citações e antecedentes. Por mútuo acordo entre as partes, o rei Leopoldo II da Bélgica ficou incumbido como o árbitro para determinar os direitos soberanos sobre esta terceira zona.

<sup>10</sup> Tratado Tamayo-Aceval, assinado em Assunção, a 16 de fevereiro de 1887.

### Mapa 3 – O Tratado Aceval-Tamayo (1887)



Apesar de o prazo de ratificação deste acordo, que inicialmente era de 12 meses, ter sido excedido, os negociadores de ambos os governos não cederam na disposição para se chegar a um acordo amistoso. Mesmo a forte oposição parlamentar e midiática não impediu que um ano depois, em 1888, os governos firmassem um novo instrumento<sup>11</sup> prorrogando o prazo para que se obtivesse a ratificação do convênio anterior, tendo-se decidido pela concessão de nove meses adicionais, ou seja, até novembro 1888 para o término do processo. A Bolívia, após perder todo o seu litoral na guerra com o Chile, tinha aumentada a sua vontade em ver equacionada pacificamente a questão<sup>12</sup>.

Não obstante, em fins de 1888, alguns incidentes colocaram a obra da diplomacia a perder. Em setembro daquele ano, o governo do novo presidente boliviano Anacieto Arce foi sacudido por uma grande rebelião em Sucre, fazendo com que as câmaras legislativas

<sup>11</sup> Protocolo Pinilla-Decoud de 14 de fevereiro de 1888.

<sup>12</sup> Como escreve León Bieber: “À época colonial, a região do Chaco não despertara muito interesse dos espanhóis. Contudo, após a perda da faixa litorânea boliviana para o Chile na guerra do Pacífico (1879-1883), a Bolívia passaria a considerar a região como estratégica, já que o Chaco era banhado pelo rio Paraguai, e este deságua no Atlântico, o que possibilitaria o escoamento das exportações de prata e estanho bolivianas” (BIEBER, 1996, p.212).

interrompessem seus trabalhos, prejudicando mais uma vez a apreciação do tratado<sup>13</sup>. Além disso, aproveitando-se da situação de desarticulação e falta de coesão na Bolívia, o governo paraguaio lançou, em novembro de 1888, uma ofensiva para ocupar a estratégica região de Bahia Negra (conhecida como “Puerto Pacheco” pelos bolivianos), localizada na confluência dos rios Paraguai e Otuquis.

O coronel Juan Crisóstomo Centurión, que havia se tornado ministro do exterior do Paraguai, nomeado pelo presidente Patricio Escobar, teve protagonismo na crise. O militar que lutara ao lado de Solano López durante a guerra da Triplice Aliança adotou uma atitude assertiva no Chaco, tendo início as primeiras polêmicas com o governo da Bolívia<sup>14</sup>. O chamado “incidente de Puerto Pacheco” resultou na ruptura das relações diplomáticas entre os dois países e em uma situação de quase guerra pela primeira vez.

Os incidentes de 1888 fizeram com que o Congresso boliviano só concluisse o procedimento de ratificação do Tamayo-Aceval depois de esgotado novamente o prazo<sup>15</sup>, e apesar da disposição boliviana em concertar um acordo, em setembro de 1889, o Congresso paraguaio declarou o documento nulo e sem valor. A animosidade começava a crescer.

Seis anos depois, em 1894, já recalitrantes, os países voltaram à mesa de negociações novamente por exortação da Bolívia. A Bolívia enviou Telmo Ichazo em missão extraordinária a Assunção para que se obtivesse um novo arranjo. Antes das negociações do novo instrumento, os acordos anteriores foram declarados caducos e optou-se por adotar uma nova estratégia, buscando inicialmente um acordo transacional equitativo, sem a discussão de títulos. Decidir-se-ia que somente em caso de impasse os países passariam ao exame dos documentos e mapas históricos.

No novo tratado<sup>16</sup>, que foi assinado neste mesmo ano, estabeleceu-se a divisão por meio de uma linha diagonal traçada da margem direita do Paraguai (três léguas ao norte de Forte Olimpo) até o braço principal do Pilcomayo (na intersecção deste com o meridiano 61°28'). Ele previa concessões de ambos os lados quanto aos limites anteriormente negociados, mas especialmente do lado boliviano. A zona central, que no tratado Aceval-Tamayo deveria ser submetida a arbitragem seria dividida e a Bolívia perdia uma faixa de

<sup>13</sup> YEGROS, 2004, Op.cit, pp. 404-405.

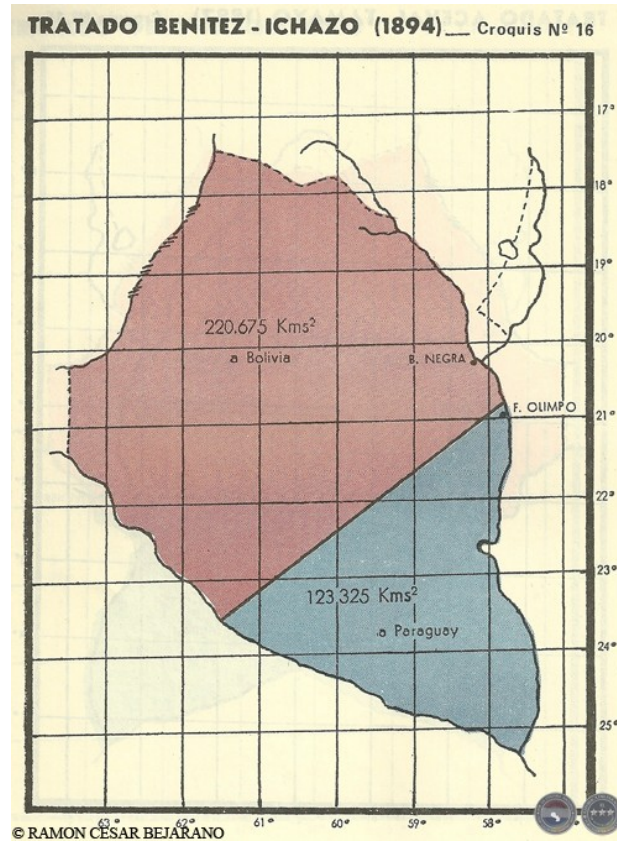
<sup>14</sup> FLECHA, Salum. **História Diplomática del Paraguay**: de 1869 a 1938. Segunda edición. Asunción: EMASA, 1978, p.104.

<sup>15</sup> O Congresso da Bolívia aprovou o tratado a 23 de novembro de 1888, mais de uma semana após expirado o prazo máximo (YEGROS, 2004, Op.cit, p. 409)

<sup>16</sup> O tratado Ichaço-Benitez, assinado em Assunção, em 1894.

terras de duas léguas de largura, tirada da margem do rio Paraguai, ao norte do Forte Olimpo, através do Chaco, até o Pilcomayo.

#### Mapa 4- O Tratado Benitez-Ichazo (1894)



Como os tratados anteriores, no entanto, o novo acordo teve sorte breve. A ratificação simultânea prevista não se processou e o tratado virou letra morta. Desta feita, demoraria agora muito mais para que os países voltassem a dialogar, produzindo-se aquilo que Ricardo Scavonne Yegros chamou de “*cierre de la via transaccional*”<sup>17</sup>.

Na virada do século XX, já desenganada pela opção diplomática e aproveitando do momento de fragilidade paraguaia<sup>18</sup>, a Bolívia decidiu guarnecer suas posições no Chaco, construindo novos postos militares para fortalecer seus reclames territoriais. Enviou uma expedição chefiada pelo capitão inglês Henry Bolland para estabelecer um novo porto sobre o rio Paraguai, compensando a perda de Puerto Pacheco (Bahia Negra) para os paraguaios, em 1888. Em 21 de novembro de 1900, Bolland fundaria Puerto Quijarro, nas margens da Laguna de Gaiba. Nesses anos, a Bolívia construiria também os fortins de Guachalla e Ballivian no Chaco. Os avanços bolivianos continuaram nos anos seguintes frente ao que, a 20 de fevereiro

<sup>17</sup> “*fechamento da opção transaccional*”, que dizia respeito à solução por meio de concessões mútuas em territórios, compensações pecuniárias e vantagens econômicas (YEGROS, 2004, Op.cit, p. 511).

<sup>18</sup> Guerra civil paraguaia de 1904



de 1906, a chancelaria paraguaia revoltou-se, endereçando por meio do seu enviado extraordinário em La Paz, Pedro Peña, um protesto violento. Enquanto isso, as partes em litígio devassavam os arquivos coloniais em busca de comprovação à legitimidade de seus pleitos. O Paraguai, por exemplo, enviou a missão Cecílio Baez à Espanha em busca de provas que abonassem o direito do país sobre o Chaco.

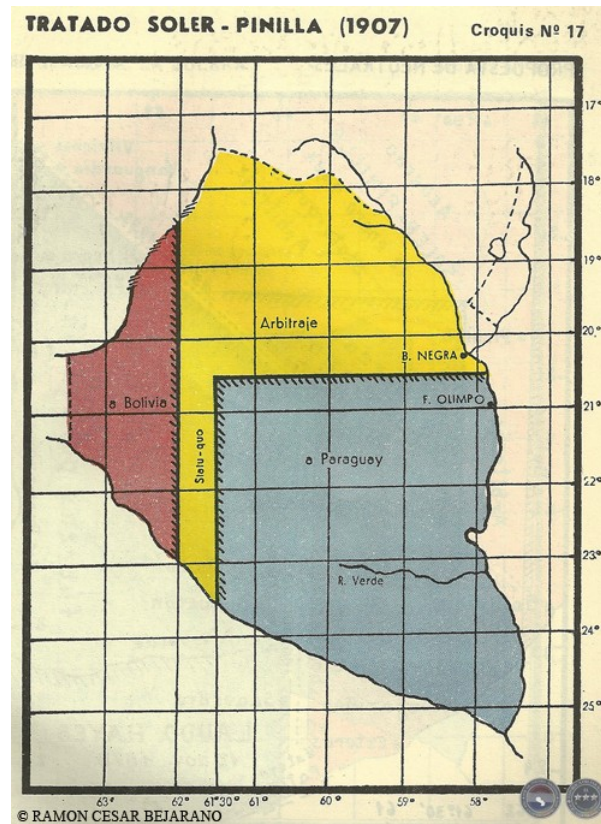
Em 1907, como forma de evitar que as partes se afastassem da via diplomática, a Argentina ofereceu-se para intermediar, de maneira confidencial um novo acordo. Em 12 de janeiro de 1907 o ministro das relações exteriores boliviano, Cláudio Pinilla, e o ministro da fazenda paraguaio, Adolfo R. Soler, firmaram, sob os bons ofícios do chanceler argentino Estanislao S. Zeballos o protocolo Pinilla-Soler<sup>19</sup>, documento pelo qual as partes litigantes entregavam a questão à arbitragem do Presidente da Argentina, José Figueroa Alcorta. Pela primeira vez, a questão seria submetida à mediação de uma grande potência regional. Segundo protocolo, as partes comprometiam-se a não minorar nem avançar no Chaco as possessões existentes até aquela data, sem criar postos militares novos na faixa entre os meridianos 61°30' e 62° oeste de Greenwich, enquanto durassem as negociações ou, mesmo que fossem improficuas, pelo prazo de 1 ano. Criou-se, assim, o que se convencionou a chamar de “*linha de status quo*”.

---

<sup>19</sup> Protocolo Pinilla-Soler, assinado em Buenos Aires, a 12 de janeiro de 1907.



**Mapa 5- O protocolo Pinilla-Soler (1907)**



Logo, no entanto, as autoridades bolivianas passaram a demandar uma revisão do protocolo, acusando o governo argentino de parcialidade em favor dos paraguaios. O governo boliviano tornar-se-ia francamente hostil ao protocolo Pinilla-Soller após a repercussão do laudo arbitral do presidente argentino na questão de limites entre Bolívia e Peru, desfavorável ao primeiro país<sup>20</sup>. Calculavam os bolivianos que caso o laudo fosse inteiramente favorável ao Paraguai, a Bolívia corria o risco de perder o seu almejado porto fluvial no rio Paraguai.

Confiança na isenção argentina certamente não havia. Segundo rumores que circulavam o próprio Chanceler Estanislao S. Zeballos era grande concessionário de terras no Chaco, que lhe teriam sido doadas pelo governo paraguaio. Somava-se a isso a dificuldade em determinar precisamente quais os pontos extremos de cada país, ou seja, a localização exata dos postos mais avançados no dia da firma do protocolo.

<sup>20</sup> Em 30 de dezembro de 1902, Peru e Bolívia aceitaram aceder à arbitragem argentina a questão de fronteira amazônica dos dois países. Em 9 de julho de 1909, o presidente argentino José Figueroa Alcorta decidiria em favor do Peru. A Bolívia, não obstante, não aceitaria o laudo acarretando a ruptura de relações entre Bolívia e Argentina. Em setembro de 1909, em detrimento do laudo proferido, o país andino firmaria com o Peru o Tratado Polo-Bustamante. Sobre a contenda Bolívia-Peru, que acreditava ter sido uma das origens da questão do Acre, o brasileiro Euclides da Cunha escreveria um livro “Peru versus Bolívia”(1907).

A oposição ao tratado também foi dura no Paraguai. Considerava-se que seu texto colocava em dúvida a posse de territórios que eram seguramente paraguaios. À essa época a questão do Chaco já havia se tornado uma questão de política doméstica no país. Com a perda do poder para os liberais, em 1907, os colorados- agora na oposição- despiram as vestes da moderação e vestiram a capa de superpatriotismo, atacando as mínimas aberturas ao diálogo com a Bolívia<sup>21</sup>. As acusações de ambos os lados de violação da linha do *status quo* que se seguiram também contribuíram para o malogro do acordo.

Muito em breve, o protocolo de arbitramento formulado sob os auspícios da Argentina ia ter a mesma sorte dos tratados anteriores elaborados a partir da negociação direta entre as partes. As controvérsias foram tão grandes que em fins de 1909, o presidente argentino Figueroa Alcorta renunciou às suas funções de árbitro, pondo fim a mediação argentina. Já eram grandes os constrangimentos decorrentes da questão.

Anos depois, serenados o espírito público e o ânimo dos governantes na Bolívia, e normalizada a vida institucional no Paraguai, reiniciaram os dois países as gestões diplomáticas para solução do litígio fronteiro, tomando, desta vez, a dianteira o Paraguai. O protocolo Ayala-Mujía, assinado pelo chanceler do Paraguai, Eusébio Ayala, e pelo plenipotenciário da Bolívia, Ricardo Mujia, em abril de 1913<sup>22</sup> consistia em uma retomada de contato.

Na busca de evitar que decisões precipitadas viessem a implicar em novos fracassos, estabelecia-se que um novo tratado definitivo de limites seria concebido por via da arbitragem ou da negociação direta dentro do prazo de dois anos, contados da aprovação do convênio pelos respectivos governos. Para tanto, se declarou caduco o protocolo Pinilla-Soler,

---

<sup>21</sup> Como salienta Leslie Rout: “Os Colorados detinham o poder à época da negociação dos tratados de 1879, 1887 e 1894. Controlado pelo partido Colorado, o Conselho Nacional, aprovou os tratados de 1879 e 1887, mas nenhum deles jamais chegou a ser ratificado pelo Congresso paraguaio. Cada um desses tratados previa à Bolívia um litoral no rio Paraguai. Após ser fundado em 1887, o Partido Liberal(...) passou a atacar os esforços do partido Colorado para ratificar os tratados propostos[com a Bolívia] como medidas destinadas a entregar o patrimônio nacional. Diante de tais acusações, os deputados e senadores do partido Colorado dificilmente teriam grande interesse em pressionar por uma questão que poderia se mostrar um bumerangue político. A situação inverteu-se em 1907. Com a tomada do poder pelos liberais, os colorados assumiram agora o manto do superpatriotismo. O Tratado Pinilla-Soler (o mais generoso oferecido ao Paraguai pela Bolívia) tinha grande chance de ser ratificado, já que não dava especificamente à Bolívia uma abertura no rio Paraguai. No entanto, o tratado foi recebido com hostilidade pelo Congresso boliviano, e é extremamente duvidoso se os paraguaios teriam aceito o fruto das negociações de Cano-Dominguez. Os liberais foram, de fato, capturados na mesma armadilha da intransigência que criaram para os colorados. Adicione a esta situação o faccionalismo desenfreado em ambos os partidos, e a adoção de uma posição mais conciliatória por qualquer das partes poderia dar à oposição uma arma que poderia ser convertida em vitória eleitoral ou golpe de estado” (ROUT JR. Leslie B. **The Chaco war: a study in inter-American diplomacy.** Tesis de Doctorado en Filosofía. University of Minnesota, 1966, p. 11, tradução nossa)

<sup>22</sup> Protocolo Ayala-Mujia, assinado em Assunção, a 5 de abril de 1913. Seria assinado por Eusébio Ayala, que viria a ser o presidente do Paraguai quando da eclosão do conflito do Chaco.

comprometendo-se as partes com a obrigação de manterem o *status quo* territorial no Chaco. Esse convênio preliminar foi aprovado simultaneamente pelos dois governos a 28 de julho de 1913, mas transcorreu o prazo de dois anos, sem que os representantes das nações litigantes sequer dessem início às negociações.

Já profundamente desacreditada, a Bolívia passou a demonstrar intransigência nas próximas negociações. Em 1879, 1887, 1894 e 1907 os protocolos firmados pelo país concediam cada vez maior parcela do Chaco aos paraguaios. A partir de 1915, no entanto, essa postura reverteu-se e a Bolívia passou a rejeitar concessões. O diplomata boliviano Ricardo Mujia apresentou uma compilação de oito volumes sobre as reivindicações bolivianas, baseada no princípio do “*uti possidetis de juris*”, fundamentando suas alegações nas dimensões territoriais da Real Audiência de Charcas, entidade colonial que fora suprimida há mais de 200 anos<sup>23</sup>. A chamada bomba de Mujia despertou preocupações aos paraguaios que temiam que a Bolívia estivesse reclamando toda a extensão do Chaco. Na mesa de negociações, porém, La Paz continuou a asseverar que o objetivo nacional continuava a ser a aquisição de um porto no Rio Paraguai que servisse de ponto de escoamento para seus produtos.

A questão portuária impunha, realmente, muitos problemas para que se chegasse a um acordo. Pelo lado da Bolívia, a questão do porto era uma necessidade comercial para se fugir dos altos fretes pagos ao Chile e a Argentina, além de uma necessidade militar. Em uma época em que vigoravam as teses determinísticas do poder naval do teórico Alfred Mahan um país sem litoral como a Bolívia - mesmo que fosse apenas um litoral fluvial- estaria fadado a continuar a ser um país de segunda categoria<sup>24</sup>. Pelo lado do Paraguai, a questão portuária era uma questão de segurança nacional. Acreditavam os paraguaios que dificilmente seus vizinhos pacenhos conteriam as suas aspirações a um único porto no Rio Paraguai na região de Bahia Negra, visto que durante a temporada seca (3 a 4 meses por ano) a profundidade do rio caía abaixo de 2.20 metros, tornando todos os portos inacessíveis a navios oceânicos de grande calado. Temia-se que a Bolívia logo buscasse aspirações maiores.

---

<sup>23</sup> Segundo Dalla Corte “*La crónica ausencia de delimitación o demarcación del territorio entre la antigua provincia paraguaya con la Gobernación de Chiquitos y la Capitanía de Santa Cruz de La Sierra en la provincia altoperuana hizo que los gobiernos paraguayo y boliviano plantearan sus reclamos de dos maneras distintas: el primero alegó una cuestión de límites, defendió la unidad geográfica entre la región oriental y la occidental, y planteó una ocupación histórica desde tiempos inmemoriales; el segundo incorporó la tesis de la soberanía territorial en una zona indeterminada que le correspondía de derecho por herencia colonial.*” (DALLA-CORTE, 2010, p. 31).

<sup>24</sup> Alfred Thayer Mahan era um oficial da marinha dos EUA que escreveu a influente obra “*The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783* (1890)” em que alegava que o poder naval era o determinava o sucesso das grandes potências.

Entre 1915 e 1918 uma série de protocolos assinados entre os dois países estenderam reiteradamente o prazo para se chegar a um acordo direto na disputa territorial sem que se alcançasse a nada de concreto<sup>25</sup>. A 15 de junho de 1917, foram prorrogados pela terceira vez os prazos do protocolo Ayala-Mujia, agora, entretanto, “*sine die*”. Esperava-se facilitar o acordo ao retirar o componente da pressão temporal, algo que não ocorreu.

A 1918, com a chegada de um novo governo na Bolívia as negociações ainda foram transladadas de Assunção para La Paz na tentativa de se obterem resultados palpáveis. O fatídico destino do acordo, no entanto, foi selado com a precoce derrubada do presidente boliviano José Gutierrez Guerra e consequente saída de seu chanceler Ricardo Mujia da pasta do exterior, havendo a suspensão indefinida das conversações bilaterais. A partir de então, as negociações demorariam quase uma década para voltarem a ocorrer, longo hiato, no qual ambos os países se armaram fortemente e penetraram gradativamente as selvas chaquenas.

#### Mapa 6- As aspirações máximas de ambos os contendores



Fig. 01: Mapa dos reclames territoriais da Bolívia diante do Paraguai.



Fig. 02: Mapa dos reclames territoriais do Paraguai diante da Bolívia.

fonte: RIESTER, 2005.

<sup>25</sup> Os acordos firmados neste período foram os protocolos Moreno-Mujia de 1915.

## 1.2 – Os fatores complicadores da contenda na década de 20.

Ao longo da década de 20, a disputa pelo domínio do Chaco foi aguçada por uma série de fatores complicadores que dariam origem ao conflito de larga escala em junho de 1932. O primeiro deles foi a questão da falta de saída boliviana para o mar, algo que deixou a economia do país andino presa dentro de uma real camisa de força.

Em inícios do século XX, a Bolívia era um país dependente da exportação de minérios. O país sul-americano figurava entre os maiores exportadores mundiais de estanho, rivalizando apenas com a Malásia e Indonésia. Faltam dados precisos, mas em 1930, ao que parece, o estanho era responsável por cerca de 74 % das suas exportações, e outros minérios, como prata, chumbo, zinco, cobre, bismuto, tungstênio e antimônio, representavam os demais 20%<sup>26</sup>. Tal fato implicava com que a política no país fosse dominada pelos interesses mineiros, em especial dos “barões do estanho” - Simon Patiño, Maurício Hochschild e Felix Aramayo - que constituíam a chamada “La Rosca”<sup>27</sup>.

Com a perda do litoral marítimo para o Chile, após o tratado de 1881, e a perda do acesso direto ao Amazonas, após a cessão do Acre para o Brasil em 1903, a Bolívia tornou-se, de fato, um país enclausurado economicamente. Assim, comparada a seus rivais asiáticos a Bolívia passou a ter uma série de desvantagens competitivas; em especial, o fato de que a exportação de minérios bolivianos dependia dos altos fretes e de intermediários, pagos prioritariamente ao Chile e a Argentina, e que tornavam o produto boliviano muito caro no mercado internacional<sup>28</sup>.

Até 1929, a Bolívia negociou com o Chile a devolução de seu litoral pacífico, com a intermediação dos EUA. No entanto, a 3 de junho de 1929, o Tratado de Lima, firmado entre Peru e Chile, frustrou definitivamente o pleito boliviano de uma saída ao mar pelo Pacífico. O acordo, negociado secretamente até o último momento, impediu que qualquer uma das partes cedesse à Bolívia partes da província de Tacna e Arica sem a anuência da outra, na prática, trilateralizando a questão, e inviabilizando a transação que poderia devolver o litoral ao país andino. Surgiu então a máxima de que Peru e Chile possuíam “a chave e o cadeado” da

<sup>26</sup> AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção de hegemonia.** - São Paulo, Editora UNESP, 2002, p.96.

<sup>27</sup> “La Rosca” ou “O parafuso” era como era denominada a oligarquia mineira boliviana. Isso devia-se ao fato de que ela girava em torno de si própria perfurando e estraindo suas riquezas da mineração. Como nota Leslie Bethell, curiosamente, a exploração dessas riquezas haviam permanecido em mãos de nacionais bolivianos, algo notável à época.” (BETHELL, Leslie. **História da América Latina: de 1870 a 1930.** vol.05, EDUSP, 2002, p. 394)

<sup>28</sup> Com relação aos seus adversários asiáticos, as desvantagens competitivas bolivianas eram: a) minério de qualidade inferior, b) o alto custo dos fretes, c) elevado preço dos combustíveis, d) produção em minas ao invés de mineração aluvional. (BETHELL, Leslie. vol. 05, Op. Cit, p.405)

demanda marítima boliviana. Esse sentimento de mutilação territorial e de asfixia comercial afetou profundamente a *psique* do povo boliviano, o que veio a se manifestar na inflexibilidade do país em recuar na questão do Chaco.

No período de 1926 a 1929, outros fatores viriam a complicar ainda mais a situação econômica da Bolívia. Uma crise fez o preço dos minérios, em especial do estanho, despencar. Apesar de em 1929, o país ter atingido a produção recorde de 47 mil toneladas do minério, a cotação da tonela no mercado internacional despencara de US\$ 917, em 1927, para apenas US\$ 385, complicando sobremaneira as receitas do governo, baseadas na taxaço da produço<sup>29</sup>.

Em outubro de 1929, a crise deflagrada pelo crash da Bolsa de Nova York atingiu em cheio a América Latina, e também a já combalida Bolívia. A crise generalizada dos países desenvolvidos levou a queda dramática nos preços dos produtos primários de países latino-americanos, muitos dos quais já enfrentavam problemas de superproduço, deteriorando rapidamente a situação das suas economias<sup>30</sup>. O preço do estanho, que já estava em queda, declinou ainda mais. Os países latino-americanos demoraram a experimentar novamente alguma estabilidade econômica<sup>31</sup>.

A crise econômica logo motivou uma série de golpes que conduziram grupos ainda mais conservadores ao poder<sup>32</sup>. A Bolívia foi um dos primeiros países a sentir os impactos políticos da crise econômica. Em julho de 1930, em meio ao caos econômico, uma tentativa do presidente Hernando Siles Reyes de se perpetuar no poder levou a um golpe de Estado e sua derrubada. Após o estalar um movimento militar na província de Oruro, o presidente foi obrigado a fugir do país, abrigando-se brevemente na embaixada brasileira em La Paz antes de rumar com toda a sua família para o Chile<sup>33</sup>.

<sup>29</sup> BETHELL, Leslie. vol. 05, Op. Cit, p. 403.

<sup>30</sup> Segundo Olivier Dabène a crise reverberou aqui por meio de quatro mecanismos: 1) queda da demanda, 2) queda dos preços de mercado das matérias primas exportadas, 3) escasseamento de capitais e 4) aumento do custo da dívida externa. Com a crise a América Latina foi arrastada para uma espiral deflacionária. “*Quanto mais dependente dos EUA era um país, mais forte foi o abalo. Tal efeito se viu mais agravado quando os EUA adotaram medidas protecionistas (a tarifa Smooth-Hawley) que penalizaram ainda mais as exportações latino-americanas*” (DABÈNE, Olivier. **América Latina no século XX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 83-84)

<sup>31</sup> O Brasil foi caso especial. Altamente dependente do supérfluo café, o país saiu rápido da crise. Apesar de ter uma economia menos diversificada que a da vizinha Argentina, saiu antes do fundo do poço que o país platino. Em 1932, puxado pelo setor industrial, o PIB brasileiro já obtinha resultados positivos. Segundo Furtado, a crise aqui foi menos profunda do que em outros países latino-americanos graças às políticas do governo de sustentação da renda da economia cafeeira, algo que ele denominou “keynesianismo avant la lettre”.

<sup>32</sup> Somente no ano de 1930, houve golpes de Estado em quatro países sul-americanos: a deposição de Hernan Siles na Bolívia (julho de 1930), a deposição de Hipólito Yrigoyen na Argentina (setembro de 1930), a deposição de Washington Luis no Brasil (outubro de 1930) e a deposição de Augusto Leguia no Peru (1930).

<sup>33</sup> O presidente deposto Hernando Siles seria acompanhado até Arica (Chile) pelo secretário da legação brasileira Jorge Latour e pelo adido militar chileno em La Paz. O breve período em que Siles esteve asilado na legação

O novo governo de Carlos Blanco Galindo se viu diante de uma situação econômica calamitosa, tentando contorná-la com vigor. Pela primeira vez, foi dado ao governo boliviano o direito de não só tributar a produção de minérios, como também de controlá-la por meio de cotas, o que, na década seguinte, se traduziu em uma crescente intervenção na economia. Para segurar a queda dos preços do minério, o governo boliviano, em conjunto com a Inglaterra (que controlava a produção da Nigéria) e a Holanda (que controlava a produção de Malásia e Indonésia), implementou o Programa Internacional de Controle do Estanho (BETHELL, vol. V, p.405)

Adicionou-se, assim, mais um ingrediente explosivo na disputa pelo Chaco. À medida que a crise econômica se agravou, as receitas do Chaco tornaram-se cada vez mais atraentes para a Bolívia, passando o Estado-Maior e a elite daquele país a tecerem conjuntamente planos para sua ocupação militar gradual e progressiva. Diante da possibilidade de escoar os minérios por meio de um porto soberano no rio Paraguai, o Chaco passou a ter lugar privilegiado nas estratégias da elite econômica de redução dos custos de produção do minério. Além disso, o Estado boliviano passou a ambicionar as receitas geradas por empreendimentos agrofloretais localizadas à margem do rio Paraguai, que eram amplos e ricos, especialmente os argentinos.

No fim do século XIX, o Paraguai tratara de consolidar a posse sobre o Chaco por meio de concessões a empresas argentinas e inglesas, para a extração do quebracho, do tanino<sup>34</sup> e para a criação de gado nas planícies da região, sempre sob vivos protestos bolivianos. Passaram a possuir capitais investidos no Chaco, sob concessões paraguaias, diversas companhias internacionais, como a International Product Company (EUA); a Paraguayan Land (Reino Unido); e a Cattle Company (EUA). A Bolívia sentia-se usurpada por não participar das receitas fiscais de tais empreendimentos, localizados em boa parte da área reivindicada.

Na década de 20, a cessão de novas terras no Chaco pelo Paraguai a colonos menonitas germânicos, agravou o sentimento de usurpação boliviano. Do ponto de vista paraguaio, o estabelecimento de uma comunidade de origem europeia na região do Chaco ajudava a aumentar a legitimidade internacional de seus pleitos, somando-se às missões

---

brasileira faria o ministro Lucillo Bueno sofrer dias e noites angustiantes sem dormir, preocupado com a invasão do prédio e massacre de sua família e da do ex-presidente pela chusma enfurecida. A hostilidade dos militares e populares contra a legação brasileira faria Bueno pedir à secretaria de Estado sua própria retirada do país para Antofagasta, o que seria rejeitado pelo Itamaraty (LUCILLO BUENO (BRASLEG- La Paz) a EXTERIORES. Telegramas, confidencial, nº 182, 30.06.1930, AHI 212\1\13).

<sup>34</sup> Quebracho era o nome de uma madeira extremamente resistente usada pela indústria moveleira, daí o seu nome “quebra-acho”, ou “quebra-machado”. Já o tanino era uma substância extraída desta mesma árvore utilizado pelos curtumes para produção do couro.

religiosas salesianas que já eram responsáveis pela evangelização dos indígenas locais. A primeira leva de imigrantes menonitas chegou a Assunção em 1926, sendo saudadas pelo presidente Eligio Ayala em alemão<sup>35</sup>. O jornal El Diario de 29 de dezembro de 1926 registrou as manifestações do presidente, que dizia: “*É a vanguarda de um exército formidável que reforça nossa herança; exército pacífico que arvora o arado como arma ofensiva ...*”<sup>36</sup>.

O Paraguai também sofreu os efeitos da crise econômica de 29. O preço dos produtos de exportação- tabaco e algodão- caiu vertiginosamente e uma greve de sindicatos de pedreiros, padeiros e pintores obteve o apoio da Liga de Obreros Marítimos, adquirindo características violentas com o assassinato do dirigente Salustiano Centurión. Nessas circunstâncias, o governo paraguaio decretou, em 18 de fevereiro de 1931, o estado de sitio e proibiu o funcionamento de praticamente todas as organizações sindicais do país, que foram ocupados e fechados pela polícia<sup>37</sup>. Essa grave crise afetou fortemente a disposição paraguaia de ceder territórios no Chaco a quem quer que fosse. Para o governo de Assunção, não se tratava somente de defender as rendas do Chaco, mas também de não desagradar as forças armadas do país que viviam em estágio de permanente tensão<sup>38</sup>.

Outro fator que se mostrou como um complicador adicional para a questão do Chaco foi a descoberta de campos petrolíferos na região sul da Bolívia<sup>39</sup>. Para se entender o impacto do petróleo na contenda, no entanto, deve-se estudar não somente a política governamental com relação ao insumo energético, mas também a dinâmica do mercado internacional do petróleo na década de 20 e 30.

<sup>35</sup> Jornal ABCcolor. Los menonitas y el despertar del Chaco. Disponível em: < <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/locales/los-menonitas-y-el-despertar-del-chaco-ii-244058.html>>, consulta em 18.04.2019.

<sup>36</sup> Como resultado desse projeto duas colônias de alemães seriam criadas no Chaco: Menno (1927) e Fernheim (1931). A Bolívia alegava que isto era a mais pura espoliação estrangeira do seu território.

<sup>37</sup> BETHELL, Leslie. **História da América Latina: de 1870 a 1930**, vol. 05, EDUSP, 2002.

<sup>38</sup> SEIFERHELD, Alfred. **Economia y petróleo durante la guerra del Chaco**: Instituto Paraguayo de Estudios Geopolíticos e Internacionales, Asunción, 1983, p.49.

<sup>39</sup> Muito já se debateu acerca do papel que os interesses petrolíferos desempenharam na deflagração e na continuação da guerra do Chaco. Até meados da década de 80, a literatura sobre a questão, muito impactada pela corrente marxista, percebia, de maneira um tanto simplista, o petróleo como um fator-chave. Como um expoente desta corrente interpretativa, encontra-se o brasileiro José Julio Chiavenato (1979) para quem a guerra do Chaco teria sido, na realidade, uma “guerra por procuração” ou “guerra proxy” entre duas companhias petrolíferas – a estadunidense Standard Oil e a inglesa Shell- na disputa por seus interesses comerciais na promissora América do Sul. Essa corrente interpretativa teve impactos profundos na historiografia fazendo com que a guerra fosse pensada até na iconografia popular como uma guerra pelo petróleo. Na década de 90, no entanto, a centralidade da questão petrolífera seria relativizada com a obra do paraguaio Alfred Seiferheld (1983) que defenderia não ter havido algo uma disputa binária entre Standard Oil na Bolívia e Shell no Paraguai. No Brasil, inspiraram-se nessa fonte autores como Moniz Bandeira (1998) e Francisco Doratioto (2000). Não obstante, a importância do fator petróleo ainda suscita questionamentos. Para Geoffrey La Casse (1987), o petróleo desempenhou papel central na contenda. Segundo ele: “(...) the search for oil in the Department of Tarija, beginning in 1905, initiated Bolivian expansion in the Chaco. Ultimately, it led to the Chaco War” (LA CASSE, 1987, p. 106)



Nos anos de 1920, ocorreram as primeiras descobertas de petróleo nas províncias bolivianas. À época, no mundo, o petróleo deixava de ser visto como um produto de segunda categoria para se tornar um insumo estratégico essencial para o desenvolvimento econômico e industrial de qualquer país<sup>40</sup>. A partir de 1925, a Standard Oil of New Jersey começou a perfurar poços na Bolívia descobrindo as vultuosas reservas petrolíferas na região de Bermejo e Sanandita<sup>41</sup>. Em 1927, a empresa descobriu o importante poço de Camiri, que em idioma chiriguano significa “monte pequeno”, vindo a instalar suas primeiras refinarias de pequeno porte naquelas regiões em 1931. Em meados da década de 30, surgiram novos indícios sobre a existência de petróleo na bacia subandina central, que abrangia a região litigiosa do Chaco, nas proximidades do rio Parapeti e do rio do Pilcomayo, algo que soou como música para os ouvidos do presidente boliviano ávido por receitas fiscais.

Havia sigilo no que concernia a existência e a extensão de tais reservas. Para as empresas, o petróleo não podia ser descoberto oficialmente, fato que ocorria por três motivos essenciais: 1) como parte de suas estratégias para evadir ao fisco; 2) para manter controle de preços; e 3) para evitar que eventuais “*out-siders*” se lançassem à prospecção do petróleo<sup>42</sup>. Similarmente, os governos também se esforçavam para esconder a existência de petróleo em seu território com vistas a não aguçar a competição pelo insumo. No Brasil, por exemplo, o engenheiro Domingos Fleury da Rocha chegou a falsificar a profundidade de um poço para esconder a existência de petróleo. Após a descoberta da fraude pelo governo Vargas, Fleury, ao invés de ir parar na cadeia, foi parar na vice-presidência do Conselho Nacional de Petróleo (CNP)<sup>43</sup>.

No entanto, o governo boliviano estava seguro da existência e da lucratividade de tais reservas. O então presidente Bautista Saavedra esperava fazer uso das promissoras rendas decorrentes da exploração petrolífera para pôr em curso o seu projeto de desenvolvimento econômico. O petróleo lá existente também seria a oportunidade imperdível de desenvolver

---

<sup>40</sup> Lord Curzon, por exemplo, disse em 1918: “*The allied cause floated to victory upon a wave of oil*”. Segundo o historiador Daniel Yergin: “*Oil was recognized as the critical strategic commodity for the war and was essential for national power and international predominance.*” (YERGIN, 2012, op cit., p. 395)

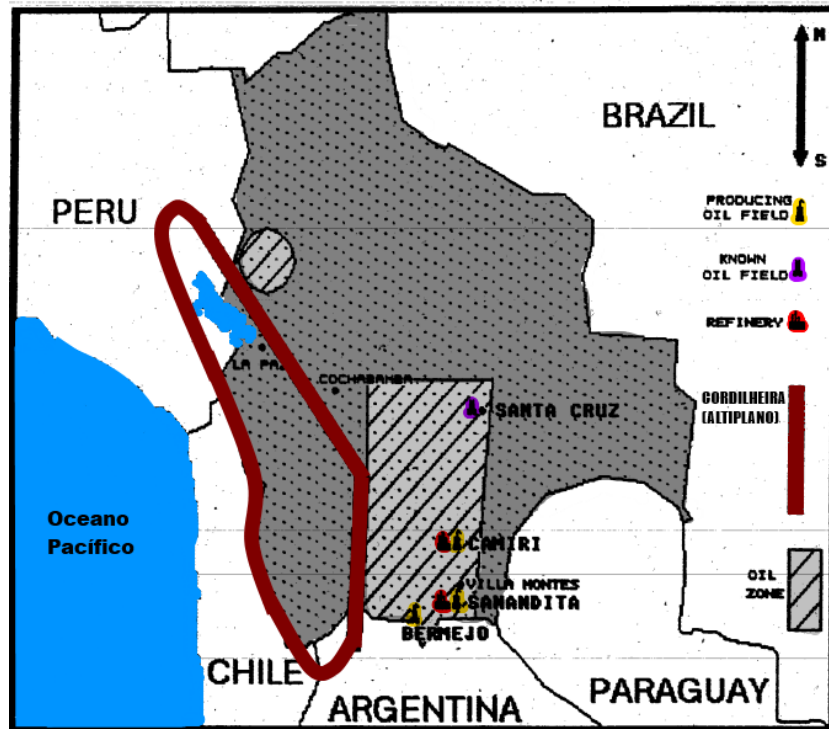
<sup>41</sup> A exploração comercial pela Standard Oil of New Jersey em terras bolivianas começou depois que a empresa americana comprou enormes concessões dadas pelo governo boliviano aos empresários norte-americanos Richmond Levering, de New York (1 milhão de hectares) e de William e Spruille Braden (2 milhões de hectares). Spruille Braden seria futuramente delegado americano à Conferência de paz de Buenos Aires.

<sup>42</sup> A descoberta, em 1938, das imensas jazidas de petróleo do Kuwait, por exemplo, fora mantida sob sigilo absoluto. Documentos secretos confiscados pela FTC — Federal Trade Commission — americana, em 1952, provariam a existência dessa política deliberada. (YEGRIN, Daniel. **O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. Editora Paz e Terra, 2012, n.p)

<sup>43</sup> Mais tarde, Fleury chefiaria a comissão mista Brasil-Bolívia encarregada da exploração do insumo energético estratégico pelo Brasil (MONIZ BANDEIRA, 1997, p. 273)

estas zonas longínquas, integrando-as ao altiplano. Em 1925, Bautista Saavedra organizou na capital La Paz a esplendorosa cerimônia do bicentenário da independência boliviana buscando atrair investidores internacionais ao país, dentre os quais investidores no setor petrolífero.

**Mapa 7- A zona petrolífera boliviana**



Fonte: LA CASSE, Geoffrey D., 1987, p.157, modificado pelo autor.

Os recursos esperados, no entanto, jamais viriam a ser auferidos, gerando enorme frustração. O desenvolvimento do potencial petrolífero boliviano esbarraria na resistência de seus vizinhos. Em 1929, o Tratado de Lima dificultou sobremaneira à Bolívia escoar o seu petróleo por meio dos portos chilenos e peruanos sem o pagamento de elevadas taxas, assim, neste mesmo ano, a Bolívia pediu à Argentina a permissão para escoar o insumo pelo seu território.

O pedido, feito pelo diplomata boliviano em Buenos Aires, José Maria Escallier, vislumbrava a construção de dois oleodutos que correriam ambos por território argentino até chegarem rio Paraguai. O primeiro, correria desde Mirtle, à margem do Bermejo, até a estação ferroviária de Embarcación, e o outro, o principal, partindo de Yacuiba até o porto de Formosa, Santa Fé ou Campana, sobre o rio Paraná.

A Argentina, no entanto, vendo a ação camuflada das companhias petrolíferas americanas, fechou as suas portas à Bolívia. O general argentino Enrique Mosconi, primeiro

diretor geral da estatal YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), e encarregado da construção de uma política argentina para o petróleo, via "*com pavor*" a saída da Bolívia pelo rio Paraguai, dado que inundaria o seu mercado com petróleo boliviano, "*matando sua nascente indústria de Comodoro Rivadavia*". Assim, o nacionalismo petrolífero argentino sufocou os planos bolivianos de Saavedra<sup>44</sup>.

Os planos da Bolívia também sofreram adversamente com a mudança da política concorrencial da Standard Oil of New Jersey, principal concessionária de terrenos petrolíferos no país. No pós 1ª Guerra Mundial, a crença na finitude do petróleo havia levado a uma corrida desenfreada por campos petrolíferos e uma subsequente superprodução do insumo, com declínio dos preços. Sem embargo, agora, as companhias petrolíferas optavam por uma limitação conjunta da produção, controlando a oferta mundial. Em 1928, o As-Is Agreement criou o primeiro cartel internacional de petróleo. O antecedente da OPEP foi firmado por empresas como a Standard Oil of New Jersey (Esso), Standard of New York (Socony), Standard of California (Socal), Anglo-Persian e Royal Dutch-Shell, levando ao estabelecimento de reservas estratégicas ao redor do globo, dentre as quais figuravam os campos bolivianos<sup>45</sup>. Dada a incapacidade financeira e técnica de desenvolver o produto de forma autônoma, o Estado boliviano dependia de empresas e capitais estrangeiros, que nem sempre estavam interessados em contribuir nessa empreitada.

Para além de todos esses fatores complicadores para a questão do Chaco, estava o fato de que na década de 20, os países sul-americanos vinham armando-se com especial vigor tornando a opção bélica cada vez mais plausível. Entre os anos de 1920 e 1930, a Bolívia obteve uma série de empréstimos que lhe possibilitou reforçar seu exército, realizando

---

<sup>44</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Guerra do Chaco**. Rev. Bras. Polít. Int. 41, 1998, p. 177. Na opinião de Octávio Fialho, realmente o interesse argentino pelo petróleo boliviano era uma das raízes da questão do Chaco. Avaliava o diplomata: "(...) *A Argentina tentou, a princípio, dominar a produção boliviana para completar o seu abastecimento calculado em uma necessidade suplementar de duzentos milhões de pesos papel por anno. Para esse fim, a Argentina procurou, primeiramente, provocar a retirada ou o sossobro da Standard Oil Co de Bolívia se havia incorporado na base do fornecimento da produção dos 'Yacimientos Petrolíferos Fiscales'. O governo de Buenos Aires começou levantando impostos proibitivos de entrada do petróleo boliviano, vedando a reexportação e o livre transito projectando, ao mesmo tempo, o entroncamento das suas linhas ferroviárias do norte com as que ella propria construiria no sul da Bolívia, além do ramal Yacuiba-Santa Cruz, para dominar o transporte na região petrolífera boliviana. Com o correr do tempo verificou a Argentina a inviabilidade do seu programma nacional e, reconhecendo a superioridade técnica e financeira da Standard Oil Co argentina, accedeu à política de aproximação entre essa companhia e a Standard Boliviana, na base de um contróle dos oleoductos internacionaes e de uma fixação de preços convenientes à economia interna e à defeza militar do paiz.(...)*" (FIALHO (BRASLEG- La Paz) a EXTERIORES, ofícios, nº14, confidencial, Brasil e o petróleo boliviano, 10.04.1935, AHI 23\1\1)

<sup>45</sup> YEGRIN, Daniel. **O petróleo**: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. Editora Paz e Terra, 2012, p. 231.

compras de armas nos EUA e na Europa <sup>46</sup>. Em provável preparação para a guerra, a Bolívia assinou em 1926 um enorme contrato de aquisição de armamentos com a firma inglesa Vickers-Armstrong<sup>47</sup> e, em 1927, a Bolívia contratou nova missão militar alemã, a chamada “Missão Danzig”<sup>48</sup>. Nos anos seguintes, o país também comprou armas na Tchecoslováquia, nação que, por meio da fábrica Skoda, se tornava uma das principais exportadoras de armamentos no mundo <sup>49</sup>.

Em 1928, um novo e vultuoso empréstimo norte-americano foi concedido à Bolívia, que seria largamente utilizado para comprar mais armas. À época, já era duvidosa a capacidade do governo andino de honrar suas dívidas, mas os recursos continuavam afluindo. Edwin Kemmerer, o chefe da missão financeira enviada a La Paz neste ano estava cético quanto à necessidade de maior endividamento do país, mas foi induzido a não se opor ao empréstimo pelo banco Dillon, Read & Co<sup>50</sup>, de modo a impedir que a Bolívia negociasse com financistas ingleses.

Frente às desconfianças dos vizinhos, a Bolívia alegava que as aquisições tratavam-se de medidas para defesa da ordem interna, algo plausível já que de tempos em tempos a república andina era sacudida por quarteladas e golpes de Estado. No entanto, as desconfianças aumentaram à medida que se avolumavam as compras.

---

<sup>46</sup> A América Latina deste período era um campo de batalha entre os financistas americanos e ingleses. As “missões Kemmerer” (chefiadas pelo mais famoso dos “*money doctors*” estadunidenses, o economista Edwin Walter Kemmerer, professor da Universidade de Princeton) resultaram em muitos empréstimos e na criação de bancos centrais na Colômbia (1923), no Chile (1925), Equador (1927), Bolívia (1928) e Peru (1935). O Brasil, no campo de ação inglês, recebeu primeiro a missão Montagu (1923-24) e depois Nieyemeir (1931). Também receberam as missões Nieyemeir a Guatemala (1925), El Salvador (1934) e Argentina (1935) (FRANCO, Gustavo. **A moeda e a lei: Uma história monetária brasileira, 1933-2013**, Zahar, 2017, n.p)

<sup>47</sup> Era um enorme contrato que envolvia a aquisição de 50 mil fuzis, 850 metralhadoras, cerca de 100 canhões, munição, aviões de reconhecimento, bombardeio e treinamento, o que daria ao exército boliviano um poder de fogo inédito em sua história. Era inicialmente de 3 milhões de libras, mas a queda vertiginosa do preço do estanho, obrigou o estado boliviano a reduzir a encomenda a um montante de 1.25 milhões (BROCKMANN, Robert. **El general y sus presidentes: vida y tiempos de Hans Kundt, Ernst Röhm y siete presidentes de Bolívia, 1911-1939**, p.109)

<sup>48</sup> A missão Danzig era na realidade uma missão militar alemã, tal qual aquela recepcionada pela Bolívia em 1910. Ela recebeu este nome, pois seus oficiais foram recrutados por Max Joseph Von Vacano na cidade de Danzig, que fora parte do Reich até 1919, quando os aliados declaram-na cidade livre. Era, em realidade, uma fórmula conveniente para burlar o Tratado de Versalhes, que impedia a Alemanha de enviar missões militares, mesmo de instrução, ao exterior. O intermediário da contratação seria Werner Von Blomberg, que se tornaria ministro da guerra e comandante do exército de Hitler. (BROCKMANN, Robert. **El general y sus presidentes: vida y tiempos de Hans Kundt, Ernst Röhm y siete presidentes de Bolívia, 1911-1939**, p.110)

<sup>49</sup> A Tchecoslováquia transformar-se-ia em um dos grandes fornecedores de armas desse período. Para fugir às restrições do Tratado de Versalhes muitos produtores de armas alemães migraram para a Tchecoslováquia. Foi assim que surgiram as fábricas da Skoda. Os revolucionários brasileiros de 30 também adquiriram armas nessa praça

<sup>50</sup> ROSENBERG, Emily S. **Financial Missionaries to the World: The Politics and Culture of Dollar 1900-1930**, Durham& London: Duke University Press, 2003, p. 164.

Enquanto a Bolívia realizava com muita publicidade os seus contratos de armamentos, e exibia seu poderio militar em desfiles cuidadosamente orquestrados, o Paraguai armava-se secretamente. Os governos de Elígio Ayala e de José Patrício Guggiari habilmente fomentavam uma ilusão de um país desarmado enquanto investiam cerca de 60% das receitas fiscais na compra de armamentos (ZOOK, p.63).

O programa secreto de armamentos do país guarani se iniciara em 1923, logo após o término da guerra civil que assolara o país (RIART, 1987, p.18). O conflito intestino (1922-23) evidenciara as carências e deficiências do exército paraguaio convencendo os militares da necessidade de uma preparação mais completa. Já em 1924, o ministro da guerra e da marinha, general Manlio Schenoni Lugo, apresentou ao governo de Assunção planos para preparação da defesa nacional que envolviam aquisições de material pesado no exterior (RIART, 1987, p.30) e elaborou planos para a mobilização em poucas semanas de um exército de 24 a 30 mil homens (ZOOK, p. 64). Militava, porém, contra o Paraguai o fato de não ter o mesmo acesso a crédito externo em praças internacionais que a Bolívia por ainda ter pendente o pagamento da penosa dívida da Guerra da Tríplice Aliança com o Brasil e a Argentina (ZOOK, p.64), algo que dificultava sobremaneira os investimentos. Assim, as compras paraguaias foram efetuadas, em grande medida, graças ao apoio argentino.

Em verdade, essa corrida armamentista envolveu de forma mais ampla todos os países sul-americanos, inclusive o Brasil, a Argentina e o Chile, que também efetuaram a contratação de missões militares e assinaram grandes contratos de importação de armamentos<sup>51</sup>. A Argentina armou-se com especial vigor deixando preocupados os brasileiros e os chilenos. O programa naval argentino de 1926, por exemplo, previa a aquisição de várias unidades novas, incluindo dois cruzadores, cinco contratorpedeiros e três submarinos<sup>52</sup>. Além destes navios, a Armada argentina também buscou modernizar os seus encouraçados nos

---

<sup>51</sup> Essa era a segunda corrida armamentista na América do Sul desde início do século. Entre 1904 e 1914, uma primeira carreira armamentista naval levaria a tensões entre Brasil Argentina e Chile, em especial sobre a questão dos encouraçados, ou ‘dreadnoughts’. Em 1911, o novo presidente da Argentina enviou a missão Ramón S. Cárcano ao Rio de Janeiro para obter um acordo sobre limitação de armamentos com o Brasil, mas corrida somente foi interrompida pela eclosão da 1ª Guerra Mundial. Esta desviou a atenção dos principais estaleiros internacionais para o esforço de guerra. O aperto financeiro dos países sul-americanos também emperrou a obtenção de novas encomendas (VARGAS GARCIA, Eugênio. **A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923**, Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 46,2003, p. 175.)

<sup>52</sup> Os três submarinos comprados pela Lei 11.378 de 29.09.1926 foram batizados de “Tarantinos”, pois foram construídos em Taranto, Itália. Os equipamentos seriam incorporados à armada argentina em abril de 1932, às vésperas da deflagração da guerra do Chaco. Coincidência ou não técnicos argentinos embarcaram para a Europa no vapor “Chaco” para acompanhar a entrega.

Estados Unidos, tornando-se a principal marinha da América do Sul<sup>53</sup>. Em 1927, o país também lançou a Fábrica Militar de Aviones em Córdoba.

Essa corrida armamentista sul-americana era incitada, precipuamente, pela indústria europeia e americana que, após a assinatura do armistício de Compiègne, que encerrou a primeira Grande Guerra, necessitava de novos mercados para escoar seus excedentes de armas. De modo geral, as indústrias de material bélico não só da Grã-Bretanha e dos EUA como também da Alemanha, França, Bélgica, Tchecoslováquia, Espanha e Suíça realizaram com aqueles dois países vultosos negócios, financiados por grandes bancos europeus e norte-americanos, entre os quais o Midland Bank, o Banque de Paris et Pays-Bas e o Chemical Bank and Trust Co.

### 1.3- Nuvens de tempestade no horizonte

Ao fim da década de 20, os incidentes de fronteira entre Paraguai e Bolívia tornaram-se mais frequentes e mais problemáticos, especialmente diante do armamentismo crescente dos dois países. A paz armada tornava-se perigosa e, em fevereiro de 1927, um incidente de fronteira veio a reascender a questão do Chaco. Nessa época, num dos postos fortificados do interior do território chaqueño, um jovem oficial paraguaio de nome Rojas Silva foi morto a tiros em serviço por patrulhas bolivianas. O denominado incidente do Fortim Sorpresa - pois ocorrera nas proximidades desse fortim<sup>54</sup> - levou a grande excitação patriótica no Paraguai, aumentando novamente o perigo de um conflito armado. Tendo em vista o armamentismo boliviano, o incidente poderia ser a gota d'água.

Estimulados pelos argentinos, os representantes de Paraguai, Lisandro Díaz León, e da Bolívia, Alberto Gutierrez, assinaram na legação boliviana em Buenos Aires o protocolo para aceitação os bons ofícios argentinos<sup>55</sup>. O projeto de tratado vislumbrado pela chancelaria argentina em 1927 abrangia quatro aspectos: 1) a assinatura de um pacto de não agressão; 2) o estabelecimento de um *modus vivendi* no Chaco; 3) a assinatura de um pacto conferindo caráter permanente à conferência que se desenrolaria em Buenos Aires; 4) a constituição de comissões de peritos encarregadas de se pronunciarem sobre os títulos de domínio alegados

<sup>53</sup> WALDMANN, Ludolff. **Brasil, Estados Unidos e Argentina no “caso dos contratorpedeiros”, 1937.** Estudos internacionais, Belo Horizonte, v.4 n.3, p.84.

<sup>54</sup> Ao contrário do que se supõe, um fortim não era um forte pequeno. Os “fortins” eram precárias construções de madeira e palha, que serviam de proteção contra o sol e chuva para pequenos destacamentos mal armados -, distavam cerca de 20 quilômetros uma das outras.

<sup>55</sup> Protocolo Gutierrez-Díaz de León, assinado em Buenos Aires, a 22 de abril de 1927.

pelas partes, visando estabelecer as bases para um arranjo direto ou a definição de uma zona litigiosa.

As negociações começaram na capital argentina em outubro de 1927<sup>56</sup>. A atmosfera de desconfiança recíproca, no entanto, produzida pelas denúncias quanto aos preparativos para a guerra, levaram ambas as delegações a posições extremadas, frustrando qualquer chance de acordo. Como em sua edição anterior a 1907, as negociações em Buenos Aires chegaram logo a um impasse. Em dezembro de 1927, a ocorrência de um escândalo dificultou ainda mais as conversas entre os dois países. Houve na Bolívia uma tentativa de golpe que supostamente contou com o envolvimento do encarregado de negócios do Paraguai em La Paz, Benjamin Velilla. Logo após a publicização dos eventos, Velilla foi imediatamente expulso pelo governo boliviano<sup>57</sup>. Era o segundo diplomata paraguaio expulso do país diante de uma acusação de espionagem e conspiração. O primeiro fora o próprio ministro paraguaio em La Paz, Lopez Decoud.

A negociação posicional, que se traduzia mais uma proclamação de pontos de vista, não permitiu que os trabalhos se prolongassem por mais tempo e, assim, a 12 de julho de 1928, sob grande insatisfação argentina, suspendeu-se a conferência *sine die*. Para alguns paraguaios, os incidentes de 1927 só não se transformaram em uma guerra, pois a Bolívia ainda não estava militarmente pronta.

O fracasso da segunda intervenção argentina produziu uma situação instável. As imprensas, de uma e de outra parte, faziam ataques virulentos contra os governos adversários

---

<sup>56</sup> A delegação paraguaia era composta dos Drs. Eusébio Ayala (chefe de delegação), Manoel Dominguez, Francisco C. Chaves e Fulgêncio Moreno, tendo como assessor técnico o capitão de navio Elias Ayala. A Delegação boliviana compunha-se dos Drs. José Maria Escalier (chefe de delegação), Daniel Salamanca, Daniel Sanchez Bustamante, Ricardo Mujia e do general Carlos Blanco Galindo. Eram seus assessores o Dr. Julio A Gutierrez e o cel. Oscar Mariano Pando. O Brasil não participou desta conferência.

<sup>57</sup> Em ofício confidencial de 14.01.28, o ministro brasileiro em La Paz, Castelo Branco Clark, relata a Mangabeira que a descoberta do complô: “(...) *causou grande sensação em todos os círculos mormente por estar nelle seriamente comprometido, conforme me asseverou o próprio Ministro das Relações Exteriores, o Sr. B. Velilla, Encarregado de Negócios do Paraguay.*

(...) *A imprensa, por determinação do Ministro do Exterior, delle se occupou com muita parcimônia.*

3. *O Governo boliviano, porém, julgou-se melindrado pela attitude do Sr. Velilla e dele queixou-se ao seu Governo que, então, para não dar maior vulto ao escândalo, o autorizou a entrar no gozo de uma licença solicitada, ha algum tempo. O Sr. Velilla partiu, há três dias, para Buenos Aires, onde aguardará instrucções de seu Governo. Disse-me ele, ao despedir-se de mim, que, provavelmente, ficará addido á Comissão de Limites que actualmente mantem o seu paiz em Buenos Aires por causa da questão do Chaco*

4. *Em conversa conmigo, defendeu-se com energia da imputação que lhe é assacada, attribuindo todo o ocorrido a uma ligeresa do Governo boliviano. Tenho, porém, informações fidedignas, fornecidas pelo Ministro do Exterior, pelo Nuncio apostólico e por altas patentes do Exército boliviano, de que, effectivamente, entrou elle em contacto com os sargentos alludidos, recebendo-os em sua Legação e procurando alicial-os para o Exército do seu paiz, com o propósito de desmoralizar a missão contractada para o Exército bolviiano. Ademais, ficou provado pelo inquérito militar haver elle tentado mandar dois emissários a Tarija e Santa Cruz, com o objecto de fazer espionagem” (CLARK (BRASLEG- La Paz) a EXTERIORES, Ofícios, confidencial, NP, nº5, Retirada do Sr. Benjamin Vellila, Encarregado de Negócios do Paraguay- A questão do Chaco, 14.01.1928, AHI)*

e defesas apaixonadas dos direitos de seus países. Parecia que qualquer pequena fagulha poderia fazer explodir o barril de pólvora que se tornara a questão do Chaco<sup>58</sup>.

Em 5 de dezembro de 1928, um outro incidente veio a comprometer ainda mais essa paz precária. Tropas paraguaias lideradas pelo coronel Rafael Franco tomaram de assalto o fortim boliviano Vanguardia, no setor de Bahia Negra. Em uma ofensiva relâmpago os paraguaios capturaram dois oficiais e 19 soldados, mataram 5 e perseguiram os 43 outros que restaram na guarnição boliviana até o fortim Vitrones<sup>59</sup>.

O novo incidente militar produziu um revés diplomático. A Bolívia imediatamente rompeu suas relações diplomáticas com o Paraguai e devolveu as credenciais do novo encarregado de negócios paraguaio, o coronel Elías Ayala, lhe dando um prazo de duas horas para abandonar o país<sup>60</sup>. Tomado de surpresa pelos fatos, o governo paraguaio também devolveu as credenciais ao representante boliviano em Assunção, Bailón Mercado, enviando-o a Formosa em uma lancha motorizada, apelando imediatamente pela aplicação do Pacto Gondra, dirigindo-se, nesse sentido, à Comissão Permanente de Montevideu<sup>61</sup>. A Bolívia, no entanto, rejeitou a intervenção desse órgão, a qual alegava ainda nem sequer havia aderido.

Aparentemente, o ataque não contava com o prévio conhecimento nem a anuência do governo paraguaio e fazia lembrar aquele incidente de 1919 no qual o italiano Gabrielle D'Annunzio tomado pelo patriotismo, e no comando de um pequeno exército de voluntários composto por militares insurretos de baixa graduação e civis, tomara a cidade de Fiume, criando uma crise entre Itália e Austria<sup>62</sup>.

A agressão pelos paraguaios, porém, provocou uma situação grave, produzindo agitação patriótica no vizinho andino. A população de La Paz acorreu em massa às ruas empunhando bandeiras nas mãos e reclamando uma reação. Como resposta, o presidente Hernando Siles suspendeu as garantias constitucionais, e decretou a mobilização de jovens entre 18 e 28 anos, convocando o general alemão Hans Kundt do exterior para chefiar as tropas. Finalmente, no dia 11 de dezembro, à título de represálias, as tropas bolivianas

<sup>58</sup> Em suma, os principais tratados e protocolos assinados nesta fase da controvérsia foram: Quijarro-Decoud (1879), Tamayo-Aceval (1887), Ichaço-Benitez (1894), Pinilla-Soler (1907), Ayala-Mujia (1913), Gutierrez-Diaz de Leon (1927). Esses tratados negociados foram sistematicamente rejeitados pelos poderes legislativos de ambos os países.

<sup>59</sup> ZOOK, David. **La conducción de la guerra del Chaco**: El Lector, Asunción, 1997, p.45

<sup>60</sup> ZOOK, David, 1997, Op. cit, p.46.

<sup>61</sup> O pacto e a comissão, que tinham por objetivo dirimir conflitos entre os estados americanos, haviam sido ambos criados na Conferência Interamericana de Santiago em 1923.

<sup>62</sup> “[O presidente] Guggiari comentou posteriormente, em 1932, ao representante brasileiro em Assunção, que pensou em submeter Franco ao conselho de guerra ‘e até fuzilá-lo’, por haver provocado uma situação que quase arrastou os dois países à guerra. Não o fez ‘devido a exaltação popular e para não tornar Franco mártir’(...)” (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai**: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954), FUNAG, 2012,p. 353.



tentaram ocupar sem êxito o fortim paraguaio Galpón – o mais próximo do Vanguardia-deixando ainda mais mortos. Nesse contexto, a chancelaria boliviana revestir-se-ia de inédita intransigência<sup>63</sup>.

Por coincidência, no momento em que se produziram os graves incidentes de dezembro de 1928, encontrava-se reunida, em Washington, a Conferência Interamericana para Conciliação e Arbitragem, sob a presidência do então secretário de Estado americano Frank B. Kellogg. A reunião, que congregava todos os países do hemisfério, propôs a criação de uma Comissão de Inquérito e Conciliação que ficaria incumbida de investigar as circunstâncias do incidente e também de propor medidas para a sua solução.

O temor de que irrompesse a guerra neste momento também provocou a intervenção da Sociedade das Nações, instituição a qual ambos os países pertenciam. Em sua sessão de 11 de dezembro de 1928, realizada em Lugano, a Liga apelou aos governos para que buscassem por vias pacíficas a solução do litígio, oferecendo seus bons ofícios. Com o agravamento da situação após as represálias bolivianas, porém, a Liga emprestou o seu apoio às gestões de paz propostas por Washington.

O apelo conjunto surtiu efeito e a Bolívia aceitou a um acordo<sup>64</sup>, condicionando, todavia, a sua aceitação ao oferecimento pelo Paraguai de satisfações pelo ultraje sofrido. Abandonou, entretanto, tais exigências para concordar com a mediação, pleiteando que durante os trabalhos os negociadores se abstivessem à investigação dos choques, sem análise da questão de fundo do litígio. O Paraguai também aceitou a mediação de Washington, refutando, porém, ter participado de ato de agressão, afirmando haver o choque decorrido da penetração ilegítima boliviana em seu território soberano.

A Comissão dos Neutros de Washigton deveria ter sido composta por Argentina, Brasil, Cuba, Uruguai e Estados Unidos, mas, no último momento, o governo argentino declinou de participar da Conferência, fato que nunca foi plenamente explicado. Dizia-se que o presidente argentino Hipólito Irigoyen ressentia-se pelo presidente norte-americano, Calvin Coolidge, ter decidido aumentar as tarifas aduaneiras sobre o milho e a linhaça argentinos e

---

<sup>63</sup> “‘O Porto ou a guerra’, teria dito o general Ismael Montes ao ministro Fulgencio R. Moreno no Río de Janeiro, em 1928” (BENITEZ, Justo Pastor. **Estigarribia: el soldado del Chaco**. 2ª edición. Ediciones Nizza, Buenos Aires- Asunción, 1958, p.52)

<sup>64</sup> No dia 3 de janeiro de 1929, Paraguai e Bolívia firmariam em Washington o protocolo Medina-Ramírez para resolução dos incidentes de dezembro de 1928 por meio da criação de uma comissão interamericana de conciliação e investigação (BENITEZ, Luís G.. **Historia Diplomática del Paraguay**. Asunción: Libros Didaticos Editorial, 2003, pp. 248-249). A Bolívia aceitou a submissão do tema a Washington após o chanceler chileno, Conrado Ríos Gallardo, condenar veementemente o país andino pelo agravamento da questão do Chaco (COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas: misión en Chile (1927-1929)**, tomo I, Editorial Ayacucho, 1952, p.249).

por isso teria declinado o convite para participar. Com a recusa argentina, as autoridades do Brasil também recusaram somar-se ao grupo mediador e, por fim, a Comissão dos Neutros acabou integrada por cinco países não limítrofes das partes em litígio - Estados Unidos, Colômbia, Cuba, México e Uruguai, o que esvaziou sobremaneira o seu poder de influência no litígio.

Inaugurar-se-iam os trabalhos em Washington a 13 de março de 1929 e uma das primeiras decisões seria a repatriação dos prisioneiros capturados em Vanguardia. As negociações avançariam em ritmo lento até outubro de 1929, quando a crise econômica sacudiria todos os países, afetando enormemente a disposição pacificadora.

Como resultado da intervenção dos Neutros, o presidente Guggiari, do Paraguai, aceitou firmar um tratado considerado humilhante pela população paraguaia que, entre outras coisas, estabelecia que o seu país reconstruísse o Fortín Vanguardia tomado aos bolivianos. Evitar-se-ia a guerra, pelo menos pelo momento, mas os liberais nunca se recuperariam desse golpe desferido à honra da nação guarani. Ainda que Guggiari haja tentado aplacar a oposição incluindo no Conselho de Defesa Nacional a schaereristas, colorados e membros da nova organização nacionalista - a Liga Nacional Independiente- seu governo se viu inundado por uma crescente onda de descontentamento <sup>65</sup>.

Em março de 1931, a chegada do então deputado Daniel Salamanca Urey ao poder na Bolívia levou os países um passo a mais em direção ao conflito. Apesar de ser menos belicista no poder do que era no parlamento, Salamanca percebia os amplos benefícios do desenvolvimento e integração ao altiplano das terras baixas do país, inclusive do Chaco, contribuindo para o equilíbrio das finanças do seu país (ZOOK, pp. 60-61) <sup>66</sup>. Com uma visão depreciativa das capacidades paraguaias, como nação e como povo <sup>67</sup> - bem característica da elite boliviana do período-, Salamanca adotou a política de *“Pisar fuerte en el Chaco”*

---

<sup>65</sup> BETHELL, Leslie. **História da América Latina: A América Latina Após 1930, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.** vol. 10, EDUSP, p.151.

<sup>66</sup> Salamanca, líder do partido republicano genuíno, havia sido candidato único às eleições de 1931 como parte de um acordo entre os principais partidos bolivianos para reacionar diante da grave crise econômica. (BETHELL, Leslie. vol. 05, Op. Cit., p. 403). Uma vez na Presidência, o político de 63 anos, produtor rural de Cochabamba, se mostrou indiferente às demandas daqueles que o haviam ajudado a chegar ao poder. Mesmo após uma derrota fragorosa nas eleições parlamentares de 1931, ele se recusou a compor com os liberais Saavedristas, passando a sofrer os ataques de um Congresso hostil. Quanto mais o cenário político interno se tornava tenso, mais Salamanca passou a devotar atenção à questão fronteiriça com o Paraguai (BETHELL, Leslie. vol. 05, Op. Cit., p.407).

<sup>67</sup> Em 1931, Salamanca diria: *“A Bolívia tem uma história de desastres internacionais cujo efeito deve ser neutralizado por uma guerra vitoriosa para evitar que o caráter boliviano se torne cada vez mais pessimista ... O Paraguai é o único país que podemos atacar com certeza a vitória”* (ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939.** Austin: University of Texas Press, 1970, p. 28).

(MESA, 2008, p. 453), exigindo a aplicação de todos os 14 milhões obtidos em empréstimo de 1928 nos EUA para a penetração militar no território sob disputa.

O dispendioso plano representava uma virada claramente ofensiva na questão (BETHELL, vol. V, p.408). Para executar essa tarefa o presidente nomeou o general Filiberto Osório Tellez como chefe do Estado Maior, que em 2 de maio, apresentou o seu plano de ocupação “pacífica” do Chaco (ZOOK, p. 61). De antemão, os bolivianos estavam cientes de ser este um plano perigoso e que, inevitavelmente, se produziriam incidentes. Não obstante, o projeto teve o endosso do Congresso boliviano, que se solidarizou com os militares, quaisquer fossem as consequências.

Em julho de 1931, um incidente diplomático em Washington levou a novo aumento da temperatura política e o presidente Salamanca aproveitou o episódio para fortalecer seu capital político, rompendo novamente, de maneira estrepitosa, as relações com o vizinho guarani<sup>68</sup>. Nesses dias tempestuosos, de maneira um tanto surpreendente, a Bolívia tomou a iniciativa de propor a negociação de um pacto de não agressão paraguaio-boliviano em Washington e as negociações para conformação de tal pacto tiveram início na capital americana em fins de julho. Nada obstante, apesar da demonstração pública de abertura à negociação, recusava-se o governo boliviano a recuar das posições militares alcançadas<sup>69</sup>. No mês seguinte, em discurso ao povo, diante da queda das receitas, Salamanca anunciou cortes em todos os serviços públicos, mas, de modo diametralmente oposto, o aumento do orçamento militar (BETHELL, vol. V, p. 408).

Em setembro de 1931, outro e mais grave choque militar de fronteira entre os dois países ocorreu no Chaco no fortin Masamaklay fazendo os ânimos se exaltarem ainda mais. As tropas bolivianas, com ordens de ocupar os lugares providos de água, tomaram à força o posto avançado paraguaio, rebatizando-o de Água Rica<sup>70</sup>. Pouco tempo depois, em uma resolução secreta de 17 de outubro de 1931, a Câmara dos Deputados da Bolívia pediu ao poder executivo para que: 1) fizesse o possível para que se evitasse a assinatura de um pacto de não agressão com o Paraguai; 2) caso isso não fosse possível, buscasse garantir que o pacto

---

<sup>68</sup> O incidente que culminou na ruptura de relações consistiu em um choque entre os representantes de Bolívia, Eduardo Diez de Medina, e do Paraguai, Pablo Max Ynsfran, em Washington (ZOOK, David. **La conducción de la guerra del Chaco**: El Lector, Asunción, 1997, pp.50-51.

<sup>69</sup> Em 24 de julho 1931, o ministro do exterior boliviano Sanchez Bustamante proporia um pacto de não agressão em Washington. Ao que parece a iniciativa boliviana tinha por intuito evitar que o tema voltasse novamente a intermediação da Argentina (ROUT JR., Leslie Brennan. **Politics of the Chaco Peace Conference**, Austin: University of Texas Press, 1970, p.35)

<sup>70</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 157.

não estabelecesse nenhuma zona ou linha divisória prescrevendo a imobilização das forças bolivianas no Chaco. A partir de então, a participação boliviana na Conferência do Pacto de Não Agressão de Washington reduzir-se-ia a uma mera encenação destinada a ganhar tempo para a preparação militar (ZOOK, 1997, p. 62)

Em 23 de outubro de 1931, o governo de Assunção reprimiu a bala um protesto pacífico de estudantes que exigiam retaliação por causa da tomada do fortim Masamaklay por tropas bolivianas. A marcha havia sido convocada por Agustín Ávila, líder do *Centro de Estudiantes Universitarios*. O massacre, em frente ao palácio López, provocou grave dano a imagem do governo José Patricio Guggiari, que já convulsionava pela crise econômica. Por conta da ação, presidente sofreria inclusive um processo por crimes de estado. Absolvido das acusações pelo Congresso, Guggiari reassumiu a presidência tempos depois (a 17 de janeiro de 1932), mas a crise política que se instalou permaneceu por muito mais tempo. O fantasma dos mortos continuou a vagar pela política paraguaia e a memória do massacre obrigou com que os governos seguintes fossem mais intransigentes na questão do Chaco. O Chaco havia se transformado em uma questão de política doméstica em ambos os países<sup>71</sup>. Estava posto o repertório de ideias que moldou as escolhas dos tomadores de decisão paraguaios e bolivianos, conduzindo-os à catástrofe em junho de 1932. Muito em breve uma guerra tornar-se-ia não apenas uma alternativa plausível, como uma opção quase inescapável.

#### **1.4- Argentina: o fator militar e a parcialidade com relação ao Paraguai**

A Argentina foi um aliado inquestionável do Paraguai antes, durante e depois da guerra do Chaco. Mesmo tendo ocorrido de forma velada, o auxílio argentino foi tão amplo que chegou a ser conhecido por todos os demais países envolvidos direta ou indiretamente na contenda paraguaio-boliviana, como o Brasil, o Chile, o Uruguai e os EUA.

Os autores bolivianos foram os mais pungentes em denunciar essa assistência irregular argentina. Escritos como o de Eduardo Diez de Medina “*Problemas Internacionais*”(1936); o de Bautista Saavedra, “*El Chaco y la Conferência de Paz de Buenos Aires*” (1939); e de Rogélio Ayala Moreira, em “*Porque no ganamos la Guerra del Chaco*”(1959) perfizeram-se como verdadeiros líbelos contra a falta de imparcialidade argentina durante o conflito<sup>72</sup>. Mais indícios dessa aliança paraguaio-argentina surgem nas memórias de evento de outros

---

<sup>71</sup> Sobre a vinculação indissociável entre os âmbitos internacional e doméstico ver: PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games – *International Organization*, Volume 42 Issue 3, Summer 1988

<sup>72</sup> Para saber mais consultar: ROUTH JR., Leslie B.. **The Chaco war: a study in inter-American diplomacy**. Tesis de Doctorado en Filosofía. University of Minnesota, 1966, p. 383.

personagens centrais desta trama, como do americano Spruille Braden<sup>73</sup> e do brasileiro Estevão Leitão de Carvalho.

Porém, é nas obras do representante paraguaio em Buenos Aires, Vicente Rivarola, que essa neutralidade benigna e imperfeita em favor dos paraguaios encontra-se mais fartamente documentada. Os seus livros “*Memórias Diplomáticas*” (1952-1957) e “*Cartas Diplomáticas*”(1982) são capazes de expor em detalhes a intenção argentina de fazer pender a balança de poder em favor do Paraguai. Neles fica cabalmente comprovado – pois amparado em documentos oficiais- que o suporte argentino ao Paraguai se deu de maneira sistemática e reiterada, como parte de sua estratégia de manutenção e de expansão da sua hegemonía regional.

Segundo os relatos de Rivarola, as modalidades de auxílio argentino ao Paraguai foram várias, em especial: a) apoio militar direto com a organização do exército e aquisição de armas na Europa; b) auxílio financeiro por meio da triangulação de empréstimos em dinheiro efetuados ao Paraguai; c) ajuda material direta; d) ajuda com informações militares; e) ajuda logística; f) apoio diplomático, com a coordenação de ações e rejeição das propostas mediadoras que mais desagradavam os paraguaios; e g) influência na opinião pública por intermédio da domesticação dos meios jornalísticos.

O auxílio militar argentino ao Paraguai foi grande. Em certa medida, essa cooperação sigilosa entre argentinos e paraguaios refletiu o peso crescente dos estratos castrenses na formulação e na implementação da política externa argentina. Na Argentina, o golpe militar de 6 de setembro de 1930, que derrubou o republicano Hipólito Yrigoyen e alçou o general José Félix Uriburu à cadeira presidencial, representou a conquista do poder pelos militares, hegemonia que viria a ser reforçada, em 1932, com a eleição do também general Agustin P. Justo para a Presidência da República. A condução política dos militares na Argentina levou a um reposicionamento do país na questão do Chaco, mais favorável ao Paraguai<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> Spruille Braden escreveria em suas memórias “(...) a Argentina estava apoiando o Paraguai. De fato, o Paraguai era tão dependente da Argentina para o acesso ao mar, como mercado de sua importante plantação de laranjas, que estou convencido de que jamais teria ido à guerra sem o consentimento argentino. Inquestionavelmente, a Argetina forneceu armas aos paraguaios. Eu tive uma garantia positiva disso durante a Conferência de Paz do Comandante-geral paraguaio, José Félix Estigarribia. Além disso, Vicente Rivarola, ministro paraguaio de Buenos Aires antes e no início da guerra, admitiu que em uma única ocasião havia obtido US \$ 10.000.000 em armas da Argentina. Os argentinos fizeram mais; do sul do Chaco, que fica na Argentina, e de Salta e outras províncias apenas da fronteira com a Bolívia, eles tiveram excelentes oportunidades para observar movimentos militares. Estigarribia também admitiu para mim que a localização das forças bolivianas foi transmitida a ele pelos argentinos. (...)” (BRADEN, Spruille. **Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden**, New Rochelle, N. Y.: Arlington House, Arlington House Productions, 1971, p. 150, tradução nossa)

<sup>74</sup> Muitos membros do exército argentinos- como o próprio presidente Agustin P. Justo- eram membros da *Logía General San Martín*, organização que acreditava na necessidade de a Argentina adotar uma postura mais

A cooperação militar entre os dois países já remontava a pelo menos 1927, quando secretamente o país platino ajudara o guarani a adquirir armamentos modernos na Europa sem despertar a atenção dos bolivianos. Nesse ano, logo após o incidente do fortin Sorpresa, o Paraguai requisitou o auxílio da Argentina para aquisição de armas e o ministro da Guerra e Marinha paraguaio, Luis A. Riart, foi enviado pelo presidente Eligio Ayala a Buenos Aires em missão secreta. A visita se deu sob o pretexto de Riart tratar de problemas de saúde, mas seu objetivo real foi peticionar pela aquisição de armas do arsenal argentino. Seu objetivo foi alcançado e as armas seguiram para Assunção<sup>75</sup>.

Em fevereiro de 1931, adensando tais vínculos, o Paraguai contratou junto ao governo da Argentina uma missão militar chefiada pelo general Abraham Schweizer. Contratada em substituição a missão francesa acolhida anos antes, a missão contribuiria para aprimorar a organização militar paraguaia e também para aumentar os contatos entre as forças armadas dos dois países em termos de material, treinamento e doutrina militar.

Para além do auxílio bélico, outra importante modalidade de cooperação bilateral sigilosa concedida ao Paraguai foi a financeira. Durante o período que antecedeu a guerra, o diplomata paraguaio em Buenos Aires (1929-1936), Vicente Rivarola, obteve a liberação de vultuosos empréstimos junto ao governo argentino. Não se sabe ao certo qual foi o montante total dos empréstimos concedidos ao Paraguai, mas Ayala Moreira (1959) alega que a Argentina forneceu cerca de 6 milhões de pesos argentinos em empréstimos à nação guarani ao longo do conflito. Já Zook (1997) acredita que a soma ultrapassou os 16 milhões de pesos argentinos<sup>76</sup>. Apesar de ainda haver divergências quanto a soma exata, a verdade é que foi valor expressivo, especialmente considerando que o PIB (Produto Interno Bruto) paraguaio

---

assertiva em assuntos sul-americanos, como a questão do Chaco. A *Logía General San Martín* era uma organização militar secreta, fundada em 1921, pelo médio e alto oficialato do exército com o intuito de aumentar a profissionalização das forças armadas argentinas. Com o tempo chegou a ter 300 membros, cerca de 1/5 do corpo total de oficiais. Seus membros acreditavam na instabilidade inerente da paz e defendiam a necessidade de a Argentina manter-se militarmente poderosa frente a Brasil e Chile, potenciais inimigos externos. Ver: POTASH, Robert A. **El Ejército y la Política en la República Argentina 1928-1945: de Yrigoyen a Perón**. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1971, pp. 34-36.

<sup>75</sup> Riart foi recebido pelo presidente Alvear, seu ministro da Guerra, Agustín P. Justo, e o ministro da Marinha, Domeq García. Como os argentinos não podiam vender diretamente armas aos paraguaios sem a autorização do Congresso, o país decidiu oferecer-se para intermediar as compras na Europa. Para evitar que as fábricas estrangeiras dificultassem ou postergassem a entrega, a Argentina decidiu incluir as compras paraguaias em seu próprio programa de aquisições militares. (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 307) Segundo esse arranjo, o general paraguaio Manlio Schenoni Lugo seria encarregado de aquisições de armas na Europa em parceria com o general argentino Manuel Costa da 'Comisión Técnica Argentina de Adquisiciones en el Extranjero.'

<sup>76</sup> Segundo Zook: "*El Paraguay, en un monumental ejemplo de astucia y responsabilidad fiscal, financio en gran parte la guerra al contado. Esta proeza se realizo mediante la expropiación de un porcentaje de las divisas provenientes de las exportaciones, la emisión de papel moneda, los prestamos de la Argentina, que ascendieron a 16.626.072 pesos argentinos( 5.542.026 dólares)[grifo nosso], y la reserva de 3.000.000 de pesos oro acumulada por Eligio Ayala.(...)*". (ZOOK, 1997, p. 245-246)

era de apenas algumas centenas de milhões de dólares e o setor público vivia com déficits sistemáticos<sup>77</sup>.

O apoio argentino tornar-se-ia mais discreto após o início formal das hostilidades em junho de 1932. Para evitar constrangimentos com a Bolívia, a Argentina decidiu retirar de Assunção a missão militar comandada pelo general Schweizer. Similarmente, o chanceler Saavedra Lamas rejeitou apelos do diplomata paraguaio Vicente Rivarola para auxílio na aquisição de novos armamentos, sob a base que não podia comprometer sua neutralidade, e só poderia adotar medidas de “*armamentismo econômico*”<sup>78</sup>.

Este afastamento momentâneo, no entanto, não implicou na ruptura dos vínculos umbilicais entre as duas nações. O general Schweizer seguiu com seu trabalho, apenas havendo trocado sua denominação formal para adido militar à embaixada argentina no Paraguai. O mencionado militar fiscalizaria de perto boa parte das ações do exército paraguaio na frente de batalha. No dia 4 de outubro de 1932, por exemplo, acompanhou até Boquerón o presidente Eusébio Ayala que ali esteve para conceder honrarias e medalhas aos seus militares pela captura do fortim (Ayala Moreira, 1959, p. 346).

Como um dos condutores secretos da guerra, Schweizer fazia diversas “viagens-relâmpago” entre o Chaco e Buenos Aires, como aquela ocorrida nos primeiros dias de novembro de 1932, ocasião nas quais procuraria informar o governo Justo sobre a situação das tropas e a alistar professores militares argentinos como instrutores do exército paraguaio, destinados a prepararem as tropas recém-mobilizadas (Ayala Moreira, 1959, 347). Por essa atuação, Schweizer seria, no futuro, nomeado general honorário do exército guarani (Pignatelli, 2011, p.65).

O ministro da Marinha argentino, Carlos Casal, chegou a enervar-se com a decisão do chanceler Lamas de “*fazer segredo*” da amizade Argentina-Paraguai, enviando, por conta própria, em 1932, três navios repletos de munições e mantimentos com destino ao Paraguai “*para ayudar nuestros amigos*”. O ministro da Marinha assegurou Rivarola que não havia nem no Exército, nem na Marinha um único oficial que não simpatizasse com o Paraguai e asseverou que a neutralidade argentina seria “*más aparente que real*”<sup>79</sup>, dizendo que o Paraguai poderia contar com a ajuda argentina “*auque fuera desde debajo del poncho*”<sup>80</sup>.

<sup>77</sup> Para dados mais completos sobre a econômica de guerra paraguaia neste período consultar: Livieres G. Lorenzo (1983). *El Financiamiento de la Defensa del Chaco.1924-1935*. Editorial Arte Nuevo. Asunción; Seiferheld, Alfredo (1983). *Economía y Petróleo Durante la Guerra del Chaco*, Asunción; e Masi, Fernando(2011). *Estado y economía en Paraguay. 1870-2010*. Asunción.

<sup>78</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p.104.

<sup>79</sup> COELLO, 1982, Op. cit. p.59

<sup>80</sup> COELLO, 1982, Op. cit, p.56.

Igualmente, teria garantido o ministro da Guerra argentino, coronel Rodriguez: “*No hemos de permitir que el Paraguay salga disminuido, en ningun caso, en la presente emergencia*”<sup>81</sup>.

Além do apoio financeiro e militar, a Argentina deu também todo o seu apoio ao Paraguai por meio das gestões diplomáticas. Nada obstante as declarações públicas de imparcialidade, a chancelaria argentina também mostrar-se-ia bastante amigável ao Paraguai. Perante as desconfianças quanto ao pendor do chanceler argentino Saavedra Lamas no conflito, o secretário pessoal do ministro do exterior, senhor Alcorta, teria assegurado ao diplomata paraguaio Rivarola, em palestra particular em sua residência:

(...) Me agrego que [su jefe] era francamente hostil a Bolivia, llegando al extremo de pensar en una acción bélica contra ella, para lo que estaba estudiando la manera de hacerlo sin que pudiera decirse que Argentina la agredió; que estaba considerando el envío de una división de cinco mil hombres a la frontera boliviana, con el propósito de cortarles todo comercio y en la primera oportunidad desalojarlos de sus penetraciones dentro del territorio argentino, que se les está silenciando con toda intención.(...)<sup>82</sup>

Esse auxílio incondicional argentino ao Paraguai tinha motivações econômicas, para além de motivações políticas. Na década de 30, membros da elite argentina possuíam substantivos interesses comerciais no Paraguai e também no Chaco. O transporte de mercadorias entre Assunção e Buenos Aires, por exemplo, estava nas mãos de comerciantes argentinos e a empresa de navegação argentina Mihanovich y Compañía possuía o virtual monopólio do transporte no Rio Paraguai. A única ferrovia comercial paraguaia – a Ferrocarril Central, que unia Assunção a Encarnación – era controlada por capitais argentinos.

Ainda no século XIX, o governo paraguaio tratara de consolidar a posse sobre o Chaco por meio de concessões de terras a empresários argentinos. Essa política de concessão de terras fiscais no Chaco também fazia parte de uma estratégia adotada pelo Estado paraguaio para recupar suas finanças públicas, arrasadas pela guerra. Segundo ditava a constituição paraguaia aprovada após a guerra da Tríplice Aliança, dada a incapacidade do governo em ocupar os territórios localizados a oeste do rio Paraguai, estes poderiam ser cedidas à proteção de particulares (DALLA-CORTE, 2009, p. 295). A concessão das áreas para *chartered companies*- à semelhança do adotado pela Bolívia no Acre- não se deu, mas, com base nessa legislação, muitos indivíduos e empresas compraram terras na região.

A figura principal nesse processo de privatização de terras foi o espanhol Carlos Casado del Alisal. Radicado na Argentina, na cidade de Rosário, ele possuía comércio de

---

<sup>81</sup> COELLO, 1982, Op. cit, p.73.

<sup>82</sup> COELLO, 1982, Op. cit, p.88.



importações e exportações, além de ser empresário do setor bancário. Carlos Casado não era membro da elite argentina, mas se aproximou dessa elite por meio de seu casamento com Ramona Sastre Aramburu (DALLA-CORTE, 2009, p. 14), membra de já tradicional família rioplatense, os Sastre. Já possuidor de uma grande quantidade de terras nas províncias argentinas de Santa Fé, Buenos Aires e Córdoba, em 1880, Casado apoderou-se das terras mais produtivas do Chaco paraguaio onde fundou uma fábrica de tanino chamada de “*La Hispano-Paraguaya*”, localizada em Puerto Casado, construindo inclusive uma ferrovia própria para servi-la – a única ferrovia na região.

A constituição paraguaia limitava a compra de terras por indivíduos, evitando a formação de grandes latifundiários. Carlos Casado Aislal, entretanto, utilizou-se de artifícios, como “testas de ferro”, acabando por arrematar grandes quantidades de terras nas margens do rio Paraguai (DALLA-CORTE, 2009, p. 17). Possuidor na região de uma área de 55.000 km<sup>2</sup> passou a ser chamado “*Emperador del Chaco*” ou “barão do Chaco” (GORDIM, 1997, p.49).

Muitos dos principais políticos argentinos também acabaram comprando terras produtivas no Chaco e lucrando com as suas riquezas. Houve, por vezes, vínculos familiares entre esses grandes produtores chaqueños e elite política portenha. José Casado Sastre, por exemplo, filho de Carlos Casado Aislal e responsável pela continuação dos negócios da família após o falecimento de seu pai veio a contrair matrimônio com Laura Victorina Justo Rolón, tornando-se cunhado do futuro presidente da Argentina, Agustín P. Justo (1932-1938). O lobby desses arrendatários privados influenciou na conformação da política externa argentina, tornando-a amplamente favorável ao Paraguai<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> Sobre a teoria dos grupos de interesse ver os seguintes autores: Arthur Bentley (1908), Robert Dahl (1961), David Truman (1963), Mancur Olson (1971) e Theodore Lowi (1979)

Mapa 8 – A zona dos empreendimentos agrícolas no Chaco.



Outra motivação econômica para o apoio argentino ao Paraguai na questão do Chaco vinculava-se ao petróleo. Em inícios da década de 30, indícios que apontavam a possibilidade da existência de grandes reservas do insumo energético na região seriam suficientes para atrair a atenção da afluente elite de Buenos Aires para a questão. Por possuir petróleo suficiente para satisfazer apenas 60% de suas necessidades econômicas, o país platino necessitava buscar o combustível fora do seu território e sabia-se que o petróleo do sul boliviano era farto e de qualidade superior. Em Camiri, por exemplo, o petróleo de cor amarelo-clara era tão puro que podia, em caso de necessidade, ser empregado nos caminhões, sem sequer ser refinado<sup>84</sup>.

Essa preocupação com o petróleo era também uma atenção no sentido defensivo já que os argentinos temiam que sua indústria petrolífera nascente pudesse, de algum modo, ser

<sup>84</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. *A Paz do Chaco: como foi efetuada no campo de batalha*. Editora do Exército, 1958, p. 363.

sufocada por companhias estrangeiras e se afigurava óbvio para eles que, caso a Bolívia conquistasse o Chaco e obtivesse um porto sobre o rio Paraguai, a Standard Oil americana seria profundamente beneficiada. Como afirma Moniz Bandeira:

A crença de que o sub-solo da Bolívia, na região do rio Parapeti, lindeira do Chaco Boreal, e adjacências, escondia imensos depósitos de petróleo, influenciou também os dirigentes da Argentina e concorreu para que ela respaldasse o Paraguai, sob o disfarce do que denominou de neutralidade benévola(...)Ao que tudo indicava, os militares nacionalistas, que, não obstante a queda do General Mosconi, ainda influíam no Governo de Buenos Aires, temiam que a Standard Oil, com a posse de enormes reservas na Bolívia, segundo imaginavam, alcançasse a saída para o estuário do Prata, através do rio Paraguai, e terminasse por esmagar a YPF, ao ponto de excluí-la até mesmo da exploração das jazidas existentes em Salta, Jujuy, Mendoza e em outras Províncias da própria Argentina. Por esta razão, o Governo do General Agustín P. Justo, embora tratasse de assegurar os investimentos britânicos e se opusesse ao monopólio estatal do petróleo, resistiu, tanto quanto pode, à demanda de concessões da Standard Oil, escorada por poderosos políticos de Salta, como Robustiano Patrón Costas, que se tornara um dos árbitros do regime (...)<sup>85</sup>

Essa desconfiança contra a penetração de interesses estrangeiros no Chaco também viria a ser compartilhada pelos círculos paraguaios, que segundo o diplomata britânico Tottenham-Smith, estavam convencidos de que a Standard Oil exercia pressão sobre o Governo dos EUA, a fim de obter fundos, armas e toda espécie de assistência para a Bolívia.

Ao que tudo indica, a Argentina tinha interesse especial nas províncias boliviana de Santa Cruz e Tarija, pois além do petróleo situavam-se nessa região as reservas de ferro de El Mutún, estratégicas para a arrancada industrial argentina (Flavio José, 2007). O país vislumbrava não apenas o acesso às matérias primas existentes na Bolívia, tais como petróleo, ferro e borracha, mas os meios de assegurar o futuro mercado oriental boliviano, o que possibilitaria o país exercer seu papel hegemônico no Prata (Baldivieso, 1986, p.105).

### **1.5- O Brasil e o litígio do Chaco**

A questão do Chaco sempre teve para o Brasil uma importância transcendente, haja vista a sua localização geográfica estratégica. Desde muito cedo o Brasil acompanhou as disputas em torno do território do Chaco com olhos atentos. Tais disputas importavam não somente por envolverem as suas relações bilaterais com Bolívia e Paraguai, mas também por

---

<sup>85</sup>MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Guerra do Chaco**. Rev. bras. polít. int. vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998, p. 182.

relacionarem-se a questões de equilíbrio de poder regional com a sua rival mais poderosa, a Argentina.

As controvérsias envolvendo o Brasil e o Chaco começaram ainda em 1852, com o projeto da Confederação Argentina e do Paraguai de partilharem a região entre si e o protesto do encarregado de negócios boliviano em Buenos Aires, Juan de la Cruz Benavente, em sua oposição. Em agosto de 1852, por intermédio de seu representante em Buenos Aires, o conselheiro Silva Pontes, o Império do Brasil reagiu contra o referido documento asseverando que, à época da colônia, as bandeiras e as incursões jesuíticas portuguesas haviam avançado mais a oeste do rio Paraguai, garantindo ao império do Brasil a propriedade de ambas as margens do dito rio<sup>86</sup>. O Brasil reclamava para si, portanto, indiretamente parcela do território chaquenho<sup>87</sup>.

À época, porém, o governo de La Paz do presidente Belzú, instruiu Benavente a buscar equacionar a controvérsia de maneira pacífica e discreta com as autoridades paraguaias, segundo o seu propósito de aproximação dos dois vizinhos menores, contra a “*usurpação e injustas pretensões*” de potências regionais, dentre os quais figurava o Império do Brasil<sup>88</sup>.

A controvérsia ganhou ainda mais relevância para o Brasil, em setembro de 1855, quando o Congresso argentino rechaçou o acordo de 1852 com o Paraguai e, logo em seguida, o plenipotenciário argentino em Assunção, general Tomás Guido, formalizou pretensão argentina sobre todo o Chaco, jogando antigos aliados uns contra os outros e ameaçando a própria existência do Paraguai como Estado independente<sup>89</sup>.

No ano seguinte, entretanto, a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Paraguai – Tratado Berges-Paranhos -, no Rio de Janeiro, afastou, ao menos momentaneamente, o risco de o Paraguai e o Chaco virem a ser anexados pela Argentina, permitindo o trânsito livre das canonheiras imperiais sobre o rio Paraguai.

A questão voltou a surgir com centralidade na década seguinte, com a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança em 1º de maio de 1865. O documento de aliança militar contra o

---

<sup>86</sup> YEGROS, Ricardo Scavone, **Las Relaciones entre Paraguay y Bolivia en el siglo XIX**, Servi Libro, 2004, p. 56-57

<sup>87</sup> Diante da reação brasileira, o presidente Carlos Antonio Lopez fecharia a navegação no rio Paraguai temendo que “los brasileños aprovecharían el libre paso al Alto Paraguay para acumular armas y petrechos en Matto Grosso, y organizar allí una poderosa fuerza naval-militar”(CHAVES, 1955:254)

<sup>88</sup> YEGROS, 2004, Op.cit, p 53.

<sup>89</sup> À época, o presidente Carlos López replicaria a Argentina dizendo que tal ato importava em “cortar la mano de un hermano”(YEGROS, 2004, Op.cit..., pp.56-57).

governo de Solano López, assinado secretamente, na cidade de Buenos Aires, estipulava em seu artigo 16º compensações territoriais aos aliados no pós-guerra<sup>90</sup>.

Segundo as suas determinações, finda a guerra, a Argentina incorporaria todo o território do Chaco boreal- terras localizadas à margem direita do Rio Paraguai, até Bahia Negra, na fronteira com o Mato Grosso- além da região de Misiones- faixa entre o Iguereí e o Salto de Sete Quedas na margem esquerda do rio Paraná<sup>91</sup>. Enquanto isso, o Império do Brasil ficaria com a faixa litigiosa de terras entre os rios Apa e Paraguai, ao norte, as serras de Maracaju, ao centro, e os rios Paraná e Iguereí, ao sul<sup>92</sup>. Todo este arranjo seria feito em detrimento da soberania paraguaia.

Pelo lado do Brasil, o tratado foi assinado pelo liberal Francisco Octaviano de Almeida Rosa- que acabara de substituir Paranhos como ministro plenipotenciário em Buenos Aires-, e agiu sem instruções claras do governo do Rio de Janeiro<sup>93</sup>.

Apesar de aprovado pelo gabinete liberal presidido pelo marquês de Olinda, o documento sofreu duras críticas da oposição conservadora no Rio que apontava lesões aos interesses nacionais, especialmente no que tangia às disposições sobre Chaco. Na ocasião, o Imperador Pedro II chegou a pedir à Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado que elaborasse um parecer quanto à oportunidade do tratado, que apontou graves problemas. Como relata Doratioto:

(...) O parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros classificou as estipulações do Tratado de 1º de maio, referentes ao Chaco, como contrárias à política tradicional do Império, que fora concebida no sentido de manter não só a independência do Paraguai, como também sua soberania sobre a parte do território necessária para separar a fronteira de Mato Grosso do contato direto com o território argentino. Segundo o parecer, pelo fato de o tratado de aliança reconhecer como argentina também a área de Misiones, a independência paraguaia estava ameaçada, pois o país guarani sofreria um 'abraço apertado' da Argentina, com a qual seria fronteiro a leste a oeste, além de já o ser ao sul. Como o Tratado da Triplice Aliança garantia a independência paraguaia pelo prazo de cinco anos no pós-guerra e não perpetuamente, as suspeitas dos conselheiros aumentavam.(...)<sup>94</sup>

<sup>90</sup> O tratado fora assinado pelos representantes do Brasil (Almeida Rosa), da Argentina (Rufino Elizalde) e do Uruguai (Carlos de Castro), como reação ao ataque paraguaio à província argentina de Corrientes. (DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai: Companhia das Letras, 2002, p. 157).**

<sup>91</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Guerra do Chaco.** Rev. bras. polít. int. vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998, p. 171

<sup>92</sup> DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai: Companhia das Letras, 2002, p. 161.**

<sup>93</sup> DORATIOTO, 2002, Op. cit, p. 157.

<sup>94</sup> DORATIOTO, 2002, Op. cit. p.163

Apesar da defesa apaixonada de Almeida Rosa dos louros de sua obra, descrevendo-a como uma permuta entre Brasil e Argentina da árida, despovoada e improdutiva região chaquenha por uma zona rica em hervatais<sup>95</sup>, na percepção do Conselho de Estado, os benefícios do tratado eram menores do que os seus efeitos daninhos. O tratado era não só um fardo desnecessário como também um complicador da situação política, isso porque o Brasil seguiria com o maior ônus decorrente da guerra e ainda corria o risco de comprometer a independência paraguaia no pós-guerra.

Não obstante, para evitar constrangimentos com o então aliado platino, o Conselho de Estado decidiu considerá-lo como um “*fait accompli*”, tomando as precauções necessárias contra as pretensões territoriais argentinas na região. Acrescenta Doratioto:

A Seção dos Negócios Estrangeiros afirmava que, por ser o tratado de aliança uma realidade irreversível, a melhor saída dessa situação seria a de que a Argentina não tivesse ‘nem um palmo de costa’ acima do rio Pilcomayo. O território compreendido entre esse ponto até a Bahia Negra poderia ficar de posse da Bolívia. Caso Buenos Aires não concordasse em reduzir suas pretensões territoriais, sugeria-se que o Império ampliasse as suas, exigindo como linha divisória com o Paraguai, não o rio Iguereí, como estabelecia o documento de 1º de maio, mas, sim, o rio Iperreguaçu, ou, no mínimo, até o rio Aquidabó. Desse modo se deixaria ‘uma presa mais limitada à futura absorção argentina’.<sup>96</sup>

Já durante o conflito, o tratado revelou suas deficiências, ao provocar um imbróglio entre os aliados e a Bolívia com relação ao Chaco. Em julho de 1866, após tomar ciência dos seus termos, o governo da Bolívia manifestou estranheza ante o fato de que as Potências Aliadas, ao decidirem sobre a expropriação do território do Estado paraguaio, incluíssem na retalhada “*gran porción del territorio boliviano*”<sup>97</sup>, em referência ao território chaquenho. O fato era grave pois, à época, o líder boliviano, general Mariano Melgarejo, negociava com o ditador paraguaio Francisco Solano López a possibilidade de fornecer ao Paraguai um apoio militar de 12.000 soldados bolivianos do regimento Sucre<sup>98</sup>.

Preocupados, os três Aliados (Argentina, Brasil e Uruguai) trataram então de ressaltar, através de cartas e notas reversais, todos direitos da Bolívia sobre o território chaquenho, evitando uma adesão boliviana em favor de López<sup>99</sup>. No ano seguinte, em 1867, o Brasil, conseguiu, por meio do tratado de La Paz de Ayacucho, apaziguar a Bolívia, dissuadindo-a de enviar soldados à guerra em auxílio aos paraguaios. O instrumento firmado não versava

<sup>95</sup> DORATIOTO, 2002, Op. cit., p.165.

<sup>96</sup> DORATIOTO, 2002, Op. cit., p. 163.

<sup>97</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, Op. cit., p. 171.

<sup>98</sup> YEGROS, 2004, Op. cit., p. 65.

<sup>99</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, Op. cit., p.171; DORATIOTO, 2002, Op. cit., p. 263.

diretamente sobre a região do Chaco, mas estabelecia, em seu artigo 2º, que o território da Bolívia se estenderia pelo menos até o desaguadouro de Bahia Negra. Por meio desse instrumento, Bolívia desistia de suas reivindicações sobre o Alto Paraguai e ganhava em compensação terras na Amazônia, no alto Madeira <sup>100</sup>.

A situação complicar-se-ia com o término do conflito. Em 1870, com a morte de Solano López e o fim do conflito, chegava-se a hora de cumprir as estipulações territoriais existentes no tratado da Tríplice Aliança. As tensões tiveram início ainda em 1870, quando o governo de Buenos Aires, com Domingo Sarmiento na Presidência da República e Carlos Tejedor no Ministério das Relações Exteriores, decidiu declarar todo o Chaco como província da Argentina, tendo Villa Ocidental como sua capital, passando a exigir que as todas as tropas brasileiras se retirassem de Assunção<sup>101</sup>.

O Império do Brasil, no entanto, não quis ver particionado o país guarani como previam os termos do Tratado assinado em 1865, que tinha a questão do Chaco como uma das suas pedras de toque. Preocupado com as intenções expansionistas argentinas sobre o frágil e endividado Paraguai, o Império decidiu manter tropas em Assunção, iniciando um momento de graves tensões com o até então aliado platino.

No imediato pós-guerra, o governo imperial ajudou o governo do presidente constitucional do Paraguai, Cirilo Rivarola (1870-1871), a resistir às pressões argentinas pela entrega do território chaquenho e, em 1872, após meses de impasse, o Império do Brasil decidiu romper definitivamente com o Tratado da Tríplice Aliança, ao assinar, por meio do Tratado Cotegipe-Loizaga, a paz em separado com o Paraguai<sup>102</sup>. Por meio do novo instrumento, o Brasil reafirmou a sua prerrogativa em manter tropas no Paraguai pelos próximos cinco anos, defendendo o país contra o que acreditava serem planos argentinos de reconstituir um “Vice-reino do Rio da Prata”.

A pressão argentina não se encerrou. Sem haver estabelecido a paz definitiva com o país, a Argentina induziria o pequeno país aceitar uma partição do Chaco Boreal entre os dois países em troca do perdão das dívidas de guerra. Um acordo nesse sentido, firmado secretamente no Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1875, entre o ministro do exterior

<sup>100</sup> O texto do tratado encontra-se disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>>. Acesso: 31/05/2018

<sup>101</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Guerra do Chaco**. Rev. bras. polít.int. vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998, p.171

<sup>102</sup> Ao assinar a paz em separado com o Paraguai, o Brasil violava o artigo 6º do referido tratado (CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**, p. 124)

argentino, Carlos Tejedor, e o enviado do governo paraguaio, Jaime Sosa, causou profundo estupor e apreensão ao Brasil.

Este acordo seria frustrado poucos dias após a sua assinatura pelo governo imperial brasileiro que não admitiria, mais uma vez, o desmembramento paraguaio em proveito único argentino. Intimidados pela presença de forças brasileiras, aquarteladas perto de Assunção, o governo paraguaio de Juan Bautista Gill declarou nulo o acordo do Rio, desacreditando o seu próprio representante diplomático, Jaime Sosa, ao alegar que ele havia excedido os poderes a ele conferidos <sup>103</sup>.

Nesse ínterim, a Bolívia, que percebia seus interesses negligenciados pelas grandes potências, tentou sistematicamente intervir nas negociações dos tratados de paz com o Paraguai. Em 1872, o palácio Quemado enviou, em vão, o político Mariano Reyes Cardona a Buenos Aires e ao Rio de Janeiro para assegurar a posse de parte do território do Chaco acima do Pilcomayo. Reyes Cardona voltou, porém, ao seu país reclamando ter sido alvo de maquiavelismos argentinos e brasileiros <sup>104</sup>.

As tropas brasileiras permaneceram em Assunção até 1876, quando, sob interferência do governo imperial, a Argentina e o Paraguai assinaram finalmente o Tratado Machaín-Irigoyen, pelo qual ambos acederam submeter a questão do Chaco Boreal à arbitragem internacional<sup>105</sup>. Como decorrência desse acordo o árbitro escolhido foi o presidente norte-americano Rutherford Hayes, e em 1878, em laudo proferido por ele, o denominado “laudo Hayes”, entregou o território em sua integralidade ao Paraguai, incluindo Villa Occidental (em seguida rebatizada de Villa Hayes), frustrando as intenções anexionistas argentinas.

O laudo do presidente americano foi aceito por Brasil, pela Argentina, mas não pela Bolívia. Após manifestações que indicavam a sua aceitação inicial do documento, voltou a Bolívia a reivindicar o território do Chaco <sup>106</sup>. Em 1879, por ocasião da perda da ligação marítima para o Chile na guerra do Pacífico, o Presidente boliviano Narciso Campero, em carta ao Imperador Pedro II, pleiteou a devolução das margens do Alto Paraguai, cedidas ao Brasil por Melgarejo em 1867, sob o argumento de que o Tratado de 1867 contrariava os "*claros desígnios de la Providencia*", ao impedir que a população da Bolívia tivesse acesso ao rio e a privar, assim, de "*un órgano respiratorio que le ha concedido la voluntad del Supremo*

<sup>103</sup> DORATIOTO, **Maldita Guerra**: nova história da guerra do Paraguai: Companhia das Letras, 2002. p. 467.

<sup>104</sup> YEGROS, Ricardo Scavone, **Las Relaciones entre Paraguay y Bolivia en el siglo XIX**, Servi Libro, 2004, pp. 111-117.

<sup>105</sup> MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: Editora Moderna, 1997, pp. 259-260.

<sup>106</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz do Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha: Editora do Exército, 1958, p.41.



*Hacedor*". Ao mesmo tempo, ele determinou que Antônio Quijarro, seu Ministro em Buenos Aires, viajasse, como Plenipotenciário, para Assunção, a fim de negociar um acordo que garantisse à Bolívia o domínio sobre a margem direita do Paraguai, ao sul da Bahia Negra<sup>107</sup>.

A demanda da Bolívia em ter seus interesses contemplados levou à negociação e assinatura do primeiro tratado bilateral entre Bolívia e Paraguai sobre o Chaco, o Tratado Quijaro-Decoud, ainda neste ano. Como visto em subitem anterior, o tratado logo virou letra-morta, permanecendo a posse do território controversa. A partir de então, todavia, a questão do Chaco assumiu feições mais próximas de uma disputa bilateral entre os dois países.

Não por muito tempo o Brasil permaneceu alheio à disputa e, em 1888, o incidente de Puerto Pacheco entrelaçou novamente os destinos do Império do Brasil com a questão do Chaco. Em outubro desse ano, sob as ordens do governo de Assunção, militares paraguaios tomaram à força a colônia boliviana de Puerto Pacheco, situada às margens do rio Paraguai, há apenas três quilômetros do desaguadouro de Bahia Negra, na fronteira litigiosa e ainda não demarcada com o Brasil.

A localidade tinha sido fundada pelo empresário boliviano Miguel Suárez Arana para exploração de matérias primas da região, em 1885, sob o consentimento do governo paraguaio, que nada fez por então se tratar de um diminuto núcleo populacional de apenas 80 pessoas. Entretanto, após Assunção descobrir que a bandeira boliviana era hasteada todos os dias e que “autoridade” boliviana local reclamava direito de decidir sobre o trânsito de embarcações na região, o governo paraguaio decidiu, sob forte pressão do Congresso, enviar a canhoneira “Pirapó” para reafirmar sua soberania<sup>108</sup>.

Os contatos inicialmente amistosos, entre bolivianos e paraguaios, tornaram-se cada vez mais violentos e, em outubro de 1888, sob gritos de “*morte à Bolívia e viva ao Paraguai*” partiu de Assunção uma incursão militar à região com o objetivo de restabelecer definitivamente o controle paraguaio sobre Puerto Pacheco. A partida das tropas foi prestigiada pelo presidente do país Patricio Escobar e a alta cúpula política e militar guarani, decidindo o Paraguai pelo cancelamento da permissão de exploração econômica dada a Arana anos antes<sup>109</sup>.

Como já visto anteriormente, os sucessos de Puerto Pacheco\Bahia Negra, então o pomo da discórdia entre os dois países, levaram a ruptura das relações entre Bolívia e

<sup>107</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Guerra do Chaco*. Rev. bras. polít. int. vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998, p.

<sup>108</sup> YEGROS, Ricardo Scavone, *Las Relaciones entre Paraguay y Bolivia en el siglo XIX*, Servi Libro, 2004, p. 347

<sup>109</sup> YEGROS, 2004, Op. cit., p. 398

Paraguai e a uma situação de quase guerra nas fronteiras brasileiras do Mato Grosso. Prevendo ameaças à soberania nacional, o imperador D. Pedro II decidiu enviar tropas militares para Mato Grosso sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca, então presidente do Clube Militar, para guarnecer suas fronteiras <sup>110</sup>.

Em novembro de 1888, com o fito de resolver a questão, o Paraguai enviou o seu representante diplomático no Uruguai, don Juan José Brizuela, ao Rio de Janeiro para negociar a delimitação de suas lindes no rio Paraguai e a remissão da dívida de guerra que ainda estrangulava o seu país. Em sua missão no Brasil, o diplomata paraguaio chegou a entreter várias entrevistas, de duas ou mais horas cada, com o imperador, provavelmente tocando no tema do Chaco e as suas repercussões para a política regional.

A movimentação de tropas brasileiras, coincidente com a missão Brizuela ao Rio, levou ao surgimento de inúmeros boatos em Buenos Aires e La Paz sobre uma intervenção brasileira em favor do Paraguai na hipótese de uma guerra contra a Bolívia. Os rumores foram tamanhos que o plenipotenciário brasileiro na capital portenha, barão de Alencar, foi obrigado a buscar o representante da Bolívia, Cláudio Pinilla, para desmenti-los e explicar os reais alcances da decisão brasileira. Como forma de acalmar os ânimos, o Brasil asseverou a sua completa neutralidade na contenda de Puerto Pacheco e na questão do Chaco <sup>111</sup>.

No ano seguinte, em 1889, a chancelaria argentina, sob a chefia do ministro Quirno Costa, convidou o Brasil para intervir na questão paraguaio-boliviana oferecendo conjuntamente, ambos os países, os seus bons ofícios. Nada obstante, apesar da boa disposição do Secretário-geral do Itamaraty, o barão de Cabo Frio, as negociações não tiveram curso diante da resistência paraguaia em não evacuar suas tropas de Puerto Pacheco. Ademais, o Império, que sofria com graves problemas internos, seria incapaz de agir decisivamente na questão <sup>112</sup>.

Pouco tempo após a queda da monarquia, uma vez mais, a questão do Chaco tornou a figurar na agenda da política externa brasileira. Não tardou e a controvérsia voltou a ser – direta ou indiretamente- um dos focos de instabilidade nas relações externas da República

---

<sup>110</sup> Segundo Scavonne Yegros (2004), em fins de dezembro de 1888, partiram do Rio de Janeiro com destino a Corumbá dois batalhões de infantaria, um piquete de cavalaria e um batalhão de engenheiros, sob o comando de Deodoro da Fonseca. O envio das tropas brasileiras à fronteira com o Paraguai também obedecia a motivações de política doméstica. Pedro II estava preocupado com adensamento dos núcleos opositores à monarquia no Rio de Janeiro. Fazia-se mister, então, distanciar deles o descontente Deodoro (YEGROS, Ricardo Scavone, **Las Relaciones entre Paraguay y Bolivia en el siglo XIX**, Servi Libro, 2004, p. 414-415)

<sup>111</sup> YEGROS, 2004, Op. cit., p. 415

<sup>112</sup> YEGROS, 2004, Op. cit., p. 420

recém-instalada com seus vizinhos, especialmente devido a suas imbricações existentes com as políticas platinas das duas maiores potências sul-americanas- Brasil e Argentina.

Neste período, muitas seriam as intrigas com relação a postura adotada pelo Brasil perante a controvérsia paraguaio-boliviana. As tensões foram deflagradas em novembro de 1903, após a assinatura do Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia, instrumento segundo o qual o Brasil fazia à Bolívia concessões territoriais às margens do rio Paraguai, como compensação aos bolivianos pela perda do Acre e a perda do acesso direto ao rio Amazonas. Pelo tratado, o Brasil cedia o triângulo de terras ao norte de Bahia Negra e outras saídas para o rio Paraguai- as lagoas de Mandioré, Gaiba e Uberaba, permitindo a Bolívia acessar o curso fluvial, compensando-lhe pela perda de Puerto Pacheco (Bahia Negra) aos paraguaios em 1888<sup>113</sup>.

A cessão brasileira de zonas às margens do rio Paraguai à Bolívia irritou profundamente os paraguaios, que consideravam como seus estes domínios. Logo após ser informada dos termos do tratado de Petrópolis, a chancelaria paraguaia enviou, a 29 de abril de 1904, uma nota inflamada ao governo brasileiro asseverando seus direitos inalienáveis sobre a área. Conforme afirma Salum Flecha:

O Ministro das Relações Exteriores, Dr. Antolín Irala, em 29 de abril de 1904, dirigiu uma nota ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, enfatizando que o Tratado de Petrópolis e sua Declaração de Motivos continham artigos e parágrafos que são prejudiciais ao Paraguai<sup>114</sup>

A reação na imprensa assuncenha contra o Tratado de Petrópolis também foi apaixonada. As críticas seriam tão graves ao ponto de o ministro brasileiro em Assunção, Itibere da Cunha, ser obrigado a publicar um artigo intitulado “*El Tratado Brasileiro-Boliviano*” no jornal “*La Tarde*” buscando provar que o território cedido à Bolívia era área de soberania incontestada brasileira desde antes da campanha do Paraguai, segundo os tratados de 1856 e 1858<sup>115</sup>.

Nada obstante, a campanha anti-brasileira e anti-boliviana não cessou, e pior, se agravou, passando a circular nos meios oficiais guaranis um boato de que uma cláusula secreta do Tratado de Petrópolis garantia o apoio integral do Brasil às teses bolivianas sobre o

<sup>113</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, Op. Cit., p. 169.

<sup>114</sup> FLECHA, Salum. **História Diplomática del Paraguay**: de 1869 a 1938. Segunda edición. Asunción: EMASA, 1978, pp. 112-113

<sup>115</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai**: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954), FUNAG, 2012, pp. 99-100.

Chaco<sup>116</sup>. A questão passou a mobilizar a opinião pública no Paraguai, associando-se as desconfianças quanto ao imperialismo brasileiro na América do Sul.

Não é possível dizer se tal cláusula de fato existiu<sup>117</sup>, mas pode-se afirmar que as consequências do boato foram palpáveis para as relações bilaterais. Considerando seus direitos prejudicados, a 13 de maio de 1904, o chanceler Irala elaborou secretamente um plano para defender o que considerava suas posses legítimas, contra a espoliação territorial brasileiro-boliviana, o chamado "*Plan Irala para la defensa del Chaco*", que advogava aquisição de material bélico em grande escala, abertura de caminhos, fundação de novos fortins e promoção da colonização militar do Chaco<sup>118</sup>.

O Paraguai também começou a se mostrar inflexível na disputa. Interpelado na Câmara dos Deputados paraguaia sobre a questão, Irala manifestou que não estava disposto a ceder nem um centímetro de território e nem levá-la ao arbitramento internacional, declarações que seriam repudiadas como intempestivas pelo então chanceler brasileiro, José Maria da Silva Paranhos, o barão de Rio Branco. Para Rio Branco, os dois países deveriam equacionar rapidamente a questão, quer por meio de arbitragem, quer por acordo direto, sem o que nenhum deles poderia se beneficiar do progresso da região<sup>119</sup>. Porém, não havia qualquer abertura para o diálogo com o ministro Irala, que se apresentava como um defensor invariável dos direitos paraguaios, entrando até em conflito com o representante de seu país em La Paz, Juan Cogorno, a quem considerava ter feito concessões demais.

Apesar de aprovado no Conselho de Ministros, o plano secreto de Irala sofreu, porém, com a instabilidade política no Paraguai e acabou abandonado, sem ter sido implementado, em dezembro de 1904, após o governo Ecurra ter sido derrubado em um golpe de Estado e Irala ter sido substituído à frente da pasta do exterior.

O golpe em fins de 1904 no Paraguai alterou a balança de poder no Prata<sup>120</sup>, e também deu novo curso à questão do Chaco, emaranhando-a novamente com as complexas disputas entre Brasil e Argentina por influência regional. Ele implicou na aproximação do novo

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Segundo Doratioto (2012) o que de fato ocorreu foi apenas um pedido boliviano para que o Brasil mediasse a questão, algo que teria sido aceito por Rio Branco (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p.338).

<sup>118</sup> FLECHA, Salum. **História Diplomática del Paraguay: de 1869 a 1938**. Segunda edición. Asunción: EMASA, 1978, p. 116

<sup>119</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 100.

<sup>120</sup> Sobre o conceito de "balança de poder" ou "equilíbrio de poder" ou "das Gleichgewicht" ver: Hans Morgenthau (1948), Martin Wight (1966), Kenneth Waltz (1959). Suas acepções são variadas, mas, em geral, esse conceito refere-se a realidade ontológica do sistema internacional segundo o qual nações ou grupo de nações buscam contrapor-se umas as outras para evitar que haja uma guerra sistêmica ou que apenas uma nação detenha a hegemonia sobre as demais.

governo paraguaio com a Argentina, inclusive no que concernia a defesa das teses paraguaias na contenda. Tanto em Buenos Aires quanto em Assunção, os círculos diplomáticos estavam convencidos de que o Governo argentino sustentara aquele movimento sedicioso que se orientava no sentido da anexação do Paraguai e seus domínios. A parcialidade ostensivamente manifestada pelos argentinos ficou evidente na facilitação de créditos e armamentos aos liberais revoltosos paraguaios <sup>121</sup>.

A evolução da questão paraguaia preocupou intensamente Rio Branco, que temia a absorção completa do Paraguai e do Chaco pela Argentina. Não obstante, sem poderes, nem disposição para bancar uma confrontação militar com o rival platino, Rio Branco limitar-se-ia a agir diplomaticamente e a conclamar a interferência dos EUA na questão<sup>122</sup>. Com sua Marinha de guerra quase completamente desmantelada após a revolta da armada, o Brasil não tinha meios para agir e impedir qualquer alteração do *status quo* <sup>123</sup>. Felizmente, a disputa foi resolvida sem grandes repercussões para a paz na América do Sul e, no dia 12 de dezembro de 1904, com intermediação do Brasil e da Argentina, o Presidente Escurra firmou com o líder dos revoltosos, o General Benigno Ferreira, à bordo do navio argentino La Plata, o “Tratado do Pilcomayo”, mediante o qual renunciava à Presidência do Paraguai em favor do liberal Juan Bautista Gaona<sup>124</sup>.

O golpe de 1904, porém, desestabilizou a política paraguaia inaugurando um período de quarteladas, rebeliões e levantes, no qual os governos duraram em média um a dois anos, com cisões dentro do próprio partido liberal no poder. Valendo-se dessa instabilidade, a Bolívia aproveitou para começar a avançar posições militares no Chaco, fundando nos anos de 1906 e 1907 os fortins Guachalla, Ballivián e Esteros sobre o rio Pilcomayo<sup>125</sup>, movimentação que seria acompanhada com olhos muito atentos pela chancelaria no Rio de Janeiro.

Em 1905, o governo Gaona deu sinalizações de que pretendia incluir o Brasil na solução da questão do Chaco. O chanceler paraguaio, Cecílio Báez, revelou a Cochrane de

<sup>121</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Guerra do Chaco**. Rev. bras. polít. int. vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998, p. 165.

<sup>122</sup> Segundo Moniz Bandeira (2010), em 1904, o Brasil se encontrava em uma situação diplomática precária. Por um lado, o dissídio do Acre, havia criado atritos com o Peru, Equador e Bolívia. Por outro lado, enfrentava crescentes dificuldades com a Argentina nos países do rio da Prata, especialmente no Paraguai com o apoio dado aos sediciosos liberais (MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul**, 2010, p.97)

<sup>123</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A Política Platina do Barão do Rio Branco**, Rev. Bras. Polít. Int. 43 (2): 130-149 [2000], p. 132.

<sup>124</sup> FLECHA, Salum. **História Diplomática del Paraguay: de 1869 a 1938**. Segunda edición. Asunción: EMASA, 1978, p. 120.

<sup>125</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, Op. cit., p. 173.

Alencar que caso fracassassem as negociações territoriais com a Bolívia em curso em Assunção, as futuras negociações seriam realizadas na capital carioca “*com os auxílio dos bons ofícios de seu governo[brasileiro]*”<sup>126</sup>. Em 12 de janeiro de 1907, no entanto, a aceitação da mediação exclusiva argentina, após a assinatura do protocolo Pinilla-Soler, frustrou as expectativas do governo brasileiro<sup>127</sup> e Rio Branco manifestou sua estranheza que a Argentina fosse aceita como árbitro único dos litigantes, ao invés de o caso haver sido submetido a um tribunal arbitral composto por vários países.

Em resposta, o presidente Benigno Ferreira do Paraguai buscou justificar-se dizendo ao ministro brasileiro, Cochrane de Alencar, estar informado do apoio brasileiro à pretensão boliviana de apoderar-se de Bahía Negra, dizendo que, para salvar esse território, aceitara a intervenção oferecida pela Argentina. Na avaliação de Cochrane de Alencar o governo argentino estava trabalhado secretamente para excluir o Brasil da mediação, transformando-se em árbitro único do caso do Chaco<sup>128</sup>. A partir da aceitação paraguaia da mediação exclusiva argentina “*sem dar explicação*” ao Brasil, Rio Branco traçou como norma que o país adotasse na questão “*a mais fria reserva*”<sup>129</sup>.

Como visto, porém, a intromissão argentina não facilitou um acordo entre os dois países. A oposição ao protocolo Pinilla-Soler foi forte tanto na Bolívia quanto no Paraguai e as negociações não tiveram o avanço pretendido. A Bolívia, em especial, temia as tendências pró-paraguaias da Argentina. Em fins de 1907, quando as negociações já fracassavam, o governo Ferreira, no Paraguai, estabeleceu um plano secreto de adquirir armamento, de forma escalonada, para poder armar, a médio prazo, um forte exército. No início de 1908, tinham sido comprados os petrechos bélicos – canhões, metralhadoras, fuzis e pistolas – necessários para tanto. Esse plano deixou alarmada a legação brasileira em Assunção, que sem relacionar diretamente as compras à questão do Chaco, expediu alertas a Rio Branco, manifestando a sua estranheza perante o fato de que um país sem recursos financeiros despendia maiores somas para se armar<sup>130</sup>.

<sup>126</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, pp.127-128.

<sup>127</sup> DORATIOTO, 2012, Op. cit., p.137.

<sup>128</sup> DORATIOTO, 2012, Op. cit., p. 136

<sup>129</sup> O diplomata paraguaio Adolfo Soler chegou a culpabilizar o Brasil pelo péssimo tratado assinado por ele em Buenos Aires. Por um lado, culpava-o pelo o fato de o governo brasileiro não se ter oferecido como mediador quando ele solicitara. Por outro, culpava-o pelo fato de condicionar a oferta de mediação a uma consulta prévia à Bolívia. Relataria ele ao diplomata Cochrane de Alencar, que apesar de o Paraguai não desejar a mediação argentina, não pôde recusá-la. Isso se devia, em partes, devido aos ‘grandes interesses’ argentinos no Chaco (DORATIOTO, 2012, Op. cit., p. 137)

<sup>130</sup> DORATIOTO, 2012, Op. cit. p. 147

Em 1908, um novo golpe no Paraguai derrubou o presidente Ferreira e pôs termo às negociações em curso em Buenos Aires<sup>131</sup>. Na Argentina, existia a convicção de que o movimento que derrubou Ferreira fora preparado pelo Brasil, crença que era robustecida pela nomeação do ministro paraguaio no Rio de Janeiro, Manuel Gondra, como ministro do Interior do novo governo. Subitamente, as desconfianças produzidas pela suposta intromissão na política interna paraguaia, pelo programa de renovação naval brasileiro, e pela questão do Chaco somaram-se, fazendo com que as relações entre Brasil e Argentina atingissem em 1908 o seu pior momento em quase um século<sup>132</sup>.

Em 1909, provavelmente como parte da política de decompressão das relações sul-americanas, o presidente argentino, Figueroa Alcorta, renunciaria ao seu papel de árbitro da contenda do Chaco. Concomitantemente, o chanceler brasileiro Rio Branco propôs que Argentina, Brasil e Chile oferecessem de maneira conjunta os seus bons ofícios na questão, iniciativa que não veio a prosperar devido às desconfianças mútuas ainda remanescentes<sup>133</sup>.

Para não criar novos constrangimentos com a Argentina, Rio Branco não se aventuraria a intermediar sozinho a já espinhosa questão boliviano-paraguaia, preferindo tentar equacionar de maneira bilateral a questão das fronteiras ainda não delimitadas com o Paraguai primeiro. Em 1909, Paranhos tentou obter a adesão paraguaia a um projeto de tratado de arbitragem que visava impedir que o Paraguai desenvolvesse problemas fronteiriços com o Brasil, similares aos que tinha com a Argentina, no Pilcomayo, e com a Bolívia, no Chaco. A oposição do chanceler Gondra, no entanto, não permitiu avanços.<sup>134</sup> Em 1911, Rio Branco voltou a carga propondo ele ao novo chanceler e presidente paraguaios, Cecílo Báez e Albino Jara, a assinatura de um Tratado Complementar para demarcar a fronteira do rio Apa até Bahía Negra, o que seria imediatamente aceito por Assunção.<sup>135</sup>

O destino, no entanto, parecia não propiciar um entendimento. Em 1911, o Paraguai iniciou um dos momentos políticos mais instáveis da sua história política, ocorrendo uma guerra civil entre as duas correntes do Partido Liberal: os "radicais", seguidores do deposto

<sup>131</sup> Sob a acusação de pender demasiadamente para o lado da Argentina, o governo de Benigno Ferreira seria deposto, vítima de um sangrento levante chefiado Coronel Albino Jara, seu ex-companheiro de armas, pertencente à facção radical do Partido Liberal. Sitiado no palácio do governo de Assunção, em 2 de julho de 1908, Ferreira seria obrigado, a renunciar à Presidência da República, que seria entregue ao vice-presidente Emiliano González Navero, liberal radical. (MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Guerra do Chaco**, 1998, p. 167)

<sup>132</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 160

<sup>133</sup> OSWALDO FURST (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas cópias, nº 122, NP, Chaco, 03.09.1929, AHI 212\1\12.

<sup>134</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 172.

<sup>135</sup> DORATIOTO, 2012, Op. cit., p. 195.

Presidente Manuel Gondra, e os "cívicos", que apoiavam o novo chefe de Estado, o Coronel golpista Albino Jara. A queda de Jara provocaria o fim das negociações fronteiriças com o Brasil<sup>136</sup>. Boatos de que a Argentina pretendia, à pretexto de defesa de seus interesses e cidadãos, aproveitar-se da instabilidade paraguaia para ocupar militarmente o Chaco felizmente não se confirmaram<sup>137</sup>, e os governos brasileiro e argentino novamente decidiram agir de comum acordo nessa guerra civil, mantendo-se neutros e sustentando a livre navegação do rio Paraguai- apesar de terem, por vezes, apoiado lados opostos na contenda<sup>138</sup>.

Em 10 de fevereiro de 1912, Rio Branco faleceu no exercício do cargo deixando a fronteira com o Paraguai, entre o rio Apa e Bahia Negra- ou seja, a fronteira do Chaco-, como uma das poucas díades não demarcadas pelo fronteiro-mor do Itamaraty. Com a morte de Rio Branco, Lauro Muller assumiu a pasta do exterior, mantendo a orientação do seu antecessor de cooperar com a Argentina na solução das questões sul-americanas e demarcar os limites restantes.

A 24 de novembro de 1914, tendo em vista novos rumores de um possível conflito entre Paraguai e Bolívia, Muller telegrafou ao encarregado de negócios brasileiro em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves, instruindo para que procurasse o chanceler argentino, José Luis Murature, a fim de que os países oferecessem bons ofícios conjuntamente para equacionar a questão do Chaco. A iniciativa de Muller obteve o aval da Argentina, que sugeriu estender o convite ao Chile. O momento parecia auspicioso já que os três países tinham obtido com sucesso a atuação coordenada do ABC na mediação do litígio entre EUA e México sobre a questão de Tampico-Vera Cruz.<sup>139</sup> Sem embargo, a proposta de negociação trilateral da questão não avançou, e sofreu da mesma sina que o pacto ABC, de maio de 1915, terminando rejeitada pela Câmara dos Deputados argentina<sup>140</sup>.

O sucessor de Lauro Muller na pasta do exterior, Nilo Peçanha, tentou equacionar unilateralmente a questão propondo, em 1918, transacionar o perdão da dívida de guerra paraguaia com o Brasil em troca de um porto no Rio Paraguai para a Bolívia. A proposta, no entanto, que era reservada, veio a público antes hora, despertando uma reação vigorosa na

---

<sup>136</sup> Id. *ibid.*, p. 197.

<sup>137</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 211.

<sup>138</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A Política Platina do Barão do Rio Branco**, Rev. Bras. Polít. Int. 43 (2): 130-149 [2000], p. 143

<sup>139</sup> BUENO, Clodoaldo. **Política Externa da Primeira República: Os anos de apogeu- de 1902 a 1918**, Paz e Terra, 2003, p.441.

<sup>140</sup> Id. *ibid.* p.444-445



opinião pública brasileira, e especialmente paraguaia, que via nela a mancomunação de interesses entre Brasil e Bolívia. Como escreve Doratioto (2012):

(...) Nilo Peçanha levantou a hipótese de que o Brasil poderia perdoar a dívida de guerra do Paraguai se este, por sua vez, concedesse um porto no rio de mesmo nome à Bolívia. Tal concessão destacou Nilo Peçanha, interessava não só aos bolivianos mas ‘ao progresso e paz em todo o Continente sul-americano’(...) A intenção de Nilo Peçanha tornou-se, porém, pública, devido a discurso em plenário do deputado federal Maurício Lacerda, do Rio de Janeiro, criticando a ideia. O pronunciamento repercutiu na imprensa paraguaia, desencadeando violenta campanha contrária à iniciativa de Nilo Peçanha. Como consequência, alertou a Legação brasileira, despertaram-se ‘velhos ódios e desconfianças infundadas contra nós(...)’<sup>141</sup>

Nilo Peçanha se surpreendeu com a reação adversa na mídia e nos meios governamentais paraguaios, decidindo não insistir na iniciativa, evitando que seu intuito fosse desvirtuado pela oposição inflamada. O governo paraguaio que inicialmente simpatizava com a proposta decidiu também recuar, convencido de que seria rejeitada no Congresso<sup>142</sup>. Seria necessária a intervenção do ministro de Relações Exteriores paraguaio, Eusebio Ayala, para que se encerrasse a campanha anti-brasileira que se desenvolvia na imprensa guarani<sup>143</sup>.

Os governos brasileiros seguintes devotaram grande parte das suas energias para a obtenção de um assento permanente para o Brasil no Conselho da Liga das Nações, de modo que à questão do Chaco e às demais questões sul-americanas seriam atribuídas importância secundária. A ênfase brasileira na Liga seria enorme, e dificilmente teria sido diferente, já que o próprio presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) fora chefe da delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes.

A questão do Chaco voltou a aparecer somente como um empecilho as relações externas do Brasil, em 1924, quando já no governo Arthur Bernardes (1922-1926), as negociações de um tratado de limites com o Paraguai, que definiria a fronteira entre o rio Apa e Bahia Negra, não avançaram novamente após o Brasil ter insistido em inserir nele uma cláusula condicional que ressaltava os direitos bolivianos sobre Chaco. A reação paraguaia mostrava que o governo brasileiro teria que esperar que Paraguai e Bolívia chegassem a

<sup>141</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 255-256

<sup>142</sup> Com o benefício do olhar prospectivo Doratioto (2012) afirma: “*O Paraguai deixou, assim, de livrar-se da dívida de guerra com o Brasil- o perdão somente seria concedido em 1943. Talvez tenha perdido também a oportunidade de evitar a Guerra do Chaco entre 1932 e 1936. Nesse conflito os dois países gastaram enormes somas de dinheiro e perderam parte de sua juventude. A guerra e suas consequências não podiam ser previstas em 1918, mas o fato é que a luta política interna paraguaia inviabilizou uma decisão externa que poderia ter sido benéfica para o país.*” (DORATIOTO, 2012, p.257)

<sup>143</sup> DORATIOTO, 2012, p. 256

algum acordo sobre a questão antes de delimitar suas lindes na região. A diplomacia brasileira passava, assim, a ter motivo adicional para se preocupar com as crescentes divergências entre Assunção e La Paz <sup>144</sup>.

Em 24 de novembro de 1924, o chanceler da Argentina, Angel Gallardo, ofereceu ,mais uma vez, às nações em litígio os bons ofícios de seu país e , em 5 de agosto de 1925, aproveitando-se das festividades do centenário da independência boliviana, propôs ele que Brasil e Argentina ingressassem conjuntamente com os seus bons ofícios na contenda<sup>145</sup>. O representante brasileiro em Assunção, Rodrigues Alves, simpatizava com a ideia, reputando que o presidente Eligio Ayala não iniciaria *proprio moto* uma negociação com a Bolívia dado o clima inflamado da opinião pública na questão. Acreditava ele que era possível, uma vez iniciada a negociação, o governo Ayala se dispusesse a conceder uma saída à Bolívia pelo rio Paraguai, ainda que não fosse aquela até então pleiteada- de forma excessiva- pelos bolivianos em Forte Olimpo. O chanceler brasileiro Félix Pacheco, no entanto, não queria se imiscuir e antes de dar qualquer resposta a Argentina, buscou sondar a posição dos países em litígio, conversando no Rio de Janeiro com o paraguaio Rogélio Ibarra. A Bolívia logo manifestou que jamais aceitaria uma arbitragem argentina o que poupou o Brasil da recusa<sup>146</sup>.

A política brasileira era em essência defensiva e cautelosa. Contudo, não era assim que era percebida por seus vizinhos, especialmente pelo Paraguai. Desde o início da década de 20, o Paraguai desconfiava da existência de uma entente secreta brasileiro-boliviana que poderia arrematar-lhe subitamente o Chaco. O protocolo Flores-Pacheco, de setembro de 1925<sup>147</sup>, aos olhos paraguaios, por exemplo, era uma óbvia tentativa brasileira de franquear à Bolívia acesso ao rio Paraguai<sup>148</sup>.

<sup>144</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 304.

<sup>145</sup> ESCUDÉ, Carlos & CISNEIROS, Andrés. **Historia General de las Relaciones Exteriores de Argentina (1806 - 1989)**. Relaciones con Bolívia. disponível em: < <http://www.argentina-rree.com/7/7-071.htm>>, consulta 24.04.2019.

<sup>146</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, pp. 311-314.

<sup>147</sup> O Protocolo Flores-Pacheco foi assinado entre Chanceler brasileiro Félix Pacheco e o ministro boliviano no Rio, Adolfo Flores, em 23 de setembro de 1925. Segundo seus termos fixava-se a importância de dois milhões de libras esterlinas para a construção da ferrovia de Porto Esperança a Santa Cruz de la Sierra, ligando Brasil-Bolívia.

<sup>148</sup> Ao que parece realmente foi essa a intenção boliviana ao firmar tal instrumento com o Brasil. O presidente Bautista Saavedra declararia em seu livro “El ultimo jirón de la patria”: “*Aproximarmo-nos do rio Paraguai: não foi outro o espírito que nos guiou a realizar um outro pacto com o Brasil para a construção da ferrovia de Pôrto Esperança, na margem esquerda do rio Paraguai, a Santa Cruz. Essa ferrovia levaria toda a ação do país até a região de Puerto Suarez e Baía Negra para recuperar Puerto Pacheco e avançar ao sul até encontrar um porto que serviria no futuro à enorme produção a que estão destinados os territórios do oeste nacional(...)*”(SAAVEDRA, Bautista. **El Último Jirón de la pátria**. Editorial Universo, 1941, n.p)

As tentativas do ministro brasileiro em Assunção, Rodrigues Alves, de explicar com “*jeito*” ao chanceler paraguaio Bordenave que tais protocolos nada tinham a ver com o Chaco resultaram infrutíferas. O diplomata brasileiro tentou inocuamente explicar que a pretendida estrada de ferro brasileiro-boliviana ligando Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, às margens do rio Paraguai, em Mato Grosso, fundamentava-se muito mais “*em virtude de necessidades mais de ordem econômica [do] que política*”<sup>149</sup>, mas o Paraguai não acreditou em tais propósitos.

Em reação, o governo paraguaio reforçou não só o Exército, mas também a Marinha, mediante modernização de seus equipamentos e a construção de lanchas de pequeno calado para operar em riachos menores. Ademais, contratou missões militares no exterior para treinar suas tropas- como a missão russa de Bellaieff e a missão militar francesa- e enviou oficiais de seu exército para estágio na Europa, com vistas a se preparar para um eventual conflito<sup>150</sup>. As desconfianças paraguaias com relação ao Brasil eram profundas, tendo raízes nos traumas surgidos durante a Guerra da Triplice Aliança, que acusavam o Brasil de imperialista sobre as nações mais fracas.

## 1.6 - A gestão Octávio Mangabeira

Nomeado pelo presidente recém-empossado, Washington Luís (1926-1930), o político baiano Octávio Mangabeira assumiu a chancelaria brasileira em novembro de 1926, incumbido com o objetivo de melhorar as relações entre o Brasil e sua vizinhança. Como afirma o historiador Eugênio Vargas Garcia, após tomar posse, o governo Washington Luís procurou imprimir uma política de ‘*redenção de culpa*’ e de ‘*agradar a todos*’ e houve esforço para reaproximação com vizinhos em áreas específicas, como demarcação de fronteiras, transporte ferroviário e comunicações telegráficas<sup>151</sup>.

Segundo Vargas Garcia, este perfil defensivo e “*low profile*” da diplomacia de Octávio Mangabeira era uma reação ao fracasso da política externa adotada por governos anteriores, que haviam contribuído para o isolamento do país na região e no mundo. Afirma o autor que:

<sup>149</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p.315.

<sup>150</sup> Id. Ibid., p.315.

<sup>151</sup> “*Sob o manto dos nobres ideais do pan-americanismo utópico, o governo Washington Luis tentou ressuscitar o modelo preconizado por Rio Branco e ensaiou uma política de ‘solidariedade eficiente’ com os Estados Unidos e ‘cordialidade perfeita’ com a Argentina*” (GARCIA, Eugenio Vargas. **Entre a América e a Europa: a política externa brasileira na década de 20**, FUNAG, 2006, p. 598)

Em 1926, o saldo do quadriênio (Arthur) Bernardes para a política externa brasileira era francamente negativo: o país estava isolado politicamente, afastado de seus vizinhos sul-americanos (sem qualquer relação de cooperação mais estreita com a Argentina), malvisto na Europa desde a crise da Liga das Nações (com repercussões até mesmo nas relações político-financeiras com a Grã-Bretanha), e ignorado pelos Estados Unidos, que não apoiavam os pleitos brasileiros (Santiago, Genebra), e ainda faziam campanha contra o café brasileiro<sup>152</sup>.

Ainda segundo o pesquisador, com vistas a reverter esse quadro lamentável, no governo Washington Luís: “(...)Houve a clara intenção de priorizar os setores que não envolvessem riscos políticos altos ou a possibilidade de atritos(...)”<sup>153</sup>. Assim, com relação à questão do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, o chanceler brasileiro Octávio Mangabeira adotou uma postura de absoluta não intervenção, buscando conservar a imagem do Brasil como país neutral.

Essa postura, no entanto, era controversa tendo contribuído em grande medida para o agravamento da disputa entre os dois vizinhos menores. Garcia (2006) avalia:

O lado controvertido dessa orientação foi a tendência de despolitização da política externa no governo Washington Luis. Na questão do Chaco, por exemplo, a passividade política do Brasil, por opção consciente e planejada, não foi bem compreendida pelos demais países americanos. A introspecção diplomática promoveu, por assim dizer, a auto-exclusão do Brasil da comunidade internacional<sup>154</sup>.

Já em inícios de 1927, com o incidente Rojas Silva, a possibilidade de uma guerra entre Bolívia e Paraguai afigurava-se real<sup>155</sup>. Mangabeira, no entanto, orientou os diplomatas brasileiros na América do Sul a adotarem postura discreta de retraimento, evitando indispor-se com um ou com outro lado envolvido, ou com a Argentina. Durante este período, por exemplo, o Brasil rejeitou sistematicamente apelos bolivianos para atuar na mediação da questão. Em janeiro de 1927, Mangabeira rechaçou uma proposta boliviana para que o Brasil

<sup>152</sup> GARCIA, 2006, Op.cit, p. 598.

<sup>153</sup> Ibid, p.599.

<sup>154</sup> Ibid, p.599.

<sup>155</sup> Em 11 de março de 1927, Octávio Mangabeira retransmitiu a legação de La Paz o seguinte telegrama: (...)“ A situação agravou-se subitamente, com a publicação dos jornais argentinos, afirmando o assassinato de um oficial do Exército Paraguayo, preso, com mais três soldados no Chaco. O Ministro das Relações Exteriores,hoje, me comunica que o Paraguay está disposto a uma atitude mais enérgica, se essa notícia se confirmar. Prevejo consequências maiores e não creio que o Paraguay esteja só nesta questão. O ministro das Relações Exteriores informou-me de que o partido militar da Bolívia, chefiado pelo general Fernandez, ex-adido militar aqui, quer a guerra. Declarou-me mais que o Paraguay não está preparado para uma guerra, mas que sua dignidade o obriga a uma atitude decisiva, sem a qual não continuará no Ministério. Assegurou-me que o Paraguay até hoje está disposto á maior prudência, tanto assim que o Presidente da República havia determinado proibir á imprensa publicações sobre o caso, mas, antes a divulgação pela imprensa portenha, não poderá calcular até onde irá o povo do Paraguay.(...)”( EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas cópias, n° 26, 11.03.1927, AHI 212\1\11)

assumisse protagonismo nas negociações de paz <sup>156</sup>. Nem o pedido do próprio presidente boliviano, em julho de 1927, seria capaz de impelir o chanceler brasileiro a uma intervenção mais enérgica na controvérsia <sup>157</sup>.

O Itamaraty possuía informes detalhados acerca do apoio argentino às compras de armas pelo Paraguai <sup>158</sup>, percebendo a situação instável no Chaco. Nada obstante, a chancelaria brasileira decidiu não protestar, algo que permitiu que a contenda retornasse a intermediação Argentina com a inauguração da Conferência de Buenos Aires em outubro de 1927 <sup>159</sup>.

Aparentemente, essa postura de Octávio Mangabeira obedecia à recomendação contida no relatório de Ronald Carvalho segundo o qual para reduzir o seu isolamento na região o Brasil deveria afastar-se das “*contendas entre vizinhos turbulentos e instáveis*”, rejeitando as “*insinuações*” de chancelarias sul-americanas para que assumisse o papel de árbitro em seus litígios internacionais <sup>160</sup>.

Nesse período, o país já previa a impossibilidade de uma solução eminentemente jurídica para a questão. Em 1927, o diplomata brasileiro Oswaldo Furst, por exemplo, redigiria o estudo “*A gravíssima questão do Chaco*” no qual, de maneira pessimista, escreveria:

(...) O assumpto é de natureza política, só por meios essencialmente políticos poderá ser resolvido. Os mesmos títulos de propriedade em que a Bolívia fundamenta os seus direitos são os que servem de base às allegações

<sup>156</sup> EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas cópias, n°8, cifrado, 26.01.1927, AHI 212\1\11.

<sup>157</sup> CLARK (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES, Telegramas, n° 83, 06.07.1927, AHI 212\1\11.

<sup>158</sup> José Tomás Nabuco de GOUVÊA para Ministério das Relações Exteriores, telegrama cifrado n°. 31, “Urgente”, Assunção, 8.3.1927. Arquivo Histórico do Itamaraty [doravante: AHI], Missões Diplomáticas Brasileiras – Assunção - Telegramas, 202-1-15

<sup>159</sup> Em 22 de abril de 1927, seria firmado em Buenos Aires entre Paraguai e Bolívia o protocolo Díaz León-Gutiérrez que devolveria a questão aos bons ofícios da Argentina. As negociações iniciaram-se em outubro de 1927 na capital argentina. Desde a primeira reunião, no entanto, estabeleceu-se ,entre as duas delegações, um diálogo de surdos, levando as negociações ao fracasso (DORATIOTO, Francisco. As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (126-1936). In: **Brasil-Argentina: a visão do outro**. Brasília: FUNAG, 2000. p. 439-477. p.3)

<sup>160</sup> Em 1927, dois importantes relatórios foram produzidos sobre a situação das fronteiras. O primeiro foi elaborado pelo diplomata brasileiro Ronald de Carvalho, 1°. oficial do gabinete do Chanceler Octávio Mangabeira. Nele destacava-se que os rios Paraguai, Paraná e Uruguai estavam todos sob o controle da Argentina, dado que o Brasil não possuía nestes locais nenhuma base naval importante e seus navios mercantes perderam a concorrência para os daquele país. (Relatório Reservado sobre a Política Externa do Brasil e dos países da América do Sul, organizado por ordem do Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo 1°. oficial da Secretaria de Estado, Ronald de Carvalho, do Gabinete do Ministro, Rio de Janeiro, 1927 – AHI.) O segundo foi o relatório Latour sobre a situação das fronteiras, produzido pelo chefe interino da Seção de Limites e Atos Internacionais, Jorge Latour. Segundo Rogério Souza Farias, esse relatório teve grande influência sobre a chancelaria brasileira (FARIAS, Rogério de Souza. O Retrato de um Diplomata enquanto jovem: pensamento e ação de Jorge Latour, o criador do Instituto Rio Branco. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 176 (468):133-168, jul./set. 2015, p.150)

paraguayas *pro domo sua*, em razão da facilidade com que se concediam esses títulos na época colonial. São equivalentes, inutilizam-se.(...) <sup>161</sup>

Considerava o chanceler brasileiro que era importante não agravar as suspicácias contra o Brasil que já eram grandes, especialmente nos meios paraguaios. Em janeiro de 1927, o ministro da Guerra e da Marinha do Paraguai, Dr. Luis A. Riart, disse ao capitão da marinha paraguaia, José A. Bozzano:

La guerra contra Bolivia se viene. Es irreversible. Para nosotros es fundamental dominar la navegación fluvial hasta Bahía Negra de una manera segura y firme(...) Sigue siendo posible, de acuerdo a um informe muy reservado que proporcionará en su momento el doctor Manuel Gondra, que el Brasil ceda a Bolivia sua flotilla de guerra de Corumbá-Cuiabá. Son seis buques artillados y con poço calado. Con esa flotilla Bolivia puede dominar el río Paraguay y en esas condiciones nuestro ejército quedaria aislado. El servicio logístico normal seria imposible. Todo nuestro material está en la Región Oriental(...) Su proyecto para construir los buques cañoneros ha sido aprobado, Bozzano. Usted va a viajar a Europa. Esta información se la traigo en nombre del presidente de la República. Dentro de dos años, esos cañoneros deben estar en Asunción.(...) <sup>162</sup>.

Esses boatos sobre o belicismo brasileiro provavelmente eram potencializados pela postura adotada pelo Brasil em fóruns diplomáticos. Em setembro 1923, o governo Epitácio Pessoa rejeitou os apelos da 3ª Assembleia da Liga das Nações para aderir aos seus princípios do Tratado Naval de Washington, que proibia a transferência de navios de guerra, de uma frota a outra; e durante a Conferência de Santiago, no mesmo ano, o Brasil defendeu abertamente o direito de armar-se <sup>163</sup>.

Dia a dia, o Itamaraty acompanhou minuciosamente a evolução do problema do Chaco sem nele imiscuir-se. A política comedida do Itamaraty, no entanto, não era consensual no seio do próprio governo brasileiro. A postura assertiva do Paraguai acerca da soberania sobre o rio Paraguai, conclamando para si a soberania de ilhas no seu curso, trazia preocupações à caserna. Os militares brasileiros preocupavam-se, em especial, com a presença incontestável dos interesses comerciais argentinos e paraguaios no oeste do Mato Grosso, próximos à região em litígio, naquilo que ficou conhecido como “questão Nabileque” que envolvia a

<sup>161</sup> CLARK (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES, Ofícios, nº47, reservado, A questão do Chaco. Conferência de Buenos Aires. 21.04.1928, AHI.

<sup>162</sup> Como decorrência dessa informação, ainda nesse ano, José Bozzano seria enviado a Europa com a missão de negociar, em nome do governo paraguaio, a compra de duas poderosas canhoneiras junto a governos amigos no velho continente. As canhoneiras “Paraguay” e “Humaitá”, que inicialmente foram chamadas “Capitán Cabral” e “Comodoro Meza”, seriam construídas nos estaleiros da Itália, e lançadas ao mar em 1931 (FARINA, Bernardo Neri. **José Bozzano y la Guerra del Material**. Colección Protagonistas de la Historia, nº10: Editorial El Lector, Asunción, 2011, n.p)

<sup>163</sup> GARCIA, Eugenio Vargas. A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923, **Rev. Bras. Hist.** vol.23 no.46 São Paulo 2003, pp.173-200.

propriedade de argentinos sobre terras devolutas nas fronteiras oeste do país, próximo de zonas estratégicas, como o forte Coimbra e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil <sup>164</sup>.

Ainda em 1927, as tensões crescentes entre Paraguai e Brasil manifestar-se-iam no âmbito parlamentar. Nesse ano, o Tratado Mangabeira-Ibarra, assinado entre os dois países, encontrou aferrada oposição no Congresso paraguaio já que alguns políticos daquele país percebiam o tratado apenas como um artifício dissimulado do seu vizinho maior para que o Paraguai reconhecesse os direitos bolivianos sobre o Chaco <sup>165</sup>.

Vislumbrando maiores complicações com os vizinhos, o governo brasileiro pretendeu se acautelar e, para tanto criou, em 1927, o Serviço de Inspeção de Fronteiras, nomeando para chefia-lo o aclamado marechal Rondon. Neste mesmo ano, o exército (sob o comando do marechal Botafogo) e o Itamaraty (sob comando do chanceler Mangabeira) concordaram em vistoriar, de maneira conjunta, as fronteiras com o Paraguai e com a Argentina. A missão conjunta tinha por propósitos restaurar os marcos fronteiriços destruídos pelo tempo e também obter informações militares sobre o terreno lindeiro <sup>166</sup>.

O ano de 1928 seria marcado pela agudização da questão do Chaco e das tensões dela decorrentes. O Paraguai desconfiava dos pendores pró-bolivianos do Brasil e, em abril de 1928, o país questionou o Itamaraty sobre passagem pelo território brasileiro de armas importadas por La Paz da Europa. Na ocasião, protestava-se contra a passagem de 142 caixas de armas, munições e granadas que transitavam via ferroviária de Santos a Puerto Suarez

---

<sup>164</sup> Tudo tinha se iniciado em 1905, quando um cidadão italiano adquiriria do Governo do Estado do Mato Grosso os direitos de arrendamento de extensa área de terras devolutas. Posteriormente, cederia a concessão a uma Sociedade Anônima argentina, denominada “Fomento Argentino Sud-Americano”, a qual, de imediato, começou a expulsar os brasileiros da área e contratar trabalhadores argentinos e paraguaios, que chegaram a totalizar em torno de 8.000 homens. Os terrenos que, seriam arrendados aos argentinos por preço irrisório, eram fronteiriços ao forte Coimbra e localizados a cerca de 24 km da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Atento ao problema, que tinha implicações para a defesa da fronteira e até para a soberania nacional, o Estado Maior do Exército denunciou a transação, buscando argumentos jurídicos para anulá-la. Nesta época não existia faixa de fronteira demarcada entre Brasil e Paraguai. O litígio, que ficaria conhecido como ‘A Questão Nabileque’, nome do rio em torno do qual se estendia o milhão de hectares negociados, arrastaria-se de 1905 até 1936, quando, então, o contrato foi rescindido, com a indenização da companhia argentina (ESTEVEZ, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: Edição do EME, 1996, p. 123).

<sup>165</sup> Para o presidente paraguaio Elígio Ayala, a oposição ao tratado Ibarra- Mangabeira pouco ou nada tinha a ver com a ressalva brasileira feita em nota reversal à reivindicação boliviana sobre o Chaco. A oposição ao acordo era apenas uma manobra de política interna dos colorados para desgastar o governo e atacar a figura pública de Ibarra, potencial candidato à presidência da República (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p.360)

<sup>166</sup> Consta nesse relatório, por exemplo, informações de uso militar como “(...) o rio Apa é transponível em qualquer ponto de seu curso, quase sem trabalhos, por tropas de infantaria e cavallaria, e com trabalho de um dia por tropas de artilharia e comboios. Só é navegável por pequenas lanchas a gasolina e embarcações equivalentes, da foz até o Porto de S. Carlos. De Bella Vista á boca é cheio de corredeiras(...)” (Relatório Inspeção de Marcos das Fronteiras Brasil Paraguay e Brasil Argentina. 2(42).(41).623. AHI)

destinadas a aprovisionar o exército boliviano de novos equipamentos <sup>167</sup>. A chancelaria paraguaia argumentou que não fosse o abastecimento via ferrovias brasileiras, restaria às forças bolivianas abastecerem-se em Santa Cruz de La Sierra, cujas dificuldades de comunicação com Puerto Suarez praticamente inviabilizariam a operação.

Diante dos questionamentos da chancelaria paraguaia, aos quais subjaziam acusações de parcialidade em prol da Bolívia, o Itamaraty respondeu que nada poderia opor ao trânsito destes materiais, visto que, por não ser a Bolívia considerada beligerante, podia ela comprar armas no estrangeiro e transportá-las livremente pelo território brasileiro, sem empecílhos segundo a Convenção de Haya de 1907 e segundo o acordo bilateral de 1867. O chanceler brasileiro afirmou que era “monstruoso” supor qualquer favorecimento por parte do Brasil em prol da Bolívia, acrescentando que o governo brasileiro retardara o transporte das armas compradas por La Paz, exigindo que fossem discriminadas, o que havia permitido tornar público o assunto, “*que seria secreto se tivéssemos qualquer conviência*”<sup>168</sup>.

Apesar das explicações brasileiras, em maio 1928, o embate sobre a questão dos armamentos agravou-se quando o senador guarani Modesto Guggiari - primo do futuro presidente - acusou abertamente, em discurso no Congresso de seu país, de favorecer a Bolívia, recriminando o país por ter-se comprometido, em 1903, em cláusula secreta do tratado de Petrópolis a favorecê-la na questão de fronteiras com o Paraguai <sup>169</sup>.

O governo brasileiro desmentiu veementemente as acusações sobre a existência de tal acordo secreto reforçando que, pela inexistência de uma situação de guerra, não poderia romper com os tratados pactuados com a Bolívia que permitiam livre trânsito de mercadorias importadas por aquele país. Nesse mês, sob instruções do chanceler Octávio Mangabeira, o ministro Nabuco Gouvea marcou uma audiência com o presidente Elígio Ayala para expor a

<sup>167</sup> O questionamento baseava-se em denúncia do prático paraguaio do vapor boliviano “Presidente Unterwaldenes”, que declarara que seu comandante tivera ordens de ir a Porto Esperança, no Brasil, para embarcar carga procedente de Santos e entregá-la em Puerto Suarez, na Bolívia. Tal carga seria compreendida de bombas para aviões e metralhadoras que se destinariam a armar tropas bolivianas que atacariam porto militar paraguaio em Bahía Negra (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação** (1889-1954), FUNAG, 2012, p. 341)

<sup>168</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação** (1889-1954), FUNAG, 2012, pp. 341-342.

<sup>169</sup> Não existem quaisquer documentos que comprovem essa negociação. No entanto, pode-se assegurar que à época houve de fato real temor paraguaio quanto a uma transação secreta. Em 29 de abril de 1904, a chancelaria paraguaia envia nota ao Brasil ressaltando seus direitos sobre o Chaco diante do disposto no tratado de Petrópolis. “El Ministro de Relaciones Exteriores, Dr. Antolín Irala, dirigió el 29 de abril de 1904 una nota al Canciller brasileño, José Maria da Silva Paranhos, Barón de Río Branco, poniendo de resalto que el Tratado de Petrópolis y su Exposicion de Motivos contenían artículos y párrafos perjudiciales para el Paraguay (Salum Flecha, Historia Diplomática del Paraguay, 1978, pg. 112-113) Em 13 maio 1904, o mesmo chanceler elabora o “Plan Irala para la defensa del Chaco”advogava aquisição de material bélico, abertura de caminhos, fundação de novos fortins, promoção da colonização (FLECHA, Salum. **História Diplomática del Paraguay: de 1869 a 1938**. Segunda edición. Asunción: EMASA, p. 116).



posição do Brasil na questão do transporte de armas e desfazer as desconfianças em Assunção. O diplomata frisou a Ayala que a mesma imprensa que atacava o Brasil, silenciava premeditadamente, embora fossem mais vultuosos os carregamentos ferroviários de armas que a Bolívia fazia na Argentina desde Buenos Aires e Rosário; no Peru, por Mollendo-Puno; e no Chile, por Arica<sup>170</sup>. Nabuco de Gouveia garantiu ao presidente, no entanto, que, em sinal de bom entendimento, o Brasil iria protelar quanto fosse possível o embarque de novas armas à Bolívia, aumentando as exigências quanto a discriminação do material que vinha sendo transportado através das ferrovias nacionais<sup>171</sup>.

Essas explicações agradaram ao presidente paraguaio e parte dos senadores e deputados, mas os grupos de oposição continuaram “*refratários a toda aproximação do Brasil*”<sup>172</sup>, denunciando sua parcialidade em prol dos bolivianos. Havia grande facciosidade e passionalismo na política paraguaia. Segundo o próprio presidente Ayala confessaria a Gouveia, a campanha anti-brasileira era movida políticos paraguaios que acreditavam facilitar, assim, a obtenção de ‘favores’ da Argentina<sup>173</sup>.

Em 10 de julho de 1928, como forma de pôr fim ao malestar bilateral criado pelo caso dos armamentos, o presidente-eleito do Paraguai, José Patrício Guggiari, visitou o Brasil, em honras ao convite feito pelo diplomata em Assunção, Nabuco de Gouveia. A visita oficial era uma inovação em relação aos seus antecessores e era a primeira vez na história que um presidente paraguaio punha os pés no Brasil.

<sup>170</sup> A Argentina também permitia o transporte de armas por seu território para a Bolívia. A diferença é que La Paz era obrigada, pelo governo brasileiro, a discriminar o armamento em trânsito por seu território, declaração essa que não era exigida pelas autoridades argentinas. A divulgação pela imprensa do conteúdo bélico das cargas transportadas para a Bolívia gerou grande repercussão na opinião pública do Paraguai.

<sup>171</sup> Escreveria Doratioto: “*No início de junho, Nabuco de Gouveia, obedecendo a instruções de Otávio Mangabeira, procurou o presidente Eligio Ayala para expor-lhe a posição do governo brasileiro sobre o trânsito de armas. Frisou, então, a boa vontade da Chancelaria brasileira com relação ao Paraguai, 'protelando quanto possível a remessa de tais armamentos', ao mesmo tempo em que exigia sua minuciosa discriminação. Refutou como 'absurdos' os boatos de parcialidade do Brasil em favor da Bolívia, à qual, reiterou que as autoridades brasileiras não poderiam em tempos de paz, negar trânsito ferroviário. Afirmou que o material bélico boliviano transportado por território brasileiro, quer por sua quantidade, quer por sua qualidade, carecia de importância para agressão. O diplomata frisou para Ayala que a mesma imprensa que atacava o Brasil, silenciava premeditadamente, embora fossem ampla e pormenorizadamente conhecidos os 'vultuosos' transportes ferroviários de armas que a Bolívia fazia desde Buenos Aires e Rosário na Argentina; por Mollendo-Puno, no Peru e por Arica, no Chile*” (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p.343)

<sup>172</sup> DORATIOTO, 2012, Op.cit., p. 344.

<sup>173</sup> No dia 6 e 7 de junho de 1928, o chanceler paraguaio, Enrique Bordenave, compareceria a sessão secreta da Câmara e do Senado paraguaios para discutir questão do trânsito de armas, defendendo a posição do Brasil. A controvérsia acharia bom termo após também ser repelida pelo paraguaio Rogélio Ibarra, que condescendeu com os argumentos brasileiros. Nos bastidores, revelou ele a seus pares que havia um ponto positivo no discurso do senador Modesto Guggiari, dado o fato de que a Bolívia estava encontrando obstáculos adicionais para equipar seu exército. (DORATIOTO, 2012, Op. cit.,p. 341)

Sua viagem foi vista no meio político e diplomático de Assunção como “uma grande vitória” para desfazer as intrigas entre os países. No entanto, como relata Doratioto (2012), apesar das efusivas demonstrações de boas vindas recebidas na capital brasileira, Guggiari teria confessado à esposa do embaixador argentino que se sentia em um país estranho. Estava seguro, concluiu, que não teria a mesma sensação em Buenos Aires, onde os paraguaios eram recebidos como verdadeiros irmãos<sup>174</sup>.

No Rio, a questão do Chaco foi trazida à baila, demonstrando Guggiari firme propósito de equacioná-la por meios pacíficos. Sobre isso, Mangabeira comunicou a legação brasileira em La Paz:

30-O Presidente Guggiari foi aqui tratado com o máximo carinho stop Guggiari conversou com o Presidente e commigo a respeito da questão do Chaco stop Manifestamos sincero desejo solução pacífica do litígio, sendo muito de desejar que Paraguay e Bolívia pudessem entender-se entre si sem quaesquer intervenções stop Tive impressão Guggiari animo conciliatório (grifo nosso) stop Ponderei a Vacca Chavez que, após o episódio paraguay aqui se desenvolveu, seria de bom effeito concluirmos e assinarmos dentro de breves dias o tratado com a Bolívia, com o que elle concordou<sup>175</sup>

Apesar do ânimo conciliatório demonstrado pelo novo presidente paraguaio no Brasil, não houve avanços e, ainda em julho de 1928, as negociações de Buenos Aires sobre Chaco seriam adiadas *sine die*. Tal desenrolar dos eventos preocupou o chanceler Octávio Mangabeira que decidiu discutí-los reservadamente com os argentinos. Conforme relatou ao embaixador argentino no Rio, o presidente Washington Luís era, de início, contrário a qualquer intervenção de terceiros nessa divergência, mas sabia que essa posição não podia ser mantida a todo custo<sup>176</sup>.

Poucos meses depois da visita de Guggiari ao Rio, a questão do Chaco, ganhou novos contornos de dramaticidade. Como já foi visto, no início de dezembro de 1928, ocorreu a primeira grande crise nas relações entre o Paraguai e a Bolívia, o chamado incidente do fortim Vanguardia. Conforme já relatado anteriormente, sem ordens de Assunção, um destacamento de paraguaios, chefiados pelo capitão Rafael Franco, ocupou o fortim boliviano denominado Vanguardia no alto Paraguai. Afrontados, os bolivianos retaliaram tomando dois fortes paraguaios no Chaco. A crise pegou o Paraguai despreparado para uma guerra com a Bolívia, e o presidente Guggiari, com menos de um ano de governo, ficou em uma situação difícil. Anos depois, confessou ao ministro brasileiro em Assunção ter pensado mandar fuzilar o

<sup>174</sup> DORATIOTO, 2012, Op. cit., p. 347.

<sup>175</sup> EXTERIORES a BRASLEG-La Paz. Telegrama nº30, reservado índice Sobre o Chaco, reservado, 21.07.1928, AHI 212\1\16.

<sup>176</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p.348.

capitão Rafael Franco, o grande responsável pela crise. No entanto, não o fez pensando nas repercussões negativas na opinião pública doméstica<sup>177</sup>.

No dia 8 de dezembro de 1928, o ministro brasileiro em La Paz, Oswaldo Frust, foi convocado pelo Presidente da Bolívia, Hernando Siles, às pressas ao palácio presidencial, ocasião na qual seria comunicado da “*impossibilidade [da] Bolívia suportar mais essa provocação*”, conclamando o Brasil a verificar *in loco* a situação, e manifestando que a guerra agora era um fato irremediável<sup>178</sup>.

Face à gravíssima situação, que já ameaçava transpor para as vias da guerra, o Itamaraty limitou-se a manifestar votos de paz aos países em litígio, sem se imiscuir diretamente na questão. Em instruções enviadas a Maurício Nabuco, no Paraguai, Octávio Mangabeira afirmava que o Brasil não admitiria em nenhuma hipótese a decretação de uma guerra. No entanto, dizia que por estar a Argentina, até certo ponto, investida de funções mediadoras, o Brasil nada buscaria sugerir, para não melindrá-la. Continuava o mesmo telegrama afirmando, porém, que seria desejável que Paraguai e Bolívia procurassem solução jurídica para a sua pendência, evitando que a intromissão de terceiros pudesse ferir suas soberanias, em clara referência à própria Argentina<sup>179 180</sup>.

Graças à intervenção oportuna do secretário de Estado norte-americano Frank Kellogg, Paraguai e Bolívia seriam convencidos deporem armas e empreenderem conversas em Washington sob a mediação de uma Comissão de Países Neutros. Provavelmente para não se indispor com a Argentina, o Brasil rejeitou igualmente o apelo fazer parte de tal Comissão em Washington. Com grandes escrúpulos, Octávio Mangabeira afirmou que o país não

---

<sup>177</sup> DORATIOTO, 2012, Op. cit, p. 353.

<sup>178</sup> Frust relataria: “(...) *O Presidente da República acaba de chamar-me ao Palácio do Governo comunicando-me o desgraçado choque entre forças nacionais e paraguayas, explicando que vinte e cinco soldados [bolivianos] estavam em serviço de instalação de um fortim vanguardia próximo à zona do fortim boliviano Vitrones e paraguayo Galpon. É certo que patrulhas atacadas por numerosas tropas paraguayas, mal tendo tempo de defender-se. Morreram 12 bolivianos. O presidente da República faz apelo ao Brasil pedindo razão de boa vizinhança verifique sítio e estado a que foi reduzido o projectado fortim e raciocínio impossibilidade Bolívia suportar mais essa provocação. Respondi transmittiria, certo de que aqui e em Assumpção Vossa Excellencia tudo faria para impedir conflicto armado. O Presidente ponderou ser o conflicto armado um facto. Pareceu-me ser inevitável a guerra*” (OSWALDO FURST(BRASLEG- La Paz) para EXTERIORES. Telegrama, confidencial, NP, nº 172, Invasão território paraguayo por tropas bolivianas. 08.12.1928. AHI 212\1\11)

<sup>179</sup> Mangabeira instruiria: “Infensos em absoluto à intervenção de qualquer país nos negócios de outro, timbramos aconselhar o Paraguai e a Bolívia que procurem fórmula ou solução jurídica sem a intervenção de outros Estados; assim se evitaria mau precedente e se conservariam intactas as soberanias respectivas, como tanto deseja o Brasil (grifo nosso)” (EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas, reservado, NP, nº 78, Incidente Paraguay-Bolívia, 12.12.1928. AHI 212\1\16)

<sup>180</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p.354

poderia aceitar “qualquer função de juiz na causa em que poderia ser arguido, injustamente que fosse, de ter qualquer interesse, indireto ou direto, próximo ou remoto”<sup>181</sup>.

A recusa brasileira foi recebida com surpresa em Washington, uma vez que a cautela excessiva do Brasil parecia desproporcional ao papel meramente de investigação que a ela caberia. O Brasil, país limítrofe e teoricamente interessado na preservação da paz no Chaco, eximia-se de qualquer participação em uma tentativa multilateral de remediar o problema, optando por deixar que terceiros interviessem em seu lugar<sup>182</sup>.

Em 25 de dezembro de 1928, porém, o motivo dessa postura cautelosa foi revelado. Nessa data, o Brasil assinou com a Bolívia um tratado conhecido como “Tratado de Natal”, concedendo a ela 1 milhão de libras para construção de uma ferrovia para vinculação comercial com o Brasil<sup>183</sup>. A verdade é que, pelas experiências anteriores, o Brasil era profundamente cético quanto a possibilidade de uma intervenção pacificadora bem sucedida de terceiros e temia que uma vez que participasse de tal Comissão fosse obrigado a participar de medidas cominatórias contra a Bolívia que pudessem prejudicar os acordos bilaterais em negociação. Como era previsível, porém, esse convênio despertou gravíssima preocupação do Paraguai que estava seguro que os valores seriam utilizados na compra de mais armas<sup>184</sup>.

Cerca de um mês depois, em fevereiro de 1929, Mangabeira rejeitou somar-se a uma suposta proposta de embargo de armas pretendido contra a Bolívia, e que já teria obtido a adesão de outros países americanos, inclusive dos EUA. A informação foi comunicada reservadamente pelo Itamaraty ao governo de La Paz para que este não fosse pego de surpresa, fato que renderia profunda gratidão boliviana. Pouco tempo mais tarde, constatar-se-ia que se tratava apenas de um boato falso. Segundo Octávio Mangabeira comunicaria a legação brasileira em La Paz, formava-se nos países americanos uma atmosfera anti-boliviana, que também suspeitava da parcialidade do Brasil na questão, algo absurdo na opinião do chanceler<sup>185</sup>.

<sup>181</sup> GARCIA, 2006, Op. cit., p.455.

<sup>182</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre a América e a Europa**: a política externa brasileira na década de 20, Editora da Universidade de Brasília, FUNAG, 2006, p. 455.

<sup>183</sup> O Tratado de Natal foi assinado no dia 25 de dezembro de 1928, no Rio de Janeiro, por Vaca Chávez (Bolívia) e Octávio Mangabeira (Brasil). Nele substituiu-se a obrigação do Brasil de construir um ramal ferroviário entre Villa Murtinho e Villa Bella, na confluência do Beni e do Mamoré, constante no tratado de Petrópolis (art. 7º), por auxílio na construção de uma ferrovia que ligasse Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra e dali se bifurque para, de um lado, um porto na bacia do Amazonas e, do outro, a um porto no rio Paraguay (art. 5º).

<sup>184</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai**: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954), FUNAG, 2012, p. 356-357.

<sup>185</sup> “(...)Noto se vai formando atmospheria muito contraria Bolívia. Estamos sendo suspeitados de parciaes a favor da causa boliviana exclusivamente pelo facto de guardarmos em todos os momentos a nossa stricta imparcialidade. Se effectivamente Estados Unidos Argentina Chile Perú já entraram no dicto accordo como

Percebendo o agravamento das tensões, Mangabeira gradualmente abandonou a postura de reticência e envidou esforços mais ingentes para facilitar um entendimento paraguaio-boliviano. Em janeiro de 1929, comunicou a seu encarregado de negócios em La Paz que estava tendo palestras confidenciais sobre Chaco com os ministros de Bolívia e Paraguai acreditados no Rio de Janeiro, Montes e Moreno, que segundo ele eram ambos "*espíritos esclarecidos*" e que tinham amizade pessoal um pelo outro<sup>186</sup>. Essas palestras contaram com o apoio de Oswaldo Frust que escreveu que ninguém mais do que o chanceler brasileiro estava em condições de propiciar o acordo<sup>187</sup>. Em 6 de junho de 1929, Frust reportaria a Mangabeira o êxito de sua ação mediadora, afirmando que a Bolívia estava disposta a buscar uma solução por vias pacíficas, envolvendo um "*accordo geral e não apenas do incidente Vanguardia*"<sup>188</sup>.

Poucos meses mais tarde, no entanto, por complicações na situação política interna, o principal avalista do acordo, o chanceler boliviano seria obrigado a renunciar, frustrando as negociações<sup>189</sup>. Os dois países pareciam caminhar inadvertidamente para a guerra e, já à mesma época, o ministro brasileiro em La Paz noticiava a chegada das primeiras armas encomendadas à Bolívia da firma inglesa Vickers Armstrong. Estavam em viagem, de passagem pela cidade argentina de Rosário, um carregamento ferroviário destinado ao altiplano de "seiscentos e tantos caixões", que continham metralhadoras e armas pesadas<sup>190</sup>.

Em agosto de 1929, quando já se tornava evidente o fracasso da Comissão Negociadora de Washington, o governo paraguaio solicitou, então, a opinião do Itamaraty sobre uma intromissão dos países ABC na questão do Chaco, em reedição da proposta feita

*parece que entraram seria talvez melhor que governo boliviano evitasse em tempo o golpe ou suspendendo declaradamente a importação de armamentos uma vez que o Paraguay proceda analogamente ou promovendo de uma vez por todas em termos convenientes a solução arbitral definitiva sobre o litígio do Chaco(...)*"(EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas, nº8, NP, confidencial. Armamentos para Bolívia,08.02.1929, AHI 212\1\12)

<sup>186</sup> EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegrama cópias, nº12, NP, confidencial, Chaco, 15.02.1929, AHI 212\1\12.

<sup>187</sup> OSWALDO FURST (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas cópias, NP, nº19, confidencial, Transito de armamento, 16.02.1929, AHI 212\1\12.

<sup>188</sup> Escreveria Frust: "*(...)Creio poder afirmar a Vossa Excellencia que se registra assim inconfundível, se bem que secreto, triumpho, pois que o resultado provem do desejo e instrucções reservadas do telegramma confidencial nº89, do anno passado, que procurei encaminhar, através de vários acontecimentos, com a maior prudência. Contra a praxe estabelecida permitta-me Vossa Excellencia que o felicite pela conquista do primeiro passo para a solução definitiva.(...)*" (OSWALDO FRUST(BRASLEG-La Paz para EXTERIORES, Telegramas, confidencial, NP, nº 81, Chaco, 06.06.1929, AHI 212\1\12)

<sup>189</sup> Em 5 de agosto de 1929, Furst escreveria: "*103- Situação política muito delicada. Como previ no §4, página 3, do officio n.119, o Ministro das Relações Exteriores apresentou hoje sua renuncia*" (OSWALDO FRUST(BRASLEG-La Paz para EXTERIORES, Telegramas, reservado, NP, nº103, Situação interna Bolívia, 05.08.1929, AHI 212\1\12)

<sup>190</sup> FURST (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas. confidencial, nº 64, NP, Armas para a Bolívia,26.05.1928, AHI

pelo Barão do Rio Branco vinte anos atrás. Octávio Mangabeira, no entanto, se mostrou cético quanto a essa possibilidade<sup>191</sup>, postura acertada já que, poucos dias depois, após conferenciar com novo chanceler boliviano, Vacca Chavez, Frust telegrafou de La Paz dizendo:“(...) *A entrega do assumpto ao ABC não encontraria apoio aqui não só pela origem como pela incompatibilidade com o Chile*”<sup>192</sup>.

Em outubro de 1929, o chanceler Mangabeira buscou dissuadir a Bolívia de abandonar a Comissão de Washington<sup>193</sup>, continuando a rejeitar os apelos bolivianos para assumir protagonismo na mediação da melindrosa questão. Propugnava ele ser necessário não transparecer desejo de intervenção isolada brasileira, fato que poderia indispor o país à Argentina ou aos EUA<sup>194</sup>.

As tensões continuaram a crescer e, em janeiro de 1930, produziu-se um novo incidente prejudicou de morte as negociações então em curso em Washington. Em 23 de janeiro de 1930, o chanceler paraguaio Zubizarreta mostrou ao novo ministro brasileiro em Assunção, Araújo Jorge, um radiograma boliviano que fora interceptado pelo serviço de inteligência do seu exército que previa um ataque simultâneo boliviano a várias posições paraguaias<sup>195</sup>.

Diante da nova situação limite, Mangabeira mobilizou a Legação brasileira em La Paz para evitar um fato grave que pudesse resultar em conflito bélico. O governo boliviano assegurou, então, que não promoveria qualquer ação militar, a não ser em legítima defesa. Ao que tudo indica, a ação brasileira foi eficaz para acalmar os ânimos e o diplomata Lucillo Bueno teve papel destacado para impedir o desencadeamento da guerra. Escreveria ele posteriormente:

<sup>191</sup> Mangabeira responderia a legação de Paraguai, também informando a legação na Bolívia: “(...) *Embora não repilla hypothese intervenção ABC não creio muito sua viabilidade nem vejo como possamos tomar iniciativa nas condições actuaes(...)*”(EXTERIORES para BRASLEG- La Paz. Telegramas cópias, nº 56, reservado, NP, Chaco, 01.09.1929, AHI 212\1\12)

<sup>192</sup> OSWALDO FURST (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas cópias, nº 122, NP, Chaco, 03.09.1929, AHI 212\1\12.

<sup>193</sup> Diria Mangabeira: “(...) *Manter conflicto Chaco equivale impossibilitar progresso dois paizes, condemnando-os existencia ingloria estéril. Sabedoria seus dirigentes deve inspirar-lhes solução pacífica. Abandonar bons officios organismo neutro constituído Washington seria imprudente. Malquistar-se com Estados Unidos seria inepto. Serão abençoados os Governos que na Bolívia e no Paraguay souberem contribuir efficazmente para pôr termo litígio. Dentro isenção neutralidade temos sabido guardar para melhor servir nenhum esforço poupamos colaborar lealmente(...)*”(EXTERIORES para BRASLEG- La Paz. Telegramas cópias., NP, nº71, Chaco. 10.10.1929, AHI 212\1\12)

<sup>194</sup> Em 1 de novembro de 1929, Mangabeira telegrafaria a La Paz:“(...) *Reitero maior reserva evitando possibilidade intrigas. Intervenções anteriores Argentina e sobretudo Estados Unidos nos obrigam lealdade não deixando transparecer de modo algum desejo intervenção isolada*”(EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas minutas, reservado, NP, nº 77, Chaco, 01.11.1929, AHI 212\1\16)

<sup>195</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 371.

(...) Evitei que o conflito tomasse proporções sangrentas em janeiro de 1930(...) O ataque paraguayo de 19 de Janeiro de 1930 teria sido a chispa da guerra se á meia noite de 20 daquelle mez, perante o Dr. Vaca Chaves, Ministro do Exterior, não houvesse o Ministro do Brasil exposto ao Presidente Siles os perigos de uma aventura, promovida pelo general Kundt, com a oficialidade trepidante de desejos para entrar em campanha (...)<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> LUCILLO BUENO (BRASEMB-Montevideu) para EXTERIORES. Ofícios, nº 307, Artigo sobre o fracasso da mediação do A.B.C.P, 04.09.1933,AHI 33\2\7.

## II. O IMPASSE POLÍTICO-MILITAR (1932-1935)

### 2.1- A questão do Chaco no início do governo provisório<sup>1</sup>

O golpe de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas à presidência da República no Brasil e de Afrânio de Melo Franco à chefia do Itamaraty não alterou a postura defensiva e cautelosa brasileira na questão do Chaco. Como afirma Garcia (2006), mesmo após a revolução de 1930 “o Brasil continuaria refratário a uma ação direta e construtiva em prol da pacificação do Chaco”<sup>2</sup>.

O novo chanceler, Melo Franco, era um político, jurista e internacionalista de grande capacidade, que servira em diversas posições de proeminência sob os governos anteriores. Fora chefe da delegação do Brasil ante a quinta conferência pan-americana em Santiago em 1923 e fora chefe da delegação brasileira na Liga das Nações em 1926. Experimentado nas questões políticas com os demais países da América do Sul<sup>3</sup>, o político mineiro presenciara o agravamento das rivalidades na região na década anterior, especialmente com relação à questão paraguaio-boliviana. Convidado a assumir a chancelaria ainda pela Junta Provisória, que destituiu Washington Luis, Melo Franco seria elemento que sinalizaria a estabilidade, e não a ruptura, da política externa do novo regime<sup>4</sup>.

Em telegrama de 1931, afirmava o novo chanceler que sua posição na questão do Chaco em nada diferia a do governo anterior, orientando o novo ministro brasileiro em La Paz a não tomar jamais a iniciativa de oferecer mediação, sem, no entanto, descartar a possibilidade de o Brasil coadjuvar em uma mediação oferecida pelos EUA ou por outra potência americana. Naquele momento, estabeleceu ele como questão prioritária a definição

<sup>1</sup> Acerca da participação brasileira na questão do Chaco entre 1931-35 ver: "Circular, N. 909, CONFIDENCIAL, 22-08-1934". Disponível em <[http://funag.gov.br/loja/download/345-Cadernos\\_do\\_CHDD\\_N\\_09.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/345-Cadernos_do_CHDD_N_09.pdf)>, consulta: 23.03.2019. Acerca da intervenção do Brasil nos meses que antecederam a guerra- junho a agosto de 1932- ver: MELO FRANCO, Afrânio de. **Episódios de História Internacional Recente**. Rio de Janeiro: s.ed,1941.

<sup>2</sup> GARCIA, Eugenio Vargas. **Entre a América e a Europa**: a política externa brasileira na década de 20, FUNAG, 2006, pp.455-456.

<sup>3</sup> Em 1917, Afrânio de Melo Franco fora o enviado do presidente Venceslau Brás e do chanceler Nilo Peçanha à Bolívia para a posse do presidente-eleito José Gutierrez Guerra, carregando instruções específicas de buscar concretar a aproximação com os dois países (MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Um estadista da república**: Afrânio de Melo Franco e Seu Tempo. Afonso Arinos de Melo Franco. Editora Jose Olympio, 1955, p.677). Há tempos ele já acompanhava os planos de vinculação bilateral. Essa sua atividade pretérita, no entanto, não fez Melo Franco pender para o lado boliviano da disputa quando da eclosão do conflito.

<sup>4</sup> O principal articulador de sua nomeação fora o general Tasso Fragoso, seu companheiro na delegação na conferência de Santiago sete anos antes, e chefe da Junta Provisória que depôs Washington Luís e entregou o poder a Vargas (MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Um estadista da república**: Afrânio de Melo Franco e Seu Tempo. Afonso Arinos de Melo Franco. Editora Jose Olympio, 1955, p. 1012)



de fronteiras e a conclusão das obrigações concernentes ao tratado de Petrópolis e de Natal, ambos com a Bolívia <sup>5</sup>.

Ao longo de 1930 e 1931, porém, a controvérsia sobre o Chaco continuou a ganhar vulto, passando a envolver diretamente o nome do Brasil, e ameaçando, já neste momento, tornar-se uma guerra aberta. Nesse cenário incerto, compreendia Melo Franco, e os demais membros do governo Vargas, a urgência em se rearmar. No entanto, havia carência de recursos e, em 1930, exatamente por este motivo, o Brasil decidiu não renovar o contrato da missão naval norte-americana que estava no país desde 1922 <sup>6</sup>. Stanley Hilton escreveria:

Quando Melo Franco entrou no Itamaraty, a disputa entre a Bolívia e o Paraguai pela região do Chaco já ameaçava assumir uma feição militar. Com o Brasil mergulhado em sua própria crise político-financeira e ressentindo-se de um aparato militar e naval eficiente, qualquer diplomacia agressiva poderia ser desastrosa. Melo Franco, assim, procederá com tato e discrição, procurando sempre exercer sua influência no sentido de uma solução conciliatória e demonstrar isenção e objetividade. "Nosso ponto de vista inalterável é o de colaborar de qualquer modo para a paz americana," telegrafou à Legação em La Paz em meados de 1931, "e a nossa atitude deve continuar a ser de completa imparcialidade aí e em Assunção(...)."<sup>7</sup>

O Brasil realmente pisava em ovos. Preocupava-se igualmente em não se indispor aos EUA, país que sediava a Comissão dos Neutros, e com o qual estreitava vínculos financeiros e comerciais e em não desgostar a Argentina, sua principal parceira regional, cujo aumento do gasto militar, a partir do golpe militar de 1930, também era considerado um sinal ominoso pelas autoridades do Rio de Janeiro <sup>8</sup>.

Um fato que trouxe preocupações adicionais às autoridades cariocas foi o envio de uma missão militar argentina ao Paraguai em um contexto tão delicado<sup>9</sup>. A missão Schweizer,

<sup>5</sup> EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Despachos, confidencial, G\4899(42)(31). Instruções, 27.08.1931, AHI 23\4\12.

<sup>6</sup> Vargas justificou a não renovação da missão naval americana devido a limitação orçamentária. "*O alto comando da marinha da marinha objetava que o ensino naval seria gravemente prejudicado, e o chanceler concordava plenamente, mas, como informou ao diretor da Escola de Guerra Naval em dezembro de 1930, Vargas infelizmente se mantinha 'irredutível' quanto à necessidade de fazer essa economia. Em carta apologética a Edwin Morgan, embaixador americano, Melo Franco frisou que a crise financeira constituía, por força, 'a preocupação essencial e primordial' do governo*" (MONIZ BANDEIRA, 1978, n.p.). As motivações, entretanto, iam além da crise orçamentária. Segundo Cervo&Bueno, "*o apoio dos Estados Unidos ao governo de Washington Luís e recusa em vender armamento aos rebeldes*" foram fatores adicionais (CERVO & BUENO, 2008, p. 233).

<sup>7</sup> HILTON, Stanley. Afranio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943, **RBPI**, 1986, p. 26

<sup>8</sup> HILTON, Stanley E., "The Argentine Factor in Twentieth-Century Brazilian Foreign Policy Strategy", **Political Science Quarterly**, Vol. 100, N°1, Spring 1985, p. 29

<sup>9</sup> A cooperação militar argentina com Paraguai já vinha despertando preocupações do Brasil. Em abril de 1928, o embaixador em Assunção Nabuco de Gouvêa chamava atenção do Itamaraty para a insistência do governo de Buenos Aires para que "o exército paraguaio esteja armado com o mesmo tipo de material do exército argentino". Destacava o diplomata que essa padronização de armamentos, em caso de guerra com o Brasil ou Chile, facilitaria para o exército argentino operar em conjunto com a força terrestre paraguaia (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-**

como ficou conhecida- pois era chefiada pelo coronel do exército argentino Abraham Schweizer-, seria vista com grande preocupação pelo Brasil, que, por intermédio do ministro Araujo Jorge em Assunção, manifestou sua estranheza ao governo paraguaio. O diplomata narraria ao Itamaraty:

Com ponderação e prudência que sempre ponho em assumptos taes, observei-lhe que isto poderia quiçá causar extranheza nos países visinhos, pela situação geographica e política verdadeiramente privilegiada em que se encontrava a República Argentina vis-à-vis do Paraguay. Principalmente na Bolívia, paiz com o qual as relações são tão tensas, tal medida deverá causar sobresalto<sup>10</sup>.

A missão militar argentina no Paraguai também causou apreensão nos demais países sul-americanos, como a Bolívia e o Chile. No mesmo ofício enviado ao Rio, Araújo Jorge relatou que, em um encontro, o embaixador chileno em Assunção, Gonzalo Montt, teria demonstrado suas grandes preocupações. *“O senhor Montt assegurou-me haver visto no Estado maior Chileno um plano de mobilização geral argentina, no qual a república do Paraguay figura apenas como o distrito nº47 de mobilização, como se tratasse do próprio território argentino”*, reportava o ministro<sup>11</sup>.

O Paraguai não tinha confiança nos brasileiros nem nos chilenos. Em dezembro de 1930, o novo encarregado de negócios brasileiro no Paraguai, Guimarães Bastos, descrevia um quadro que mostrava o grau de desconfiança guarani. *“O Brasil que se conhece aqui é Brasil é o Brasil de 1870, o Brasil da guerra do Paraguai”*, escreveu ele, notando ainda a existência de uma fascinação argentina no país vizinho<sup>12</sup>.

O Brasil, no entanto, não deixou de agir com imparcialidade na questão do Chaco. Em abril de 1931, Melo Franco rejeitou um pacto de defesa mútua proposto pela Bolívia temendo *“a repercussão que o fato poderia ter no Paraguai, se não em outros países do Continente”*<sup>13</sup>. No mês seguinte, em 5 de maio de 1931, preocupado com o aumento das tensões boliviano-paraguaias, o chanceler brasileiro convidou o governo dos EUA para conjuntamente intervirem na disputa. Apesar dos reiterados apelos de Melo Franco ao embaixador americano no Rio, Edwin Morgan, para que o governo de Washington encetasse uma intervenção

---

1954), FUNAG, 2012, p. 340). Inicialmente, acreditava o Brasil, que o envio da missão Schweizer fora uma imposição argentina. Posteriormente, no entanto, constatou-se que o Paraguai teria requisitado o seu envio (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 377).

<sup>10</sup> ARAUJO JORGE (BRASLEG-Assunção) a EXTERIORES. Ofício, confidencial, nº8, Missão Militar Argentina, 03.02.1931, AHI 1\2\15.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p.377.

<sup>13</sup> Afrânio de MF à Legação Brasileira (La Paz), 14.IV.1931, AHI.

pacificadora no litígio paraguaio-boliviano, o secretário de Estado, Henry Stimson, recusou tomar qualquer posição, pedindo ao governo do Rio para continuar a colaborar com a Comissão dos Neutros<sup>14 15</sup>.

Em julho de 1931, mesmo antes de apresentar suas credenciais como novo ministro em Assunção, o diplomata brasileiro Lucillo Bueno, atuou junto ao embaixador da Argentina, Mariano Beascochea, e do México na tentativa de evitar a suspensão das relações bilaterais entre Bolívia e Paraguai<sup>16</sup>. Apesar de seus esforços, no entanto, o legado não conseguiu impedir o deslinde provável, pois o Paraguai se recusava a desautorizar os atos de seu ministro na Bolívia<sup>17</sup>.

Os tomadores de decisão viam a situação agravar-se dia após dia. Nesse período, uma proposta boliviana de um pacto de não agressão seria sumariamente rejeitada pelos paraguaios que desconfiavam dos bons propósitos de seus vizinhos. Os exércitos, de ambos os lados, permaneciam em um estado de prontidão permanente<sup>18</sup>. Em um momento de grandes indefinições havia até mesmo o temor por parte do chanceler Melo Franco que o Acre pudesse vir a ser a real vítima do armamentismo boliviano, já que haviam setores anti-brasileiros na opinião pública do país andino<sup>19</sup>.

Quando, em setembro de 1931, a Bolívia lhe confidenciou planos de bombardear Assunção, Melo Franco instou novamente o governo de Washington a intervir diretamente na

<sup>14</sup> FRUS, 1931, vol.I, p 730; pp. 737-738; pp. 747- 748.

<sup>15</sup> Sobre esta gestão junto aos EUA por seu pai, Afonso Arinos de Melo Franco escreveria: *"Em maio de 1931, Melo Franco chamou o embaixador americano Edwin Morgan, e perguntou-lhe se o Departamento de Estado queria tomar a iniciativa de propor uma solução para o litígio, que, depois de examinada e aceita pelo Brasil, seria transmitida aos dois governos em choque. Os Estados Unidos não aprovaram a lembrança. É o que avisa a Morgan o secretário de Estado, Stimson. Em junho, Melo Franco insistiu em chamar a atenção de Morgan para o ' crescimento da perigosa tensão existente entre a Bolívia e o Paraguai'. Achava-se necessário gestões para obter o arbitramento. Stimson respondeu que a Bolívia recusara 'formal e categoricamente' considerar a questão. Melo Franco, como observou Morgan, continuava 'seriamente ocupado' com a situação. Em julho previne o governo americano que ' a situação na fronteira estava muito crítica' e apelava fortemente para que os Estados Unidos oferecessem sua mediação. A Secretaria de Estado, porém, hesitava em invadir as atribuições da Comissão dos Neutros."* (MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Um estadista da república**: Afrânio de Melo Franco e Seu Tempo. Afonso Arinos de Melo Franco. Editora Jose Olympio, 1955, p.1029)

<sup>16</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai**: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954), FUNAG, 2012, p. 381.

<sup>17</sup> Lucillo descreve minuciosamente seus passos tomados durante a crise no ofício nº 69, de Assunção, de 11 de julho de 1931.

<sup>18</sup> Na avaliação de Lucillo Bueno, a manutenção do exército paraguaio em prontidão pelo presidente Guggiari decorria também razões de índole interna. Segundo afirmaria Lucillo Bueno, o risco de uma guerra com a Bolívia era uma justificativa utilizada pelo presidente Guggiari para manter o seu exército no Chaco, longe da capital, reduzindo a pressão política e a possibilidade de um golpe contra seu governo (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai**: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954), FUNAG, 2012, p. 381)

<sup>19</sup> EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. despachos, reservado, NP\55, A questão do Acre, 14.11.1931, AHI 23\4\12

contenda, o que lhe seria recusado mais uma vez<sup>20</sup>. Sobre essa intervenção apaziguadora, seu filho, Afonso Arinos, escreveu, décadas depois:

Em setembro [de 1931] o ministro brasileiro em La Paz, Sousa Leão Gracie, avisa a Melo Franco que o chefe do Estado-maior boliviano lhe desvendara os intuítos do Exército de ocupar fortins paraguaios no Chaco e bombardear Assunção com a força aérea. Melo Franco transmite a grave denúncia a Washington e insta energicamente para que o secretário de Estado interceda, auxiliando a tarefa da Comissão. Em telegrama de resposta, Stimson relata os antecedentes das negociações havidas, mas deixa clara a sua intenção de conservar a matéria na competência da Comissão<sup>21</sup>

Vendo-se de mãos atadas, o Brasil só seria capaz de tomar medidas profiláticas. Vargas decidiu cancelar a viagem que faria ao Paraguai, que seria o primeiro giro internacional do presidente brasileiro desde que assumiu o poder, em uma retribuição à visita que Guggiari fizera ao Brasil em 1928. Os jornais bolivianos repercutiam a aventada visita de modo desfavorável, considerando incompreensível o gesto no atual momento internacional<sup>22</sup>. Assim, o governo brasileiro decidiu se precaver adiando a sua realização para um momento mais oportuno. De igual maneira, em setembro de 1931, o exército brasileiro realizou as manobras do Nioaque, às margens do rio Nioaque, em Mato Grosso. Sob o comando do general Bertoldo Klinger, os exercícios militares foram os primeiros na história brasileira com emprego de veículos motorizados, realizados exatamente na fronteira com o Chaco, em provável preparação para um eventual conflito<sup>23</sup>.

Como revelam os documentos oficiais, o Brasil, de fato, não queria a guerra. Acreditava que o momento era o pior possível causando graves empecilhos até mesmo para a recuperação do crédito na América do Sul em um período pós-29. O Brasil, inclusive, adotou o artifício de retardar o quanto podia os pedidos bolivianos de trânsito de armas e munições pelo território nacional<sup>24</sup>. O país também recusou pedidos confidenciais para que efetivasse a entrega do 1 milhão de libras devido a Bolívia, temendo que o país utilizasse integralmente o

---

<sup>20</sup> FRUS 1931, vol. 01, d.616.

<sup>21</sup> MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Um estadista da república**: Afrânio de Melo Franco e Seu Tempo. Afonso Arinos de Melo Franco. Editora Jose Olympio, 1955, p.1029.

<sup>22</sup> LATOUR (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas, nº97, Visita Chefe Governo Provisório ao Paraguay, 16.08.1931, AHI 23\5\10.

<sup>23</sup> Os exercícios simularam a retirada de Laguna. Seria necessária grande criatividade para transpôr os rios com os pesados caminhões Ford naquela região erma e sem estradas. Tão cedo quanto julho de 1931, um já preocupado general Bertoldo Klinger solicitou a Vargas o envio de aviões e hidroaviões para guarnecer a fronteira brasileira com o Paraguai. Sugeriu o general Klinger que a visita de Vargas ao país seria a ocasião perfeita para reforçar as tropas na fronteira, sem despertar suspeitas dos vizinhos (GV c 1931.07.26, CPDOC-FGV)

<sup>24</sup> LATOUR (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas, nº103, Transito de munições para Puerto Suarez, 03.09.1931, AHI 23\5\10.

valor para fins bélicos sem proveito para as relações bilaterais brasileiro-bolivianas<sup>25</sup>. Mas a Bolívia, obstinada pela opção militar, alegava que em breve seria alvo de um ataque paraguaio com o auxílio argentino, e, naquelas circunstâncias, acreditava que o Brasil era o único país capaz de ajudá-la efetivamente<sup>26 27</sup>.

Incapaz de obter o apoio brasileiro, a Bolívia ainda recorreu, ato contínuo, ao auxílio chileno para atacar o Paraguai. O alvitre, porém, também foi rechaçado pela chancelaria de Santiago. Segundo informações dos diplomatas americanos lotados na América do Sul, em fins de 1931, Peru, Argentina e Brasil pressionaram La Paz a abandonar a opção militar, enquanto que Peru e Chile ameaçaram fechar-lhe os portos do Pacífico, interrompendo todas suas vias de contato com o exterior<sup>28</sup>.

Após um ano tenso, aos olhos da chancelaria brasileira, a guerra parecia ser apenas uma questão de tempo. Em 2 de dezembro de 1931, num relatório intitulado “Chaco Boreal”, redigido por José Pinto da Fonseca Guimarães, côsul-geral do Brasil em Assunção, distribuído às missões brasileiras na América, já se previa a guerra como única solução possível para o litígio<sup>29</sup>. Em inícios de 1932, tal percepção veio a se confirmar quando as negociações de um pacto de não agressão paraguaio-boliviano em Washington começaram a naufragar. Em 18 de janeiro deste ano, a apresentação de uma contraproposta paraguaia deflagrou uma crise profunda nas conversações bilaterais.

O Paraguai propôs que na chamada zona Hayes, a Bolívia abandonasse todos os seus fortins, qualquer que fosse sua data de instalação – algo que implicaria no reconhecimento tácito do laudo Hayes de 1878-; e que no restante do Chaco ambos os países abandonassem todos os fortins instalados posteriormente a 1907, afastando-se do status-quo acordado no protocolo Pinilla-Soller. A Bolívia achou a proposta irrisória e absurda e o chanceler boliviano proporia ao presidente Salamanca a retirada dos seus diplomatas acreditados na conferência de Washington. Tal informação que deveria ser reservada vazou, gerando uma grave crise nas negociações.

<sup>25</sup> "(...)As negociações feitas em 1931 em La Paz com a legação do Brasil, quanto à aplicação do 1.000.000 do Tratado de Natal de 1928, não prosperaram. Conforme informou Ostría Gutiérrez, 'es cierto que Bolívia, durante la guerra del Chaco, ha hecho gestiones confidenciales para obtener el pago del millón de libras esterlinas y aplicarlo a fines bélicos; pero el rechazo del Brasil ha sido terminante. Así Bolívia ha acabado por no recibir un solo centavo de la última obligación que el Brasil contrajo en el Tratado de Petrópolis, ni este país ha construído un solo kilómetro de ferrocarril en beneficio de Bolívia.(...)" (SOARES, Teixeira. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Biblioteca do Exército Editora, 1973, p.227)

<sup>26</sup> GRACIE (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas, nº114, reservado, Relações Brasil-Bolívia, 14.09.1931, AHI 23\5\10.

<sup>27</sup> GRACIE (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas, nº118, reservado, Relações Brasil-Bolívia, 22.09.1931, AHI 23\5\10.

<sup>28</sup> FRUS, 1931, vol. 01, p. 626.

<sup>29</sup> Cadernos do CHDD, ano V, nº09, 2006, FUNAG, n.p

Com tal prospecto sombrio, em fins de fevereiro de 1932, o Chile procurou Argentina, Brasil e Peru para que atuassem em conjunto na Comissão dos Neutros de Washington para salvar as negociações. O embaixador chileno na capital americana procurou a embaixada brasileira advogando ação coordenada dos países limítrofes para impedir o colapso das negociações em Washington, propondo-se a submissão imediata da questão a arbitragem<sup>30</sup>. Tal proposta, no entanto, não prosperou.

Desde o início, Afrânio de Melo Franco era descrente quanto à possibilidade de um sucesso em Washington. A Bolívia se recusava a submeter a questão à arbitragem de quem quer que fosse, de modo integral ou parcial, reclamando para si soberania inquestionável de todo o Chaco. Tal convicção era realçada pelas declarações fortes do governo Salamanca contra tal método de solução do conflito. Salamanca havia inclusive desautorizado o seu ministro em Washington, Luis Albelli, que havia sinalizado maior disposição em negociar.

Em março, a Argentina fez alvitre similar ao chileno, propondo uma intromissão conjunta dos dois maiores países da América do Sul na questão. Reportando esse convite ao Rio de Janeiro escreveu em 9 de março de 1932, o então embaixador brasileiro em Buenos Aires, Joaquim Francisco de Assis Brasil, em telegrama confidencial enviado a Melo Franco:

índice: Chaco. quarta-feira – 22h45 – O ministro das Relações Exteriores está impressionado com as probabilidades de rompimento entre o Paraguai e a Bolívia, o que poderia ter repercussão depreciativa no crédito do continente e outras más consequências. Sugere a ação conjunta do Brasil e Argentina para promover a solução pacífica e pede resposta urgente. Assis Brasil<sup>31</sup>.

A propositura argentina, no entanto, foi rejeitada no dia seguinte pelo chanceler Melo Franco que dizia temer ferir as susceptibilidades bolivianas, frontalmente contrárias a arbitragem da questão<sup>32</sup>. A recusa brasileira em cooperação pela arbitragem seria um tanto desconcertante, mas evidenciava os grandes escrúpulos brasileiros em não desgostar a Bolívia, quiçá prejudicando os projetos de vinculação comercial negociados.

Cria-se que a visita do presidente-eleito do Paraguai, Eusébio Ayala, ao Brasil, neste mesmo mês, seria a oportunidade ideal para se conseguir uma melhora da situação diplomática, dissipando pelo menos as desconfianças paraguaias com relação à posição do

<sup>30</sup> MELO FRANCO, Afrânio de. **Episódios de Política Internacional Contemporânea**. Rio de Janeiro: s.ed,1941. pp.7-8.

<sup>31</sup> ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Um diplomata da República**. Volta à diplomacia (1931-1933). vol.2, Rio de Janeiro: CHDD/FUNAG, Editora Thesaurus, 2006, p.184, p.184

<sup>32</sup> EXTERIORES a BRASEMB-Buenos Aires. Telegramas, nº17, NP, confidencial, 10.03.1932, AHI 14\2\10.

Brasil na contenda<sup>33</sup>. Cosmopolita e poliglota, Ayala era um político experimentado que já havia sido presidente do Paraguai em outra ocasião (1921-1923) e ministro do exterior por cinco oportunidades<sup>34</sup>, além de ministro em Washington (1931). Além de sua vasta experiência no âmbito governamental, o também financista Ayala tinha experiência administrativa no âmbito privado, tendo gerido a International Products Administration, uma empresa americana que atuava no Chaco.

Ayala fora eleito pelo partido liberal, mas não comungava das mesmas visões de seus pares políticos, sendo ele contrário à política de confrontação com a Bolívia. Em 1925, estivera responsável pela compra de armas na França, iniciativa a qual reputava um erro. Segundo pensava, era um erro um país tão pobre como o Paraguai despender largas somas na compra de armas, que sequer se sabia se seriam, quando seriam e como seriam utilizadas<sup>35</sup>. Ayala também tinha uma visão mais favorável ao Brasil, não comungando dos temores de pró-bolivianismo brasileiros<sup>36</sup>. Dez anos antes, Ayala havia manifestando “tendências amistosas” para com o Brasil, sendo um partidário da aproximação bilateral pela construção entre uma ligação ferroviária entre Assunção a Santos<sup>37</sup>.

Conforme reportaria o chanceler Melo Franco para o ministro americano Edwin Morgan, durante a sua breve permanência na capital brasileira, Ayala manifestou disposição em obter uma solução negociada para o caso do Chaco<sup>38</sup>. A visão moderada de Ayala, no entanto, não era compartilhada por boa parte da alta cúpula de políticos e militares paraguaios, que percebiam a iminência de um ataque boliviano, sob o amparo dos brasileiros. Pouco tempo após deixar o Brasil, o presidente-eleito seria bombardeado pelas advertências

<sup>33</sup> Vargas escreveria em seu diário: “11 a 15 de Março(...) Domingo, recebi o dr. Ayala, futuro presidente do Paraguai, e senhora. Toquei-lhe em vários assuntos de interesse para os dois países- delimitação de fronteiras, convênio de navegação e ligação ferroviária com um porto livre no Atlântico, com o que ficou ele muito satisfeito.” (VARGAS, Getúlio D. *Diários*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, v. 1, pp. 95-96)

<sup>34</sup> As cinco ocasiões em que foi ministro do exterior do Paraguai foram: 1) De 4 de junho de 1908 a 21 de outubro de 1908 sob o governo do presidente Emiliano González Navero; 2) De 15 de agosto de 1912 a 15 de agosto de 1916 sob o governo del Presidente Eduardo Schaerer; 3) De 15 de agosto de 1916 a 5 de junho de 1919 sob o governo do Presidente Manuel Franco (falecido no mandato); 4) De 6 de junho de 1919 a 15 de agosto de 1920 sob o governo do Presidente José Pedro Montero; 5) De 15 de agosto de 1920 a 29 de outubro de 1921 sob o governo do Presidente Manuel Gondra (para logo assumir pela primeira vez a presidência provisória)

<sup>35</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 312.

<sup>36</sup> A moderação do presidente Eusébio Ayala seria essencial para evitar o agravamento de um conflito entre o embaixador brasileiro Lucillo Bueno e o chanceler Higinio Arbo no incidente do navio Paraguay, em agosto de 1932, quando a neutralidade brasileira seria questionada em favor da Bolívia (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, pp. 389-390)

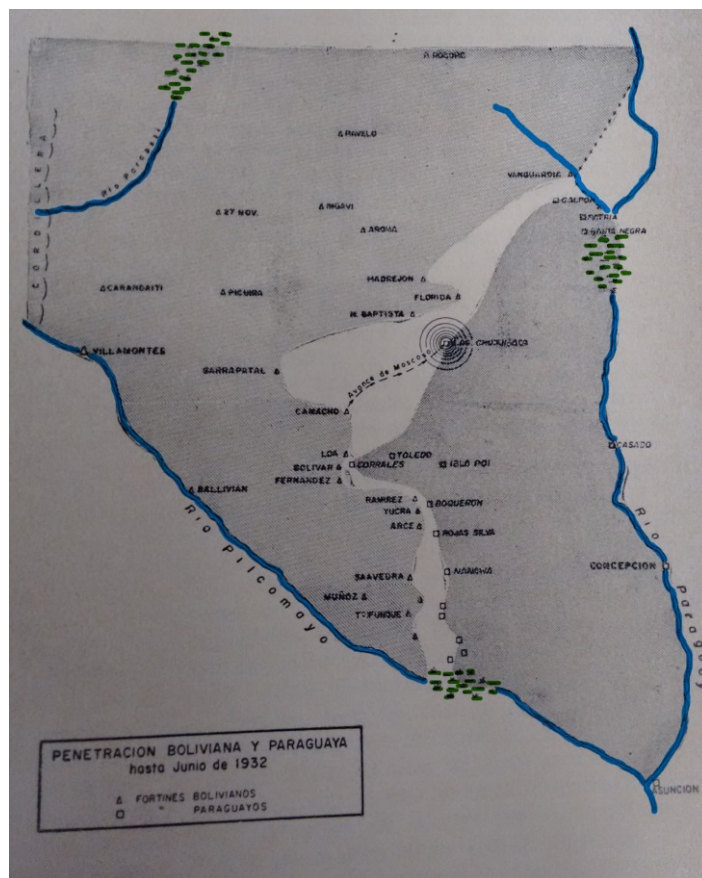
<sup>37</sup> DORATIOTO, 2012, Op. cit., p. 275.

<sup>38</sup> FRUS 1932, vol. V, The American Republics, d. 137.

do coronel Estigarribia e do diplomata paraguaio Vicente Rivarola em Buenos Aires, que lhe fariam adotar maior cautela<sup>39</sup>.

Apesar das conversações, o chanceler Melo Franco estava cético quanto a possibilidade de um acordo amistoso. Demonstrando preocupação com as novas canhoneiras adquiridas pelo Paraguai, Afranio de Melo Franco defendeu, em memorando, a manutenção de poderosa força aérea no Mato Grosso para a eventualidade de um conflito<sup>40</sup>. A situação militar no Chaco era tensa.

### Mapa 9- A situação militar no Chaco em inícios de 1932.



Fonte: QUEREJAZU CALVO, Roberto **Masamaclay**. História política, diplomática y militar de la Guerra del Chaco: Editorial Los amigos del Libro, 1965, La Paz, Bolívia p.38.

Em maio de 1932, a Bolívia anunciou ao Brasil ter chegado a um acordo com o Paraguai em Washington sobre os termos de um protocolo de não agressão, resultado que

<sup>39</sup> À pretexto de acompanhar sua filha, o chefe das forças paraguaias no Chaco, coronel Estigarribia, viajaria a Buenos Aires para se encontrar o presidente-eleito Eusébio Ayala, que era um dos ilustres passageiros do navio “Atlantic” em sua viagem inaugural. Nesse encontro, à bordo do navio, Estigarribia se reuniu com Ayala, Vicente Rivarola, e outros políticos paraguaios como Carlos Sosa, Rodolfo Gubetich e Alejandro Arce para discutir a guerra vindoura (ESTIGARRIBIA DE FERNANDEZ, Graciela. **Estigarribia: el gran desconocido**. Carlos Schauman Editor, 3ª edición, Asuncion, Paraguay, 1988, pp. 25-26)

<sup>40</sup> HILTON, Stanley E. Afranio de Melo Franco e a diplomacia brasileira: 1917-1943, **RBPI**, 1986, p. 29.



parecia promissor<sup>41</sup>. As tensões, no entanto, eram grandes e, no dia 2 de junho, o chanceler do Paraguai, Higinio Arbo, em uma declaração de grande impacto midiático, afirmou que tal pacto deveria ser acompanhado de garantias internacionais suficientes, pois a Bolívia não mais merecia a confiança de seu país, já que os diversos tratados com ela até então pactuados haviam se tornado apenas “*chiffon de papier*“, ou seja, papel higiênico<sup>42</sup>. A reação boliviana a tais palavras foi altamente emocional, havendo repercussão desfavorável em todos os meios jornalísticos.

No dia 6 de junho de 1932, tropas bolivianas, chefiadas pelo major Oscar Moscoso (regimento Lanza), atacaram de surpresa o fortim paraguaio Carlos Antonio López, localizado à margem da lagoa Pitiantuta (ou Chuquisaca), a única fonte de água em léguas no Chaco. O ataque pouco ou nada diferia dos incidentes anteriores havidos no Chaco. O fortim López, em si, era apenas uma paliçada insignificante, sob a guarnição de 1 cabo e 5 soldados, cujo seu único propósito era marcar presença militar na região.

Não obstante isso, em Assunção, o impacto simbólico desse ataque foi avassalador. A figura de Carlos Antonio López, considerado o fundador do Estado paraguaio moderno, era cultuada como símbolo da nacionalidade pelos círculos populares e de elite no Paraguai<sup>43</sup>. Assim que a população paraguaia tomou conhecimento das manchetes que estampavam a capa dos jornais sobre a tomada do fortim López, a indignação se instalou. A elite e a população guarani consideravam que com este ato traiçoeiro a Bolívia rasgava o pacto de não-agressão que ela mesma havia proposto semanas antes.

A ordem de ocupação, que partira do cononel Francisco Peña, comandante da 4ª Divisão, fora tomada sem o conhecimento do presidente boliviano Salamanca<sup>44</sup>, que uma vez informado das notícias pelo general Osório, ordenou a desocupação imediata do fortim e a realização de uma investigação rigorosa dos ocorridos. O cauteloso Salamanca não queria que

---

<sup>41</sup> GRACIE (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas, nº52, confidencial, Chaco, 12.05.1932. AHI 23\5\10.

<sup>42</sup> FRUS 1932, vol. V, The American Republics, d 9.

<sup>43</sup> Sobre o poder do símbolo, o historiador Christopher Clark destaca: “(...) *um único acontecimento simbólico, por mais que possa estar enredado em processos históricos mais abrangentes, pode mudar irrevogavelmente os rumos das políticas, tornando obsoletas velhas opções e dotando novas de uma urgência imprevista.*” Para Clark, os atentados contra o arquiduque em Sarajevo em 1914 os atentados contra as torres gêmeas são exemplos de acontecimentos simbólicos que foram capazes de precipitar dinâmicas políticas graves e complexas. (CLARK, Christopher. **Os sonâmbulos**: como eclodiu a primeira guerra mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 27)

<sup>44</sup> FARCAU, Bruce W. **The Chaco War**: Bolivia and Paraguay, 1932-1935, Library of Congress, 1996, p.32

o incidente produzisse prejuízo para as negociações de Washington, que avançavam, ordenando que todas suas tropas se restringissem à margem ocidental do lago<sup>45</sup>.

O governo paraguaio também tentou condescender. O Ministério das Relações Exteriores paraguaio garantiu aos demais países que não tomaria qualquer iniciativa precipitada. Em resposta a um cabograma dos países neutrais que exortavam moderação, o chanceler paraguaio afirmou que o seu país não reagiria sem antes investigar o caso e, para isso, havia dado ordens específicas a seus comandos no Chaco. Em cumprimento dessas ordens, o tenente-coronel Estigarribia ordenou ao tenente Scarone que se deslocasse ao local (150 km de distância) para apurar os fatos. Dessa diligência, porém, resultaria novo incidente, a 29 junho, que causou várias mortes e exaltou ainda mais os ânimos.

O presidente paraguaio José Patrício Guggiari, em fim de mandato, agora seria obrigado a tomar posição dura, ordenando a imediata retomada do fortim, determinando, além disso, a retirada de seus delegados diplomáticos de Washington e o encerramento de negociações para a conclusão do pacto de não agressão com a Bolívia (ZOOK, p.60). Guggiari, que quase perdera a presidência da república em 1931 exatamente por causa da questão do Chaco, não queria ser acusado de ser pusilânime novamente. Como escreveria *à posteriori* o coronel paraguaio Díaz Arguedas, o incidente do Fortim Lopez seria o “*Sarajevo boliviano*” que deu início à sequência de decisões que conduziram à guerra<sup>46</sup>. A névoa da guerra espraiava-se com grande rapidez, turvando a visão dos tomadores de decisão bolivianos e paraguaios<sup>47</sup>.

Diante do desenrolar da situação, preocupava o governo do Brasil a possibilidade de conflito em sua fronteira. Alarmava-o ainda mais o fato de que a zona do embate localizava-se a poucas milhas do Forte Coimbra. Assim, o chanceler Afrânio de Melo Franco despendeu os dias finais do mês de junho de 1932 e todo o mês de julho exortando aos dois países para que evitassem retaliações e o agravamento da crise.

Em La Paz, o republicano autêntico Salamanca ainda tentou baixar o tom dos discursos belicistas. Em resposta ao cabograma dos países neutros, que propunha um armistício, Salamanca disse aceitar a proposta, apenas condicionando que fosse negociado com base nas posições *post-bellum*, ou seja, conservando à Bolívia os fortins recém-

<sup>45</sup> QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Historia de la Guerra del Chaco**, Librería Editorial "Juventud", La Paz, Bolívia, 1998, p.40.

<sup>46</sup> ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**, 1962, Editorial El Lector, Asunción, 1997, p. 68.

<sup>47</sup> A “névoa da guerra” é a expressão atribuída ao teórico prussiano da guerra, Carl von Clausewitz, que descreve a incerteza –sobre a capacidade e os planos do inimigo- que se abate sobre os tomadores de decisão durante uma crise militar. Ela também descreve o caos burocrático nesses eventos, quando ordens do comando são mal interpretadas, por exemplo.

ocupados<sup>48</sup>. Trucidado, em seguida, pela imprensa, pelo ex-presidente Bautista Saavedra (liberal) e por elementos do exército que se mostravam favoráveis à guerra, Salamanca se viu obrigado a recuar. Escreveria Afrânio de Mello Franco:

A referida resposta foi mal recebida pela imprensa de La Paz e combatida pelo doutor Bautista Saavedra, ex-presidente da República, que a considerou uma rendição, porque, para não ter esse caracter, a dita resposta deveria, segundo elle, ter declarado que qualquer solução pacífica ficaria condicionada à cessão de um pôrto à Bolívia, abaixo do paralelo 22.<sup>49</sup>"

Em grande medida, a abertura que Salamanca demonstrava à negociação era instada pelo Brasil, que ainda propôs às chancelarias de Paraguai e Bolívia, como medida protelatória ao conflito, a criação de uma Comissão de Inquérito e Conciliação. Essa Comissão, que se propunha criar, deveria ser composta por três países: Brasil, Argentina e EUA- e teria por fito determinar quem teria sido o país agressor nos incidentes de junho de 1932. O governo brasileiro, chefiado por Vargas e Melo Franco, sabia que investigações poderiam levar meses, senão anos, dando tempo para que os ânimos se acalmassem e uma gestão pacificadora pudesse ser iniciada com efetividade<sup>50</sup>.

A Bolívia respondeu favoravelmente à ideia brasileira de uma Comissão de Inquérito e Conciliação, concordando na sua propositura. Não obstante, continuou a insistir em retomar os fortins à margem do Chuquisaca. O Paraguai também aceitou a ideia brasileira, porém, já sem grandes esperanças de um acordo por vias pacíficas, adensou os preparativos militares<sup>51</sup>. No Paraguai, o sentimento de urgência era grande. Devido aos perigos de uma insurreição interna (especialmente após a guerra civil de 1922-23), o governo tinha praticamente desmantelado o exército formal, que somente totalizava 4.100 homens. Havia certamente grande número de tropas informais, mas ainda assim um contingente insuficiente para fazer frente ao numeroso exército boliviano. Diante das notícias acerca do incidente de Chuquisaca\Pitiantuta, o comandante das forças paraguayas no Chaco, general Estigarribia,

<sup>48</sup> Um armistício segundo as posições antebellum, isto é, antes de 1º de junho de 1932, havia sido proposto pela Comissão dos Neutros de Washington em cabograma de 2 de agosto de 1932.

<sup>49</sup> MELO FRANCO, 1941, Op.cit, p. 22.

<sup>50</sup> Já no projeto de pacto proposto pela Bolívia em 1931 havia a previsão da intervenção de uma comissão para solução de qualquer incidente bilateral, ocorrido durante as negociações. Além disso, a Convenção Gondra, de 1923, de que eram signatários os dois países, obrigava-os a submeterem qualquer incidente a esse processo de conciliação antes de recorrerem à guerra. Desde 1931, o Brasil sugerira a formação de duas comissões: uma para estudar os elementos históricos do litígio, outra para examinar os geográficos. A primeira seria constituída de três delegados designados por três institutos históricos americanos; a segunda, de três delegados escolhidos por três sociedades geográficas da Europa.

<sup>51</sup> O presidente-eleito do Paraguai, Eusébio Ayala, sugeriu ao ministro americano em Assunção que a Comissão dos Neutros de Washington convidasse Brasil e Argentina a unirem-se a ela, designando ela, em seguida, estes dois países para comporem a referida Comissão de Inquérito e Conciliação, junto aos EUA (MELO FRANCO, Afrânio de Melo. **Episódios de História Internacional Recente**, Rio de Janeiro: s.ed,1941, p. 14)

pediu a Assunção que decretasse a mobilização imediata de grandes contingentes e o envio de reforços ao Chaco.

As chances de qualquer acordo tornaram-se mínimas após a realização pelo exército paraguaio de um ataque de grande escala, com 500 soldados, buscando retomar os fortins ocupados. Logo em seguida, em fins de julho, a rejeição por parte da Argentina e dos EUA em comporem tal Comissão fez o Brasil abandonar desgostosamente sua propositura. Na sua resposta, a 23 de julho, a Argentina declarou que as chancelarias americanas deveriam prestigiar a Comissão dos Neutros, impedindo que ela se dissolvesse, insistindo pela continuação das negociações do pacto de segurança boliviano-paraguaio<sup>52</sup>.

Sem muitas alternativas, o Itamaraty continuou a tentar impedir represálias de lado a lado e, a 23 de julho de 1932, fez ardentes apelos a La Paz para que o governo contivesse os ânimos da opinião pública e se furtasse de contramedidas. Logo, porém, ficaria claro aos brasileiros que o presidente Daniel Salamanca Urey era refém da corrente nacionalista mais inflamada. Qualquer passo atrás, por mínimo que fosse, seria pretexto para que o liberal Bautista Saavedra acusasse o governo boliviano de rendição. O clima aguerrido da imprensa de La Paz minava os esforços mediadores<sup>53</sup>.

Em 1º de agosto, em uma nota de extraordinária arrogância, o chanceler boliviano informava aos países neutros:

No nos interesan las investigaciones que no definen la cuestión fundamental. Bolivia desea la solución final del pleito. No quiere estar perennemente de guardia en el Chaco, conteniendo los avances del Paraguay. Es por esto que el país há reaccionado con todas sus fuerzas, resuelto a liquidar, aun por las armas, el pleito en que defendemos un territorio que consideramos nuestro historicamente. Tenemos derechos al litoral sobre el rio Paraguay (...) (ZOOK, p. 74)<sup>54</sup>

Dia após dia, a situação agravava-se e a sequência dos incidentes mostrou-se perturbadora. Alegando represália, a Bolívia tomou os fortins paraguaios de Corrales (26 de julho), Toledo (28 de julho) e Boquerón (31 de julho). Em La Paz, milhares de manifestantes

<sup>52</sup> MELO FRANCO, Afrânio de Melo. **Episódios de História Internacional Recente**, Rio de Janeiro: s.ed,1941, p.19.

<sup>53</sup> MELO FRANCO, 1941, Op. cit., pp. 13-14

<sup>54</sup> Sobre isso escreveu Melo Franco anos mais tarde: “Nos dias decorridos entre 23 e 31 de Julho fizemos ferventes apellos aos dois Governos divergentes, especialmente ao da Bolívia, para que renunciasssem aos processos de violência. Infelizmente, a imprensa de La Paz se mostrava pouco confiante nos bons officios da Comissão dos Neutros e nos dos paizes visinhos, insistindo em afirmar que o Governo boliviano não poderia aceitar negociações, nem entrar em entendimentos, emquanto não fôsse desaggravada a dignidade nacional, ofendida pelo ataque e tomada do fortim a 15 de Julho. Nesses dias cheios de apprehensões realizou-se a tomada do fortim Boqueron e foi bombardeado pela aviação o fortim Colonel Martinez, tendo o Governo de La Paz publicado um memorandum em resposta à Comissão dos Neutros, no qual, depois de historiar as negociações, acrescentou que não interessavam à Bolívia as investigações sobre os incidentes dos fortins, porque taes factos não definem a questão fundamental (...)” (MELO FRANCO, 1941, Op. cit., p. 21)

aglomeraram-se na Plaza Murillo, em frente ao Palácio Quemado, para ouvir o discurso do presidente Salamanca, que conclamou os cidadãos ao sacrifício pátrio. Em Assunção, o presidente-eleito, que retornava de Buenos Aires, Eusébio Ayala, foi recepcionado na estação de trem por uma multidão de estudantes, trabalhadores e policiais que pediam a defesa da honra nacional contra a atitude mendaz da Bolívia<sup>55</sup>.

Entregue à exaltação patriótica, a Bolívia seria incapaz de avaliar realisticamente a força dos seus adversários. Como relata Alberto Ostria Gutierrez, não faltaram avisos e advertências de que se estaria subestimando a força dos paraguaios e, principalmente, o quadro de alianças sul-americanas em que eles estavam envoltos. O ministro boliviano em Assunção, Luís Fernando Guachalla, tentou alertar o governo de La Paz que era preferível uma ofensiva diplomática, a uma ofensiva militar, mas acabou afastado do seu posto<sup>56</sup>.

Sofrendo com a incapacidade de agir, devido à ausência das principais potências sul-americanas- Brasil, Argentina e Chile-, os Neutros de Washington só seriam capazes de uma pressão moral. Em 1º de agosto, buscariam instigar todas as nações americanas a telegrafar ao Paraguai e à Bolívia conclamando pela paz. A 3 de agosto de 1932, como resultado dessa ação, os representantes dos dezenove países americanos acreditados em Washington assinaram uma declaração conjunta que tinha por objetivo dissuadir futuras ações militares no Chaco, uma vez que negava reconhecimento à conquista militar pela força. Era, em realidade, uma reafirmação do antigo princípio "*a vitória não dá direitos*"<sup>57</sup>.

A 6 de agosto de 1932, a dose seria repetida pelos países do ABCP. Os representantes de Brasil, Chile e Peru acreditados em Buenos Aires- Joaquim Francisco de Assis Brasil, Jorge Silva Joacham e Barreda Laos- junto do chanceler argentino, Saavedra Lamas, decidiram reforçar o apelo à paz<sup>58</sup> e, em uma advertência velada à Bolívia, recordariam-na de que, à despeito de ela não haver ratificado nenhum instrumento antibélico, existiam normas do direito positivo aplicáveis ao caso concreto, como as Convenções de Haia de 1899 e 1907, o Pacto da Liga das Nações e a Convenção Interamericana de Conciliação de 1929<sup>59</sup> (ver Anexo, Documento 1).

---

<sup>55</sup> FARCAU, Bruce W. **The Chaco War** : Bolivia and Paraguay, 1932-1935, 1951- Published. Westport, Conn : Praeger, 1996, p.37-38.

<sup>56</sup> GUTIERREZ, Alberto Ostria. **Una Obra y un Destino**, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1946, p.12.

<sup>57</sup> FRUS 1932, vol. V, The American Republics, p. 159.

<sup>58</sup> LAFAYETTE (BRASEMB-Buenos Aires) a EXTERIORES. Ofícios, nº 323, Litígio do Chaco, 12.08.1932. AHI 949.

<sup>59</sup> Diria Afrânio de Melo Franco: "*O nosso objetivo era evitar a guerra e garantir a paz pela aceitação de uma fórmula baseada na justiça. Não nos moviam outros sentimentos nem pretendíamos a glória pela autoria do plano pacificador*" (MELO FRANCO, Afrânio de Melo. **Episódios de História Internacional Recente**, Rio de Janeiro: s.ed,1941, p.20)

As reações não tardaram. Em resposta ao apelo coletivo, a chancelaria de La Paz manifestou sua concordância com os princípios invocados na declaração de 6 de agosto, afirmando, de forma um tanto cínica, que os países americanos interpretavam com exatidão o pensamento de seu país. Ponderava-se, entretanto, que não se tratava de se apropriar de terras alheias, mas sim ocupar os territórios que pertenciam à Bolívia há séculos.

No país andino, o ex-presidente e político influente, Bautista Saavedra, criticou em termos muito duros a declaração americana, considerando a sua aceitação pelo governo Salamanca uma rendição. Para ele qualquer discussão de paz deveria condicionar-se de maneira previa à concessão de um porto no rio Paraguai. Relataria o chanceler brasileiro:

Quanto ao appello dos quatro países vizinhos, o ex-presidente criticou a cláusula do não reconhecimento de soberania sobre territórios conquistados pelas armas, lamentando que tal princípio não tenha sido aplicado por ocasião da guerra do Pacífico e da questão do Acre (o que visava diretamente ao Chile e ao Brasil, signatários do appello).<sup>60</sup>

A virulência da opinião pública impedia ambos governos de realizarem recuos na questão dos fortins ocupados, já apelidados pela mídia de “*fortines de represália*”. A mobilização de tropas já corria avançada e os incidentes no Chaco multiplicavam-se sem freios, agravando a situação.

Em um primeiro momento, as notas conjuntas não conseguiram frear o ímpeto da ofensiva militar boliviana no Chaco. Em Assunção, o presidente Eusébio Ayala e o representante americano no Paraguai, Post Wheeler, negociavam novo plano de paz a 7 de agosto, quando a cavalaria boliviana tomou a força o fortim ‘Caraya’, rebatizando-o como ‘Huijay’. Dias depois, o mesmo aconteceria com o fortim ‘Falcón’. A tomada destes fortins desbarataria o incipiente esse plano pacificador, pondo em evidência a intenção de La Paz de firmar o pé no Chaco.

A pressão conjunta dos países americanos, no entanto, se fez sentir sobre a Bolívia. A tática do presidente Salamanca de tomar “*fortines por fortín*” funcionava vigorosamente quando o mandatário boliviano subitamente decidiu ordenar a suspensão temporária da ofensiva, enquanto aguardava as gestões de paz e organizava melhor a logística militar. A 9 de agosto, diante da pressão continental pela paz, a Bolívia decidiu refrear sua ofensiva, decisão que, segundo Zook, teria sido este o erro fatal dos bolivianos, e que abriu uma janela de oportunidade para uma reação paraguaia<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> MELO FRANCO, Afrânio de Melo. **Episódios de História Internacional Recente**, Rio de Janeiro: s.ed,1941, p.22.

<sup>61</sup> ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**, 1962, Editorial El Lector, Asunción, 1997, p.75.

Na mesma data em que se endereçava a declaração conjunta das nações americanas aos países em guerra, os Neutros de Washington publicaram sua proposta de paz. Propunham eles um plano de quatro pontos baseado em uma arbitragem internacional da questão do Chaco para afastar o perigo de uma guerra violenta <sup>62</sup>.

A 12 de agosto, a Bolívia aceitou parcialmente a proposta dos países neutrais. Por um lado, aceitou cessação das hostilidades e a arbitragem de zonas predeterminadas. Por outro, condicionou a cessação de hostilidades a uma arbitragem imediata, rejeitando que houvesse uma situação jurídica em 1 de junho 1932 e reafirmando o seu direito de manter guarnições numerosas em todo o território nacional, sempre que julgasse necessário. Em suma, rejeitava ela abandonar os fortins do Chaco qualquer fosse a sua data de fundação ou conquista. Com esse ato, pretendeu ela, em especial, conservar postos avançados como ameaças às colônias menonitas, à ferrovia de Casado e as linhas de abastecimento paraguaias<sup>63</sup>. Assim, sua aceitação era, na prática, uma recusa em termos <sup>64</sup>.

Salamanca confiava que as medidas diplomáticas impediriam a guerra e que a Bolívia já tinha consolidado as suas posições avançadas no Chaco, lhe garantindo uma posição privilegiada em negociações futuras. Não obstante, diferentemente dos pensamentos do Presidente boliviano, as divisões bolivianas no Chaco somavam apenas 3.655 homens dispersos e sem o amparo da logística montada pelo altiplano.

A 15 de agosto, ao assumir o poder no Paraguai, o presidente Eusébio Ayala manifestou sua desconformidade com o plano dos Neutros. O Paraguai passou a considerar a

---

<sup>62</sup> Primeiro, um cessar-fogo com a base nas posições ante-bellum (ocupadas a 1º de junho); segundo, a submissão imediata da questão à arbitragem internacional, com as negociações começando em um cerca de um mês; terceiro, que em um ano, fossem desocupadas todas as posições no Chaco tomadas à força após junho de 1932, mantendo-se nelas durante este período o mínimo pessoal de guarda necessário; e, por último, que fosse permitida uma comissão de investigação acessar o local dos incidentes em busca de informações (CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz do Chaco: como foi efetuada no campo de batalha**, 1958, pp.97-98.)

<sup>63</sup> ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**, 1962, Editorial El Lector, Asunción, 1997, p.76

<sup>64</sup> Os motivos que levariam a Bolívia a recusar a proposta dos Neutros se tornaram objeto de grande controvérsia. Segundo o diplomata boliviano e ex-ministro de Estado, Luís Albelli, a Bolívia teria sido insuflada a rejeitar o apelo dos países Neutros pelo Brasil. Segundo acusaria Albelli no jornal “La Razon”, número de 24 de abril de 1936, o chanceler Melo Franco teria prometido, em reunião com o representante boliviano no Rio, David Alvestegui, no dia 10 de agosto de 1932, fazer gestões em Washington para atenuar o sentimento anti-boliviano, confidenciando-lhe: “*pressão coercitiva não se produzirá, pois nem Liga pode empregá-la apesar de rigorismo termos pacto. Acha pueril ameaça de bloqueio. Crê único ponto débil para Bolívia é interpretação tratado com Chile para trânsito de armas*”.

A partir de então, diria Albelli, a Bolívia passaria a insistir na tese de não abandonar os fortins ocupados e repelir completamente as propostas da Comissão dos Neutros. Segundo Albelli, “*Bolívia, alentada por el estímulo y el apoyo platónico del canceller del Brasil, envió su respuesta del 12 de Agosto, y que, a partir de este momento, la guerra se hizo inevitable*”.

Essa acusação motivaria o chanceler Afrânio de Mello Franco a escrever uma obra -“Episódios da História Internacional Recentes” com vistas a desmentir as declarações (MELO FRANCO, Afrânio de Melo. **Episódios de História Internacional Recente**, Rio de Janeiro: s.ed,1941, p 5). É preciso salientar que na documentação oficial brasileira pesquisada pelo autor não havia referência a qualquer pendor do Brasil em insuflar o conflito

devolução dos fortins ocupados (Corales, Toledo e Boqueron) como “*conditio sine qua non*” para qualquer convênio de conciliação, fazendo com que qualquer negociação que se seguisse estivesse condenada ao fracasso. Ayala que até então fora um dos elementos de moderação e pacifismo passou a advogar uma reação militar paraguaia imediata<sup>65</sup>. No setor Boquerón-Arica, a concentração de tropas bolivianas faziam os paraguaios pressumirem um ataque iminente contra o ponto terminal da ferrovia que cortava parte do Chaco e dava acesso direto ao rio Paraguai. A segurança dos núcleos populacionais existentes às margens dessa via de singular importância impunha ao governo paraguaio a necessidade de resistência com todas as forças.

Com vistas a proteger tais pontos, o general paraguaio Estigarribia, o chefe das forças no Chaco, recusou as ordens do comando central de Assunção para abandonar as colônias menonitas, decidindo continuar com a “*batalla de retardamiento*” e concentrando tropas em Isla Po’i no ponto terminal da ferrovia Casado. Apesar da inferioridade numérica absoluta dos paraguaios, Estigarribia advogou a necessidade de uma contra-ofensiva imediata. A sua estratégia era organizar de uma defesa ativa no interior do Chaco, plano que diferia daquele propugnado por vários outros chefes guaranis, que pretendiam organizar a linha de defesa nas margens do rio Paraguai - “*defensa sobre la costa*”.

Na opinião de Estigarribia, era preciso manter os bolivianos o mais longe possível do rio Paraguai, a partir do qual, poderiam lançar facilmente um ataque a Assunção. Segundo ele, os paraguaios deveriam tomar a iniciativa enquanto era tempo. O território vasto e ignoto era uma vantagem a seu favor já que os bolivianos não conheciam o terreno e ainda teriam que atravessar um vasto deserto para aprovisionar-se<sup>66</sup>. Com o tempo, tal raciocínio mostrar-se-ia preciso.

Fato é que a guerra aproximava-se com grande rapidez e o apelo dos países amigos já não mais conseguia retardá-la. Como diria o brasileiro Estevão Leitão de Carvalho: “*Cada vez mais, a voz das chancelarias era abafada pelo troar dos canhões*”<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> Disse Ayala ao ministro americano em Assunção: “*Si me opongo por más tiempo al ejército(...) me quedaré sin ejército*” (ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**, 1962, Editorial El Lector, Asunción, 1997, p.76)

<sup>66</sup> ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**, 1962, Editorial El Lector, Asunción, 1997, pp.85-89.

<sup>67</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz do Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha, 1958, p.98.



**Mapa 10 – A ferrovia Casado e Isla Po'I .**



## 2.2- O início das operações militares e o fracasso das primeiras intervenções pacificadoras – Neutros e ABCP

Em 1932, um gigantesco monólito de quase 7.5 metros e 20 toneladas foi desenterrado na cidadela pré-incaica de Tiawanaku, na Bolívia. Descoberto pelo arqueólogo norte-americano Wendell C. Bennett, do American Museum of Natural History, de Nova York, o ídolo esculpido em rocha pela antiga civilização ancestral representava a Deusa da natureza e da prosperidade Pachamama. Em fins de junho de 1932, como parte de uma campanha do presidente Daniel Salamanca e seu ministro da educação Remy Rodas Eguinos para divulgação da imagem da Bolívia no exterior, a rocha gigante foi rebatizada de monólito Bennett e foi trasladada por mais de 100 km até a capital La Paz.

A retirada do monumento de seu local de descanso milenar coincidiu com as primeiras escaramuças no Chaco entre os exércitos de Bolívia e Paraguai, e logo surgiram lendas de uma maldição milenar envolvendo a sua remoção. O monólito Bennett passou a ser visto por muitos bolivianos como um objeto de mau agouro, ou como se dizia em língua quéchua, um

objeto "khencha"<sup>68</sup>. E motivos havia para tais conclusões. Entre junho e setembro de 1932, tentativas de impedir a mobilização dos exércitos fracassaram uma após a outra. Neutros e países limítrofes se mostraram incapazes de obter uma pacificação do conflito entre as duas nações sul-americanas. Bolívia e Paraguai prepararam-se para uma guerra de grandes proporções.

O Brasil era um dos países mais preocupados com este cenário tempestuoso que parecia prestes a rebentar em suas fronteiras ocidentais. Durante os primeiros meses do conflito, a ação mediadora brasileira, porém, permaneceu muito limitada. Ao longo da maior parte de 1932, o instável governo Vargas foi incapaz de dispensar a devida atenção à questão optando por secundar a ação dos Neutros de Washington<sup>69</sup>. Passado menos de dois anos após o país ser sacudido pela chamada "revolução de 30", a 9 de julho de 1932, o Estado de São Paulo levantou-se em armas contra o governo provisório de Getúlio exigindo a reconstitucionalização do país, que criam caminhava a passos lentos. Contingentes de tropas de quase todos os Estados brasileiros foram enviados para sufocar o levante dos paulistas, e duros combates entre tropas federais e os chamados constitucionalistas seriam travados na região do túnel de Mantiqueira.

A guerra fratricida exigiu total atenção do governo federal de modo que certos temas da política exterior foram relegados ao segundo plano. Assim, sob orientação de Melo Franco, em 1932, o Itamaraty atuou para conservar a solução da questão do Chaco em Washington. A 25 de julho, por exemplo, apenas um dia após a Bolívia comunicar à Comissão sua impossibilidade de continuar as negociações do pacto de não agressão com o Paraguai '*sin mengua de la dignidad de nuestro país*' (ZOOK, p.73), o Itamaraty telegrafou a Embaixada brasileira em Washington orientando o embaixador Rinaldo de Lima e Silva buscar: "*dissuadir a Comissão dos Neutros do propósito de dissolver-se*" e fazer "*o possível para cooperar com ella afim de evitar o choque armado entre as Partes e que prosigam as negociações iniciadas*"<sup>70</sup>.

<sup>68</sup> O monólito só seria retornado a Tiawanaku em 2002, pelo governo de Evo Morales, que aproveitou o simbolismo do evento.

<sup>69</sup> Os telegramas da legação de Assunção não deixam dúvidas disso. Durante os meses de agosto a dezembro de 1932 existem parquíssimas referências à questão do Chaco, algo que contrasta profundamente com a profusão de documentos existentes antes e depois disso. Enquanto isso, são incontáveis os ofícios e telegramas sob o índice de situação política interna. Como afirma Doratioto: "*Envolto em problemas políticos internos, o governo brasileiro não tinha condições de iniciar uma ação mediadora em relação à questão do Chaco, mas estava disposto a apoiar uma iniciativa nesse sentido*" (DORATIOTO, 2012, p. 387)

<sup>70</sup> MELO FRANCO, Afrânio de. **Episódios de História Internacional Recente**, Rio de Janeiro: s.ed,1941, p. 14.

Convidado a compor um grupo pacificador sul-americano, o ABCP, conformato por iniciativa da Argentina, o chanceler brasileiro Afrânio de Melo Franco acederia, condicionando apenas que a mediação dos países sul-americanos não tratasse de rivalizar com aquela oferecida pela Comissão dos Neutros em Washington<sup>71</sup>. Melo Franco acreditava que a multiplicidade de instâncias mediadoras e de fórmulas pacificadoras era nociva a um acordo. Segundo escreveria, anos depois, em suas memórias:

Nossa colaboração nunca foi recusada e demola sempre que nos foi solicitada, apesar de termos conhecimento da susceptibilidade da Comissão dos Neutros, que se sentia melindrada com a intervenção directa de outras chancellarias nos assumptos que lhe estavam confiados.

Compreendíamos que as medidas à double emploi, isto é, tomadas simultaneamente e nem sempre coincidentes em suas modalidades, prejudicavam o bom andamento das negociações, tanto em Washington como alhures; mas estávamos convencidos, por outro lado, que essa incordenação de ideias e processos de solução era devida, ao nervosismo do momento e ao anseio de todos, em busca de uma fórmula que impedisse o desencadeamento da guerra<sup>72</sup>

E o ministro brasileiro estava certo. De fato, as propostas eram muitas e muito desconcertadas<sup>73</sup>, acabando por rivalizar a ação dos Neutros de Washington, que em teoria estavam ainda investidos da autoridade mediadora e que se sentiam desautorados pela ação dos países sul-americanos. Em 11 agosto, Rinaldo de Lima e Silva comunicou ao Itamaraty que

ouvira de certo membro da Comissão dos Neutros 'a queixa de que os quatro países vizinhos (Argentina, Brasil, Chile e Perú) estavam negociando em Santiago do Chile e em Buenos Aires sobre a questão entre Bolívia e o Paraguay, sem que a Comissão dos Neutros fosse consultada ou mesmo tivesse conhecimento do que se estava passando<sup>74</sup>

Tais críticas não seriam desprezadas pelo chanceler brasileiro, que redarguiria:

Vossa Excellencia poderá declarar a White que o Brasil se mantém na mesma attitude de cooperar para evitar a guerra entre os dois litigantes, e que todas as suas intervenções no caso têm patenteado o empenho que o anima de fortalecer a acção dos Neutros. Temos notado grande falta de coherencia nas sugestões feitas por varios países, no curso das negociações, e se

<sup>71</sup> A 27 de julho de 1932, embaixador argentino no Rio, Mora y Araujo, entregaria ao Itamaraty cópia de telegrama na qual se propunha intervenção do ABCP (MELO FRANCO, Afrânio de. **Episódios de História Internacional Recente**, Rio de Janeiro: s.ed,1941, p. 17).

<sup>72</sup> Id. *ibid*, p. 20.

<sup>73</sup> Segundo Margaret La Foy, a multiplicidade de instâncias mediadoras tornou mais difícil um acordo: “*The multiplicity of mediating agencies made it possible for whichever party was dissatisfied with the negotiations of one group, to insist upon mediation by some other*”(LA FOY, Margaret. **The Chaco Dispute and the League of Nations**, Ann Arbor: Edwards; 1946, p.141)

<sup>74</sup> MELO FRANCO,1941, Op. cit, p. 23.

prestamos o nosso apoio a duas dessas propostas foi só com o fito de prestigiar a acção dos Neutros.<sup>75</sup>

A postura brasileira, no entanto, foi considerada uma atitude pouco cooperativa pelos países limítrofes<sup>76</sup>, passando a circular rumores de que ela, em realidade, escondia um apoio velado à Bolívia. O Brasil inclusive foi acusado de pretender não censurar a guerra, tendo em vista que a situação militar, no início dos embates, era favorável aos bolivianos. Sobre o episódio, narraria o chanceler Afrânio de Melo Franco:

(...) uma insidiosa notícia já então se esboçou, de fonte desconhecida, segundo a qual a nota colectiva da Argentina, Brasil, Chile e Perú deveria ser dirigida somente á Bolívia, mas que não chegára a ser expedida porque o Brasil lhe recusára o seu apoio (...)<sup>77</sup>

Alguns incidentes ocorridos na fronteira com o Paraguai adensaram tais boatos acerca da parcialidade brasileira em prol da Bolívia. Em agosto de 1932, quando as mobilizações já estavam avançadas, buscou o governo de Assunção revistar forçosamente navios brasileiros que transitavam no rio Paraguai para assegurar que estes não carregavam armas para a Bolívia. Contra tais atos, aporia protestos o Brasil, produzindo desentendimentos como os paraguaios. Em um dos diálogos ríspidos que teve com o chanceler paraguaio Higinio Arbo, o diplomata brasileiro Lucillo Bueno asseverou que o caso do 'Marquês de Olinda' de forma alguma se repetiria, porque agora o Brasil tinha forças navais em Ladário que libertariam o 'Uruguai' caso fosse ele detido pelo uso da força<sup>78</sup>. A questão das armas tornava a instigar um clima de tensão nas relações bilaterais.

Os esforços em prol da conciliação continuaram e, a 29 de agosto, a Comissão dos Neutros telegrafou à Bolívia e ao Paraguai, propondo a suspensão das hostilidades por um prazo de 60 dias, a fim de se estudarem, nesse período, de forma conjunta, uma solução pacífica. O Paraguai, no entanto, não estava disposto a aceitar qualquer trégua por acreditar que uma paralisação das atividades militares naquele momento seria apenas um embuste

<sup>75</sup> EXTERIORES para BRASEMB-Washington. Telegrama, confidencial, Chaco, NP, nº96, 13.08.1932. AHI 52\1\8.

<sup>76</sup> ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Assis Brasil: um diplomata da república. Volta à diplomacia (1931-1933)**. vol.2, Rio de Janeiro: CHDD\FUNAG, Editora Thesaurus, 2006, pp.189-190.

<sup>77</sup> MELO FRANCO, Afrânio de. **Episódios de História Internacional Recentes**. Rio de Janeiro: s.ed,1941, p.20.

<sup>78</sup> A menção de Lucillo Bueno era uma referência clara ao fato que dera origem guerra da Triplíce Aliança. Em 12 de novembro de 1864, o vapor brasileiro marquês de Olinda foi capturado por forças paraguaias, a mando do ditador Solano López, dando origem a controvérsia bilateral que desembocaria na guerra entre os dois países (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p.388-389)

boliviano enquanto este país adquiria secretamente armas e mobilizava o exército. A Bolívia igualmente só aceitou o armistício pelo prazo de 30 dias <sup>79</sup>.

O Brasil apoiava as iniciativas da Comissão dos Neutros de Washington, insistindo para que outros países fizessem o mesmo. Nesse sentido, rejeitou propostas chilenas para uma conferência internacional sobre a questão fosse realizada em Santiago <sup>80</sup>. Essa visão, porém, não coincidia com aquela dos países em conflito. O Paraguai, por exemplo, apoiava uma mediação que fosse promovida pela Argentina. O presidente Ayala criticava as propostas dos Neutros <sup>81</sup> e tinha a esperança de que o presidente argentino intervisse energicamente para impedir a guerra tal como Theodore Roosevelt fizera com a guerra russo-japonesa no início do século. Essa intervenção, no entanto, nunca veio a ocorrer <sup>82</sup>.

Os consecutivos apelos pela paz não frearam a guerra. A reação do exército paraguaio foi lenta e deliberada à espera da finalização de compras militares pelo governo de Assunção. A pressão diplomática dos Neutros sob ambos os contendores, em certa medida, ajudaram implicitamente a tática paraguaia ao deter as intenções ofensivas do governo Salamanca. Caso a Bolívia tivesse decretado a mobilização geral no mês de agosto e golpeado fortemente os paraguaios no Chaco provavelmente teria chegado à margem do rio Paraguai <sup>83</sup>.

Em setembro de 1932, a Bolívia sofreu o seu primeiro grande golpe no Chaco, com a vitória paraguaia na batalha de Boquerón. Inspirados pela doutrina francesa, os bolivianos haviam construído uma poderosa linha defensiva ao redor do fortim Boquerón à espera de reforços que lhe permitiriam atacar o coração do exército paraguaio em isla Po'i. Sob o comando do tenente coronel Manuel Marzana tinham à sua disposição cerca de 700 homens,

<sup>79</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Eusebio Ayala, Vicente Rivarola : Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p. 92.

<sup>80</sup> A 3 de setembro, o Brasil comunicou que subordinava a aceitação da proposta chilena às seguintes condições: a) prévia audiência dos neutros; b) assentimento destes e assinatura dos cinco representantes dos Estados que compõem a comissão; c) sede da conferência em Washington, se os neutros assim o entendessem. (MELO FRANCO, Afrânio de. **Episódios de História Internacional Recentes**, s.ed, 1941, n.p.)

<sup>81</sup> O Paraguai inicialmente simpatizava com a intervenção da Comissão dos Neutros. A 27 de julho de 1932, o presidente Ayala sugeriria que Brasil e Argentina aderissem de maneira conjunta ao grupo de Washington (MELO FRANCO, 1941, Op. cit., p. 14). A situação, no entanto, logo se reverteria. Em 1 de setembro de 1932, o presidente paraguaio Eusebio Ayala escreveria a seu diplomata em Buenos Aires, Vicente Rivarola, desacreditando as gestões mediadoras dos Neutros e dizendo que a proposta de trégua por ela sugerida era apenas um embuste pró-boliviano. Escreveria ele: "(...) *Con pesar digo que Bolívia ha triunfado de las 19 naciones americanas, del grupo ABCP y de los neutrales. Todos ellos ahora están empeñados en que el Paraguay se entregue inerme a Bolívia. La propuesta de tregua de dos meses, a base de las posiciones actuales, la Bolívia la acepta reduciendo a un mes. Un mes de tiempo es lo que necesita Bolívia para completar su frente de guerra, ocupar sitios adecuados cerca de nuestras posiciones, sin que nosotros podamos hacer otra cosa que protestar. Al cabo del mes de tregua, Bolívia se hará más intratable y yo me pregunto qué es lo que harán los neutrales entonces para detener la furia de Salamanca(...)*" (COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Eusebio Ayala, Vicente Rivarola : Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p. 92)

<sup>82</sup> COELLO, 1982, Op. cit, pp. 135-136.

<sup>83</sup> ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**, 1962, Editorial El Lector, Asunción, 1997, p.92.

13 metralhadoras pesadas, 27 metralhadoras leves, 3 peças de artilharia e 2 novos canhões antiaéreos. No dia 9 de setembro, no entanto, eles seriam surpreendidos pela ofensiva de 5 mil soldados paraguaios que se lançaram contra a linha fortificada, sendo capazes de dobrar os inimigos. Após 21 dias de combate sangrento, em que ambos os lados obtiveram reforços, os bolivianos foram obrigados a se renderem<sup>84</sup>.

Apesar de baixas maiores do lado guarani<sup>85</sup>, a vitória paraguaia na primeira grande batalha da guerra- Boquerón- seria decisiva. Além de dar ao pequeno país guarani uma vantagem estratégica- afastando a Bolívia ainda mais do rio Paraguai-, a vitória deu aos paraguaios uma vantagem psicológica, desmantelando a ideia de superioridade militar boliviana até então existente<sup>86</sup>.

Os fatores que conduziram a este sucesso foram vários. Graças às suas linhas de abastecimento e comunicações mais curtas, o Paraguai conseguia uma vantagem logística que lhe permitiria suplantar o tamanho, as armas e a riqueza do exército boliviano<sup>87</sup>. A distância entre La Paz e Villa Montes, centro de operações boliviano no Chaco, era de 1.260 km. Já distância entre Assunção e Puerto Casado centro de operações paraguaio era de apenas de 420 km. O uso das canhoneiras recém-adquiridas na Europa e das ferrovias de particulares argentinos no Chaco também permitiram aos paraguaios o transporte rápido de tropas para o front de batalha<sup>88</sup>.

Ademais havia o fator liderança. As forças paraguaias eram chefiadas pelo arguto coronel José Félix Estigarribia, que, com a chegada de Eusébio Ayala no poder, em agosto de 1932, havia sido nomeado chefe das forças paraguaias no Chaco. Apesar de jovem, Estigarribia já era experiente na arte da estratégia militar, tendo efetuado o seu treinamento no Chile e na França e tendo participado ao lado do exército francês da campanha do Marrocos em 1911.

A parceria entre Ayala e Estigarribia remontava pelo menos a 1923, quando durante a guerra civil do país, Estigarribia fora o grande responsável pela defesa do governo liberal das tentativas de lhe tomarem o poder. Antes disso, ambos haviam servido juntamente em missões na França. Homem de origem humilde, desempenharia um papel central na história

---

<sup>84</sup> Id. *ibid.*, p.94.

<sup>85</sup> A batalha de Boqueron, de 9 a 29 de setembro de 1932 foi a primeira grande batalha da guerra do Chaco e terminou com a vitória paraguaia. Estima-se que morreram cerca de 2000 paraguaios e 1000 bolivianos (QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Historia de la Guerra del Chaco**, Librería Editorial "Juventud", La Paz, Bolívia, 1998, p.)

<sup>86</sup> ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**, 1962, Editorial El Lector, Asunción, 1997, p. 102

<sup>87</sup> Id. *ibid.*, p. 93.

<sup>88</sup> ROUT JR. Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p.42.

paraguaia vindo a se tornar mesmo, no futuro, presidente do país. Na batalha de Boqueron pôde demonstrar pela primeira vez suas virtudes de estrategista militar em combate<sup>89</sup>.

Os avanços paraguaios sobre Boquerón, Arce, Alihuata, Falcón e Fernandez em setembro e outubro de 1932, abriram uma séria crise política na Bolívia, até então convicta de sua invencibilidade<sup>90</sup>. A constituição boliviana fazia do presidente Daniel Salamanca general-comandante do exército em tempos de guerra<sup>91</sup>. No início do conflito esperava-se que Salamanca optasse por delegar as funções de governo ao seu vice-presidente José Luis Tejada Sorzano, permanecendo ao cabo das funções militares. Porém, assim não ocorreu, tendo Salamanca permanecido exercendo ambas as funções, delegando apenas a chefia do Estado-Maior ao general Filisberto Osório e o comando das tropas do Chaco ao general Carlos Quintanilla. Quando chegou a La Paz a notícia da perda dos diversos fortins do Chaco para tropas paraguaias, em início de outubro, a multidão acorreu às ruas para protestar contra o comando de guerra e contra o governo Salamanca.

Salamanca, então, adotou a estratégia de entregar os anéis para não perder os dedos. Sem consultar ninguém, o presidente boliviano decidiu sacrificar o Chefe do Estado Maior do Exército, Filiberto Osório, destituindo-o de seu posto, e convocando para assumir o seu lugar o já conhecido general alemão Hans Kundt, que se encontrava na Europa<sup>92</sup>. Em controversa sessão secreta, e por margem apertada (30x 26), o Congresso boliviano decidiu aprovar a convocação de Kundt, chancelando a decisão presidencial<sup>93</sup>. Interinamente Salamanca designou o general Lanza para chefiar as operações militares, enquanto o general alemão estava à caminho da Bolívia.

Essa decisão, não obstante, gerou um cisma militar. Como destaca Brockmann, a cisão produzida por esta primeira crise de comando na Bolívia foi tão séria que surgiram mesmo propósitos subversivos no seio do exército boliviano na frente de batalha, que pretendiam desconhecer o presidente constitucional por conta dessa troca de altos oficiais<sup>94</sup>, fatos recebidos com regozijo no Paraguai.

---

<sup>89</sup> No dia seguinte à rendição boliviana em Boqueron, o presidente paraguaio Ayala visitou a região para promover o tenente coronel Estigarribia ao grau imediato superior.

<sup>90</sup> BROCKMANN, Robert. **El general y sus presidentes**: vida y tiempos de Hans Kundt, Ernst Röhm y siete presidentes de Bolívia, 1911-1939, n.p.

<sup>91</sup> ROUT JR. Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference**, 1935–1939. Austin: University of Texas Press, 1970, pp.43-44.

<sup>92</sup> Hans Kundt havia sido expulso do país em 1930 após o golpe de Estado que destituiu o presidente Silles do poder

<sup>93</sup> ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**, 1962, Editorial El Lector, Asunción, 1997, pp.103-104.

<sup>94</sup> Por trás desta tentativa de golpe estariam os generais Toro e Quintanilla (também afastados de seus postos) que conseguiriam o apoio da quarta e sétima divisões. A maioria dos chefes e oficiais militares na frente e na

Com a chegada de Kundt a La Paz, em dezembro de 1932, iniciaram-se os preparativos para a realização de uma contraofensiva boliviana no Chaco (ZOOK, p. 128). Em 19 de janeiro de 1933, sob o comando do general alemão, as tropas bolivianas avançariam sobre quatro fortins paraguaios considerados estratégicos no Chaco – Toledo, Corrales e Fernandez (Herrera), no norte, e Nanawa, no sul.

O general alemão Hans Kundt já tinha uma longa e controvertida história com a Bolívia. Chegara ao país andino em 1911 como parte de uma missão militar alemã, que veio substituir uma francesa anterior, tendo atuado na instrução e organização do exército. Em 1914, com a eclosão da 1ª Guerra, Kundt regressou ao seu país natal para combater nas fileiras alemãs de Von Moltke. Em 1921, retornou à Bolívia, onde se naturalizou boliviano para aceitar o cargo de chefe do Estado maior do exército, nomeação que esteve envolta em polêmicas domésticas e internacionais<sup>95</sup>. Entre 1923 e 1930, Kundt tornou-se uma figura proeminente na política boliviana, sendo ministro de Guerra do presidente Bautista Saavedra (1921-1925), Felipe Guzman (1925-1926) e Hernando Siles (1926-1930), período no qual ajudou a criar uma força militar imponente, tendo introduzido novos conceitos e regulamentos militares, além de haver coordenado a obtenção na Europa de uma ampla gama de modernos armamentos<sup>96</sup>. Em 1929, trouxe à Bolívia como seu assistente pessoal, o também alemão Ernest Rohn, um dos fundadores do movimento Nazista. Em 1930, após a queda do presidente Siles em um golpe de Estado Kundt foi expulso da Bolívia. Finalmente, em 1932, diante da catástrofe de Boqueron, retornava à Bolívia como salvador da nação<sup>97</sup>.

Ao longo do conflito, os chefes das forças paraguaias, Estigarribia, e bolivianas, Hans Kundt, adotaram estratégias militares diferentes. O alemão Hans Kundt, veterano da 1ª GM, adotou táticas da guerra de trincheiras. Estigarribia, pupilo da escola francesa, optou pela guerra de movimentos: retrocedia em caso de necessidade, tomando em conta as características do terreno, especialmente a disponibilidade de água, um serio problema no Chaco. Devido à

---

retaguarda, no entanto, rechaçaram de pronto a esta proposta que lhes cheirava a ‘alta traición’ no momento que vivia a nação (BROCKMANN, Robert. **El general y sus presidentes**: vida y tiempos de Hans Kundt, Ernst Röhm y siete presidentes de Bolívia, 1911-1939, n.p.)

<sup>95</sup> As polêmicas eram as seguintes: 1) a constituição boliviana exigia dois anos de residência prévia para a naturalização; 2) a Alemanha estava impedida de enviar missões militares ao exterior; 3) era conferida a Kundt uma pensão vitalícia exorbitante (BROCKMANN, Robert. **El general y sus presidentes**: vida y tiempos de Hans Kundt, Ernst Röhm y siete presidentes de Bolívia, 1911-1939, n.p.)

<sup>96</sup> ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**, 1962, Editorial El Lector, Asunción, 1997, p. 59.

<sup>97</sup> BROCKMANN, Robert. **El general y sus presidentes**: vida y tiempos de Hans Kundt, Ernst Röhm y siete presidentes de Bolívia, 1911-1939, n.p.



escassez de rios, lagos e poços no interior do Chaco, as ações militares se desenvolveriam principalmente em faixas de terrenos próximas ao Rio Paraguai ou Pilcomayo<sup>98</sup>.

Durante todo este primeiro período da guerra, o Brasil moveu-se com excepcional cautela diante da situação extrema. A vulnerabilidade interna criada pela guerra civil paulista, associada ao perigo externo representado pela militarização da Argentina e do Paraguai, fez com que os militares e os diplomatas brasileiros adotassem uma postura cautelosa em assuntos sul-americanos<sup>99</sup>. Temia-se, de algum modo, a imbricação dessas questões em prejuízo para a unidade e a segurança nacionais. Assim, o Brasil pouco fez nessa fase mais aguda das mobilizações- de junho a setembro de 1932- preferindo um retraimento vigilante na contenda paraguaio-boliviana, com vistas a não se indispor com os governos em guerra<sup>100</sup>.

Percebendo que a situação militar gradativamente se invertia em favor do Paraguai, a Argentina buscou blindá-lo diplomaticamente. Em 26 de setembro de 1932, a Argentina rejeitou pressões de qualquer tipo (econômicas, militares ou diplomáticas) sobre o Paraguai para que este encerrasse a sua mobilização militar, declarando à Comissão dos Neutros de Washington:

que no la acompañaría en ningún acto que, ultrapasando los límites de los buenos oficios y del influjo moral de todo el continente, pudiera aproximarse a una intervención, aunque fuera meramente diplomática, por cuanto tal actitud sería contraria a las doctrinas y tradiciones argentinas y, aunque fuera colectiva de todos los países de América, carecería de un instrumento legal que, únicamente firmado y ratificado por todos ellos, creara una ingerencia en armonía con los principios básicos del derecho internacional<sup>101</sup>.

Postura similar adotou o Itamaraty que resistiu somar-se às pressões chilenas por um bloqueio econômico aos Estados em litígio. O governo do Brasil, que dependia da boa

<sup>98</sup> Além de explorar com mais eficiência os componentes materiais do terreno, o Paraguai seria muito mais hábil do que a Bolívia em explorar em seu proveito os componentes midiáticos e simbólicos do conflito. Na iconografia, a guerra seria retratada como a disputa do jovem e disciplinado camponês indígena guarani Estigarribia contra o veterano, porém, obtuso alemão Hans Kundt. Seria também a luta de um Davi contra um Golias - do pobre Paraguai contra a abastada Bolívia.

<sup>99</sup> Escreveria Frank McCann: “Durante a guerra civil paulista, o adido militar brasileiro em Buenos Aires, capitão Riograndense Kruehl, relatou que “o ambiente argentino, popular e oficial, é em geral simpatizante dos paulistas”. Kruehl disse que os agentes rebeldes conseguiram contrabandear suprimentos e aviões da Argentina para o Brasil. Isso por si só deixaria os oficiais de inteligência brasileiros nervosos, mas na análise da situação da guerra do Chaco eles viram os interesses argentinos em ação”(MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo : Companhia das Letras, 2007, pp.350-51)

<sup>100</sup> O Brasil lograria manter um bom nível de relacionamento com os governos do Paraguai, da Bolívia e da Argentina na repressão do contrabando de armas nas fronteiras. No dia 16 de setembro de 1932, Vargas anotaria em seu diário: (...) Tanto o governo argentino como o paraguaio têm agido com grande correção, não permitindo o comércio de material bélico para os rebeldes. O capitão Riograndino Kruehl, nosso representante naquela capital, está trabalhando com eficiência, já havendo conseguido a apreensão de aviões, e o nosso ministro no Paraguai, a de gasolina, aviões e outros materiais, em Concepción. Os rebeldes porfiaram em tomar Porto Murtinho, contra o qual já levaram dois ataques, sendo repelidos.”( VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.1, p.133)

<sup>101</sup> LAMAS, Carlos Saavedra. **Vida Internacional**. Editorial Nascimento: Santiago de Chile, 1948, p. 25

vontade dos governos de Paraguai, Bolívia e da Argentina para coagir o contrabando de armas aos paulistas, estava mais preocupado com a vigilância de suas fronteiras do Mato Grosso. Relatando o episódio posteriormente, em seu livro de memórias, o chanceler Afrânio de Melo Franco justificou sua postura:

O nosso Ministro em Assunção, em ofício datado de 7 de Setembro do referido anno, referindo-se às insinuações de algumas chancellarias sobre a aplicação do bloqueio econômico aos Estados em conflicto e sobre a interdicção do transito de armamento importado por ambos, pelos pórtos do Pacífico ou via fluvial e terrestre, observou quanto isso nos seria difficil naquelle momento, tanto pelos tratados existentes, quanto pela necessidade de evitar-se o contrabando de armamento e material bélico nas fronteiras. Bella Vista e Ponta Porã poderiam ser a porta de entrada para armas e munições, naphta, aeroplanos, etc., adquiridos pelos rebeldes, os quaes, aliás, não obstante a vigilância dos Governos dos Estados Unidos, da Argentina e do Chile, importaram material bellico por logares menos acessíveis.(...) <sup>102</sup>

Uma vez que forças paulistas rebeldes estivessem subjugadas, e o país estivesse pacificado, esperava a Bolívia que o governo do Rio pudesse intervir de maneira mais decisiva para a pacificação do Chaco<sup>103</sup>. O desastre boliviano em Boquerón e o início real da guerra entre Paraguai e Bolívia, em setembro de 1932, no entanto, coincidiram com o início de outra questão igualmente prioritária para o Brasil: a questão de Letícia entre Peru e Colômbia.

Em 1º de setembro de 1932, por um choque de fronteira, na região de Letícia, Peru e Colômbia, ambos países limítrofes ao Brasil, entraram em guerra. Nesta data, um grupo de cerca de 250 peruanos armados, do departamento de Loreto, integrados por militares e civis, inconformados com a transferência da autoridade dessa região para a Colômbia como parte de uma transação bilateral, ocuparam o porto fluvial de Letícia. Inicialmente, o governo do ditador peruano Benavides não apoiou a ação, classificando-a como trabalho de seus inimigos “apristas”. O presidente, no entanto, recuou de sua condenação tão logo iniciaram amplas manifestações patrióticas em Lima em defesa dos direitos soberanos peruanos sobre Letícia<sup>104</sup>. Em retaliação ao ato de agressão, a Colômbia enviou uma esquadra de guerra para reagir aos ataques sofridos, que passou pelo canal do Panamá e adentrou pela foz do Amazonas brasileiro. A guerra começou com conflitos inflamados nos rios Iça e

<sup>102</sup> MELO FRANCO, Afrânio de Melo. **Episódios de História Internacional Recente**, s.ed,1941, p. 28.

<sup>103</sup> GRACIE (BRASLEG-La Paz) a EXTERIORES. Telegramas, nº136, reservado. Situação política interna, 05.10.1932. AHI 23\5\10.

<sup>104</sup> Na realidade, existem versões distintas sobre a invasão. Para alguns se tratava de uma operação encoberta do governo de Lima, que contou com o apoio de artilharia pesada, hidraviões da força aérea e unidades da flotilha fluvial peruana. Segundo Afonso Arinos: “Era evidente que o governo peruano, se não tinha estimulado diretamente a invasão, não se sentia com força nem com desejo de a ela se opor”(MELO FRANCO, Afonso Arinos. **Um Estadista da República**, p.1074)

Amazonas<sup>105</sup>, ocorrendo os primeiros choques muito próximos da fronteira do Brasil em Tabatinga.

Sob o ângulo das chancelarias sul-americanas, a questão aumentava exponencialmente a possibilidade de uma conflagração generalizada na região. Apesar de não diretamente relacionadas, as questões do Chaco e de Letícia tinham conexões indiretas. Escrevendo a seu ministro em Buenos Aires, o presidente paraguaio, Eusébio Ayala, afirmaria:

Alguien nos ha hecho notar que los sucesos de Leticia han coincidido con el conflicto del Chaco. Tal circunstancia pudiera no ser debida a un mero azar. Desde hace tiempo el Perú siente una seria inquietud respecto a Bolívia. Los preparativos bélicos de este país, dirigidos contra el Paraguay, podrían tornarse en un momento dado y en determinadas circunstancias contra el vecino del Pacífico. Ahora bien: Bolívia es un enemigo peligroso más para el Peru que para el Paraguay.<sup>106</sup>

Para o Brasil o momento era o mais inconveniente possível. No momento, em que finalmente encontrava a paz interna, o país se via agora na contingência de ver guerras em dois flancos de sua fronteira externa, exatamente nas zonas mais vulneráveis: as fronteiras amazônicas e matogrossenses. A passagem de navios de guerra pelos seus rios e armas por suas ferrovias também não era algo desejável. Temeroso diante da situação que se conformava, o chanceler brasileiro Afrânio de Melo Franco imediatamente entrevistou na contenda peruano-colombiana, propondo um complexo plano de conciliação segundo o qual Letícia ficaria sob sua custódia do Brasil até o fim das negociações bilaterais<sup>107</sup>. Era urgente desarmar as minas existentes nas relações externas do Brasil<sup>108</sup>.

Além da questão de Letícia, a instável situação política interna no Chile também era motivo de preocupação para todos os sul-americanos. O desemprego provocado pela crise de 29 havia empoderado os grupos de esquerda, que tomaram o poder no país. Em junho de 1932, o coronel da aviação chilena Marmaduke Grove surpreendeu o mundo ao proclamar a “*Republica Socialista de Chile*”, a primeira experiência do tipo na história das Américas. A

<sup>105</sup> CARVALHO, Carlos Delgado de. **História Diplomática do Brasil**. Editora Senado Federal, 1998, p. 324-325.

<sup>106</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Eusebio Ayala, Vicente Rivarola : Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p. 116.

<sup>107</sup> Tal plano seria infrutífero e mais essa questão seria remetida à Liga das Nações antes de retornar a América sob o encargo de uma Comissão Administradora composta por Estados Unidos, Brasil e Espanha (CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3ªed. Editora Unb, 2008, p.242)

<sup>108</sup> Escrevendo a seu ministro em Buenos Aires, o presidente do Paraguai, Eusébio Ayala, mostraria disposição em pactuar brevemente a paz com a Bolívia afim de instigá-la em uma aventura militar contra o Peru, provavelmente na região Amazônica. Escreveria: “*El Paraguay ha pedido como condiciones para terminar las hostilidades: primero, la desmilitarización del Chaco; segundo, la reducción de los efectivos de guerra. Si se firma en un tiempo corto un tratado tal que haga desaparecer totalmente el peligro de nuevas operaciones bélicas contra nosotros, estaríamos dispuestos a no insistir en la reducción de los efectivos a fin de dejar a Bolívia la libertad de acción para cualquier otro programa internacional.*” (COELLO, Vicente Rivarola. *Cartas Diplomáticas*, p. 116)

efêmera república, que durou apenas 12 dias, despertou reação vigorosa dos partidos tradicionais e produziu grande luta pelo poder. Até a chegada de Arturo Alessandri ao poder em outubro de 1932, o Chile viveria dias de grande conturbação política<sup>109</sup>.

Outra questão que perturbava os espíritos sul-americanos nesse período eram as difíceis relações entre Argentina e Uruguai. As relações entre os dois países estavam rotas desde maio de 1932, quando o governo uruguaio reagiu à decisão argentina de inspecionar navio “Uruguay”, que fora a Buenos Aires participar das festividades de independência nacional. Segundo a Argentina, o general dissidente Toranzo, ex-chefe do exército argentino, que teria tentado dar golpe contra Urriburu, estava refugiado à bordo da embarcação uruguaia, o que motivara a revista. A devassa ao navio, porém, foi qualificada pelo Uruguai como ataque à dignidade nacional uruguaia, que decidiu romper as relações com a Argentina.

Todo este ambiente de instabilidade produziu uma tempestade perfeita nas relações sul-americanas, tornando a disputa pelo Chaco algo potencialmente disruptivo para a paz continental por envolver interesses tão díspares.

Nesse período em que pululavam as questões sul-americanas, o chanceler argentino, Saavedra Lamas, lançou sua proposta de um pacto para proscrever as guerras de conquista à inspiração do pacto Briand-Kellogg, concebido pelos EUA em 1928. Aproveitando-se do momento em que se organizavam as delegações sul-americanas que concorrerriam à Conferência do Desarmamento de Genebra, em outubro de 1932, Lamas propôs o tratado “*aos países que, em face do litígio do Chaco, subscreveram, em Buenos Aires, o acordo de 6 de agosto próximo passado, e entre os quais o Brasil se desvanece de encontrar-se*”<sup>110</sup>.

O Brasil imediatamente acedeu ao pedido argentino, sugerindo apenas que tal documento fosse assinado no Rio de Janeiro. Em carta de 17 de outubro de 1932, o chanceler Afranio de Melo Franco mostrou felicidade por ter encontrado em Lamas um bom amigo do Brasil e manifestou o seu desejo de que Justo viesse ao Rio firmar o tratado de conciliação e arbitragem junto a Vargas<sup>111</sup>. Provavelmente acreditava Melo Franco que a solução para a guerra paraguaio-boliviana poderia decorrer de um encontro entre esses dois mandatários sul-americanos.

---

<sup>109</sup> Entre julho de 1931 e outubro 1932, o Chile viveria um período de instabilidade política em que se sucederam golpes de Estado, conspirações palacianas, traições e uma transitória república socialista, conhecido hoje na historiografia como “*La Anarquia Chica*”.

<sup>110</sup> Cadernos do CHDD, ano V, nº09, 2006, FUNAG, n.p

<sup>111</sup> GV c 1932.10.17/2, CPDOC-FGV.

Inicialmente a Argentina aquiesceu à ideia brasileira de um encontro na capital brasileira<sup>112</sup> durante o qual possivelmente seria abordada a questão chaquenha. Logo, no entanto, Lamas passou a pressionar por uma modificação do plano original, sugerindo que Vargas visitasse primeiro Buenos Aires<sup>113</sup>. A possibilidade seria rejeitada sistematicamente pelo Itamaraty, que alegava que as tumultuadas circunstâncias internas ainda não permitiriam a ausência do presidente Vargas do Rio de Janeiro, vislumbrando talvez a possibilidade de se obter um encontro de presidentes de Argentina, Brasil, Uruguai e Chile na capital brasileira<sup>114</sup>.

A possibilidade de um encontro entre Vargas e Justo foi vista com desconfiança no Paraguai. Em 17 de dezembro de 1932, em carta confidencial, o presidente Ayala do Paraguai questionou o seu ministro em Buenos Aires:

? Qué significa la entrevista de Presidentes? Pienso que el General Justo va a dar el gusto de Vargas, pero va a descontentar a muchísima gente brasilera y muy principal. El Dr. Collor me hizo algunas observaciones vehementes sobre ello. Esa entrevista no servirá de nada. La Argentina no necesita ganar la voluntad del Brasil que es unánime en favor de una inteligencia. Lo que la Argentina debe hacer es plantarse enérgicamente con los vecinos, con buenas o malas ganas. La posición preponderante de la Argentina es incuestionable; ella tiene que ser utilizada con tino, nada más.<sup>115</sup>

Continuando a missiva, Ayala revelava sua convicção de que os destinos da Argentina e Paraguai estariam entrelaçados, dizendo:

Yo le aseguro, que la política argentina me preocupa tanto como la nuestra. Cada día me convenzco más de que nuestra suerte está ligada con ese país y sus desgracias son las nuestras.<sup>116</sup>

Apesar de demonstrar certo ceticismo quanto aos propósitos pacifistas argentinos- algo que também era compartilhado por outros países<sup>117</sup>- o Brasil decidiu manifestar sua aceitação prévia ao pacto pretendido pelo vizinho platino. Em 20 de dezembro de 1932, Afrânio de

<sup>112</sup> Em 6 de novembro de 1932 Vargas anotaria em seu diário “Justo aceitou com satisfação a ideia de vir ao Brasil assinar o tratado anti-bélico”(VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.1, p. 149)

<sup>113</sup> LAFAYETTE (BRASEMB- Buenos Aires) a EXTERIORES. Telegramas, confidencial, nº 202, Viagem Chefe do Governo Provisório a Buneos Aires, 15.12.1932, AHI 14\1\10.

<sup>114</sup> EXTERIORES a BRASEMB-Buenos Aires. Telegramas, confidencial, nº 164, Viagem Chefe do Governo Provisório a Buneos Aires, 16.12.1932, AHI 14\2\10.

<sup>115</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Eusebio Ayala, Vicente Rivarola: Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, pp.137-138.

<sup>116</sup> COELLO,1982, Op. cit., pp.137-138.

<sup>117</sup> O diplomata norte-americano, Francis White, percebia o pacto anti-bélico como um capricho pessoal do chanceler argentino Lamas. Para ele, o pacto era um: “(...) *very hastily drawn up South American Anti-War Pact which he [Lamas] feverishly drafted last August when his unfounded claim of authorship of the doctrine of August 3 was challenged ( not by the Neutrals who purposely said nothing in order not to irritate him and let him get a certain amount of favorable publicity) but by La Prensa in Buenos Aires and by certain senators who interpellated him.*”(FRUS, 1932, vol. V, The American Republics, p. 245)

Melo Franco enviou nota ao embaixador argentino no Rio, Antônio Mora y Araújo, manifestando a intenção do Brasil em aderir ao Pacto Anti-Bélico de Saavedra Lamas, realizando somente exigências de que o tratado fosse aberto à adesão universal e não admitisse quaisquer reservas<sup>118</sup>.

O Brasil agia de forma escoceita na busca da conciliação, evitando o acirramento da guerra iniciada meses antes. Fora nesse sentido que, dias antes, o presidente Getúlio Vargas e o chanceler Afrânio de Melo Franco tiveram uma reunião com o representante boliviano no Rio, David Alvestegui<sup>119</sup>. Sabia-se de antemão das dificuldades de contemplar os pontos de vista de ambos os lados, mas havia a esperança se obter um acordo de paz.

Acreditavam os brasileiros ainda ser tempo de conter as hostilidades. Segundo destacava o ministro brasileiro em La Paz, Souza Gracie, os membros do governo boliviano pareciam estar convencidos de que a continuidade das operações militares seria um verdadeiro desastre, agravando a situação econômica e sacrificando a mocidade do país<sup>120</sup>. A chegada do período de chuvas no Chaco era outro fator que se pensavam poderia favorecer eventuais negociações de paz, atrasando os movimentos militares. As circunstâncias, porém, mostraram-se menos propícias a um acordo do que imaginavam os brasileiros.

### 2.3. Da ata de Mendonça à Ata do Rio

Após o fracasso das propostas de paz formuladas pelos países Neutrais, em dezembro de 1932, o chanceler argentino Saavedra Lamas apresentou a sua própria fórmula de paz. A proposta argentina era bastante simples, consistindo: a) no recuo dos exércitos paraguaios ao Rio Paraguai; b) no recuo dos exércitos bolivianos à linha Ballivian-Roboré; c) a aceitação por ambos países de uma arbitragem *de jure* (ZOOK, p. 134)<sup>121</sup>.

<sup>118</sup> Cadernos do CHDD, ano V, nº09, 2006, FUNAG, n.p

<sup>119</sup> Em reconhecimento à postura brasileira, a Bolívia, como agradecimento, agraciaria o presidente Getúlio Vargas com a ordem Condor de Los Andes, a maior honraria boliviana. Vargas escreve em seu diário: “*dia 26, sábado. Às 14 horas fui ao Catete, onde, em companhia do ministro do Exterior e do ministro Cavalcanti, secretário-geral, recebi o ministro da Bolívia, que nos foi entregar as condecorações da Ordem do Condor com que nos agraciou o governo da Bolívia, trazendo-me uma carta do presidente Salamanca, daquele país. Nessa ocasião, tratamos da guerra entre a Bolívia e o Paraguai, das démarches feitas para evitá-la e das possibilidades para a suspensão das hostilidades*” (VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.1, p.156.

<sup>120</sup> GRACIE (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas. reservado, NP, nº156, Chaco, 02.12.1932, AHI 23\5\10.

<sup>121</sup> Sobre isso, em 7 de janeiro de 1933, Lafayette escreve à secretaria de Estado: “*Na última entrevista que tive a semana passada com o senhor Ministro das Relações Exteriores, disse-me Sua Excellencia estar sondando confidencialmente as Chancelarias paraguaya e boliviana, a fim de ver se ainda sera possível encontrar um meio de fazer com que os dois países suspendam as hostilidades(...)*”. Lamas declarava estar agindo de acordo com o pedido por sugestões da Comissão dos Neutros de Washington (LAFAYETTE (BRASEMB- Buenos Aires para EXTERIORES. Ofícios, confidencial nº16, o conflicto do Chaco, 07.01.1933, AHI 9\4\12)

Previa o chanceler argentino organizar uma conferência em Buenos Aires sob seu auspício antes de submeter a questão à arbitragem da Corte Permanente de Justiça Internacional em Haia. Para obter a anuência dos beligerantes a seu plano, Lamas enviou o assessor jurídico do Ministério de Relações Exteriores, Isidro Ruiz Moreno, em missão confidencial a Assunção para conversar com o presidente Ayala.

Procurava o chanceler argentino fazer com que a questão do Chaco fosse submetida a alçada da Liga das Nações<sup>122</sup>. A Argentina estava em processo de reincorporação à organização de Genebra de modo que Lamas pretendia submeter a questão à Liga obtendo, em sequência, um mandato mediador para seu país<sup>123</sup>. Sabia ele de antemão que uma intervenção da Liga no caso do Chaco seria muito restrita, isso porque a organização carecia de conhecimento profundo sobre o assunto e porque buscava não se indispor com os EUA, intrometendo-se em assuntos considerados afeitos ao continente americano. Dessa maneira, era muito provável que o instituto de Genebra acabasse por incumbir um país americano – nesse caso a Argentina- da árdua tarefa de pacificar a guerra paraguaio-boliviana.

Agia Saavedra Lamas politicamente motivado e, segundo seus cálculos implícitos, os ganhos dessa manobra eram certos. Se a Liga encontrasse solução para a complexa questão, Lamas reclamaria as glórias do intento podendo candidatar seu país a um assento no Conselho Permanente da organização; se ela fracassasse o ministro argentino não poderia ser diretamente responsabilizado<sup>124</sup>.

Assim, no mês de novembro de 1932, a Argentina tentou reservadamente convencer o Paraguai a acionar a Liga das Nações. A 17 de dezembro de 1932, em grande medida influenciado pela Argentina, o Paraguai retirou seu representante ante a Comissão de Neutrais de Washington, então a principal instância de pacificação atuante na disputa. A retirada paraguaia foi um duro golpe para a Comissão que, em 31 de dezembro de 1932, esvaziada e já sem propósito de existir, decretou a suspensão de suas reuniões<sup>125</sup>.

<sup>122</sup> Segundo José Carlos Brandi Aleixo: “ *O Chanceler argentino negou-se a participar de quaisquer medidas cominatórias contra um beligerante recalcitrante. Declarou que a guerra do Chaco estava dentro da alçada da Liga das Nações, vez que a Bolívia e o Paraguai a ela pertenciam. Fez ele chegar cópia desta declaração à Liga das Nações através do ministro argentino na Suíça*”(ALEIXO, José Carlos Brandi. **Mediação e bons ofícios: considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina**, p.314).

<sup>123</sup> A Argentina havia saído da Liga das Nações em 1920. Em inícios de 1932, o presidente José Félix Uriburu solicitara a reincorporação do país ao instituto de Genebra. Em fins de 1932, o pedido do poder executivo já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, faltando apenas a chancela do Senado. (COELLO, Vicente Rívarola. **Memórias Diplomáticas**. tomo II, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p. 206)

<sup>124</sup> FRUS 1932, vol. V, The American Republics, pp. 244-246.

<sup>125</sup> Entre 31 de dezembro de 1932 e 12 de maio de 1933, o Comitê dos Neutros não se reuniu. Em 18 de junho de 1933, o secretário de Estado Francis White conclamou que o órgão fosse dissolvido. (ROUT JR. Leslie B. **The Chaco war: a study in inter-American diplomacy**. University of Minnesota, 1966, p. 116.)

Essa orientação foi mal recebida pelos EUA, país sede da conferência dos Neutros, que, no entanto, nada pode fazer para evitar o desfecho<sup>126</sup>. A ambição argentina era claramente afastar demais países americanos da negociação da paz. Ao Brasil, no entanto, dava provas de máxima neutralidade e desejo de cooperação com os Neutros. Escreveria Lafayette de Carvalho à Secretaria de Estado:

(...) 2. O Senhor Saavedra Lamas, com quem conversei a respeito, na audiência de quarta-feira ultima, mostrou-se descontente com a attitude do Paraguay, que, a seu ver, poderia ou deveria formular as objecções que entendesse sobre o caso, mas nunca abandonar a Commissão, creando dificuldades talvez insuperáveis aos seus louváveis esforços. 3. Pensa Sua Excellencia ser muito possível que do encontro dos dois Chefes de Estado do Brasil e da Argentina, possa advir entendimento que facilite de modo definitivo a solução desse já prolongado conflicto<sup>127</sup>.

Neste momento, porém, os planos argentinos encontraram um obstáculo. Agindo de forma paralela, o novo chanceler do Chile, Cruchaga Tocornal, que também buscava desempenhar um papel destacado na guerra do Chaco, fez sua própria proposta de pacificação. Em 9 de janeiro de 1933, o ministro chileno propôs um outro plano de paz baseado em uma armistício de curto prazo, durante o qual se discutiriam as bases para a redação de um tratado de arbitragem da questão, com a manutenção das posições então ocupadas pelos exércitos em luta<sup>128</sup>.

As iniciativas mediadoras de Lamas e Cruchaga logo se chocaram, causando constrangimento mútuo aos governos argentino e chileno. Na visão do Itamaraty o impasse derivava de uma divergência fundamental entre os beligerantes, que viam os mediadores como partes interessadas. O Paraguai preferia a mediação argentina, enquanto a Bolívia preferia a intervenção do Chile<sup>129</sup>.

A fim de unificar os esforços, Cruchaga propôs a Saavedra Lamas uma entrevista pessoal a ser realizada no dia 1-2 de fevereiro de 1933, na cidade de Mendoza, no meio do

<sup>126</sup> Em 5 de novembro de 1932, Francis White diz: “(...) *His note tries to show that the Neutrals have no authority under which to act as we are not acting under a treaty. If he can get us to support his pact that is what he would like above all but, failing that, and of course he can not help realizing that under the present circumstances one at least of the contending parties would not ratify his pact, then to transfer the negotiations to the League of Nations. He would then undoubtedly want to exhibit his note as showing how he was responsible for bringing the negotiations to Geneva and perhaps endeavour to have the League appoint Argentina as its mandatory in the matter(...)*” (FRUS 1932, vol. V, The American Republics, pp. 244-246).

<sup>127</sup> LAFAYETTE (BRASEMB-Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, nº 476, Litígio do Chaco, 26.12.1932, AHI 9\4\11.

<sup>128</sup> FRUS 1933, vol. IV, The American Republics, p. 248.

<sup>129</sup> Em ofício confidencial de 20 de janeiro de 1933, Lafayette atualiza informações sobre o caso do choque entre as iniciativas de paz argentina e chilena, a Afrânio de Mello Franco dizendo “3. *O Senhor Saavedra Lamas, por mais que dissimule, não consegue occultar quanto se agastou com a attitude assumida pelo seu collega chileno, insistindo, no seu dizer, em passar-lhe à frente, quando já havia sido notificado de seus propósitos e de sua acção. Até agora não respondeu a nota que lhe enviou o Senhor Cruchaga(...)*” (LAFAYETTE(BRASEMB-Buenos Aires) a EXTERIORES. Ofícios, confidencial, nº39, Litígio do Chaco, 20.01.1933, AHI)



caminho entre Santiago e Buenos Aires. O impasse seria resolvido com a assinatura, entre Chile e Argentina, da Ata de Mendoza sobre a situação do Chaco. O documento que desenvolveram tratava-se do primeiro documento que propunha uma mediação por mais de um país limítrofe. Era também o primeiro documento de mediação sul-americana pactuado desde o início do conflito. Ele tinha como aspectos centrais: a) que as partes submeteriam à arbitragem todas as questões que se suscitassem para a solução do conflito; b) que declarariam terminadas as hostilidades; e c) que recuariam as tropas em campo, concentrando as forças bolivianas nos núcleos populacionais de Ballivián e Roboré e as forças paraguaias sobre o rio Paraguai<sup>130</sup>.

A proposta foi comunicada aos governos do Brasil e do Peru, para assim manterem o entendimento derivado do acordo de 6 de agosto de 1932. Apesar de não ter sido convidado a participar da redação dos termos originais da proposta, a 17 de fevereiro de 1933, o Brasil declarou seu apoio ao documento chileno-argentino, impondo apenas algumas pré-condições para a intervenção: a) não exceder nunca os limites da mediação amistosa; b) não prescindir da colaboração dos neutros de Washington; e c) não se impor medidas coercitivas aos países em conflito para obrigá-los a um assentimento que lhes ofendesse a soberania<sup>131</sup>.

No dia 27 de fevereiro, o Paraguai, que agora se encontrava na defensiva, manifestou a sua aceitação do plano pacificador, propondo apenas algumas emendas e acréscimos<sup>132</sup>. Já a Bolívia, na ofensiva, resistiu por maior tempo ao plano pacificador de Mendonza, já que não detinha grande confiança nem no Chile nem na Argentina, e, portanto, resistiria às duras pressões para acatar a sua mediação. No dia 28 de fevereiro, no entanto, para não ficar isolado, o país respondeu favoravelmente à proposta chileno-argentina, fixando, todavia, uma série de condições de difícil aceitação para seus inimigos, como: a) a de que o cessar-fogo deveria ocorrer segundo as posições alcançadas; b) a de que a zona de arbitragem começaria a partir do paralelo 21° sul e meridiano 59°55' Oeste; c) a de que para fins de arbitragem se declarassem nulos todos projetos e actos diplomáticos anteriores; e d) a de que se incluísse a Zona Hayes na zona de arbitragem (ZOOK, p. 135-136).

Para satisfazer as demandas brasileiras, Cruchaga e Saavedra Lamas pediram o apoio dos Neutros. Juntos ABCP e Neutros iniciariam um esforço conjunto para se obter que os

---

<sup>130</sup> ZOOK, 1997, Op. cit, p. 135.

<sup>131</sup> Ver Anexo I, Documento 2.

<sup>132</sup> a) defendia que as tropas bolivianas deveriam retirar-se a Villa Montes e Roboré (extremo ocidental do Chaco) e não a Ballivian. b) os efetivos militares deveriam ser reduzidos durante o prazo de 5 anos ao mínimo requerido pela segurança interna de cada Estado; c) deveria haver investigação, com caráter internacional, para determinação do país agressor; d)deveria haver a substituição das palavras “zona litigiosa”, do § “a” do considerando 3<sup>a</sup> [sic] da ata, pelas palavras “matéria específica da controvérsia” (ZOOK , 1997, Op. cit, p. 135)

beligerantes retirassem suas reservas à Ata de Mendonza. (ZOOK, p. 141). Vencer as resistências bolivianas não se mostrou tarefa fácil, pois eles continuavam crentes de que poderiam vencer facilmente os paraguaios ocupando todo o Chaco. O governo Salamanca e a população de La Paz acreditavam que o general Kundt, só com a sua presença, seria capaz de alterar o panorama anterior de derrotas e assegurar a vitória na guerra (ZOOK, pg.128). Assim, já no mês de março de 1933, a fórmula de Mendonça começou a fazer água devido as restrições bolivianas.

No nível diplomático, a Bolívia recusou-se a aderir à fórmula de Mendonza, em sua integralidade, alegando que o recuo dos seus exércitos para a linha Ballivian-Roboré afetaria as condições de segurança nacional<sup>133</sup>. O país também não aceitou recuar suas tropas antes que a área a ser arbitrada fosse delimitada. Exigia ela a arbitragem de uma zona ampla, estabelecendo como condição *sine qua non* para aceitar a mediação a garantia de que o território que deveria ser arbitrado compreendesse, pelo menos, o polígono de terras delimitado a leste pelo rio Paraguai, ao sul pelo rio Pilcomayo, ao norte pelo paralelo 21° e a oeste pelo meridiano 59°55. No plano militar, enquanto se desenvolviam as conversações sobre o plano de Mendoza, ganhou ímpeto a ofensiva militar boliviana, com combates de grande intensidade em Nanawa e no setor Toledo-Corrales<sup>134</sup>.

Após alguns meses de conflito, o Paraguai já se encontrava em situação financeira dramática. Como constataria Ayala em carta a Estigarribia, o país carecia dos mais básicos suprimentos e os recursos em ouro estavam praticamente esgotados, não se podendo comprar nada além do indispensável. Segundo o presidente guarani, era imperativo a economia. Era necessário que os estoques de munição durassem três meses e que os aviões só fossem utilizados em missões que não oferecessem perigo de abate. Temia-se que a perda de uma

---

<sup>133</sup> Como afirma Bruce Farcau: “*Bolivia wavered briefly under this one-sided diplomatic pressure, but Salamanca was aware that an agreement to virtually any compromise in the Chaco would result in the immediate overthrow of his government, as most Bolivians fervently believed in the inevitability of victory. Fortunately for the Bolivians, the Peruvian government, possibly just to oppose its old enemy Chile, declared that Bolivian arms purchase could pass freely through Peruvian ports. As its ploy of cutting of arms shipments to Bolivia, apart from being illegal, was now useless; on February 21 Chile reopened its ports to Bolivian arms delivery. Perhaps in the vain hope that a declaration could provoke reality to follow, the ABCP nations formally declared that Bolivia and Paraguay had accepted the Mendoza Act. In fact, however, the belligerents were still as far from an agreement as ever. Paraguay finally accepted the terms, but Bolivia rejected the proposal. It is possible that the Paraguayans, safe in the assumption that Salamanca would never find the Mendoza Act any more acceptable than they did, cleverly made a propaganda move by accepting it, leaving the onus of rejection to the Bolivians.*”

*In any event, on 6 March 1933, with the Mendoza Act clearly a failure, the Paraguayan legislature formally authorized the president to declare war on Bolivia. Ayala postponed the declaration until 10 May, hoping against hope that the Mendoza Act would provide the basis for peace.”*(FARCAU, Bruce. **The Chaco War**, pp. 111-112)

<sup>134</sup> ZOOK, Op. cit, 1997, pp.135- 136

única aeronave que fosse causasse profunda impressão em uma população já exposta ao medo da guerra (ZOOK, p. 139).

Para agravar a situação paraguaia, os países limítrofes (Brasil, Chile e Peru) se recusavam a restringir o aprovisionamento bélico pela Bolívia por meio do estabelecimento um embargo de armas. As gestões diplomáticas paraguaias junto a tais países para impedir que um carregamento de morteiros Stokes-Brant e de novas armas chegassem as mãos dos bolivianos foram em vão (ZOOK, p. 141-142). Em 8 de março de 1933, por exemplo, Ayala telegrafou ao presidente do Peru para manifestar a sua inconformidade por o país permitir à Bolívia importar material de guerra por Mollendo<sup>135</sup>. Ocorria que percebendo a falta de correspondência na Argentina na pressão ao Paraguai, os demais mediadores se recusavam a adotar grandes pressões contra a Bolívia<sup>136</sup>. Na realidade, temiam todos que a Argentina entrasse na guerra ao lado do Paraguai, sendo obrigados, desse modo, a dosar suas posições, evitando serem inamistosos perante a Bolívia<sup>137</sup>.

Interesses se contrapunham e , em 11 de março de 1933, Ayala reclamaria ao ministro paraguaio em Assunção que seu país não desejava novos empréstimos argentinos, mas sim apoio decidido para firmar uma paz honrosa. Alegava ele haver uma "*hostilidad sorda*" contra o Paraguai e que os demais países sul-americanos queriam a derrota do Paraguai, porque esta implicaria em um golpe direto contra a Argentina. À época, o presidente guarani mostrava-se como um crítico acérrimo da guerra a qual classificava como "*una comedia en un cementerio*" e "*una guerra estúpida*"<sup>138</sup>.

A 13 de março, a moral paraguaia sofreu um golpe ainda mais duro. Nesta data, se deu a tomada do fortin paraguaio Allihuata por tropas bolivianas. Quando a notícia do que o exército paraguaio classificou como uma "*brillante retirada*" chegou aos ouvidos da população houve um início de pânico coletivo em Assunção, inclusive com pressões para que se destituisse Estigarribia do cargo de comandante em chefe das tropas (ZOOK, pp. 139-140).

<sup>135</sup> FRUS 1933, vol. IV, p. 282.

<sup>136</sup> DIAZ, Milton Cortez. **La Diplomacia chilena y el conflicto del Chaco (1928-1938)**, Revista Encrucijada Americana - Año 8 - N° 1 – 2016, p. 102.

<sup>137</sup> Em abril de 1933, o diplomata chileno Felix Nieto del Rio declararia acreditar ao ministro americano no Chile, Culbertson, que um embargo contra a Bolívia, incitaria atitude antichilena podendo causar un incidente internacional como o de Leticia, por um pequeno grupo de agitadores bolivianos. Culbertson, no entanto, não acreditaria nessa versão. Para ele, o Chile não agia porque não desejava encontrar-se só na realização de um embargo (DIAZ, 2016, Op. cit, p. 102)

<sup>138</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**: Eusebio Ayala, Vicente Rivarola: Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p. 161.

Irritado com a situação, o presidente do Paraguai solicitou ao Congresso autorização para declarar finalmente a guerra à Bolívia<sup>139</sup>.

A situação financeira do Paraguai era bastante grave e, em 16 de março, Ayala escreveu a seu embaixador em Buenos Aires "(...) *Es absolutamente necesario que la lucha termine en el curso del mes de Abril. De otro modo vendrá el desastre(...)*"<sup>140</sup>. Os rumos da mediação, no entanto, não eram animadores. Nessa época, o presidente paraguaio Ayala mostraria pessimismo quanto à mediação desabafando:

(...) Cada vez que se va a realizar algún progreso, alguno de los mediadores se cruza de brazos. Por ahora noto gran actividad en Washington y en Santiago. En cambio, Buenos Aires y Río se llamaron a silencio. Rogelio me escribe que la cancilleria brasilera no tiene propósito de moverse, apenas seguir a los demás. Parece ser también que los brasileiros piensan que el Paraguay está en manos de la Argentina y que todo que hacemos es inspiración de Saavedra Lamas(...)<sup>141</sup>

Em 24 de abril de 1933, na tentativa de salvar o processo pacificador de Mendonça, paralisado por pontos de vista opostos, o chanceler brasileiro Melo Franco sugeriu uma fórmula de reparo. Pela fórmula aventada pelo diplomata brasileiro, os países acederiam a uma trégua ampla e imediata, devendo os exércitos concentrar as forças nos principais fortins então sob seu comando<sup>142</sup>. Durante essa trégua, seria rapidamente concertado um compromisso arbitral no qual a Bolívia assentaria na não inclusão da zona Hayes e o Paraguai desistiria de suas pretensões ao norte de Forte Olimpo<sup>143</sup>. Essa era a chamada fórmula Gracie, redigida em La Paz pelo ministro brasileiro na Bolívia, Samuel de Souza Gracie<sup>144</sup>.

A Bolívia, no entanto, crente na vitória certa, persistiu em sua intransigente postura. No dia 26 de abril de 1933, o país andino rejeitou, lisa e abertamente, a Ata de Mendonça, declarando que ela conduziria apenas a um novo *status quo*, inconveniente para a paz na

<sup>139</sup> Posteriormente, Estigarribia questionaria o pânico provocado pela retirada de Alihuata. Segundo ele a manobra de recuo havia sido um sucesso notável, pois os paraguaios não haviam perdido, na manobra, nenhum homem, nem sequer um fuzil (ZOOK, Op. cit, 1997, p. 139).

<sup>140</sup> COELLO, 1982, Op. cit., p. 167.

<sup>141</sup> COELLO, 1982, Op. cit., p. 173.

<sup>142</sup> Percebendo a dificuldade de aceitação da fórmula de Mendonça pela Bolívia, o chanceler Melo Franco propôs uma nova fórmula. Segundo ele deveria-se reconhecer que a dificuldade de o governo boliviano em abrir mão da linha Ballivian-Roboré respondia a reais exigências de segurança de seu país. O chanceler brasileiro aproximou-se do ministro argentino no Rio, Mora y Araujo, propondo um armistício e arbitragem sob a seguinte fórmula: a) manterem-se as forças dos países nas atuais posições avançadas; b) concentração de forças em alguns fortins principais do Chaco; c) fiscalização da tregua por comissão militar nomeada pelos países mediadores; d) exclusão da zona Hayes da zona sob arbitragem. A proposição seria imediatamente rechaçada pela Argentina e pelo Paraguai, que afirmariam a 30 de abril que não se afastariam um passo sequer da fórmula de Mendonça e que a insistência da Bolívia em não aceitá-la em sua integralidade no prazo mais breve possível produziria o malogro completo da mediação (COELLO, Vicente Rivarola, **Memórias Diplomáticas**, tomo II, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p.329-330).

<sup>143</sup> EXTERIORES a BRASLEG-La Paz. Telegramas, reservado, nº 27, Chaco, 24.04.1933. AHI 24\1\6.

<sup>144</sup> Cadernos do CHDD, ano V, nº09, CHDD\FUNAG, 2006 p.153.

América<sup>145</sup>. A Bolívia ainda fez uma condenação aos próprios mediadores- Chile e Argentina, afirmando que, em suas tentativas de convencimento, estes teriam se desviado do caminho demarcado por eles mesmo na própria Ata de não excederem a pressão moral.

Um dia após rejeitar a Ata de Mendonça, em 27 de abril de 1933, seis aviões bolivianos realizaram um raid em Puerto Casado, considerado o coração da atividade bélica paraguaia no Chaco, mas também o centro econômico de muitas empresas argentinas na região. Os aviões bolivianos bombardearam a localidade por cerca de uma hora, produzindo danos e varias vítimas.

O incidente gerou o aumento das tensões entre Bolívia e Argentina e o aumento do perigo de uma intervenção direta da Argentina na guerra. A defesa dos interesses de seus cidadãos e empresas já havia sido amplamente utilizada no século XIX como pretexto para intervenções de força<sup>146</sup>. A Bolívia se irritava profundamente com a ajuda fornecida pela Argentina ao Paraguai que lhe vinha permitido segurar a situação militar. As remessas de armas importadas e de dinheiro argentino continuavam afluindo vastamente ao Paraguai<sup>147</sup>.

<sup>145</sup> COELLO, 1955, Op. cit, tomo II, p.331.

<sup>146</sup> A reação argentina contra o ataque veio em termos duros. A chancelaria protestou contra este fato, reclamando pelos danos sofridos pela companhia argentina Carlos Casado, por intermédio de uma nota assinada pelo chanceler Saavedra Lamas. No dia 29 abril, Lamas manifestou ao diplomata boliviano residente em Buenos Aires, José Maria Escallier, que " *el presidente Justo está enojadísimo por la actitud de Bolivia, estando resuelto a la ruptura de relaciones, si Bolivia continúa ultrajando a la Nación Argentina*"(SEIFERHELD, 1983, Op. cit, p. 307). Alegavam os argentinos que Puerto Casado era uma povoação civil, sem guarnições militares, nem depósitos de materiais bélicos.(Id. Ibid, p. 308) Em nota dirigida à Bolívia, a chancelaria argentina dizia, em tom de ultimato, esperar que o governo boliviano se absteria de novos atos dessa natureza, que "de otro modo podrian herir fundamentalmente nuestras cordiales relaciones"(Id. Ibid., p. 308). A Bolívia descontinuou os ataques aéreos, mas respondeu de um modo um tanto desaforado. Após declarar que Puerto Casado era importante centro de aprovisionamento belico paraguaio, disse que as vítimas argentinas revelavam as facetas mais obscuras da questão do Chaco. Segundo a nota de resposta: "(...)El Chaco boliviano no ha sido colonizado propiamente por el Paraguay, incapaz de ese esfuerzo, sino por elementos y capitales extranjeros, a quienes ese país ha repartido, deliberadamente, territorios bolivianos(...)". Ademais, acusava-se o empresario argentino José Casado de sustentar a guerra paraguaia com sua fortuna pessoal (Id. Ibid., p. 309).

<sup>147</sup> Como escreveria o chanceler boliviano Demétrio Canelas: "*Desde el principio hasta el fin de la guerra, la Argentina fue la sombra que oscureció los caminos de Bolivia. En ninguna parte se sentía con más nerviosidad que en el seno del gobierno el peso de su enervante influencia. Con todo, nunca creyó el presidente Salamanca que fuera aconsejable o atinada una acusación contra aquel país, (...). La ayuda oficial argentina al Paraguay, esto es, el suministro de armas y municiones de parte del gobierno de Buenos Aires al de Asunción, aunque era denunciada con mucha insistencia, no parecía demostrable en un debate internacional (...) Más prudente nos parecía en las circunstancias que nos rodeaban, mantener la cancillería argentina dentro del marco de los estados americanos mediadores, donde su influencia estaba sujeta a contrapesos eficaces(...)Habríamos corrido, además, (...), riesgos mayores que el presidente Salamanca y su gobierno contemplaban con justificada inquietud. Repetidos incidentes ocurridos en aquel desgraciado período, parecían revelar que el gobierno argentino tenía la intención de provocar, aun por medios rebuscados, un entredicho con Bolivia. ¿Podíamos enfrentar nuevas complicaciones? (...) Para el caso de una complicación que tuviese por resultado inmediato la ruptura de nuestras relaciones diplomáticas con la Argentina y que pondría en inminente peligro nuestra integridad territorial, por el lado de los departamentos de Tarija y Santa Cruz, incluyendo nuestras zonas petroleras, el panorama que se presentaba a Bolivia estaba cargado de sombras. (...)*" (ESCUDE, Carlos & CISNEIROS, Andrés. **Historia General de las Relaciones Exteriores de Argentina(1806 - 1989)**). Las relaciones de la Argentina con Bolivia y Paraguay, disponível em:<<http://www.argentina-rree.com/9/9-046.htm>>, consulta em 24.04.2019 )

Como reação a postura boliviana, em maio de 1933, o Congresso paraguaio autorizou o governo Ayala a decretar guerra com vistas a forçar uma tomada de posições entre países limítrofes. Em 10 de maio de 1933, após quase um ano de hostilidades, o Paraguai finalmente declarou guerra à Bolívia, pondo fim a situação de indefinição jurídica. A decretação de guerra pelo Paraguai provocou um rearranjo da situação diplomática, implicando no fracasso definitivo da proposta de Mendoza, perseguida pelo ABCP.

Os países sul-americanos logo passaram a decretar neutralidade no conflito. O Brasil decretou sua posição a 23 de maio de 1933, por meio do Decreto nº 22.744, que mandava fosse observada “*completa neutralidade*” na guerra entre a Bolívia e o Paraguai, não se permitindo: o alistamento de nacionais brasileiros em ou outro exército; a remessa de armas para os países em guerra; e o estabelecimento de bases de operação em solo brasileiro ou o trânsito de aeronaves militares pelo território nacional. Por outro lado, continuava-se a permitir a ambos os beligerantes o aprovisionamento de insumos básicos no território brasileiro e o trânsito de importação de insumos bélicos por sua extensão, assegurando a aplicação dos tratados em vigor<sup>148</sup>.

A neutralidade argentina seria singular. Diferente da brasileira, a neutralidade argentina não respeitou as convenções de livre trânsito com a Bolívia. Declarada em 13 de maio de 1933, ela fechava os portos do Pilcomayo- La Quiaca e Aguaray (Pocitos) -, por onde a Bolívia aprovisionava a maior parte de suas tropas. Por outro lado, continuava-se a permitir o comércio por meio dos portos do rio Paraguai, tratando-se, portanto, de uma neutralidade abertamente benéfica ao Paraguai<sup>149</sup>.

Reservadamente, o ministro da Guerra argentino, Manuel A. Rodriguez, chegou a garantir ao diplomata paraguaio Rivarola que a neutralidade seria benéfica ao Paraguai, afirmando que a Argentina trataria de dificultar quaisquer carregamentos que se destinassem à La Paz, movimentando os vagões ferroviários de um lugar ao outro, antes de direcioná-los ao

<sup>148</sup> Para o Brasil, a decretação da guerra seria vista com grande preocupação. Em 1933, a pretexto de estudar a implantação da indústria siderúrgica no país, enviaria a Europa uma missão militar chefiada pelo general de brigada Leite de Castro e pelo major Henrique Ricardo Holl. O real objetivo da missão, no entanto, era gestionar pela compra de armas (HILTON, Stanley. **O Brasil e a crise internacional**, Civilização Brasileira, 1977, p.85)

<sup>149</sup> "(...) *Se clausuraron los puertos del Pilcomayo por los cuales Bolivia siempre habia hecho frente a las necesidades básicas de sus fuerzas del sudoeste. La Argentina explicó que en Chaco no había población civil boliviana; todas las mercaderías, en una estrecha interpretación del término fueron, por consiguiente, consideradas como contrabando. Esto creó a Bolivia un grave estorbo, pues ella siempre necesitaba del tránsito por territorio argentino para complementar sus facilidades de comunicación y transportes domésticos, grandemente inadecuados. El gobierno de La Paz, bien enterado de que el Paraguay, hacía uso del puerto de Buenos Aires y hasta de los ferrocarriles argentinos, pidió que se aclararan sus derechos de libre tránsito según el tratado de 1867\*. De aquí siguió una larga correspondencia, en que se especificó que el gobierno Justo sólo permitiría a Bolivia el tránsito de mercadería puramente civiles y en las mismas cantidades que antes de la guerra*" (ZOOK, 1997, Op.cit, p. 142)

seu destino final. O ministro da Marinha, Pedro Casal, igualmente, afirmou-lhe que o decreto de neutralidade em nada mudaria a sua amizade pelo país e que a imparcialidade seria apenas aparente<sup>150</sup>.

A Bolívia protestou veementemente contra a atitude da Argentina. Em nota publicada nos jornais, diria: “[...] *no hay precedentes alguno en la historia internacional de que un país neutral se hubiera atribuido la facultad de racionar el movimiento comercial de alguno o algunos países beligerantes*”. Também afirmando que “[...] *durante la guerra mundial de 1914-1918 se ha observado que ninguna nación entendió la neutralidad en sentido de obstruir y limitar o cerrar su comercio con los estados neutrales.*”<sup>151</sup>

A Bolívia também reclamava que a Argentina entregasse os suprimentos adquiridos pouco tempo antes do início da neutralidade. Argentina negou, primeiro, justificando que a não entrega se devia às más condições das estradas e, posteriormente, fazendo valer seu status de país neutro. Para Bolívia a clausura de Puerto Irigoyen foi a mais pesadosa e, segundo informes militares que chegavam da frente de batalha ao presidente Daniel Salamanca, esta decisão havia trazido fome e desespero às tropas no Chaco. Por nota de 30 de maio de 1933, o chanceler argentino, Saavedra Lamas, ordenou que não se pusessem obstáculos a artigos médicos destinados à Cruz Vermelha boliviana, como medicamentos e roupas, evitando novos protestos do governo de La Paz.

Com a decretação da guerra pelo Paraguai, outra modificação significativa se produziu. A questão do Chaco seria referida a Liga das Nações, organismo internacional que, pela primeira vez na sua história, se deparou com uma situação de guerra formal entre dois de seus Estados membros<sup>152</sup>.

A remissão do tema a Genebra era vista com grandes ressalvas pelo Brasil, que não era membro da organização. De fato, não era somente uma questão de orgulho ferido do chanceler brasileiro, Melo Franco, que em 1926 protagonizou a polêmica retirada de seu país da instituição genebrina. Os países europeus que integravam o Conselho permanente da Liga-Grã-Bretanha, França e Itália- eram os mesmo que lucraram milhões de libras com as toneladas de armas vendidas à Bolívia e ao Paraguai<sup>153</sup>. Estava ele também ciente das

<sup>150</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**: Eusebio Ayala, Vicente Rivarola: Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, pp. 176-177

<sup>151</sup> STOCCO, Sandra Perez. La Neutralidad Argentina en la Guerra del Chaco. **Épocas**, n° 5, 2012, p. 72.

<sup>152</sup> Assim como os demais conflitos internacionais dos anos 30- Manchúria, Etiópia, etc-, não houve declaração formal de guerra logo no início das hostilidades.

<sup>153</sup> Os três principais países fornecedores de armas à Bolívia e ao Paraguai foram a Grã-Bretanha, França e Itália, também integrantes permanentes do Conselho da Liga das Nações. Muitas dessas armas eram de segunda mão ou excedentes da primeira guerra mundial. Como exemplo desses armamentos, estavam as metralhadoras e

deficiências da organização, como a lentidão, a falta de qualificação e, principalmente, a falta de poder sancionatório. Além disso, provavelmente, temia-se que uma vez que a Argentina fosse reincorporada a Liga das Nações, pudesse ela eventualmente assumir o papel de delegatário único da organização de Genebra no que tange aos assuntos do Chaco, algo que a permitiria dobrar as resistências bolivianas com relação a suas propostas pacificadoras. Assim, o chanceler brasileiro decidiu que o seu país não se omitiria por mais tempo, convidando os países sul-americanos a somarem-se a ele.

A decretação de guerra pelo Paraguai induziria o Brasil a tomar atitudes mais enérgicas na questão, abandonando sua atitude de discricção. Buscando conservar o tema no âmbito americano, o chanceler Melo Franco articulou uma defesa da ação da Comissão dos Neutros de Washington, então paralisada por falta de apoio dos beligerantes às suas propostas. No dia 27 de junho de 1933, no entanto, para a consternação do ministro brasileiro, e sob seus vivos protestos, a Comissão decretou a sua dissolução<sup>154</sup>, uma decisão que relacionava-se ao fato de os EUA evitarem rivalizar com a Argentina na questão do Chaco<sup>155</sup>.

Em 4 de julho de 1933, de forma coincidente com a reunião da Assembleia da Liga que discutiria a guerra entre as duas repúblicas americanas, os bolivianos, chefiados por Hans Kundt, desencadearam um vigoroso ataque contra os paraguaios em Nanawa. A segunda batalha de Nanawa seria a mais sangrenta de toda a guerra, tornando-se também a batalha individual que mais produziu baixas no continente americano em todo o século XX, ficando conhecida como a “Verdun sul-americana”. A ilha fortificada às margens do Pilcomayo foi o palco do maior ataque frontal boliviano da guerra, que foi repellido com êxito pelos paraguaios<sup>156</sup>.

---

tanques ingleses Vickers, os tanques franceses Renault FT-17 e os tanques italianos Fiat Ansaldo CV-35crII(L3/35).

<sup>154</sup> Em telegrama de 29 de junho de 1933 a La Paz Melo Franco diria: “(...) não posso esconder a minha tristeza deante da confissão, que se anuncia dos próprios paizes americanos de sua incapacidade para a resolução de um conflicto genuinamente continental ou peculiarmente americano. Essa confissão importa na fallencia de toda a obra da União Pan-Americana(...)” (EXTERIORES para BRASLEG- La Paz, Telegramas, nº 41, NP, confidencial, Chaco, 29.06.1933, AHI)

<sup>155</sup> Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, o interesse era óbvio de não criar atritos com a Argentina. Justificando a dissolução da Comissão dos Neutros, o secretário de estado interino teria afirmado em carta ao presidente Roosevelt: “(...) não devemos ser membro da Comissão da Liga, que venha a se ocupar com a questão do Chaco, porque, se tal fizermos, entraremos seguramente em choque com a Argentina, que não é neutra e que apoiou abertamente o Paraguai. Parece evidente que a Argentina não trabalhará pelo sucesso da Comissão da Liga e o fracasso, portanto, desses esforços, está quase assegurado. Não queremos nos atritar com a Argentina, por causa dos interesses americanos nesse país. Não temos interesse no Chaco.” (MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Estadista da República**: Afrânio de Melo Fraco e seu tempo. 2ª edição, volume único, Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1976, p. 1036-1037.)

<sup>156</sup> Kundt ordenou que se cavasse um túnel colocando explosivos debaixo da muralha do reduto fortificado paraguaio. Planejava o alemão que quando a mina fosse detonada às 9:05 h da manhã, os 7 mil homens sob seu comando deveriam se lançar de assalto contra a terra de ninguém, e, em um ataque simultâneo, a força aérea e a



Em meio a tais acontecimentos, Melo Franco tentou, ainda mais uma vez, evitar que tema saísse da alçada dos países americanos propondo, como um último esforço, que os países do ABCP pedissem de maneira conjunta à Liga das Nações um mandato para que, agindo em seu nome, mediassem a questão do Chaco. O chanceler brasileiro nutria grandes reservas quanto à capacidade de a Liga intervir positivamente na controvérsia sul-americana e considerava ser necessário evitar à todo custo as arrastadas sutilezas dos “*mandarins de Genebra*”<sup>157</sup>

Os argentinos, que preferiam que a questão fosse encaminhada a Liga das Nações, não ficaram satisfeitos com a iniciativa brasileira. Em 30 de junho 1933, Rivarola descreveria ao presidente Ayala a reação do chanceler Lamas diante da sugestão brasileira:

(...) En el primer momento su opinión no fue favorable. Me expresó que Mello Franco, antes que facilitar las negociaciones anteriores, las había dificultado, aunque disimuladamente; que en todas sus indicaciones a esta Cancillería, aun en estos últimos días, se había mostrado partidário del arbitraje por zonas, dentro de la tesis boliviana y fuera de la nuestra, y que, por otra parte, trataría de revivir a la Comisión de Neutrales, en perjuicio de las gestiones de la Liga.<sup>158</sup>

A atitude reticente da Argentina era amparada pela Grã-Bretanha<sup>159</sup>, país europeu, membro da Liga das Nações, que também queria ter voz na complicada questão. Os interesses britânicos na contenda estavam relacionados especialmente ao fato de que nacionais seus eram concessionários de terrenos agrícolas no Chaco e ao fato de que a disputa tinha

artilharia bolivianas deveriam despejar dezenas de bombas sobre os ninhos de metralhadoras e os morteiros paraguaios, permitindo que os tanques e homens avançassem sob a proteção do fogo amigo. Granadas deveriam ser atiradas e os lança-chamas queimariam com suas línguas de fogo todo o restante.

A ofensiva parecia, de fato, muito bem planejada. Estigarribia, não obstante, estava ciente dos planos bolivianos, sobre os quais havia sido informado dias antes, optando por deslocar 9 mil homens para Nanawa, reforçando também suas linhas de defesa com arame farpado e minas terrestres. O general paraguaio deslocou o centro de gravidade de suas tropas para o sul, colocando reserva de suas tropas no fortin Falcón (Rojas Silva), próximo a Nanawa, para caso fossem necessários reforços.

Pontualmente às 9:05h da manhã do dia 4 de julho, a explosão deixou uma cratera de 30 metros de diâmetro em frente a muralha fortificada, abrindo o caminho que os bolivianos adentrassem à cidadela militar, em meio a poeira que se levantou no ar.

Os soldados atacaram. A falta de coordenação das demais ações ofensivas bolivianas, no entanto, levaram a um desastre militar. As tropas logo se desorientaram quando o que Kundt pressupunha serem meros postos de apoio revelaram-se como o centro da linha defensiva guarani. O início tardio dos bombardeios aéreos deixou os agressores vulneráveis ao fogo paraguaio. Os soldados carregando lança-chamas se tornaram alvos fáceis de serem detonados. Alguns audazes paraguaios conseguiram inserir granadas nas aberturas dos tanques e, no vazio aberto no centro da paliçada, acabaram empilhados as dezenas de cadáveres bolivianos. (ZOOK, 1997, Op.cit, pp. 147-8)

<sup>157</sup> MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Estadista da República**: Afrânio de Melo Fraco e seu tempo. 2ª edição, volume único, Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1976, p. 1036.

<sup>158</sup> COELLO, 1982, Op. cit, p. 182.

<sup>159</sup> Segundo Stanley Hilton: "*Autoridades britânicas, animadas pela ansiedade argentina em envolver a Liga no problema do Chaco, chegariam a se queixar da atitude do Itamaraty, injustamente atribuindo-lhe o propósito de sabotar, "por motivos de amour propre", a atuação da Liga na América do Sul.*" (HILTON, Stanley. **Afrânio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943 in: Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, XXIX: 113-144, janeiro-junho 1986, 1986, p.31)

repercussões nos planos da companhia petrolífera anglo-holandesa Royal-Dutsch Shell de ampliar sua presença no mercado do rio da Prata. Não obstante, diante da pressão conjunta dos demais países sul-americanos, a Argentina teve que aceitar a proposta brasileira.

Mesmo na incerteza de sucesso, os países beligerantes aceitaram plenamente o plano brasileiro. O governo da Bolívia, o principal fator por trás da ideia, o aceitou de imediato o alvitre, agradecendo ao presidente Getúlio Vargas e ao ministro Melo Franco a iniciativa. O Paraguai também acatou integralmente a ideia, manifestando o seu apoio por meio do ministro do exterior, Justo Pastor Benitez. O Paraguai via a situação com realismo, notando que provavelmente dificuldades de concertar a paz surgiriam por parte do exército da Bolívia, chefiado por Hans Kundt<sup>160</sup>. As dificuldades financeiras decorrentes da guerra, porém, induziram-no a intentar a mediação pretendida pelo Brasil<sup>161</sup>.

A 3 de agosto de 1933, em atendimento ao pedido de ambos beligerantes, o Conselho da Liga das Nações assentiu em conferir o mandato aos países do ABCP, como desejava Melo Franco. As chances de paz pareciam reais, e a 9 de agosto, o presidente paraguaio Ayala escreveria:

(...) Nosotros estamos paralizando nuestras operaciones militares y nuestras compras de material, en espera de la decisión del A.B.C.P. Lo que falta es una intervención enérgica. Bolivia desea ardientemente la paz, no tengo duda, y también nosotros. El poder de Bolivia está definitivamente quebrado y hay que aprovechar el momento.<sup>162</sup>

No dia 25 de agosto de 1933, teve início a ação mediadora dos países limítrofes capitaneada pelo Brasil. Nessa data, Melo Franco reuniu no Palácio do Itamaraty os embaixadores Martinez de Ferrari (Chile), Ramón Cárcano (Argentina) e Garcia Calderón (Peru) para endereçar aos países beligerantes uma nota manifestando a sua intenção de agir em conjunto. Exortava o instrumento que Bolívia e Paraguai aceitassem submeter a questão do Chaco à arbitragem do ABCP, encerrando de maneira prévia as hostilidades.

O plano seria aceito integralmente pelo Paraguai. Inesperadamente, no entanto, a Bolívia obstruía as negociações passando a fazer ressalvas, afirmando não aceitar um

---

<sup>160</sup> No dia 9 de julho de 1933, o presidente Ayala escreve a seu diplomata em Buenos Aires "(...)Es menester, para juzgar bien la situacion, tener en cuenta el verdadero obstáculo que se opone a la paz: Kundt. Yo sé de buena fuente que Salamanca y otros dirigentes se inclinan hacia las soluciones pacificas. Pero Kundt necesita ganar una batalla sonada. Parece mentira pero es verdad: Bolivia está entregada, como el Dr. Fausto, al Diablo. Una presión moral de los vecinos es la única via que promete resultado. Por eso yo considero que la iniciativa brasilera de alto valor. Cuando Mello Franco se vea en contacto con Bolivia reconocerá la naturaleza de las dificultades y se pondrá de acuerdo con las otras cancillerias. Todos los que tratan por primera vez con los bolivianos sufren la misma ilusión: creen que están bien dispuestos, que son gente razonable; sólo la experiencia muestra el carácter falso de nuestros enemigos.(...)" (COELLO,1982, Op. cit, p.183)

<sup>161</sup> COELLO, 1982, Op. cit, p.194

<sup>162</sup> COELLO, 1982, Op. cit, p. 189.

armistício prévio anterior à assinatura do laudo arbitral. Levantou o governo boliviano de maneira incompreensível questões terminológicas, que viriam a fragilizar o mandato conferido pela Liga das Nações aos países do ABCP<sup>163</sup>. À época, a Bolívia já organizava uma contraofensiva poderosa no Chaco e afirmava, um tanto surrealisticamente, que nenhum acordo seria possível sem a pressão recíproca da guerra.

Tal postura veio a ser duramente repelida pelo chanceler brasileiro que, em telegrama enviado a La Paz, externou sua frustração:

(...) A iniciativa do Governo do Brasil foi tomada em vista de repetida solicitação desse Governo[boliviano] e, quando ella nos aventurámos, não desconhecíamos quanto seria difficil obter que a Sociedade das Nações, no pé em que já se achava o assumpto perante o Conselho, consentisse em abrir mão d'elle e em transferil-o ao ABCP. Não ignoravamos, também, os riscos de possíveis difficuldades para o estabelecimento de uma acção conjuncta dos paizes visinhos, bem como as difficuldades de acceitação pelos beligerantes das formulas a serem adoptadas para a execução do mandato e a obtenção de seu supremo objecto: o restabelecimento da paz. Entretanto, affrontamos corajosamente todos esses perigos animados pelo espirito de solidariedade americana e o ardente desejo de attender ao pedido desse Governo.(...)<sup>164</sup>

Nos bastidores, Lamas criticava o Paraguai por haver se associado à propositura brasileira. Sobre essa postura, Rivarola escreveu a Ayala a 1º de setembro de 1933:

En esta Cancilleria reina verdadero pesimismo alrededor de la nueva mediación de los limitrofes. El ministro Saavedra Lamas no oculta, ahora, su extrañeza por nuestro pedido a la Liga, conjuntamente con Bolívia, para que delegue ella en los limitrofes las gestiones de paz.(...)<sup>165</sup>.

Para Lamas: "*así se consiguió sacar el asunto de donde lo había llevado la acción de esta Cancilleria, por simpatia y amistad para el Paraguay(...)*".<sup>166</sup> Conforme arguia Lamas, a mediação pretendida pelo Brasil tendia a caminhar mais para uma arbitragem por zonas, tese boliviana, desfavorável ao Paraguai. A Argentina estava segura que uma remissão da questão à Liga daria uma solução à contenda mais favorável ao país guarani. O argentino também demonstrava profunda irritação com a Bolívia. Conforme notava Rivarola: (*...)*"*Puedo asegurarle que aquí se está cansado, si no hastiado, de Bolívia, de su Gobierno y de su ministro en ésta. No es imposible que cualquier día se le entregue a éste su pasaporte.(...)*"<sup>167</sup>

Frente à nova situação, o Paraguai começou a desinteressar-se pela mediação do ABCP, reclamando da lentidão e da falta de coesão entre seus membros. Diante das

<sup>163</sup> O chanceler Demétrio Canellas passou a questionar o que se pretendia dizer pela alocação "questão integral do Chaco", que constava no mandato conferido pela Liga ao ABCP.

<sup>164</sup> EXTERIORES para BRASLEG- La Paz, Telegrama, nº 52, reservado, 12.08.1933, AHI 241\06.

<sup>165</sup> COELLO, 1982, Op. cit, p.195.

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Id. ibid., p.195.

perspectivas de que não se alcançaria a paz, o Paraguai intensificou a negociação de um novo empréstimo secreto argentino<sup>168</sup>. Ainda assim, a 5 de setembro de 1933, Ayala confirmou apoio à iniciativa de Melo Franco, indivíduo que reputava bem intencionado, pedindo para que Lamas não desse por encerradas as negociações enquanto este tentava fazer os bolivianos retrocederem na postura inflexível adotada dias antes<sup>169</sup>.

No dia 7 de setembro de 1933, data nacional brasileira, o chanceler Afrânio de Mello Franco convidou novamente os representantes de Argentina, Chile e Peru acreditados no Rio de Janeiro ao Palácio do Itamaraty para expor-lhes as bases da negociação de paz pretendida. Segundo o plano pacificador de Melo Franco, os países referidos aceitariam o mandato a eles conferido pela Liga das Nações, aceitando também o Rio de Janeiro como a sede da conferência preliminar de paz. As negociações de paz deveriam ser inauguradas por ocasião da visita do presidente Agustín Justo ao Brasil, no mês seguinte, e os países até então beligerantes aceitariam os procedimentos de conciliação propostos pelo Chile e o tratado antibélico proposto pela Argentina, como uma fórmula de concertação do ABC na questão.

Também acordariam a suspensão imediata hostilidades, sob a base das posições ocupadas até o momento. Após inaugurados os trabalhos, os delegados dos países beligerantes acreditados à Conferência de paz do Rio teriam o período improrrogável de 30 dias para fixarem a zona a ser submetida a arbitragem. Caso isso não fosse possível, os próprios países mediadores ou um árbitro escolhido a delimitaria a zona em igual período. Ademais, Melo Franco sugeria que a zona em disputa no Chaco fosse delimitada ao Norte pelo paralelo 20°, ao sul pelo rio Pilcomayo, a leste pelo rio Paraguay, e a Oeste pelo meridiano 62°<sup>170</sup>.

Após a publicação desses termos, Lamas advogaria o término imediato da mediação do ABCP. Para Lamas, a continuidade da mediação implicaria unicamente em fazer o jogo da Bolívia. A 10 de setembro de 1933, escreveria Rivarola:

(...) desea el doctor Saavedra Lamas que la intervención de los limitrofes termine antes del viaje del presidente Justo al Brasil, pues que, Mello Franco, para no confesar el fracaso definitivo de las nuevas gestiones debidas a su exclusiva iniciativa, querrá mezclar a los presidentes, produciendo con ellos nuevos motivos de dilación que no harán sino favorecer la ya conocida táctica boliviana, que quiere tomar a los limitrofes por "para humos" de sus continuadas ofensivas en el Chaco.(...)<sup>171</sup>

---

<sup>168</sup> Id. *ibid.*, p.194.

<sup>169</sup> Id. *ibid.*, p.197.

<sup>170</sup> EXTERIORES para BRASLEG- Assunção. telegramas, reservado, NP, Chaco-Mediação,nº84, 07.09.1933, AHI 2\5\12

<sup>171</sup> COELLO, 1982, Op. cit, p.200.

Por outro lado, Melo Franco insistiu na mediação sul-americana. No dia 21 de setembro, exortou o ministro do exterior boliviano Demétrio Canelas para que seu país manifestasse sua aceitação sem ressalvas do chamado feito pelos países limítrofes a 25 de agosto<sup>172</sup> e dias depois, no dia 24 de setembro, Melo Franco exortou o presidente Ayala do Paraguai a não desinteressar-se, dizendo nunca lhe parecera mais próximo o feliz resultado a que todos almejavam<sup>173</sup>.

Os apelos brasileiros, no entanto, foram inúteis. No dia 1º de outubro de 1933, diante das dificuldades intransponíveis, Afrânio de Melo Franco escreveria ao presidente do Conselho da Liga, Castillo Najera, agradecendo a confiança empenhada aos países ABCP, mas comunicando a impossibilidade de se obter um acordo de paz<sup>174</sup>. Fracassava a mediação pretendida pelo Brasil pela postura pouco cooperativa da Bolívia.

Após esse desfecho, a Argentina garantiu ao Paraguai que não iria somar-se a qualquer nova tentativa brasileira com relação ao litígio paraguaio-boliviano. Em carta a Ayala, Rivarola afirmou que o presidente Justo lhe garantiu pessoalmente que durante sua estadia de apenas três dias no Rio o assunto do Chaco não seria ventilado<sup>175</sup>. Por muito pouco não se obteve um acordo de paz que pouparia milhares de vidas.

Em meados de outubro de 1933, o presidente da Argentina Agustin P. Justo, e seu chanceler, Saavedra Lamas, visitaram o Brasil. A visita vinha sendo planejada há vários meses, porém com sucessivos adiamentos por parte da chancelaria Argentina, que buscou inclusive obter antes a ida de Vargas ou de Afrânio de Melo Franco a Buenos Aires<sup>176</sup>. Os argentinos vieram com grande comitiva, à bordo de uma formidável esquadra composta pelo encouraçado Moreno, pelos cruzadores Mendoza, Tucumán e La Rioja, além de uma esquadrilha aérea, em uma indiscutível demonstração de poderio militar.

A recepção apoteótica que Justo recebeu no Rio de Janeiro, com a ovação nas ruas pelas massas e uma calorosa acolhida por parte das autoridades brasileiras, serviu para criar um clima de confiança mútua e de amizade entre os dois governos, inédito até então. Em ato simbólico de grande relevância, Justo foi recebido com o tapete vermelho e agraciado com o título honorário de general pelo exército brasileiro. Seria a primeira e única vez na qual um cidadão estrangeiro seria agraciado com tal honraria militar brasileira.

<sup>172</sup> Fundo Afrânio de Melo Franco, Manuscritos – 75,01,02 nº 081, Biblioteca Nacional(BN).

<sup>173</sup> EXTERIORES para BRASLEG- Assunção. Telegrama, nº86, Chaco. Mediação. 24.09.1933, AHI 2\5\12.

<sup>174</sup> Fundo Afrânio de Melo Franco, Manuscritos – 75,01,02 nº 083, Biblioteca Nacional(BN).

<sup>175</sup> "(...) no deseará tomar ninguna participación en gestiones existentes, ni iniciar nuevas, que no servirían para otra cosa que para demorar Bolivia la vuelta del asunto a la Liga(...)"(COELLO, 1982, Op. cit, p.200)

<sup>176</sup> EXTERIORES para BRASEMB-BuenosAires. Telegrama, confidencial, NP, nº 13, Viagem do Presidente Justo, 28.01.1933, AHI 14\2\10.

Para alguns analistas, toda a recepção era parte da estratégia defensiva do governo Vargas de conciliação e não confrontação à poderosa Argentina. Como escreve Stanley Hilton:

Na ocasião da visita do presidente da Argentina, José Agustín Justo, em meados de setembro, Aranha foi convidado a pronunciar um discurso de boas-vindas. Homem da fronteira falava fluentemente o espanhol e conhecia bem a Argentina e seu povo. Era profundamente cético em relação às intenções internacionais daquele país, o grande rival histórico do Brasil, e justamente por isso insistia em que os homens de Estado brasileiros se esforçassem para cultivar relações harmoniosas com Buenos Aires. No discurso pronunciado em espanhol e revelador de um espírito profundamente pan-americanista, advogava a união maior entre os dois vizinhos, que seriam daí em diante ‘ uma idéia só, uma família só, uma força só, confundida em um futuro igual’<sup>177</sup>

A contenda paraguaio-boliviana teve lugar privilegiado nas conversações mantidas no Rio de Janeiro. Logo em seu discurso de recepção, Vargas afirmou:

é(...) para o Continente Americano que se voltam de preferência as nossas atenções. (...) Há quase dois anos, esforça-se o Brasil em completa e estreita colaboração com outros países americanos, por conseguir que o Paraguai e a Bolívia encontrem uma base de acordo amigável para a solução do conflito do Chaco.(...) A questão do Chaco assumira para nós, desde o início, aspecto genuinamente continental(...)<sup>178</sup>

Quando Justo visitou o Brasil, em outubro de 1933, os incidentes diplomáticos entre Argentina, Bolívia e Chile tinham atingido o seu ápice e a guerra do Chaco já ameaçava transformar-se em algo maior<sup>179</sup>. Para desarticular as desconfianças mútuas, o Brasil decidiu, enfim, assinar o Pacto Anti-Bélico argentino concebido por Saavedra Lamas, conclamando os demais países a fazerem o mesmo. Em seu artigo 3º, o pacto vedava a intervenção de terceiros países - fosse ela militar ou até mesmo diplomática- em conflitos surgidos entre os países americanos como forma de evitar seu alastramento<sup>180</sup>.

<sup>177</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994. p. 166.

<sup>178</sup> Discursos Seleccionados do Presidente Getúlio Vargas, pp.41-42.

<sup>179</sup> No mês anterior a visita a sua visita ao Rio, em setembro 1933, o governo Justo havia desbaratado um plano de golpe, que supostamente contava com o envolvimento de agentes bolivianos. O levante, que provavelmente se daria durante a estada de presidente argentino no Rio de Janeiro, seria liderado pelo general argentino Severo Toranzo. Em junho de 1933, emissários desse general entrevistaram-se com o cônsul da Bolívia em Salta, Luis Felipe Lira y Girón. Segundo os planos, a cooperação boliviana deveria consistir na entrega de armas e explosivos para explodir as pontes entre Córdoba e Salta, a fim de impedir o sufocamento da rebelião por parte das guarnições saltenhas. Em compensação, o governo boliviano obteria o fim da neutralidade argentina na guerra. A Argentina expulsou o cônsul boliviano de Salta.

<sup>180</sup> Artigo 3º estabelecia: “*En caso de incumplimiento por cualquier estado en conflicto, de las obligaciones contenidas en los artículos anteriores, los Estados Contratantes se comprometen a emplear todos sus esfuerzos para el mantenimiento de la paz. A ese efecto, adoptarán en su calidad de neutrales una actitud común y solidaria; pondrán en ejercicio los medios políticos, jurídicos o económicos autorizados por el derecho internacional; harán gravitar la influencia de la opinión pública, pero no recurrirán en ningún caso a la intervención, sea diplomática o armada(grifo nosso); salvo la actitud que pudiera correspondérsles en virtud de otros Tratados colectivos de que esos estados sean signatarios*”

Para a Argentina, o tratado era uma garantia a mais de que não haveria uma aliança secreta entre Chile, Brasil e Bolívia, nem pressões diplomáticas conjuntas sobre seu aliado o Paraguai. Para o Brasil, era a maneira de se desarticular o perigo uma conflagração generalizada na América do Sul e uma garantia de que a Bolívia não seria considerada agressora ou responsável pela guerra<sup>181 182</sup>. Em seu discurso de agradecimento, o chanceler argentino declarou que por meio do seu pacto reproduzia-se pela terceira vez a aliança Brasil-Argentina, evocando os pactos de 1852 e 1865. Era nada senão insólita a referência a pactos militares para justificar um tratado antibélico.

A adesão, no entanto, não seria gratuita. Como contrapartida, o Brasil demandou que a Argentina aderisse a uma ata brasileira sobre a questão do Chaco. No último dia da viagem de Justo ao Rio, Melo Franco convenceu Saavedra Lamas a realizarem uma nova proposta conjunta. Nesse dia 11 de outubro de 1933 seria assinada a Ata do Rio, em que ambos os mandatários dirigiram um apelo conjunto aos presidentes Ayala (Paraguai) e Salamanca (Bolívia) pela pacificação do conflito. A reunião se deu no palácio do Itamaraty com a presença de Vargas, Justo, Cárcano, Lamas, Melo Franco e dos ministros da Bolívia e Paraguai acreditados no Rio de Janeiro, Rogélio Ibarra e David Alvestégui, que se reuniram separadamente<sup>183</sup>.

Em linhas gerais, a Ata do Rio estabelecia: a) a possibilidade de os presidentes de Brasil e Argentina agirem como árbitros da questão do Chaco; b) a definição de uma área sujeita a arbitragem, com exclusão da zona Hayes, confirmada sob soberania paraguaia; c) o estabelecimento de um armistício geral a ser iniciado imediatamente após a aceitação do acordo por ambos os beligerantes, que deveria ocorrer em um prazo máximo de 10 dias (ver Anexo, Documento 3).

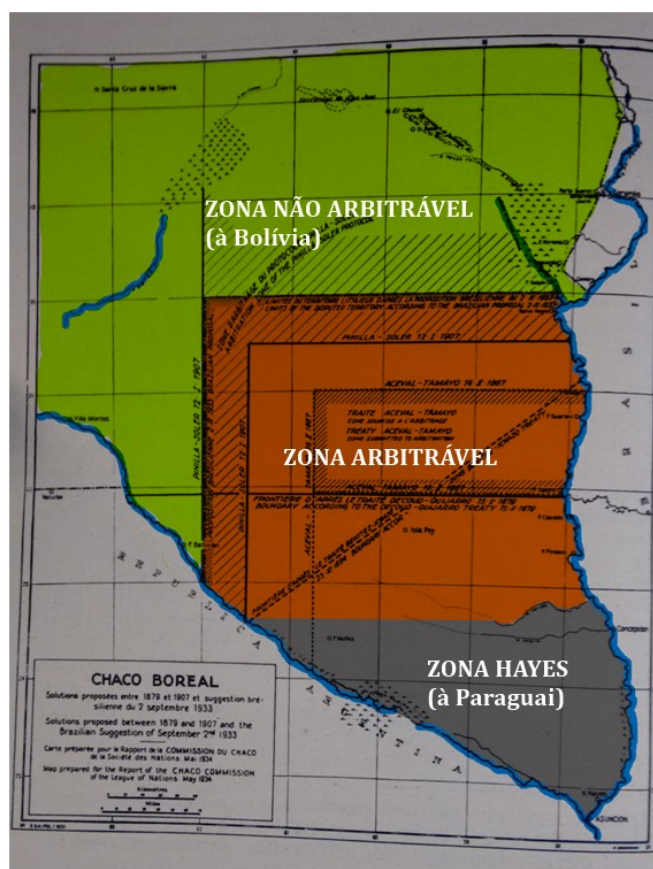
---

<sup>181</sup> Segundo Moniz Bandeira, a proposta argentina de um Tratado Anti-Bélico guardava íntima relação com a questão do Chaco. A Argentina temia o envolvimento do Chile na contenda ao lado da Bolívia, mas sabia que o país jamais se aventuraria sozinho. Portanto, o tratado seria uma forma de se conciliar com o Brasil, afastando-o do Chile. Diz Bandeira: “*A manobra diplomática da Argentina, ao propor ao Brasil o Tratado Antibélico, surtiu efeito ao afastar a ameaça imediata de um conflito. O Chile recuou, conteve seus aparentes propósitos de atacar a Argentina e\ou intervir militarmente em favor da Bolívia, bem como reatou as relações diplomáticas com o Paraguai.(...)*” (MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.144-145)

<sup>182</sup> Afrânio de Melo Franco fazia questão de salientar que a adesão do Brasil ao tratado visava “*(...)como único objectivo a paz e não a punição do Estado, que a justiça precária dos tribunais políticos possa ter considerado agressor(...)*” (MELO FRANCO, Afrânio de. **Episódios de História Internacional Recente**, Rio de Janeiro: s.ed, p.27)

<sup>183</sup> EXTERIORES a BRASLEG- La Paz, Telegramas, confidencial, nº 71, Chaco, 16.10.1933, AHI 24\1\06.

## Mapa 11 – A área que deveria ser arbitrada por Brasil e Argentina segundo a Ata do Rio



Fonte: elaborado pelo autor, vide LA FOY, Margaret. **The Chaco Dispute and the League of Nations**: Michigan: Bryn Mawr, 1941, n.p.

Apesar de ser um instrumento bilateral, a Ata do Rio tinha uma significação americana ampla, já que ela mantinha aberto o caminho para que outras nações atuassem na pacificação. Era uma tentativa para equacionar definitivamente a espinhosa questão do Chaco antes da Conferência de Montevideú, prevista para ocorrer em dezembro de 1933, por se temer que a continuidade da contenda poderia conspurcar o fórum de concertação entre os povos americanos<sup>184</sup>.

A Ata, no entanto, foi recebida com ressalvas por ambos os países beligerantes. A Bolívia viu o novo documento com certa decepção. Para o chanceler Canelas, o seu país cederia ao sul, na zona Hayes, sem obter nenhuma compensação territorial equivalente ao norte<sup>185</sup>. O Paraguai também o viu com grandes ressalvas, recebendo-o mesmo com surpresa e

<sup>184</sup> MELO FRANCO, Afrânio de. **Um Estadista da República**. Melo Fraco e seu tempo. 2ª edição, volume único, Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1976, p.1041.

<sup>185</sup> GRACIE (BRASLEG- La Paz) para EXTERIORES. Telegramas, nº135, Chaco, Confidencial, 17.10.1933, AHI 23\5\10.



desgosto. Dias antes o ministro paraguaio em Buenos Aires tivera garantias de que o tema do Chaco sequer seria trazido à baila no encontro de presidentes no Rio de Janeiro<sup>186</sup>.

O Chile, igualmente, se mostraria insatisfeito com o acordo argentino-brasileiro sobre o Chaco. No dia 18 de outubro, o embaixador chileno no Rio, Marcial de Ferrari, abordou o chanceler Afrânio de Melo Franco para expor a estranheza da chancelaria chilena diante da atitude de Brasil e Argentina de negociar a questão em separado, e reclamar que seu país sequer fora informado. O diplomata brasileiro Afrânio ficou em uma real saia justa, dizendo que supozera que os argentinos se incumbiriam da comunicação<sup>187</sup>. O constrangimento foi grande.

O Chile sentiu-se traído, pois, assim como o Paraguai, tinha garantias argentinas de que o tema não seria ventilado na capital carioca<sup>188</sup>. Desprestigiado por conta da situação o chanceler chileno Cruchaga Tocornal ameaçou inclusive demitir-se do governo chileno. Segundo informou o ministro brasileiro em Santiago: “*Estou bem informado de que Cruchaga, há dois dias, resolveu demittir-se, como demonstração de sua profunda magua*”<sup>189</sup>.

Justificando-se, Vargas escreveu em seus diários em fins de outubro:

O chanceler chileno mostra-se agastado pela intervenção dos presidentes da Argentina e Brasil na Questão do Chaco, sem que fosse convidado o Chile. Este ato partiu da iniciativa pessoal do presidente Justo, a quem eu não poderia negar apoio. Desconhecia os compromissos Saavedra-Tocornal. Aliás, o primeiro nada ponderou sobre isso na conferência havida no [Palácio da] Guanabara entre os dois presidentes e os respectivos ministros do Exterior (VARGAS, p. 244-245).

Não seria isso que reportaria Lamas a suas contrapartes paraguaias, logo após regressar a Buenos Aires. Segundo ele, a iniciativa da ata sobre Chaco teria partido dos brasileiros. Como relatou o diplomata paraguaio Vicente Rivarola ao presidente Ayala, em correspondência de fins de outubro:

Leí Cancilleria Acta Río del 11 del corriente. Saavedra Lamas refirióme circunstancias diéronle nacimiento. Fué una obra precipitada sugerida por Vargas y Mello Franco último día estada presidente Justo en Río. Expresé ministro no conocía opinión habría merecido fórmula sugerida a mi

<sup>186</sup> Vicente Rivarola havia telegrafado Assunção nos seguintes termos: “*30 de septiembre de 1933. Bolivia se empeña que con motivo visita presidente Justo a Brasil ambos mandatarios consideren cuestión Chaco. Está definitivamente resuelto que ni presidente Justo ni ministro (Lamas) aceptarán conversar siquiera sobre asunto. Este Gobierno no hará el juego a Bolivia*” (COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**, tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p.19)

<sup>187</sup> EXTERIORES para BRASEMB-Santiago. Telegramas, NP, nº54, Chaco, 18.10.1933, AHI 44\3\11.

<sup>188</sup> PALMA, Arturo Alessandri. **Recuerdos Diplomáticos**, tomo III, p. 120.

<sup>189</sup> RODRIGUES ALVES (BRASEMB-Santiago) para EXTERIORES. Telegramas, confidencial, NP, nº97, Chaco, 18.10.1933, AHI 44\3\1.

Gobierno, pero que personalmente me atrevía anticiparle sería recibida con extrañeza y hasta desagrado por mi país; pues en ella se contemplaba, aunque con cierto disimulo, los puntos de vista bolivianos y se hacía totalmente de lado los paraguayos(...)<sup>190</sup>

Em outra missiva a Ayala, escreveu o representante paraguaio em Buenos Aires:

Estimado Presidente y amigo:

Estará Ud. enterado de mis telegramas a la Cancilleria informándole de mis conversaciones con el ministro Saavedra Lamas, primeiro, y con el presidente Justo, después, alrededor del acta de Rio del 11 de octubre último. Mi impresión es que el doctor Saavedra Lamas en ningun momento atribuyo importancia a dicho documento y que lo firmó e hizo que el presidente Justo lo autorizara, mareado con los éxitos diplomáticos y sociales que alcanzó en Río. Sólo así se justifica la rectificación total de sus actitudes y manifestaciones anteriores, que comporta dicho documento. Felizmente todo ha quedado en nada por el transcurso del plazo fijado en la misma.

El presidente Justo me ha explicado con la sinceridad que usa con nosotros, en la siguiente forma su participación en el mencionado documento. Que el ultimo día de su estada en Rio, recibió en la mañana la visita del presidente Vargas y el ministro Mello Franco, en su alojamiento, quienes le refirieron a la señora de Ud., en ocasion de ir esperar a su hijo, que venía de New York, les pidió, invocando autorización de Ud, su mediación en el conflicto del Chaco, pintándoles los horrores de la guerra; que, respondiendo a ese pedido, el Gobierno brasilero había tomado las iniciativas conocidas en el sentido de hallar una fórmula de paz, y que era sus deseos realizar un nuevo y último esfuerzo en la firme convicción de que, de esa vez, podía esperarse llegar al fin buscado(...)<sup>191</sup>

Realmente, em 25 de junho de 1933, a primeira-dama do Paraguai, Marcelle Durand de Ayala, havia visitado o Brasil. Ela veio esperar o seu filho, Roger Ayala, que estudava nos EUA e fora convocado para lutar na guerra. Apesar de estar visitando o país a título pessoal, ela seria recebida com honras de agente oficial e, a pedido do MRE, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande poria a sua disposição carro especial com todo luxo. Vargas enviou Ernani Amaral Peixoto para recepcioná-la e o chanceler Afrânio de Melo Franco ofereceu um almoço em sua homenagem no Jockey Club carioca.

Ayala, no entanto, ficou impressionado com as informações prestadas por seu representante em Buenos Aires, desmentindo haver autorizado, por intermédio de sua esposa, os brasileiros a iniciarem qualquer *démarche*. Responderia Ayala em carta:

(...)Lo que Ud. me refiere de las palabras de Vargas y Mello Franco, me deja estupefacto. Cuando mi señora fue al Brasil, hacia rato que se tramitaba el asunto, como se puede probar con toda facilidad. Mi mujer no llevó ni siquiera un mensaje personal para nadie. Su viaje con comodidades oficiales

<sup>190</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**, tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955. p.19.

<sup>191</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**: Eusebio Ayala, Vicente Rivarola: Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, pp. 207-208.

fué porque el ministro Bueno hizo empeños por amistad personal. Mi recomendación a ella fué no tener contacto oficial, fuera de la cortesía habitual. Y así lo hizo. Que ella haya hablado de los horrores de la guerra, creo que a nadie debe extrañar. Sería ridículo que dijese como el Emperador Guillermo ' la guerra fresca y alegre'. Ud. conoce mi esposa. Ella no está al tanto de las complicaciones de gobierno. En mi casa no se habla de ninguna clase de política. Se trata pues, de una interpretación abusiva del viaje. Yo desearía que cuando le quepa la oportunidad explique la total falsedad del asunto de la misión de mi señora<sup>192</sup>.

Assim, diante da repulsa generalizada, a Ata do Rio nasceria *nati morta*. Como seguimento das negociações do Rio de Janeiro, planejava-se que o boliviano Carlos Calvo seguisse em missão confidencial para Buenos Aires. A sua partida, no entanto, sequer ocorreu já que as negociações foram bruscamente interrompidas pela efusiva negativa paraguaia<sup>193</sup>, que não desejava sequer que o tema do Chaco sequer houvesse figurado na agenda da visita de Justo ao Brasil. A ida da missão de Calvo a Buenos Aires também sofreu a oposição da própria co-sinatária da Acta, a Argentina, que a considerou inoportuna<sup>194</sup>. A iniciativa brasileira fracassou, de uma vez por todas, quando, por unanimidade de votos, o Senado boliviano aprovou uma moção de desconfiança contra o chanceler Demétrio Canelas, o que resultou em sua saída da pasta do exterior do país<sup>195</sup>.

Após o fracasso da Ata do Rio, a 3 de novembro de 1933, foi finalmente instalada em Montevideu, a Comissão da Liga das Nações sobre o problema do Chaco. Essa comissão, que fora criada pela resolução de 20 de maio de 1933, deveria ter se tornado efetiva ainda naquele mês, mas teve as suas atividades paralisadas por quase 6 meses devido a intromissão dos países limítrofes ABCP, sob mandato da Liga, capitaneada pelo Brasil<sup>196</sup>. A questão americana, enfim, foi referenciada à Liga das Nações, organização internacional de escopo universal, mas considerada de caráter estritamente europeu.

Mesmo com o insucesso da Ata do Rio, porém, não desistiu o governo do Brasil de influir decisivamente para o equacionamento da questão e, em novembro de 1933, o presidente Getúlio Vargas procurou negociar de modo confidencial e de alto nível diretamente com o presidente argentino Agustín Justo uma solução para a guerra, agora sem a intervenção

<sup>192</sup> Id *ibid.*, pp. 210-211.

<sup>193</sup> FRUS 1933, vol. IV, The American Republics, p. 364.

<sup>194</sup> GRACIE (BRASLEG-La Paz) a EXTERIORES, Telegrama, NP, nº 139, Chaco. Mediação, 26.10.1933. AHI 23\5\10.

<sup>195</sup> GRACIE (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas, NP, nº 144, Chaco. 12.11.1933, AHI 23\5\10.

<sup>196</sup> ZOOK, 1997, Op. cit, p. 173.

dos chanceleres Saavedra Lamas e de Afrânio de Melo Franco<sup>197</sup>. Tratava-se talvez do primeiro exercício de diplomacia presidencial do governo Vargas.

A tentativa de negociação entre presidentes se deu tendo como intermediários os coroneis Orlando Leite Ribeiro, por parte do Brasil, e Juan Maria Sarobe, pela Argentina. O coronel Sarobe era chefe da Casa Militar da Presidência e pessoa de confiança de Justo, havendo-lhe acompanhado ao Brasil no mês anterior. O coronel Leite Ribeiro, igualmente, era pessoa próxima de Vargas- e mais tarde viria a desempenhar função proeminente na pacificação da guerra.

No dia 7 de novembro de 1933, Orlando conversou com o presidente Justo e relatou a Vargas: "*Falei diretamente Presidente, mostrou-se interessadíssimo, pediu-me senhor concretizasse fórmula que julgara mais aceitável afim pudesse ele agir. Recomendou fosse feita [por] meu intermédio sob maior reserva(...)*"<sup>198</sup>.

Muito reservadamente, Vargas buscava obter a compensação territorial a norte pretendida pelos bolivianos como compensação pelo reconhecimento da soberania paraguaia sobre a zona Hayes ao sul. Ainda nesta mesma data, após conversar com o representante boliviano no Rio, David Alvestegui<sup>199</sup>, Vargas transmitiu a Orlando a posição da Bolívia, para que fosse discutida reservadamente com Justo:

Pode informar sob devidas reservas, diretamente Presidente Justo, Bolívia aceitaria como zona de arbitragem a compreendida entre forte Olimpo e Rio Verde, limitada a Oeste pelo meridiano 59°55' e a Leste pelo rio Paraguay. Estabelecida essa base Bolívia solicitaria aos presidentes da Argentina e do Brasil resolver a diferença subsistente por arbitragem. Caso isso não fosse aceitável (frase riscada) Pondera representante que zona pede esse seja..... é menos da metade do que está disposta reconhecer ao Paraguay ao sul do rio Verde, como também menos da metade da zona sujeita a arbitragem.> Bolívia confia ação...Presidente Justo conseguir Paraguay chegue a um acordo razoável, mesmo outra linha transacional para uma arbitragem caso primeira proposta não seja viável<sup>200</sup>.

Sobre essas sondagens, Vargas recomendaria a Leite Ribeiro grande prudência tendo em vista que ação poderia desagradar Lamas, cuja preeminência era inquestionável dentro da base de sustentação do governo Justo<sup>201</sup>. Ademais, a prudência era necessária tendo em vista

<sup>197</sup> SILVEIRA, Helder Gordim da. **Argentina X Brasil: A Questão Do Chaco Boreal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p.117.

<sup>198</sup> GV c 1933.11.07, CPDOC-FGV.

<sup>199</sup> Em de novembro de 1933, Vargas escreveria em seu diário "*Converso com o ministro da Bolívia para que se entenda com o seu governo sobre uma proposta de paz no Chaco, através de uma interferência direta do presidente Justo junto ao governo do Paraguai*" (VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.1, p. 247.)

<sup>200</sup> GV c 1933.11.07, CPDOC-FGV.

<sup>201</sup> SILVEIRA, Helder Gordim da. **Argentina X Brasil: A Questão Do Chaco Boreal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 118.

que as relações Brasil-Argentina passavam por um momento delicado após o incidente de San Tomé.

As conversas de alto nível, no entanto, pouco avançaram. Apesar de demonstrar abertura ao diálogo ao Brasil, Justo resistia em pressionar o Paraguai, especialmente diante da desfavorável repercussão da Ata do Rio nos meios guaranis. O Paraguai o havia repreendido duramente pelas gestões secretas realizadas em outubro com o Brasil, sem seu prévio conhecimento<sup>202</sup>.

No dia 25 de novembro, Justo reuniu-se com o representante paraguaio em Buenos Aires, Vicente Rivarola, em sua residência de veraneio em Olivos. Como forma de evitar novas surpresas, ficou assentada nessa reunião a coordenação diplomática confidencial entre Paraguai e Argentina sobre eventuais caminhos ou fórmulas pacificadoras adotados na questão. Durante a reunião, Rivarola conseguiu convencer o presidente Justo da inconveniência de um porto boliviano no rio Paraguai, dizendo que:

(...)En el caso de una guerra entre Argentina y Brasil, le dije, el Paraguay, mucho más después de la capacidad militar de que está dando pruebas, podría eliminar todo peligro por el lado del Estado de Matto Grosso, lo que no podría hacer teniendo Bolívia, aliada del Brasil, puerto y marina de guerra sobre el río Paraguay(...)<sup>203</sup>

Segundo o relato dessa reunião feito por Rivarola, Justo teria assentido com essa opinião, dizendo que apesar do clima de cordialidade reinante nas relações argentino-brasileiras: "*(...) no se evitan las guerras sino con medidas de previsión que las hagan sino imposibles, dificiles(...)*"<sup>204</sup>

Já a 28 de novembro de 1933, Leite Ribeiro antevia a Getúlio o fracasso da gestão, fato que se confirmou no dia seguinte. Para ele, os paraguaios eram irredutíveis e essa irredutibilidade era estimulada pelos argentinos. Em uma última missiva, relatou a Vargas o desinteresse do presidente Justo em uma gestão de alto nível:

(...)Muito embora o Gal. Justo tenha dito que, por ocasião do banquete que oferecia às Delegações- ia fazer uma sondagem pessoal- eu estou convencido de que, neste momento, os paraguayos se sentem mais apoiados que nunca. E o governo argentino anda muito complicado com a sua política

<sup>202</sup> Em 3 de novembro de 1933, após reunião com Justo, Rivarola escreve a Ayala: "*(...)No espero ya que en adelante el presidente Justo participe de ninguna gestión sin conocimiento previo de Ud., pues le dije que siempre seria muy desagradable para Ud., y con Ud. para nuestro pueblo, no poder considerar con la confianza plena que se tiene en su amistad para nosotros(...)*"(COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Eusebio Ayala, Vicente Rivarola: Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p. 208)

<sup>203</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**, tomo III, , Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p. 37.

<sup>204</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Eusebio Ayala, Vicente Rivarola: Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p. 216.

interna, com oposições partidárias, que saberiam explorar a questão, no caso de um insucesso. E o 'soldado velho' bateu em retirada.(...)<sup>205</sup>

## 2.4- O acirramento da guerra em 1934

Em dezembro de 1933, foi realizada a VII Conferência Pan-Americana em Montevideu, no Uruguai. A questão mais latente no momento era certamente a encarniçada luta entre os exércitos paraguaios e bolivianos no Chaco, que ocorria a apenas poucas milhas de distância da sede da conferência, onde se encontravam as delegações americanas. No entanto, não havia consenso entre os principais países participantes sobre como se deveria abordar a questão.

A reunião ocorreu apesar das resistências argentinas contra sua realização. O chanceler argentino propugnava um novo adiamento da reunião, alegando que os distúrbios políticos em Cuba, os conflitos do Chaco e de Letícia, e até mesmo os distúrbios políticos no país sede- o Uruguai- tornavam o clima desfavorável para a reunião pan-americana. Deste modo, e , quando faltavam apenas cinco semanas para a Conferência, Saavedra Lamas procurou interessar os governos de Brasil, Chile e Peru em um adiamento<sup>206</sup>.

Em parte essa iniciativa argentina parecia estar relacionada com o temor de que o Brasil utilizasse o fórum americano para propugnar a Ata do Rio, firmada pouco tempo antes. Um mês antes da reunião, em novembro de 1933, o ministro em Montevideu, Lucillo Bueno advertiu o chanceler Mello Franco: "*(...)se diz que ha temor de que na Conferencia de Montevideo, por iniciativa do Brasil, se intente impor a paz no Chaco, de forma inaceitavel para o Paraguay.(...)*"<sup>207 208</sup>.

Nada obstante, o encontro ocorreu e, no início do mês de dezembro, os delegados dos países participantes - à exceção da Costa Rica- começaram a chegar à capital uruguiaia. Em grande medida, a realização dessa reunião deveu-se a defesa do Brasil, que temeroso de

<sup>205</sup> GV c 1933.11.07, CPDOC-FGV.

<sup>206</sup> ANDRADA (BRASEMB-Buenos Aires) a EXTERIORES. Telegramas, VII Conferência Pan-americana, nº160, reservado, 27.10.1933, AHI 14\1\11.

<sup>207</sup> LUCILLO BUENO (BRASLEG-Montevideu) a EXTERIORES. Telegramas, nº134, VII Conferencia Internacional Americana, 23.11.1933,AHI 35\3\7.

<sup>208</sup> O Paraguai buscou garantias de seus aliados argentinos de que a fórmula da Ata do Rio não se repetiria em Montevideu. Referindo-se a Ata do Rio, Rivarola assegurou ao presidente Ayala: "*(...) no creo que de ninguna manera podamos ser victimas nuevamente de las maniobras bolivianas. Digo que la Cancilleria argentina es nuestra aliada, la única en nuestras actividades diplomáticas alrededor de la guerra injusta que nos hace Bolivia.(...)*"(COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Eusebio Ayala, Vicente Rivarola: Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p.219)

desgostar o país sede, o Uruguai, alegara não ser lícito propor um novo adiamento, ressaltando que todos os países da América já haviam confirmado presença<sup>209</sup>.

Os trabalhos foram inaugurados no dia 3 de dezembro de 1933. Neste dia, o chanceler Afrânio de Melo Franco, encarregado de chefiar a delegação brasileira, chegou a bordo do navio Oceania, acompanhado de numerosa comitiva<sup>210</sup> e junto do chefe da delegação boliviana, David Alvestegui (também embaixador boliviano no Rio) e do embaixador uruguaio no Brasil, Juan Carlos Blanco, o qual integrava a delegação uruguaia<sup>211</sup>. Melo Franco foi recepcionado no cais de Montevideu pelos chanceleres de Argentina e do Uruguai, além de grande público.

Apesar do clima de festividades, não havia ilusões. O ambiente era profundamente preocupante e as perspectivas de paz ficavam cada vez mais distantes. Mal chegado à capital uruguaia, Melo Franco recebeu a notícia de que a Conferência do Rio sobre a questão de Letícia chegara a um impasse, talvez ao fracasso, criando-lhe preocupações adicionais<sup>212</sup>. Segundo narrou seu filho, Afonso Arinos, em escritos posteriores:

Melo Franco estava pessimista. Receava, segundo declarou ao embaixador Gibson, o debate das controvertidas questões que se espalhavam pelo Continente. Acrescentou, a propósito, que não estava disposto a chefiar a delegação brasileira, e que só o faria se o secretário de Estado, Cordell Hull, também comparecesse.<sup>213</sup>

O secretário de Estado americano, Cordell Hull, compareceu à reunião americana, mas buscou a todo transe evitar a inclusão do tema do Chaco na agenda oficial da conferência de Montevideu, preferindo dar maior ênfase às questões comerciais com os países latino-americanos. A crise de 29 atingira fortemente a economia americana que ainda rastejava para fora do turbilhão, sendo que a recuperação econômica era o tema prioritário para os Estados Unidos<sup>214</sup>.

<sup>209</sup> EXTERIORES a BRASEMB-Buenos Aires, telegramas, reservado, nº133, VII Conferência pan-americana. Adiamento, 28.10.1933, AHI 14\2\10.

<sup>210</sup> A delegação do Brasil à VII Conferência Pan-Americana de Montevideu era composta por: presidente Afrânio de Mello Franco (chanceler); delegados Lucillo Bueno (embaixador no Uruguai), Francisco Campos, Gilberto Amado, Carlos Chagas e Samuel Ribeiro; assessores técnicos Berta Lutz, Arno Konder, Aluísio Lima Campos, João de Lourenço e Arthur Torres Filho. Assessor naval, capitão-de-fragata Soares Dutra; assessor militar major Silveira de Melo; secretários Afrânio de Melo Franco Filho, Bueno do Prado, Joaquim de Souza Leão, Osvaldo Tavares e Mário Santos. (MELO FRANCO, Afrânio de. **Um Estadista da República**. Melo Franco e seu tempo. 2ª edição, volume único, Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1976, p. 1065)

<sup>211</sup> BRASEMB-Montevideo a EXTERIORES. ofício nº384. A chegada do Ministro Dr. Afrânio de Mello Franco, de Montevideu, 08.12.1933, AHI.

<sup>212</sup> MELO FRANCO, 1976, Op. cit, p. 1081.

<sup>213</sup> Id. Ibid., p. 1064.

<sup>214</sup> FRUS 1933, vol.IV, The American Republics, p. 56.

Cansado dos verbalismos e da falta de realizações práticas, típicas das reuniões anteriores, Melo Franco propôs ao Paraguai uma paz pela via da cooperação econômica, com a construção de uma ferrovia com o país guarani. Como afirma Stanley Hilton:

[Mello Franco] aproveitou a VII Conferência Inter-Americana, realizada em Montevideu em dezembro de 1933, para tentar mais uma vez efetuar uma reconciliação entre os dois beligerantes, acenando com um programa de colaboração econômica de pós-guerra. O que Melo Franco propôs, em memorando entregue a sua contraparte paraguaia em Montevideu, obedecia sem dúvida não só ao interesse imediato de pôr termo ao perigoso conflito do Chaco, mas também visava promover interesses estratégicos de longo prazo. Sugeriu uma série de acordos bilaterais, o principal dos quais seria sobre a construção de uma estrada de ferro — semelhante à ferrovia que o Brasil, segundo um tratado herdado pelo Governo Vargas, construiria conjuntamente com a Bolívia - ligando o Paraguai a São Paulo, que se tornaria o centro abastecedor de produtos industriais para os dois países limítrofes Melo Franco, assim, ajudou a preparar o terreno para os acordos assinados com La Paz e Assunção em fins da década de 30<sup>215</sup>.

As circunstâncias, no entanto, não se mostraram favoráveis a qualquer intervenção pacificadora. Durante a Conferência, em dezembro de 1933, os paraguaios realizaram uma ofensiva no Chaco deslocando os bolivianos de suas posições anteriores. No dia 11 de dezembro, um enorme contingente de tropas bolivianas seria capturado na batalha de Campo Via. Como afirmaria Melo Franco, posteriormente, a questão do Chaco fez com que “*o clima na capital uruguaia ficasse pesado*” (BRASIL, 1939, p. 9).

Para desagrado do chanceler brasileiro <sup>216</sup>, nos dias que se seguiram em Montevideu, o Secretario de Estado americano optou também por se articular com o chanceler argentino Saavedra Lamas em detrimento do Brasil. Em referência a essa espécie de aliança informal estabelecida entre EUA e Argentina na Conferência Pan-americana, Lamas declarou à imprensa uruguaia: “*Nós seremos as duas asas da pomba da paz, você [Cordell Hull, os EUA] a econômica e eu [Saavedra Lamas, a Argentina] a política*” <sup>217 218</sup>

<sup>215</sup> HILTON, Stanley. Afranio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943 in: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, XXIX: janeiro-junho 1986, p. 27.

<sup>216</sup> O governo brasileiro ficou decepcionado com a atitude dos EUA em Montevideu. Hull narraria em suas memórias: “*Uma das tarefas mais delicadas de 1934 foi remover a inquietude sentida pelo Brasil sobre nossas relações mais próximas com a Argentina. Em Montevideu, o Dr. Mello Franco, chefe da delegação brasileira, manifestou um leve desapontamento na crença de que eu havia consultado muito Saavedra Lamas, e não o suficiente ele. Isso se relacionava com a resolução de paz que eu pedi a Saavedra Lamas para oferecer. Em outros aspectos, eu havia consultado Mello Franco mais do que qualquer outro delegado. (...) Depois do meu retorno a Washington, o Brasil continuou inquieto com a nossa amizade com a Argentina. O Brasil e os Estados Unidos, quase desde o início, foram os melhores amigos (...)*” (HULL, Cordell. **Memoirs of Cordell Hull**. Prepared with the assistance of Andrew Berding. 2 vols. New York: Macmillan Co., 1948 p.349, tradução nossa)

<sup>217</sup> Idem.

<sup>218</sup> Aparentemente, para apoiar a Argentina, os EUA exigiram como contrapartida o seu apoio contra a proposta mexicana de renegociação de dívidas externas. Durante a conferência, o ministro do exterior do México, Puig



Em 19 de dezembro de 1933, isolado no fórum americano, descrente quanto ao rumo das negociações e sentindo-se menosprezado por Vargas em questões de política interna, o mineiro Afrânio de Melo Franco tornou-se demissionário do cargo de chanceler, retornando ao Rio de Janeiro ainda no meio da Conferência de Montevideu, atitude que esvaziou definitivamente o poder da delegação brasileira<sup>219</sup>. Encerrava-se aí a sua última intervenção na contenda paraguaio-boliviana.

As negociações entre os países, no entanto, prosseguiram e na data de sua partida de regresso ao Rio obter-se-ia um armistício entre Paraguai e Bolívia, o primeiro a ser alcançado ao longo de toda a longa guerra do Chaco. Ao que tudo indica, essa proposta partira do presidente paraguaio, Eusébio Ayala, que aproveitou da passagem da Comissão da Liga por Assunção para dar um sinal de boa vontade e aumentar seu prestígio<sup>220</sup>.

A trégua entre os dois países deveria durar da meia-noite do dia 19 de dezembro até o dia 30 de dezembro. O armistício, no entanto, era muito precário e não tardaria a ser desafiado. No Paraguai, não havia consenso quanto à conveniência de um cessar-fogo. As recentes vitórias paraguaias nas batalhas de Zenteno-Gondra e a captura de cerca de 18.000 soldados bolivianos em Campo Via haviam insuflado o ânimo guerreiro do exército guarani<sup>221</sup>.

Nestas mesmas batalhas de dezembro, o exército paraguaio capturou uma enorme quantidade de armamentos bolivianos: 20 canhões inutilizados, 25 morteiros, 526 metralhadoras pesadas Vickers e 8000 fuzis - que pareceram, aos olhos paraguaios, uma

---

Casauranc, introduziu resolução propondo conceder aos devedores moratória sobre o principal por 7 anos, cortando-se os juros dos empréstimos para apenas 3%. Em excepcional defesa aos EUA, o chanceler Saavedra Lamas afirmaria que a moratória da dívida externa como proposta pelo México era impossível. Os EUA, que ainda sofriam com os efeitos da grave crise econômica, estavam mais preocupados com problemas econômicos comerciais do que políticos. (HULL, 1948, Op. cit, p.336)

<sup>219</sup> Segundo relata seu filho, Afonso Arinos, na obra “Um Estadista da República”, Afrânio de Melo Franco sentiu-se desprestigiado após o presidente Getúlio Vargas haver preterido o nome seu filho, Virgílio, por um político de pouca expressão, Benedito Valadares, para ocupar a interventoria de Minas Gerais. Segundo Afonso Arinos, Getúlio insistiu para que Afrânio fosse a Montevideu, alegando que receberia ‘uma boa notícia’ na capital uruguaia. Como era natural, Melo Franco ligou essa promessa à solução da questão mineira. Getúlio, porém, mandou avisá-lo, em Montevideu, não da nomeação de Virgílio, mas da promoção de Caio, filho mais velho de Melo Franco, nos quadros da carreira diplomática” (MELO FRANCO, Afrânio de. **Estadista da República**: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. 2ª edição, volume único, Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1976, p.1197, nota 303). Vargas considerava que nomear Benedito Valadares seria a melhor indicação na batalha por sua eleição indireta. Em protesto, Virgílio renunciou à liderança da bancada mineira na constituinte, Afrânio ao cargo de chanceler e Oswaldo Aranha, em solidariedade, ao cargo de ministro da Fazenda. Nessa decisão, Oswaldo voltaria atrás, Afrânio não. O episódio foi conhecido na imprensa como “o caso mineiro”.

<sup>220</sup> Com o fracasso da intervenção do ABCP, em outubro de 1933, a Liga das Nações decidiu enviar a Comissão da Liga criada especialmente sobre a questão do Chaco. Essa Comissão da Liga seria composta pelos seguintes representantes: Alvarez de Vayo (Espanha), general Henri Freydenberg (França), general Alexander Robertson (Inglaterra), major Raúl Rivera Flandres (México), conde Luigi Aldrovandi Marescotti (Itália) (ZOOK, p. 173). Durante os meses finais de 1933, essa comissão realizaria visitas às capitais Assunção e La Paz para compreenderem a situação in loco.

<sup>221</sup> FRUS 1933, vol. IV, The American Republics, pp.371-372.

benção dos céus para o país que já carecia de fundos para novas aquisições (ZOOK, p. 170). A captura dessas armas teve o condão de alterar a balança de poder na guerra. Se no início do conflito, a superioridade bélica da Bolívia parecia imbatível, agora, esse poder minguava com os erros de estratégia desastrosos de seu comando. O exército paraguaio queria aproveitar o bom momento e avançar mais <sup>222</sup>.

O armistício era tão frágil que um incidente quase pôs tudo a perder no mesmo dia em que ele deveria iniciar. A trégua deveria começar à meia-noite do dia 19 dezembro. Ao cair da noite, no entanto, a sexta divisão paraguaia atacou o fortim Muñoz, iniciando-se uma contenda sobre a hora exata da ocupação. Devido à questão do Chaco, o clima tornava-se tempestuoso na Conferência de Montevidéu. A Bolívia passou a alegar violação do armistício pelo seu adversário, impedindo a realização das reuniões plenárias por dois dias<sup>223</sup> e, em 22 de dezembro de 1933, apenas 48 horas antes do término da Conferência, a Bolívia ameaçou denunciar os países americanos por inação, retirando de forma assertiva seus delegados e dando por terminado o cessar-fogo, em protesto a ocupação do fortim Muñoz e mais 4 outros<sup>224</sup>.

Conforme notou imediatamente o ministro brasileiro no Uruguai, a paz aceita por ambos beligerantes não resultava de uma convicção pacifista dos governos então em guerra, mas devia-se tão somente a um pedido pessoal de sua santidade, o papa, e à incessante pressão do presidente uruguaio Gabriel Terra, que vislumbrava dar alguma aura de sucesso à reunião americana que transcorria em seu país<sup>225</sup>.

---

<sup>222</sup> Ao longo da guerra, a captura de armas bolivianas pelo Paraguai reduziu drasticamente o poder de fogo boliviano, e foi decisivo para o desfecho do conflito. Segundo estimativas de Zook, teriam sido capturados, ao total, 28 mil fuzis, 2.300 armas automáticas, 96 morteiros e grande depósitos de munições, o que avultaria a incríveis \$ 10 milhões (ZOOK, 1997, Op. cit, p. 246)

<sup>223</sup> FRUS 1933, vol.IV, The American Republics, p.380.

<sup>224</sup> HULL, 1948, Op. cit, p.337.

<sup>225</sup> Diria Bueno: "(...) *As notícias aqui divulgadas sobre uma paz modesta no Chaco são unicamente para prestigiar o Presidente Terra e dar impressão da Conferencia, que se encerra, alcançando algum resultado pratico entre o verbalismo, que a caracterizou, como nós brasileiros esperávamos. O que há realmente é o seguinte: o Paraguay e a Bolívia aceitam a trégua proposta do Natal até o Anno Bom pela Sociedadade das Nações, a pedido do Santo Padre. Nesses dias, o Paraguay e a Bolívia tratarão, por si, do accordo, para celebrar a paz imposta pelo vencedor nestes termos: evacuação boliviana do Chaco, desmilitarização, desmobilização, arbitramento sobre a zona além do statu quo de 1907. Garantia que a guerra não recomeçará. Garantia que o Tratado de Paz será ratificado pelo Congresso boliviano. A zona litigiosa será submetida ao arbitramento da Corte Internacional de Haya. Parece que o exército boliviano, em completa desmoralização, não se acha em condições de levar o governo a pedir vantagens. A séde da Conferencia de Paz vae ser em Montevideu.*" (LUCILLO BUENO (BRASEMB-Montevidéu) a EXTERIORES. Telegramas nº 155, Chaco, 19.12.1933, AHI 35\3\7). Lucillo Bueno ainda criticaria o governo Terra por buscar furtar para si todas glórias de pacificador, esquecendo propositadamente dos decididos esforços anteriores do Brasil e de outros países. (LUCILLO BUENO (BRASEMB-Montevidéu) para EXTERIORES. Oficio, reservado nº 402, Chaco, de Montevidéu, 22.12.1933, AHI 33\2\08)

Diante da paralisia provocada na reunião pan-americana por ambos os beligerantes, o secretário de Estado norte-americano Cordell Hull esbravejou, abandonando a sua postura de moderação:

Se permitirmos que esses dois países interrompam a conferência, depois de tantos acordos de longo alcance já terem sido alcançados, seremos motivo de chacota de todo o mundo. Vamos nos reunir em sessão plenária amanhã e notificar essas duas delegações que, se elas derem problemas eles serão virtualmente jogados para fora da janela. A conferência não deve ser intimidada desta maneira<sup>226</sup>

Em 29 de dezembro de 1933, em clima nada favorável, realizar-se-ia a sessão de encerramento da conferência, que, ironizou Bueno, tornara-se um “*torneio oratório sobre a questão do Chaco*”. Já desfalcada da chefia de Afrânio de Melo Franco, a delegação brasileira teve como o representante principal o diplomata Gilberto Amado, que pronunciou um discurso em prol da paz americana<sup>227</sup>. Terminava-se o ano de 1933 sem nenhum acordo capaz de encerrar definitivamente a guerra sul-americana, sendo que o retorno das hostilidades era apenas uma questão de tempo.

No ano de 1934, a luta no Chaco tornar-se-ia ainda mais encarniçada do que fora no passado e o drama humano chegaria a níveis intoleráveis. Se a guerra, no ano de 1933, fora majoritariamente uma guerra de trincheiras e posições, em 1934, ela ganharia nova dinâmica tornando-se uma guerra de movimento<sup>228</sup>. Nos rincões do Chaco, a sede tomou conta das tropas e, em muitos locais, as turbas alucinadas pela falta d’água tombavam os caminhões tanque, desperdiçando o líquido precioso.

Nenhum dos dois países parecia realmente disposto a concertar a paz. O Paraguai procurava dilatar as negociações de paz com o fito de obter vitórias no campo de batalha e uma situação ainda mais cômoda nas mesas de negociações. A Bolívia tampouco demonstrava ânimo pacifista, tendo contratado uma missão militar na República Checoslovaca<sup>229</sup>. O ódio era grande entre os combatentes e os bolivianos referiam-se de forma depreciativa aos

<sup>226</sup> HULL, 1948, Op. cit., p.338, tradução nossa.

<sup>227</sup> LUCILLO BUENO (BRASEMB- Montevideu) para EXTERIORES. Ofício, nº408, ‘Encerramento da 7ª Conferência Int. Americana, 29.12.1933, AHI 33\2\08.

<sup>228</sup> Segundo Marcos Antônio Favaro Martins: “*Em termos estritamente militares, a Guerra do Chaco representou a transição entre a guerra de trincheiras do primeiro conflito mundial e a guerra de movimento do segundo.*”(MARTINS, Marcos Antônio Fávoro. **Os construtores da geopolítica sul-americana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, p. 151)

<sup>229</sup> Bolívia tinha uma especial importância para a indústria de armamentos checoslovaca, sendo um de seus principais clientes no mundo. Integrada por cinco oficiais, a missão seria chefiada pelo general Wilhem Placek. À época o tcheco Dr.Edvard Benes, ministro das relações exteriores da Checoslováquia, ocupava a função de árbitro da Sociedad de las Naciones no litígio, então foi necessário disfarçar o apoio militar. Oficiais foram enviados a reserva e viajaram à Bolívia como civis. No país andino deviam atuar como assessores militares contratados pelo governo boliviano.

paraguaios como "pilas" em referência ao fato de que alguns combatiam sem sapatos ("patapilas"). A expressão "pila en la mira" era utilizada de forma jocosa pelos soldados do altiplano. Do lado paraguaio, utilizava-se a expressão "camba" ou "bolis" para denominar pejorativamente os bolivianos.

Nesse cenário, no início de 1934, o Brasil se desinteressou pela mediação do conflito do Chaco. Os diplomatas brasileiros estavam convictos da falta de interesse de ambos beligerantes para concertarem a paz. A saída de Melo Franco do Itamaraty e a chegada de Félix de Barros à pasta do exterior também alterou a disposição brasileira em intervir diplomaticamente no conflito<sup>230</sup>. Outro fator de relevo foi que, nos primeiros meses de 1934, Vargas esteve mais preocupado com a política interna, tanto pela necessidade de negociar apoio para a sua eleição indireta, quanto por causa das negociações em torno da redação da nova constituição<sup>231</sup>. Dessa forma, o Brasil rejeitou apelos consecutivos bolivianos para voltar à mesa de negociações<sup>232</sup>. O chanceler interino, Cavalcanti de Lacerda, justificaria ao ministro Samuel Gracie em La Paz: "*Creemos mais útil no interesse de causa e ao nosso próprio que, nas actuais negociações, haja apenas um mediador*"<sup>233</sup>, em referência à Liga das Nações.

A nova retração do papel do Brasil deixou o caminho aberto para a agência do chanceler argentino, Saavedra Lamas, que queria controle sobre as gestões de paz. Garantindo possuir uma solução rápida para a contenda do Chaco, Lamas conseguiu convencer a Comissão da Liga a deslocar suas atividades de Montevideu para Buenos Aires, para insatisfação do Uruguai, país onde estavam sediadas as conversas<sup>234</sup>. Dias mais tarde, o Chile também demonstraria insatisfação com a mudança da sede das negociações de paz<sup>235</sup>.

<sup>230</sup> Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda ficaria a cargo do Itamaraty entre janeiro e julho de 1934.

<sup>231</sup> De novembro de 1933 a julho de 1934, a política brasileira gravitou em torno da Assembléia Nacional Constituinte encarregada de elaborar a nova Constituição brasileira que iria substituir a Constituição de 1891. Foram meses de intensa articulação e disputa política entre o governo e os diversos grupos políticos. No dia 17 de julho de 1934, Getúlio Vargas seria eleito indiretamente presidente constitucional pela ampla maioria dos constituintes (175 votos). O processo eleitoral exigiu de Vargas grande habilidade no desenvolvimento de articulações dentro da Assembléia e fora dela, particularmente nos meios militares, onde uma tentativa conspiratória chegara a constituir razoável ameaça.

<sup>232</sup> GRACIE (BRASLEG- La Paz) para EXTERIORES. Telegrama, confidencial, NP, nº 5, Chaco, 12.01.1934, AHI 23\5\11.

<sup>233</sup> EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas, NP, nº, Chaco, 16.01.1934, AHI 24\1\06.

<sup>234</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Memorias diplomáticas**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1982, p. 63.

<sup>235</sup> Quando questionado pelo Chile: "*Saavedra Lamas se defendió diciendo que había cumplido una orden de Alvarez del Vayo, en su calidad de Presidente del Comité de la Sociedad de las Naciones. Arguyó también que había obedecido a sugerencias de Inglaterra y de Roosevelt, como antecedentes justificativos para excusar el acuerdo con nosotros de no proceder sin nuestro concurso. Se comprobó que la referida requisición de Inglaterra y de Roosevelt no había sido efectiva*"(PALMA, Arturo Alessandri. **Recuerdos del Gobierno**, tomo III, p. 121)

No Itamaraty, algumas vozes manifestaram preocupação com o ato de lavar as mãos do governo brasileiro. Avaliando a situação, de Montevidéu, o experiente diplomata brasileiro Lucillo Bueno escreveria a 13 de janeiro de 1934:

(...)O governo uruguaio pediu explicações á Sociedade das Nações sobre a transferência da sede das negociações para Buenos-Aires, tendo vindo daquela cidade a Montevidéu, para dal-as, o conde Aldobrandini, delegado italiano, e o Dr. Juan A. Buero, secretario Geral da mencionada Comissão(...)" Saavedra Lamas teria sido o responsável. Teria convencido os membros da Comissão de que teria a chave da solução "Houve um momento em que a imprensa quis abrir campanha contra a Comissão. Mas o Govêrno [uruguaio] evitou esse escândalo, que teria tido grande repercussão, depois de tantas demonstrações de apreço dispensadas à Sociedade das Nações em Montevidéu (...)"

"7. Todos os governos têm-se interessado pela solução do conflito, buscando fórmulas que são mais jurídicas do que políticas,e, com exceção do Governo brasileiro, sob a alta direção do clarividente Dr. Mello Franco- astro jamais apagado no céu da diplomacia sul-americana, e do Governo de Washington, os demais trataram de angariar fama e conquistar méritos para os estadistas que ocasionalmente os dirigiam, á custa da questão do Chaco.

8. E' o que ainda se vê, nesta última página sangrenta da tragédia. O Sr. Saavedra Lamas quis tirar das mãos do Presidente Terra a glória de ser o arbitro. A Sociedade das Nações quer firmar os seus títulos com a pacificação do Chaco, supondo talvez ser tarefa mais fácil para aquela instituição do que para os estadistas americanos(...)<sup>236</sup>

Em 27 de janeiro de 1934, Lucillo Bueno tornou a escrever para a secretaria de Estado, tecendo críticas à proposta argentina para a pacificação do Chaco. A Argentina propunha resolver a questão do Chaco por meio de uma série de acordos de vinculação comercial com a Bolívia que lhe permitiriam uma válvula de escape ao mar. Propunha o chanceler argentino conceder à Bolívia um porto em Formosa, com a canalização do Bermejo, além da construção de duas ferrovias com a Bolívia- Salta-Santa Cruz e Tarija-Potosí-, fornecendo para tanto um empréstimo de 15 milhões de libras ao país andino<sup>237</sup>.

Para Lucillo Bueno, a aceitação da referida fórmula pela Bolívia seria triplamente vantajoso para a Argentina. Primeiro, seria o seu ingresso para um assento permanente no Conselho da Liga, em uma eventual reforma; depois, seria a incorporação econômica da Bolívia à esfera de influência argentina; e, por fim, seria a oportunidade de obter mais um aliado militar contra o Brasil em uma eventual guerra. Segundo o diplomata brasileiro:

7. O Sr. Saavedra Lamas ambiciona desenvolver um plano político e diplomático para o seu paiz. Em minhas conversas com sua excelência durante a 7ª Conferência International Americana notei, sob as nuvens do

<sup>236</sup> LUCILLO BUENO (BRASEMB-Montevidéu) para EXTERIORES. Ofício, nº13, reservado, A questão do Chaco,13.01.1934, AHI 33\2\8.

<sup>237</sup> O plano argentino seria apresentado no início de janeiro de 1934. A Argentina alegava agir à convite da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

seu pensamento, a preocupação de entregar á Argentina o bastão de leader do Continente. Habilmente removeu a sede das negociações pacificadoras sobre o Chaco de Montevideu para Buenos-Aires. Quer brilhar com fulgor planetário da Sociedade das Nações, sonhando com que, na reorganização daquele Instituto, seja reservado um lugar permanente ao seu paiz no Conselho de Genebra. Com o general Justo, é o grande protetor do Paraguai e o fornecedor de armas, munições e empréstimos ao Govêno do dr. Ayala. Si realmente pudesse descobrir a ‘fórmula’ que tanto busca, teria imenso prestígio na América Latina e serviria os interesses de sua pátria enfeudando a Bolívia, como já está enfeudando há muito tempo o Paraguai, aos interesses econômicos da República Argentina. Seria também mais um aliado contra o Brasil, cujo Estado Maior do Exército sabe que o Paraguai já figura no plano da mobilização do Exército como o 17º Distrito militar<sup>238</sup>

Para Bueno, o plano era habiloso e simples, e como o trecho Buenos Aires- La Paz (Pan-Americano) já estava pronto desde 1926, a Argentina tornar-se-ia brevemente “*dona e senhora de todas as comunicações com a Bolívia*”. Segundo o diplomata brasileiro, o perigo era grande para o Brasil, que poderia habilmente haver evitado a eclosão do conflito fornecendo facilidades à Bolívia para acessar o rio Paraguai. Segundo ele:

“(…) Vejo que a República Argentina procura agora, segundo notícia de jornaes, oferecer Formosa como porto franco à Bolívia sobre o rio Paraguai, quando o nosso Governo poderia ter proposto dragar e habilitar o porto de Tamarindeiro, equidistante de Corumbá e Puerto Suarez, e que o saudoso Barão do Rio Branco sempre considerou a maior vantagem obtida pela Bolívia em 1903, quer dragando a lagoa de Cáceres, quer estabelecendo docas flutuante, como as que servem o litoral do rio Paraná, com a aplicação dos juros do milhão esterlino prometido à Bolívia como auxilio financeiro para a construção de estradas de rodagem ou de linhas ferro-viarias<sup>239</sup>,”

Na avaliação de Bueno, a situação era crítica, pois o Paraguai já estava perdido definitivamente à órbita de influência da Argentina, caminho que a Bolívia poderia vir em breve a trilhar:

“10. Paiz completamente enfeudado à órbita de ação da República Argentina, o pequeno e paupérrimo Paraguai vae acabar definitivamente como uma feitoria de Buenos-Aires. E’ sabido que o Adido Militar argentino Coronel Abraham Schweizer é o Conselheiro técnico do general Estigarribia e vive no Quartel General das forças em operações no Chaco. Ninguém ignora que o governo argentino favorece abertamente o contrabando de guerra pelo Paraná acima e fornece material bélico, assim como faz adiantamentos ao Tesouro paraguaio, sob a forma de descontos de letras particulares no ‘Banco de la Nacion’ e com o endosso da ‘Oficina de Cambios’ de Assunção. O Paraguai, enfim, trabalha pela República Argentina e o seu suzerano de fato trata de soerguel-o nas dificuldades

<sup>238</sup> BUENO (BRASEMB-Montevideu) a EXTERIORES. Oficio, reservado, nº27, A questão do Chaco, 27.01.1934, AHI 33\2\8.

<sup>239</sup> Ibidem.

financeiras e militares da forma mais discreta possível, mas que não escapa aos olhos de quem observa e se informa sobre a política do rio da Prata”<sup>240</sup>

Outras preocupações também surgiram ao Brasil em inícios de 1934. Aproveitando o prazo do armistício, os paraguaios acumularam tropas em Baía Negra, na fronteira com o Brasil, e decidiram atacar Puerto Suarez, às margens da Lagoa de Cáceres, com o objetivo de romper abastecimento boliviano via Brasil<sup>241</sup>.

A guerra se aproximava perigosamente da fronteira brasileira trazendo maiores preocupações ao establishment militar. “*O Brasil não está livre de ser envolvido, contra a sua vontade, em algum conflito armado. Infelizmente, as suas condições são extremamente graves para enfrentar uma eventualidade dessa ordem*”<sup>242</sup>, advertiu a Vargas o general Góes Monteiro, pouco depois de assumir a pasta da guerra, em meados de janeiro 1934. Neste mesmo mês, Góes Monteiro enviou um memorando ao ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, sublinhando a necessidade de fortalecer o exército e solicitando verbas especiais em face de atividades argentinas suspeitas, entre elas ‘*a intensificação da espionagem platina no nosso território*’. Nessas circunstâncias, o presidente Vargas achou prudente atender as requisições dos militares, mesmo diante do esforço empreendido por Aranha para conter as despesas públicas <sup>243</sup>.

No Chaco, a luta seguia com extrema violência e sem perspectiva de solução imediata. Mesmo a intromissão da Liga na questão mostrar-se-ia inócua. Os exércitos paraguaios avançavam tanto no front ocidental, quanto no front oriental. Em fevereiro de 1934, os paraguaios conseguiram romper a linha Margariños-La China, principal linha defensiva boliviana, localizada na frente do Pilcomayo.

<sup>240</sup> LUCILLO BUENO (BRASEMB-Montevidéu) para EXTERIORES. Ofício, nº13, reservado, A questão do Chaco, 13.01.1934, AHI 33\2\8.

<sup>241</sup> Posteriormente, o general paraguaio Estigarribia escreveria em suas memórias:“(...)I conceived the idea of taking Puerto Suarez in order to cut off the supply of the Bolivian troops in that region. Those troops were actually supplied from the Brazilian territory. If we could intercept their communication with Brazil, not only would they be unable to remain where they were but they could fall into our hands because Bolivia could not supply them from Santa Cruz.(...)” (YNSFRAN, Pablo Max. **The Epic of the Chaco**: Marshal Estigarribia’s Memoirs of the Chaco War, 1932-1935. Institute of Latin-American Studies, vol.8, Austin: University of Texas, 1950, p. 122). Sobre as dificuldades da manobra, Estigarribia escreveria:“(...)In an expedition against Puerto Suarez, over a stretch approximately 200 kilometers long, we could not count upon any supplies other than those coming from Bahia Negra. Bolivia could supply herself in that área directly from Brazilian territory, but we, lacking in Brazil the influence of our opponents, had no certainty of enjoying the same courtesy. Thus we should perforce to have to depend from supplies upon Bahia Negra across territory entirely within the Chaco”(YNSFRAN, Op. cit. p. 124)

<sup>242</sup> Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, 4 de janeiro de 1934. Arquivo CPDOC-FGV. Documento gv c 1934.01.04.

<sup>243</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994, p. 179. Ver também: Nota de Oswaldo Aranha sobre proposta de compra de armamento feita pelo Ministério da Guerra. Rio de Janeiro (Vol. X/67), GV c 1933.03.25 , CPDOC-FGV.

A 22 de fevereiro de 1934, a Comissão da Liga das Nações sobre a questão do Chaco, já instalada em Buenos Aires, fez uma proposta de paz aos então países beligerantes, que continha seis pontos, como um cessar-fogo imediato e o recuo dos exércitos para pontos pré-determinados <sup>244</sup>. Poucos dias depois, porém, ambos os países rejeitaram a proposta da Comissão del Vayo, que sairia profundamente deslegitimada com a recusa. Especialmente para o Paraguai, tratava-se de uma proposta absurda<sup>245</sup>. Após breves tentativas de reparo, todas malsucedidas, os membros da Comissão da Liga abandonaram as funções mediadoras, regressando desgostosamente a Europa. A Comissão del Vayo ficou profundamente ressentida com a postura da chancelaria argentina, que lhes havia garantido a prévia aceitação paraguaia a sua proposta<sup>246</sup>.

Fustigada pelas derrotas consecutivas, a Bolívia passou a denunciar o envolvimento mascarado da Argentina no conflito. O apoio dado ao Paraguai criava grandes irritações nos círculos de La Paz, algo que ficou bastante óbvio na crise das relações argentino-bolivianas no mês de março de 1934. Em 9 de março de 1934, o ministro Gracie enviou de La Paz ao Rio de Janeiro um telegrama alarmado com uma possível ruptura das relações argentino-bolivianas. Relatava Gracie que o ministro argentino havia deixado a capital boliviana com objetivo declarado de gozar suas férias. Suspeitava, no entanto, o diplomata brasileiro que a intenção argentina era outra: de romper relações com a Bolívia<sup>247</sup>.

Em maio de 1934, as tensões tornaram a se elevar quando aviões bolivianos bombardearam mais posições estratégicas paraguaias. Dentre elas, estavam entrepostos comerciais argentinos no Chaco como Forte Olimpo, Puerto Guarany e Puerto Mihanovich<sup>248</sup>. Nessa nova crise, o Paraguai ameaçou tomar represálias contra prisioneiros de guerra

<sup>244</sup> 1) cessar-fogo 24 horas após a entrada em vigor do presente tratado; 2) recuo dos exércitos para posições pré-definidas: Bolivianos para Villa Montes e Roboré. Paraguaio para as margens do Rio Paraguai; 3) desmobilização de tropas em três meses; 4) submissão da questão a Corte Permanente de Justiça Internacional em Haia ; 5) enquanto isso Bolívia policiaria o rio Pilcomayo, Paraguai policiaria o rio Paraguai 6) Bolívia reconheceria o laudo Hayes; Paraguai reconheceria o Tratado de Petrópolis (COELLO, 1955, tomo III, Op. cit, pp. 72-73

<sup>245</sup> Para Rivarola, a proposta Liga era um verdadeiro “*parto de los montes*” pois desconsiderava todos os êxitos militares paraguaios buscando fazer com que seu exército, triunfante pelas pontas de baionetas, retrocedesse até a margem do rio Paraguai. Denunciaria ele que para a Liga “nada vale la sangre de los paraguayos”.(COELLO, 1982, Op. cit, p.228)

<sup>246</sup> Em março de 1934, Ayala escreveria carta a Rivarola:“(…)Alvarez del Vayo y Freydemberg han llegado a la conclusión que el dr. S. Lamas se ha conducido mal con la Comisión. Parece que uno de ellos dijo: ‘Nosotros hemos trabajado en Bolívia, esperabamos que el Gobierno Argentino haría ceder al Paraguay’. Total: el fracasso se debería al presidente Ayala, entendido con Zubizarreta y el general Justo, secreto inspirador de la política paraguaya. Los comisionados se vuelven vulgares intrigantes. Espero que el Brasil nos llevará el apunte”(COELLO, 1982, Op. cit, p. 234)

<sup>247</sup> GRACIE (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegrama, confidencial, NP, nº27, Relações diplomáticas argentino-bolivianas,09.03.1934, AHI 23\5\11.

<sup>248</sup> KELSCH (BRASLEG-Assunção) para EXTERIORES. Telegramas, confidencial, NP, nº22, Chaco, 13.05.1934, AHI 2\5\2.



bolivianos. Em resposta, o ministro do exterior boliviano ameaçou bombardear Assunção com a aviação militar caso houvesse fuzilamentos dos cativos <sup>249</sup>.

Essa luta árdua fez com os meios militares brasileiros nutrissem grave percepção de ameaça. Os militares brasileiros desconfiavam dos interesses ocultos na guerra, pois lhes afigurava surreal que duas nações pobres tratassem, por conta própria, de guerrear tão ardorosamente por um território infértil. Em fins de março de 1934, o general João Francisco Pereira e Souza escrevia ao ministro da guerra, Góes Monteiro:

"(...) Sobre os perigos que nos ameaçam actualmente, o meu venerado General permitirá que eu lembre o seguinte:

A guerra do Chaco, não é realmente uma questão do Paraguay com a Bolívia. É, abem dizer, uma questão de interesses da Inglaterra, contra interesses dos E.E Unidos. Entretanto, a Argentina, habilmente, tomou partido da Inglaterra.

Porconsequinte, se o Brasil e os E.E Unidos, deixarem que a Bolívia seja vencida, a Argentina poderá dispor de todos os elementos que constituem o exército do Paraguay, para lançal-os sobre as nossas fronteiras: já pelo Alto Paraná e já pelo Sul do Matto Grosso, cujas posições, abem dizer, já estão ocupadas pelos argentinos e paraguayos que constituem as Companhias hervateiras: Matte Laranjeira, Alica, Santa Helena,(Eugenio Barthe & Cia.) Bella Vista ( Alegre & Cia.) e outras menores. Empresas estas que abriram estradas de penetração no interior dos Estados do Paraná e Matto Grosso, em extensões enormes e, exploram, com elementos proprios, a navegação do Rio Paraná e seus grandes afluentes: Pirahy, Piquiry, Amambahy, Avahy, Evinhema, Rio Pardo, Paranapanema, etc.<sup>250</sup>

Agravando tais desconfianças, despontavam as denúncias acerca da parcialidade argentina no conflito, que partiam inclusive de dentro do país platino. Em abril de 1934, Alberto Dodero, presidente da *Compañía Argentina de Navegacion Mihanovich* denunciou que o Paraguai estava prestes a obter empréstimo no *Banco de la Nación Argentina* e também que a Argentina estava fazendo remessas sigilosas de combustível ao Paraguai sem cobrar por isso. Dodero irritava-se com o atraso no pagamento de fretes pelo Paraguai e decidiu deliberadamente cometer uma inconfidência <sup>251</sup>. Temendo ser acusado de cumplicidade com o Paraguai e de violar o embargo de armas da Liga, o chanceler Lamas ainda obstaculizou brevemente a remessa de novos carregamentos de insumos. Dias depois, no entanto, diante dos inflamados protestos paraguaios- que consideravam urgentes os carregamentos- Lamas liberou os embarques<sup>252</sup>. A 30 de maio 1934, por exemplo, Rivarola escreveu ao presidente paraguaio:

<sup>249</sup> Ibidem.

<sup>250</sup> Fundo Góes Monteiro, SA 217, Data: 25/3/1934-26/3/1934, Microfilme: 047-97, Arquivo Nacional-Rio

<sup>251</sup> COELLO, Vicente Rivarola. Memórias Diplomáticas. tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, pp.105-106.

<sup>252</sup> Id. Ibid., p.100.

Tengo la satisfacción de comunicarle que por fin he conseguido que salieran mañana para ésa, por vía fluvial, los tres mil tiros de artillería terrestre y dos mil seiscientos de artillería naval, que Ud. me encargara gestionarlos con especial empeño y urgencia. Para conseguir los primeros he encontrado, en ultimo momento, serias dificultades en el ministro de Guerra, general Rodríguez, debido graves desavenencias de criterios entre el de Relaciones, doctor Saavedra Lamas, y él, que para vencerlas he tenido que adoptar actitudes extremas. Le explicaré lo ocurrido. En el doctor Saavedra Lamas había nacido la preocupación de que en la Sociedad de las Naciones se formularan acusaciones contra la Argentina, de complicidad con el Paraguay, provocadas por el empeño de Francia y Gran Bretaña en la intensificación del embargo de armas contra el Paraguay, como medida política para imponerle la paz y salvar el prestigio de la Liga. Llevado de esta preocupación, el doctor Saavedra Lamas llegó a emitir juicios y conceptos graves sobre posibles responsabilidades para el Gobierno, eliminando la propia, que molestaron al general Rodríguez(...)<sup>253</sup>

O Brasil observava tudo com grande atenção. Nesse contexto, o comandante da 3ª Região Militar, alertava em relatório:

(...) A situação do país, quer do ponto de vista internacional, quer no interior- ainda não se apresenta desafogada; e, ao contrário, merece toda atenção e vigilância da parte dos órgãos da segurança nacional. As questões do CHACO e de LETÍCIA não parecem seguir um curso que ponha termo aos conflitos; e as complicações com a Argentina, decorrentes dos incidentes na fronteira, durante o último movimento revolucionário naquele país, focalizaram um ambiente de desconfiança e prevenção, o qual poderá alargar-se com entre-choque de interesses que estão por traz da questão do CHACO e com possibilidade de renovação de incidentes subversivos nas fronteiras(...)<sup>254</sup>

Em 17 de maio de 1934, percebendo a dificuldade de se alcançar a paz negociada, o Conselho da Liga das Nações decidiu seguir as recomendações da Comissão del Vayo<sup>255</sup> e instituir um embargo de armas a Paraguai e Bolívia. Era o primeiro embargo de armas adotado no decurso do já longo conflito. Poucos dias mais tarde, o presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, seguiu o exemplo da organização europeia, apresentando ao Senado americano um projeto de lei que proibia a exportação de armas e munições para tais países, por haverem ambos recusado uma solução satisfatória e diplomática da questão. Esse embargo implementado após quase dois anos do início do conflito, mostrar-se-ia desde pronto

<sup>253</sup> Id. Ibid., p. 102.

<sup>254</sup> Fundo Góes Monteiro, SA 207, Data: 27/2/1934-22/6/1934, Microfilme: 047-97. Arquivo Nacional-Rio.

<sup>255</sup> Em 9 de março de 1934, logo após regressar a Genebra a Comissão del Vayo apresentou a seguinte recomendação ao Conselho da Liga: “*Si los beligerantes rehusaran aceptar un acuerdo justo y razonable, los países limítrofes podrían ejercer una fiscalización estricta sobre el tránsito de elementos bélicos como complemento de la fiscalización que otras naciones podrían ejercer sobre las exportaciones de misma índole. Si en América se diera un apoyo real a las resoluciones que el Consejo adoptara, tal apoyo tendría una influencia decisiva para hacer imposible la continuación de esta guerra inhumana y criminal.*” (COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**, tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p.81)

bastante precário, dado a falta de adesão dos países limítrofes<sup>256</sup>. O Brasil, por exemplo, foi um dos países que resistiu somar-se ao embargo determinado pela Liga das Nações com vistas a não se indispor com a Bolívia e o Paraguai.

Dias mais tarde, no dia 31 de maio de 1934, a Bolívia invocou a aplicação do artigo 15 da Carta da Liga das Nações, pedindo submissão integral da questão ao Conselho da Organização. Essa possibilidade era vista com grandes ressalvas pelo Paraguai, que afirmava que o mencionado dispositivo não se aplicava uma vez que já haviam tido início as hostilidades<sup>257</sup>. A Liga, no entanto, aceitou o pleito boliviano e, em uma sessão de 27 de setembro de 1934, criou uma nova e mais ampla Comissão sobre Chaco, exortando os países em litígio para que nomeassem delegados<sup>258</sup>.

A questão do Chaco trazia grande instabilidade para a América do Sul. Em início de agosto de 1934, como decorrência do conflito, foi deflagrada uma crise nas relações entre Chile e Paraguai. O Paraguai, que reclamava da falta de imparcialidade chilena no conflito<sup>259</sup>, buscava excluir o país de qualquer mediação. Em 7 de agosto 1934, sentido-se ultrajado dos ataques que vinha sofrendo na imprensa guarani, o governo do Chile decidiu retirar a seu ministro de Assunção, Enrique Gallardo Nieto<sup>260</sup>. À época, avaliava o Itamaraty que o caso poderia agravar a questão do Chaco ou ao menos atrasar a sua solução. Sobre isso, escreveu o novo chanceler brasileiro, Macedo Soares "(...) Como vê V.E, a situação complica-se inesperadamente, ameaçando desfazer o pouco que se havia obtido neste últimos dias. (...)”<sup>261</sup>.

A crise motivou a intervenção conjunta do Brasil e dos Estados Unidos, pois uma ruptura de relações entre Chile e Paraguai colocava em risco todos os esforços já

<sup>256</sup> O Peru seria um dos países que não adeririam. Segundo denunciava o embaixador argentino em Lima, Mora y Araujo, ao paraguaio Rivarola, as armas que o Peru dizia estar remetendo a Europa como parte dos acordos na questão de Leticia, em realidade, estavam sendo desviadas a Bolívia: "(...) ultimamente el Perú devolvió aparentemente a Europa por Callao cuatro mil cajones de proyectiles diciendo ser inútiles y que en viaje fueron transportados transportados a otro buque que los condujo a Arica con destino a Bolívia. Que en igual forma se procedió con piezas de artilleria(...)" (COELLO, 1955, tomo III, Op. cit, p. 201)

<sup>257</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**, tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p. 206

<sup>258</sup> Id. ibid., p. 207.

<sup>259</sup> Em abril de 1934, chegaram a La Paz oficiais chilenos contratados pelo governo boliviano para integrarem seu exército. Os militares foram recebidos nas ruas com gritos de vivas ao Chile e a Bolívia e morra a Argentina e o Paraguai. Ao que parece, o governo chileno não tinha meios legais nem vontade para impedir a contratação (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 409)

<sup>260</sup> KELSCH (BRASLEG-A) a EXTERIORES. Telegramas, nº40, confidencial, Chaco. Incidente chileno-paraguayo. 08.08.1934. AHI 2\5\2.

<sup>261</sup> EXTERIORES para BRASEMB-Buenos Aires. Telegramas, NP, nº100, Chaco. Mediação. 06.08.1934, AHI 14\2\11.

empreendidos em favor da paz <sup>262</sup>. No dia 10 de agosto, o representante brasileiro e o norte-americano seriam recebidos em Assunção pelo presidente Ayala ocasião na qual buscaram ponderar a necessidade de um entendimento entre chilenos e paraguaios<sup>263</sup>. Em grande medida devido a esta intromissão, o impasse teria solução satisfatória sem consequências mais pesadas <sup>264</sup>.

A complexidade da situação era tão grande que, à mesma época, começaram a surgir as primeiras desinteligências entre os até então aliados Paraguai e Argentina. Para além das dificuldades cada vez maiores em obter o apoio militar e financeiro argentino, o governo paraguaio passou a se ressentir com a ocupação por tropas argentinas de fortins abandonados localizados na margem do rio Pilcomayo<sup>265</sup>. Tais fortins haviam sido abandonados por forças bolivianas em retirada no Chaco e o Paraguai, sem recursos materiais e humanos suficientes para vigiar todo o vasto território, os deixara desocupados. A Argentina, porém, se aproveitando da situação, ocupara-os sem qualquer notificação a Assunção. Como haviam indícios de que a margem do Pilcomayo era zona rica em petróleo e, como o governo da Argentina jamais havia aceito de boa fé o laudo Hayes, temia-se ela buscasse fazer valer tais posses pela força.

As notícias do ultraje argentino levaram a grande indignação no seio do exército paraguaio obrigando o Presidente do Paraguai, Eusébio Ayala, a ir ao Chaco pacificar as tropas que se revoltavam com a situação vexaminosa. O presidente paraguaio conseguiu abafar o caso, postergando uma solução em nome da amizade entre os dois países, porém o caso maculou as relações bilaterais, até então esplêndidas<sup>266</sup>. Temiam os políticos e militares

---

<sup>262</sup> Acerca do oferecimento de bons ofícios por parte do Brasil "(...)Assegure a Saavedra Lamas o nosso maior desejo em ver resolvido o incidente que, prolongando-se, poderá atrazar a solução do conflicto do Chaco.(...)" (EXTERIORES para BRASEMB-Buenos Aires. Telegramas. NP, nº 104, Chaco. Incidente chileno-paraguayo. 09.08.1934, AHI 142\11)

<sup>263</sup> KELSCH (BRASLEG-Assunção) para EXTERIORES. Telegrama. Confidencial. Nº 42, NP, Chaco. Incidente chileno-paraguayo. 10.08.1934. AHI 2\5\2.

<sup>264</sup> O impasse teria fim quando, por recomendação de Félix Nieto del Río, o chanceler chileno Cruchaga comunicou-se por telefone com o ministro do Paraguai em Buenos Aires, Vicente Rivarola, sugerindo que ambos países retornassem à normalidade de suas relações sem maior demora.

<sup>265</sup> Em dezembro de 1933, surgiriam os primeiros rumores de que tropas argentinas teriam ocupado no Chaco fortins abandonados, como o Fortim Sorpresa Vieja, na margem do Pilcomayo. Incrédulo, o comandante em chefe das forças paraguaias, general Estigarribia instituiria um inquérito para averiguar as informações, confirmando sua veracidade. No dia 29 de dezembro de 1933, os soldados argentinos, agindo com ainda mais rudeza, demandaram a evacuação paraguaia do Fortim Sorpresa Nueva. A penetração argentina nas margens do Pilcomayo continuaria ao longo do ano de 1934 levando a grande revolta no seio do exército paraguaio e o Presidente do Paraguai, Eusébio Ayala, seria forçado a ir ao Chaco pacificar as tropas que se revoltavam com a situação vexaminosa. (SEIFERHELD, 1983, Op. cit, pp. 319-323)

<sup>266</sup> A questão da tomada dos fortins do Chaco por forças argentinas se agravaria com o tempo e, em novembro de 1935, Ayala reclamaria a seu ministro em Buenos Aires "*Resumamos La Republica Argentina se há adueñado tranquilamente del Estero Patiño, de la mezopotamia entre los brazos del Pilcomayo, de una vasta zona a la izquierda del Pilcomayo superior(donde se produjo el arresto del Comandante Torreani Viera) y sigue su*

guaranis que a Argentina, até agora aliada, estivesse preparando um golpe de perspicácia para arrancar-lhe as conquistas militares. Em obediência às lições de Maquiavel, o Paraguai temia não só seus inimigos bolivianos, mas também seu poderoso aliado platino.

## 2.5– A tentativa de uma mediação trilateral entre Brasil, Argentina e Estados Unidos.

Em meados de 1934, surgiram diversas propostas de mediação da questão do Chaco por países sul-americanos nela diretamente interessados. Em junho de 1934, poucos dias após terem equacionado a complexa questão de Letícia, sob os auspícios do governo brasileiro<sup>267</sup>, os presidentes da Colômbia e do Peru ofereceram seus bons ofícios a Paraguai e Bolívia e conclamaram a convocação de uma conferência americana ampla para se equacionar a disputa<sup>268</sup>. Em seguida, durante a visita que fez a Washington, o presidente-eleito da Colômbia, Alfonso López Pumarejo, tentou obter a colaboração dos americanos à sua proposta de uma conferência ampla de paz sobre Chaco que contaria com a presença, além dos beligerantes, de EUA, Brasil, Argentina, Chile, Peru, Colômbia e México<sup>269</sup>. Poucos dias depois, seria a vez do Chile formular sua nova proposta mediadora. O embaixador chileno no Rio de Janeiro, Marcial de Ferrari, consultou o Itamaraty sobre uma possível realização de uma conferência em Santiago com a presença dos embaixadores dos países ABCP para discutir uma mediação na questão do Chaco.

Consultado em ambos os casos, o Brasil viu as proposições com grandes reservas. Agradecendo as deferências dispensadas, o Itamaraty rejeitou somar-se a elas, considerando que não se deveria rivalizar com a Liga das Nações enquanto ela não tivesse exgotados todos

---

*avance sobre el rio Confuso, sin que sepamos hasta donde piensa llegar. De nuestro lado unos artículos de prensa y una nota de protesta ¿ Qué espíritu justiciero dirá que nosotros somos y que los argentinos son Buenos amigos¿(...)*". (AYALA para RIVAROLA, Assunção, 13.11.1935, in: RIVAROLA COELLO, **Cartas Diplomáticas**, 1982, p. 330)

<sup>267</sup> No dia 24 de maio de 1934, foram assinados, com a presença do presidente Getúlio Vargas, no salão de honra do Automóvel Clube (o antigo salão onde se instalara a Assembleia Constituinte em 1890) o protocolo de paz e seus atos anexos. Apesar do seu afastamento da chefia do Itamaraty em dezembro, Afrânio de Melo Franco permaneceu à frente das negociações sobre a questão de Letícia até a assinatura do Protocolo de Amizade, que restabeleceria a soberania da Colômbia sobre Letícia e decretou a livre navegação dos rios Amazonas e Putumaio.

<sup>268</sup> Não se sabe ao certo qual o papel desempenhado pelo Brasil e pelo ex-chanceler Afrânio de Melo Franco nesta proposta. No entanto, pode-se especular que ele tenha agido nos bastidores para promover esta proposta. Sobre isto, o diplomata Vicente Rivarola escreveria: "*A raíz de la terminación del pleito peruano-colombiano sobre Letícia, los negociadores del arreglo don Afrânio de Melo Franco, ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, el embajador del Perú, señor Maurtua, y el embajador de Colombia, señor Urdaneta, ufanos por el éxito por ellos alcanzado, habían acordado constituir un comité para tomar conocimiento de la guerra del Chaco y buscarle solución. Como consecuencia inmediata de dicho acuerdo, los presidentes de Colombia y del Perú habíanse dirigido telegráficamente a los presidentes del Paraguay y de Bolívia invictándoles a concertar la paz*" (COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**, , tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p.151)

<sup>269</sup> FRUS, 1934, vol. IV, The American Republics, p.137.

os seus expedientes <sup>270</sup>. O chanceler Cavalcanti de Lacerda comunicou ao seu ministro em Buenos Aires: “(...) Devo dizer a V.Ex que só tomaremos novas iniciativas para solução da questão do Chaco ou colaboraremos nas de outrem com previa segurança de êxito(...)”<sup>271</sup>.

Como contraposição a essa plêiade de ofertas mediadoras, em julho de 1934, em memorando enviado ao Rio, a Argentina propôs de maneira sigilosa a realização de mediação trilateral de Brasil, Estados Unidos e Argentina, com sede em Buenos Aires. A 12 de julho de 1934, o chanceler argentino Saavedra Lamas apresentou confidencialmente as bases deste novo plano de paz aos governos de Brasil e dos Estados Unidos, garantindo a ambos que a proposta de pacificação já contava com a aceitação paraguaia<sup>272</sup>. Grosso modo, a proposta argentina dizia respeito à possibilidade de se chegar a um armistício segundo as posições ocupadas e a uma arbitragem jurídica com relação à disputa territorial. Rejeitava-se também a guerra de conquista e as aquisições territoriais pela força<sup>273</sup>. Neste mesmo dia, em consonância com a sua proposta, a Argentina pediu à Liga das Nações para que interrompesse a análise da questão permitindo a ação dos três países americanos<sup>274</sup>.

Os argentinos conseguiram convencer os norte-americanos e brasileiros a acompanhá-los nessa nova mediação. No dia 14 de julho de 1934, apesar de sua disposição inicial de não ingressar em nova ação mediadora transpassando a Liga, o Brasil aceitou apoiar a proposta sigilosa argentina<sup>275</sup>. Para além da garantia de aceitação prévia paraguaia, contribuíram para a adesão brasileira a crença de que por ser a Argentina membra da Liga das Nações seria menor a resistência contra a sua atuação na questão do Chaco.

Todas as principais nações sul-americanas buscavam desempenhar algum papel na mediação da guerra paraguaio-boliviana. Além de Colômbia, Peru e do Chile, o Uruguai também buscava ser o artífice da paz. Em vésperas de sua visita ao Brasil, o presidente uruguaio Gabriel Terra gestionou junto aos paraguaios, com o intento de intervir na questão. Relatou o presidente paraguaio Eusébio Ayala, em carta, a seu ministro de Buenos Aires, datada de 26 de junho de 1934:

(...) El presidente Terra ha pedido especialmente que el Dr. Zub.(Zubizarreta) sea enviado a Montevideo para conversar con él antes de

<sup>270</sup> Em início de junho, Vargas anotaria em seu diário nos dias: “*Complicações na Questão do Chaco, pela atitude do Chile, querendo reunir um congresso em Santiago para discutir o assunto. Recusa do Brasil e Argentina.* (VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol. 01, p. 300)

<sup>271</sup> EXTERIORES para BRASEMB-Buenos Aires.Telegramas, nº70, Chaco. Nova mediação do A.B.C.P projetada pelo Chile. 02.06.1934, AHI 14\2\11.

<sup>272</sup> FRUS 1934, vol.IV, The American Republics, p.142.

<sup>273</sup> O plano argentino exposto a 12 de julho de 1934 encontra-se na íntegra em: FRUS 1934, vol. IV, p.140.

<sup>274</sup> ROUT JR. Leslie Brenan. **Politics of the Chaco Peace Conference**, 1935–1939, Austin: University of Texas Press, 1970, p. 91.

<sup>275</sup> FRUS 1934, vol.IV, The American Republics, p.145.

su viaje a Río. Z. sale el jueves para Mont. vía Salto-Concordia y luego irá a Buenos Aires. Hemos tenido que acceder a este pedido por obvios motivos (...) Es evidente que el Dr. Terra desea aprovechar su viaje a Río para alguna mediación conjunta. Creo que Ytamaraty no mostrará mayor entusiasmo(...)

E continuou Ayala:

(...) Bolívia está esfuerzandose por todos los medios para provocar una mediación que no sea encabezada por la Argentina. De nuestra parte, no se aceptará más que una mediación argentina, si se desea, con otros países, con tal de excluir los Estados del Pacífico, que vetamos en absoluto(...)<sup>276</sup>

Durante a visita de Gabriel Terra ao Brasil a questão do Chaco realmente viria à baila. O Brasil, no entanto, já comprometido com a iniciativa argentina parece não ter dado à apoio às proposições de Terra. No dia 19 de agosto, Vargas escreveu em seu diário:

Jantamos à noite no Catete, em companhia do presidente(Terra). Este aproveitou para falar-me em particular sobre a Questão do Chaco. Achei-o desejoso de fazer alguma coisa, principalmente que fosse agradável a Mr. Hull. Autorizei o ministro do Exterior a dar conhecimento ao seu colega do Uruguai das démarches havidas no sentido de uma colaboração avisada, sem perturbar os trabalhos do chanceler argentino, antes auxiliando-o.<sup>277</sup>

A nomeação do paulista José Carlos de Macedo Soares como novo ministro do exterior por Vargas não influiria no encaminhamento das novas negociações, tendo trabalhado o Itamaraty vivamente em prol da aceitação da mediação trilateral pela Bolívia e Paraguai. A Bolívia, porém, mostrava-se reticente em aceitar qualquer intervenção argentina na contenda, país considerado por demais suspeito para assumir o papel de mediador imparcial<sup>278</sup>.

Finalmente, no entanto, a 26 de julho de 1934, após diversas pressões do Brasil, o palácio Quemado respondeu favoravelmente à Argentina e, em inícios de agosto, as negociações tiveram curso na embaixada do Brasil em Buenos Aires. Delas participaram os ministros do Brasil, Bonifácio de Andrada, dos EUA, Alexander Weddell, e o chanceler

<sup>276</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**. tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p. 145.

<sup>277</sup> VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.1, p. 317.

<sup>278</sup> Instruiria o chanceler brasileiro o seu ministro em La Paz: *"Referência ao seu telegrama nº 90. É imprescindível a aceitação por parte da Bolívia das bases da proposta argentina já incondicionalmente aceites pelo Paraguay. Qualquer intransigencia neste assumpto poderá trazer o desinteresse dos Estados Unidos e Brasil. Transmittimos a Washington o conteúdo do mencionado telegrama nº90 e aguardamos resposta para nos entendermos com os Estados Unidos no sentido desejado por esse Governo. Relativamente à ocupação de fortins no Chaco por tropas argentinas, pedimos hoje ao nosso Embaixador em Buenos Aires que conversasse a respeito com Saavedra Lamas, procurando obter dele os necessários esclarecimentos. Nessa mesma ocasião pedimos para sentir lhe a necessidade da suspensão de hostilidades entre a Bolívia e o Paraguay apenas se decida a comissão de conciliação"*(EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas, confidencial, nº48, Chaco. Mediação. 24.08.1934, AHI 24\1\06)

argentino, Carlos Saavedra Lamas, além dos representantes boliviano e paraguaio em Buenos Aires- Castro Rojas e Vicente Rivarola<sup>279</sup>.

Para surpresa de todos, quando os entendimentos trilaterais pareciam avançar rumo a um acordo, em meados de setembro de 1934, o chanceler argentino Saavedra Lamas perdeu o interesse em sua própria proposta mediadora. A Argentina, inesperadamente, recuou de sua posição inicial, declarando que a questão deveria estar afeita à Liga das Nações<sup>280</sup>. Orientado por Saavedra Lamas, o ministro argentino em Genebra, Cantillo, teria declarado textualmente perante a Liga das Nações "*a questão do Chaco está em vossas mãos*"<sup>281</sup>. Notadamente, a Argentina era o único desses três países que fazia parte do organismo europeu.

As declarações dos representantes argentinos irritaram profundamente o Itamaraty, que viam no recuo uma forma de melindrar Brasil e Estados Unidos da questão do Chaco<sup>282</sup>. Além disso, viam grande inconveniente na publicização da mediação secreta. A divulgação de uma mediação sigilosa geraria grave constrangimento nas relações do Brasil com o Chile, com a Colômbia, com o Peru, com o Uruguai e até com a Liga das Nações. Segundo consignou o chanceler Macedo Soares devia-se evitar a todo custo que se firmasse: *(...)a impressão de que os três países mais fortes da América pretendem decidir da sorte dos demais.(...)*<sup>283</sup>.

As intenções argentinas realmente eram dúbias<sup>284</sup>. O oferecimento da mediação não tinha impedido que o Estado Maior argentino continuasse secretamente a fornecer

<sup>279</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**, vol. III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, pp. 156-158.

<sup>280</sup> Mesmo o Paraguai ficaria ressentido com a atitude de Lamas. O Paraguai não queria a remissão do tema à Liga, pois desconfiava da imparcialidade da organização genebrina. Em telegrama enviado a seu ministro no Rio, o chanceler paraguaio diria: *"(...) La actitud argentina nos ha desconcertado, pues parece inclinada a afirmar intervención Ginebra en pleito Chaco(...)*A nuestro juicio sería aconsejado una acción enérgica y rápida de las tres potencias(Brasil, Argentina e EUA), consistente por ejemplo en una exhortación hecha por los tres Presidentes ya sea conjuntamente o en coincidencia y seguida de una proposición concreta de cesación de hostilidades para negociar la paz.(...)"(Relaciones para Legación Paraguay en Rio de Janeiro. Cifrado. 361\48. 23.09.1934, DPI, caja2, v.2, Archivo Cancillería Paraguay)

<sup>281</sup> EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas, confidencial, NP, nº55, Chaco. Mediação. Liga das Nações. 14.09.1934. AHI 24\1\06.

<sup>282</sup> A chancelaria argentina buscava ter em suas mãos a solução para a questão do Chaco. Segundo ZOOK,, para Saavedra Lamas(Argentina) não interessava um acordo direto entre os presidentes de Paraguai(Ayala) e Bolívia(Salamanca) (ZOOK, 1997, Op. cit, p.204)

<sup>283</sup> EXTERIORES a BRASEMB-Buenos Aires. Telegrama,nº 100, reservado, Chaco. Mediação, 06.08.1934, AHI 14\2\11.

<sup>284</sup> Segundo o paraguaio Vicente Rivarola, a proposta de uma mediação trilateral, tratava-se apenas de uma manobra argentina para não perder as rédeas da negociação de paz. Em carta pessoal e confidencial ao presidente paraguaio escreveria: *"(...) Ud. estará informado, por mis telegramas a la Cancillería, del inusitado movimiento diplomático que se viene realizando para provocar una conferencia de una parte o de todos los países americanos para considerar el conflicto del Chaco, con invitación al Paraguay y Bolivia; como estará informado, igualmente, de todo el empeño desarrollado por esta Cancillería(Argentina) para desbaratar el propósito, seguro de que ella no puede favorecer, de ninguna manera nuestra posición diplomática, ni ayudar*



informações militares ao Paraguai. Os estrategistas militares argentinos criticavam a dispersão das forças paraguaias, sugerindo-lhes um ataque concentrado contra as defesas bolivianas em Villamontes<sup>285</sup>.

Os EUA chegaram a manifestar a Lamas a inconveniência da intromissão da Liga das Nações na questão americana naquele momento, algo que somente atrasaria a solução do conflito. Em memorando, disse o Secretário de Estado Hull:

(...)It is very clear that any conflict of jurisdiction over the Chaco controversy would have highly prejudicial effects. It would seem reasonable to suppose that the League, while technically continuing its own jurisdiction, might refrain from any renewal of activity until such time as the present negotiations reach a point where it may be ascertained definitely that they will meet with success or be doomed to failure. In the latter event, the League could promptly determine what action it desired to take.<sup>286</sup>

Atacando a atitude argentina, ministro brasileiro em La Paz, Pimentel Brandão, também afirmou:

(...) A atitude da Argentina, declarando perante a Liga das Nações que dá por finda a mediação, sem consulta ou aviso previo ao Brasil e aos Estados Unidos da America em plena phase das negociações, é desconcertante e causou pessimo effeito, aqui. O Ministro das Relações Exteriores mostrou-me documentos mais recentes, alguns secretos, que provam que Lamas usou, nesses quatro últimos dias, a linguagem mais tendenciosa e contraditoria no Rio de Janeiro, em Washington e em Buenos Aires (...)<sup>287</sup>

E acrescentava:

(...)o que acaba de se passar, em Genebra, não parece poder considerar-se, senão manobra, em que fomos envolvidos, no sentido de deixar a Bolívia em péssima situação diplomática, com vantagens para a propaganda e para os interesses argentinos, à custa de insólita descortesia para com o Brasil e os Estados Unidos da América. Tal é a impressão que deixam os acontecimentos vistos daqui.(...)<sup>288</sup>

---

*las soluciones que perseguimos. En una palabra, esta Cancilleria sigue actuando como verdadera aliada nuestra, en esta ocasión en forma más decidida, si se quiere. Los telegramas que dirige a sus agentes diplomáticos me son comunicados, igual que sus contestaciones, entregandoseme cópias de ellos; todos los cuales telegrafio inmediatamente a nuestra Cancilleria, y obran en su poder(...)*"(COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**. Tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, pp. 148-149)

<sup>285</sup> Narra Querejazu Calvo: "*Pocos días después, en otro estudio militar, el Estado mayor argentino reiteró sus sugerencias para un ataque de las três columnas o corpos contra Villamontes. Propuso un involucrimiento de doble tenaza que cortase los caminos Villamontes-Yacuiba y Villamontes-Tarija. De este modo, el general Ramón Molina y los demás estrategas argentinos creían que se definiría la guerra a favor del Paraguay*"(QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Masamaclay**: História política, diplomática y militar de la Guerra del Chaco, Editorial Los amigos del Libro, 1965, La Paz, Bolívia, p. 385)

<sup>286</sup> FRUS 1934, The American Republics, vol. IV, pp. 215-216.

<sup>287</sup> PIMENTEL BRANDÃO (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas, confidencial, NP, nº 101, Chaco. Mediação. 15.09.1934, AHI 23\5\11.

<sup>288</sup> Ibidem.

Tal também era a opinião de Orlando Leite Ribeiro, para quem o recuo tinha sido uma manobra vil argentina com o intuito complicar as boas relações que o Brasil mantinha com o Chile. Escreveu ele, em carta pessoal ao presidente Getúlio Vargas, de setembro de 1934:

(...) O Sr. S. Lamas abusou da nossa confiança: jogou com o nome do Brasil na aventura do seu Pacto Antibellico. E, uma vez fracassada as démarches, elle denuncia em plena Assembléa da Liga das Nações todos os passos confidenciaes dos mediadores. Com que objetivo: para satisfazer a sua vaidade pessoal ou para indispor-nos com o Chile – o nosso único e possível amigo?(...) <sup>289</sup>

E a percepção dos brasileiros era precisa. A ideia de que a proposta de mediação trilateral não passava de uma manobra argentina para afastar o Brasil de vez da questão do Chaco e complicar a situação diplomática da Bolívia encontra igualmente confirmação nas correspondências do diplomata paraguaio em Buenos Aires, Vicente Rivarola, e o presidente paraguaio Eusébio Ayala. Segundo Vicente Rivarola, o chanceler argentino Saavedra Lamas teria lhe confidenciado que:

(...) El plan, en cuanto a la tramitación,(...) sería sondear previamente el espíritu con que lo recibirían los gobiernos paraguayo y boliviano para, siendo favorable, darlo a conocer a Norteamérica y Brasil y luego tramitarlo con el apoyo de la Liga y Norteamérica, viendo la manera de eliminar al Brasil, cuya disposición para nosotros se duda.(grifo nosso)(...) <sup>290</sup>

Para Pimentel Brandão, a Argentina secundava a intransigência paraguaia e estaria buscando apenas um simulacro de trégua, tendente a desarticular e desmoralizar o exército boliviano <sup>291</sup>. Diria ele, em telegrama confidencial, a secretaria de Estado no Rio de Janeiro:

(...) creio não errar nem perder de vista os interesses do Brasil, afirmando que, após dois meses de permanência e á vista dos documentos mais confidenciaes, lealmente mostrados, que o imperialismo argentino se manifesta, mais do que nunca, sem reboço, incomodando, seriamente, todo o continente. <sup>292</sup>

Era inegável o interesse dos paraguaios, enquanto demonstravam disposição para negociar, em avançar ao máximo a oeste, chegando até as faldas da cordilheira dos Andes

<sup>289</sup> GV c 1934.09.15/1, CPDOC-FGV.

<sup>290</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**. Tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p. 150.

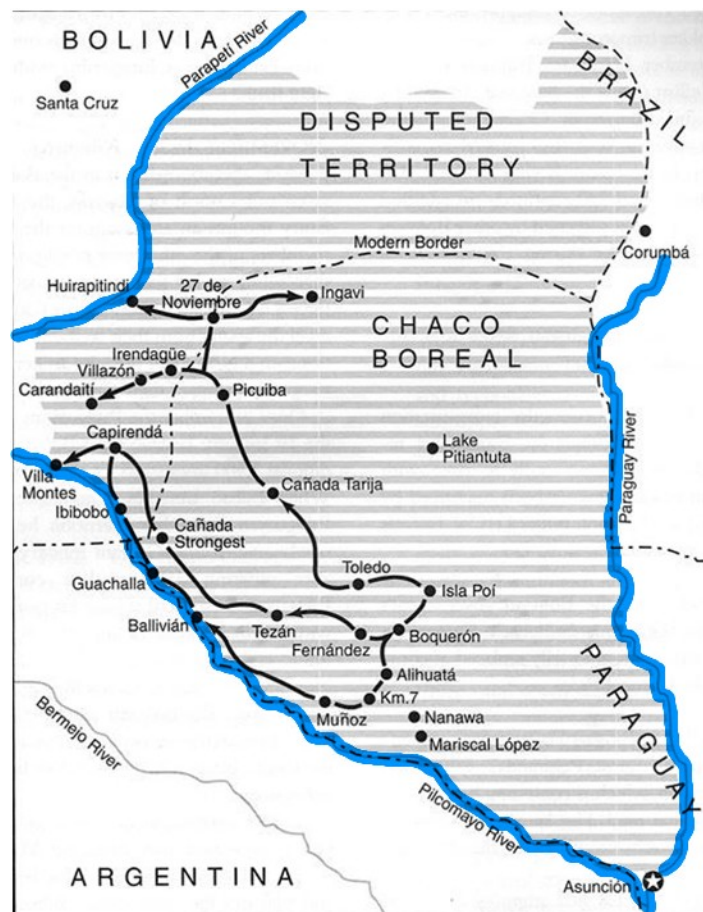
<sup>291</sup> A realidade, no entanto, era mais complexa do que imaginava os diplomatas brasileiros. Ao que tudo indica, havia neste momento grande exaltação entre os até então aliados, Paraguai e Argentina. O pequeno Paraguai temia que a grande Argentina quizesse impor-lhe os termos da paz, buscando fazer valer os seus anos de auxílio contínuo ao país em prol de seus interesses. Escreveria o ministro paraguaio em Buenos Aires, Vicente Rivarola, ao presidente Eusébio Ayala: " *El giro de las negociaciones es inquietante. Tengo la impresion de que el Dr. SL(Saavedra Lamas)nos quiere encerrar en un 'corralito' diplomático. Seria lamentable tal actitud, después de todo que hemos hecho para preparar su acción y conducirlo al éxito.*"( COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**, tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p. 180)

<sup>292</sup> PIMENTEL BRANDÃO (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas, confidencial, NP, nº 101, Chaco. Mediação. 15.09.1934, AHI 23\5\11.

bolivianos, onde se encontravam as províncias petrolíferas da Bolívia. Em 12 de setembro de 1934, escreveu o presidente Eusébio Ayala ao diplomata Vicente Rivarola:

Nuestra frontera natural e histórica llega al Parapeti, cordillera Chiriguano y Pilcomayo. Si la victoria no nos asegura esta frontera, se originará un hondo malestar en el país (...) La posesión de la zona del petróleo nos servirá además para recuperar nuestras pérdidas y levantar el país de la prostración en que había de quedar<sup>293</sup>.

### Mapa 12- A ofensiva militar paraguaia em 1934



fonte: MARLEY, David. **Wars of the Americas: A Chronology of Armed Conflict in the New World, 1492 to the Present**, 1998, n.p.

Concluía o ministro brasileiro em La Paz que, diante dessa situação absurda, a única solução possível, agora, seria que o Brasil e os Estados Unidos da América consentissem

<sup>293</sup> Memorandum, Ayala a Vicente Rivarola, Asunción, 12.9.1934, apud Querejazu Calvo, 1981, p. 439. Vide também Seiferheld, 1983, p. 509.

tomar parte na Comissão que a Liga pretendia nomear<sup>294</sup>. O Brasil, no entanto, como não membro da Liga, recusou-se a tomar parte nessa Comissão<sup>295</sup>. Decidiu-se que o país limitaria-se a acompanhar à distância o debate de Genebra. Para tanto, o Itamaraty nomeou o diplomata Roberto Mendes Gonçalves para acompanhar a evolução da questão informalmente no âmbito da Liga<sup>296</sup>. O chanceler Macedo Soares estava convicto de que o malogro da intervenção da Sociedade das Nações na pacificação do Chaco era somente uma questão de tempo. Desse modo, o governo brasileiro de Getúlio Vargas buscou convencer os EUA a continuar junto a si, e por conta própria, a mediação americana<sup>297</sup>.

Evitando maior perda de tempo, que significava perda de vidas humanas, em outubro de 1934, o chanceler brasileiro Macedo Soares, que tinha a pretensão de equacionar definitivamente a contenda, começou a agir em paralelo à Liga. Tentou ele forçar negociações diretas entre representantes dos países beligerantes, propondo que se reunissem, informalmente, sob sua coordenação, os ministros acreditados no Rio, Carlos Calvo (boliviano) e Justo Pastor Benitez (paraguaio), além do embaixador americano Hugh Gibson<sup>298</sup>. A fórmula não fazia menção a presença de nenhum representante argentino nas negociações<sup>299</sup>.

Em 6 de outubro de 1934, o representante paraguaio no Rio, Justo Pastor Benitez, relatou ao governo de Assunção, a disposição do ministro do exterior brasileiro em realizar uma intervenção pacificadora na questão do Chaco mesmo que esta prescindisse a colaboração da Argentina<sup>300</sup>. Novamente, em 19 de outubro, Justo Pastor Benitez escreveu ao

---

<sup>294</sup> A Liga das Nações decidiria pela criação de uma comissão especializada para redigir um conjunto de recomendações para encerrar o conflito. Essa comissão criada em setembro de 1934 teria 22 membros, dentre eles os membros do Conselho da Liga. Ela expediria suas recomendações em novembro de 1934.

<sup>295</sup> FRUS 1934, The American Republics, vol. IV, p. 78.

<sup>296</sup> Anotaria o diplomata brasileiro em suas memórias: "(...) fui designado para dirigir o Consulado em Genebra com o fim de acompanhar diretamente o desenvolvimento da Questão do Chaco na Sociedade das Nações. Não tinha nenhuma função propriamente consular, era observador na S.D.N, não fazendo parte de nenhuma comissão. Essa missão que durou vários meses consistia em informar sobre o que ocorria em Genebra a respeito da contenda entre a Bolívia e o Paraguai, o que me obrigava a enviar diariamente extensos telegramas cifrados ao Itamaraty a ponto de perder o sono com tantas cifras rolando pela cabeça, apesar de ter tido a colaboração de um dos auxiliares do Consulado.(...)"(GONÇALVES, Roberto Mendes. **Quarenta anos de Campanha 1920-1960: Reminiscências Diplomáticas**. Livraria Agir Editora: Rio de Janeiro, 1968, p. 89)

<sup>297</sup> FRUS 1934, vol. IV, The American Republics, p. 225-226.

<sup>298</sup> Idem.

<sup>299</sup> FRUS 1934, vol. IV, The American Republics, p. 235.

<sup>300</sup> "(...) Tengo la impresión de que el señor Macedo Soares quiere intervenir en la cuestión del Chaco. Es un hombre ilustrado, sin actuación en la diplomacia, que impresiona bien. Se dice que le será muy difícil apartarse en lo más mínimo del pesado mecanismo tradicional de Itamaraty, pero desea actuar. Me ha repetido en distintas oportunidades que el Brasil está de completo acuerdo con los Estados Unidos para abordar la cuestión, y que procurará mantener la colaboración de Argentina. En este deseo, abriga la resolución de fijar Buenos Aires como sede de las conferencias, si ellas se realizan.

*En las primeras conversaciones me abordó sobre la posibilidad de un arreglo directo entre el Paraguay y Bolívia, a base de transacción. Conocedor de nuestra resistencia de no ceder nada de lo es nuestro, varió hacia*

Palácio López: "*Macedo Soares insistió hoy conversaciones confidenciales con Ministro boliviano. Pero pretende que primera reunión se celebre con la asistencia Presidente Vargas(...)*"<sup>301</sup>.

No dia 9 de novembro, Soares voltou à carga. Nessa data, teve uma longa reunião com o representante paraguaio no Rio de Janeiro, senhor Justo Pastor Benitez, com o propósito de pedir a anuência de seu país a conversações no Rio de Janeiro<sup>302</sup>. Disse o chanceler que o fracasso da intervenção da Liga era mera questão de tempo, e que o Brasil, não desejoso de perder tempo, queria agilizar as negociações, reunindo no Rio de Janeiro representantes dos dois países, assim como dos mediadores - EUA e a Argentina. Segundo relataria Benitez a Assunção, fora exatamente nesse intuito que Macedo Soares havia nomeado o então ministro brasileiro na Bolívia, senhor Mario Pimentel Brandão, como novo secretário-geral do Itamaraty<sup>303</sup>. Por fim, o Paraguai aceitou a ideia de conversações diretas, mas a Bolívia e a Argentina não<sup>304</sup>.

Sem consultar ninguém, Macedo Soares ainda usou sua influencia junto a seu amigo pessoal Harold Butler, presidente do Bureau Internacional do Trabalho (BIT), para persuadir a Liga das Nações a apoiar o grupo mediador composto por Brasil e EUA<sup>305</sup>. A atitude do chanceler teria a repulsa de Sumner Welles que não desejava que os países americanos rivalizassem com a Liga. No dia 30 de novembro, Welles teve longa conversa com embaixador Oswaldo Aranha sobre Chaco, ocasião na qual demonstrou desapontamento com a ação de Macedo Soares e Harold Butler, alegando que o Brasil deveria colaborar para a paz, mas jamais tomar a iniciativa.

No dia 24 de novembro de 1934, após ouvir o parecer do Comitê Consultivo do Chaco, criado no mês anterior, os países presentes a 15ª Assembleia da Liga das Nações

---

*la mediación pero siempre en la inteligencia de que ella no tendrá otro fin que poner en contacto a los beligerantes y armonizar en lo posible sus puntos de vista. Macedo Soares, que ha escrito un libro sobre la Liga de las Naciones, cree que ella no tendrá éxito en las nuevas gestiones, a las cuales fueron conducidos los beligerantes por Bolivia, principalmente por Costa Du Rels que, a su juicio, persigue una actuación personal. Aún en el caso de que la Argentina se desinterese, me dijo un día, el Brasil y Estados Unidos propondrán una fórmula de arreglo. Macedo Soares conoce poco los antecedentes diplomáticos de la cuestión pero comienza a estudiar y cuenta con funcionarios que siguen paso a paso el problema. No se escapa al observador que con relación al Chaco existía una rivalidad entre esta Cancillería y la argentina, que nosotros tenemos que disipar o atenuar, porque nos perjudica.(...)"*(BENITEZ(Legacion de Paraguay en Rio de Janeiro) para RIART(Relaciones). Estrictamente confidencial, 1RA-74, 06.10.1934. DPI caja 2, vol.2, Archivo Cancillería Paraguay)

<sup>301</sup> BENITEZ (Legacion de Paraguay en Rio de Janeiro) para RIART(Relaciones). n°30, 19.10.1934.DPI caja 2, vol.2, Archivo Cancillería del Paraguay.

<sup>302</sup> BENITEZ (Legación del Paraguay en Rio de Janeiro) a RIART(Relaciones), Oficios, Estrictamente Confidencial, 1RA\122. 10.11.1934, DPI caja 2, vol.2, Archivo Cancillería del Paraguay.

<sup>303</sup> Ibidem.

<sup>304</sup> FRUS 1934, vol. IV, The American Republics, p. 227

<sup>305</sup> FRUS 1934, vol. IV, The American Republics, p.107.

decidiram aprovar, por unanimidade, as suas recomendações com vistas a solução da questão do Chaco. Propunha o colegiado da organização de Genebra a convocação de uma Conferência em Buenos Aires dentro do prazo de um mês e, posteriormente, a submissão de todo o território do Chaco à arbitragem da Corte Permanente de Justiça Internacional<sup>306</sup>.

O Paraguai, triunfante nas batalhas de El Carmen e Yrendague, opôs-se veementemente à proposta da Liga<sup>307</sup>. Já a Bolívia, que provavelmente soube de antemão da posição de seus adversários, por meio do seu serviço de inteligência, aceitou todas as proposições da Liga com o fim de transparecer como um país que dava mostras de pacifismo. A manobra deu certo e a aceitação boliviana contrastou frontalmente com o rechaço paraguaio<sup>308</sup>.

Enquanto isso, continuou o Brasil a insistir nas negociações no Rio. A verdade era que o Itamaraty relutava a todo custo em aceitar negociações de paz sediadas em Buenos Aires. Segundo Macedo Soares, tais negociações seriam conduzidas de forma incontrastável pela Argentina, sob a chancela da Liga das Nações, e nelas o Brasil não teria qualquer influência. Instado a participar dos esforços da Liga sobre o Chaco, o Brasil tergivesou. Em fins de novembro, Macedo escreveu a Aranha:

Resposta ao telegramma nº 286. Repugna-me fazer parte da Conferência de Buenos Aires, que será muito influenciada pelo Chanceller Saavedra Lamas, em cuja acção, variadissima e desconcertante, não podemos confiar. stop. Insisto na impossibilidade de defendermos os nossos pontos de vista em Genebra, onde não dispomos de tribuna, e para onde qualquer membro da Conferência de Buenos Aires poderá devolver a direcção das negociações à nossa revelia, como, aliás, a Argentina já fez stop. Se Sumner Welles tem receio de ficar responsabilizado pelo fracasso da Liga das Nações devemos crear factio novo, que justifique a mudança de nossa attitude. stop. Factio novo poderia ser condicionarmos a nossa adesão à suspensão imediata das hostilidades e a desmobilização, em prazo curto, entrega da zona neutralizada à Comissão de Administração Internacional, até sentença

<sup>306</sup> O plano da Liga das Nações contemplava: a) cessar-fogo em um prazo de 10 dias; b) estabelecimento de uma zona de segurança de 100 quilômetros de extensão; c) não mobilização de tropas em área de 150 km a partir da zona em litigio; d) convocação de uma reunião em Buenos Aires, em um prazo de um mês em que participariam: Paraguai, Bolívia, o ABCP (Argentina, Brasil, Chile e Peru); os Estados Unidos, os antigos países neutros, o Equador e a Venezuela; e) caso em um prazo de dois meses não houvesse sido redigido compromisso arbitral a questão seria decidida por três árbitros designados pelo presidente da Corte Permanente de Justiça Internacional (ZOOK, 1997, Op.cit, p. 214-215)

<sup>307</sup> ROUT JR. Leslie B. **The Chaco war**: a study in inter-American diplomacy. University of Minnesota, 1966, p. 137-138.

<sup>308</sup> À época a situação militar no Chaco já era amplamente favorável para o Paraguai. Em fins de novembro de 1934, o presidente Ayala escreveu carta a Rivarola, discutindo a conveniência do armistício naquele momento. O presidente notava que, com o exército avançando no Chaco: “*La Liga es un obstáculo*”. Ademais, segundo Ayala, o empréstimo recém-obtido junto ao governo argentino permitiria ao Paraguai “*forzar la mano para subscribir la paz*” (COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**. tomo III, Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1955, p.192). Na Bolívia, a situação era diametralmente oposta. O presidente Salamanca, na defensiva, queria uma paz imediata. À mesma época, afirmou ele para o seu chefe das forças no Chaco, Peñaranda, que sua única preocupação era evitar uma derrota fragorosa (ZOOK, 1997, Op. cit., p.214)

arbitral. stop. A nossa colaboração seria, então, mandarmos observadores à Conferência de Buenos Aires e à Comissão de Administração do território neutralizado. stop. Exteriores<sup>309</sup>

Em 8 de dezembro de 1934, Macedo Soares tentou convencer o presidente Vargas de efetuar uma intervenção proativa na questão <sup>310</sup>. O chanceler ponderou a Vargas que o Brasil não poderia adotar uma atitude passiva, mesmo que isso importasse rivalizar, em certa medida, com a Liga das Nações e com a Argentina. Macedo Soares acreditava estar próximo o fim do conflito e era preciso obter um lugar privilegiado para o Brasil nas suas negociações de paz. Nesse sentido, revelava o ministro do exterior o raciocínio que expusera aos representantes da Casa Branca:

Nos entendimentos prévios que tivemos com o governo dos Estados Unidos fizemos sentir que devido à sua peculiar situação geopolítica [...], o Brasil não poderia se contentar como um mero observador, e precisaria de ter um representante com direitos iguais às demais nações interessadas.<sup>311</sup>

Nem todos, no entanto, concordavam que o conflito estava próximo ao fim. Em opinião contrária a do chanceler brasileiro, Ronald de Carvalho ponderava a Vargas, questionando a viabilidade da paz naquele momento:

O ministro Macedo Soares está com esperanças de que, em breve, se realize o acordo entre os contendores. Creio, entretanto, que a última vitória paraguaya, que produziu o desbarato de 10.000 bolivianos, será um entrave à paz. O gabinete de Assumpção querará, naturalmente, ‘explorar o triunfo’, com se diz em linguagem militar. E ,para tanto, concorrerá muito a situação de anarquia interna reinante na Bolívia, onde se esboça o aparecimento de dois governos: o civil, na retaguarda; o militar, na frente de batalha <sup>312</sup>

<sup>309</sup> EXTERIORES a BRASEMB WASHINGTON. Telegramas, nº240, reservado, Chaco. Mediação, 28.11.1934. AHI 52\1\9.

<sup>310</sup> Segundo Macedo Soares, chegara-se o momento de “(...) realizando um alto gesto de humanidade, tentarmos a suspensão imediata das hostilidades. Examinando bem os elementos com que contávamos, dirigi-me aos Ministros no Brasil: Calvo, da Bolívia, e Pastor, do Paraguay, e lhos fiz ver que para o Brasil acceder ao convite da S.D.N exigia a suspensão imediata das hostilidades. A suspensão, ou melhor a cessação imediata das hostilidades será a Paz! O resto, o tratado definitivo de paz, que Buenos Aires o faça!...( GV c 1934.12.08/1 , CPDOC-FGV)

<sup>311</sup> Ibidem.

<sup>312</sup> GV c 1934.12.08/2, CPDOC-FGV.

### III. O TORTUOSO CAMINHO PARA A PAZ

#### 3.1- A Bolívia sob ameaça militar: os paraguaios cruzam o Parapetí

Em novembro de 1934, a situação para a Bolívia se agravava tanto diplomática quanto militarmente. As tropas do Paraguai haviam atingido a linha Murillo-Charagua (ou Vanguardia-Salinas San José) ameaçando alcançar Santa Cruz de la Sierra e cortando as ligações entre o Oriente boliviano e os centros populosos do Altiplano. Caso este objetivo se concretizasse, toda a baixa Bolívia (inclusive a parte amazônica) ficaria sob controle paraguaio. Sabendo disso, o Paraguai estava a fomentar o separatismo das regiões bolivianas de Santa Cruz de la Sierra e El Beni, acenando para os índios cruceños com promessas de propriedade das terras espoliadas por brancos – dentre os quais havia até mesmo cidadãos brasileiros<sup>1</sup>.

As derrotas consecutivas do exército boliviano desestabilizaram a situação política interna na Bolívia, e, ainda no mês de novembro, ao visitarem a linha de frente no Chaco, o presidente Salamanca e o presidente-eleito, Franz Tamayo, foram presos e depostos por membros da cúpula militar. Um furioso Salamanca planejava realizar mudanças no alto comando, que se preveniu dando um golpe de Estado. No episódio, que ficaria conhecido como “*Corralito de Villamontes*”, o vice-presidente Tejada Sorzano, aliado de Peñaranda, chefe das tropas, assumiu o poder no país andino.

A situação boliviana era realmente desesperadora<sup>2</sup>, especialmente após as derrotas fragorosas de El Carmen (17 de novembro de 1934) e Ybybobo (20 de dezembro de 1934), o que fez com militares brasileiros também comesçassem a se inquietar. O possível desmembramento territorial da Bolívia, com a independência das províncias de Santa Cruz e El Beni, alteraria definitivamente a balança de poder regional. Do ponto de vista dos militares brasileiros representava “(...)’um perigo maior para a Amazônia’, porque o novo Estado ‘seria fatalmente’ ligado ao Paraguai e, portanto, ao ‘principal inimigo provável’ do Brasil: a Argentina”<sup>3</sup>.

Além da ameaça à independência boliviana, ainda havia a ameaça de um ataque irrefletido do exército paraguaio a Corumbá, que à época era a principal artéria de

<sup>1</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul** (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 186-187.

<sup>2</sup> ELIO, Tomás Manuel. **Guerra y Paz del Chaco**, s/ed, 1959, pp. 10-11.

<sup>3</sup> MONIZ BANDEIRA, 2010, Op. cit, p.188.



suprimentos boliviana. O chefe do Estado-maior brasileiro avaliava que o ataque iminente produziria uma escalada de tensões irrefreável, com o envolvimento inescapável do Brasil no conflito. Diria ele:

(...) ‘Se um ato de loucura paraguaia nos obrigasse a uma reação local imediata, que degenerasse em conflito armado, seria difícil para a Argentina abandonar seu protegido’- o general Olimpio da Silveira aduziu. Esta possibilidade não se afigurava remota. Várias denúncias chegaram ao Estado-Maior do Exército de que elementos paraguaios preparavam, na região de Corumbá, um assalto a Puerto Suarez, na Bolívia, com violação do território brasileiro, a fim de tirar-lhe o único ponto que lhe restava para o comércio através da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.(...)<sup>4</sup>

As ameaças de um incidente pareceram concretizar-se a 24 de novembro quando o navio brasileiro de matrícula “Paraguay” foi alvejado por salvas de metralhadoras de aeroplanos ao navegar pelo rio de mesmo nome. Inicialmente aventou-se a possibilidade de o bombardeio ter sido efetuado por avião paraguaio descaracterizado querendo criar um incidente bilateral, possibilidade que logo seria afastada e atribuída à própria desorganização militar boliviana. Um avião militar boliviano confundira miseravelmente as silhuetas das embarcações<sup>5</sup>.

Em dezembro de 1934, Vargas e Aranha trocaram confidências sobre a questão. Segundo a opinião de Vargas a situação tomava um “*rumo obscuro*”, sendo possível que o Paraguai estivesse buscando criar incidentes na fronteira brasileira com o fito de arrastar quiçá a Argentina para uma luta contra o Brasil, evitando-se, assim, a desmobilização de seus exércitos no pós-guerra e a conseqüente derrocada do poder civil no país <sup>6</sup>. Concordando com

<sup>4</sup> Id. Ibid., p.144.

<sup>5</sup> FIALHO (BRASLEG-La Paz) a EXTERIORES. Ofício, nº5, Bombardeio do navio “Paraguay”,10.01.1935. AHI 23\1\1.

<sup>6</sup> Sobre as complicações da questão do Chaco o presidente Vargas escreveria importante missiva a Aranha na véspera do natal de 1934, após regressar de visita ao Rio Grande do Sul, a qual trascrevemos:

“*Meu caro Oswaldo,*

*Não venho falar-te sobre o tratado de commercio, encaminhado sob bons auspícios, nem sobre a minha viagem ao Rio Grande, e sim chamar-te atenção para um assunto especializado e estritamente confidencial.*

*Trata-se da questão do Chaco que está tomando rumo obscuro e tende a complicar-se. Encontrei o nosso Estado-Maior um tanto alarmado e seu ponto de vista coincide com as informações que trago do Sul. O Paraguái, militarmente forte, com um exército vitorioso de 70 mil homens, não sabe que fazer dessa gente, depois da terminação da guerra, nem como dar ocupação à tropa mobilizada, receiando talvez a derrocada da supremacia do poder civil, com o regresso dum general triunfante e dum exército descontente. Há desconfiança de que o Paraguái procura criar complicações na nossa fronteira do Mato-Grosso, provocando qualquer incidente que arraste a Argentina, no conflito. Esta, por sua vez, ampara abertamente o Paraguái, provendo-o de todos os recursos, acumula tropas na fronteira da Bolívia, já ocupou alguns fortins deste país e advoga a reabsorção da Bolívia, como parte desagregada do Vice-Reino do Prata. Um dos maiores advogados dessa campanha é o atual ministro da Guerra, general Rodríguez, autor de um livro sobre a assunto, publicado anteriormente ao conflito.*

*Demais, tanto a Argentina como o Paraguai tratam os nossos adidos militares com visível desconfiança, colocando-os em situação de verdadeiro constrangimento, não lhes permitindo visitar a zona conflagrada, nem*

o presidente, o embaixador do Brasil em Washington respondeu, pouco tempo depois: "*Parece que a questão do Chaco começa a tornar-se séria para nós*"<sup>7</sup>. Preocupavam-se ambos, em especial, com a atitude da Argentina na questão.

A 4 de dezembro de 1934, Vargas ordenou, de forma preventiva, a partida de uma esquadrilha de quatro aviões de caça Boeing e seis Vought Corsair para Ladário, na fronteira ocidental com a Bolívia. Sob o comando do Capitão-de-Fragata Av. N Fernando Victor do Amaral Savaget a esquadrilha ficaria de prontidão para a eventualidade de um ataque paraguaio a Porto Murtinho<sup>8</sup>. Vargas, ademais, instruiu Aranha a sondar discretamente o governo americano sobre a possibilidade de obter equipamentos de artilharia, cruzadores, submarinos, canhoneiras, enfim, tudo o necessário, do governo americano com vistas a reforçar as defesas fluviais brasileiras no rio Paraguai<sup>9</sup>. Em telegrama enviado a Washington, o chanceler Macedo Soares também demonstraria a sua preocupação com a questão do Chaco, defendendo agora, de forma inédita, que Brasil participasse da conferência de Buenos Aires<sup>10</sup>.

---

*acompanhar as suas manobras militares. E, quando o consentem ,cercam essas visitas de tantas restrições e cautelas que não lhes deixam perceber os seus objetivos.*

*A nossa política tem sido de cordial amizade com a Argentina e abstenção de intervir na questão do Chaco. Devemos mantel-a, mas precisamos tomar precauções militares. Talvez, estas bastem para evitar complicações futuras. Falta-nos, entretanto, quase tudo. Estamos providenciando. Algumas cousas podem ser feitas, outras não.(...)"*(GV c 1934.12.08/1, CPDOC-FGV )

<sup>7</sup> Responderia Aranha: "*O assumpto de tua carta há muito constituía preocupação [...] "Parece que a questão do Chaco começa a tornar-se séria para nós". [...] O Welles, em uma de nossas muitas conversações, pediu-me em nome do Presidente que "avisasse o nosso Govêrno que os Estados Unidos solicitavam que nada fizéssemos, em relação à [sic] nossa Armada, sem prévia audiência delles, porque o Presidente estava decidido a fazer com que tudo fosse aqui construído em condições melhores e mais baratas". Adiantou-me que "nossa posição política aconselhava essa conducta, tanto para os Estados Unidos quanto para o Brasil". [...] Mas tudo terá de ser feito com discreção, com segredo, com seriedade, porque esta gente trata as cousas com segurança e a menor revelação comprometterá tudo. Isso, como vês, só poderá ser feito com instruções especialíssimas, coordenando-se a acção diplomatica e militar por fôrma tal que ninguém mais possa conhecer algo a respeito"*(GV c 1935.01.18, CPDOC-FGV)

<sup>8</sup> A 4 de dezembro de 1934, decolariam do Galeão duas esquadrilhas de aviões navais sob o comando do Capitão-de-Fragata Av. N Fernando Victor do Amaral Savaget. Uma das esquadrilhas, composta por quatro aviões Boeing de caça tinha como pilotos: Capitão-de-Corveta Av. N Alvaro de Araujo e Capitães Tenentes Av. N Guilherme Fischer Presser, Dario Cavalcanti de Azambuja e Antônio Joaquim da Silva Gomes. A outra esquadrilha, composta de seis aviões Vought Corsair, tinha como pilotos: Capitão-de-Corveta Av. N Ismar Pfaltzgraff Brasil e Capitães-Tenentes Av N. Gabriel Grun Moss, Hélio Costa, Carlos Alberto de Filgueiras Souto, Franklin Antônio Rocha e Salvador Corrêa de Sá e Benevides. As etapas da viagem foram Campo de Marte (São Paulo), Bauru, Campo Grande e Ladário (Mato Grosso). As esquadrilhas permaneceram em Ladário duas semanas, tendo, em seguida, regressado ao Rio de Janeiro (LAVANERE-WANDERLEY. Nelson Freire. **História da Força Aérea Brasileira**, Rio de Janeiro: Gráfica Brasileira, 1985, p. 133)

<sup>9</sup> "*Após uma visita ao Rio Grande do Sul em dezembro de 1934, durante a qual aviões paraguaios atacaram um navio brasileiro no Rio Paraguai Vargas pediu que Aranha sondasse o governo americano sobre a possibilidade de obter material bélico, especialmente navios de guerra, nos Estados Unidos.*" (HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1994, p.228)

<sup>10</sup> Diria Macedo Soares: "*Em resposta aos seus telegrammas nos 289 e 290. Estou de accordo com Vossa Excellencia em que o 'assumpto do Chaco começa a tomar aspecto delicado para nós'. Penso também como o Sumner Welles que, para não sermos taxados de egoismo e por ser da nossa maior conveniencia e interesse políticos, não podemos deixar de comparecer à Conferência de Buenos Aires, si bem mantenha tudo quanto disse no meu telegramma n.240 a respeito da acção do Chanceller Saavedra Lamas. Estão, porém, em jogo, interesses superiores do Brasil e do Continente. Dada a linha de conducta seguida até o presente, e não*

No dia 28 de dezembro de 1934, sob convocação do presidente Getúlio Vargas, teve assento a primeira sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional<sup>11</sup>. A reunião realizada no salão de despachos do palácio do Catete contou com a presença de toda a alta cúpula militar e civil do governo brasileiro<sup>12</sup>. Ainda que estivesse implícita nos documentos, a questão do Chaco foi a maior preocupação. Diante de militares visivelmente apreensivos, Vargas defendeu que, apesar da falta de recursos para se armar, a situação diplomática era boa.

Após as introduções protocolares e considerações preliminares, o presidente Vargas iniciou os debates aludindo à: “(...) *circumstancia feliz de estar o Brasil sem preocupação na sua política internacional, pois eram boas as suas relações com todas as nações, especialmente as do Continente*”. Entretanto, diria o mandatário que “a guerra moderna surgia e se realizava com tal violencia e presteza que as nações não podiam despreocupar-se da sua possibilidade e deixar de orientar os seus meios e interesses para uma defesa oportuna “, acrescentando que a nação não deveria confiar em 'improvisações' porque a guerra moderna era tão desvatadora que só poderia ser travada como uma organização “*prevista, estudada e coordenada*”.<sup>13</sup>

Igualmente, o ministro da guerra, general Góes Monteiro, defendeu a necessidade de o Brasil se preparar para a guerra nas “*menores particularidades*”, já que a feição moderna da guerra era capaz de afetar tanto as “*creanças em suas 'creches', os velhos nos asylos, como os soldados na frente*”. Defendeu ele a necessidade de colaboração de todas as atividades nacionais para uma “*defesa eficiente*” acrescentando que “*Desejava bastante que estivessemos longe de uma tal ameaça, mas não encontraríamos base nem desculpas para considerá-la impossível*” e que o Brasil deveria estar pronto “*porque o início das hostilidades*

---

*convindo deixar a impressão de tergiversações na orientação da nossa política, precisamos estribar a nossa nova attitude em considerações, tão fortes, que justifiquem, amplamente, a acceitação de comparecermos à Conferência de Buenos Aires. (...)*” (EXTERIORES a BRASEMB- Washington. Telegramas, nº249, Chaco. Mediação. Liga das Nações-Brasil, 01.12.1934, AHI)

<sup>11</sup> O Conselho Superior de Segurança Nacional foi criado em meados de 1934 em substituição ao Conselho de Defesa Nacional.

<sup>12</sup> Estiveram presentes à reunião o presidente Getúlio Vargas e os ministros Vicente Rao(juiz); Góes Monteiro(guerra); Protógenes Guimarães(marinha), Souza Costa(fazenda); João Marques Reis (Viação e Obras públicas); Agamenon Magalhães(trabalho); Odilon Braga (agricultura); Gustavo Capanema(educação); Benedito Olympio da Silveira( chefe do Estado maior do Exército); Henrique Aristides Guilhem (chefe do Estado maior da Armada) e o general Pantaleão da Silva Pessoa(secretário geral do Conselho). O ministro do exterior, José Carlos Macedo Soares, deixou de comparecer, por estar ausente da capital da República em visita a São Paulo. Cabe notar, porém, que a sua assinatura figura no fim da referida ata.

<sup>13</sup> Ata da primeira sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional, 28.12.1934, BR DFANBSB N8.0.ATA.1/1, f.1-2v. Arquivo Nacional.

*acompanhava à própria declaração de guerra, si esta obedecesse a todas as regras cavalheiras do direito das gentes*"<sup>14</sup>

Em seguida falou o chefe do Estado Maior do Exército, general Benedito Olympio da Silveira, que criticava a cordialidade entre Brasil e Argentina como uma faca de dois gumes. Para ele, as facilidades concedidas à Argentina por meio do tratado de comércio, e que tenderiam a ser ampliadas pelo projeto da ponte sobre o rio Uruguai, eram perigosas, tendo em vista as dificuldades logísticas de comunicação entre a região Sul e a capital, o Rio de Janeiro. Com tais projetos de conexão viária a Argentina poderia ampliar sua presença comercial nessa região e, em caso de guerra, tais obras facilitariam uma eventual invasão ao Brasil. Benedito alertou ainda para a falta de materiais bélicos, alegando que "*havíamos atingido a um limite de recursos belicos, insuficientes para a própria instrução de paz*"<sup>15</sup>.

Por provocação do ministro Capanema, os membros do Conselho debateram a ainda conveniência de se implantarem indústrias bélicas no Brasil. A intervenção do ministro da educação levou a grandes debates entre os militares quanto à viabilidade de tal proposta dado que o Brasil não possuía uma siderúrgica de grande porte.

Ao final da reunião, por sugestão do secretário-geral do Conselho, o general Pantaleão da Silva Pessoa, acolher-se-ia a ideia da construção do ramal rodoviário Villa Bella-Porto Murtinho, com finalidades essencialmente defensivas, para facilitar o deslocamento de tropas brasileiras para a fronteira com o Paraguai, caso necessário<sup>16</sup>.

Sobre essa reunião, Vargas anotou em seu diário:

(...) Instalou-se o Conselho de Segurança Nacional, que funcionou no salão de despachos do Catete. Fiz uma ligeira exposição dos fins do Conselho. Depois usou a palavra o ministro da Guerra, que falou sobre as necessidades do seu ministério, e o chefe do Estado-Maior do Exército, sobre a Questão do Chaco, a possibilidade do nosso envolvimento contra a vontade e a nossa completa falta de recursos para enfrentar uma situação. Respondi que a situação diplomática era boa, que devíamos aproveitá-la para nos prepararmos para qualquer eventualidade, e que o Estado-Maior fizesse uma exposição escrita das providências necessárias. O general Pantaleão propôs que eu mandasse fazer uma estrada de rodagem em Mato Grosso, de grande

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> Consta na ata que Pantaleão: "*(...) Pedia ao Conselho Superior e, no mesmo sentido fazia um apello ao Senhor Ministro da Viação para marcar aquella reunião solemne com uma resolução, uma obra de significação defensiva e lembrava a construção de um ramal rodoviários, tirado da estrada Aquidauana-Bella Vista para Porto Murtinho, abria de particular interesse para o nosso commercio com as Repúblicas vizinhas naquella região e para uma assistencia militar mais activa em trechos da fronteira que dava a informação de se estar desnacionalizando. O pedido encontrou aprovação imediata do Senhor Presidente da República, ficando ali deliberado considerar o ramal alludido entre as obras a serem custeadas pelo orçamento de mil novecentos e trinta e cinco.(...)*" (Ata da primeira sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional, 28.12.1934, BR DFANBSB N8.0.ATA.1/1, f.1-2v. Arquivo Nacional)

importância estratégica. Por mim, o ministro da Fazenda fez uma larga exposição sobre a gravidade da situação cambial, que não nos permitia continuarmos a atender ao serviço da dívida externa, e sobre as complicações que nos poderiam advir da suspensão de pagamentos. Foi assunto que causou forte impressão. Declarei que esse fato era, no momento, o de maior importância e o que exigia solução mais urgente. Após o regresso do ministro do Exterior, que fora a São Paulo, trataria do assunto juntamente com ele e o ministro da Fazenda. E encerrei a sessão.<sup>17</sup>

Diante dessa situação crítica qualquer mediação parecia ser algo fadado ao fracasso. O embaixador brasileiro em Washington, senhor Oswaldo Aranha, por exemplo, acreditava que o Brasil não deveria imiscuir-se em tentativas de mediação da questão, ao menos momentaneamente. Em 15 de janeiro de 1935, advertiu em carta ao chanceler Macedo Soares:

(...) Tenho para mim que quanto mais afastados deste assumpto[do Chaco], mais influência teremos na hora decisiva. Por ora, acho que é deixar a Liga e seus associados americanos discutir o caso e atolarem-se cada vez mais nesse banhadal. (...) acho preferível, dada a attitude argentina, - que o amigo sente e vê com segurança- tratarmos de, com habilidade, tomar distância para melhor agirmos na hora em que elles se virem forçados a pedir novamente, a nossa colaboração, porque sem o Brasil nada é possível fazer. Tenho receios da attitude do Paraguay, da sua supermilitarização, do facto de ser uma província militar argentina, e do seu predomínio, chegada a hora da paz com a Bolívia, de vir a crear-nos sérios embaraços. Sou rio grandense, meu caro amigo, e, ainda que noviço na diplomacia, tenho em meu favor o conhecimento profundo desses povos, com os quaes privei durante toda a minha formação. E confesso-lhe, não espero bons ventos desses pantanaes.(...)<sup>18</sup>

### 3.2-A difícil conformação do grupo mediador ABCP-EUA

Em janeiro de 1935, as tropas paraguaias lançaram nova ofensiva militar no Chaco, transpondo, desta vez, o rio Parapetí, e invadindo territórios tradicionalmente bolivianos pela primeira vez<sup>19</sup>. No dia 28 de janeiro, a cidade de Boyuibe caiu sob comando paraguaio e o caminho Villa Montes-Santa Cruz ficou interrompido. No dia 13 de fevereiro, os exércitos paraguaios atacaram a cidade de Villa Montes nas faldas da cordilheira de Aguarague com vistas a abrir caminho para uma invasão de Tarija<sup>20</sup>. Os ataques deixaram as autoridades da província de Santa Cruz muito alarmadas e o governo boliviano foi obrigado a enviar membros do gabinete de ministros à província para acalmar os ânimos<sup>21</sup>. Neste momento crítico para a Bolívia, uma greve geral ferroviária agravou a situação, impedindo-a de

<sup>17</sup> VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.1, pp. 347-348.

<sup>18</sup> MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. **O arquivo de José Carlos de Macedo Soares**: correspondência ativa e passiva; EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003, p.57.

<sup>19</sup> YNSFRAN, Pablo Max. **The Epic of the Chaco**: Marshal Estigarribia's Memoirs of the Chaco War, 1932-1935. Institute of Latin-American Studies, vol.8, Austin: University of Texas, 1950, p.192.

<sup>20</sup> ZOOK, David. **La conducción de la guerra del Chaco**: El Lector, Asunción, 1997, pp.234-235.

<sup>21</sup> YNSFRAN, 1950, Op. cit. pp.198-199.

aprovisionar-se de munição e de armamentos pela única via virtualmente disponível, os portos chilenos de Arica e Antofagasta<sup>22</sup>.

Agora, o Paraguai visionava mais do que tudo as províncias petrolíferas bolivianas, consideradas fundamentais na sua recuperação econômica no pós-guerra. Nesse período, escreveu Ayala a Rivarola: “*La posesión de la zona de petróleo nos servirá además para recuperar nuestras perdidas y levantar el país de la prostración en que habrá de quedar. Eso es preferible a hipotéticas indemnizaciones*”<sup>23</sup>.

Diante de tal situação desesperadora para a Bolívia, em 29 de janeiro de 1935, o ministro da guerra em exercício boliviano, Juan María Zalles, casado com cidadã chilena, visitou secretamente o Chile, com o objetivo de pedir o apoio do país andino no conflito militar<sup>24</sup>. Zalles, que já havia sido ministro do exterior de seu país, entreteve entrevistas particulares com o presidente chileno Arturo Alessandri Palma em nome do novo presidente boliviano José Luis Tejada Sorzano, possivelmente requisitando auxílio militar e diplomático.

Preocupado com a situação crítica, o Chile ameaçava entrar na guerra caso a integridade territorial da Bolívia fosse violada. Poucos dias após a visita de Zalles a Santiago, o presidente chileno, Arturo Alessandri, escreveu carta confidencial ao seu contraparte argentino, Agustin P. Justo, na qual teria feito declarações ameaçadoras, em busca de forçar os argentinos a encararem mais seriamente as gestões de pacificadoras<sup>25</sup>. O engajamento militar chileno não podia ser descartado e havia mesmo alguns oficiais do país que já serviam ao lado dos exércitos bolivianos no Chaco<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> Segundo denúncia do presidente Alessandri, a greve geral teria sido convocada pelo brasileiro Luís Carlos Prestes, então radicado em Montevidéu, que atuava como agente do Komintern. (ALESSANDRI, Arturo. **Recuerdos de Gobierno**. Tomo III, p. 62)

<sup>23</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Eusebio Ayala, Vicente Rivarola: Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p.293.

<sup>24</sup> ALESSANDRI, Arturo. **Recuerdos de Gobierno**. Tomo III..., Op. Cit. p. 105 - 108.

<sup>25</sup> Escreveria o diplomata americano Spruille Braden: “(...) em 30 de janeiro de 1935, o Presidente Arturo Alessandri do Chile escreveu uma carta ao Presidente Augustin P. Justo, da Argentina, que respondeu em 8 de fevereiro. Eu tenho as cópias dessas duas cartas, que nunca, até onde sei, foram publicadas. Elas foram confiadas a mim pelo meu bom amigo Felix Nieto, do Chile, com quem tive grande proximidade, enquanto ele trabalhava como delegado para a Conferência do Chaco. Elas contêm a troca preliminar de idéias para impedir as hostilidades que levou à formação da conferência. O Presidente Alessandri estava convencido de que, a menos que a paz fosse estabelecida, as potências fronteiriças poderiam se envolver na guerra; e ,nesta circunstância, ele fez várias declarações muito violentas e ameaçadoras calculadas para alarmar os argentinos e convencê-los de que a guerra ameaçava se tornar geral. A ameaça era bastante real, e disso me convenci depois da minha chegada a Buenos Aires.” (BRADEN, Spruille. **Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden**, New Rochelle, N. Y.: Arlington House, Arlington House Productions, 1971, pp. 149-150, tradução nossa)

<sup>26</sup> JEFFS CASTRO, Leonardo. **Combatientes e instructores militares chilenos en la Guerra del Chaco**. Universum [online]. 2004, vol.19, n.1 [citado 2019-04-22], pp.58-85. Disponible en: <[https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-23762004000100004&lng=es&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762004000100004&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 0718-2376. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-23762004000100004>.

Apesar da situação militar confortável para o Paraguai, a ameaça de envolvimento argentino no conflito em favor de seu aliado menor também não estava descartada. Havia no governo e na população argentina hostilidade contra a Bolívia. Em janeiro de 1935, o assassinato do cidadão argentino Anacleto Quispe por tropas bolivianas que cruzaram ilegalmente a fronteira em La Quiaca inflamou ainda mais opinião pública argentina contra a Bolívia. Segundo La Paz, o pelotão boliviano apenas estava levando a cabo as ordens gerais do alto comando para um recrutamento forçado e teria confundido Quispe com um indígena aymara. Quispe teria reagido e o fusil boliviano disparado de forma acidental, ferindo-o fatalmente. A nota de esclarecimentos da chancelaria boliviana não convenceu os portenhos que reclamavam uma reação do seu governo. Contra este fato, o Palácio San Martín, a sede da chancelaria Argentina, protestou em 10 de janeiro de 1935<sup>27</sup>.

A citada carta de Alessandri teve o efeito desejado e, em fevereiro de 1935, gestões secretas entre Chile-Argentina sobre a contenda do Chaco teriam lugar. Com o objetivo declarado de impedir sanções da Liga das Nações ao Paraguai, que se tornariam efetivas no dia 24 de fevereiro, o Chile enviou secretamente o diplomata Felix Nieto del Río a La Paz, enquanto a Argentina enviou o diplomata Podestá Costa a Assunção<sup>28</sup>.

O governo do Rio de Janeiro permaneceu alheio a toda essa situação<sup>29</sup>. Em fins de fevereiro, o Itamaraty foi surpreendido por notícias acerca da nova medição por meio de informes da Legação em Santiago, tendo repreendido as legações em Assunção e La Paz e a embaixada em Buenos Aires pelo deficiente acompanhamento da situação<sup>30</sup>. A 14 de março de 1935, um telegrama furioso de índice "Deficiência informações Embaixada Buenos Aires" foi disparado ao embaixador em Buenos Aires, Bonifácio de Andrada, pelo chanceler Macedo

<sup>27</sup> ANDRADA (BRASEMB-Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, nº17, Chaco. Assassinato de cidadão argentino, 13.01.1935, AHI 9\5\8.

<sup>28</sup> Oficialmente a missão concebida pelo Chile tinha o intuito manifesto de impedir a imposição de sanções da Liga sobre o Paraguai. Arturo Alessandri escreveria em suas memórias: *“Desde que se inició el procedimiento formal de la Liga, comprendí que debía evitarse la aplicación de sanciones a cualquiera de los dos beligerantes; no sólo por el peligro de decretarlas sin determinación previa del agresor, cosa que repugna a la conciencia jurídica, sino también por el hecho de escogerse un caso americano para ensayar lo que V. E. con justa razón llama ‘las armas enmohecidas de las sanciones prescritas por el artículo 16 del pacto’”*(ALESSANDRI, Arturo. **Recuerdos de Gobierno**. Tomo III..., op. cit. pp. 116-117). Não obstante, muito provavelmente, o que realmente motivava a iniciativa diplomática do Chile era a necessidade de se refrear a ofensiva paraguaia que ameaçava a integridade territorial boliviana.

<sup>29</sup> O governo do Rio de Janeiro também sofria com a precariedade de informações militares. Somente no final do conflito o Brasil criaria aditâncias militares tanto no Paraguai quanto na Bolívia. Em outubro de 1934, recém-promovido a major, Pery Constant Bevilacqua seria enviado ao Paraguai na condição de adido militar com a incumbência de sondar a situação in loco.

<sup>30</sup> EXTERIORES para BRASLEG- La Paz. Telegramas, nº 7, NP, Chaco. Ação em favor da paz. Liga das Nações, 16.02.1935. AHI 24\1\06.

Soares questionando-o pela falta de informes sobre os acontecimentos<sup>31</sup>. À época, como já visto, o Brasil acreditava mais no acordo direto do que na intervenção de países limítrofes e estava a propor que se efetuassem negociações reservadas entre os representantes beligerantes de Bolívia e Paraguai, Carlos Calvo e Justo Pastor Benitez, no Rio de Janeiro<sup>32</sup>. Assim, o interesse era direto na evolução dos fatos.

A mediação chileno-argentina, apesar de rapidamente implementada, teve vida curta, não tardando a apresentar problemas. Menos de um mês após seu início ela sofreu um duro golpe: novamente o fogo amigo argentino. De modo inesperado, a Argentina deu por terminadas as negociações e, em carta enviada ao presidente do Chile, datada de 25 de fevereiro de 1935, o presidente argentino Augustin Justo justificou que não era o momento propício para novas gestões pacificadoras<sup>33</sup>, arguindo que o Paraguai preferia aguardar a troca de governo na Bolívia<sup>34</sup>.

De Buenos Aires, o embaixador Lafayette de Andrada comunicou ao Itamaraty:

Referência à questão do Chaco. O Ministro das Relações Exteriores disse-me que considera fracassada a iniciativa do Chile. Acrescentou que a Argentina, no momento próprio, votará contra as sanções do artigo XVI, parecendo-lhe que, no mesmo sentido, votarão os demais países americanos, membros da Liga das Nações.<sup>35</sup>

O novo recuo argentino fez com que Alessandri se irritasse profundamente com Justo e Lamas. Convencido da má-fé argentina, o presidente chileno tinha certeza que sua iniciativa fora boicotada pela própria chancelaria portenha, que não estava disposta a compartilhar com ninguém "*los honores de la jornada*"<sup>36</sup>. Como reação, Alessandri cancelou a recepção ao presidente Agustín Justo, que deveria viajar ao Chile proximamente e, em 2 de março 1935, em entrevista ao jornalista argentino Joaquín Blaya, o Presidente chileno declarou:

En América no podemos seguir la costumbre de organizar viajes, celebrar banquetes y hacer estrépito de festines, con el pretexto de estudiar soluciones...que no llegan jamás. América no está para fiestas espectaculares mientras los problemas estén por resolverse(...)<sup>37</sup>

<sup>31</sup> EXTERIORES a BRASEMB-Buenos Aires. Telegramas, NP, nº 25, confidencial, Deficiencia de informações. Embaixada em Buenos Aires. 14.03.1935. AHI 14\2\11.

<sup>32</sup> BENITEZ (Legacion de Paraguay em Rio de Janeiro) para RELACIONES (Asuncion). Ofício, nº 93, 18.02.1935. DPI caja 2, vol.2, Archivo Cancilleria del Paraguay.

<sup>33</sup> ALESSANDRI, Arturo. **Recuerdos del Gobierno**. tomo III, Op. cit, pp. 106-7.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 118

<sup>35</sup> ANDRADA (BRASEMB-Buenos Aires) para EXTERIORES. Telegrama, nº22, NP, Chaco. Mediação. confidencial, 26.02.1935, AHI 14\1\11.

<sup>36</sup> ALESSANDRI, Arturo. **Recuerdos del Gobierno** Tomo III, Op. cit, p. 106 - 123.

<sup>37</sup> DIAZ, Milton Cortez. **La Diplomacia chilena y el conflicto del Chaco (1928-1938)**, Revista Encrucijada Americana - Año 8 - Nº 1 – 2016, p. 105-106.



Nessa mesma entrevista, Alessandri também fez acusações indiretas a Lamas dizendo que :“(…) *En las cancellerias sudamericanas se han instalado zorras y borregos: Talleyrand de caricatura, que se dan aires de matones, o sonóras cáscaras sin personalidad, cuya gestión medrada y pálida, marcha sobre las ruedas de la chimesria y el acatamiento*”<sup>38</sup>

Seria sobre o Chaco, que Alessandri daria a declaração mais perturbadora, dizendo que:

(…) Ha de acabar esa matanza del Chaco, indigna de América, apagando, por la convicción o la fuerza (grifo nosso), ese fragor carnicero. La paz del Chaco está principalmente en manos de las cancellerías argentina y chilena. Esta es la verdad. Y sería cruel que, siendo ello así, nos entretuviéramos en festines que no se justifican mientras continúen desangrándose dos pueblos hermanos.<sup>39</sup>

Questionado, logo em seguida, o ministro do exterior Cruchaga Tocornal corroborou as afirmações do presidente e, dias depois, o ex-chanceler chileno Agustín Edwards deu entrevista ao jornal “El Mercurio” adensando ainda mais as críticas à política exterior argentina. A referência ao uso da força para equacionar o conflito era perturbadora e a repercussão midiática de tais palavras imediatamente alarmou todas as chancelarias sul-americanas, especialmente o Brasil, que tinha em vista a situação extrema que se desenrolava na América do Sul.

Em 6 de fevereiro de 1935, o embaixador brasileiro no Chile, Rodrigues Alves, escreveu carta pessoal e confidencial ao chanceler Macedo Soares preocupado com o agravamento da rivalidade chileno-argentina tendo em vista a situação no Chaco. Após conversar com o novo ministro do exterior chileno, Cruchaga Tocornal, ao qual classificou como “*eminente amigo, um político tranquilo e sagaz, conhecedor profundo dos países americanos*” avaliaria:

3. A Guerra do Chaco, as varias e infructíferas tentativas para terminar de forma satisfatória para ambas as Partes essa luta, tem, desgraçadamente, revivido certas rivalidades, que pareciam definitivamente borradas pela acção do tempo e dos accordos celebrados entre a Argentina e o Chile<sup>40</sup>.

Em meio a mais essa crise, Rodrigues Alves advogava que o Brasil buscasse convencer Alessandri a encontrar Justo e Vargas em Buenos Aires, reativando o ABC, e facilitando solução da questão. Para ele:

(…)11. A visita do Presidente Vargas à Argentina podia muito bem oferecer a feliz oportunidade para que se reafirmassem os laços do ABC. Acredito que o Presidente Alessandri não teria inconveniente em estar

<sup>38</sup> ALESSANDRI, Arturo. **Recuerdos del Gobierno**, Tomo III, Op. cit, p.125.

<sup>39</sup> DIAZ, Milton Cortez. **La Diplomacia chilena y el conflicto del Chaco (1928-1938)**, Revista Encrucijada Americana - Año 8 - N° 1 – 2016, p. 105-106.

<sup>40</sup> MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. **O arquivo de José Carlos de Macedo Soares**: correspondência ativa e passiva; EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003, pp.59-63.

presente em Buenos Aires por esta ocasião, nem que o Presidente Justo, dando mostras de sua grande visão política provocasse a visita do Presidente do Chile vindo até Santiago, numa viagem que seria relâmpago, prevalecendo-se dos aviões Douglas que vencem a distância entre Buenos Aires esta Capital em pouco mais de quatro horas.(...)E quem sabe mesmo se daí não sahiria a solução do problema do Chaco,que tão profundamente commove a opinião americana.”<sup>41</sup>

Em realidade, os motivos dessa crise bilateral eram de várias ordens, sendo o conflito do Chaco apenas um fator adicional. Desde a posse de Alessandri, vinham-se avultando os desentendimentos entre os dois países. Em prejuízo à economia chilena, a Argentina demorava em reconstruir os trilhos da ferrovia Transandina, destruídos anos antes em um deslizamento de terra, reestabelecendo a via de ligação entre o Chile e o norte da Argentina<sup>42</sup>. Ademais, Saavedra Lamas havia prometido apoio à candidatura do Chile ao Conselho da Liga das Nações, o que não veio a se concretizar<sup>43</sup>. Outro motivo proeminente era a crença de Alessandri de que a chancelaria argentina teria gestionado secretamente perante o Peru para que houvesse a rejeição parlamentar do tratado de comércio negociado entre Lima e Santiago. Em telegrama, Rodrigues Alves esclarecia ao Itamaraty:

“(...) Alessandri, com quem me avistei, hontem à tarde, queixa-se amargamente, das manobras que diz foram exercitadas em Lima pela Chancellaria argentina, afim de impedir, por todos os meios, a aprovação do tratado de commercio chileno-peruano, isto depois de entendimento previo para que fossem concedidos à Argentina idênticos favores que os outorgados ao Chile. Este foi o principal motivo que decidiu Alessandri a considerar todos esses assumptos, de maneira pública e pouco usual. Chegou a dizer que considera Saavedra um segundo Zeballos, interessado em perturbar a boa harmonia americana, accrescentando que se absteria de tratar com elle, no futuro, afim de evitar equívocos maiores. Disse, ainda, que a attitude suspeita da Chancellaria argentina contrasta com a absoluta correção da nossa Chancellaria. Julgo que, apesar da grande irritação presidencial-propria, aliás, do seu temperamento impetuoso- as duas Chancellarias terminarão por se entender. Cruchaga, que só teve a declaração presidencial depois de publicada, disse-me que foi obrigado a se solidarizar com ella, afim de evitar graves complicações internas. Como vê Vossa Excellencia, a situação creada é incommoda e perigosa mesmo, podendo suscitar na Bolívia um movimento hostile à Argentina,como parece que já principiaram, com ruidosas manifestações populares ao Chile.(...)”<sup>44</sup>

A crise parecia que se agravaria, com efeitos daninhos a paz sul-americana. Em 6 de março de 1935, porém, o chanceler Cruchaga Tocornal, em nova entrevista à imprensa

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> A ferrovia transandina, que funcionou entre 1872-1984 ligava as cidades de Mendoza na Argentina e Santa Rosa de Los Andes in Chile, via o passo de Uspallata, uma distancia de 248 km. Destruída parcialmente em 1934 por um deslizamento de terra, demoraria dez anos para ser reativada.

<sup>43</sup> ALESSANDRI, Arturo. **Recuerdos del Gobierno**, tomo III, Op. cit, p. 121

<sup>44</sup> RODRIGUES ALVES (BRASEMB- Santiago) a EXTERIORES. Telegrama, confidencial, nº12, Declarações atribuídas ao Presidente Alessandri sobre a questão do Chaco, 05.03.1935, AHI 44\3\1.

chilena, esclareceu a postura do seu governo, amainando os efeitos da crise. Declarou ele que tinha havido um erro de interpretação às palavras do presidente chileno, que ao pretender solucionar a questão do Chaco “*pela força*” estava fazendo menção apenas à “*fuera moral, aceptable en derecho, acorde con los tratados y practicas internacionales*”<sup>45</sup>.

Em 9 de março de 1935, o Itamaraty considerava o embate diplomático entre as duas nações vizinhas como encerrado. Em ofício à secretaria de Estado, o embaixador José Bonifácio declararia que: “*Com as declarações feitas em Santiago, comentadas em linguagem moderada, sem azedume, pelos jornaes de maior autoridade, terminou o desentendimento entre os dois governos, sem lamentáveis consequências para a harmonia sul americana.*”<sup>46</sup> O caso estava encerrado, mas as tensões não esvaneceram.

A toda essa turbulência somava-se a crise provocada pelo anúncio da retirada do Paraguai da Liga das Nações. Em fevereiro de 1935, a Liga das Nações jogou seu peso sobre o Paraguai por sua resistência em aceitar as recomendações de novembro passado. O Comitê Consultivo sobre Chaco da organização decidiu, por unanimidade, levantar as sanções impostas contra a Bolívia, mantendo aquelas que fustigavam o Paraguai. Percebendo, que, na prática, isso se traduziria em ser designado como o agressor, o governo de Assunção protestou contra a decisão, disparando também telegramas furiosos para Montevideú e Buenos Aires, países até então considerados aliados na organização<sup>47</sup>. Para os paraguaios, era absurda a situação na qual a organização, destinada a promover a paz, designava um país agredido como agressor.

A atitude paraguaia encontrou respaldo na chancelaria argentina que se viu, então, na contingência de adotar uma atitude frontalmente contrária a uma deliberação da Liga das Nações. O chanceler argentino Saavedra Lamas declarou não reconhecer as decisões que colocavam o Paraguai na condição de agressor, obtendo a adesão de vários dos vinte e dois membros do Comitê. No dia 23 de fevereiro de 1935, enfim, o Paraguai anunciou a sua saída da organização de Genebra. A última instância de negociação sediada em Genebra ficou, a partir de então, dividida e completamente imobilizada.

---

<sup>45</sup> “*Hay, sin duda, un error en la interpretacion de una frase de la entrevista del presidente Alessandri. Se ha creido ver en la expresión de que ha de acabar la guerra ‘ por la conveniencia o fuerza’, una Idea intervencionista contraria a la soberania de los Estados. Nada más lejos del pensamiento chileno, que así como no aceptaria imposiciones de nadie, rechaza toda ingerência en asuntos propios de otros. Por oposición a la convicción, razonamiento, convencimiento, se empleó el termino ‘fuerza’, fuera moral, aceptable en derecho, acorde con los tratados y practicas internacionales.*” (Jornal La Prensa – 07.03.1935)

<sup>46</sup> ANDRADA (BRASEMB-BuenosAires) a EXTERIORES. Ofício, nº137, Entrevista Alessandri e Saavedra Lamas. 09.03.1935. AHI 9\5\08.

<sup>47</sup> ROUT JR. Leslie B. **The Chaco war**: a study in inter-American diplomacy. University of Minnesota, 1966, p. 138.

O Brasil, apesar de não simpatizar com a ação da Liga na questão do Chaco, também não via com bons olhos a saída do Paraguai da organização. Segundo relataria o ministro paraguaio no Rio: *"Resumo conversación con Macedo Soares hoy: Me dijo que retiro Paraguay de la Liga de las Naciones tendría grandes inconvenientes sin mayores ventajas. Bolívia quedaría amparada y Paraguay aislado para su restauración económica(...)"*<sup>48</sup>

O anúncio, no entanto, não implicou a retirada imediata do Paraguai da organização pacifista. Segundo o estatuto da Liga, o país ainda deveria permanecer vinculado a seus compromissos por dois anos após o pedido de denúncia. De agora em diante, a nação sul-americana optou por fazer ouvidos surdos para suas determinações futuras, deixando uma dívida de 290 milhões de francos com a organização que nunca viria a ser paga<sup>49</sup>.

As crises somavam-se e, no mês de abril de 1935, mesmo exausto, o Paraguai conjurava as forças que lhe restavam para avançar posições no Chaco. Apesar de numericamente inferior, o exército guarani ainda realizou uma ofensiva contra a estrada Charagua-Santa Cruz, colocando em perigo a zona petrolífera boliviana<sup>50</sup>. A Bolívia fez tudo o possível para obrigar os paraguaios a retrocederem apegando-se a linha Ybybobó-Capiírendá-Carandayty"<sup>51</sup>. A manobra deu certo e os paraguaios foram obrigados a recuar.

Tanto o Paraguai quanto a Bolívia estavam financeiramente e militarmente arruinados. A situação-limite dos meses anteriores transformava-se agora em um quadro de paralisia militar. Em discurso na cidade de Itá, o presidente Ayala, do Paraguai, manifestou publicamente o interesse de seu país em firmar a paz rapidamente. Ayala queria o fim do conflito para que seu país pudesse consolidar as suas conquistas obtidas e pudesse cuidar de suas finanças em bancarrota<sup>52</sup>. Para tanto propunha a conformação do grupo mediador ABCP-EUA, admitindo pela primeira vez a inclusão do Chile na mediação<sup>53</sup>.

<sup>48</sup> BENITEZ (Leg-P Rio de Janeiro) a ASUNCIÓN. 11.01.1935. Correspondencia General. Vol.1 julio 1934-diciembre1935, Legacion del Paraguay en Rio de Janeiro. Archivo Cancillería de Paraguay.

<sup>49</sup> Escreve Magliveras: *"As contribuições não pagas do Paraguai somavam c.290.000 francos de ouro. Além disso, o Paraguai não havia reembolsado a sua parte nas despesas de manutenção da Comissão do Chaco, que foi uma emanção da Liga tentando resolver a disputa do Chaco entre ela e a Bolívia."*( Magliveras, Konstantin D. (1991) "The Withdrawal From the League of Nations Revisited," Penn State International Law Review: Vol. 10: No. 1, Article 3., pg.40)

<sup>50</sup> Segundo Zook, a manobra paraguaia tinha a vantagem de acirrar as tensões em Santa Cruz, como tática de guerra psicologia. *"A bem da verdade, a ofensiva paraguaia foi mais aparente do que real. Infelizmente, o pânico dominou Santa Cruz (onde o separatismo tradicional foi encorajado pelo governo de Assunção com tenacidade oportunista) e forçado a lançar uma contra-ofensiva prematura para remover a ameaça nascente "* (ZOOK, 1997, Op. cit, p. 236)

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Em carta a Vicente Rivarola Ayala diria: *"(...) No existe propósito alguno de avanzar más, ni de pretender más. Ojalá se firme la paz mañana. Pero estas manifestaciones no las podemos hacer en público, por cuanto alentarían a Bolívia a proseguir la lucha. Todas las veces que nos hemos adelantado con el ramo de olivo, el*

O exército paraguaio, no entanto, tinha avançado demais rumo ao território boliviano conformando-se uma espécie de lança apontada diretamente para o coração das províncias petrolíferas mais ricas da Bolívia. Os militares guaranis sabiam disso perfeitamente e iriam explorar todas as fragilidades bolivianas, extraindo o máximo proveito possível. Zook menciona que, em inícios de 1935, sem dar maiores explicações, o Paraguai libertou cerca de cem prisioneiros bolivianos naturais da província de Santa Cruz (ZOOK, p.251). Ao que tudo indica, os paraguaios pretenderam usar os prisioneiros cruzenhos como uma espécie cavalo de troia como forma de agitar o separatismo da província.

A inusitada libertação ocorreu ainda durante a guerra e em contrariedade com a política adotada até então pelo governo de Assunção, que se recusava a libertar quaisquer cativos sem que lhe fossem dadas garantias de que eles não seriam novamente empregados no campo de batalha. Escreveria Seiferheld:

Um dos aspectos um tanto pitorescos da questão dos prisioneiros nos é evidenciado no caso dos prisioneiros cruzenhos, cujo separatismo era encorajado no Paraguai em esferas oficiais, assim como pela imprensa. O tratamento dispensado aos filhos de Santa Cruz diferiu diametralmente daquele recebido pelos outros cativos. Além disso, o governo paraguaio entrou em contato, em várias ocasiões, com prisioneiros que poderiam provocar um movimento insurrecional em Santa Cruz.(tradução nossa)<sup>54</sup>

Segundo nota Seiferheld, alguns desses elementos bolivianos, como Modesto Saavedra, chegaram inclusive a entreter entrevistas com o presidente paraguaio, Eusébio Ayala, que lhes expressou o desejo de levar a cabo o movimento separatista. De acordo com informes reservados, a aventada revolta estava planejada para ocorrer em 14 de maio de 1935, data da independência paraguaia<sup>55</sup>.

O Paraguai realmente alentava ânimos separatistas, e esse projeto era em alguma medida apoiado por elementos argentinos. Em 1935, o historiador argentino Henrique de Gandia publicou o livro “*História de Santa Cruz de la Sierra: Una nueva república de Sudamerica*” no qual propugnava a independência da província boliviana. A ideia de independência de Santa Cruz e sua anexação ao Paraguai era também impulsionada pelo fato

*enemigo nos ha respondido a metrallazos(...)*”(COELLO , Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, 1982, p. 298)

<sup>53</sup> LAFAYETTE (BRASLEG-A) a EXTERIORES. Telegramas, nº24, Chaco. Mediação. Declarações do Presidente Ayala. 15.04.1935. AHI 2\5\2.

<sup>54</sup> SEIFERHELD, Alfredo. **Economía y petróleo durante la Guerra del Chaco**: apuntes para una historia económica del conflicto paraguay-boliviano, Editorial Lector, Asunción, 1983., pp. 414-415.

<sup>55</sup> Idem.

de que os cruzeños bolivianos do Oriente identificavam-se muito mais com os guaranis, devido a suas origens étnicas e culturais, do que os collas, do Altiplano boliviano<sup>56</sup>.

De Assunção, o ministro Guimarães Bastos via com preocupação a situação militar que se delineava amplamente favorável ao Paraguai, o que dificultaria mesmo as negociações de paz. Em seu ultimo ofício, expedido antes de deixar a chefia interina da legação do Brasil em Assunção, escreveu:

(...) 3. Militarmente, a situação dos belligerantes está, como Vossa Excellencia sabe, estacionaria. Comtudo, tem-se aqui por satisfeitos os objetivos do Alto Commando [paraguaio], com a expulsão das forças bolivianas de todo o território do Chaco, com excepção do pequeno ângulo de Villa Montes, que ainda permanece em poder da Bolívia. Esse trecho representa uns setenta kilometros quadrados, que faltam para integrar os duzentos e vinte sete kilometros que constituem a superficie do território do Chaco aqui attribuida ao Paraguay. A derrota do inimigo [boliviano] é tida aqui como facto consumado. Crê-se que a Bolívia, por maiores esforços que faça, já não poderá recuperar, nesta campanha, o território perdido, nem sequer parcialmente. Poderá, indubitavelmente, manter o estado de guerra por larguíssimo tempo. Mas o exército paraguayo, segundo se diz, está em condições de levar a guerra por diante, se assim lhe ordena, e invadir o território boliviano, no anhelito de provocar uma revolução separatista no Departamento de Santa Cruz, como já tive oportunidade de relatar longamente a Vossa Excellencia.(...)”

E continuou:

(...) 4. Se o Paraguai sahir vitorioso desta guerra, o valor e as possibilidades do seu exército, como possível aliado da República Argentina contra nós, estarão muito augmentados, e deverão ser, naturalmente, levados judiciosamente em conta, sobretudo durante os primeiros annos que se seguirem à guerra do Chaco. Regressará elle bem armado, dotado de abundantes meios de mobilidade, aguerrido, com o moral bastante elevado, acostumado a operar, quer em terreno semelhante ao de Matto Grosso quer em terreno parecido ao do Estado do Paraná. Comtudo, ainda é desmasiado prematuro qualquer calculo sobre o que possa vir a valer realmente: a guerra ainda não terminou. Poderá, assim, crescer de valor, como reduzir-se a zero.(...)”<sup>57</sup>

Preocupado com tudo isso, Brasil cortejaria o Paraguai com planos econômicos caso houvesse a assinatura rápida de um acordo de paz. O secretário-geral do Itamaraty, Pimentel Brandão, disse aos representantes paraguaios no Rio que a guerra era uma lástima, pois impedia o Brasil de fazer propostas palpáveis, algo que poderia ser interpretado pelos bolivianos como quebra da neutralidade, mas que tão pronto a paz fosse restabelecida esses projetos seriam iniciados. O próprio presidente Getúlio Vargas prometia estender a sua

<sup>56</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul**, 2010, p.186.

<sup>57</sup> GUIMARÃES BASTOS (BRASLEG-Assunção) a EXTERIORES, ofícios, reservado, nº56, Chaco, 09.04.1935, AHI 1\3\4

viagem de Buenos Aires para Assunção caso um acordo fosse firmado um acordo de paz na capital portenha<sup>58</sup>.

Os interesses brasileiros por uma paz rápida aumentaram em março de 1935, quando o secretário da legação Octávio Fialho foi abordado com uma proposta do diretor do Departamento de Negócios Econômicos e Consulares do ministério das relações exteriores da Bolívia, o senhor Nestor Adriazola. A alarmada Bolívia propunha ao Brasil concessão gratuita de amplas zonas petrolíferas no sopé dos Andes em troca de apoio amplo e irrestrito nas negociações de paz<sup>59</sup>. Conforme comunicou Fialho ao Rio, as bases da proposta boliviana eram as seguintes:

1º) A transformação do accôrdo assignado, mas ainda não ratificado, de 25 de Dezembro de 1928, chamado Pacto de Natal, construindo-se um oleoducto em vez de uma estrada de ferro.(Esse accordo, pela diminuição enorme da despeza que se pode prevêr, cancellaria o compromisso financeiro do Brasil e daria feição mais prática ao início das communicações brasileiro-bolivianas, além de beneficiar consideravelmente o Estado de Matto-Grosso, onde ficariam installadas as refinarias, etc., augmentadas também as nossas fontes de renda da nossa marinha mercante sobre o Paraguay.).

2º)- os Governos brasileiro e boliviano accordariam em combinar o livre trânsito do petroleo boliviano que sobrar do consumo brasileiro;

3º)-a exploração e transporte, refinaria, etc. do hydrocarburo, seria feita conjunctamente pelos dois Governos.(Entendo que a experiencia argentina faz prevêr que esses serviços serão mais tarde entregues à Standard Oil, da Bolívia e do Brasil, sendo possível que assim, e só nesse caso, o Ministro Calvo, no Rio de Janeiro, possa prestar grandes serviços na consecução do objetivo principal);

4º)- as jazidas de petroleo que a Bolívia offerece ao Brasil consistem nas que actualmente foram concedidas a companhias particulares, algumas já caducas por falta da exploração prevista, situadas na zona favoravel a esse accordo, e, nas quintas partes que, por lei, o governo boliviano se reservou sobre as concessões feitas à Standard Oil boliviana.(Sobre o assumpto, o projecto de accordo internacional que penso poder enviar na próxima mala será acompanhado de dados estatísticos, assim como de um possível traçado do oleoducto)<sup>60</sup>.

Em abril de 1935, incapaz de prosseguir mais, os exércitos paraguaios estacionaram na fronteira boliviana. A partir de então, o governo do Paraguai buscou habilmente explorar os temores psicológicos do governo de La Paz quanto a desagregação de suas províncias nas

<sup>58</sup> BENITEZ (Legacion de Paraguay en Rio de Janeiro) para RELACIONES (Asunción). Oficios, memorandum confidencial, 1 RA\190. 29.01.1935, Archivo de la Cancilleria de Paraguay.

<sup>59</sup> OCTÁVIO FIALHO (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Oficios, s\ n, A Argentina e o petróleo boliviano, 07.03.1935. AHI 23\1\1.

<sup>60</sup> OCTÁVIO FIALHO (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Oficios, Confidencial, nº14,10.04.1935, AHI 23\1\1.

negociações de paz subsequentes. Escreveu Ayala em carta: *“para evitar la ocupación de Santa Cruz y la segregacion segura de esta provincia...(Bolivia) admitirá concesiones”*<sup>61</sup>

Na Europa, o fracasso do tratado de Versalhes para forjar uma paz estável na Europa começava a tornar-se vizível. Consciente dessa experiência, o presidente Ayala, passou a admitir uma paz sem vencedores, nem vencidos. Na visão do estadista paraguaio, era importante que a paz, para ser duradoura, beneficiasse comercialmente a ambos os países, algo que jamais poderia ser conseguido por meio da arbitragem<sup>62</sup>.

Entre março e abril de 1935, o Chile e a Argentina, em vias de pacificação, propuseram aos demais países novamente a conformação de um grupo mediador americano sobre Chaco. O plano original, apresentado reservadamente em meados de março, envolvia a realização de duas conferências: a) uma conferência política, que estudaria a questão de fundo, e b) uma conferência econômica, que estudaria a recuperação financeira do pós-guerra e a questão da vinculação comercial.

Consultado pela Argentina sobre a nova tentativa mediadora, os EUA declararam que nada fariam na questão do Chaco sem antes consultar o Brasil no tema. Tal fato deu um prestígio inédito ao país para a solução da contenda paraguaio-boliviana. Sobre isso, Aranha escreveu a Getúlio:

(...) Este governo declarou, quando sondado pela Argentina, há dez dias, que nada faria sem nos ouvir. Isto foi publicado, causando grande impressão nos meios diplomáticos e nos dos deputados e senadores. Dizia-se que este país dava a sua solidariedade a nós na América do Sul como uma retribuição da que havíamos dado à sua política na do Norte e Central. Era a prova da nossa preeminência no continente sul.

Fui cercado pelos embaixadores da Argentina e Perú, e pelo ministro do Paraguay que, até então, guardavam certa distância.

Tudo, diziam-me, depende do Brasil. O State Department declarou que só tomará uma atitude de acordo com o Brasil e de ‘mãos dadas’.(...)<sup>63</sup>

Aranha, que até então relutava que o Brasil tomasse parte na questão, mudou repentinamente de lado, pressionando o Itamaraty a aderir à mediação. O embaixador brasileiro em Washington via aqui a oportunidade para o Brasil consolidar aproximação bilateral com os EUA e para superar o isolamento diplomático a que o país estava submetido no continente americano desde fins da década de 20. Acreditava que era importante essa participação, pois culminaria com o processo de cooperação e consulta bilateral entre Brasil e

<sup>61</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Eusebio Ayala, Vicente Rivarola : Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p.293.

<sup>62</sup> COELLO, 1982, Op.cit, p. 300.

<sup>63</sup> GV c 1935.04.09/1, CPDOC-FGV



EUA, com a adoção posições comuns, julgando uma “*grande vitória...para nosso prestígio e para a nossa segurança internacionais*”<sup>64</sup>.

Lamentavelmente, o convite formulado para as reuniões excluía o nome do Brasil da Conferência Econômica, assim como, o nome dos Estados Unidos e do Uruguai da Conferência Política. Após ter exigido explicações relativas a omissão do nome do Brasil, o chanceler Macedo Soares foi informado tratar-se apenas de um lamentável “*erro de datilografia*”. Os pedidos de correção, no entanto, seriam sistematicamente rejeitados pelas chancelarias argentina e chilena, continuando o Brasil a figurar fora dos encontros.

A situação era estranha por demais, e as explicações de chilenos e argentinos sobre o episódio nem sempre coincidentes<sup>65</sup>. Aos olhos de Macedo Soares tratava-se de uma evidente tentativa de se excluir o Brasil das discussões econômicas e comerciais do pós-guerra, ponto crucial de um acordo de paz, qualquer que fosse ele<sup>66</sup>. O chanceler brasileiro, Macedo Soares, assim, hesitou em aderir ao plano chileno-argentino.

No dia 6 abril, diante da demora brasileira, EUA e Peru aderiram à iniciativa pacificadora de Argentina e Chile, deixando o Rio de Janeiro em posição circunstancialmente isolada no continente<sup>67</sup>. Frustrado, Aranha reclamou a Getúlio:

(...) Foi-se a oportunidade. Vamos aguardar, pois, com calma e fora dessas negociações, uma outra chance, se vier.

---

<sup>64</sup> “*Na visão estratégica de Aranha, o que enfraquecia ainda mais a posição político-militar do Brasil era o fato de ele estar quase isolado no cenário internacional. Quando se perguntava, por exemplo, se seu governo poderia contar com o apoio e a solidariedade de qualquer nação importante da Europa, a resposta lhe parecia negativa ‘Não temos nesse continente um país amigo, capaz de nos ajudar, e sabemos de vários capazes de tudo fazer pelos nossos possíveis inimigos’, ponderava. ‘No nosso continente, não é mais favorável a nossa posição internacional’, continuou. ‘Os países indo-espanhóis são os nossos inimigos naturais, não nos podem inspirar confiança e, ainda hoje, não tenhamos dúvida, guardam para conosco as reservas herdadas das lutas ibéricas, acrescida das rivalidades continentais’. E o principal fator subjacente a essa situação era a eterna concorrência da vizinha do Prata. ‘A Argentina não tem motivos para ter modificado sua convicção de que nos pode vencer’, declarou, citando as vantagens que aquela nação gozava em relação ao Brasil em termos de reservas financeiras e poderio militar e naval”* (HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1994, p. 213).

<sup>65</sup> BENITEZ (Legación de Paraguay en Brasil) para RIART(Cancilleria Paraguay). Ofício, Estrictamente confidencial, 12.04.1935, 1RA\254, Archivo Cancilleria del Paraguay.

<sup>66</sup> Em conversa com o representante paraguaio no Rio, o embaixador argentino Ramón Cárcano admitiria ter havido um “erro de procedimento” do chanceler Lamas na questão. Em encontro no Rio com Justo Pastor Benitez, confessou “*(...)el fracaso de la nueva mediación se debe al error en el procedimiento, como error es querer prescindir del Brasil en negociaciones de esta naturaleza; que la Argentina, a pesar del compromiso del 6 de agosto y de las tramitaciones del A.B.EE.UU. llevó, en noviembre pp., la cuestión a la Liga sin avisar al Brasil y volvió a ponerse de acuerdo con Chile ultimamente, poniendo de lado el Brasil.(...)*” Cárcano disse ainda que tentou alertar a Saavedra Lamas a necessidade de manter o Brasil a par dos passos tomados, ainda que fosse por mera questão de cortesia(BENITEZ (Legación de Paraguay en Brasil) para RIART(Cancilleria Paraguay). Ofício, Estrictamente confidencial, 12.04.1935, 1RA\254, Archivo Cancilleria del Paraguay.)

<sup>67</sup> Após a adesão americana, Aranha, que sempre teve relações cordiais com Sumner Welles, teria encontro ríspido com ele. Escreveria a Vargas: “*(...) Fui claro com elle: ‘nada explica o nosso apoio aos Estados Unidos em suas questões na América Central e nas mundiaes, sem attitude reciproca de apoio ao Brasil na América do Sul. Damos muito e esperamos muito pouco. Tendo os Srs. Respondido isoladamente, deixaram o Brasil fóra das negociações. (...)*”(GV c 1935.04.09/1 , CPDOC-FGV)

A nossa situação é deveras difícil. Não é possível recusar uma colaboração para a paz, seja mesmo remota a sua possibilidade, mas, por outro lado, não é agradável nem recomendável entrar nessas negociações diminuídos. Dentro desse dilema temos que adoptar uma solução, porque a resposta não pôde ser postergada sine die.(...)

Tenho a impressão, como disse, de que a paz é viável, mas, hoje, estou convencido de que sem o Brasil nada se poderá fazer.(...)<sup>68</sup>.

O secretário de Estado americano, Cordell Hull, assim como provavelmente todos os demais países, acreditavam que a hesitação brasileira era meramente temporária, e que logo o país se somaria aos esforços pacificadores<sup>69</sup>. A 11 de abril de 1935, no entanto, de maneira um tanto surpreendente, o Brasil apresentou formalmente sua nota de recusa em participar dos esforços coletivos para pacificação do Chaco. Nesta data, foi convocada pelo Secretário-Geral do Itamaraty uma reunião no Palácio do Itamaraty entre os embaixadores de Argentina, Chile, Peru, Uruguai e EUA e os ministros de Bolívia e Paraguai acreditados no Rio de Janeiro, com o objetivo de entregar-lhes a cópia da resposta brasileira<sup>70</sup>. Na nota entregue aos membros do corpo diplomático, o Brasil manifestava frustração, esclarecendo que pedidos de correção foram sistematicamente ignorados e que, portanto, o país se negava em compor o novo grupo mediador<sup>71</sup>. Sem o Brasil, todos sabiam, essa mediação estava fadada ao malogro<sup>72</sup>.

A recusa era, em realidade, parte de um plano para reassumir protagonismo na questão. Acreditando ser o momento propício de agir, o chanceler Macedo Soares, a 17 de abril de 1935, propôs sua própria iniciativa de paz aos países beligerantes. Em telegramas “confidencialíssimos”, enviados simultaneamente aos governos de La Paz e de Assunção, propôs o chanceler brasileiro uma reunião dos altos ministros de ambos os países beligerantes no Rio de Janeiro, que também deveria ser acompanhada pelos ministros de Argentina e

<sup>68</sup> GV c 1935.04.09/1, CPDOC-FGV.

<sup>69</sup>Escreveria o Departamento de Estado: “(...) a resposta brasileira não pode, no julgamento deste Governo, ser levada muito a sério e assume que é meramente utilizada pelo governo brasileiro com a finalidade de justificar sua atitude de não se comprometer até que possa obter garantias sobre a participação brasileira na conferência econômica proposta dos estados vizinhos.”(FRUS 1935, vol. IV, The American Republics, d28, tradução nossa)

<sup>70</sup> O ministro Macedo Soares, que partira em viagem a São Paulo na noite anterior, não estaria presente à reunião, que seria presidida pelo secretário geral das relações exteriores.

<sup>71</sup> FRUS 1935, The American Republics, vol. IV, pp. 33-34.

<sup>72</sup> Nem todos dentro do governo compactuavam com a postura do chanceler. Em carta a Vargas datada de 17 de abril de 1935, Aranha criticava o fato de Macedo Soares ter dado relevo à omissão do nome do Brasil no convite da conferência econômica do Chaco. “*Há indícios de que feita a omissão dactylographica pelo Paraguay este procurou corrigir e que outros, a Bolívia e o próprio Macedo chamaram atenção para o facto, tudo sem resultados. Como explicar isso? Uma vez que não podemos achar a causa nem o fim para essa exclusão, devíamos, Getúlio, procurar a sua correção sem darmos maior realce ao facto. Uma simples interpelação dos nossos embaixadores em Santiago e Buenos Aires, e as explicações naturaes e fataes seriam sufficientes. Devíamos contornar a situação e nunca entrar por esse terreno a dentro(...)devemos agir com cautela,sem agravar as cousas. Se, entretanto, como me deixa perceber o Itamaraty, devemos tomar o facto como uma omissão intencional, contra a qual protestamos, passaremos a enveredar por um plano inclinado, no qual será difficil reestabelecer o equilibrio anterior*”(GV c 1935.04.17, CPDOC-FGV)

Estados Unidos. Defendia, o brasileiro que, após firmadas as bases da paz no Rio de Janeiro, fosse então convocada uma conferência mais ampla para Buenos Aires que contaria também com a presença de representantes do Chile, Uruguai e Peru, podendo ser o convite extensível aos demais países sul-americanos<sup>73</sup>.

O Itamaraty acreditava que a paz viria por meio de acordo direto entre os beligerantes, e não da intervenção dos mediadores, e que assim convinha pôr os chanceleres destes países em contato o mais rápido possível. Tal era a conclusão óbvia após o fracasso de mais de uma dúzia de propostas mediadoras. Pretendia Macedo Soares que se obtivesse ao menos o armistício no Rio e que a negociação da questão de fundo, mais complexa, fosse feita em Buenos Aires. Agia o chanceler brasileiro provavelmente motivado pelas informações do adido comercial em Buenos Aires, Orlando Leite Ribeiro, que a 19 de março, lhe garantia haver chegado “*a oportunidade de darmos agora uma tacada segura na questão do Chaco*”<sup>74</sup>.

Macedo Soares, no entanto, não conseguiu adeptos a sua tese de negociações no Rio de Janeiro. A 18 de abril, o Paraguai rejeitou a proposta brasileira arguindo que já havia sido consultado no mesmo sentido pela Argentina, convite o qual não poderia recusar. Alegava também que não convinha a inclusão de outros países sul-americanos na questão<sup>75</sup>.

A iniciativa secreta do chanceler brasileiro não encontrou o respaldo de seus pares da diplomacia. Ao ser notificado, o embaixador do Brasil em Washington, Oswaldo Aranha, criticou duramente, em carta a Vargas, a decisão de Macedo Soares de recusar a colaboração na mediação coletiva pretendida pelos demais países. A ideia de se envolver diretamente na obra de pacificação não despertava entusiasmo em Aranha. ‘*Não nos convém entrar demais nesse banhado, que tem sumidouros!*’ advertiu em carta a Vargas em dezembro de 1934. ‘*É preferível ficar na orilla olhando os que estão atolados ou atolando-se. Quem põe o pé, deixa as pernas... (sic)*’<sup>76</sup>

Ao que parece a iniciativa pacificadora de Macedo Soares também foi tomada à revelia do presidente Vargas, que escreveu a 18 de abril de 1935 a Aranha: “*desaprovei essa iniciativa que reputo imprudente, mas ato foi praticado, resta-me aguardar seus resultados*”<sup>77</sup>

<sup>73</sup> EXTERIORES a BRASLEG-A. Telegrama, confidencialíssimo, nº18, Chaco. Iniciativa brasileira para a paz. 17.04.1935, AHI 2\5\12.

<sup>74</sup> SENRA, Nelson de Castro (org.). **Embaixador Macedo Soares, um príncipe da conciliação**: recordando o 1º presidente do IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações-IBGE, 2008, p. 21.

<sup>75</sup> LAFAYETTE (BRASLEG-Assunção) a EXTERIORES. Telegrama, confidencialíssimo, nº 25, Chaco. Iniciativa brasileira para a paz, 18.04.1935. AHI 2\5\2.

<sup>76</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1994, p. 230.

<sup>77</sup> SENRA, 2008, Op. Cit., p.23.

Reservadamente, o presidente brasileiro protestou contra a atitude de seu chanceler, a qual classificava de “*iniciativa leviana*”.<sup>78</sup> Narraria o presidente em suas memórias:

Fiz sentir imediatamente não só a minha discordância como estranheza de que tomasse tal atitude à minha revelia. Fiquei nesta alternativa: exonerá-lo do cargo como prova da minha discordância, o que traria repercussão escandalosa ao caso e não se afastaria a hipótese da minha conivência, ou calar-me. Calei-me, aguardando os acontecimentos, que se não fizeram demorar- o Paraguai recusou.<sup>79</sup>

As pressões eram de vários lados para que o Brasil aceitasse o plano mediador chileno-argentino, mas Macedo Soares era resistente a essa ideia. Propunha ele uma nova iniciativa pacificadora encabeçada por EUA e Brasil “*whom both contenders can trust*”<sup>80</sup>. Indubitavelmente, havia uma queda de braços entre os principais países sul-americanos por protagonismo na questão.

Poucos dias mais tarde, no entanto, o Brasil condescendeu em participar das negociações chileno-argentina. Em fins de abril, em um recuo da posição inflexível tomada dias antes, Vargas instruiu Aranha a obter do governo estado-unidense que salvasse a conferência proposta para Buenos Aires, garantindo a adesão integral brasileira<sup>81</sup>. Condiçionava apenas que o Brasil fosse listado na conferência econômica e o Uruguai e os EUA fossem listados também na Conferência política. E assim seria. No dia 23 de abril 1935, Vargas escreveria em seus cadernos de anotação: “*Este dia foi de muita conversa e pouco trabalho. O governo americano encaminhou, com êxito, as negociações para uma nova Conferência sobre a Paz do Chaco*”<sup>82</sup>. Nessa mesma data, o chanceler argentino Saavedra Lamas enviou nota à embaixada do Brasil em Buenos Aires deplorando as acusações de que buscava melindrar o país das negociações econômicas do Chaco<sup>83</sup>.

<sup>78</sup> Para Vargas, as desvantagens dessa iniciativa seriam de várias ordens: “1º) o ato pouco amistoso para com a Argentina, no momento em que se preparava a minha visita; 2º) a suposição de que nossa recusa fora apenas um pretexto para querermos as glórias de uma solução exclusivista; 3º) tirávamos do assunto a sua significação continental, e, finalmente; 4º) nos afastávamos da tradição seguida geralmente pela nossa diplomacia, principalmente desde Rio Branco, de nunca nos oferecermos para a função de juizes, sempre desagradável, e nos nivelarmos com uma diplomacia de espionagem seguida por outros países.” (VARGAS, Getúlio D. *Diários*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.1, pp. 384-385.)

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> FRUS 1935, vol. IV, The American Republics, p. 41.

<sup>81</sup> Vargas escreveria em seus diários: “*A fim de sairmos deste impasse, telegrafei ao Oswaldo narrando-lhe o que se passava e sugerindo-lhe tomar o governo americano a iniciativa de novas negociações para um entendimento amistoso entre os países. Este aceitou, e está em andamento*” (VARGAS, 1995, vol.1, Op. cit., pp. 384-385.)

<sup>82</sup> VARGAS, 1995, vol.1, Op. cit., p 385.

<sup>83</sup> “*Este Gobierno deplora sinceramente, aunque as respeta, las conclusiones a que ha arribado el Gobierno de V.E. Hubiera sido absurda en verdad, una exclusion deliberada del Brasil del grupo de los países llamados a proveer las medidas económicas que han de encaminar hacia una solución definitiva la pacificación en el Chaco Boreal. Todos los antecedentes que pueden recordarse desde que nació la idea de realizar una conferencia económica con tal fin demuestran que siempre se tuvo el propósito manifesto de invitar por igual y*

No dia 1º de maio de 1935, após resistir por cerca de um mês, o Brasil finalmente aceitou aderir ao novo grupo mediador. Estava finalmente constituído o grupo mediador que seguiria a Buenos Aires<sup>84</sup>. Após diversas idas e vindas, avanços e revéses, uma etapa havia sido concluída. Agora, definir os termos da paz seria outra coisa completamente distinta.

O chanceler Macedo Soares, no entanto, não cessou de conferir ao país papel central nas negociações de paz. Em maio, mesmo já tendo o Brasil confirmado presença na nova mediação, continuou ele a insistir reservadamente em conversações prévias entre os chanceleres de Paraguai e Bolívia no Rio de Janeiro, como parte da preparação ao encontro de Buenos Aires<sup>85</sup>. Parecia ele crer que o Brasil, por ter agido com grande imparcialidade ao longo de todo o conflito, era o único país realmente credenciado para intermediar a paz neste momento em que ela parecia se tornar visível no horizonte.

Sem se opôr terminantemente à ideia o Paraguai levantou questionamentos à proposta do chanceler brasileiro. Na opinião do governo guarani, devido ao seu caráter correlato, os debates não poderiam ser particionados em duas reuniões diferentes. Assim, diziam os paraguaios que essas questões: "*(...) hacen inconveniente desdoblar y fragmentar en dos conferencias separadas la solucion del asunto, que requerirá siempre una apreciación integral. Ella significaria, por lo demás, una pérdida de tiempo(...)*". Para os paraguaios, era mais conveniente que o acordo fosse assinado com Vargas em Buenos Aires "*poniendo asi su sello a la paz*"<sup>86</sup>.

Para a Argentina a proposta de Macedo Soares era uma intromissão indevida em assuntos a ela afeitos. Em 8 de maio de 1935, em conversa com o adido comercial brasileiro em Buenos Aires, o chanceler Saavedra Lamas manifestou preocupação com possibilidade de um encontro preliminar no Rio. Ao brasileiro Orlando Leite Ribeiro, Saavedra Lamas demonstrou inconformidade com a postura do Brasil buscando propugnar que todas as questões deveriam ser debatidas durante a visita de Vargas a Buenos Aires<sup>87</sup>.

*sin exclusion alguna a todos los países vecinos*"(BONIFACIO DE ANDRADA(BRASEMB-Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, nº240, Chaco, 24.04.1935,AHI 9\5\9)

<sup>84</sup> No dia 3 de maio de 1935, Aranha se aproximaria de Hull para explicar-lhe os motivos da demora brasileira em aderir. Segundo Aranha, seria ela uma manobra destinada a forçar as negociações preliminares no Rio de Janeiro, com o apoio dos EUA, opção a qual o próprio Aranha se opunha (FRUS 1935, vol. IV, The American Republics, p. 46).

<sup>85</sup> SILVEIRA, Helder Gordim da. **Argentina X Brasil: A Questão Do Chaco Boreal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, pp. 141-142.

<sup>86</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias Diplomáticas**. tomo III, pp.281-282.

<sup>87</sup> Segundo Leite Ribeiro: "*entrou o ministro Saavedra Lamas, que se sentou conosco e falou nervosamente uns dez minutos sobre o Chaco*". Lamas "*temia (...)*nessas conversações(...) *um desentendimento que viesse comprometer seriamente a Argentina, a iniciadora das actuais gestões de paz.(Não tendo falado uma só vez no Chile...)*"(SILVEIRA, Helder Gordim da. **Argentina X Brasil: A Questão Do Chaco Boreal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 142)

O embaixador em Washington, Oswaldo Aranha, continuava a se mostrar profundamente crítico da atitude do Itamaraty na questão, considerando que ao agir assim o Brasil estava rivalizando indevidamente com a Argentina. Para Aranha era um erro político o Brasil não haver aderido ao grupo pacificador logo que conclamado pelos Estados Unidos. Segundo Aranha: *‘Não me interessava o Chaco em si...mas o Brasil, unicamente o Brasil, a sua posição na política continental e sua preeminência na América do Sul, apoiada nos Estados Unidos.’*<sup>88</sup>

Finalmente, no dia 7 de maio, com grande relutância, Macedo Soares desistiu da ideia de uma reunião preliminar no Rio<sup>89</sup>. As vésperas de embarcar a capital portenha, o chanceler brasileiro abandonou suas pretensões iniciais. Após o fracasso de suas propostas consecutivas para que o Brasil assumisse protagonismo na questão, restaria discutir o tema do Chaco em Buenos Aires.

### 3.3 - Vargas em Buenos Aires: a ópera do teatro Colón

Em maio de 1935, o presidente brasileiro, senhor Getúlio Dornelles Vargas, foi pessoalmente a Buenos Aires pressionar por uma solução para a questão do Chaco. Como escreveu o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira:

(...)o Presidente Vargas, a pretexto de retribuir a visita do Presidente Justo, viajou a Buenos Aires, em 1935, no momento em que o grupo de mediadores – composto pelos representantes dos EUA, Brasil, Argentina, Chile, Peru e Uruguai – lá se reunia, visando a encontrar solução para a guerra no Chaco. Casual não foi a coincidência. O que Vargas pretendeu foi intervir energicamente nas negociações (...)<sup>90</sup>

No dia 23 de maio, Vargas desembarcou no porto de Darsena Norte, em Buenos Aires, sendo recepcionado em ambiente de grande cordialidade pelo governo argentino. Era a segunda visita de um chefe brasileiro à Argentina na história e a primeira visita desde Campos Salles em 1900. A viagem foi uma retribuição à visita do presidente Agustin Justo ao Brasil

<sup>88</sup> Na visão estratégica de Oswaldo Aranha, a questão do Chaco era a oportunidade para o Brasil mostrar aos demais países sul-americanos que marchava lado a lado com os EUA, superando o virtual isolamento diplomático no qual o país se encontrava nas Américas desde meados da década de 20. Segundo Stanley Hilton: *“A união de esforços no caso do conflito Bolívia-Paraguai era lógica porque Washington e Rio de Janeiro tinham basicamente o mesmo interesse, o de pôr fim às hostilidades. Para Aranha, o caso era importante também do ponto de vista do almejado relacionamento especial com os Estados Unidos, ou seja, fornecia um ensejo para demonstrar à comunidade pan-americana que o Rio de Janeiro e Washington marchavam ombro a ombro.”*(HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1994, p. 230)

<sup>89</sup> BENITEZ (Legación de Paraguay en Brasil) para RELACIONES (Asunción). oficio, nº127, 07.05.1935, Correspondencia General. Vol.1 julio 1934-diciembre1935, Archivo Cancilleria Paraguay.

<sup>90</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Guerra do Chaco**. Rev. bras. polít. int. vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998, p. 187.

em outubro de 1933, tendo o presidente brasileiro partido ao sul um momento de reavivamento das disputas internas em casa<sup>91</sup>.

No país platino, Vargas ficou hospedado na residência da família Pereda, no bairro da Recoleta (atual sede da embaixada brasileira em Buenos Aires). Já seu chanceler, Macedo Soares, por sua vez, hospedou-se no palacete da família Olmos, localizado no mesmo bairro, a algumas quadras de distância.

Logo no discurso de recepção proferido pelo Presidente Agustín P. Justo o tema do Chaco se destacaria. O mandatário argentino reconheceu a importância da visita de Vargas para a paz na América, afirmando que: *“(...) en esta hora difícil que vive el mundo, tan cargada de pesadumbres, celos y e sombras, ofrecemos con vuestra presencia en Buenos Aires, a los que viven en estas tierras y a los que nos observan desde lejos, un noble ejemplo”*. Ademais, afirmou: *“Esperemos que las torturas morales que nos ha impuesto esta llamada de fuego y de sangre que se levanta desde las selvas chaqueñas terminen en breve, y esperemos también que una acción armonica nos permita en el futuro evitar ese espectáculo tan doloroso, recurriendo en los casos semejantes a un regimen autorizado y legal, de resultados rápidos y eficientes(...)”*<sup>92</sup>.

O programa da visita continha cerimônias repletas de simbolismos. Desde a árvore plantada no pátio da escola da República dos Estados Unidos do Brasil até o protocolo sobre construção da Ponte Uruguaiana-Paso de los Libres, tudo indicava um desejo de maior aproximação bilateral. O maestro brasileiro Heitor Villa Lobos executou o Uirapuru e foi premiado em um concurso. Vargas participou junto a Justo e do intendente boenarense Mariano de Vedia y Mitre da cerimônia de inauguração da avenida Corrientes, importante via rodoviária da capital argentina<sup>93</sup>. Tudo isso serviu para sinalizar o desejo de harmonia e união entre as maiores nações da América do Sul. Essa pretensa harmonia, no entanto, não passava de uma máscara. Logo as primeiras divergências seriam sentidas.

Já se encontravam todos em Buenos (inclusive a delegação paraguaia) quando a Bolívia decidiu participar. A Bolívia estava cingida quanto à conveniência de um acordo de paz e a delegação boliviana chefiada por Tomás Elio, e secundada por Bautista Saavedra, era um misto de esperança e desesperança na possibilidade de um acordo<sup>94</sup>. Logo na chegada do

<sup>91</sup> Dias antes de ir a Buenos Aires, em 11 de julho de 1935, Vargas ordenara pelo decreto nº 229 o fechamento, em todo território nacional, dos núcleos da A.N.L.(Ação Nacional Libertadora).

<sup>92</sup> ARGENTINA. Visita a la Argentina del Excmo. Señor Presidente de los EE.UU del Brasil Dr. Getúlio D. Vargas: Reseña de los actos realizados y Recopilación de Documentos, Buenos Aires, 1935, p.63.

<sup>93</sup> O principal monumento nacional argentino- o obelisco de Buenos Aires- se encontra hoje no cruzamento da Avenida Corrientes e 9 de Julio.

<sup>94</sup> ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco**, Editorial El Lector, Asunción, 1997, p. 240.

chanceler boliviano a Buenos Aires produziu-se um incidente diplomático que serviu como açulador das desconfianças entre os principais mediadores. Imediatamente após desembarcar em Buenos Aires, o chanceler boliviano Elio foi entrevistar-se no palacete de Olmos com o chanceler brasileiro, Macedo Soares, em desobediência ao protocolo diplomático que exigia que ele se reportasse primeiro ao anfitrião, Saavedra Lamas. Infelizmente, por eventualidade do destino, no momento em que o mordomo anunciou a chegada de Elio, os chanceleres de Brasil e Argentina encontravam-se reunidos.

O fato gerou profundo constrangimento e foi visto como uma profunda descortesia por Lamas, evidência do grau das desconfianças bolivianas com relação aos anfitriões<sup>95</sup>. Thomas Elio obedecia ordens do Presidente da Bolívia, que queria garantir que o Brasil desse o seu apoio integral à Bolívia nas negociações de paz. Narraria ele anos mais tarde:

Cuando arribamos a Buenos Aires, se encontraba como huésped oficial, del gobierno argentino el Presidente de los Estados Unidos del Brasil, señor Getúlio Vargas, acompañado de su Canciller, Doctor Carlo de Macedo Soares. Sin pérdida de tiempo, visité al Presidente Vargas y le dí a conocer nuestros puntos de vista y nuestros propósitos, y concretamente le pedí que el Canciller Macedo Soares, quedara en Buenos Aires integrando el grupo mediador, porque tenía confianza en su capacidad y imparcialidad. El Presidente Vargas accedió a mi pedido y el Canciller asumió con grán entusiasmo su papel mediador<sup>96</sup>

No dia 25 de maio, realizaram-se as festas em comemoração à data nacional argentina. Neste dia, os presidentes do Chile, Bolívia e Paraguai telegrafaram ao presidente Justo em homenagem à data, salientando a importância da presença de Vargas em Buenos Aires para a paz na América. Como parte dos festejos, programara-se para a noite daquele dia uma apresentação de ópera no esplendoroso Teatro Colón com a presença dos ilustres convidados. Compareceriam ao evento de gala além da alta elite boenarense, os presidentes de Argentina e Brasil e os principais chanceleres sul-americanos.

Ao entardecer daquele dia de inverno de maio de 1935, cavalheiros trajados em fraques e cartolas acompanhados de senhoras em longos vestidos e casacos de pele, desembarcaram de seus automóveis, lotando o hall principal do teatro e suas galerias. A apresentação iniciou-se com a ópera de Wagner e seguiu com a apresentação de Uirapuru do maestro Heitor Villa Lobos, acompanhando-a, lado a lado, do camarote de honra, os presidentes Agustin P. Justo e Getúlio Vargas. Enquanto em Buenos Aires ouvia-se ópera, no Chaco ouvia-se o troar os canhões.

---

<sup>95</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha, Biblioteca do Exército Editora, 1958, p.220.

<sup>96</sup> ELIO, Tomás Manuel. **La Guerra y la Paz del Chaco**, s/ed, 1959, p. 14



Sem perder tempo, Vargas e Macedo Soares aproveitaram a presença dos chanceleres de Bolívia e Paraguai no luxuoso evento para encaminhar as negociações de paz do Chaco. Elmano Cardim escreveria no Jornal do Comércio de 19 de junho de 1935:

Vi o dr. José Carlos de Macedo Soares no espetáculo de gala do teatro Colón, quando no palco a Bezansoni cantava a “Carmen” e os brasileiros se extasiavam com o espetáculo estonteante da riqueza e do luxo da sociedade argentina. O olho clínico do repórter, com um quarto de século de observação jornalística, não se deixou iludir. Nas palestras que o Chanceler brasileiro mantinha ora com o Dr. Riart, ora com o Dr. Elío, quando ele levava para um canto o chanceler Saavedra Lamas ou segredava ao Dr. Getúlio Vargas, não eram por certo sobre a ópera de Bizet o que o preocupava. Para o Dr. Macedo Soares, naquele momento, o que se cantava no palco do Colón, tanto podia ser Bizet quanto Wagner ou Puccini. O que cantava aos seus ouvidos era o castelhano do Dr. Elío e do Dr. Riart.<sup>97</sup>

No dia seguinte, a 26 de maio de 1935, tiveram início as negociações pacificadoras formais, ocorrendo conversas ainda em separado com os chanceleres dos países em guerra, que sequer se olhavam nos olhos<sup>98</sup>. Neste período, seria grande o trânsito de diplomatas dos países mediadores entre o Hotel Alvear, onde se hospedara o chanceler paraguaio Riart, e o hotel Plaza, onde se hospedara o chanceler Elio, na busca de conceber um plano de paz.

Os grandes desfalques em Buenos Aires foram o chanceler e o presidente chilenos, Cruchaga Tocornal e Arturo Alessandri, que viam com grande ceticismo a possibilidade de um acordo. Segundo Rosalina Coelho Lisboa, o ainda ressentido presidente Alessandri não apreciava a visita de Vargas à Argentina talvez por temer uma articulação hostil a seu país<sup>99</sup>. A visita, no entanto, provar-se-ia com uma oportunidade única de concertar os termos da paz, tanto mais quanto, em meados de maio, com a Itália dando cada vez mais sinais de uma intervenção na Abssínia e Hitler adotando um discurso ameaçador à paz europeia, a Liga das Nações decidiu abandonar definitivamente a questão do Chaco aos americanos, dando o seu apoio aos esforços envidados em Buenos Aires<sup>100</sup>.

<sup>97</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha, Biblioteca do Exército Editora, 1958, pp. 234- 235.

<sup>98</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Memórias diplomáticas**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, tomo III, 1955, p.295.

<sup>99</sup> Alessandri perguntou a Rosalina Coelho: “- *Porque não fazem todos os brasileiros um trabalho enérgico para impedir que o Presidente Vargas vá a Buenos Aires?*” (GV c 1935.04.00, CPDOC-FGV).

<sup>100</sup> O agravamento da situação política europeia faria com que a Liga emprestasse seu apoio integral à mediação sendo desenvolvida em Buenos Aires. Escreve Rout: “*Alarmed by the oral effusions of Adolf Hitler, Britain and France gave Argentina and Chile a free hand in return for support at Geneva against possible Nazi adventures. On May 16, the League Council established a sub-committee to draft a report on the League’s position and the mediatory group meeting at Buenos Aires. In the next three days, the mutilation of the now-expendable Chaco Advisory Committee was completed. The new sub-committee pronounced itself in favour of the Buenos Aires mediators, and on May 20, the Special Assembly of the League followed suit. The Assembly the instructed the ‘rump’ Advisory Committee to follow developments, and all the representatives conveniently forgot that said committee had been adjourned without establishing a date for reunion*”. Rout continua: “(…)Russia and Sweden

Nos dias subsequentes, ocorreriam entrevistas pessoais, ainda em separado, entre Justo e Lamas (Argentina), Vargas e Macedo Soares (Brasil), Riart e Rivarola (Paraguai)<sup>101</sup> e Elio (Bolívia). Durante a sua estadia em Buenos Aires, o presidente Getúlio Vargas também teria reunião informal com a esposa do general Estigarribia, chefe das forças paraguaias no Chaco. A reunião parece ter rendido importantes frutos, visto que logo após sua realização, a senhora Estigarribia partiria sem demora a Assunção para conversar com o presidente Ayala, seguindo ela depois para encontrar-se com seu marido em Puerto Casado, no Chaco<sup>102</sup>.

### 3.4- As negociações sob a batuta de Macedo Soares

Incapaz de obter a sede no Rio de Janeiro como desejava, Macedo Soares buscou ter um papel destacado nas negociações que transcorreram em Buenos Aires. Assim, boa parte das negociações com os representantes dos beligerantes e dos mediadores tomaram lugar na residência de Adelia María Harilaos de Olmos, poderosa aristocrata argentina, na Avenida Alvear 1605/1637, onde o Ministro do Exterior brasileiro ficou hospedado<sup>103</sup>.

Ao que tudo indica, o chanceler Saavedra Lamas teria compactuado que as negociações tivessem curso fora da sede da chancelaria para que, se houvesse novo malogro, corresse ele por conta do Brasil e não da Argentina<sup>104</sup>. Ao perceber os primeiros avanços nas negociações, entretanto, Saavedra Lamas forçou a transferência das negociações do palacete de Olmos para a sede da chancelaria, alegando, em carta encaminhada aos chanceleres de Brasil, Bolívia e Paraguai, que dado aos afazeres da chancelaria, não seria mais possível

---

*created a stir over the question of whether or not the League retained primary jurisdiction in the Chaco dispute, but Britain and France quickly mastered the situation. Geneva went so far as to place the Chaco dispute on the assembly agenda for September, 1935, but this was only a smokescreen. In July, 1935, League officials requested that a League observer be allowed at the Buenos Aires Peace Conference. Saavedra Lamas curtly refused to allow a Geneva observer near the peace table. So ended the League's Chaco misadventure"*(ROUT JR., Leslie B.. **The Chaco war: a study in inter-American diplomacy**. Tesis de Doctorado en Filosofía. University of Minnesota, 1966, p.141)

<sup>101</sup> COELLO, 1955, tomo III, Op. cit, p. 306.

<sup>102</sup> ESTIGARRIBIA DE FERNÁNDEZ, Graciela. **Estigarribia: el gran desconocido**. Carlos Schauman Editor, 3ª edición, Asuncion, Paraguay, 1988, p. 40.

<sup>103</sup> Adelia Olmos era poderosa aristocrata argentina, marquesa pontificia (Rosa de Oro), amiga de reis, papas. Era a maior doadora para a Igreja Católica na Argentina e tivera uma atuação destacada no Congresso Eucarístico Internacional de 1934. O cardeal Eugenio Paccelli, secretário de Estado do Vaticano, durante sua visita a Buenos Aires em 1934 ficara hospedado no mesmo palácio que o chanceler brasileiro. Nos arquivos oficiais não há nenhuma informação sobre o porquê de a residência Olmos ter sido escolhida. No entanto, existem indícios de que a igreja católica haja interferido nas negociações de paz. Amélia Olmos era muito vinculada à igreja católica argentina. Em 28 de junho de 1935, Vargas escreveria em seu diário: "*Recebi o cardeal, que veio despedir-se. Segue para Roma, muito satisfeito comigo com a paz do Chaco e inquieto com a propaganda comunista*". O autor consultou os ofícios e telegramas da embaixada brasileira na cidade do Vaticano, mas nada foi encontrado.

<sup>104</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco: como foi efetuada no campo de batalha**, Biblioteca do Exército Editora, 1958, p. 216.

concorrer às reuniões<sup>105</sup>. Essa proposta foi aceita não sem certa resistência pelo ministro brasileiro, que teria dito a um de seus subordinados: "(...) *Servirei a vaidade pessoal do Senhor Saavedra Lamas em tudo quanto a mesma solicite, mas não transigirei quanto à questão de princípios*"<sup>106</sup>.

Nos últimos dias de maio 1935, os presidentes de Brasil e Argentina, Getúlio Vargas e Agustin Justo, empreenderam, à bordo do trem presidencial, uma viagem às serras interioranas argentinas de Tandil e Vicente Casares, onde se localizavam muitas das maiores fazendas do país. A comitiva, que partiu da Garre Constitución em Buenos Aires, na madrugada do dia 27, era acompanhada por inúmeros secretários e policiais, porém dela não fariam parte os chanceleres dos dois países. Muito provavelmente, a viagem serviu como mero pretexto para que os presidentes pudessem negociar em separado o tema do Chaco, sem as intervenções de terceiros. Sobre isso escreveu o repórter José Jobim, membro do grupo de jornalistas brasileiros:

(...) Neste trem talvez se esteja decidindo a paz do Chaco. Os presidentes das duas' maiores potências sul-americanas permanecem em constante contacto com os seus chancelleres, que ficaram em Buenos Aires, conferenciando com os ministros do Exterior do Paraguay e da Bolivia, ali chamados com urgência. Os telegrammas partem e chegam a todo o momento. O caso do Chaco? Sim, mas também o caso de Corrientes e o caso do Ceará. Grandezas e miserias da vida de um chefe de Estado... Acabam de telegraphar-nos de Buenos Aires que ali se acredita que o sr. Getulio Vargas adiará a sua partida para Montevidêo de um ou dois dias. Ouvi hoje o presidente sobre isso. Respondeu-me: — Devo embarcar amanhã. Penso que nada poderá prender-me por mais tempo. Isso tanto pode ser tomado como um indicio de que as negociações proseguem optimamenti como de um indicio de que a lentidão das mesmas maior do que se esperava.

\*\*\*

O ministro do Exterior da Bolivia, sr. Saavedra, fez em Buenos Aires, hontem, declarações muito Interessantes. Affirmou que considera o arbitramento como a melhor solução, solução, accentuou, preferidatambem pelo seu collega do Paraguay. A dificuldade para se fazer armistício, segundo obtive de boa fonte, reside, parece, em ficarem os belligerantes de acordo quanto ás garantias a serem dadas pelas potências mediadoras. A simples cessação das hostilidades não éprovável que satisfaça os mediadores pois não resolverá o problema. O necessário é remover antes as causas da guerra. A presença dos srs. Getulio Vargas e José Carlos de Macedo Soares tem contribuído grandemente para a boa marcha das negociações. Sente-se existir uma decisão firme da parte dos mediadores em obter a cessação da carnificina estúpida que ha quatro annos arraza dois povos irmãos.

\*\*\*

“Amanhã, depois do almoço estaremos em Buenos Aires. Saberemos então novos detalhes sobre a situação em que se acham as negociações. Agora,

<sup>105</sup> Id. Ibid., p. 221.

<sup>106</sup> OSWALDO FURST (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Informação, confidencial. DBSN, Chaco. Conferência de Paz. Política militar argentina, 16.09.1935. AHI 74\4\17-18.

enquanto o trem corre pelo pampa afora, só resta uma coisa a fazer: fechar a machina e ir dormir. Estou morto de cansaço.”

“Vamos dormir, portanto. Mesmo porque, amanhã, ás 5 horas, é preciso estar de pé, pois os presidentes madrugam.”

\*\*\*

“Seis horas de somno são suffcientes num hotel ou mesmo num trem. Mas num trem parado, como hontem. Entre a hora em que interrompi esta chronica para ir dormir: e agora, o trem presidencial devorou mais de tresentos kilometros. Balançou naturalmente bastante.

Se estou cansado, mais cansado ainda estará o sr. Getulio Vargas. Nós, jornalistas, não fazemos outra coisa senão sêguil-o. E o presidente, alem de fazer tudo o que fazemos, precisa ter o bom humor sufficiente para não parecer fatigado. Agüentou até hontem. Hoje de manhã, porem, o seu cansaço ê visivel; o que o não impediu de sorrir para tudo e para todos e acceder cm suhir as numerosas escadas do Estabelecimento Martona, que è um verdadeiro mundo...”<sup>107</sup>

Parece que, de fato, o tema do Chaco fez parte das conversas reservadas tidas entre Justo e Vargas nessa visita ao interior da Argentina. Isso não seria estranho, principalmente tendo em vista as negociações sigilosas ocorridas entre os dois mandatários em novembro de 1933. Pode-se mesmo aventar que algo de importante tenha sido acordado durante esta viagem, pois uma réplica da mesa em que jantaram a bordo do trem é exibida hoje no palácio Pereda, atual embaixada do Brasil em Buenos Aires. Ainda assim, são necessárias mais investigações.

No dia 30 maio, logo após regressar de sua viagem às serras argentinas, o presidente Getúlio Vargas e sua comitiva deixou Buenos Aires, partindo para Montevideu. O chanceler José Carlos de Macedo Soares, no entanto, permaneceu na capital argentina ainda em busca de um acordo no caso do Chaco<sup>108</sup>.

No sábado, dia 2 de junho de 1935, após grande insistência, Macedo Soares conseguiu obter a primeira entrevista pessoal entre os chanceleres de Bolívia e Paraguai. Era o primeiro contato direto entre representantes destas nações após três anos quase ininterruptos de guerra. Nesta data, Soares escreveu a seu embaixador em Washington narrando-lhe as dificuldades surgidas. Diria:

Desde que se iniciaram negociações com presença Ministro das Relações Bolívia Paraguay encontrei sempre o mais decidido apoio moral Presidente Vargas e Justo mas visivilmente ou por meios indiretos ou por declarações pelos jornais tenho tido que lutar contra trabalho contrario Saavedra Lamas que por seu temperamento impulsivo aspero e incomensuravel vaidade[tem] dificultado enormemente marcha negociações. Só falta qualidade mediador

<sup>107</sup> jornal “Diário Carioca, edição de 1 junho 1935, Arquivo Nacional, disponível em: < [http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092\\_1935\\_02104.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1935_02104.pdf)>, acesso: 08-02-2019.

<sup>108</sup> Nos arquivos oficiais públicos brasileiros existem poucas referências a esta fase das negociações. Os principais documentos existentes são as correspondências entre Vargas e Macedo Soares que se encontram sob a guarda do CPDOC-FGV (GV c 1935.06.02, CPDOC-FGV)

Saavedra Lamas justifica o seu fracasso 17 mediações porem confessado ser actual décima oitava e primeira em que Brasil intervem directamente. Apesar de tudo os meus esforços em favor da paz seguem e permitem que aprecie com inteiro optimismo possibilidade assignatura de um accordo honroso para ambos beligerantes. Tenho sinceramente impressão que hontem derão passo decisivo com a minha enérgica intervenção para que não mais ficasse adiado encontro em nossa presença dois chanceleres Bolivia Paraguay. Saavedra Lamas que inexplicavelmente tem vindo proletando encontro ainda hontem queria que elle fosse adiado para terça-feira com prejudicial perda de tempo para negociações e pessimo effeito para opinião pública que está impaciente e apaixonada. Essa entrevista que foi tão cordial quanto possível permittiu immediatamente acertar alguns pontos embora menor importancia estabeleendo porém um beneficio contracto directo entre ambos o que se me afigura extrema importancia. Fui calorosamente apoiado contra opinião Saavedra Lamas pelos Embaixador uruguayo Embaixador peruano e com grande surpresa minha e pela primeira vez Embaixador Wet del [Weddel] manifestou-se favoravelmente these argentina adiamento embora tenha elle depois dos resultados que visivelmente foram obtidos com execução do meu desejo vindo felicitar-me com effusão.(...) <sup>109</sup>

Acreditando estar na iminência de firmar um acordo de paz, Macedo Soares pediu ao embaixador Oswaldo Aranha que garantisse o apoio americano a suas iniciativas em momento tão delicado, orientando:

(...) Estimaria V.E conversese a respeito com [Sumner] Welles pois não contando em forma segura com acção americana aqui a minha posição em certo momento poderá ficar enfraquecida e assim estimaria houvesse sempre entendimento previo com mediadores americanos para evitar publico desacordo. Acredito que com a chegada de [Hugh] Gibson aqui esperado amanhã domingo tudo ficará modificado dado nossas relações pessoas e também pelo conhecimento profundo que elle tem assumpto. <sup>110</sup>

As circunstâncias provaram não ser tão fortuitas quando imaginava o chanceler brasileiro. Os bolivianos estavam dividos quanto à conveniência de um acordo, especialmente tendo em vista a situação militar amplamente desfavorável. Não havia qualquer grau de confiança mútua e os membros da delegação paraguaia falavam entre si em guarani algo que aturdiu ainda mais os seus adversários <sup>111</sup>. Após revezes sucessivos, como o ataque do exército paraguaio a Ingavi, Macedo Soares anunciou o seu regresso ao Rio de Janeiro e o término das conversas, fato que adicionou um ingrediente de pressão temporal sobre as negociações <sup>112</sup>.

Apenas na madrugada do dia 9 de junho de 1935, após uma tensa reunião, o grupo mediador alcançou os termos da paz. Exauridos, após árduas discussões, os chanceleres de

<sup>109</sup> GV c 1935.06.02, CPDOC-FGV

<sup>110</sup> Ibidem

<sup>111</sup> ELIO, Tomas Manuel. **La Guerra y la Paz del Chaco**, s/ed, 1959, p. 331.

<sup>112</sup> Id. Ibid, p. 329.

Bolívia e Paraguai aceitaram os termos de um algo precário protocolo de paz<sup>113</sup>. A saída encontrada pelos mediadores fora obter, de imediato, apenas o cessar-fogo, transferindo para uma conferência que tomaria assento em Buenos Aires as tratativas de todas as questões pendentes, inclusive a desmobilização militar e o problema territorial de fundo.

Resumindo esta etapa das negociações, narrou o jornalista e diplomata Jayme de Barros posteriormente:

Terminada a visita, o Presidente Getúlio Vargas partiu para Montevidéu com alguns membros de sua comitiva. Entre eles, Rosalina Coelho Lisboa. O Chanceler Macedo Soares que permanecera em Buenos Aires, na Conferência de Chanceleres para a pacificação do Chaco, concordou com a minha ida. Porém, mal chegara ao hotel, recebi telefonema de um de seus secretários, comunicando-me que voltasse imediatamente a Buenos Aires. Longas e penosas noites passamos em dependência da Casa Rosada, ocupadas pela Chancelaria Argentina, eu, Danton e José Jobim, diante da grande porta fechada da sala em que se reuniam os Chanceleres pacificadores. Travavam-se ali secretos diálogos entre os chanceleres Macedo Soares, Saavedra Lamas e os do Paraguai e da Bolívia. Notava-se, à distância, viva competição entre Saavedra Lamas e Macedo Soares, empenhados em exibir habilidades diplomáticas e até mesmo certa vaidade pessoal, traço característico de ambos. A contradição entre eles revelava-se invariavelmente após cada reunião. Saavedra Lamas, interrogado, declarava-se pessimista, Macedo Soares otimista. Nós, jornalistas, saíamos dali para o telégrafo submarino e transmitíamos para os nossos jornais até quase o amanhecer os nossos comentários. Houve um momento em que a paz parecia praticamente alcançada. Mas nesse mesmo instante, no Chaco, o General Estigarribia desencadeava ofensiva devastadora contra as forças bolivianas comandadas pelo General Peñaranda. Um emissário e dois chanceleres pacificadores, o embaixador brasileiro no Paraguai, Lafayette, foi mandado a Assunção e voltou com o próprio General Estigarribia, que declarou, em dramática reunião, estar disposto a aceitar as condições de paz já estabelecidas, apesar da vitória alcançada pelas armas. Terminada a reunião, Saavedra Lamas declarava, para salvar a face, ter sido tático o seu

<sup>113</sup> Riart descreve a reunião da seguinte maneira: " *Faltando dos minutos para las 23 horas se abrió la puerta del Sub Secretario del Ministerio de Relaciones Exteriores y apareció en el pasillo de Dr. Riart seguido del Dr. Vicente Rivarola y Podestá Costa, quienes entraron en la Sala de Los Acuerdos. Al mismo tiempo por una puerta interior ingresó el Canciller Elio. Luego de un frío y muy ceremonioso cambio de saludos, inclinando la cabeza a distancia, se iniciaron las negociaciones. Esta era la segunda vez que los cancilleres concurrían juntos a la reunion*(italico). El Dr. Riart anunció el resultado de la consulta efectuada a su gobierno y a las 24 horas comunicó oficialmente a la Comisión el triunfo paraguayo en Ingavi, leyendo un texto completo del Comunicado del Comandante de Operaciones del Ejército en el Chaco, General Estigarribia: 'El 8 de Junio al medio día se produjo el triunfo paraguayo en nuestro poder su Comandante, toda la Oficialidad de los Regimientos Florida y Ballivián por los montes vecinos'.

*Este anuncio doblegó definitivamente la resistencia del Canciller Elio, ya sin argumentos, concertándose rápidamente el protocolo de paz, que contemplaba todos los puntos expuestos por el Paraguay. Su redacción quedó terminada a las 3 de la madrugada del día domingo 9 de junio. Luego de una lectura final los cancilleres Riart y Elio lo aprobaron. El proyecto del Canciller Riart fue aceptado casi integralmente por el Canciller Elio con la sola objeción a la falta de seguridad para la concertación del compromiso arbitral si fracasaba el acuerdo directo. El delegado peruano dió la fórmula que satisfizo las exigencias de Elio y fue aceptada por Riart con una pequeña modificación de forma"*( RIART, Gustavo. **El Dr. Luis A. Riart y la defensa del Chaco**. Asunción: Cromo, 1987, p. 141)

pessimismo. Macedo Soares limitou-se a dizer que o seu otimismo fora sempre construtivo<sup>114</sup>.

### 3.5- Flores sob os campos de batalha: a paz é firmada

Pela manhã do dia 9 (domingo), todos os jornais portenhos divulgavam as boas novas. Os representantes dos países sul-americanos e dos EUA, reunidos por toda a madrugada, haviam alcançado um acordo para encerrar a fragorosa batalha. Neste mesmo dia, Macedo Soares transmitiu a notícia a Vargas, dizendo:

Domingo-11 horas e 30 minutos- Comité mediador na questão do Chaco, em reunião que se realizou hontem às 22 horas, terminando hoje às 3 1/2 horas da madrugada, obteve aprovação destes a uma formula de paz, já submetida à redação final dos Governos interessados, será, imediatamente, firmada. Rogo transmittir ao Presidente da República, a quem peço apresentar, com as minhas homenagens, as mais sinceras felicitações pelo serviço que o Brasil acaba de prestar à paz do Continente. Congratulo-me também, com oItamaraty. Partiremos pelo 'Cap Arcona'.<sup>115</sup>

O acontecimento foi amplamente celebrado pelas ruas da capital argentina e às 11h00, uma missa em homenagem aos mortos foi celebrada na Catedral Metropolitana de Buenos Aires, organizada pelo Monseñor Copello e celebrada pelo gran-sacerdote Marcos de Escurra, contando com a presença de todos os mediadores, inclusive do chanceler brasileiro<sup>116</sup>.

Os revezes, no entanto, ainda não haviam terminado. As tensões estavam à flor da pele, e já no dia 11 de junho, em uma nova reunião de delegados, os paraguaios pediram a reabertura das negociações, ideia rejeitada de forma terminante pelo representante boliviano Tomás Elio<sup>117</sup>. A Bolívia ainda não estava convicta nos propósitos pacifistas paraguaios<sup>118</sup>. Neste momento, uma frase infeliz de um dos mediadores quase pôs a perder todo o esforço pacificador, fazendo com que o paraguaio Riart declarasse por encerrada todas as negociações. Estava-se diante do possível malogro da décima oitava mediação, com gravíssimas repercussões.

<sup>114</sup> BARROS, Jayme de. **Chão de Vida: memórias**. Ed. Leo Cristiano, 1986, pp. 179-180.

<sup>115</sup> GV c 1935.06.02, CPDOC-FGV.

<sup>116</sup> Segundo narra Riart: "*Antes de la misa se produjo un acto emotivo. La señora del Canciller Macedo Soarez puso en contacto a las esposas de los Cancilleres Riart y Elio y cuando ambas se estrecharon las manos ' una expresión común, acordada en una frase que parecia arrancada, tras un sostenido esfuerzo, del fondo del alma salió de los labios de estas madres de soldados para las que la tregua del frente de combate representaba los afanes de Bolívia y Paraguay: !Gracias a Dios! exclamaron al unisono*" (RIART, 1987, Op. cit, p. 142)

<sup>117</sup> ELIO, 1959, Op. cit, p.22.

<sup>118</sup> Conta Elio que em 11 de junho, o assessor militar da delegação boliviana, Felipe Rivera, advertiu seu governo que acreditava que "*Insistencia del Paraguay en prolongación del plazo para cesar fuegos demuenestra su propósito de ganar ventajas progresión terreno ocupado. Necesário máximo esfuerzo resistencia. De nuestra parte, reducirá plazo mínimo*". Ainda assim, o presidente boliviano autorizou a assinatura de um acordo (ELIO,1959, Op.cit., p.21).

Segundo narra Estevão Leitão de Carvalho teria sido a interferência do chanceler brasileiro Macedo Soares o que impediu o desfecho desfavorável. Pedindo a palavra, o chanceler fez os representantes em atrito verbal sentarem-se apresentando uma nova proposta de concessões, que consistia em pequena modificação do projeto inicialmente acordado. Elio aceitou. Riart pediu um tempo para consultar Assunção. Suspenderam-se os trabalhos e Riart telefonou ao presidente Ayala. Breves minutos depois, Riart retornou e comunicou a aceitação paraguaia do novo rascunho<sup>119</sup>. Diante da intervenção brasileira, o Paraguai desistiu de pedir a reabertura de negociações<sup>120</sup>. A Bolívia, por sua vez, aceitou o cessar fogo provisório e imediato por um prazo de dez dias, período no qual os Congressos de ambos os países dariam a aprovação ao convênio<sup>121</sup>.

Finalmente tudo estava certo e, no dia seguinte, dia 12 de junho, foram assinados, próximo ao meio-dia, em cerimônia Salão Branco da Casa Rosada os protocolos de paz do Chaco. De forma muito embrionária, o protocolo de 12 de junho estabelecia uma trégua inicial de 12 dias, a começar ao meio-dia do dia 14 (horário de Córdoba), prazo durante o qual seriam fixadas linhas de separação entre os dois exércitos. Estabelecia também a convocação imediata de uma conferência internacional de paz para Buenos Aires. Caso tais linhas não pudessem ser demarcadas em tempo hábil a referida conferência poderia prorrogar a trégua por decisão coletiva.

Dava-se o prazo de dez dias para que ambos os governos ratificassem o acordo após a sua assinatura<sup>122</sup>. Para convencer os bolivianos a assinarem o documento, Brasil e Argentina empreenderam a sua garantia moral de que não retirariam seus delegados da conferência de paz enquanto não se estabelecesse um acordo por vias de negociações diretas ou não se firmasse um compromisso arbitral<sup>123</sup>.

De representantes de alto-nível, a cerimônia de assinatura contou apenas com a presença do presidente Agustin Justo, dos chanceleres Macedo Soares e Saavedra Lamas e dos delegados dos países beligerantes Riart e Elio. O protocolo de paz seria firmado na

<sup>119</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha, Biblioteca do Exército Editora, 1958, p.223.

<sup>120</sup> O presidente argentino Agustin Justo também teria telefonado ao presidente Eusébio Ayala, provavelmente para dissuadir o Paraguai de tal propósito (ELIO, 1959, Op. cit, p.23.)

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> A duração da trégua foi motivo de disputas. No dia 27 de maio de 1935, Macedo Soares propôs uma trégua de trinta dias, prorrogáveis por acordo das "partes" (ELIO, Tomás Manuel. **La Guerra y la Paz del Chaco**, s/ed, 1959, pp. 39-40). A Bolívia, no entanto, não desejava uma trégua temporária ou armistício. Para dobrar as resistências bolivianas, Macedo Soares fazia ameaça. Se a Bolívia não aceitasse a trégua, o Brasil se retiraria do grupo mediador (id. Ibid., p. 29). Dias mais tarde, a Bolívia proporia uma trégua de 15 dias (id. Ibid., pp. 40-41). Acabou-se por decidir uma trégua de 12 dias, prorrogável por decisão da conferência de paz convocada para Buenos Aires.

<sup>123</sup> ELIO, 1959, Op.cit, n.p.



ausência de outros personagens importantes, como o presidente Vargas, o presidente Alessandri, os chanceleres do Chile, do Peru, e o secretário de Estado americano. Vargas já havia regressado ao Brasil; o senhor Cordell Hull anunciou que, encarregado de outros assuntos importantes, não poderia se fazer presente; e uma comunicação telegráfica de última hora prevenia que os chanceleres do Peru, senhor Concha, e do Chile, senhor Cruchaga Tocornal, pegos por uma tormenta na cordilheira dos Andes, à caminho de Buenos Aires, não chegariam a tempo<sup>124</sup>.

Assim como em outros países sul-americanos, no Brasil, a opinião pública se empolgou com a paz no Chaco, havendo celebrações públicas de regozijo. No dia 12, Vargas anotaria em seus diários: “*Grandes demonstrações de alegria pela assinatura do protocolo que determinou a cessação da luta no Chaco. Discursos e suspensão dos trabalhos na Câmara e Senado*”<sup>125</sup>.

O Brasil realmente foi um protagonista no acordo, em especial, devido à ação do presidente Getúlio Vargas em prol de um entendimento. Moniz de Aragão, que fora membro da comitiva brasileira a Buenos Aires, ao desembarcar de volta ao Rio, declarou ao jornal O imparcial:

(...)o que se deve assegurar, por ser realmente, a verdade mais radiosa, é que os factores principaes da paz foram os dois presidentes do Brasil e da Argentina. As Chancellarias muito trabalharam. Mas foram os srs. General Justo e Getúlio Vargas que, conversando largamente sobre o empolgante assumpto do Chaco Boreal, chegaram à convicção de que a paz deveria ser feita ‘de qualquer maneira’. E essa convicção foi que deu força e acção às Chancellarias<sup>126</sup>.

E, ao que tudo indica, não se tratava somente de afagar a personalidade do chefe do executivo. A intervenção pessoal do presidente Vargas parece haver sido decisiva na assinatura do acordo. Em carta a Vargas, Oswaldo Aranha diria:

(...) Tens um título especial de benemerencia nesses acontecimentos. Os que contrariaram a solução, devida inteiramente á tua intervenção pessoal, ostentarão as glórias!

<sup>124</sup> O chanceler chileno, Cruchaga Tocornal, teria ficado ressentido com o que considerou uma descortesia diplomática do governo argentino. Isso, no entanto, não teria afetado a sua disposição de participar da Conferência de Buenos Aires. Recordaria seu subordinado, Enrique Bernstein Carabantes: “*Escasas horas después de la firma del Protocolo, Miguel Cruchaga y el canciller peruano, Carlos Concha, llegaron en el mismo avión a Buenos Aires. Allí pude apreciar la serenidad de mi Ministro. ‘No voy darme por aludido de este lamentable incidente’, dijo cuando fue informado de la descortesia de que habia sido objeto. ‘La amistad entre Chile y Argentina está por encima de este tipo de rencillas y celos’*” (CARABANTES, Enrique Bernstein. **Recuerdos de un diplomático**: haciendo camino 1933-1957. Editorial Adrés Bello, volumen I, 2ª ed., 1984, p.32)

<sup>125</sup> VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.1, p. 395.

<sup>126</sup> Jornal O imparcial 19-06-1935.

O bem que fizeste, contrariando a todos para melhor orientar a solução, ficará, estou certo, no segredo de algumas consciências, abafado pela vangloria dos que, errados estão, colhem, agora, os louros.

Mas isso, meu caro Getúlio, faz o bem melhor e, talvez, maior.

A verdade é, pois, que o favorável desenrolar da questão do Chaco devemos todos a ti, á tua visão, á tua iniciativa e á tua decisão na hora em que, conseguida a mediação junto a nós, continuou o Itamaraty a pretender fazer tolices.

Este paiz [os Estados Unidos] nos ajudou muitissimo e a attitude do Welles, acceitando e promovendo, em hora tão difficil, uma nova mediação, deve merecer o nosso apreço.(...)<sup>127</sup>

No dia 14 de junho, data estipulada para dar início ao cessar-fogo, o general Estigarribia mandou preparar os aviões paraguaios com bandeiras pretas e brancas que sobrevoaram o terreno para jogar flores sob os campos de batalha em homenagem aos milhares de soldados mortos de ambas as nacionalidades<sup>128</sup>.

A paz estava selada, mas desde muito cedo ela se mostrou bastante frágil. Na linha de frente não houve confraternização entre as forças adversárias. A guerra havia incitado grande ódio em ambos os exércitos. Uma hora antes de se iniciar o cessar-fogo acordado, uma programada e intensa troca de tiros teve lugar na frente de batalha. Caíam desfalecidas as últimas vítimas de uma guerra sangrenta<sup>129</sup>.

No dia 19 de junho, após ter cumprido sua missão, o chanceler brasileiro Macedo Soares regressou de Buenos Aires ao Rio de Janeiro. Vinha em um navio de guerra, a nau capitania da Marinha argentina, o couraçado “25 de Mayo”, como uma especial deferência prestada pelo presidente Justo a sua contribuição na obra de pacificação<sup>130</sup>. Ao desembarcar no Rio, foi recebido calorosamente pela população carioca. Vinha ele com o título de pacificador do Chaco e os jornais brasileiros estampavam: “*Macedo Soares, o chanceler da paz*”.

No Brasil, o clima festivo era compartilhado por todos. Só ao presidente Vargas despertava sentimentos dúbios. Por um lado, Vargas exultava pela paz americana. Por outro, o presidente parecia aciumar-se pelos trunfos pacificadores de Macedo Soares, e por sua efusiva recepção no retorno ao Rio. A paz do Chaco tornava-se o maior dos trunfos de seu chanceler,

<sup>127</sup> GV c 1935.06.02, CPDOC-FGV.

<sup>128</sup> YNSFRAN, Pablo Max. **The Epic of the Chaco**: Marshal Estigarribia's Memoirs of the Chaco War, 1932-1935. Institute of Latin-American Studies, vol.8, Austin: University of Texas, 1950, p. 211.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Segundo Jayme de Barros, no entanto, a "petulante iniciativa" havia sido concebida e fomentada pelos próprios jornalistas brasileiros presentes à capital argentina (BARROS, Jayme de. **Chão de Vida: memórias**. Ed. Leo Cristiano, 1986, p. 180.)

que nutria pretensões presidenciais<sup>131</sup>. O seu ego, no entanto, não o impediu absolutamente de enaltecer o êxito obtido de maneira conjunta. Em carta pessoal a Aranha, escrita no dia seguinte, Vargas defendeu o papel de seu chanceler, destacando a grande contribuição brasileira para a obtenção do armistício:

(...) Hontem chegou o Macedo Soares, recebido também com vivas demonstrações de regozizo popular, por motivo da paz do Chaco, que foi remate lógico do ambiente creado pela minha estadia em Buenos Aires. Posso assegurar-te que a situação era de tal ordem que só o esforço conjugado da Argentina e do Brasil, sem a intervenção perturbadora de outros mediadores, poderia conseguir a trégua que deveria anteceder a conferencia de paz. O Paraguay e a Bolívia estavam exaustos e exgotados. Desejavam a pacificação, mas tinham desconfianças reciprocas e precisavam garantir-se contra perigos futuros. Todo o trabalho consistia em fazer desaparecer esses receios e em afastar essas desconfianças. A Bolívia temia que o Paraguay-ocupante de todo o território do Chaco- após a trégua, protelasse indefinidamente as negociações de paz, sem pressa pelas conclusões. O Paraguay, por sua vez, temia que a Bolívia se aproveitasse da trégua para refazer-se militarmente, renovando a guerra, uma vez que dispunha de mais recursos. A dificuldade estava, pois, em tranquilisar essas inquietações e infundir confiança nos animos prevenidos dos indiosguaranys e aymaias, oferecendo-lhes garantias tranquilisadoras. Conversei longamente com os chanceleres dos dois paizes. Pude sentir a situação ao vivo. Aplicados os emolientes, deixei o Macedo Soares incumbido de representar o Brasil na segunda fase das negociações. Ele trabalhou bem, com dedicação, paciência e habilidade. Surgiu realmente a emulação pessoal, de que me falaste, entre ele e Saavedra, mas o Presidente Justo interveiu sempre decisivamente no sentido de apressar a solução, prestigiando o Macedo Soares (...)<sup>132</sup>

Nos dias subsequentes, as casas legislativas de ambos os países beligerantes- Paraguai e Bolívia- examinaram o acordo alcançado. Para que o protocolo fosse rejeitado não era preciso um rechaço formal, de uma ou de outra parte, mas apenas que alguma delas deixasse transcorrer o prazo limite fixado em seus artigos. Esse fato gerou uma grande expectativa sobre qual seria a postura dos parlamentares paraguaios e bolivianos. Finalmente, no entanto, a 20 de junho de 1935, o Congresso do Paraguai daria seu aval ao protocolo, sendo seguido, no dia seguinte, pelo Congresso da Bolívia<sup>133</sup>.

<sup>131</sup> No dia 7 de junho de 1935 Vargas escreveu em seu diário: “*Chegada ao Rio. Desembarque no Ministério da Marinha, recepção oficial no mesmo e marcha para o Guanabara, juntamente com o presidente Antônio Carlos. Muita gente na avenida. Desfilamos por entre duas compactas filas do povo. Mas recepção fria do público*” (grifo nosso) (VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.1, pp. 394-5). Em 19 de junho de 1935, quando Macedo Soares desembarcou no Rio, Vargas escreveria: “*Grandes manifestações populares organizadas por uma comissão de jornalistas e com o apoio e colaboração do governo receberam o ministro Macedo Soares, que regressou de Buenos Aires a bordo do cruzador argentino 25 de Maio.*” (VARGAS 1995, Op. cit., p. 397).

<sup>132</sup> GV c 1935.06.02, CPDOC-FGV.

<sup>133</sup> COELLO, Vicente Rivarola. **Memorias diplomáticas**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, tomo III, 1955, p. 311.

O protocolo de paz de 12 de junho estabelecia essencialmente três medidas de segurança: a) a desmobilização dos exércitos em um prazo de 90 dias, contados a partir da data de fixação da linha de separação dos exércitos; b) a obrigação das partes em não efetuarem novas aquisições de material bélico, exceptuando-se as reposições necessárias para manutenção do poderio militar; e c) a obrigação de não agressão mútua. Para implementar essas três medidas de segurança, o grupo mediador decidiu instituir, a partir do mesmo documento, um organismo militar denominado “Comissão Militar Neutral” que ficou incumbido da tarefa hercúlea de separar os exércitos combatentes, traçando uma zona neutra, de fiscalizar a sua desmobilização e de fiscalizar as novas aquisições de armamentos.

Este organismo composto pelos representantes dos seis estados mediadores trabalharia de modo incessante até a obtenção de suas obrigações. Ele ficou sediado em Villa Montes, na Bolívia, às margens do rio Pilcomayo, onde ainda se encontrava o grosso dos dois exércitos em choque. A ideia de enviar uma missão de observadores militares ao terreno era algo inédita na história, tomando corpo muito antes das missões de “*peacekeeping*” da ONU<sup>134</sup>.

No que tange a conformação de tal Comissão, uma ação previdente do chanceler brasileiro Macedo Soares impediu a materialização de um novo contratempo que poderia ter sido potencialmente nocivo ao acordo de paz, produzindo maiores atrasos e complicações. O incidente ocorreu no dia 12 de junho, quando o militar argentino Martinez Pita, designado para chefiar a representação argentina, e presidir esta Comissão, recusou-se a partir ao Chaco sem antes obter instruções precisas do grupo mediador. A demora na redação de tais instruções poderia haver implicado em atrasos inconvenientes, ou mesmo no fracasso do acordo bilateral, fazendo-se transcorrer o prazo estipulado. No amanhecer do dia 12, no entanto, os mediadores foram surpreendidos pela proatividade do brasileiro que junto a sua delegação em Buenos Aires aproveitou a madrugada para redigir tais termos, agilizando o processo<sup>135</sup>.

Para fiscalizar a desmobilização dos exércitos paraguaios acordou-se que seriam designados enviados militares do Brasil e da Argentina para fixarem-se em Assunção. Para

---

<sup>134</sup> Segundo Saavedra Lamas: “*La formación de una fuerza internacional a los efectos de una función de policía que asegurase la paz, había sido, en un momento dado, el ideal sugerido a la Sociedad de las Naciones. Los regímenes de garantía y de seguridad se habían proyectado en múltiples formas, desde el Tratado de Garantía Mutua propuesto en la Sociedad de las Naciones en 1924, hasta el posterior de Locarno. Pero ¡cuántos obstáculos detuvieron su posibilidad y su eficacia práctica! En nuestro caso no trepidamos en crear una fuerza internacional y en enviarla como policía internacional para separar dos ejércitos en guerra.*”(CARLOS SAAVEDRA LAMAS, **Vida Internacional**- prólogo al volume II Derecho Internacional por Michel Cruchaga Tocomal, p.18)

<sup>135</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha, Biblioteca do Exército Editora, 1958, pp.224-226; 265-266.

fiscalizar a desmobilização dos exércitos bolivianos foram apontados militares do Chile e Peru para La Paz. Além disso, militares de outros países foram designados para pontos estratégicos como Puerto Pinasco (EUA), Puerto Casado (Chile), Santa Cruz de La Sierra (Brasil), Cochabamba (Chile), Sucre e Potosí (Brasil), Oruro (Brasil) e Tarija (Uruguai) <sup>136</sup>.

Para chefiar a representação do Brasil na Comissão Militar Neutral foi designado o coronel Estevão Leitão de Carvalho, então diretor da Escola do Estado Maior do Exército. Estevão Leitão seria escolhido pelo chanceler Macedo Soares junto a quem havia atuado na delegação brasileira à Conferência de Desarmamento de Genebra em 1932, sob a função de consultor militar. Além do coronel Leitão, a delegação brasileira à Comissão Militar Neutra foi composta pelos adidos militares brasileiros em Assunção, o major Pery Bevilacqua, e em La Paz, Heitor da Fontoura Rangel <sup>137</sup> (Ver Tabela 2).

No dia 16 de junho de 1935, após reuniões preliminares com representantes de ambos os lados, a Comissão instalou sua sede em Villa Montes no extremo ocidental do Chaco, com a presença dos representantes de todas as delegações mediadoras. Como visto, a escolha do local fora proposital. Apesar das instalações precárias, incapazes de satisfazer os representantes estrangeiros <sup>138</sup>, Villa Montes tinha pista de aeroplanos e ficava na orla da estrada de rodagem Yacuiba-Santa Cruz, permitindo rápida comunicação com as capitais La Paz, Assunção e Buenos Aires.

Após visitar a linha de frente e conversar com os comandos dos países em guerra, no dia 23 de junho, a Comissão Militar Neutral determinou como sua primeira ordem um distanciamento mínimo de 3 km entre os dois exércitos na linha de frente, criando-se uma linha intermédia, a chamada “*línea de hitos*”, ou linha de marcos fronteirizos provisórios <sup>139</sup>. Desde pronto haveria divergências quanto essa linha de separação dos exércitos, fazendo com que ela tivesse um tamanho variável ao longo de sua extensão. A Bolívia alegava não poder recuar muito, em alguns pontos, devido aos acidentes geográficos (montanhas) que cercavam

---

<sup>136</sup> MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. **O arquivo de José Carlos de Macedo Soares**: correspondência ativa e passiva; EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003, pp. 81-82.

<sup>137</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha, Biblioteca do Exército Editora, 1958, p. 259.

<sup>138</sup> A simplicidade do local era grande. O casebre rústico onde se dariam as reuniões dos representantes internacionais foi denominado ironicamente de “Cassino internacional” pelos membros incumbidos de realizar a desmontagem da máquina bélica. Nem a mesa de reuniões era grande suficiente para comportar todos os mediadores, de modo que ficavam alguns em pé. (CARVALHO, 1958, Op. cit., pp.277-78.)

<sup>139</sup> A “*línea de hitos*” era uma linha de postes de madeira que servia para demarcar a linha intermediária entre os dois exércitos. Ela estabelecia uma zona desmilitarizada e uma fronteira provisória entre Paraguai e Bolívia enquanto os dois países discutiam o tratado definitivo de paz. Ela era uma linha de postes equidistantes 500 metros uns dos outros, delimitada tomando por base todas as edificações defensivas e trincheiras avançadas das duas nações (CARVALHO, 1958, Op. cit., p. 283).

suas tropas. De seu turno, o Paraguai não aceitava recuar mais do que os seus adversários <sup>140</sup>. Os governos beligerantes, ademais, divergiam sobre a ideia de neutralizar uma zona submetendo-a ao controle de terceiros países <sup>141</sup>.

Para além das disposições militares, outra parte do protocolo de paz estabelecia a organização de uma conferência econômica para dar uma solução comercial à questão do Chaco. Os paraguaios vinham pressionando pela sua realização. Em maio de 1935, os delegados paraguaios à Conferência Comercial Pan-Americana, que, coincidentemente, reunia-se em Buenos Aires ao mesmo tempo em que lá se encontravam os mediadores, pressionaram pela realização dessa conferência. Ela, no entanto, não se realizou imediatamente. Seria preciso primeiro resolver as questões relativas à segurança no Chaco para depois abordar a questão da recuperação financeira dos exaustos beligerantes e do aproveitamento das riquezas do território.

Não escapava ao Brasil a necessidade de se dar uma solução econômica à questão. Em ato consentâneo com tais propósitos, no dia 21 de junho, por exemplo, Vargas teve encontro com o representante paraguaio Justo Pastor Benitez no Rio no qual ofereceu aos soldados paraguaios licenciados trabalho temporário na colheita do café de São Paulo. Nessa reunião, aproveitou Vargas para questionar a situação financeira e econômica do Paraguai, discutindo questão da interligação ferroviária e do porto franco. Para o presidente brasileiro era preciso dar uma solução ampla, americana e integral, de modo a fazer desaparecer as intrigas e desacordos que poderiam ocasionar guerras futura <sup>142</sup>.

Demonstrando saber ele as dificuldades de conciliar os pontos de vista diria: *"Si los paraguayos y bolivianos han luchado con tanto ardor por el Chaco, seguramente, cada uno ha de creer suyo ese territorio, dijo sonriendo"*. Vargas também questionou o contrassenso da tese portuária boliviana, que antes dizia nunca ter tido porto no rio Paraguai e agora defendia devolução de Porto Pacheco: *"Bolívia nunca tuvo puerto sobre el Rio Paraguay? Qué es esa cuestión de Puerto Pacheco, que dice haber perdido?"* <sup>143</sup>.

---

<sup>140</sup> A aceitação das medidas de separação dos exércitos determinadas pela Comissão Militar Neutral padeceu com a resistência dos ex-beligerantes. A resistência em efetivar recuos variava de setor a setor, produzindo uma separação dos exércitos não uniforme, indo de 20 km, ao norte, a 3 km, em alguns trechos da frente. Na parte mais ocidental do Chaco, na região que margeia a serra de Aguarague, em cujas encostas encontrava-se a zona petrolífera, a Bolívia não aceitava recuar um milímetro sequer, permanecendo os dois exércitos em contato direto (CARVALHO, 1958, Op. cit., p.308).

<sup>141</sup> O Paraguai não queria a neutralização de zona alguma. O país queria consolidar a fronteira militar como fronteira definitiva (CARVALHO, 1958, Op. cit., p.286).

<sup>142</sup> Legación del Paraguay en Rio de Janeiro para ASUNCIÓN. Aide-Memoire, 22.06.1935, Correspondencia General, vol.1, Archivo Cancilleria del Paraguay.

<sup>143</sup> Ibidem.

#### IV. O BRASIL E A CONFERÊNCIA DE PAZ DE BUENOS AIRES (1935-1939)

##### 4.1- “A reversão de expectativas e a opção pelo gradualismo” (de julho de 1935 a novembro de 1935)

O armistício firmado em Buenos Aires apenas interrompeu a luta física dos exércitos nos campos de batalha. Nos três anos seguintes, se desenrolaria em Buenos Aires uma intensa luta diplomática entre beligerantes e mediadores no âmbito da conferência de paz do Chaco. Silenciados os canhões na selva chaqueña, seria necessário agora discutir questões como responsabilidades de guerra, indenizações, repatriação de prisioneiros, separação e recuo dos exércitos, além de se chegar a um traçado equânime de fronteira que satisfizesse às opiniões públicas e aos governos de ambos os países.

A questão era complexa e estavam em jogo grandes interesses não apenas dos ex-beligerantes. Logo teriam início as negociações espúrias, as articulações de bastidores, as manobras, as traições, os ataques e as trocas de acusações que fizeram a Conferência de paz se estender por longos três anos<sup>1</sup>.

Em 2 de julho de 1935, no entanto, o clima era de otimismo. Nessa data, ocorreu em Buenos Aires a cerimônia de inauguração dos trabalhos da Conferência de Paz do Chaco, realizada, de forma esplendorosa, em um salão adjacente ao Salão Branco da Casa Rosada. Ela contou com a presença do presidente e do chanceler argentinos, Agustin Justo e Saavedra Lamas, e dos representantes dos demais países mediadores, inclusive do Brasil, representado provisoriamente pelo embaixador Bonifácio de Andrada<sup>2</sup>.

Logo após regressar de Buenos Aires, o chanceler Macedo Soares dedicar-se-ia a organizar a representação brasileira na conferência de paz do Chaco, definindo os seus integrantes. O chanceler brasileiro acreditava que a escolha dos membros tinha que ser feita com grande zelo, “*à altura dos grandes e delicados problemas que teremos que examinar e resolver, conscientes das graves responsabilidades que nos tocam*”<sup>3</sup>. Assim, os membros da

---

<sup>1</sup> A Conferência de Paz do Chaco foi demasiado extensa. Inicialmente previa-se que ela deveria durar apenas algumas semanas ou meses. Ela, no entanto, durou mais de três anos (2 de julho de 1935 – 23 de janeiro de 1939). Apenas a título de comparação, deve-se notar que a Conferência de Paz de Versalhes que encerrou a muito mais vasta Primeira Guerra Mundial durou apenas seis meses (28 de junho de 1919 – 21 de janeiro de 1920).

<sup>2</sup> Nesta primeira etapa, as negociações transcorreram apenas entre julho e agosto de 1935. Em 16 de agosto de 1935, as negociações foram suspensas.

<sup>3</sup> EXTERIORES para BRASEMB-Buenos Aires. Telegramas, confidencial, NP, nº138, Chaco. Conferência de Paz. 28.06.1935. AHI 14\2\11.

delegação brasileira foram todos escolhidos a dedo e o Brasil foi um dos poucos países- tal como o Chile e os EUA- que nomearam representantes especiais para a conferência de paz.

A escolha do nome para a sua chefia suscitou mesmo um embate entre o presidente Vargas e Macedo Soares, envolvendo também razões de política interna. Vargas queria o seu ex-chanceler Afrânio de Melo Franco, pois acreditava ser a escolha um passo para conciliação com a bancada mineira. Macedo Soares queria Raul Fernandes, pois acreditava que ele abriria caminhos para sua futura candidatura presidencial<sup>4</sup>. Por fim, a escolha para chefiar a delegação brasileira acabou recaindo sobre o embaixador José de Paula Rodrigues Alves.

Rodrigues Alves era um experimentado diplomata, filho de um ex-presidente, e que já havia servido por longos anos em postos gabaritados da América do Sul como Assunção (1924-1926), Buenos Aires (1926-1930) e Santiago (1931-1935). Profundo conhecedor da realidade política sul-americana, foi ele selecionado para dar cabo à complexa questão<sup>5</sup>. Além dele, a delegação brasileira também foi composta pelo diplomata Edmundo da Luz Pinto e do assessor Orlando Leite Ribeiro<sup>6</sup>. Ademais, o secretário Oswaldo Frust foi designado como agente de ligação entre a delegação do Brasil e da Bolívia; e o secretário Fernando Nilo de Alvarenga foi indicado como agente de ligação entre a delegação do Brasil e do Paraguai (ver anexo I, tabela 1).

Mesmo de volta ao Rio de Janeiro, Macedo Soares ainda continuou tentando influir para um desenlace na questão do Chaco. O chanceler brasileiro mostrava-se insatisfeito com os resultados alcançados em Buenos Aires. Conforme notou o embaixador americano,

---

<sup>4</sup> No dia 10 de junho de 1935, Vargas escreveria em seu diário *“Na conferência com o ministro do Exterior tratamos do preenchimento das vagas ocorridas ultimamente no Itamarati. Depois, como acontece com frequência, passou a falar na política interna e me propôs que nomeasse seu irmão, José Eduardo, interventor no Estado do Rio, substituindo Ari Parreiras. Mostrei-lhe logo o inconveniente dessa nomeação. Tratando-se da Conferência do Chaco, propôs-me a nomeação de Raul Fernandes para evitar que ele requeresse, nas eleições suplementares que se deviam realizar em Vassouras, um habeas-corporis para garantir seus correligionários, pois ficaria mal que essa medida fosse solicitada pelo leader da maioria. Achei o motivo fútil, mas aceitei o candidato em substituição a Afrânio, que eu propunha. Ele não pensou que essa medida irá, talvez, enfraquecer a política radical no Estado do Rio, dando a impressão de que o governo (quer) afastar Raul Fernandes da função de leader no momento das eleições”* (VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol. 1, pp. 389-390). No dia 27 de junho de 1935, Vargas escreveria: *“O ministro do Exterior veio procurar-me para dizer que Raul Fernandes aceita a chefia da delegação brasileira à Conferência de Paz e solicitar minha intervenção para resolver o caso do Estado do Rio, dizendo que a candidatura mais provável é a do seu irmão José Eduardo”* (Id. Ibid, p.399)

<sup>5</sup> O embaixador brasileiro em Buenos Aires, Bonifácio de Andrada, seria preterido, primeiro, porque pairavam dúvidas quanto ao acompanhamento que dera a questão do Chaco no passado e ,em segundo lugar, porque não se desejava que eventuais e prováveis divergências no seio conferência de paz pudessem contaminar a agenda bilateral entre Brasil e Argentina.

<sup>6</sup> Por uma ironia do destino, Orlando Leite Ribeiro serviria baixo as ordens de Rodrigues Alves, diplomata que anos antes, na condição de ministro em Assunção, ordenara a sua prisão.



Gibson, em comunicação ao departamento de Estado, apesar de estar de volta ao Rio a mais de uma semana, Macedo Soares “*is still very much preoccupied with Chaco matters*”<sup>7</sup>.

Prescindindo da colaboração de Saavedra Lamas, o político paulista pretendia entabular negociações diretas com o presidente Justo, a quem considerava ter tido papel de destaque na paz alcançada. Essa atitude, no entanto, não teve o respaldo de seus pares. Desde Washington, Oswaldo Aranha, reputava essa atitude como perigosa e temia constrangimentos bilaterais. Como escreve Helder Gordim da Silveira:

Macedo Soares decidira prosseguir na tática de evitar Lamas, negociando, diretamente com Justo. Dos EUA, Aranha, ainda envolvido no grave desentendimento com o Itamaraty, comunica a Vargas a sua preocupação: ‘Li telegramas delle [Macedo Soares] ao Gibson e recomendações feitas ao Gordon, nas quaes declara que conseguirá tudo dirigindo-se diretamente ao Justo’. Isto é perigoso e debes estar attento, porque nada explicaria um Ministro corresponder-se com o chefe de outra nação sem prévia autorização ou recomendação do seu próprio presidente.’ Classificando a atitude de Soares como um ‘desatino’, Aranha parece mais uma vez, não emprestar importância à rivalidade com a Argentina, a qual sempre orientara a ação do Itamaraty, particularmente no que se refere à tática empregada por Macedo Soares.<sup>8</sup>

Macedo Soares temia que as rédeas da Conferência ficassem inteiramente em mãos argentinas e, por isso, logo se engajou na disputa pelos cargos de direção dos trabalhos de mediação. Como a presidência da Conferência caberia naturalmente a Saavedra Lamas por sua condição de anfitrião, o Brasil visionava outros postos-chaves. O chanceler brasileiro, por exemplo, fez pressão pela substituição do paraguaio Podestá Costa pelo norte-americano Allan Dawson, como secretário-geral da conferência<sup>9</sup>. Os EUA, no entanto, repudiaram a ação do ministro paulista, rejeitando qualquer disputa para não criar constrangimentos com os anfitriões argentinos. Como fórmula de conciliação, Gibson (EUA) propôs que houvesse uma espécie de partilha do cargo, e que cada delegação pudesse nomear um representante perante a Secretaria-Geral da Conferência.

Os militares brasileiros também temiam que a Argentina tivesse um papel muito proeminente no trabalho de pacificação. Para eles, era real a ameaça de que a Argentina, mediante pressão diplomática pudesse obter uma total absorção econômica, política e militar da Bolívia. Os temores brasileiros eram maiores tendo em vista a situação de fragilidade

<sup>7</sup> FRUS, 1935, vol.IV, The American Republics, p. 304.

<sup>8</sup> SILVEIRA, Helder Gordim da. **Argentina X Brasil: A Questão Do Chaco Boreal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, pp.150-151

<sup>9</sup> Allan Dawson era o secretário do embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Hugh Gibson (ROUT JR., Leslie Brennan. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p.113, notas)

política e militar boliviana e a possibilidade de desmembramento territorial das províncias de Santa Cruz e El Beni em desfavor de seus interesses<sup>10</sup>.

Apesar das desconfianças brasileiras, nas primeiras semanas de trabalhos da Conferência tudo caminharia bem. Os primeiros contatos entre os representantes dos principais mediadores, Rodrigues Alves e Saavedra Lamas, seriam amistosos<sup>11</sup> e o presidente Justo recepcionou os membros da delegação brasileira em ambiente de maior cordialidade assegurando estar certo da vitória próxima<sup>12</sup>.

Havia outras notícias auspiciosas. Em inícios de agosto de 1935, o Congresso boliviano prorrogou por mais um ano o mandato do presidente Tejada Sorzano, fornecendo uma nova garantia da estabilidade política do país e uma base estável para continuidade dos acordos<sup>13</sup>. Além disso, teve lugar no Chaco um encontro entre os comandantes militares dos exércitos paraguaios e bolivianos, Estigarribia e Penarãnda, o chamado encontro de Puesto Merino, que transcorreu em ambiente amigável, com a troca de presentes, brindes de champanhe e discursos emocionados entre os comandantes militares de ambos os lados<sup>14</sup> (ver figura 11).

O encontro fôra iniciativa da Comissão Militar Neutra com vistas a sepultar definitivamente as desconfianças entre os ex-beligerantes<sup>15</sup> e para representar o Brasil na entrevista foi escolhido o general Estevão Leitão de Carvalho. O observador militar brasileiro relataria o encontro da seguinte forma:

(...)a entrevista foi verdadeiramente cordial, produzindo-se verdadeira confraternização entre os dois chefes e os officiaes dos respectivos estados-maiores. O General Estigarribia, o primeiro a fallar, dirigio algumas palavras de saudação ao seu ex-contendor, relembrando a lucta aspérrima e demorada que acabava de findar e elogiando a bravura e o cavalheirismo do exército boliviano. O General Peñaranda, muito emocionado, respondeu em igual tom, comovendo-se profundamente toda a assistência. A entrevista durou

<sup>10</sup> Relatório apresentado ao Conselho Superior de Guerra redigido pelo general Waldomiro Castilho de Lima abordando a situação do Brasil como potência militar na América do Sul, fundo Góes Monteiro, microfilme:047-097 Arquivo Nacional.

<sup>11</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Buenos Aires) a EXTERIORES. Ofícios, DB\3, confidencial, Chaco. Conferência de Paz, 16.07.1935, AHI 76\4\17.

<sup>12</sup> DELEBRAS-Buenos Aires a EXTERIORES. Memorandum. Chaco. Audiências do Presidente Justo e do Ministro Saavedra Lamas, DB\ 23.07.35. AHI 76\4\17.

<sup>13</sup> Em 5 de agosto de 1935, o congresso boliviano prorrogaria mandato de Tejada Sorzano até 6 de agosto do ano seguinte.

<sup>14</sup> Detalhes do encontro revelam o clima amigável. Por exemplo, quando uma taça de champanhe caiu das mãos de Penaranda se estilhaçando no chão, Estigarribia exclamou rapidamente “*Es buena suerte!*”, oferecendo a sua própria taça ao general boliviano. Penaranda presentiu o oficial paraguaio com um relógio de ouro que marcava a hora exata da entrevista memorável. Em agradecimento, Estigarribia lhe presentearia com a sua pistola pessoal que lhe acompanhara ao longo de toda a campanha (ESTIGARRIBIA DE FERNÁNDEZ, Graciela. **Estigarribia**: el gran desconocido. Carlos Schauman Editor, 3ª edición, Asuncion, Paraguay, 1988, pp.52-53)

<sup>15</sup> Curiosamente, tanto Estigarribia quanto Penaranda viriam a se tornar, no futuro, presidentes dos seus países.

cerca de uma hora. Sérvio-se, durante ella, por iniciativa do presidente da Comissão, uma taça de champagne, trocando-se então brindes muito cordiaes. Os dois generaes retiraram-se acompanhados pelos membros da Comissão que lhes haviam servido de padrinhos. No momento da despedida, o General Estigarribia, como testemunho de seu espírito de paz, offereceu ao General Peñaranda a pistola com que estivera armado durante toda a campanha.(...)<sup>16</sup>

Aproveitando-se deste momento de maior cordialidade americana, o presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt, decidiu propor reservadamente aos principais países americanos a realização de uma conferência extraordinária de paz, que poderia vir a ser sediada em Washington, no Rio de Janeiro ou em Buenos Aires. A Conferência de Lima, em 1938, parecia aos olhos do presidente americano muito distante no tempo diante da preemência de se consolidar a paz na América sob bases estáveis<sup>17</sup>. Assim, pretendeu Roosevelt convocar uma conferência com a participação de todos os países das Américas.

Nos bastidores, iniciar-se-íam as negociações sobre as bases econômicas para a paz. Em agosto de 1935, por ocasião da visita dos membros da Comissão Militar Neutra a La Paz durante as comemorações das festas de independência do país, o representante brasileiro no órgão, general Estevão Leitão de Carvalho, foi abordado reservadamente pelo ministro do exterior da Bolívia, Sr. Carasco, com planos de vinculação econômica entre os dois países. Na ocasião, Carasco teria dito a Estevão que chegava o momento de “*tornar útil aos dois países*” a vinculação ferroviária pretendida, propondo que o Brasil se interessasse diretamente na exploração do petróleo boliviano, com vistas a garantir o suprimento ao seu crescente mercado interno.

Propôs o governo boliviano escoar a maior parte da sua futura produção petrolífera das províncias de Santa Cruz e Camiri por meio de um oleoduto, de uma rodovia e de uma ferrovia que interligassem essas cidades à cidade brasileira de Corumbá, localizada nas margens do rio Paraguai. Para garantir a viabilidade desse projeto, considerava o governo de La Paz, até mesmo, a desapropriação das jazidas da Standard Oil que eram mantidas desativadas propositalmente pela empresa<sup>18</sup>.

O general brasileiro escutou atentamente as propostas bolivianas, apenas sugerindo que, para não despertar rivalidades com a Argentina, fosse criada uma espécie de divisão de

<sup>16</sup> MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. **O arquivo de José Carlos de Macedo Soares**: correspondência ativa e passiva; EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003, pp. 84-85.

<sup>17</sup> GV c 1935.07.20, CPDOC-FGV.

<sup>18</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha, Biblioteca do Exército Editora, 1958, pp. 376-382.

zonas de influência no país andino. Discutiuiu-se que ao Brasil deveria caber a exploração da zona acima do paralelo 21º, ficando com os poços de Camiri, e à Argentina a zona inferior a esta linha, ficando com os poços do Bermejo<sup>19</sup>.

A guerra do Chaco fez com que a Bolívia assumisse um lugar privilegiado nos cálculos dos estrategistas militares brasileiros. Essa percepção difundiu-se, em especial, com a divulgação do livro do tenente-coronel do exército Mário Travassos, “Projeção Continental do Brasil” (1931\35), obra que situava no país andino a chave para a hegemonia regional sul-americana<sup>20</sup>. Apesar de não ser a primeira obra de geopolítica brasileira, a obra de Travassos foi um divisor de águas no pensamento geopolítico nacional:

a geopolítica travassiana situa[va] o Brasil em uma América do Sul flanqueada por dois pólos de poder: ao sul, a Argentina, na época uma república bem sucedida, a tal ponto de ser considerada a mais próspera da América do Sul; ao norte, os EUA, a república imperial que transformou o mar das Antilhas no “mediterrâneo americano”<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Segundo relataria o coronel Estevão Leitão em carta ao então chanceler Macedo Soares, durante a visita dos membros da Comissão Militar Neutra à La Paz, em agosto de 1935, ele teria se deparado com toda sorte de propostas para a exploração do petróleo boliviano pelo Brasil.

Primeiro, na tarde do dia 7 de agosto, foi abordado pelo ministro do exterior da Bolívia, Sr. Carasco, com a proposta de exploração exclusivamente governamental. Carasco sugeria que se estabelecesse uma empresa com capitais brasileiros e bolivianos como fachada, interessando-se nela os dois governos, para que tivessem controle efetivo da indústria. Segundo propunha, o petróleo seria levado ao rio Paraguai, por meio de oleoduto entre Camiri-Corumbá, onde se estabelecería uma refinaria. Paralelo a este oleoduto, propunha ele a construção de uma estrada de rodagem interconectando Corumbá a Santa Cruz, cidade esta última que seria ligada, por meio de uma ferrovia, a Camiri, onde já funcionava uma refinaria da Standard Oil com capacidade de produção de 50.000 litros excedentes de gasolina, para avião e automóvel.

Na mesma tarde, Estevão Leitão foi procurado, na casa do adido militar brasileiro em La Paz, pelo presidente da Suprema Corte de Justiça, Sr. Hirm Loyaza, também presidente da *Companhia Petrolera Sul-Americana S.A.*, concessionária de terrenos petrolíferos em Camiri, com a proposta de exploração exclusivamente privada. Propôs ele abrir imediatamente uma capitação de recursos no Brasil.

À noite, em conversa reservada com um alto funcionário da chancelaria boliviana, foi aventada uma terceira alternativa: a divisão da zona petrolífera boliviana segundo esferas de influência entre as duas maiores potências sul-americanas, Brasil e Argentina, com vistas a evitar rivalidades decorrentes da questão. Ao Brasil, caberia a zona acima do paralelo 21º, ficando com os poços de Camiri. À Argentina, a zona inferior a esta linha, ficando com os poços do Bermejo. O Chile, por sua vez, não entraria na divisão, permanecendo o senhor das zonas andinas, com o domínio de suas minas, do comércio, da indústria e das profissões liberais.

Sem opinar sobre qual deveria ser a melhor opção, Estevão Leitão concluiria a missiva dizendo: “*O que se tornava necessário era tomarmos posição nesse jogo.*” (MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. **O arquivo de José Carlos de Macedo Soares**: correspondência ativa e passiva; EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003, pp.86-96)

<sup>20</sup> Segundo o historiador argentino Miguel Angel Scenna: “*No começo da década de trinta apareceu no Brasil um livro singular que deveria exercer uma profunda influência que chega aos nossos dias. Não foi por certo um best-seller comentado pela crítica, nem um sucesso literário de impacto direto. Passou despercebido pelo grande público, não alcançou tiragens maciças, nem provocou comentários entusiásticos da imprensa dominical. Seu título era pouco propício para atrair leitores- Projeção Continental do Brasil- e seu autor um adusto e desconhecido capitão do exército brasileiro, Mario Travassos, duas condições pouco alentadoras para cobrir as vitrines das livrarias. Sem dúvida o livro foi lido e relido por quem deveria lê-lo e de certa forma passou a ser o pilar teórico sobre o qual se levanta o Brasil de nossos dias*” (SCENNA, 1976, p. 323)

<sup>21</sup> MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. **Os construtores da geopolítica sulamericana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, p. 50.

Em seus escritos, Travassos argumentava que os acidentes geográficos da América do Sul teriam tido repercussões profundas na política regional, determinando o grau de interação política, social e econômica entre os distintos povos da região. Enquanto a Cordilheira dos Andes estabelecia uma segmentação leste-oeste do continente, as Bacias Amazônica e do Prata condicionavam a uma divisão norte-sul. Nesse panorama, a Bolívia era o único país da América do Sul a ocupar simultaneamente ou exercer projeção sobre todos os três espaços de poder resultantes (Andes, Amazônia, Prata). Segundo Travassos, era no país andino em que se localizava o “*heartland sul-americano*”<sup>22</sup>, o ponto de contato entre essas diferentes zonas, vital para o controle de todo o continente e o “*triângulo estratégico*”, localizado entre as cidades bolivianas de Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Sucre, era o coração geopolítico da América do Sul.

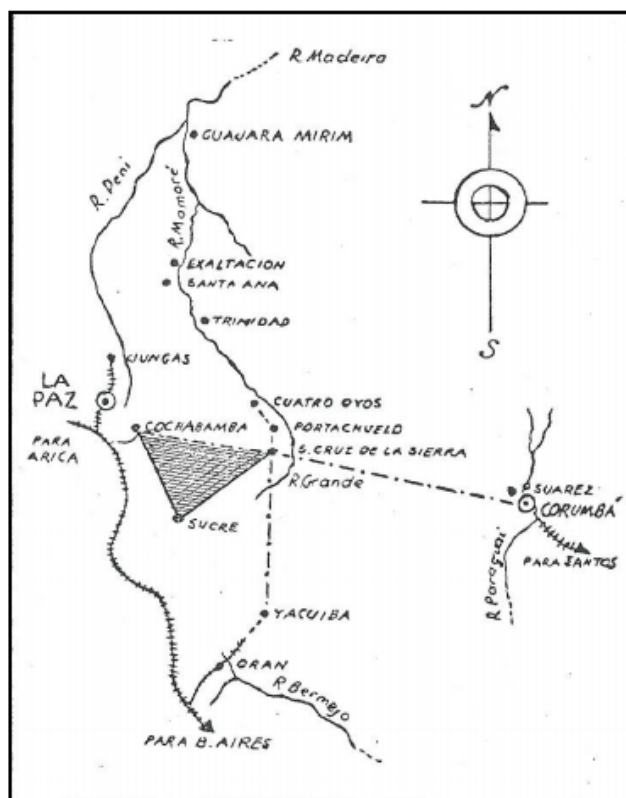
Travassos, então, alegava que para projetar o seu poder regionalmente era vital que o Brasil dominasse aquela região. Outrossim, advogava como necessária uma série de “*ações neutralizadoras*”, capazes de barrar a projeção argentina no continente, esvaziando a importância de Buenos Aires como porto comercial. Para ele a equatorialidade (projeção espacial no sentido leste-oeste) do Brasil deveria contrapor-se à australidade (expansão no padrão norte-sul) da Argentina. Segundo cria era importante substituir o corredor norte-sul de escoamento natural platino, que vai desembocar na cidade de Buenos Aires, por um eixo leste-oeste artificial de ferrovias e rodovias, construídas com capital nacional brasileiro.

Nessa lógica, era enorme para o Brasil a importância estratégica da vinculação brasileira com os países vizinhos menores – o Paraguai e, especialmente, a Bolívia- que mais tarde Golbery chamaria de ‘prisioneiros geopolíticos’ ou ‘zonas de fricção’, onde quer queiram, quer não, viriam a contender os interesses brasileiros e argentinos (COUTO E SILVA, 1981: 55).

---

<sup>22</sup> Conceito de “Heartland” ou “região-chave” concebido pelo estudioso da geopolítica sir Halford MacKinder.

### Mapa 13 - O heartland sul-americano na concepção de Mário Travassos



Fonte: Adaptado de TRAVASSOS, Mario. Projeção Continental do Brasil. In: MIYAMOTO, Shiguenoli. *O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais (área de Ciência Política) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981, p. 67.

A questão do Chaco envolvia interesses de projeção regional de Brasil e Argentina e isso logo ficaria claro, mas, por ora, as tensões pareciam restringir-se a Paraguai e Bolívia. Em meados de agosto, o ambiente auspicioso dos primeiros dias da Conferência de Paz começou a mudar rapidamente. Já nesse mês, a Conferência foi forçada a decretar uma suspensão das sessões plenárias de modo a impedir a ruptura das negociações, o que ocorreu devido à falta de avanços nas discussões acerca das responsabilidades e acerca da repatriação dos prisioneiros de guerra, os primeiros grandes entraves à obra da conferência de Buenos Aires<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> No que tange a questão das responsabilidades de guerra, os problemas viriam a se manifestar já a 26 de julho de 1935, na VII reunião plenária da Conferência, durante a qual se discutiria pela primeira vez a criação de uma Comissão de Responsabilidades, como previsto no § 7, art 1 do protocolo. Nessa reunião houve um impasse quanto a composição de tal comissão. Havia entendimento prévio com os bolivianos de que ela fosse composta por juizes das altas cortes de Brasil, Argentina e EUA. A ideia teria encontrado certa acolhida no Paraguai, que, propôs somente modificações. Nada obstante, para surpresa geral o delegado uruguaio, Manini Rios, proporia que a Comissão fosse composta por “países longíquos, de outro Continente, da Europa, propondo mesmo o nome da Dinamarca, da Belgica e da Suíça”, por não estarem diretamente envolvidos na questão. Por fim, os mediadores decidiram pela criação de um subcomitê de três países - Brasil, Peru e Uruguai- para estudar a composição da Comissão (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. Ofício, confidencial, Chronica da Sessão VII da Conferência de Paz, DB\14, 27.07.1935, AHI)

A questão dos prisioneiros era a mais premente delas já que eram grandes os apelos dos familiares e de instituições humanitárias para uma devolução rápida dos cativos da guerra. No entanto, pretendeu o Paraguai explorar a desproporção do número de prisioneiros como forma de obter maiores concessões diplomáticas da Bolívia. Enquanto o Paraguai possuía em seu poder 17 mil prisioneiros bolivianos, a Bolívia possuía apenas 2.500 paraguaios sob seu comando. Assim, buscou o Paraguai, bloquear o máximo de tempo possível a devolução, visando concessões diplomáticas ou compensações pecuniárias, algo que sabidamente desestabilizava a situação interna na Bolívia. Temia também o Paraguai que, em uma entrega muito célere, estes homens viessem a ser reintegrados no seio exército boliviano que ainda se encontrava em posições de combate. Ademais, com os jovens paraguaios conscritos, os prisioneiros bolivianos haviam se tornado uma importante fonte de mão de obra gratuita (ZOOK, p.237) da qual o país guarani não podia prescindir facilmente.

O primeiro entrave surgiu quando a federação dos estudantes de La Paz propôs que a repatriação dos prisioneiros começasse com uma simples troca de estudantes. O governo paraguaio acolheu a ideia afirmando ser uma troca vantajosa para a Bolívia. Segundo os paraguaios, eles tinham sob sua tutela mais de mil estudantes bolivianos, enquanto a Bolívia não tinha mais de setenta estudantes guaranis. A Bolívia, no entanto, rejeitou essa tese, dizendo que atender tal sugestão “*seria estabelecer uma exceção, invalidar o ponto de vista sustentado pelos bolivianos e aceitar a these paraguaya, ou seja a troca de homem a homem e não a ‘troca proporcional’(...)*”<sup>24</sup>.

No dia 5 de agosto de 1935, os paraguaios repeliram o projeto apresentado pelo embaixador Gibson, dos EUA, que propunha repatriação imediata de todos os prisioneiros de guerra, sob supervisão da Comissão Militar Neutral. Conforme reportou o agente de contato Fernando Nilo de Alvarenga, do lado paraguaio, a proposta Dawson foi recebida com consternação. “[Os paraguaios] Consideram o projecto do Delegado americano más bolivianista que las proposiciones presentadas por el Ministro Elio[boliviano](...) Afirma a Delegação do Paraguay que o presidente Ayala seria deposto em 24 horas, caso approvasse tal proposta<sup>25</sup>”, escreveu ele. Desse modo, o governo paraguaio passou a advogar pela

---

<sup>24</sup>OSWALDO FURST a RODRIGUES ALVES. Informação, Chaco. Conferência de Paz. Troca de prisioneiros-These boliviana,confidencial, DB, 25.07.1935, AHI 76\4\17.

<sup>25</sup>ALVARENGA para RODRIGUES ALVES. informação, Chaco. Troca e repatriação de prisioneiros, confidencial, DB\SN , 06.08.1935, AHI 76\4\17.

repatriação dos enfermos, mutilados e maiores de 50 anos, deixando a repatriação dos demais prisioneiros para data futura sem fixação<sup>26</sup>.

A desmobilização de tropas também caminhava a passos lentos. Havia grande cautela dos dois governos em efetuarem o descomissionamento de suas forças. Para além do risco de uma nova agressão, os governos preocupavam-se com o potencial destabilizador da desmobilização de seus exércitos. Em Assunção, o governo paraguaio temia que os homens que regressavam da frente de batalha pudessem pôr em cheque o governo civil de Ayala. Em La Paz, o governo boliviano também se preocupava com essa possibilidade, vendo com igual cautela a célere repatriação de prisioneiros de guerra. Temia o presidente Sorzano que, ocultos em meio aos prisioneiros libertados pelos paraguaios, houvesse elementos de perturbação da ordem interna, vide a situação dos prisioneiros cruzenhos. Assim, tudo isso teve de ser feito de forma cautelosa, pensada e ordenada.

Tendo em vista a dificuldade de se obter um acordo diplomático na questão dos prisioneiros, a Bolívia decidiu aguardar a declaração do término do conflito, prevista, segundo os termos do protocolo de paz, para setembro de 1935<sup>27</sup>. Acreditavam os bolivianos, que a partir desse momento, o Paraguai não teria mais justificativas para manter encarcerados os seus nacionais e que isso também a isentaria de pagar indenizações sobre tais cativos. A essa causa, adotou a Bolívia uma atitude abertamente obstrucionista em negociar questões por ela consideradas secundárias, como a troca de prisioneiros, enquanto o compromisso arbitral sobre a questão territorial não fosse firmado.

Essa atitude boliviana produziu, de imediato, um impasse nas negociações paraguaio-bolivianas obrigando os mediadores a decretarem uma suspensão das sessões plenárias da Conferência de paz<sup>28</sup>. Após cerca dois meses do seu início, a Conferência de paz já tinha de suspender seus trabalhos para não acabar em um fracasso completo. Começava o período de turbulência nas negociações.

<sup>26</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Telegramas cópias, Chaco. Conferência de Paz. reservado, NP, nº33, 09.08.1935, AHI 76\5\10

<sup>27</sup> O artigo III do protocolo de junho de 1935 estabelecia um prazo máximo de 90 dias para que se cumprissem as medidas de segurança e, conseqüentemente, se decretasse o fim da guerra (ver Anexo I, Documento 4).

<sup>28</sup> A 15 de agosto de 1935, Rodrigues Alves escreveria de Buenos Aires: "*Reunidos, privadamente, hontem a noite, no Ministerio das Relações Exteriores, os Chefes das Delegações Mediadoras, consideramos a necessidade imprescindível de interromper as sessões plenárias até que se tenha effectuado a completa desmobilização e isso por pretender a Bolívia, uma vez adiada a discussão sobre os prisioneiros e a responsabilidade da guerra, discutir, imediatamente, a questão de fundo, com o propósito evidente de declarar impossível qualquer accordo directo e promover o compromisso arbitral, o que nos parece não só importuno, mas também perigoso. Concordamos, unanimemente, primeiro, que será melhor dar tempo ao tempo, evitando, com discussão prematura, prejudicar a desmobilização, que se presume estará terminada até meados de Setembro, mais ou menos(...)*"(RODRIGUES ALVES(DELEBRAS- Conf. Buenos Aires a EXTERIORES. Telegramas cópias, NP, nº 38, confidencial, Chaco. Conferência de Paz. 15.08.1935, AHI 76\5\10)



Em fins de agosto de 1935, um aventado encontro no Chaco entre os presidentes de Bolívia, Tejada Sorzano, e do Paraguai, Eusébio Ayala, não se realizou<sup>29</sup> e o presidente paraguaio deu sinais de relutância e pessimismo quanto aos rumos da mediação. Dizia ele temer que, uma vez solucionada a questão dos prisioneiros, a Bolívia mudasse de atitude, perturbando o ambiente diplomático com exigências descabidas<sup>30</sup>. No dia 22 de agosto de 1935, ocorreu, em Assunção, um acintoso “*desfile da vitória*”, no qual o chefe das forças paraguaias no Chaco, general Estigarribia, comemorou a derrota total dos bolivianos, entrando na capital guarani aclamado em meio a júbilo popular (ver figura 12).

Um plano pacificador concebido pelo chanceler argentino Saavedra Lamas, logo após tomar em suas mãos a direção das negociações, também gerou enorme polêmica. Propôs ele satisfazer os beligerantes ao custo dos Estados Unidos e, principalmente, do Chile. Segundo seus termos, os Estados Unidos deviam outorgar ou convencer a seus bancos para que emprestassem dinheiro ao governo de Bolívia, que conseqüentemente usaria para pagar reparações ao Paraguai. O Chile, por sua vez, deveria devolver o litoral à Bolívia. Tanto EUA quanto Chile rejeitaram prontamente o plano do chanceler argentino.<sup>31</sup>

O plano provocou grande reação do Chile, que ameaçou desinteressar-se pela mediação caso a questão do porto boliviano no Pacífico fosse suscitada no âmbito da Conferência. O chanceler chileno acrescentava que a simples propositura de tal ideia seria considerada um ato inamistoso, considerando que seria jogar a batata quente de uma saída marítima à Bolívia em seu colo<sup>32</sup>. Os EUA também rejeitaram prontamente o plano Lamas, pois estavam certos de que o dinheiro acabaria nos cofres portenhos.

Adensando esse ambiente de divergências, houve embates entre os mediadores acerca da ampliação do número de membros da Conferência de Paz. Brasil e Chile mostram-se

---

<sup>29</sup> Mais do que na mediação em Buenos Aires, o Brasil acreditava nas negociações diretas. O Itamaraty simpatizava com a ideia de um encontro entre os presidentes de Bolívia e Paraguai no Chaco. Até meados de agosto, tudo parecia indicar nesse sentido, mas o encontro não ocorreu (LAFEYETTE (BRASLEG-Assunção para EXTERIORES. Telegramas, reservado, NP, nº 49, Chaco. Entrevista Presidentes Bolívia e Paraguai, 06.08.1935, AHI 2\5\2)

<sup>30</sup> LAFEYETTE (BRASLEG-Assunção) para EXTERIORES. Telegramas, reservado, NP, nº54, Chaco. Conferência de Paz, 15.08.1935. AHI 2\5\2

<sup>31</sup> CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: CARI/Nuevohacer, 1999, t.IX(1930-1943). Las relaciones de la Argentina con Bolívia y Paraguay. La Conferencia de Paz de Buenos Aires (julio de 1935-julio de 1938). Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/9/9-049.htm>>, consulta em 01.06.2019.

<sup>32</sup> OURO PRETO (BRASEMB-Santiago) para EXTERIORES. Telegramas, nº88, NP, confidencial, Chaco,17.07.1935. AHI 44\3\1.

contrários à proposta norte-americana de ampliação do número de países mediadores, que queriam incluir México, Colômbia e Cuba, membros da antiga Comissão dos Neutros<sup>33</sup>.

Logo, também, começaram a chegar notícias confidenciais que davam conta de um levante separatista em Santa Cruz, fomentado em grande medida pelos argentinos. O chileno Felix Nieto del Rio repassou a Rodrigues Alves informes da chancelaria de seu país que diziam que algo estava sendo tramado pelos argentinos. Nieto del Rio mostrou-lhe o telegrama do cônsul chileno em Salta que dizia que o levante estava sendo apoiado pelo importante senador argentino, o Sr. Robustiano Patrone Costa, e outros cidadãos desse país - Henrique Gandia e Moller- e do cruzenho Carmelo Ortiz Taborga, sendo que armas estariam sendo concentradas em Tacal, província de Salta para apoio logístico ao levante boliviano<sup>34</sup>.

Estando em Buenos Aires, o presidente da Comissão Militar Neutral, o argentino Martinez Pita, foi convocado a prestar informações à Conferência de Paz sobre a questão. Em seu depoimento, Pita descartou haver motivo para alarde e manifestou otimismo quanto ao encaminhamento das medidas de segurança no Chaco. Para Pita, a desmobilização estava prestes a ser concluída, a amizade alcançada entre paraguaios e bolivianos era sólida, e não passavam de boatos as notícias de um movimento separatista na Bolívia<sup>35</sup>.

A realidade, no entanto, se revelou diferente e o pessimismo tomou conta dos delegados contendores e mediadores. Para o agente de ligação brasileiro Oswaldo Frust:

A impressão do optimismo em todos deixada pela exposição feita aos mediadores pelo General Martinez Pita, chefe da Comissão Militar Neutra, foi, portanto, substituída por um período de abatimento, pois, desde que os paraguayos e bolivianos della tiveram conhecimento começaram a reagir, incompreensivelmente, contra tudo quanto aquelle militar informou, tentando mesmo deprimil-o<sup>36</sup>

Já em setembro de 1935, os paraguaios começaram a manifestarem-se menos favoráveis a um acordo equânime, buscando fazer valer a qualquer custo os territórios

---

<sup>33</sup> O secretario de Estado americano avaliava: “(...)there is no justification for excluding Mexico, Colombia, and Cuba, which were also members of the original commission of neutrals.(...)” (FRUS, 1935, v. IV, p. 82). O embaixador na Argentina, Wedell, o dissuadiria: “(...)My own impression is that there is general opposition here among those concerned to extending membership, coupled with determination to pass the buck to us if this is done.(...)” (FRUS, 1935, v. IV, p. 83). Diante da resistência generalizada, EUA recuam (FRUS, 1935, v. IV, p. 88)

<sup>34</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Telegramas cópias, confidencial, NP, nº32, Chaco. Conferência de Paz, urgente, 05.08.1935, AHI 76\5\10.

<sup>35</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, confidencial, DB\43, Chaco. Conferência de Paz. Desmobilização. Depoimento do General Martinez Pita, 07.09.1935, AHI 76\4\17-18.

<sup>36</sup> OSWALDO FURST (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para RODRIGUES ALVES. Informação. Confidencial, DB\SN, Chaco. Conferência de Paz. Negociações. 11.09.1935, AHI 76\4\17-18

conquistados pela força<sup>37</sup>. Uma nova entrevista entre os generais das forças bolivianas e paraguaias no Chaco, Peñaranda e Estigarribia, veio a reduzir o otimismo quanto a possibilidade de um acordo rápido. No dia 13 de setembro de 1935, o delegado paraguaio em Buenos Aires, Gerónimo Zubizarreta, procurou o diplomata brasileiro Rodrigues Alves com urgência, em seu quarto no hotel Alvear, para relatar-lhe o encontro de generais e suas repercussões. Segundo Zubizarreta, a situação era a seguinte:

(...) que dados os antecedentes e as entrevistas anteriores, todas muito cordiais, havia a esperança de que dessa nova conversa saísse algo que pudesse ajudar a solução do problema de fundo; que, infelizmente, assim não aconteceu, pois o memorando do General Penaranda entregue ao General Estigarribia continha aspirações maiores, considerando mesmo como base do *acuerdo directo* a cessão do litoral do rio Paraguay, compreendido entre Bahia Negra e Porto Casado; que as exigências bolivianas tornavam inaceitáveis, por absurdas, as propostas formuladas; que a Bolívia, no seu memorandum, fazia apreciações sobre os moveis que inspiravam a política brasileira e argentina, emprestando aos dois grandes vizinhos propositos pouco confessáveis (...)<sup>38</sup>

E Zubizarreta acrescentava que:

(...) o Presidente Ayala não confiava na estabilidade do Governo boliviano, oriundo de um golpe de Estado e resguardado por uma constitucionalidade duvidosa; que, por isso mesmo, tudo aconselhava não precipitar as discussões sobre o problema fundamental(...)<sup>39</sup>

O armistício não havia apaziguado os bolivianos, e alguns setores políticos<sup>40</sup> - especialmente os militares - acreditavam ter sido um erro concertar a paz exatamente quando o exército dava sinais de reação, culpabilizando-se o governo civil pela derrota. Diante da crise política que se desencadeara após o armistício, o governo de La Paz foi forçado a abrir inquéritos contra alguns chefes militares por sua incúria e corrupção como medida de defesa própria destinada a apaziguar parte da opinião pública que culpabilizava o Presidente pela derrota. Os militares, chefiados por Toro, alvos desses inquéritos, dariam o golpe tempos depois<sup>41</sup>.

Furst considerava que diante dessa nova situação um acordo parecia improvável. Avaliava ele, com pessimismo: "*(...) Ambas as delegações aceitam a ideia de uma nova*

<sup>37</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) a EXTERIORES. Telegramas, confidencial, NP, nº51, Chaco. Conferência de Paz. 04.09.1935, AHI 76\5\10.

<sup>38</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) a EXTERIORES. Ofício. Confidencial, DB\47, Chaco. Conferência de Paz. Entrevista com o Senhor Zubizarreta. 18.09.1935, AHI. 76\4\17-18.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> Dentre os membros da própria delegação boliviana à Conferência de Paz estava o ex-presidente do país, Bautista Saavedra Mallea (1921-1925), crítico declarado dos protocolos de paz de junho de 1935.

<sup>41</sup> BERENGUER CESAR (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Ofícios, nº23, reservado, Notícias Políticas, 23.02.1938, AHI 23\1\6.

*guerra com um insensibilidade que revela, na frase de Buffon, mais do que um crime: um erro(...)*". A "*fiança das seis nações americanas*" parecia ser a única coisa que os separavam de um novo conflito<sup>42</sup>. Havia ocorrido claramente um influxo com relação ao otimismo dos primeiros dias.

No que concernia à atitude dos delegados dos países beligerantes, em especial aos da Bolívia, o seu o pessimismo parecia calculado e também movido por motivações de política doméstica. Ao que parece, os emissários diplomáticos bolivianos em Buenos Aires não queriam macular suas trajetórias públicas com concessões aos paraguaios. Igualmente, não desejavam que um acordo fosse alcançado pelos militares de seu país, algo que seria capaz de eclipsar o seu prestígio político. Ao invés, preferiam jogar o peso das decisões sobre o ombro dos mediadores. Relatava Furst:

(...) Quer-me parecer que o Chanceler Elío e o Ministro Calvo não desejam, no fundo que a solução da pendência lhes venha do encontro dos Generaes e, sim, que chegue a estes por conducto da conferência. Temem por uma diminuição de sucesso político (...).<sup>43</sup>

Em informação ao Itamaraty, o diplomata brasileiro complementava dizendo que os delegados, de ambas as partes, não eram grandes juristas, humanistas ou internacionalistas, mas sim políticos provincianos que vislumbravam na conferência unicamente a possibilidade de projeção nacional. Dizia:

(...)Os homens de ambas as delegações têm os seus objetivos e presilhas de política interna, criam novos interesses com a vida internacional que estão vivendo, alimentam esperanças vãs de um grande triumpho que os respalde e lhes garanta ascensão ao poder. Quando falam de ' responsabilidades', 'aspirações', 'direitos', envolvendo a confiança do povo e Governos respectivos, os desejos máximos e os sempre lembrados títulos possessorios com base em um provavel pleito jurídico, elles, na realidade, occupam o pensamento com os objectivos pessoais e as tricas de seus partidos políticos.(...)<sup>44</sup>

Rodrigues Alves coadnuva com as considerações de seu colega de delegação, notando a dificuldade em se obter avanços perante a tais elementos. Para ele, o nacionalismo intransigente dos membros da delegação paraguaia beirava ao êxtase ufanista tornando impossível falar-se em concessões. Escreveu ele ao Rio:

(...) O Chefe da delegação Zubizarreta, nesse particullar excede a todos. Ha dias, quando eu lhe falava na cessão de uma pequena porção do littoral do rio Paraguay, ele transfigurado, com os braços abertos e com os olhos

<sup>42</sup> OSWALDO FURST(DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para RODRIGUES ALVES. Informação. Confidencial, DB\SN, Chaco. Conferência de Paz. Objectivos bolivianos. 12.09.1935, AHI 76\4\17-18

<sup>43</sup> OSWALDO FURST (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para RODRIGUES ALVES. Informação. Confidencial, DB\SN, Chaco. Conferência de Paz. Negociações. 11.09.1935, AHI 76\4\17-18.

<sup>44</sup> Ibidem.

voltados para o céu, exclamava: isto nunca, preferia ter meus braços cortados a vêr amputado o littoral do Paraguay<sup>45</sup>.

Nesse contexto, a situação diplomática era incerta. Para Rodrigues Alves, a Bolívia pecava em não transigir, especialmente em um momento em que se encontrava fragilizada externa e internamente. Escrevendo ao Itamaraty, diria:

(...) Está no interesse da Bolívia não deixar pendente a questão de fronteiras, o que constituiria sempre uma ameaça para a sua própria integridade territorial. O caso de Santa Cruz de la Sierra, a campanha separatista feita através dos prisioneiros cruceños, poderia tomar vulto e fazer crise no momento menos pensado.

A este respeito tenho dados que me autorizam a dizer que essa campanha em determinado momento ganhou as sympathias dos habitantes mais qualificados daquela Provincia, motivando mesmo um aviso telegraphico do Governo argentino ao Presidente Salamanca, no qual se lhe advertia do perigo que ameaçava a Bolívia.(...)<sup>46</sup>

As partes não vinham cumprindo com o compromisso de não rearmamento firmado em Buenos Aires meses antes. Por meio do protocolo de junho de 1935 não havia meio efetivo de se fiscalizar o cumprimento do acordo ou de se impedir novas encomendas de material bélico. A Comissão Militar Neutral, apesar de seus ingentes esforços, era incapaz de cumprir de maneira vigilante as suas obrigações com relação a aquisição de armas por Paraguai e Bolívia. Assim, ao que parece, o acordo vinha caindo no vazio, da mesma forma como ocorrera com o embargo de armas proposto pela Liga aos beligerantes anos antes<sup>47</sup>.

Adensando o clima de pessimismo que pairava em torno da Conferência, estavam as desconfianças brasileiras quanto à condução das negociações de paz por Saavedra Lamas. Em meados de setembro, em relatório encaminhado ao Rio, o brasileiro Oswaldo Furst criticava a "*estranha attitude*" do senhor Saavedra Lamas perante a questão do Chaco, apontando a sua verbosidade desmedida como uma tática unicamente dilatária. Para Furst:

<sup>45</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) a EXTERIORES. Ofício, DB 44, confidencial, Chaco. Conferência de Paz. Carta do Presidente Ayala á Delegação paraguaya sobre entrevista do Generla Penaranda e Estigarribia, 14.09.1935, AHI 76\4\17.

<sup>46</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS- Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofício, confidencial, DB\44. Chaco. Conferência de Paz. Carta do presidente Ayala à Delegação paraguaya sobre entrevista do General Penaranda com o General Estigarribia, 14.09.1935, AHI 76\4\17,18.

<sup>47</sup> Escreveria Frank O. Mora: "*In the protocol of June 1935 both Bolivia and Paraguay had agreed that neither would rearm while the cease-fire was in effect. Almost immediately both parties ignored that promise. Delegates to the Chaco Peace Conference were aware of that transgressions but decided to ignore them since under the June protocol there was no way to impede shipments. Under the protocol, limitrophe nations were not responsible for barring the passage of arms destined for Paraguay or Bolivia. In all justice, the fiasco about rearmament resembled the failure of the League of Nations arms embargo of a few years earlier. Spruille Braden, in February 1936, called for some means of monitoring arms shipments. The other delegates ignored the request. Though in 1937 the conference did vote to investigate the matter, Paraguay's intransigence forced mediator Power to back down. Braden persisted, but by late 1937, recognizing that no other delegates wished to face the issue, was forced to abandon his quest.*" (MORA, Frank O. **Paraguay and the United States**: Distant Allies, p.85)

(...) Nunca se comprovou tão perfeitamente como na actualidade o conceito de Tayllerand sobre o uso da palavra como meio de occultar o pensamento...O Doutor Saavedra Lamas quer em privado, quer nas sessões plenárias, fala sempre e cada vez mais, sem pontos de vista concretos, abordando todos os temas que se prestem a longas, intermináveis divagações (...) sua verborragia excessiva fez e faz acreditar que possui ou está a serviço de planos e sentimentos occultos.(...)<sup>48</sup>.

Poucos dias mais tarde, Furst redigiu novo relatório levantando grandes preocupações frente à política argentina com relação ao Chaco<sup>49</sup>. Para ele, o chanceler argentino Saavedra Lamas teria entrado em contradição em discussão acerca das implicações do tratado de limites de 1925 com a Bolívia. Essa dubiedade e duplicidade de posições, manifesta perante o Senado e perante a mídia portenha, era um indício muito claro de que Lamas escondia segundas intenções.

Segundo Furst, nos discursos do diplomata argentino teria ficado provado cabalmente que a postura seguida por Buenos Aires na questão do Chaco obedecia a um plano maior de hegemonia regional. Avaliava ele que a Argentina estava muito próxima de concretizar o seu objetivo de tornar-se dona da malha ferroviária da principal zona petrolífera boliviana e dos vales civilizados do Oriente boliviano- Cochabamba, Sucre e Santa Cruz-, podendo, em breve, ser capaz de frustrar os planos brasileiros de vinculação física com a Bolívia.

Segundo o diplomata brasileiro, a Bolívia estava a um passo de ser incorporada na órbita argentina, bastando, para tanto, que a Argentina obtivesse do governo Sorzano na Bolívia a aprovação do protocolo ferroviário de 1923<sup>50</sup>, que havia sido obstruído pelos governos bolivianos anteriores. A cláusula 15ª desse referido instrumento, extremamente pernicioso ao Brasil, concedia à Argentina monopólio virtual "*para construir e explorar todos os ramaes que visassem o estabelecimento de comunicações com os Departamentos de Sucre e Cochabamba ou quaisquer outros pontos julgados convenientes para maior expansão e colonização da linha mestra de Jacuiba a Santa Cruz*"<sup>51</sup>.

Furst advertia que a Argentina, no momento, possuía em suas mãos dois grandes trunfos para pressionar a Bolívia pela aprovação do protocolo de 1923. Além do comando dos trabalhos da conferência de paz, a Argentina tinha como ativo o tratado de limites de 1925

<sup>48</sup> No mesmo relatório, Furst aventava a hipótese de tais planos ocultos provirem não da chancelaria, mas do Estado-Maior do Exército argentino (DELEBRAS-Conf Buenos Aires para EXTERIORES. Ofícios. Informação, 16.09.1935, DB\SN, Chaco. Conferencia de Paz. Política Militar argentina, AHI 76\4\17,18)

<sup>49</sup> FURST (DELEBRAS-Conf Buenos Aires) a RODRIGUES ALVES. Informação, confidencial, DB\SN. Chaco. Conferência da Paz. Interesses argentino-boliviano, 21.09.1935, AHI 76\4\18.

<sup>50</sup> Protocolo de vinculação ferroviária entre Argentina e Bolívia entre Yacuiba e Santa Cruz, firmado em novembro de 1923, em La Paz, por Roman Paz (Bolívia) e Horácio Carrillo (Argentina).

<sup>51</sup> FURST (DELEBRAS-Conf Buenos Aires) a RODRIGUES ALVES. Informação, confidencial, DB\SN. Chaco. Conferência da Paz. Interesses argentino-boliviano, 21.09.1935, AHI 76\4\18.

com a Bolívia, que aguardava apreciação no Congresso portenho. Esse tratado - aprovado pelo Senado argentino, mas não pela Câmara dos Deputados daquele país - seria capaz de confirmar à Bolívia posse definitiva de partes da província de Jujuy<sup>52</sup>.

Por fim, afirmava Frust que os projetos de expansão regional da Argentina haviam tomado corpo com a questão do Chaco e uma das intenções argentinas era a separação definitiva do Oriente boliviano do Altiplano. Segundo o boliviano Tomás Elio Ihe confidenciara dias antes, os planos argentinos envolviam mesmo a partição administrativa da Bolívia, tendo Villa Hayes já sido definida como capital do novo futuro país<sup>53</sup>.

Permeadas por desconfianças, as negociações de Buenos Aires estavam estancadas. Em fins de setembro de 1935, no entanto, a Bolívia advogou a decretação do fim da guerra pela Conferência de Paz, conforme disposto no Protocolo de Paz. Com isso, pretendia ela livrar-se da obrigação de pagar indenizações pelos prisioneiros sob o cativeiro paraguaio e também livrar-se definitivamente das amarras sufocantes da neutralidade argentina pró-paraguaia, ainda em vigor. Até este momento, as fronteiras argentinas do Pilcomayo permaneciam fechadas e o comércio externo boliviano continuava estrangulado<sup>54</sup>.

O governo paraguaio, todavia, se mostrou reticente em declarar o fim do Estado de guerra, escusando-se também de fornecer a Comissão Militar Neutral maiores informações sobre seus exércitos no terreno. A Comissão, que considerava praticamente terminadas as suas atividades relativas à desmobilização e ao traçado de linhas de separação no Chaco, ficou surpresa com a atitude paraguaia, fato que foi narrado pelo representante brasileiro àquele órgão, Estevão Leitão de Carvalho:

Ficamos atônitos: que queriam os paraguaios? Era visível sua intenção de não darem por executado o Protocolo; mas, com que fim? A Comissão respondeu-lhes que os trabalhos terminariam a 30 daquele mês e que a desmobilização estava concluída<sup>55</sup>.

Os paraguaios, igualmente, recusavam-se a recuar seus exércitos do *front* ocidental, como determinado pela Comissão Militar Neutral, buscando manter controle sobre a Estrada

---

<sup>52</sup> O Tratado Carrillo-Díez de Medina de 9 de julho de 1925 firmado entre Bolívia e a Argentina estabelecia a linha fronteiriça entre os dois países. O tratado, que só foi ratificado a 11 de outubro de 1938, deixou o povoado de Yacuiba dentro da soberania boliviana (CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: CARI/Nuevohacer, 1999, t.IX(1930-1943). Las relaciones con Bolivia. El tratado de límites Carrillo-Díez de Medina (julio de 1925), disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/7/7-069.htm>>, acesso em: 10.06.2019)

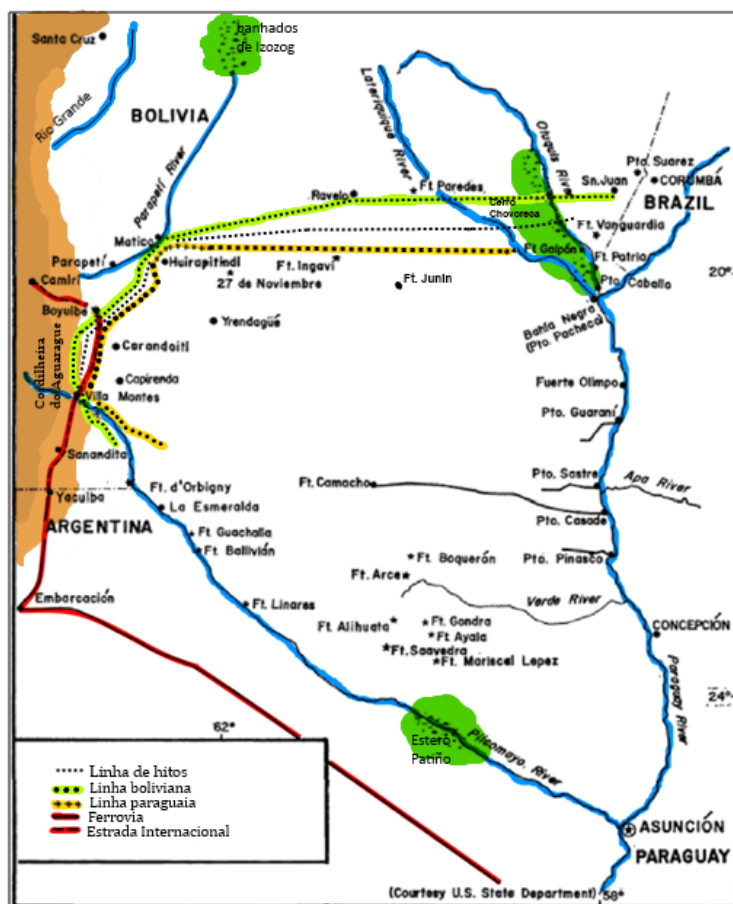
<sup>53</sup> FURST (DELEBRAS-Conf Buenos Aires) a RODRIGUES ALVES. Informação, confidencial, DB\SN. Chaco. Conferência da Paz. Interesses argentino-boliviano, 21.09.1935, AHI 76\4\18.

<sup>54</sup> DELEBRAS-Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. Ofício, informação. DB\SN, confidencial. Chaco. Objectivos bolivianos, 12.09.1935. AHI 76\4\18.

<sup>55</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha, Biblioteca do Exército Editora, 1958, p. 412.

Vila Montes- Boyuibe mantendo suas tropas como uma ameaça permanente as zonas petrolíferas bolivianas<sup>56</sup>.

Mapa 14 - As linhas de separação dos exércitos e a estrada internacional



Fonte: o autor, elaborado com base em LA FOY, Margaret. **The Chaco Dispute and the League of Nations**. Bryn Mawr college., 1941.

A postura paraguaia era secundada pela chancelaria argentina que tentaria postergar a dissolução da comissão militar, e consequente decretação do fim das hostilidades, a pretexto de discutir a criação de uma polícia militar neutra no Chaco. Escreveria novamente Estevão Leitão de Carvalho:

“Estávamos, agora, de posse da esperada comunicação, que nos habilitava a declarar cumprida a missão que nos havia levado ao Chaco. Alguns

<sup>56</sup> Em conversa confidencial com brasileiro Nilo de Alvarenga, o chefe da delegação paraguaia, Zubizarreta, acusou a Bolívia de realizar certos preparativos militares no Chaco. Para Zubizarreta, apesar de incapaz de reiniciar a guerra, a Bolívia desejava um incidente, motivado por questões internas e externas. No front externo, seria uma forma de obrigar os mediadores a agirem de forma mais enérgica na solução dos problemas pendentes. No front interno, serviria para fortalecer o frágil governo Sorzano, permitindo a prisão de opositores e fechamento de jornais (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. Ofício, informação. Confidencial, Chaco. Conferência de Paz. Notícia de preparativos militares bolivianos. Memorandum do Presidente Tejada Sorza. DB\SN, 19.09.1935, AHI 76\4\18)



delegados preparavam-se já para partir, rumo aos seus países, impacientes por ver realizada a sessão de encerramento dos trabalhos, retardada, sem motivo aparente, por Martínez Pita, quando chegou o telegrama do presidente da Conferência [Saavedra Lamas], pedindo que suspendêssemos o regresso aos nossos países, porque ia submeter, naquele dia, ao plenário, a proposta de criação da polícia militar neutra. A repercussão desse pedido foi decepcionante, particularmente entre os delegados que não pretendiam ir a Buenos Aires: chileno, peruano e norte-americano, aos quais parecia a Martínez Pita interessava permanecer no local com a Comissão em vez de dissolvê-la, e, por isso, atribuíam a iniciativa a providência anunciada por Saavedra Lamas.<sup>57</sup>

A proposta argentina de criação de uma polícia militar neutra e de neutralização de uma zona no Chaco, compreendida entre as linhas de separação dos exércitos, não constava no protocolo de junho de 1935 e também não era de conhecimento prévio dos países ainda em guerra. Do modo como foi proposta, essa ideia ajudou a lançar o prenúncio de uma tempestade nas negociações<sup>58</sup>.

Em carta a Macedo Soares, datada de 9 de outubro de 1935, o diplomata boliviano Tomás Elio ameaçou abandonar a chefia da delegação de paz boliviana caso a Conferência não declarasse a guerra terminada. Na sua opinião, o Paraguai agindo de má-fé e também estavam utilizando-se da questão dos prisioneiros como forma de pressão na questão de fundo<sup>59</sup>. Uma renúncia de Elío seria potencialmente catastrófica e bem sabiam disso todos os mediadores.

Realmente, os paraguaios pareciam estar buscando extrair os termos de paz mais vantajosos o possível. Nada mais natural para um país que acreditava haver sido explorado nos termos de paz da guerra da triplice aliança buscar extrair o máximo proveito agora que tinha seus exércitos às faldas das cordilheiras bolivianas. Nessas circunstâncias, entretanto, a posição paraguaia era perigosa.

Os choques entre paraguaios e bolivianos eram significativos e, em 9 de outubro de 1935, sob convocação do ministro da Guerra, general João Gomes Ribeiro Filho, teve lugar no Rio de Janeiro a 2ª Sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional(CSN). Na reunião iniciada às 21 horas no salão dos despachos do palácio do catete, o ministro da Guerra expôs a

<sup>57</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha, Biblioteca do Exército Editora, 1958, p. 415.

<sup>58</sup> Não houve qualquer acordo quanto a composição de tal polícia. Segundo considerava o delegado brasileiro Estevão Leitão de Carvalho, deveria confiar-se a incumbência a apenas um país, o Uruguai, por exemplo, nação pequena e considerada imparcial.(CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco**: como foi efetuada no campo de batalha, Biblioteca do Exército Editora, 1958, p.424)

<sup>59</sup> Fundo Macedo Soares, lata 1015, pasta 41, IHGB.

situação de precariedade das forças armadas brasileiras e a turbulenta situação internacional<sup>60</sup>. O chefe do Estado maior, general Pantaleão da Silva Pessoa, falou em seguida corroborando as afirmações do general Ribeiro, dizendo temer haver a formação de uma tríplice aliança em reverso contra o Brasil. Esta situação se resumia em um conflito entre "nós"-Brasil- contra os "outros" - Argentina, Paraguai e Uruguai.

Às ponderações do staff de generais, o chanceler Macedo Soares respondeu que não ignorava a situação de fragilidade militar do Brasil, lembrando que havia sido chefe da delegação brasileira à Conferência do Desarmamento de Genebra em 1932. Defendeu ele a política externa adotada até então pelo governo Vargas, afirmando que tinha concebido a aproximação com a Argentina essencialmente como estratégia acauteladora, e que o "leit motif" do atual governo era unir "nós e os outros" para evitar que entrassem em rota de colisão. Pontuou que se não fora isso possível de se alcançar, pelo menos tratou de desarticular "os outros", conseguindo uma situação de " nós e cada um dos outros". Para Macedo Soares, Vargas explorou habilmente os desentendimentos entre Paraguai e Argentina na questão do Chaco, garantindo que ,em caso de guerra, o país guarani não se tornasse um combatente hostil, mas sim um Estado tampão. Da mesma forma fez com o Uruguai, cujo estado de virtual inimizade com a Argentina contrastava com as boas relações que desenvolvera com o Brasil<sup>61</sup>.

Vargas, por fim, tomou a palavra, afirmando que sendo natural de região fronteira avaliava que não existia tal tendência natural à inimizade, sendo que as desconfianças eram obras de maus governos. Ciente das fraquezas militares nacionais, Vargas diria que a aproximação com a Argentina foi uma tática para dar mais tempo para que o Brasil se preparasse militarmente, mas ponderava que as condições da moeda não permitiam ao país fazer aquisições no exterior. Assim, dever-se-iam negociar condições de pagamento mais favoráveis<sup>62</sup>. Apesar de transparecer a calma pública, os brasileiros preocupavam-se intensamente com a questão.

---

<sup>60</sup> Ata da segunda sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional, BR DFANBSB N8.0.ATA.1/2, f.2v-7, 09.10.1935, Arquivo Nacional. Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1012979&v\\_aba=1](http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1012979&v_aba=1), consulta em 03.04.2019.

<sup>61</sup> Ibidem.

<sup>62</sup> A preocupação com uma eventual guerra sul-americana, por exemplo, pode ter contribuído para a atitude brasileira de não confrontar a Itália na questão ítalo-etíope. Em novembro de 1935 o Brasil negociava a compra de submarinos na Itália em condições vantajosas. Assim, Macedo Soares não aderiria às sanções propostas pela Liga das Nações contra a Itália. Em nota à Liga, Macedo Soares declararia que o Brasil reservava "a sua liberdade de ação para proceder, em qualquer eventualidade, como lhe aconselharem os seus interesses, os seus compromissos internacionais e os princípios que sempre nortearam a sua política externa". Oswaldo Aranha reagiu dizendo que por tal nota "infeliz, senão desastrosa" o Brasil estava chancelando guerras de agressão. Na

Em inícios de outubro, transcorreu o prazo de 90 dias estabelecido no protocolo de junho de 1935 para o fim do conflito sem que houvesse mudança substancial nas circunstâncias. Tendo isso em vista, no dia 15 de outubro de 1935, a Conferência de Paz, apresentou aos ex-beligerantes, pela primeira vez, uma proposta de um tratado de paz e de solução para a questão territorial. A minuta de tratado havia sido redigida de forma conjunta pelos delegados de Brasil, Argentina e Estados Unidos- Rodrigues Alves, Podesta Costa e Hugh Gibson<sup>63</sup>. A proposta de 15 de outubro propunha: a) uma linha de fronteira que corresse do fortim D'Orbigny diretamente a Bahia Negra, com uma zona desmilitarizada de 30 quilômetros de cada lado da fronteira; b) uma zona franca para a Bolívia em Puerto Casado; c) a repatriação total dos prisioneiros de guerra e d) o reestabelecimento imediato das relações diplomáticas<sup>64</sup>.

Rodrigues Alves sabia de antemão que a proposta provavelmente seria rejeitada, mas esperava ele que ela ao menos tivesse o benefício de expor as reais pretensões de ambas as partes com a apresentação de contrapropostas passíveis de discussão<sup>65</sup>. No entanto, não foi isso o que ocorreu. A proposta inflamou violentamente os ânimos, colocando ainda mais lenha na fogueira e pondo em risco a própria existência da Conferência de Paz.

Após serem notificados, os paraguaios repudiaram energicamente a fórmula de solução sugerida, qualificando-a como um absurdo e como uma fórmula altamente favorável à Bolívia<sup>66</sup>. Segundo confessou ao ministro brasileiro em Assunção, o presidente Ayala

realidade, Vargas tinha interesses palpáveis: não queria prejudicar o entendimento com a Itália sobre a aquisição de submarinos.

<sup>63</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS- Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, confidencial, DB\64, Chaco. Conferência de Paz. Projecto de Tratado de Paz. 05.10.1935. AHI 76\4\18.

<sup>64</sup> ROUT JR. Leslie Brenan. **Politics of the Chaco Peace Conference**, 1935–1939, Austin: University of Texas Press, 1970, p.178.

<sup>65</sup> "(...) Não creio que o Paraguay dê o seu assentimento à fórmula. Ainda hontem, 11 do corrente, o Dr. Zubizarreta em conversa commigo e com o Dr. Saavedra Lamas, declarou-nos, de forma imperativa, que o seu paiz não cederá um millimetro sequer do littoral do rio do seu nome. Apezar disso, a Conferencia entende que a unica maneira de induzir o Paraguay a expor com inteira franqueza as suas aspirações é submeter-lhe uma proposta concreta que, abrangendo todas as questões existentes entre os ex-belligerantes e incluidas no Protocollo, o obriguem a dar as razões por que não a acceita, formulando a sua contra-proposta.

Qualquer que seja o resultado dessa tentativa, ella constituirá, em todo caso, um nobre esforço em beneficio da paz.(...)" (RODRIGUES ALVES(DELEBRAS- Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, confidencial, DB\69, Chaco. Conferencia da Paz. Formula do Tratado Definitivo. 12.10.1935, AHI 76\4\18)

<sup>66</sup> Em 18 de outubro de 1935, Rivarola escreveria: "(...) Hoy, en un almuerzo en la Embajada del Uruguay, con asistencia de todas las delegaciones, militares de la comisión neutral y altos jefes del ejército argentino, el Dr. Zubizarreta, con la altivez y la dignidad con que él sabe hacerlo, comentó con algunos delegados dicha fórmula como totalmente desfavorable para nosotros; y yo, en un grupo en que estabamos los embajadores Gibson y Rodriguez Alves y el señor Nieto del Río, les dije, aludiendo a nuestra delegación, que nos sentíamos profundamente doloridos y amargados por la fórmula que se nos había presentado, en la que para nada se contemplaban los derechos y los intereses del Paraguay. Les causó assombro mi manifestación.

Entiendo que ha llegado el momento de hablar claro en la Conferencia, abandonando los formulismos diplomáticos(...)"(COELLO, Vicente Rivarola. **Cartas Diplomáticas**, Eusebio Ayala, Vicente Rivarola : Guerra del Chaco, Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, p.323)

considerava que a fórmula havia sido inspirada pelos argentinos em desfavor de sua nação. Em entrevista com Lafayette de Carvalho e Silva, o presidente paraguaio demonstrou “*sua nervosidade e grande apreensão deante da situação creada pelo projecto de Tratado de paz*”, afirmando que sua aceitação seria um “*suicídio político*”<sup>67</sup>.

Segundo Ayala, o projeto havia sido obra do general argentino Martinez Pitta, que o redigira sem levar em conta os interesses de seu país. Ayala ressentia-se também de Saavedra Lamas. Como anotaria o diplomata brasileiro “[Ayala] *Queixou-se da attitude do Chanceler argentino, que sempre lhe fala com ameaças, dizendo, agora mesmo, que o Paraguay deve aceitar o projecto sob pena de fracasso da conferência de paz*”. Ao fim da entrevista, Ayala revelou a Lafayette a sua “*suspeita que o Chanceler Saavedra Lamas lhe procura crear dificuldades internas, obrigando-o a deixar a Presidência da República na crença erronea de que o outro que o venha substituir seja menos intransigente*”<sup>68</sup>.

Os paraguaios sentiam-se gravemente lesados e pressionados pela Argentina. Em conversa reservada com o presidente Justo, o diplomata paraguaio Vicente Rivarola buscou a revisão da fórmula dando a conhecer a insatisfação de seu país. Buscaria ele convencer o presidente argentino sobre a inconveniência militar da fórmula para a eventualidade de uma guerra entre Argentina e Brasil<sup>69</sup>.

Ambas as nações acabaram por rejeitar a proposta a 5 de novembro de 1935, que foi considerada por todos demasiado prematura. A reação violenta dos ex-beligerantes demonstrava que, ao menos psicologicamente, Bolívia e Paraguai ainda estavam em guerra. De Assunção, o ministro Lafayette de Carvalho constatava: (...) *A maior luta desse Governo é contra o ambiente de exagerada victoria, que deixou tomar vulto e até estimulou, e que, agora, lhe está creando dificuldades respeitáveis para poder concertar a paz.*(...)<sup>70</sup>

<sup>67</sup> LAFAYETTE (BRASLEG-Assunção) para EXTERIORES. Telegramas. confidencial, NP,nº86, Chaco. Conferência de Paz. 25.10.1935. AHI 2\5\2

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> Ao presidente Agustin Justo, Rivarola afirmaria que a "obsequiosidad amistosa del Brasil para con el Paraguay" não tinha outra razão que não "o deseo de rivalizar con la Argentina" (COELLO, 1982, Op. cit, p.322)

<sup>70</sup> LAFAYETTE (BRASLEG-Assunção) para EXTERIORES. Telegramas. confidencial, NP, nº85, Chaco. Conferência de Paz. 24.10.1935, AHI 2\5\2.

**Mapa 15- A primeira proposta feita pelos mediadores (outubro de 1935), recusada por ambos os ex-beligerantes.**



fonte: ROUNT JR., Leslie Brennan. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939.** Austin: University of Texas Press, 1970, p. 179.

A situação era tensa e, em carta resposta a Elio, de 14 de novembro, Macedo Soares buscou dissuadir o boliviano de demitir-se da chefia da delegação, ressaltando a urgência de se equacionar a questão dos prisioneiros para avançarem rumo a negociações mais complexas<sup>71</sup>. Não havia, no entanto, convicção quanto propósitos pacifistas de nenhum dos lados.

Em inícios de novembro, diante da situação provocada pela proposta de linha divisória, os mediadores decidiram interromper novamente os trabalhos da conferência de Paz de Buenos Aires evitando o colapso nas negociações. Era a segunda vez em menos de um ano

<sup>71</sup> A fórmula proposta por Macedo Soares a Tomás Elio previa: a) a troca de prisioneiros por pagamento em espécie ou em matérias primas; b) que se aceitasse provisoriamente a linha de separação dos exércitos como linha divisória; e c) que se nomeasse comissões sobre as questões substantivas no âmbito da conferência de paz: sobre a questão de fundo e sobre a recuperação econômica e financeira (MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. **O arquivo de José Carlos de Macedo Soares: correspondência ativa e passiva**; EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003, pp.32-33)

que haveria a interrupção das sessões plenárias. Esperava-se que durante o recesso de fim de ano, pudesse se criar o clima de conciliação necessário para a discussão das bases de um acordo. Como o governo brasileiro havia feito convites aos chanceleres de Bolívia e Paraguai para visitarem o Rio de Janeiro nessa mesma época, esperava ele aproveitar-se das aventadas visitas para avançar nas negociações<sup>72</sup>.

Era um fato profundamente desagradável que a Conferência de Paz terminasse o ano de 1935 sem nenhum avanço real, assim, em fins de dezembro, como forma de salvar as suas honras, os mediadores empregaram grande esforço para solução da questão dos prisioneiros. O Brasil passou a condicionar avanços na cooperação econômica com o Paraguai a sua aceitação do acordo sobre prisioneiros. No dia 19 de dezembro de 1935, após informar ao ministro paraguaio no Rio a aprovação do envio de técnicos algodoneiros brasileiros ao Paraguai – a missão Prietto-, o Macedo Soares transmitiu ao paraguaio Justo Pastor Benitez uma mensagem do presidente Vargas:

(...)' Diga al ministro del Paraguay que yo continúo dispuesto a colaborar con el resurgimiento de ese pueblo, pero es necesario que el Paraguay liquide la cuestión de los prisioneros. No se con que fórmula, ni queiro intervenir en el asunto, pues, ello corresponde a la Conferencia de Buenos Aires. Pero al Brasil sería muy difícil seguir considerando y resolver las importantes gestiones en trámite, útiles a ambos países, sin que se resuelva la cuestión de los prisioneros.'(...)<sup>73</sup>

#### 4.2- As crises crônicas (de janeiro 1936 a dezembro de 1936)

Em dezembro de 1935, uma delegação da conferência, composta por Braden (EUA), Nieto del Rio (Chile), Rodrigues Alves (Brasil) e Luis Podestá (Argentina) seguiu a Assunção para discutir a controversa questão da devolução dos prisioneiros. Durante a visita, em um jantar no dia 22 de dezembro, os mediadores conseguiram convencer os paraguaios a

<sup>72</sup> Em novembro de 1935, Rodrigues Alves escreveria ao Rio: (...) *Senhor ministro, percebe-se claramente que não há ainda ambiente propicio para atacar-se a questão de fundo com a esperança de chegar-se a um accordo razoavel entre as Partes. Não há, pois, outro remédio senão o de appelar para o tempo, armando-nos com sufficiente paciencia para esperar.*6. *Torna-se por isso mesmo indispensável o recesso da Conferência, pelo menos durante os mezes de verão, renovando a Conferência os seus trabalhos no mez de Abril, época em que já se terá realizado a eleição presidencial no Paraguay e pouco faltando para a que se deve proceder na Bolívia.*7. *Seriam sem dúvida alguma de grande ajuda para os trabalhos futuros da Conferência as visitas projectadas dos Doutores Elio e Zubizarreta ao Rio de Janeiro. Ellas, effectuadas durante as nossas férias, poderiam concorrer para crear nos dois paizes, ainda exacerbados e offuscados mesmo pela guerra, aquelle ambiente que acima nos referimos e sem o qual toda tentativa de accordo será frustrada.(...)*”( DELEBRAS-Conf Buenos Aires para EXTERIORES. ofícios, confidencial, DB\91, Chaco. Conferência de Paz. Attitude do Paraguay,13.11.1935, AHI)

<sup>73</sup> Legacion de Paraguay en Rio de Janeiro para RIART(Asunción). Oficio, estrictamente confidencial, 1RA\507, 19.12.1935, Correspondencia General. Vol.1 julio 1934-diciembre1935, Legacion del Paraguay en Rio de Janeiro. Archivo Cancillería de Paraguay.

aceitarem a quantia de £ 132 mil como valor pago pelos bolivianos a título de indenização para que se efetivasse a repatriação dos prisioneiros<sup>74</sup>.

O acordo, alcançado secretamente em Assunção pelos mediadores e pelo chanceler Riart, encontrou a oposição aferrada do chefe da delegação paraguaia em Buenos Aires, Geronimo Zubizarreta, que, movido por razões de política interna, rejeitou qualquer acerto no tema. Zubizarreta, que considerava o acordo secreto uma capitulação à Bolívia, entrou em choque direto com o presidente Eusébio Ayala, recusando obediência a suas ordens de firmar o documento<sup>75</sup>.

No dia 21 de janeiro de 1936, no entanto, apesar das resistências do chefe da delegação paraguaia, foi assinada em Buenos Aires a Ata que dispunha sobre a troca de prisioneiros. Ficou acertada a devolução imediata de todos os prisioneiros de ambos os países. Em compensação a Bolívia teria que pagar diferença de 2.4 milhões de pesos ao Paraguai à título de compensação das despesas com os viveres, vestimento, alojamento e transporte dos cativos. O acordo foi o primeiro grande avanço alcançado no âmbito da conferência em seus

---

<sup>74</sup> Braden narraria o encontro com os paraguaios em suas memórias: "(...)On December 22 the Foreign Minister, Gerónimo Riart, gave a dinner for us in the house where Sarmiento, the Argentine patriot, died. The whole Cabinet was there and the commanding general, José Félix Estigarribia, with the officers of his staff, all the top officials of Paraguay except the President. The dinner was served in a long open gallery, and while we ate we were eaten, for December is midsummer in South America and Asuncion is very hot and humid. Insects of every size, shape and color crawled over us and swarmed about us and drowned in our wine. I had never seen or felt so many in my life.

*After the dinner and the speeches, I undertook the deal on the prisoners. The garden on the other side of the house, away from the lights of the terrace and most of the bugs, was quiet and dark. And there I stood, barely able to see their faces, with the Foreign Minister, the second Paraguayan delegate, Vicente Rivarola- whose duplicity had so shocked Hugh Gibson- and General Estigarribia, haggling over shillings and pence for all the world as if we were in an Oriental bazaar.*

*The Bolivians were reluctant to pay the £ 150.000 they had. The Paraguayans demanded near £ 200.000; the Bolivians offered £ 100.000. I knew of course, that I could go higher than £ 150.000 if need be, but that would be reckoning without the Bolivians. We stood there in pitch darkness and traded for an hour or more. At last we settled for £ 132.000. That plus a few odd shillings, and pence, as finally stipulated in the Protocolized Act, was the ammount the Paraguayans were paid.*

*To those may think it was disgraceful to haggle over human lives, my answer is that not only the lives of 20,000 prisoners were involved, but thousands of others that would be sacrificed if the deal fell through. We were not just bargaining for prisoners; we were bargaining for peace."*

(BRADEN, Spruille. **Diplomats and Demagogues**, The Memoirs of Spruille Braden, New Rochelle, N. Y.: Arlington House, Arlington House Productions, 1971, p.163)

<sup>75</sup> *Segundo Braden: "Damp but triumphant, we arrived in Buenos Aires, only to meet with Zubizarreta's flat refusal to accept Ayala's agreement.*

*What a farcical situation! Instead of mediating between the Paraguayaans and the Bolivians we now found we had to mediate between the President of Paraguay and the chairman of the Paraguayan delegation. Zubizarreta wanted to succeed Ayala in office and was irritated by his support of the candidacy of Foreign Minister Riart. Zubizarreta threatened to resign as chairman of the delegation if we went ahead on the basis of our agreement with Ayala. He knew that Ayala did not have enough influence with the Paraguayan Congress and people to win the ratificatin of an agreement that the chairman of the delegation had rejected. We knew it too. We could do nothing until we had worked out a compromise agreement acceptable to both. It was at this point that Manini Rios lost heart and went home."*( BRADEN, Spruille. **Diplomats and Demagogues**, The Memoirs of Spruille Braden, New Rochelle, N. Y.: Arlington House, Arlington House Productions, 1971, p. 165)

quase seis meses de existência, e esperava-se que ele conseguisse afastar, pelo menos momentaneamente, o espectro de um novo conflito<sup>76</sup>.

Em realidade, na Ata de janeiro de 1936 o tema dos prisioneiros era o principal assunto, mas não o único. Dos dez artigos da Ata menos da metade tratava do tema da repatriação de prisioneiros (artigos 4º ao 8º); O artigo 1º confirmou as obrigações decorrentes do protocolo de armistício de 12 de junho 1935 e a declaração sobre aquisições territoriais por meio da força de 3 de agosto de 1932. Os artigos 2º e 3º versavam sobre medidas de segurança. O artigo 9º obrigou os países a reatarem as relações diplomáticas, declarando a guerra finalmente terminada. A ata também prorrogava *sine die* o armistício pactuado em 1935.

Após a assinatura da chamada *Acta Protocolizada*, em janeiro de 1936, entre Paraguai e Bolívia, o ambiente de concórdia parecia que iria prevalecer. Finalmente equacionava-se a questão espinhosa que impedia avanços na questão de fundo e o novo ano parecia auspicioso para um acerto definitivo. Concretizando as promessas brasileiras de aumento dos vínculos com o Paraguai, dois dias apenas após a assinatura da ata dos prisioneiros, em 23 de janeiro de 1936, houve a inauguração da linha do Correio Aereo Militar, ligando Brasil- Paraguai (Assunção), a primeira linha internacional a ser instituída entre o Brasil e um país estrangeiro<sup>77</sup>. Ademais, o Brasil finalmente enviou a missão Prietto, para auxiliar a implantação da cotonicultura no Paraguai<sup>78</sup>. Em fevereiro de 1936, a Argentina deu novos

---

<sup>76</sup> O protocolo facilitou a paz, porém criou dificuldades domésticas adicionais para ambos os ex-beligerantes, em especial a Bolívia. “*Even though La Paz accepted the protocol, it was political dynamite for the Bolivian government to pay the 2.4 million peso difference. According to an amusing account by Braden, the large mining companies in Bolivia privately contributed the money for repatriation because the war wrought havoc on their operations. With Money in hand, repatriation commenced in April 1936 and was over by July of that year. The Exchange of prisoners was accompanied by recriminations and protests, and the entire matter reeked of cynicism, but pragmatically it did remove an obstacle to the further search of peace*” (MORA, Frank & COONEY, Jerry. **Paraguay and the United States: Distant Allies**. University of Georgia Press, August 25, 2007, p. 87)

<sup>77</sup> O voo inaugural foi feito num Waco Cabine, de matrícula C-47, tripulado pelos tenentes Hortêncio Pereira de Brito e Ricardo Nicoli, com etapas em São Paulo, Bauru, Três Lagoas, Campo Grande, Ponta Porã e Concepción. O Waco se acidentou no Campo de Assunção na manhã do regresso ao Rio. A Aviação Militar Paraguaia cedeu um avião Breda para que a tripulação alcançasse Campo Grande, de onde prosseguiram em um avião brasileiro. O Diretor da Aviação Militar, General José Antônio Coelho Netto, ao assinalar o fato em Boletim, diria: “*Constitui esta nova e brilhante etapa do Correio Aéreo Militar motivo de grande júbilo para a Aviação Militar, não só por apresentar um novo estado de progresso, trabalho profícuo e entusiasmo, de que vem dando provas frequentes o pessoal navegante e técnico da 5ª Arma, num proveitoso entrelaçamento de atividades, mais ainda e sobretudo pela satisfação de conseguir nossa Aviação, desse modo, ligar pela primeira vez, por um serviço regular de transporte aéreo militar, duas pátrias irmãs-Brasil e Paraguai*” (LAVANERE-WANDERLEY. Nelson Freire. **História da Força Aérea Brasileira**, Rio de Janeiro: Gráfica Brasileira, 1985, p.149)

<sup>78</sup> Segundo Macedo Soares, no entanto, o golpe no Paraguai em fevereiro de 1936 interromperia essa cooperação incipiente. Escreveria ele: “*Conjuntamente com as questões de carácter político por excellencia, o Brasil procurou dar cumprimento a uma parte muito importante do Protocollo de 12 de Junho de 1935, relativa à cooperação na obra de reerguimento economicos dos dois povos irmãos.*

*As conversações com a missão Prietto no anno anterior haviam determinado a ida de technicos do Ministério da Agricultura ao Paraguay para coadjuvação no desenvolvimento da cultura do algodão, e planos para*



sinais de conciliação quando o chanceler Saavedra Lamas aceitou a realização de uma conferência extraordinária americana proposta por Roosevelt, a que até então se opunha<sup>79</sup>.

As aparências, no entanto, eram enganadoras, pois o ano de 1936 seria sacudido por crises consecutivas, e cada vez mais estridentes, que afetaram as negociações de paz e que conspurcaram mesmo o ânimo conciliador dos ex-beligerantes e mediadores. Golpes no Paraguai e na Bolívia trouxeram instabilidade à mesa de negociações perturbando o bom decurso dos entendimentos.

Tudo começou em inícios de fevereiro quando um golpe foi desfechado no Paraguai ainda durante o período de recesso da Conferência de Paz. O movimento que ficou conhecido como “*revolución febrerista*” alçou o coronel Rafael Franco ao poder. O levante militar teria sido o resultado da cisão do Partido liberal após a assinatura do acordo de 21 de janeiro com a Bolívia.

O novo presidente paraguaio, Rafael Franco, era o presidente da *Asociación Nacional de ex-Combatientes*, fundada em 1935 e que contava com 40 mil veteranos. Herói de guerra e muito popular no país guarani, Franco chegou ao poder sem resistências. Ele conseguira articular em torno de sua personalidade uma frente política composta de estudantes e intelectuais que se opunham à política partidária tradicional, desenhada desde 1904 pelos liberais, e que consideravam que ela havia trazido sofrimento e morte à população paraguaia<sup>80</sup>.

Meses antes, os liberais haviam tentando uma conciliação com Franco nomeando-o Diretor da Escola Militar de Assunção. No entanto, após Franco ignorar as reiteradas advertências para que se abstinésse da atividade política, ele teve a prisão decretada, posteriormente transformada em exílio na Argentina. A partir de então, o coronel começou a conspirar contra o governo Ayala<sup>81</sup>. Na manhã de 17 de fevereiro de 1936, afinal,

---

*cooperación cultural e de ligação ferroviária estavam em estudos, quando se deu a mudança do Governo Paraguayo, e com ella a acephalia prolongada da sua missão diplomática no Rio o que determinou a interrupção dos estudos em andamento.”( relatório MRE, ano 1936, vol 1, pg. XVII-XVIII)*

<sup>79</sup> Em encontro com Braden, Saavedra Lamas buscava justificar aos americanos sua postura inicialmente contrária à conferência geral de paz convocada por Roosevelt. Relataria Braden ao Departamento de Estado que Saavedra Lamas teria rejeitado a ideia, em julho e agosto passados, “*on the score that at that time the mere hint of a general conference of this character would have led to Paraguayan desertion of the Chaco Peace Conference, an event which of itself would have destroyed any possible success for President Roosevelt's plans*”. (FRUS, 1936. The American Republics, The Ambassador in Argentina (Weddell) to the Secretary of State, Buenos Aires, February 6, 1936).

<sup>80</sup> Em 1931, Franco- então major- já havia participado em uma tentativa fracassada de tomar o poder dos liberais, a quem considerava pusilânimes (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 378.)

<sup>81</sup> DORATIOTO, 2012, Op.cit., p. 419.

desencadeou o golpe de Estado contra o presidente Eusebio Ayala do qual participaram não apenas ex-combatentes, mas também os comunistas e a extrema-direita nacionalista, da “*Liga Nacional Independiente*”, de Juan Stefanich<sup>82</sup>.

A ascensão de Franco mudou completamente o panorama da Conferência de Paz do Chaco<sup>83</sup>. O curso dos eventos em Assunção fez com surgisse entre os países mediadores o temor quanto à possibilidade de reinício das hostilidades com a Bolívia. Em 1928, o mesmo Rafael Franco havia sido o protagonista do incidente do fortin Vanguardia que quase resultara na conflagração com a Bolívia e, em fevereiro de 1936, pouco antes de assumir o poder, Franco havia dado declarações contrárias ao protocolo de paz. Sabendo disso, quando a crise se enunciou, semanas antes, o delegado americano Spruille Braden viajou a Assunção na tentativa de salvar o governo Ayala, gestão que foi em vão. Franco chegou ao poder e nomeou Juan Stefanich como seu ministro da Guerra e da Marinha, assumindo ele também interinamente as funções de chanceler<sup>84</sup>. Após sua revolução vitoriosa, Franco deu mais sinais perturbadores. Políticos liberais tradicionais como Ayala, Estigarribia e Riart foram imediatamente presos e deportados trazendo mais incertezas sobre qual seria a posição paraguaia. A questão era que estes eram exatamente os mesmos nomes que haviam a pouco firmado o acordo de paz com a Bolívia.

Preocupados, o Brasil e os demais mediadores articularam um reconhecimento conjunto do novo governo estabelecendo como pré-requisito para tal reconhecimento que Franco ratificasse os protocolos de 12 de junho de 1935 e de 21 de janeiro de 1936. A situação criou um impasse momentâneo e Franco protestou contra esta negativa de reconhecimento, interrompendo a repatriação de prisioneiros. Desejava ele condicionar a

---

<sup>82</sup> As explicações para o golpe de 17 de fevereiro são muitas e variadas. Segundo a esposa de Eusebio Ayala, Marcelle Durand, os golpistas da oposição exploraram o descontentamento de uma parcela minoritária da população com o objetivo de apoderarem-se de vultuosas somas de recursos públicos, dentre eles: a) o ouro economizado pelo governo; b) os valores da indenização que a Bolívia iria pagar ao Paraguai para a liberação dos prisioneiros; c) de vinte milhões de pesos que estavam depositados em Buenos Aires e seriam trazidos para Assunção.(DORATIOTO, 2012, Op. cit., p. 420).

<sup>83</sup> Como visto na introdução, a ascensão de Franco ao poder seria um ponto de inflexão na política nacional paraguaia, marcando o início de um período de maior participação militar. Doratioto escreve: “O golpe de Estado de fevereiro de 1936 foi o marco inicial de um movimento crescente da participação militar como sujeito do processo político paraguaio. A partir de então, governaram o Paraguai o coronel Rafael Franco (1936-1937), os generais José Félix Estigarribia (1939 -1940), Higinio Morínigo (1940-1948) e Alfredo Stroessner, que tomou o poder em 1954, nele permanecendo até 1989. Esses militares foram intercalados por sete governantes civis dos quais apenas dois, Félix Paiva (1937-1939) e Federico Chaves (1949-1954), governaram por período significativo, mas sempre tendo no elemento militar antes um fator político na disputa do poder do que o braço armado da defesa das instituições do Estado” (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 421)

<sup>84</sup> Segundo Leslie Bethell, devido a inabilidade de Rafael Franco na política partidária, Stefanich logo se tornaria uma espécie de “eminência parda” da política paraguaia.(BETHELL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**, Volume 06, p. 239)

repatriação ao seu reconhecimento. Para o Brasil, além do temor de descumprimento dos compromissos de paz assumidos perante a Bolívia, pesavam ainda contra ele supostas tendências comunistas e pró-argentinas do novo governo paraguaio. Antes do golpe, Franco estava em Buenos Aires e fora a Assunção transportado em avião de um jornal argentino. Assim, o Brasil passou a se preocupar que com a nova situação houvesse o adensamento das relações militares entre Argentina e Paraguai. No dia 12 de março, no entanto, após uma extensa averiguação da personalidade de Franco e da obtenção de garantias severas de respeito aos protocolos de paz, o governo brasileiro decidiria reconhecer o novo governo paraguaio<sup>85</sup>. No dia 14 de março, o Brasil e as demais nações mediadoras deram seu reconhecimento conjunto e o impasse seria encerrado<sup>86</sup>.

Pouco tempo depois, em 17 de maio de 1936, a situação repetir-se-ia desta vez na Bolívia. David Toro, então Chefe do Estado Maior boliviano, chegou ao poder por meio de um golpe de Estado que derrubou o presidente Tejada Sorzano e alçou os militares aos postos de comando em La Paz. A instabilidade criada pela guerra derrubava agora os governos envolvidos na carnificina com grande facilidade.

Dessa vez, no entanto, mesmo antes de constituir o novo gabinete, o general Toro fez questão de enunciar que respeitaria os compromissos assumidos com o Paraguai. De La Paz, o ministro brasileiro Cyro Freitas Vale notava que a situação parecia de perfeita estabilidade. O Brasil, porém, adotou semelhante cautela retardando o reconhecimento do novo governo boliviano, fato que obrigou ao governo Toro a redigir pedido de reconhecimento, desculpando-se pela impertinência, mas asseverando que tal declaração pelos Estados mediadores era essencial para a normalidade do funcionamento dos trabalhos na Conferência de paz de Buenos Aires<sup>87</sup>.

Como prova de sua vontade de rumar para a normalidade constitucional, o novo governo boliviano suspendeu o estado de sítio e a censura, vigentes desde o início da guerra, e decretaria anistia ampla aos políticos. O governo Toro assegurou, por reiteradas vezes, que respeitaria todos os compromissos firmados com o Paraguai tendo enviado o novo chanceler, Enrique Baldivieso, um telegrama à Conferência de Paz nesse sentido<sup>88</sup>. Assegurado tal

---

<sup>85</sup> EXTERIORES para BRASLEG-Assunção. Telegramas, nº21, Reconhecimento novo gov. paraguay. 12.03.1936, AHI 2\5\13.

<sup>86</sup> Relatório MRE, ano 1936, vol 1, pp. 16-17

<sup>87</sup> FREITAS VALLE (BRASLEG- La Paz) a EXTERIORES. Telegramas, NP, nº 38, reservado, Novo governo boliviano, 23.05.1936, AHI 23\5\11.

<sup>88</sup> FREITAS VALLE (BRASLEG-La Paz) a EXTERIORES. Telegramas, NP, nº 41, reservado, Novo governo boliviano, 28.05.1936. AHI 23\5\11.

compromisso, no dia 30 maio 1936, o Brasil e as demais nações mediadoras reconheceram conjuntamente o governo Toro<sup>89</sup>.

Quando a situação institucional finalmente parecia normalizar-se, uma atitude argentina trouxe novas conturbações. O país que era responsável pelo transporte dos prisioneiros que deveriam ser repatriados, decidiu suspender parcialmente as viagens de trem, e conseqüentemente a repatriação de prisioneiros, argumentando a necessidade urgente de reparar 20 km de vias férreas em seu país<sup>90</sup>. A atitude argentina imediatamente despertou suspeitas quanto à honestidade de propósitos do país platino. De La Paz, Cyro de Freitas Valle afirmava:

A suspensão parcial da repatriação de prisioneiros preocupa, altamente, os meios governamentais[bolivianos] que atribuem essa manobra ao desejo argentino de derrubar o coronel Franco. Este, ao que se diz, precisa para consolidar o seu Governo da importância que a Bolívia deve pagar ao fim das repatriações. Argumentando com a necessidade de reparar 20 kilometros de via férrea, a Argentina teria suspenso as viagens.(...)”  
 (...)Não tenho meios para julgar da procedência destas preocupações, pois esta Legação, há vários mezes, não tem informações dessa Secretaria de Estado sobre o Chaco<sup>91</sup>

O novo presidente da Bolívia, David Toro, reagiu denunciando ao Brasil (Macedo Soares) e aos EUA (Sumner Welles) se tratar de manobra Argentina para conturbar a repatriação e a implementação da ata de janeiro de 1936, aventando mesmo a possibilidade de a suspensão ser uma forma de intervenção velada na política paraguaia, fragilizando o governo Franco. Na conferência de Paz, o representante boliviano protestou chegando a afirmar que se necessário os prisioneiros percorreriam o trecho em obras à pé.

No dia 30 de maio de 1936, o Itamaraty telegrafou a sua legação em Assunção e embaixada em Buenos Aires pedindo mais informações a seus diplomatas acerca dos propósitos da Argentina ao decretar a suspensão das repatriações:

<sup>89</sup> Relatório MRE, ano 1936, vol 1, pp. 16-17.

<sup>90</sup> Como afirma Rout, o transporte era feito em grande medida pela via férrea argentina. Escreve o autor: “(...)The proposed aerial repatriation of seriously wounded prisoners never materialized. Paraguayan prisoners were moved by railroad from La Quiaca to Formosa in Argentina and then by boat to Asunción. Some Bolivian repatriates were packed into barges and moved up the Pilcomayo River to Villa Monte ‘without toilet facilities or water’. Bolivians usually were shipped by boat to Formosa and then entrained for Bolivia via the Formosa-Embarcación-Yacuiba route. Trucks from the latter point took most of them to Villa Montes. The railway repatriation scheme looked excellent on paper but collapsed on application. Efforts to provide prisoners with rations at stopovers and transfer points created havoc. One commission observer reported that ‘the food was cold from hours of standing and full of dust and dirt, and soiled by stray dogs sniffing at it.(...)” (ROUT JR. Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p.135)

<sup>91</sup> FREITAS VALLE (BRASLEG- La Paz) a EXTERIORES. Telegramas, NP, nº 39, reservado. Chaco. Repatriação de prisioneiros. 26.05.1936. AHI 23\5\11.

A nossa Legação em La Paz comunica-nos que a suspensão parcial da repatriação tem preocupado muito os meios governamentais bolivianos, que attribuem tal facto a manobras da chancellaria argentina, desejosa de derrubar o coronel Franco para substituí-lo possivelmente pelo coronel Smith. Diga-nos o que souber a esse respeito.<sup>92</sup>

De Buenos Aires, Rodrigues Alves descartou a existência de uma conspiração de fundo argentino destinada a promover uma mudança de governo no Paraguai e perturbar os ânimos na Conferência de Paz. No dia 30 de maio de 1936, escreveu ele ao Itamaraty:

Resposta ao telegrama de Vossa Excellencia nº55. O Chanceller Saavedra Lamas mostrou-nos os telegrammas enviados no dia 22 e no dia 28 deste mez, pela Legação argentina em Assumpção, anunciando como imminente um movimento militar que devia explodir hontem, 29, com o proposito de estabelecer um triunvirato militar. Não creio que a República Argentina tenha maior interesse, neste momento, em substituir o Coronel Franco pelo Coronel Smith, tanto mais quanto o primeiro deve sua reitegração no exército paraguayo ao Coronel Schweizer, de quem é amigo íntimo. O Chanceller Saavedra Lamas pretendeu, no começo, protelar o reconhecimento do novo Governo boliviano justamente para evitar as susceptibilidades do Coronel Franco, cujo reconhecimento demorou muitos dias e só cedeu em reconhecer o novo Governo, hoje, por pressão nossa, que compreendemos que qualquer protelação poderia prejudicar, seriamente, a repatriação, o que certamente desagradaria a Bolívia.(...)<sup>93</sup>.

Já o representante brasileiro perante o governo paraguaio, Lafayette de Carvalho, acreditava realmente se tratar de manobra argentina para desestabilizar o recém-instalado governo Franco no Paraguai. Segundo ele, a ideia dos argentinos era colocar ou Riart ou Zubizarreta no comando da nação guarani com vistas a afastá-la do Brasil. No dia 31 de maio de 1936 escreveria ao Itamaraty:

(...)Resposta ao telegramma de Vossa Excellencia nº43. A Argentina visivelmente se tem mostrado antiphatica ao Governo do coronel Franco, já consentindo, abertamente, a ação dos emigrados nas suas fronteiras, como em Buenos Aires, foco de boatos falsos, que dahi são espalhados, já fazendo constar a existência de uma frente única com o Brasil para lhe negar tudo. Não creio que seja com bons olhos a substituição do coronel Franco por qualquer outro militar, uma vez que os incidentes do Pilcomayo provaram que estão muito vivos e o exército não os esqueceu. O seu desejo deve ser o de preparar terreno para o Senhor Zubizarreta ou mesmo o Senhor Riart, pois não supporta o General Estigarribia, comtanto que volte a recuperar o antigo prestígio, com o fim de evitar a execução da Estrada de Ferro Santos-Assunção, que estava sendo tratada pelo Governo passado e que considera um problema de vida ou morte para a sua economia e defesa.(...)<sup>94</sup>

<sup>92</sup> EXTERIORES a BRASLEG- Assunção. Telegramas, NP, nº 43, situação política interna paraguaya, 30.05.1936, AHI 2\5\13

<sup>93</sup> BRASLEG- Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. Telegramas, nº104, confidencial, situação política interna Paraguay, 30.05.1936, AHI 76\5\01-11.

<sup>94</sup> LAFAYETTE (BRASLEG- Assunção) para EXTERIORES. Telegramas, confidencial, NP, nº 69, situação política interna paraguaya, 31.05.1936, AHI 2\5\2.

E acrescentava o diplomata brasileiro:

Ninguém mais do que eu é entusiasta da aproximação íntima entre o Brasil e a Argentina, para a qual concorri, iniciando e terminando, esforçadamente, os trabalhos da visita, ao Rio de Janeiro, do Presidente Agustin Justo, entretanto, com pesar, observo que o Chanceller Saavedra Lamas, de quem aliás sou amigo, parece valer-se dessa actual e feliz circumstancia para, nessa Embaixada, resolver certos problemas de seu paiz(...)"<sup>95</sup>

Em junho, o primeiro aniversário do protocolo de paz transcorreu em clima de paz armada. A data foi celebrada no Paraguai, mas não na Bolívia. Notaria o ministro brasileiro em La Paz: "*Não foi aqui decretado feriado para comemorar o protocollo de Paz. Os commentarios dos jornaes são antes, frios(...)*"<sup>96</sup>. Em Buenos Aires, sede da conferência de paz, milhares de estudantes desfilarão em frente a Casa Rosada, onde se encontravam o presidente Justo, seus ministros, e representantes acreditados<sup>97</sup>.

Em julho de 1936, mais uma crise – a terceira desde inícios do ano- foi deflagrada por ocasião da visita do novo chefe da delegação boliviana à Conferência de paz, Tomás Manuel Elio, ao Chile. Elio, que acabara de ser-nomeado pelo governo Toro para o posto diplomático em Buenos Aires, visitou Santiago pouco antes de seguir para a capital argentina. A viagem do boliviano ao Chile prolongou-se por todo o mês de julho, despertando graves desconfianças por parte das chancelarias argentina e paraguaia quanto à existência de uma éntente secreta chileno-boliviana. A convocação inesperada do delegado chileno Felix Nieto del Rio de Buenos Aires para participar do encontro adensou ainda mais as suspeitas dos dois países.

A viagem provocou a cólera do chanceler argentino Saavedra Lamas, também presidente da Conferência de Paz, ameaçando penosamente os trabalhos pacificadores. Como relataria Rodrigues Alves ao Itamaraty:

(...) A viagem do Ministro Elio a Santiago irritou enormemente o chanceler Saavedra Lamas, aliás sem motivo explicável uma vez que é mais que natural que a Chancellaria de La Moneda queira resolver com a sua vizinha do lado do Pacífico uma serie de problemas de ordem commercial e de communicações, que estão desde muito à espera de solução. O Chanceller argentino, cuja serenidade seria para desejar, não guarda entretanto, na maioria dos casos aquelle equilibrio salutar que jamais deveria abandonar os homens que têm sob sua responsabilidade o contrôle das relações internacionais. S. Ex vê fantasmas no ar, acredita no bloco do Pacífico, crê que o pensamento boliviano abre caminho do outro lado, que Cruchaga

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> FREITAS VALLE (BRASLEG- La Paz) a EXTERIORES. Telegramas, NP, nº48, reservado, Aniversário Protocollo da Paz no Chaco, 12.06.36, AHI 23\5\11.

<sup>97</sup> DELEBRAS-Conf. Buenos Aires a EXTERIORES. Officios, delegação do Brasil à Conferência de Paz, DB 148, 13.06.1936, AHI.

patrocina uma política contrária à Argentina, que Nieto del Río é o agente tenebroso de uma conspiração internacional tendente a arrebatar a hegemonia argentina, e que daí, por vezes, se exalte, perdendo o controle de si mesmo, chegando a dizer que para ele o único que vale é o Brasil, não passando os demais países sulamericanos de irrequietas republiquetas. Isto mesmo ele me disse na noite do dia 9, no Teatro Colón, com risco de ser ouvido por outros diplomatas que se encontravam a pequena distância (...)<sup>98</sup>

Segundo afirmou o delegado americano Spruille Braden, em suas memórias, o chanceler Saavedra Lamas acreditava que a visita ao Chile era parte de uma conspiração para roubar-lhe a sede da conferência de Buenos Aires. O americano descreveu, em seu livro, a reação furiosa do chanceler Saavedra Lamas, que teria denunciado em sessão plenária da Conferência a existência de um complô chileno-boliviano para prejudicar o Paraguai<sup>99</sup>. Ainda cabem mais investigações sobre os motivos da viagem, mas ao que parece ela provocou grande tensão entre mediadores e ex-beligerantes. Em conversa com o delegado brasileiro, o chanceler argentino e o delegado paraguaio Isidro Ramirez denunciaram ao Brasil essa éntente secreta e buscaram sugerir uma espécie de veto para que o delegado chileno Félix Nieto del Río retornasse a Buenos Aires como chefe da delegação chilena<sup>100</sup>.

Como decorrência do lamentável episódio, ainda em julho, o Paraguai suspendeu a autorização para que os bolivianos reparassem o caminho internacional entre Villa Montes e Santa Cruz, que havia sido conseguido por exortação da conferência, elevando ainda mais as

<sup>98</sup> DELEBRAS-Conf. Buenos Aires a EXTERIORES. Ofícios, confidencial, DB\177, Chaco. Conferência de Paz. O Ministro Elio em Santiago. 25.07.1936, AHI

<sup>99</sup> “ *Elio had accepted a formal invitation from Felix Nieto to visit Chile after he was named ambassador to the Conference. Nieto asked Rodrigues Alves and myself to go with him when he explained this visit to Saavedra Lamas. I thought the visit a serious mistake, but Rodrigues Alves saw no danger in it. There was no excuse for Saavedra Lamas's having the slightest suspicion.*

*But Saavedra Lamas didn't need excuses. He buttonholled me on a Monday afternoon at a reception and declared the visit meant that Chile was trying to steal the Peace Conference. I assured him he was mistaken. The next day he was ranting again, and we realized the situation was serious, knowing of what extremes he was capable. Other efforts to calm him failed. Within 24 hours his temperature was so high that I telephoned Félix in Santiago, demanding his immediate return.*

*On Friday afternoon the Conference met for the first time with the new Paraguayan delegates. To the consternation of all the present, Saavedra Lamas opened the session with the words, 'If I were a Paraguayan, I would be very much worried. I have reason to believe-in fact I have documentary evidence to prove- that Chile and Bolívia, the only two delegations not present, are planing a secret attack on Paraguay.'*

*Rodrigues Alves and I immediatly protested that no such thing was going on. But Saavedra Lamas, Foreign Minister of Argentina, Chairman of the Peace Conference, and virtual suzerain of Paraguay, was na authority the Paraguayans could not take lightly. We could do no more than have the meeting adjourned after, finally, silencing Saavedra.(...)*” (BRADEN, Spruille. **Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden**, New Rochelle, N. Y.: Arlington House, Arlington House Productions, 1971, p. 172)

<sup>100</sup> No dia 10 de julho de 1936, Saavedra Lamas (Argentina) e Isidro Ramirez (Paraguai) iriam conferenciar-se com Rodrigues Alves (Brasil). Nesse encontro manifestariam preocupação com a visita de Elio a Santiago afirmando que seu principal objetivo era a negociação e assinatura de um protocolo de revisão do tratado de 1904 entre Chile e Bolívia, que permitiria à Bolívia importar armas mais facilmente pelos portos chilenos. Nesse mesmo encontro haveria a proposta de veto a Félix Nieto del Río (RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios. Confidencial.DB\167, Chaco. Conferência de Paz. Visita do Ministro Elio a Santiago. 15.07.1936, AHI 76\5\1-11)

tensões<sup>101</sup>. A referida estrada havia sido destruída durante a fase final da guerra e ainda possuía trechos não transitáveis. A Bolívia reclamava a devolução da estrada mediante compensações pecuniárias. O Paraguai, no entanto, sabia ser este um elemento fundamental de pressão, não aceitando devolvê-la por qualquer valor, apenas tendo permitido um trânsito limitado e supervisionado.

A questão da posse da estrada acirrava profundamente os ânimos. Em julho de 1936, o presidente boliviano David Toro havia ameaçado retorno da guerra caso Paraguai continuasse a reter controle sobre estrada Villa Montes-Boyube<sup>102</sup>. Como forma de equacionar a questão, a 20 de agosto de 1936, a Conferência de Paz fez uma proposta sobre criação de zonas neutras que implicava na neutralização da referida estrada. O Paraguai, porém, rejeitou terminantemente o ato que, segundo seus representantes, beneficiaria unicamente a Bolívia, retirando forçosamente de suas mãos o controle do caminho estratégico. Apesar de não reconhecer publicamente, o governo paraguaio buscava estrangular os contatos entre os departamentos bolivianos de Beni e Santa Cruz, jogando com esse trunfo militar para obtenção de uma linha de fronteira definitiva mais favorável<sup>103</sup>.

O procedimento contraditório da chancelaria argentina contribuía para aumentar as suspicácias entre todos. Enquanto alegava a inconveniência da admissão de oficiais guaranis nos institutos militares brasileiros, a Argentina começava a admiti-los em suas escolas da Marinha. Segundo as informações do Itamaraty, o coronel Schweitzer teria procurado obter em Assunção o reenvio da missão militar argentina ao Paraguai, dissolvida em 1932<sup>104</sup>. Ao Rio de Janeiro, Rodrigues Alves declarou não saber se tal atitude de Lamas era espontânea ou refletida, mas que a desconfiança poderia a empurrar a América do Sul imprudentemente para uma nova carreira armamentista "*dispendiosa e alarmante*"<sup>105</sup>.

Em meio ao desânimo nas negociações de paz, o governo brasileiro se viu defrontado com notícias igualmente preocupantes relativas aos planos de reaparelhamento bélico das suas forças armadas. Em julho de 1936, Vargas foi surpreendido por uma carta de Roosevelt informando-o ser impossível atender o seu pedido de fornecimento de cruzadores para a

<sup>101</sup> EXTERIORES a BRASLEG-La Paz. Despachos, NP\29. Chaco. Conferência de Paz. Caminho Internacional. 29.07.1936, AHI 23\4\13.

<sup>102</sup> Jornal "The New York Times" 10.06.1936. trecho disponível em: [http://dmgibler.people.ua.edu/uploads/1/3/8/5/13858910/mid\\_review\\_piece.pdf](http://dmgibler.people.ua.edu/uploads/1/3/8/5/13858910/mid_review_piece.pdf), acesso em: 17.06.2019.

<sup>103</sup> ROUTH JR. Leslie B. **The Chaco war**: a study in inter-American diplomacy. University of Minnesota, 1966. p. 431.

<sup>104</sup> EXTERIORES para DELEBRAS- Conf.Buenos Aires. Telegramas minutas, oficiais paraguayos na Argentina, nº51, NP, 11.05.1936, AHI 76\5\11.

<sup>105</sup> DELEBRAS-Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. Ofícios, confidencial, DB\177, Chaco. Conferência de Paz. O Ministro Elio em Santiago. 25.07.1936, AHI 76\5\01-11.



Marinha brasileira.<sup>106</sup> Desde janeiro desse ano, o Brasil gestionava a compra de material bélico pesado nos EUA para reequipar sua marinha de guerra.

Em janeiro, Vargas propusera comprar dez cruzadores da Classe Omaha nos EUA, navios estes que seriam adquiridos na medida de um ou dois navios a cada ano, por um período de dez anos<sup>107</sup>. O acordo permitiria a aquisição dos navios a custo mais reduzido e permitiria maior colaboração entre as marinhas dos dois países. Em meados de fevereiro, o embaixador brasileiro em Washington, Oswaldo Aranha, dava como garantida a transação, e, em maio de 1936, o Brasil chegou a firmar um acordo para recepcionar uma missão naval americana. Em 6 de julho, entretanto, o acordo foi por água abaixo quando Roosevelt escreveu a Vargas dizendo ser impossível dar sequência ao acordo devido a restrições do acordo de limitação naval de Londres.

A questão era demasiada sensível e, naquelas circunstâncias, o temor de ficar sem meios militares para a defesa nacional levou o chanceler Macedo Soares a advogar a realização pelo Brasil de grandes compras de armas na Alemanha<sup>108</sup>. Vargas mostrar-se-ia decepcionado com a falta de avanços na questão do reaparelhamento e mesmo o americanófilo Aranha aconselhou o Presidente a negociar na Inglaterra e Alemanha<sup>109</sup>. O que preocupava em especial era a vulnerabilidade brasileira diante da superioridade militar argentina e da situação instável no Chaco.

#### 4.3- Relações tensas (agosto 1936- abril 1937)

Nesse período, havia vários pontos de tensões nas relações paraguaio-bolivianas. Além das disputas em torno do trânsito comercial no Chaco, havia ainda a tensão provocada pela repatriação dos prisioneiros. Mesmo após a assinatura por da Ata de janeiro de 1936, a questão ainda permanecia irresoluta, dadas as sucessivas interrupções na repatriação. O Paraguai parecia não estar disposto a cooperar para romper as desconfianças, não havendo entregue estatísticas precisas com relação ao número de prisioneiros que ainda mantinha sob seu controle.

<sup>106</sup> GV c 1936.07.08/4, CPDOC-FGV

<sup>107</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1994, p.228.

<sup>108</sup> VARGAS, Getúlio. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol. 2, p.525

<sup>109</sup> Lamentando o desfecho das negociações, Oswaldo Aranha escreveria a Getúlio: “*Espero que não tenha dúvidas que (...) o insucesso de minha acção é desses factos infelizes, que escapam ao controle de um pobre mortal. Ninguém mais do que eu favorece tua decisão de dar uma marinha ao Brasil.(...) Sou de opinião que debes iniciar tratativas na Inglaterra e na Alemanha. A construção italiana parece-me sem eficiencia. A alemã, porém, creio que é barata e sem par. Nada faz porém por intermédio do Itamaraty, porque no nosso caso, a sua indiscrição e falta de critério demonstram que atravez delle nada é viável.(...)*”(GV c 1936.07.08/4, CPDOC-FGV

Insatisfeita com a atitude paraguaia na questão, em 7 de agosto de 1936, a Comissão Especial dos Prisioneiros, criada para acompanhar a repatriação e chefiada pelo americano Spruille Braden, declarou terminada a entrega dos prisioneiros por parte da Bolívia, mas não por parte do Paraguai. Afirmou-se que o Paraguai não havia sido transparente com relação ao número de cativos, o que impedia o repasse definitivo dos valores<sup>110</sup>. Contra este ato protestou o delegado paraguaio Juan Isidro Ramirez, que acusou a conferência de jogar com o dinheiro em seu poder para praticar um ato atentatório à soberania de seu país<sup>111</sup>.

Em 21 de agosto de 1936, no entanto, para não complicar a situação, e mesmo na falta de estatísticas precisas sobre o número de cativos, a Conferência de Paz decidiu declarar resolvida em definitivo a questão dos prisioneiros. Enfim, o governo da Bolívia entregou os 2 milhões e 400 mil pesos devidos ao Paraguai, que seriam depositados no Banco Central da Republica Argentina e depois repassados ao governo do Paraguai<sup>112</sup>.

Como decorrência disso, a 25 de agosto, sob a intermediação dos países garantes, as relações diplomáticas entre os dois países foram formalmente reestabelecidas tal como estava previsto no protocolo de janeiro de 1936. Já se passara mais de um ano após a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires. Não obstante, esse restabelecimento ocorria de maneira bastante relutante e ambos os países decidiram não designar de imediato os representantes diplomáticos nas capitais adversárias. Esperava-se que dentro de dois ou três meses as nomeações fossem refeitas, porém, com as divergências agravadas nos meses seguintes essas nomeações demoraram ainda mais<sup>113</sup>.

Em meio a esse clima de cordialidade forçada, em agosto de 1936, Enrique Finot, que acabara de haver sido nomeado novo chanceler pelo governo Toro, visitou o Brasil. Finot veio dos EUA, onde exercia funções diplomáticas, visitando o Rio antes de seguir caminho para La Paz, onde assumiria o novo posto. Ele ficou cerca de uma semana no Rio de Janeiro, onde se encontrou com o ministro Macedo Soares e também com o presidente Getúlio Vargas. Os principais temas destes encontros foram a vinculação ferroviária e o aproveitamento do petróleo boliviano<sup>114</sup>. Segundo consta em comunicações posteriores, Finot buscava interessar o Brasil pelo potencial comercial do petróleo boliviano em troca de certo apoio na questão do

---

<sup>110</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. telegramas cópias. NP, nº119, Chaco. Repatriação. 07.08.1936. AHI 76\5\10.

<sup>111</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS- Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, DB\194, Chaco. Conferência de Paz. Repatriação de Prisioneiros. Caminho Internacional. Renovação das relações diplomáticas, 19.08.1936, AHI 76\5\01-11.

<sup>112</sup> Relatório MRE, ano 1936, vol I, p. 5.

<sup>113</sup> FRUS, 1936, vol. V, The American Republics, d.88.

<sup>114</sup> EXTERIORES para DELEBRAS-Conf. Buenos Aires. Telegramas minutas, secreto, nº 35, NP,Petroleo. Comissão mixta brasileiro-boliviana, 15.07.1937, AHI, 76\5\11.

Chaco<sup>115</sup>. Essa sugestão não era novidade, pois, como visto, tão cedo quanto agosto de 1935, a Bolívia havia sinalizado ao Brasil a possibilidade de colaboração brasileiro-boliviana na exploração do petróleo andino propondo o estabelecimento de zonas de influência brasileiras e argentinas na Bolívia<sup>116</sup>.

Nas conversações tidas no Rio de Janeiro, Finot teria dito aos governantes brasileiros que a Bolívia estava tão entusiasmada com a vinculação com o Brasil que estava disposta a rescindir as concessões petrolíferas dadas à Standard Oil em Santa Cruz e Tarija caso esta companhia não se dispusesse em construir um *pipe-line* ao Brasil e instalar refinarias no país<sup>117</sup>. Como contrapartida, exigia a colaboração plena do Brasil para equacionar definitivamente e satisfatoriamente a questão do Chaco. Tal proposta provavelmente se referia ao apoio do Brasil para reaver a estrada Boyuibe-Villa Montes e para obtenção de um litoral no rio Paraguai, onde se instalariam as mencionadas refinarias.

Dando seguimento às conversações, em 19 de agosto de 1936, a convite do governo boliviano, o ministro brasileiro em La Paz, Cyro Freitas Vale, visitou a região petrolífera que poderia ser objeto de concessão ao Brasil<sup>118</sup>. De avião, Freitas Valle seguiu de La Paz para Santa Cruz e Camiri, partindo depois de carro entre Camiri, Cuevo, Lagunillas, Moiopampa, Monteagudo, Padilla e Sucre. Nesse giro, o ministro brasileiro foi acompanhado das duas mais altas autoridades militares da Bolívia, o tenente coronel Moscoso, então ministro da defesa, e o tenente-coronel German Busch, chefe do Estado-Maior boliviano<sup>119</sup>. Em seguida, o governo brasileiro contratou o engenheiro norte-americano Leonard C. Ball para produzir relatórios sobre a disponibilidade do insumo estratégico boliviano e da viabilidade de seu aproveitamento pelo Brasil<sup>120</sup>.

Em meados de setembro de 1936 reventaria uma nova grave crise nas negociações de paz de Buenos Aires durante a presidência brasileira dos trabalhos. Em reunião plenária, o Paraguai entrou em rota de choque com a Conferência de Paz recusando-se a reconhecer os

<sup>115</sup> FREITAS VALLE (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Telegramas, confidencial, nº77, NP, Visita ao Brasil Ministro Finot 11.08.1936, AHI 23\5\11.

<sup>116</sup> Em março de 1936, o governo brasileiro enviou Cyro de Freitas Valle a La Paz, com instruções explícitas de avançar as negociações petrolíferas com a Bolívia (MACEDO SOARES para CYRO FREITAS VALLE. Despachos La Paz, NP\16, 30. 05.1936. AHI 23\4\13)

<sup>117</sup> EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Despachos, NP\35,confidencial, Execução do Tratado de Natal: a) comunicações ferroviárias, b) transporte de petróleo boliviano para o Brasil, 22.08.1936. AHI 23\4\13.

<sup>118</sup> BRASLEG-La Paz para EXTERIORES. Telegramas, recebidos de La Paz, NP, nº81, Visita do Ministro do Brasil à região petrolífera do Camiri,19.08.1936. AHI 23\5\11.

<sup>119</sup> FREITAS VALLE (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Ofícios, nº94, reservado, Viagem do Senhor Freitas-Valle ao interior da Bolívia. 01.09.1936. AHI 23\1\3.

<sup>120</sup> MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. **O arquivo de José Carlos de Macedo Soares**: correspondência ativa e passiva; EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003,pp. 100-101.

direitos de vigilância e fiscalização da conferência, previstos no protocolo de paz de 1935<sup>121</sup>. Valendo-se da ambiguidade do protocolo de 1935, os delegados paraguaios em Buenos Aires aventaram fórmula capsciosa, que buscava distinguir a linha de separação dos exércitos daquela linha que fora demarcada pela Comissão Militar Neutra. O Paraguai não aceitou nomear representante para uma Comissão Especial de vigilância e fiscalização das linhas de separação por considerar que ser tentativa de forçar a delimitação de fronteiras, redigindo uma nota de repulsa em termos grosseiros<sup>122</sup>. Essa nota foi transmitida aos demais governos, mas não publicada nos jornais.

Segundo Rodrigues Alves, a postura fazia parecer que o Paraguai estava querendo furtar-se aos compromissos assumidos perante os países garantes dos protocolos de paz. Nesse sentido, na condição de presidente efetivo da Conferência<sup>123</sup>, Rodrigues Alves gestionou junto ao chefe de delegação Ramirez, em nome de todos os mediadores, para que o governo paraguaio se abstinhasse de publicar tal nota, temendo que se produzisse violenta reação na opinião pública da Bolívia<sup>124</sup>.

---

<sup>121</sup> O chanceler Macedo Soares escreveria: *“Imaginava-se, pois, que se caminhava resolutamente para a decisão da essência do litígio, isto é, da chamada ‘questão de fundo’. Infelizmente, essa expectativa se frustrou, porque logo surgiram novas dificuldades que, mais uma vez, criaram óbices à discussão do assumpto principal. Por nota de 21 de Agosto, a Conferencia comunicára às chancellarias boliviana e paraguaya as resoluções adoptadas naquelle mesmo dia, relativamente á vigilância e fiscalização entre as linhas de separação dos dois Exercitos, traçadas pela Commissão Militar Neutra.*

*Passadas três semanas, o Governo paraguay, por meio de nota da sua Delegação (datada de 11 de Setembro), julgou dever contestar á Conferência o direito ás referidas vigilancia e fiscalização.*

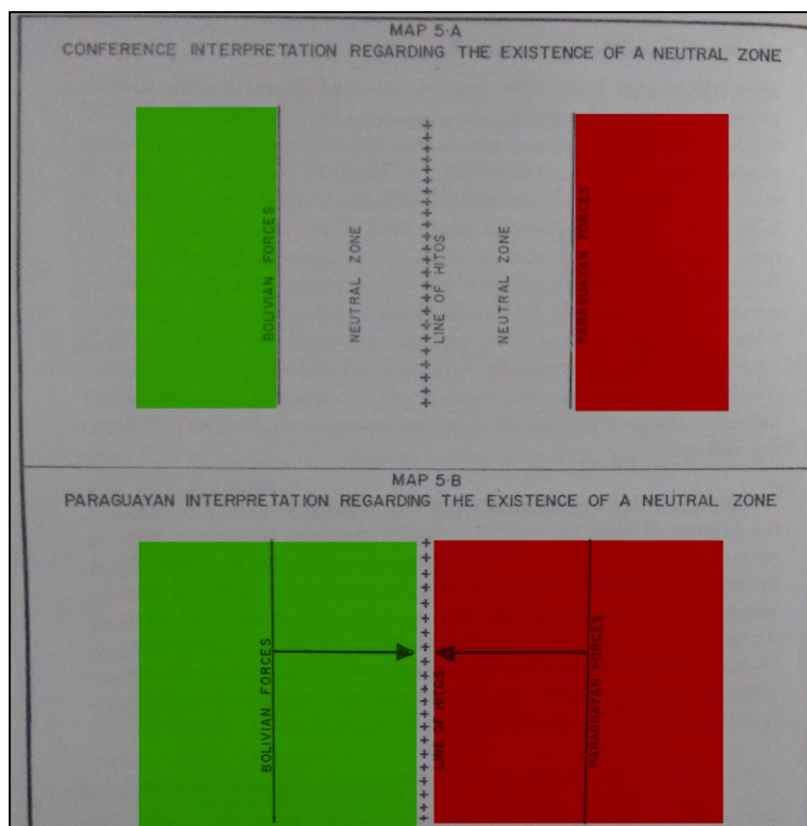
*Essa attitude inesperada esteve a pique de provocar grave crise, que só com grande tacto e habilidade foi contornada, graças aos esforços e boa vontade dos mediadores, então sob a presidência do Embaixador Rodrigues Alves, primeiro delegado do Brasil (O presidente effectivo, Dr. Saavedra Lamas, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, tinha partido para a Europa, afim de tomar parte nos trabalhos da Assembleia da Liga das Nações).”* (Relatório 1936, MRE, p. 6)

<sup>122</sup> Relatório MRE, ano 1936, vol 1, p. 6.

<sup>123</sup> Em setembro de 1936, Saavedra Lamas havia viajado à Europa deixando Rodrigues Alves na condição de presidente efetivo da Conferência de Paz.

<sup>124</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Telegramas cópias, confidencial, NP, nº136, Chaco Conferencia da Paz. 13.09.1936, AHI 76\5\10

**Figura 14- A divergência interpretativa entre os paraguaios e os mediadores acerca da existência de uma zona neutra.**



Fonte: ROUNT JR., Leslie Brennan. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p.

No cerne dessa nova polêmica estava novamente o caminho Villa Montes-Boyuibe, a saída de escape da economia boliviana via Argentina que vinha sendo retida forçosamente pelos paraguaios. Em Buenos Aires, a delegação paraguaia mantinha-se firme na posição de não abrir mão do território ocupado militarmente por seus exércitos. A 23 de setembro de 1936, Rodrigues Alves escreveu a Macedo Soares:

(...) Percebe-se perfeitamente, como não terá escapado a Vossa Excellencia, que a razão da resistência do Senhor Ramirez em concordar com a Conferência no direito de controlar e vigiar a zona compreendida entre as duas linhas de separação ou de retrahimento, reside no facto de encontrar-se o famoso Caminho internacional entre as linhas de postes e a linha paraguaya de separação. Dahi a subtileza em pretender que o controle deve incidir sobre as linhas e não sobre o espaço compreendido entre ellas(...)<sup>125</sup>

O chefe da delegação brasileira e presidente interino da Conferência de Paz tentou contornar o malestar provocado pela negativa paraguaia buscando evitar que a crise

<sup>125</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, DB\ 215, Chaco. Conferencia da Paz. Caminho Internacional. Interpretações, 23.09.1936, AHI 76\5\1-11.

implicasse na ruptura das negociações. A 15 de outubro expediu uma nota conclamando os paraguaios a aceitarem o direito de fiscalização e vigilância dos mediadores. Não obstante, ele esbarraria na resistência obstinada paraguaia que não queria nomear delegados<sup>126</sup>.

Em auxílio, o governo do Brasil, que sentia que o chefe da delegação paraguaia Isidro Ramirez estava atrapalhando os trabalhos de paz, pediu ao palácio Lopez para que mandasse logo o diplomata para assumir a legação no Rio, posto para o qual já estava previamente designado<sup>127</sup>. O chanceler paraguaio aceitou justificando a sua longa demora em Buenos Aires na necessidade de se equacionar a questão da repatriação dos prisioneiros<sup>128</sup>.

A preocupação com os paraguaios adensar-se-ia ainda mais quando, em fins do mês de setembro, passaram a circular notícias de uma mobilização geral no país. No dia 26 de setembro, o chanceler brasileiro telegrafou à legação de La Paz questionando:

O Estado Maior do Exército acaba de receber informação de que os cônsules da Bolívia e do Paraguay em Corumbá teriam declarado ao Commandante do 17º Batalhão de Caçadores que o Governo paraguayano decretou a mobilização geral, parecendo visar Puerto Suarez e a região petrolífera. Rogo dizer-nos o que souber a esse respeito.<sup>129</sup>

Logo, confirmar-se-ia que o Paraguai realmente decretara a mobilização de tropas. Confrontado pelo Brasil, o presidente do Paraguai, Rafael Franco, justificou a movimentação militar por razões domésticas. Segundo diria Macedo Soares:

(...) o nosso Ministro em Assunção diz ter estado com o Presidente Franco, que lhe deu seguranças de não pretender por forma alguma a renovação da

<sup>126</sup> O chanceler Macedo Soares escreveria: “*De maneira conciliadora, mas com firmeza, a Conferencia respondeu á contestação paraguaya, por nota de 15 de Outubro. A resposta mostrava que os mediadores tinham procedido dentro das attribuições que lhes conferiam os Protocollos de 12 de Junho de 1935 e 21 de Janeiro de 1936, accrescentando, porém, que os animava o propósito de consolidar a collaboração das partes no direito que assistia á Conferencia. Declarava, por outro lado, que a resolução tomada não prejudicava ou punha em duvida a disposição constante dos referidos documentos, segundo a qual a sessão definitiva das hostilidades seria realizada sobre a base das posições alcançadas pelos belligerantes. Finalmente, mantinha integralmente a nota de 21 de Agosto e convidava o governo paraguayano a nomear dois delegados militares, para, com dois outros a serem nomeados pelo Governo boliviano e os que, para esse effeito fossem designados pela própria Conferencia, levarem a termo a regulamentação do direito de vigilância e fiscalização. A Delegação paraguaya replicou a essa nota. Mas a Conferencia retrucou por outra, de 21 de Outubro, na qual reafirmou sua autoridade, deplorou que a dita Delegação não tivesse dado a devida interpretação á nota de 15 de Outubro, salientou a necessidade de se reestabelecer, no Chaco, um ambiente de tranquilidade, e, por fim, insistiu na designação de delegados pelo Paraguay, dentro de um curto prazo para a regulamentação do que se cogitava.*

*Não tendo o Paraguay accedido em fazer tal designação( que, por parte da Bolívia, já fora feita), a Conferencia, em sessão de 3 de Novembro, resolveu organizar uma Commissão especial destinada aquelle fim, convidando todas as Delegações mediadoras a nomearem immediatamente para a mesma os respectivos assessores militares.”*(Relatório MRE 1936, p. 7)

<sup>127</sup> EXTERIORES para BRASLEG-Assunção. Telegramas, confidencial, NP,nº 57, Conferencia da Paz, 20.08.1936, AHI 2\5\13.

<sup>128</sup> LAFAYETTE (BRASLEG- Assunção) para EXTERIORES. Telegramas, confidencial, NP, nº 90, Conferencia de Paz, 24.08.1936, AHI 2\5\2.

<sup>129</sup> EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas, NP, nº44, Declarações do Commandante do 17º Batalhão de Caçadores, 26.09.1936, AHI 24\1\7.

guerra, pois, a seu ver, esta constituiria verdadeiro suicídio. Entretanto, a mobilização será decretada hoje, mas exclusivamente para o fim de desorganizar a Federação nacional do Trabalho e outras associações sindicalistas, que têm provocado greves e perturbado a ordem pública e cujos membros serão mandados para as zonas agrícolas.<sup>130</sup>

A situação era de extremo nervosismo e havia desconfiança dos bons propósitos enunciados. Na visão de Rodrigues Alves, tudo não passava de um pretexto para o Paraguai se preparar militarmente contra a Bolívia<sup>131</sup>. O governo Franco, que sofria com o desgaste de sua base de apoio interno, havia adotado um tom nacionalista inflamado, que poderia facilmente fazer reascender a guerra. Em 12 de outubro de 1936, por exemplo, Franco determinou que trouxessem de Cerro Corá para Assunção os restos mortais de Francisco Solano López, o ditador paraguaio responsável pela guerra contra a Tríplice Aliança. Os restos mortais de López foram depositados no *Panteón de los Héroes* em uma cerimônia pública grandiloquente. Para evitar quaisquer incidentes, se ausentaram da capital Assunção os representantes argentinos e brasileiros<sup>132</sup>.

Perante esse cenário nebuloso, a Bolívia assinou um pacto de não agressão com o Peru. Subscrito em Lima, pelo ministro boliviano Alberto Ostria Gutiérrez, pelo chanceler peruano Alberto Ulloa Sotomayor e pelo presidente peruano Benavides, ele sinalizava a disposição de encerrar o malestar bilateral, criado pelo tratado de Lima de 1929, declarando a Bolívia que não tinha nenhum problema político nem territorial pendente com o Peru. Em contrapartida, o Peru decidiu permitir que a Bolívia continuasse se aprovisionar através de portos peruanos, estabelecendo ambos o dever de neutralidade em conflitos em que cada um se visse, eventualmente, envolto.

A tensão elevou-se ainda mais com a ruidosa demissão de Tomás Manuel Elio, chefe da delegação boliviana à Conferência de Paz de Buenos Aires. Em outubro de 1936, Elio demitiu-se da chefia da delegação boliviana, em razão de atritos com o seu chefe, o chanceler boliviano Enrique Finot<sup>133</sup>. A decisão foi tomada por Elio após uma longa reflexão e várias ameaças anteriores de saída. O problema é que Elio era considerado um elemento moderado, vital para que se pudesse obter um acordo razoável.

<sup>130</sup> EXTERIORES a BRASLEG-La Paz, Telegr. Exp., confidencial, nº45, Chaco. Mobilização paraguaya, 29.09.1936, AHI 24\1\07.

<sup>131</sup> EXTERIORES a BRASLEG-La Paz, Telegr. Exp., confidencial, nº47, Chaco. Mobilização paraguaya, 29.09.1936, AHI 24\1\07.

<sup>132</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, pp.426-427.

<sup>133</sup> A Legação brasileira em La Paz avaliava que a demissão de Elio tinha relação com a postura paraguaia de não reconhecer o direito de vigilância (FREITAS VALLE a EXTERIORES, Ofícios, La Paz, nº 111\ 931.(31).(43), confidencial. Chaco. Conferência de Paz. A situação do senhor Elío. 03.10.1936, AHI 23\1\3)

O Itamaraty ainda buscou intervir evitando a sua saída. Rodrigues Alves sugeriu que a Legação do Brasil em La Paz fizesse sentir ao presidente Toro as graves consequências dessa demissão<sup>134</sup>. Em uma tentativa de reverter a decisão, a Secretaria de Estado ordenou à Legação em La Paz trabalhar pela reconciliação dos bolivianos<sup>135</sup>. A decisão, entretanto, foi definitiva e, a 2 de outubro de 1936, Rodrigues Alves escreveu ao Rio de Janeiro reportando haver recebido nota boliviana confirmando sua saída<sup>136</sup>. Como seu substituto, o governo da Bolívia decidiu enviar David Alvestegui, um crítico acérrimo da Conferência de Paz e um inimigo declarado da Argentina. Alvestegui fora uma das principais vozes na denúncia do apoio da Argentina ao Paraguai durante a guerra<sup>137</sup>.

Desde pronto, as consequências dessa mudança seriam sentidas. Sua nomeação não foi bem recebida pela Argentina e pelo Chile. Comentou Rodrigues Alves:

1. A designação do Senhor David Alvestégui para substituir o Senhor Tomás Elio na Chefia da Delegação boliviana à Conferência de Paz, não foi bem recebida não só no seio dos círculos oficiais argentinos como também por alguns Delegados, sobretudo pelo Embaixador Nieto del Rio.
2. Os Delegados argentinos não ocultaram suas apreensões. Chegaram mesmo a dizer que seria prudente que a Chancaria boliviana não puzesse à prova a cordura do Governo argentino solicitando o seu agrément para o Ministro da Bolívia<sup>138</sup>.

A chancelaria argentina iniciou campanha em prol da rejeição da indicação boliviana, pedindo inclusive o apoio brasileiro para frustrá-la. O chanceler Macedo Soares, no entanto, rejeitou tal proposta, que, aliás, considerava profundamente perturbadora para as negociações. Orientando Rodrigues Alves, o ministro do exterior brasileiro escreveria:

Com referência ao seu telegramma nº150, julgo que, em assumpto tão delicado como esse, não devemos intervir de modo algum, tanto mais quanto nada temos contra Alvestegui, com quem sempre nos entendemos bem. Aliás estamos convencidos de que a nossa intromissão faria apenas o jogo argentino, sem proveito algum<sup>139</sup>.

Sob pretexto de bloquear a nomeação de Alvestegui à Conferência de Paz, Lamas despachou o diplomata Horácio Carrilo em missão a La Paz conversar com as autoridades

<sup>134</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Telegramas cópias, confidencial, NP, nº144, Chaco. Conferencia da Paz. 28.09.1936, AHI 76\5\10.

<sup>135</sup> EXTERIORES a BRASLEG-La Paz, Telegr. Exp., confidencial, nº 46, Chaco. Conferência de Paz. Chefe Delegação Boliviana, 29.09.1936, AHI 24\1\07.

<sup>136</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Telegramas cópias, confidencial, NP, nº147, Chaco. Conferencia da Paz. Chefia Delegação boliviana. 02.10.1936, AHI 76\5\10.

<sup>137</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, confidencial, DB\221, Chaco. Conferencia da Paz. Designação do Senhor Alvestégui à presidência da Delegação boliviana, 03.10.1936, AHI 76\5\01-11.

<sup>138</sup> Ibidem.

<sup>139</sup> EXTERIORES para DELEBRAS-Conf. Buenos Aires. Telegramas minutas. Confidencial, NP, nº78, Chaco, 07.10.1936, AHI 76\5\11.



bolivianas. O Itamaraty, no entanto, desconfiava das reais intenções argentinas e acreditava que a missão Carrillo tinha também o propósito de gestionar frente ao Palácio Quemado pela aprovação do convênio ferroviário entre os dois países<sup>140</sup>. Segundo constavam informações do Itamaraty, a Argentina estaria oferecendo à Bolívia fornecer gratuitamente insumos básicos e comprar as concessões petrolíferas bolivianas<sup>141</sup>, o que seria sem dúvida uma fonte bem-vinda receitas em um momento de tão graves penúrias.

O Brasil também negociava a vinculação comercial com a Bolívia. Nessa disputa por influência geopolítica na América do Sul, o país esforçava-se para não desgostar nenhum dos ex-beligerantes. Em outubro de 1936, o governo brasileiro decidiu aceitar os militares paraguaios em sua escola de aviação para evitar que pendessem para a Argentina. Antes, no entanto, decidiu replicar o mesmo convite aos bolivianos<sup>142</sup>.

As crises pareciam não ter fim. Como visto, pelo momento, a questão acerca do regime de segurança no Chaco era a que mais causava perturbações às negociações, tornando-se um verdadeiro cabo de guerra entre a Conferência e o Paraguai. Em outubro de 1936, a Conferência de Paz advertiu os representantes do Paraguai para nomearem os seus representantes Comissão Especial Militar de Fiscalização e Vigilância, pois, caso contrário, a referida comissão seria constituída sem a sua participação. O governo *Febrerista* no Paraguai, no entanto, adotara uma posição nacionalista intransigente que beirava insolência<sup>143</sup>.

Em novembro de 1936, enfim, seria finalmente constituída a Comissão Especial Militar sobre vigilância das linhas de separação. Após muito espernear, o governo paraguaio aceitou de forma relutante a constituição dessa Comissão, que permitia aos mediadores exercerem algum controle sobre a zona neutra. Sua direção ficou ao encargo do general

<sup>140</sup> EXTERIORES para BRASLEG- La Paz. Telegramas, NP, nº 53, Chaco. Missão Carrillo. 22.10.1936, AHI 24\1\7.

<sup>141</sup> BRASLEG-La Paz para EXTERIORES. Ofícios, confidencial, Nº 129\931.(31)(43), Chaco. A Conferencia da Paz. A missão do Senhor Carrilo a La Paz. 07.11.36, AHI 23\1\3.

<sup>142</sup> Em telegrama, à legação de La Paz, Macedo Soares afirmaria:

*"Senhor Ministro,*

*O Governo paraguayoy, por mais de uma vez, tem manifestado o desejo de obter matrícula, na nossa Escola de Aviação, para alguns officiaes do seu Exército.*

*2. Procurámos quanto possível evitar a discussão do assumpto ou adiar indefinidamente a sua solução: mas, já agora, parece que deveremos ceder, ante a insistencia paraguaya, sob pena de vermos os ditos officiaes se encaminharem para a Argentina, o que, evidentemente, seria inconveniente aos interesses do Brasil.*

*3. Antes, comtudo, de dar a permissão solicitada, julgamos de bom alvitre communicar lealmente à Bolívia o que se passa e offerecer-lhe facilidades identicas aos officiaes do Exercito boliviano que se queiram aperfeçoar aqui na arma da aviação.*

*4. Vossa Excellencia fará, pois, em forma verbal tal communicação e o alludido offerecimento. Além disso, fará discretamente sentir a esse Governo que o estagio de officiaes paraguayos no Exército brasileiro será antes uma garantia, de ordem moral, para a Bolívia, do que um perigo para esta.(...)"* (EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Despachos, NP\43, Matricula de officiaes estrangeiros na Escola de Aviação, 29.10.1936, AHI 23\4\13)

<sup>143</sup> ROUT JR., Leslie Brenan. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**, Austin: University of Texas Press, 1970, p. 162.

argentino Rodolfo Martinez Pita<sup>144</sup>. Segundo garantiu Martinez de Pita ao chefe da delegação paraguaia, Isidoro Ramirez, o controle da referida comissão pela Argentina era uma garantia de que os direitos paraguaios sobre o Chaco seriam respeitados. Com um aliado no comando da Comissão, os paraguaios nada teriam a temer<sup>145</sup>. Adicionalmente, Rodrigues Alves, na condição de presidente da Conferência de Paz, decidiu reconhecer a validade da tese paraguaia sobre a zona neutra, incidindo o controle dos militares mediadores apenas sobre a *línea de hitos*. Com essa solução, um impasse potencialmente destrutivo para a paz seria temporariamente evitado<sup>146</sup>.

Em dezembro de 1936, foi realizada também na cidade de Buenos Aires a Conferência extraordinária americana sobre Consolidação da Paz convocada pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt. A importância atribuída por ele para o encontro era enorme e prova disso é que esta seria a única conferência americana na história da qual participariam tanto o secretário de Estado, Cordell Hull, o subsecretário de Estado, Sumner Welles, quanto o próprio presidente americano, Franklin Delano Roosevelt. Roosevelt compareceu pessoalmente ao encontro mesmo acometido pelos graves problemas de locomoção provocados pela poliomielite em estágio avançado<sup>147</sup>.

A conferência entre os países americanos iniciou-se em clima amigável e foi na sessão inaugural da conferência que o secretário de Estado americano enunciou os seus famosos oito pilares para a paz<sup>148</sup>, que serviriam posteriormente como inspiração para a futura Carta das Nações Unidas. Não obstante a potência dos discursos em prol da paz e da solidariedade americanas da sessão plenária de abertura, estes logo seriam suplantados pela retórica de antiamericanismo de Saavedra Lamas, que comprometeu o sucesso da conferência. A recepção calorosa nas ruas contrastava com a frieza com que a conferência era vista pela chancelaria argentina. O grito de “fora yankees” pronunciado por Libório Justo, filho do

<sup>144</sup> O Brasil também faria parte da referida comissão, nomeando o major Alves Bastos para compô-la.

<sup>145</sup> ROUTH JR. Leslie Brenan. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**, Austin: University of Texas Press, 1970, p. 163.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Id. Ibid., p. 174

<sup>148</sup> Os oito pilares eram : 1) educação para a paz; 2) conferências periódicas entre as nações; 3) aceitação por todos dos cinco principais pactos pacifistas(pacto Briand Kellogg, pacto Saavedra Lamas, etc) ;4) no caso de uma guerra entre nações hemisfério os demais países deveriam abster de intervir; 5) as nações deveriam evitar guerras comerciais; 6)cooperação é indispensável. As nações não deveriam isolar-se; 7) o direito internacional deve voltar a ser respeitado; 8) deve-se sempre observar o pactuado. Inicialmente uma ideia inicialmente adstrita ao âmbito americano, ela seria ampliada ao mundo no ano seguinte. Em 16 de julho de 1937, Cordell Hull circularia nota para todos os governos do mundo subscreverem aos seus oito pilares da paz. (WELLES, Sumner. **Seven Decisions that Shaped History**. New York: Harper & Bros., 1950, pp. 8-9)

presidente argentino, foi um agouro de qual seria o tom e os resultados da reunião<sup>149</sup>. Apesar do clima solene de cordialidade, os embates foram intensos.

Ao longo dos debates, as feridas abertas entre Brasil e Argentina ficaram cada vez mais expostas. Logo em uma das primeiras sessões, os delegados Oswaldo Aranha (Brasil) e Cantillo (Argentina) protagonizaram uma troca de farpas quando se discutia a criação de um arranjo interamericano permanente de paz americano<sup>150</sup>. A Argentina opor-se-ia a um órgão de consultas permanente americano, pois, segundo seu entendimento, tal passo implicava em substituir a Liga das Nações por um órgão regional. Opor-se-ia também à continentalização do princípio da neutralidade americana, pois cria implicava em se permitir a instituição de embargos de armas e de recursos financeiros contra países desviantes.

A postura de não compromisso da Argentina dificultou sobremaneira os trabalhos criando animosidades com os demais participantes. As tensões entre Lamas e Aranha fugiram do afável clima diplomático, e o brasileiro chegou a classificar o chanceler argentino como *"louco, mentiroso e cínico (...) um desequilibrado perigoso, que precisa de camisa de força, pois é capaz de arrastar seu país às maiores loucuras"*<sup>151</sup>.

Houve também grandes atritos entre os chanceleres de Brasil e Argentina. Segundo escreveu Beatrice Berle, esposa do delegado americano Adolf Berle, em seu diário:

(...) Durante as duas semanas seguintes, o trabalho consistiu em tentar domar Saavedra Lamas. Ele começou por proibir o Secretariado de publicar a proposta americana. Ele também tentou alinhar os países da América Central do seu lado. Um choque violento ocorreu com o [Ministro das Relações Exteriores José Carlos de Macedo] Soares do Brasil ao que ponto eles chegaram a chamar uns aos outros "porcos, sinvergüenzas, mentirosos 'etc.(...)"<sup>152</sup>

<sup>149</sup> O grito de Libório Justo foi dado durante o discurso de Roosevelt na sessão de abertura da Conferência, interrompendo-o. Sobre isso ver: jornal "Gazeta de Notícias", nº 285, anno 62, Rio de Janeiro, 02.12.1936, disponível em: < [http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730\\_1936\\_00285.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1936_00285.pdf)>, consulta em 05.06.2019.

<sup>150</sup> Declarando voto favorável do Brasil à moção dos países centro-americanos para constituição de tal um sistema, Aranha diria "(...)o Brasil não sómente considera um agravo a elle inferido aquelle que fôr feito a qualquer outra nação americana, sinão que vae ainda mais longe e considera como agravo próprio qualquer facto que possa fêr a soberania de um paiz continental(...)". Após rejeitar adesão à moção dizendo que a Argentina prescindiria de pactos formais para defender a soberania de nações amigas, retrucaria Cantillo: "(...) Os nossos irmãos do Uruguai sabem que no momento em que parecia pairar sobre o seu paiz uma ameaça dessa ordem, a Argentina, sem necessidade de pactos, fez manifestações expressas e terminantes (...)” em provável referência à questão centenária da Cisplatina com o Brasil (Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, **Diário de Sessões**, Versões Tachygraphycas, Buenos Aires, Imprensa do Congresso Nacional, 1937, pp 140-142)

<sup>151</sup> GV c 1936.12.11, CPDOC-FGV.

<sup>152</sup> BERLE, Adolf. A. **Navigating the Rapids: 1918-1971**. New York: Harcourt Brace Jovanovich Inc, 1973, p.120.

A atitude obstrucionista do chanceler argentino Lamas não confrangiu somente os delegados brasileiros. Como notou o delegado norte-americano Spruille Braden:

(...) Enquanto Roosevelt estava em Buenos Aires, Saavedra Lamas, além de pequenas descortesias, deu pouca ofensa. Depois disso ele foi intolerável. Infelizmente ele recebera seu Prêmio Nobel pouco antes do início da conferência; caso contrário, ele poderia ter medo de perder o apoio de Hull. Ele ridicularizou, obstruiu e insultou os Estados Unidos em todas as oportunidades; e como era o presidente da Conferência como Ministro das Relações Exteriores do país anfitrião, as oportunidades eram abundantes (...) Seu discurso de encerramento foi tão aviltante para os Estados Unidos que os delegados dos outros países ficaram constrangidos e indignados(...) <sup>153</sup>.

Os acalorados embates chegaram ao ponto de rixa pessoal entre Saavedra Lamas e Cordell Hull, azedando em grande medida, as relações entre os dois países. Como ato de enorme descortesia, Saavedra Lamas não foi se despedir do secretário de Estado americano, que regressava a Washington, o Sr. Cordell Hull, que havia sido um dos principais articuladores da campanha do argentino ao Nobel da Paz. Hull, que já vinha se irritando com a atitude pouco colaborativa do anfitrião, ficou furioso com tamanha impolidez. Segundo Sumner Welles, a partir de então, a antipatia entre os dois líderes, agravada pela postura internacional argentina, avultou-se ao ponto de chegar ao nível de compulsão <sup>154</sup>.

O tema do Chaco foi uma das principais fontes de desentendimentos da Conferência. Apesar das repetidas tentativas de evitar a controvertida questão atrapalhasse as discussões intergovernamentais, a exemplo de edições anteriores, o ambiente da conferência interamericana foi contaminado pelas tensões inerentes à disputa paraguaio-boliviana. A questão inevitavelmente veio à baila. A presença dos principais chanceleres americanos em Buenos Aires aumentava a pressão para que se desfechasse um acordo na já demorada contenda. Em realidade, uma das principais intenções de Roosevelt ao convocar a conferência havia sido a de encerrar definitivamente a controvérsia, inaugurando um novo período das relações americanas <sup>155</sup>.

<sup>153</sup> BRADEN, Spruille. **Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden**, New Rochelle, N. Y.: Arlington House, Arlington House Productions, 1971, p. 175, tradução nossa.

<sup>154</sup> WELLES, Sumner. **Seven Decisions that Shaped History**. New York: Harper & Bros., 1950. pp. 104-105.

<sup>155</sup> Para Sumner Welles, a decisão preciente de Roosevelt ao convocar a conferência de Buenos Aires em 1936 foi uma das sete decisões que moldaram a história. Em seu livro “Seven Decisions that Shaped History”, ele afirma: “(...) *President Roosevelt had two objectives in mind. The first was to set up the machinery needed to end such continental conflicts as the Chaco war, and to solve peacefully all the other quarrels that made real inter-American co-operation impossible. He wanted to create an atmosphere of hemispheric confidence in which the United States could help to perfect the New World system on which his heart was set. The second objective was still more far-reaching. By the early winter of 1936 the President had become convinced that France and Great Britain would be unwilling or unable to prevent the rapid rise of a militaristic Germany under the Nazis. He believed a Second World War was looming. The New World must be put in order so that when the crisis came the Americas at least might stand united.* (...)” (WELLES, Sumner. **Seven Decisions that Shaped History**, New York: Harper & Bros., 1950, p. 103)

Ainda no âmbito da conferência, ao menos três importantes projetos, capitaneados por Brasil, Chile e Bolívia, guardavam relação, direta ou indireta, com o litígio do Chaco. Do lado brasileiro, propôs-se uma convenção sobre bons ofícios e mediação, com vistas a se regular as hipóteses e os limites da mediação, evitando-se sobreposição ou desperdício de esforços, tal como ocorrera desafortunadamente nos anos iniciais do conflito. Do lado chileno, sugeriu-se o projeto de limitação de armamentos na América. Do lado boliviano, houve o projeto de definição de Estado agressor. Estes três projetos foram todos entregues ao exame da Comissão de Jurisconsultos do Rio<sup>156</sup>.

À época da realização da Conferência Extraordinária Interamericana de Consolidação da Paz em Buenos Aires já era enorme a insatisfação com os rumos da mediação da disputa paraguaio-boliviana. A Conferência de Paz do Chaco, que já tinha um ano e meio de existência, era considerada a esta altura repleta de deficiências e limitações. Assim, no dia 10 de dezembro de 1936, em resposta às fortes pressões para que as Repúblicas americanas se aproveitassem da ocasião para ingressassem um esforço conjunto na solução do caso do Chaco, decidiu-se, por deliberação comum, pela criação de um comitê especializado de poucos países para tratar da questão do Chaco.

A proposta criação do comitê foi uma iniciativa do anfitrião da Conferência, ministro Saavedra Lamas, da Argentina, talvez como uma forma de prevenção contra a perda de controle das negociações sobre o problema para os demais chanceleres americanos. Lamas pretendia nomear para integrá-lo países considerados dóceis e aliados na questão, como o Peru e Uruguai. Desta vez, no entanto, Lamas não logrou melindrar a ação dos demais ministros americanos na questão. Pelo contrário, amplificou o seu poder de influência direta<sup>157</sup>.

<sup>156</sup> Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, **Diário de Sessões**, Versões Tachygraphycas, Buenos Aires, Imprensa do Congresso Nacional, 1937, p. 730.

<sup>157</sup> Em suas memórias, Braden descreveria a criação do comitê dos três como uma manobra malfadada do chanceler argentino. Narraria o delegado americano: " (...) *As the Maintenance of Peace Conference got under way, Saavedra Lamas began trying to eliminate the Brazilian and Chilean Foreign Ministers, Macedo Soares and Cruchaga Tocornal, from the concurrent daily meetings of the Chaco Conference. He was vastly irritated that they would neglect the Maintenance of Peace sessions in order to attend ours, and expressed his irritation in extremely unpleasant remarks. Indeed, so bitter did his exchanges with Macedo and Cruchaga become one day that the Bolivian Foreign Minister turned to the Bolivian Ambassador, and said, 'Perhaps we should offer our mediatory services to the mediatory Foreign Ministers.'*

*One day Saavedra advanced a startling proposal. In a rambling incoherent speech he suggested that he appoint a committee of three to carry on the work of the Chaco Conference on the side, as it were, and thus leave the other delegates and the Foreign Ministers free to concentrate on the Maintenance of Peace Conference.*

*It was obvious that he intended to appoint Barreda Laos, Martinez Thedy, and probably an Argentine. Thus he would have a committee wholly subservient to himself and could forget the Chaco, and with it his fears and suspicions of the other Foreign Ministers. From his point of view it was a brilliant idea.*

*But the Foreign Ministers were as bright as he was. The minute he finished his speech Macedo Soares spoke up. 'That was a stroke of genius! I've never heard a more brilliant idea! I consider it so vitally important that as*

O Comitê, que ficou conhecido como “*Comitê dos Três*”, acabou composto por Brasil, Chile e Estados Unidos, e ficou sendo o responsável por acompanhar a questão até o término da reunião interamericana. Dessa maneira, Macedo Soares, Cruchaga Tocornal e Cordell Hull avocaram para si uma parte das responsabilidades conferidas à Conferência de Paz do Chaco, considerada já a esta época deficiente e incapaz de equacionar a contenda.

O Brasil, representado pelo chanceler José Carlos de Macedo Soares, teve um papel destacado no seio do Comitê dos Três. Desconfiado dos propósitos argentinos, e de sua possibilidade de contribuir positivamente para a paz, o chanceler brasileiro buscou afastar o ministro argentino Lamas das atividades do Comitê, cooperando ativamente com o Chile. De pronto, quando ainda se discutia a sua criação do comitê, propôs ele que apenas Brasil e Chile compusessem tal conselho<sup>158</sup>. Sabia Soares que a aliança instrumental entre Chile e Brasil sempre fora muito importante contrapeso à Argentina, estando na raiz das repetidas proposituras de um pacto ABC.

O chanceler brasileiro acreditava ter em suas mangas o plano que iria equacionar de uma vez por todas a contenda. Para ele, para além de uma questão de Estado, a paz do Chaco era uma questão de honra e uma exigência para manutenção do seu prestígio pessoal, visto que ele fora um dos artífices do protocolo de 1935. Assim, impôs o ministro que as reuniões do Comitê se dessem na casa de seu irmão, o também delegado à Conferência de Consolidação da Paz, José Eduardo de Macedo Soares, na rua Arenales nº 1556<sup>159</sup>. Tais reuniões ocorreriam de manhã, de tarde e de noite na casa do delegado brasileiro em Buenos Aires.

No dia 10 de dezembro de 1936, o Comitê dos Três realizou a sua primeira reunião formal, ocasião na qual Macedo Soares expôs aos demais delegados mediadores as bases de seu plano de pacificação. Começou ele por propor que o Paraguai cedesse à Bolívia o controle da estrada Villa Montes-Boyuipe em troca do que a Bolívia desistiria de um porto soberano sobre o rio Paraguai por um porto franco. Acreditava ele que a proposta satisfaria a opinião

---

*Foreign Minister of Brazil I gladly volunteer to serve on the committee.* (BRADEN, Spruille. **Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden**, New Rochelle, N. Y.: Arlington House, Arlington House Productions, 1971, pp.176-177).

<sup>158</sup> Em memorando oficial encaminhado ao departamento de Estado, Braden descreve a criação do Comitê dos Três: “(...) Saavedra Lamas suggested that these discussions should be carried forward by a small committee of the Conference. This proposal having been accepted Foreign Minister Macedo Soares said that as a tribute to Paraguay and the Paraguayans he volunteered to serve on the committee. Cruchaga immediately followed suit and the Brazilian Minister suggested that perhaps the committee should consist only of the two. Dr. Manini and some of the other delegates immediately suggested that I be named as a third member of the committee, a move that Saavedra Lamas warmly welcomed.(...)” (Memorandum by the American Delegate (Braden), Buenos Aires, December 10, 1936 In: FRUS 1936, vol. V, The American Republics, pp. 86-87)

<sup>159</sup> RAMIREZ, Juan Isidro. **La Paz del Chaco: la defensa de la línea de hitos**. Ediciones y Arte S.R.L., Asunción, 2005, p.77.

pública de ambos os países<sup>160</sup>, advogando que o plano obtivesse a anuência prévia do ABCP e dos EUA, que concordariam em fazer pressão conjunta pela sua aceitação.

Além disso, para quebrar os receios do governo Franco no Paraguai- que sofrendo de grande instabilidade interna se indispunha a qualquer movimento diplomático – o chanceler brasileiro, Macedo Soares propôs a interferência direta na mediação do presidente argentino Agustin P. Justo, que segundo o diplomata paulista era: “[the] *only man who could do this job*”<sup>161</sup>. Como parte do plano brasileiro, pedir-se-ia a Justo que fizesse pressão sob os políticos liberais paraguaios asilados em Buenos Aires - Ayala, Zubizaretta, Estigarribia- pela aceitação do plano pacifista americano, ameaçando cancelar o seu asilo em caso de negativa. Na sua opinião, a intervenção direta do mandatário argentino era fundamental, pois também teria o fito de afastar as influências perniciosas de Saavedra Lamas da mesa de negociações<sup>162</sup>. Como decorrência, no próprio dia 10, ocorreu uma reunião com Justo para cientificá-lo da proposta.

No dia 11 de dezembro de 1936, o comitê dos três realizou a sua primeira reunião com os representantes bolivianos, Finot e Alvestegui. Nessa reunião, a qual concorreram além dos três membros do Comitê (José Carlos de Macedo Soares, Cruchaga Tocornal e Spruille Braden), também o irmão do chanceler, o ministro brasileiro em Assunção e o ministro brasileiro em La Paz, os bolivianos aceitaram o plano delineado por Macedo Soares e admitiram o porto franco como base negociações preliminares<sup>163</sup>.

No dia seguinte, ocorreu a primeira reunião com os representantes paraguaios, Soler e Ramirez. Enquanto o chanceler chileno, Cruchaga Tocornal, propos um arranjo financeiro de US\$ 10 milhões para que o Paraguai aceitasse conceder um porto à Bolívia, o chanceler brasileiro, José Carlos de Macedo Soares, ofereceu aos paraguaios quatro concessões

---

<sup>160</sup> Anotaria o delegado americano, Spruille Braden: “(...) *Macedo Soares’ formula is as follows: “Bolivian and Paraguayan public opinion must be satisfied in order to obtain a lasting agreement. “Paraguayan public opinion would be satisfied if they did not have to give Bolivia a port on the Paraguay river. “Bolivian opinion would be satisfied if they obtained control of the Villa Montes–Boyube road. “While Bolivia wanted a sovereign port on the river most of the Bolivian public would not know the difference between a sovereign port and a free port, therefore Paraguay should give Bolivia a free port which would satisfy both public opinions and all practical needs. “These proposals are to be submitted respectively to the parties with the further request that they each draw up their own proposition regarding a permanent boundary across the Chaco.” “Macedo Soares believes that with the combined pressure of the ABC powers, supported by the United States, Bolivian and Paraguayan acceptance finally will be forthcoming.(...)”* (Memorandum by the American Delegate (Braden), Buenos Aires, December 10, 1936 In: FRUS 1936, vol.05, The American Republics, p.83)

<sup>161</sup> Memorandum by the American Delegate (Braden), Buenos Aires, December 10, 1936 In: FRUS, 1936, vol.05, The American Republics, p.84.

<sup>162</sup> Id. Ibidem.

<sup>163</sup> FRUS 1936, vol 05, The American Republics, pp. 87-88.

importantes, à condição de que eles facilitassem a solução do velho diferendo. Segundo afirmava este último, caso os paraguaios aceitassem a solução aventada, o Brasil estaria disposto a conceder ao Paraguai: 1) porto franco sobre o Atlântico; 2) um vultuoso empréstimo facilitado pelos Estados Unidos; 3) a construção de uma linha férrea em qualquer um dos pontos desejado pelo governo paraguaio; e 4) a reorganização do “Banco Agrícola Paraguayo”, sob bases científicas, com um capital eficiente que seria facilitado pelo Brasil e com o concurso dos técnicos brasileiros, para impulsionar a agricultura do Paraguai<sup>164</sup>.

Essas propostas, apesar de vantajosas, não foram capaz de demover o chefe da delegação paraguaia, Isidro Ramirez, de sua posição terminante de declarar impossível conceder um porto franco a Bolívia no rio Paraguai. O temperamento do delegado paraguaio Ramirez também não facilitou as conversas, o que fez com que Macedo Soares e Cruchaga Tocoronal passassem a insistir na vinda do chanceler Stefanich a Buenos Aires, evitando que caíssem em um círculo vicioso<sup>165</sup>.

As negociações tornar-se-íam cada vez mais acirradas e, em palavras duras, o chanceler Macedo Soares teria dito a Ramirez:

Mire, señor Ramirez, sobre Vuestra Excelencia va pesar el fracasso de esta conferencia, que representa quizá el esfuerzo más importante y de mayor significación que se ha hecho para consolidar la paz del continente. Si no se llega a concertar una fórmula ad referendum, los tres cancilleres, nos veremos obligados a dar, en el seno de la conferencia interamericana un comunicado ubicando la responsabilidad del fracaso en la intransigencia del negociador y del presidente de la delegación paraguaya.<sup>166</sup>

O grupo de países sofreu com outras dificuldades. Angustiado pelo fato de não participar do Comitê dos Três, o chanceler argentino Saavedra Lamas buscou sabotá-lo. Em uma reunião reservada em sua residência particular, Lamas propôs aos paraguaios Ramirez e Soler apoiar todas as suas aspirações quanto à linha de fronteira. Nessa reunião, da qual participaram também Braden e um engenheiro argentino, Lamas aconselhou indiretamente aos paraguaios a manterem a pressão por uma fronteira no Parapetí, uma proposta que insuflava a intransigência paraguaia. Os paraguaios ficaram contentes com a posição da argentina e, logo após o encontro, o delegado paraguaio Ramirez escreveu ao presidente Franco “*agora é a hora de descobrir se a Argentina e o Paraguai são realmente amigos. Dr.*

<sup>164</sup>RAMIREZ, Juan Isidro. **La Paz del Chaco**: la defensa de la línea de hitos. Ediciones y Arte S.R.L, Asunción, 2005, pp. 81-82

<sup>165</sup> Caso não fosse possível a visita de Stefanich a Buenos Aires, pensava Macedo Soares pensava em encontrá-lo em Santiago (Memorandum by the American Delegate (Braden), Buenos Aires, December 12, In: FRUS 1936, vol.05, The American Republics, p.89)

<sup>166</sup> QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Masamaclay**: História política, diplomática y militar de la Guerra del Chaco, Editorial Los amigos del Libro, 1965, La Paz, Bolívia, pp.465-466.



*Lamas...mostrou-se decididamente em favor de adotar a linha de hitos como base de uma solução*”<sup>167</sup>.

A postura do chanceler Lamas, ao apoiar as aspirações extremas paraguaias nem de longe coadunavam com a de um mediador desinteressado ou conciliador. Estavam mais para atitudes de um incitador, gerando ainda mais animosidade<sup>168</sup>. A rivalidade entre os chanceleres brasileiro e argentino se tornava bastante evidente conpurscando o espírito da conferência<sup>169</sup>.

Não obstante, mesmo com as manobras de Lamas, o chanceler brasileiro Macedo Soares continuou determinado a equacionar de uma vez por todas a questão do Chaco<sup>170</sup>. No dia 20 de dezembro, sob suas ordens, o ministro brasileiro no Paraguai, Lafayette de Carvalho, se trasladou para Assunção em um avião militar argentino para convencer o chanceler Stefanich a participar das negociações em Buenos Aires. Levava consigo duas cartas, uma do chanceler Lamas e outra do comitê dos Três ambas conclamando a sua vinda<sup>171</sup>. Stefanich, no entanto, resistiria ir a Buenos Aires.

Os mediadores não compreendiam o porquê de tamanha resistência, já que agora nem mais sequer discutia-se a concessão de um porto soberano sobre o rio Paraguai, mas sim de

<sup>167</sup> ROUT JR. Leslie Brenan. **Politics of Peace Conference**, Leslie Brenan. **Politics of the Chaco Peace Conference**, 1935–1939, Austin: University of Texas Press, 1970, pp. 182-183.

<sup>168</sup> Rout analisa: “*Saavedra Lamas must have known that neither Bolivia nor the mediators could have agreed to the terms Ramirez envisaged. In view of the fact the Argentine foreign minister already was plotting a petroleum and railway agreement with Bolivia, the assurances given Ramirez seem antithetical to Argentine national interests. The answer appears to be that the Willy Argentina was playing both ends against the middle.(...)*” (ROUT JR. Leslie Brenan. **Politics of the Chaco Peace Conference**, 1935–1939, Austin: University of Texas Press, 1970, p. 183).

<sup>169</sup> Braden observaria: “*(...)Macedo Soares was perturbed because he felt, with some reasons, that Saavedra Lamas was trying to force the negotiations back into his own hands and to eliminate the Committee of Three. He and Cruchaga therefore insisted that the Paraguayans must not be present at tomorrow’s meeting, to which Saavedra Lamas assented. 2. Saavedra Lamas’ nervousness over the Committee of Three is also demonstrated by the fact that he complained to Macedo Soares that he was not informed as to what was being done by the Committee and requested that Bunge be permitted to attend its meetings as an observer.*” *Memorandum by the American Delegate (Braden), Buenos Aires, December 12, 1936, FRUS, vol. VI, d 85*). No tema do Chaco, o chefe da delegação brasileira reclamaria apoio do presidente argentino contra seu próprio chanceler. No dia 16 de dezembro, Oswaldo relataria a Getúlio: “*(...)I. A Delegação vae bem, mantendo eu todos articulados em torno do chanceler. Este cuida mais do Chaco e anda já aos tombos com o Saavedra. Foi, hontem, ao Justo para queixar-se das perfídias e manobras do colega. Creio que se ajustaram(...)*”(GV c 1936.12.02/2, CPDOC-FGV)

<sup>170</sup> Anotaria o delegado americano: “*(...) Macedo Soares is determined, alone or through the Committee of Three, to conclude a final Chaco peace treaty within the next few weeks. Saavedra Lamas resents the intervention of the Brazilian and Chilean Chancellors and is bound that he will keep his hand in the negotiations. Cruchaga is confused on the whole situation but prefers any leadership other than that of Saavedra Lamas. My concern of the moment is to avert, if possible, a serious clash between Macedo Soares and Saavedra Lamas. Our negotiations are hampered by the parties being told one thing in their discussions with the Committee of Three and another by Saavedra Lamas. Of the three chancellors Macedo Soares has the clearest vision of the situation but even he is handicapped by an ignorance of many of the details.(...)*” (FRUS 1936, vol. 05, The American Republics, pp. 90-91)

<sup>171</sup> RAMIREZ, Juan Isidro. **La Paz del Chaco: la defensa de la línea de hitos**. Ediciones y Arte S.R.L, Asunción, 2005, pp.108-110.

um porto comercial. As discussões, pensavam eles, deveriam girar em torno de saber se este seria um “*puerto libre*” (como aquele que a Bolívia detinha em Arica) ou um “*puerto franco*” (como aquele de Antofagasta). Os paraguaios, no entanto, não queriam diálogo. O ministro chileno estava cada vez mais descrente, quanto à possibilidade de um acordo, e no dia 22 de dezembro, Cruchaga sequer assistiu a reunião do Comitê dos Três.

Em 23 de dezembro de 1936, com aceitação afinal do chanceler paraguaio de se transladar a Buenos Aires, Macedo Soares fez sua última proposta na tentativa final de desfechar o acordo. Na persistência de obter um acordo, propôs o brasileiro uma linha divisória amplamente favorável ao Paraguai, similar a proposta por Saavedra Lamas. No oeste, a fronteira seria traçada no rio Parapeti, consolidando a sua posição paraguaia naquele curso d'água. No leste, a fronteira chegaria ao fortim Galpón, acima, portanto, de Bahia Negra. Tudo isso em troca do porto franco.

A proposta dividiu opiniões. Para Rodrigues Alves, essa proposta não tinha nenhuma chance de prosperar junto aos bolivianos. Além disso, Alves objetou que a proposta colocava em questionamento a soberania boliviana sobre o triangulo de terras que o Brasil havia cedido à Bolívia no tratado de Petrópolis<sup>172</sup>.

Enfim, no dia 23 de dezembro de 1936, com a questão do Chaco ainda pendente, a conferência terminou sem grandes avanços práticos. A disputa contaminara o clima de conciliação americana e poucos acordos realmente vingariam<sup>173</sup>. Os EUA e o Brasil ratificaram todos os pactos aprovados por ocasião da reunião americana, já a própria anfitriã, a Argentina, à semelhança do que havia feito em conferências americanas passadas, não ratificou nenhum<sup>174</sup>. A desconfiança sobre propósitos ocultos argentinos era grande<sup>175</sup>.

<sup>172</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS- Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, reservado, DB\22. Chaco. Conferência da Paz. Proposta sobre linhas de limites, 03.04.1937, AHI 76\5\01-11.

<sup>173</sup> Na segunda sessão plenária, em 16 de dezembro de 1936, quebrando o tom protocolar dos discursos, o delegado boliviano Finot criticaria as infundáveis negociações no âmbito da Conferência de Paz do Chaco dizendo não ser lícito a “prática do silêncio permanente e da calculada indiferença” para os problemas da mediterraneidade bolivianos, causadores da guerra. Em termos bem fortes, falaria em “anno e meio de inúteis esforços pacificadores” despendidos na solução e relembriaria as responsabilidades das nações mediadoras “as quaes pelo seu proprio prestígio, pela própria responsabilidade e conveniencia, estão obrigadas a encarar valentemente os verdadeiros problemas. que affectam a paz e o socego de todas ellas.(...)”. Finot dizia esperar que os convênios e discussões doutrinárias finalmente passassem a ser aplicados na realidade fática. (Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, **Diário de Sessões**, Versões Tachygraphycas, Buenos Aires, Imprensa do Congresso Nacional, 1937, pp. 686-687)

<sup>174</sup> Como relata Bemis: “*The Argentine Government did not ratify any of the inter-American peace treaties in any way, shape or manner, even those which it signed in its own capital, not even the Additional Protocol Relative to Non-intervention. Where it could not lead, it would not join.*” (BEMIS, Samuel F., **The Latin American Policy of the United States: an historical interpretation**. New York: Harcourt Brace Inc., 1943, p. 291)

<sup>175</sup> No dia 28 de dezembro, um dos delegados do Brasil à Conferência Interamericana de Consolidação da Paz escreveria importante carta a Vargas, fazendo avaliação da participação brasileira. A carta é por demais extensa, mas vale a pena ser transcrita. Diria ele: “(...) *A nossa Delegação brilhou efetivamente, merecendo de todas as*

O principal avanço das negociações na questão do Chaco ocorreu apenas dias depois do término da Conferência de Consolidação da Paz, no dia 9 de janeiro de 1937. O avanço foi a assinatura do acordo de trânsito da Estrada Villa Montes-Boyube<sup>176</sup>. Segundo o acordo, apesar de a estrada permanecer sob o controle paraguaio, permitiu-se o trânsito de uma comitiva de até cinco caminhões desde que estes tivessem uma permissão especial expedida pelo governo de Assunção. Outras disposições diziam que cada país poderia dispor de uma polícia civil ou *gendarmeria* nas localidades sob seu controle, mas não deveria haver em hipótese alguma disparos de armas de fogo. Por fim, a Bolívia ficou incumbida de todos os gastos com o reparo da estrada (ZOOK, 1997, p.255)

---

*demais delegações, acatamento e admiração não só pela sua cultura, como também pela bravura com que soube defender os seus princípios.*

*A desastrosa política pessoal do Senhor Saavedra Lamas, abriu-nos o caminho para a seguinte conclusão: Da impossibilidade neste continente do binômio Estados Unidos-Argentina. E mais uma vez, fomos nós, o Brasil, os 'scouts' dos 'dreadnoughts' americanos constantemente ameaçados pelos torpedos argentinos. Que digam a esse respeito os Senhores Ministros Macedo Soares e Embaixador Oswaldo Aranha, as duas grandes figuras da nossa representação e mesmo da Conferência.*

*O discurso de encerramento da Conferência que proferiu o Chanceler argentino é a prova mais eloquente da sua inabilidade e inconstância despeito. A Imprensa argentina e as agências telegráficas estrangeiras, subvencionadas pelas verbas reservadas do Ministério das Relações Exteriores e Culto, cumpriram fielmente as ordens recebidas, no sentido de boicotarem todas as notícias que se relacionassem com as delegações americana e brasileira. Gesto lamentável e deselegante, somente para favorecer a política pessoal de um determinado cidadão.*

*O Ministro Macedo Soares, que ontem partiu para o Chile, deu um grande impulso ao problema do Chaco, apesar das dificuldades subterrâneas creadas, ainda uma vez, pelo Senhor Saavedra Lamas, que para isto se serviu da solércia e da malícia do delegado paraguaio, Senhor Ramirez. O entendimento pessoal, entre os chanceleres do Paraguay e da Bolívia, dirigidos pela habilidade e energia do Ministro Macedo Soares é tido aqui como uma vitória e um grande passo para o tão cabuloso problema do Chaco. Muito valeu para esse encontro a sinceridade e o prestígio do Presidente Justo, que conhecedor das dificuldades creadas pelo seu Ministro, resolveu apoiar o nosso chanceler de maneira fidalga e humana.*

*Houve nestes últimos dias rumores acentuados de que o Senhor Saavedra Lamas deixaria o Ministério do Exterior, tendo em vista as suas últimas atitudes, que tanto prejudicaram a política de aproximação idealizada pelo Presidente Justo com os países americanos, principalmente com o Brasil e com os Estados Unidos.*

*Sabemos que o discurso do nosso Ministro no banquete que ofereceu ao Presidente Justo e as declarações de ontem relativas ao caso do Chaco, muito desvaneceram o Presidente da Nação Argentina, porque se devolveu a ele os êxitos da política internacional, quando até então tudo parecia ser propriedade exclusiva do Senhor Saavedra.*

*Agora, ha quem diga, que o Senhor Saavedra não é tão personalista e que ao contrario ele procura seguir uma politica determinada pelos interesses economicos e militares do seu país. É que não se deve esquecer que preso ao caso do Chaco estão o acordo ferroviario com a Bolívia, a perturbação dos interesses paraguayo-brasileiros, no caso da ligação do sistema ferroviario entre estes dois países e a questão de limites entre a Argentina e o Paraguay. Forçando com está a Argentina em conseguir os seus desejos relativos a estes problemas junto ao Paraguay e a Bolívia, vai ela fastigiando a ambos, trazendo-os suspensos num interesse capital para eles neste momento, seja nas suas políticas interna como externa.*

*Desejosa de derrubar o governo do Coronel Franco, tem dado todo apoio, inclusive monetário, ao General Estigarribia e companheiros, aqui exilados. De outro lado, usa de certas personalidades chegadas ao governo do Coronel Franco, como o já citado Ramirez, para que o Paraguay não ceda aos conselhos brasileiros sobre a questão chaquense. E desta forma tem esperança em irritar o Governo brasileiro, de maneira que este abandone o Paraguay e a deixe, sosinha no terreno para manobrar a sua vontade em favor dos seus interesses políticos, financeiros e economicos, principalmente no desmoronamento do antigo projeto de ligação ferroviaria Brasil-Paraguay.(...)"(GV c 1936.12.02/2 ,CPDOC-FGV)*

<sup>176</sup> ROUT JR. Leslie B. **The Chaco war: a study in inter-American diplomacy.** University of Minnesota, 1966, p. 270.

O acordo sobre o trânsito na estrada, que permitiria finalmente libertar o comércio exterior do oriente da Bolívia pela via do norte da Argentina, tinha sido levado a aprovação pelo delegado brasileiro, José de Paula Rodrigues Alves. Alves agiu apoiado pelos delegados dos EUA, Spruille Braden, e do Peru, Barreda Laos, defendendo que assim o Paraguai dava uma prova da sua boa-fé rumo a um acordo na questão de fundo<sup>177</sup>.

Nada obstante os bons propósitos do governo Franco, o acordo seria assinado, mas não ratificado pelo Paraguai. Como afirmava Zook: “*The army would not allow it, and popular opinion was decidedly against it.*” (ZOOK, 1960, p. 249). Alguns delegados paraguaios desconfiavam profundamente das intenções dos mediadores de beneficiarem unicamente a Bolívia ao proporem um sistema de segurança no Chaco<sup>178</sup>.

Ainda preocupado com tais questões, após o término da Conferência de Consolidação da Paz, o chanceler brasileiro aproveitou o ambiente de concertação com o Chile e com os EUA, para empreender, em dezembro de 1936 e janeiro de 1937, viagens aos dois países considerados irmãos. Apesar de os detalhes sobre essas visitas ainda serem pouco conhecidos, algumas informações são passíveis de serem conhecidas.

A visita de quase uma semana de Macedo Soares ao Chile, feita a convite do presidente Alessandri, foi a primeira visita de um chanceler brasileiro ao país andino na história. A visita foi repleta de cerimônias de acolhida calorosa, fazendo transparecer a comunhão de posições e interesses entre as suas nações sul-americanas. Já no avião que transportava a Santiago os chanceleres de Brasil e do Chile houve um primeiro ato simbólico, quando há seis mil metros de altitude, no momento em que o aparelho cruzava a fronteira dos Andes, acima do monumento Cristo de los Andes, Macedo deu um grito de salvas ao Chile, e sendo correspondido por um abraço de Cruchaga.

Em Santiago, Macedo Soares foi recebido pelo presidente Alessandri em palestra particular no Palácio de la Moneda e foi homenageado pelos militares chilenos durante visita a base naval de Valparaíso, onde passou em revista à nau capitania da esquadra chilena, o encouraçado Almirante Latorre. Provavelmente durante essa breve estadia, discutiu-se o difícil andamento das negociações sobre a paz no Chaco e a atitude perniciosa da Argentina na conferência que acabara de findar.

Após a conferência de Buenos Aires, o Chile decidira abandonar a sua postura em prol do desarmamento. Ainda em janeiro, o Chile negociou secretamente a compra de dezenas de

---

<sup>177</sup> Id. Ibid., p.269.

<sup>178</sup> ROUTH JR. Leslie B. **The Chaco war: a study in inter-American diplomacy.** University of Minnesota, 1966, p. 271.

aviões e navios de guerra na Alemanha e Itália. O comandante em chefe da Força Aérea chilena (FACH), general Diego Aracena, junto a um grupo de oficiais, realizou viagem à Alemanha para negociar a compra dos equipamentos. Segundo informações, a missão chilena à Alemanha foi recebida com honras militares pelo próprio Hermann Goering, braço direito de Hitler e chefe da Luftwaffe, no campo de Neu Ruppin. Na Itália, Aracena foi recebido e seria condecorado pelo próprio Mussolini<sup>179</sup>. Em consonância com isso, no dia 30 de janeiro de 1937, o Congresso chileno aprovou, em sessão secreta, a Lei nº 6.011, que autorizou o investimento de assustadores “*cien millones de pesos en material bélico*”. Ao que parece, o Chile negociava tais armamentos em troca da cessão da estratégica ilha de Pascoa (Rapa Nui, no dialeto local) aos nazistas. O objetivo de Alessandri parece ter sido a intenção de “*financiar a construção de dois cruzadores no exterior*” em seu plano de rearmamento contra a Argentina<sup>180</sup>.

Ainda no Chile outro fato marcante: com vistas a se desincompatibilizar e preparar terreno para sua candidatura às eleições presidenciais de 1938, Macedo Soares pediu a sua demissão do Itamaraty<sup>181</sup>. Regressaria ele ao Rio por Montevideu já demissionário e em seu lugar assumiria de forma interina a pasta do exterior o diplomata Mário de Pimentel Brandão<sup>182</sup>.

Logo após regressar ao Brasil, em janeiro de 1937, Macedo Soares, já ex-chanceler, partiu rumo aos Estados Unidos com vistas a participar da cerimônia de posse de Roosevelt

<sup>179</sup> Segundo Portales (2016) as compras feitas na Alemanha tratavam-se de 12 aviões de bombardeio Junkers “JU 86 K”, 9 aviões Arado “AR 95” para a marinha e 15 Focke Wulf “FW44” para instrução de pilotos, já as compras feitas na Itália tratavam-se de 20 aviões de bombardeio Breda. No total, 65 aviões (PORTALES, Felipe. **Historias Desconocidas de Chile**. Editorial Catalonia, 2016, p. 237; FRUS 1937, vol.I, p. 866)

<sup>180</sup> Em 14 de agosto de 1937, uma reunião secreta seria realizada entre o embaixador de Hitler no Chile e o então ministro chileno das Relações Exteriores, José Ramón Gutiérrez Alliende, para acertar os detalhes da transação. (AMÓROS, Mário. **Rapa Nui: una herida en el oceano**. Santiago: Ediciones B, 2018, n.p)

<sup>181</sup> Jayme de Barros relata: “(...) *Em trem especial, viajamos de Santiago para Viña del Mar, quando o Chanceler Macedo Soares chamou-me para junto de si e mostrou-me um telegrama de seu irmão José Eduardo de Macedo Soares, o combatido e temido jornalista, dizendo-lhe 'ir tudo muito bem'. Acrescentava que deveria renunciar logo ao cargo de Chanceler para desincompatibilizar-se. Era evidente ter o Presidente Getúlio Vargas aberto para ele sinal verde a fim de candidatar-se à Presidência da República. Ao confirmar essa conclusão o Chanceler brasileiro adiantou-me, pedindo segredo, que renunciaria ao cargo sem demora. Tinha-se, desse modo, a primeira indicação de que o Presidente Getúlio Vargas preparava-se para largos exercícios de manobra política, na hora em que se lançavam as candidaturas de José Américo de Almeida e Armando Salles de Oliveira. Eram os primeiros movimentos estratégicos que acabariam no golpe de 1937.*” (BARROS, Jayme de. **Chão de Vida: memórias**. Ed. Leo Cristiano, 1986, p. 181)

<sup>182</sup> Ao que parece a demissão teria sido motivada por fatores de ordem política doméstica. Em janeiro de 1937, os paulistas José Carlos de Macedo Soares e Vicente Rao se demitiriam dos cargos de ministro do exterior e de ministro da Justiça do governo Vargas. Para alguns, tratava-se de ato solidário a Armando Sales, que, em dezembro do ano anterior, renunciara ao governo de São Paulo visando disputar a presidência da República em 1938. Para outros, entretanto, Macedo Soares tinha suas próprias pretensões presidenciais.

em seu segundo mandato à presidência daquela nação<sup>183</sup>. O ex-ministro Soares chegou a Miami no dia 18 de janeiro, e a Washington no dia 21, tendo permanecido nos EUA por duas semanas. Um breve atraso, devido ao mau tempo e a problemas na aeronave em que viajava, fez com que o ex-chanceler brasileiro ficasse retido em San Pedro de Macoris, na república de São Domingos, perdendo a cerimônia de posse de Roosevelt.

Apesar de não ter apresentado credenciais, Macedo Soares foi considerado hóspede oficial do governo americano com direito a batedores e detetives, o que foi considerado uma deferência singular ao brasileiro. Os programas na capital americana envolveram atividades públicas, como uma recepção na sede da União Pan-Americana, ocasião na qual o secretário de Estado, Cordell Hull, fez um discurso laudatório a Soares destacando sua obra em prol da pacificação americana em Buenos Aires<sup>184</sup>.

Nos EUA, o paulista, considerado um dos principais nomes para suceder Vargas, tinha a incumbência secreta de buscar obter uma aliança político-militar-econômica ampla entre brasileiros e norte-americanos e um dos pontos que estava em jogo era o fornecimento de equipamento militar pesado pelos americanos ao Brasil. Tal como o Chile, o Brasil buscava o rearmamento.

No dia 26 de janeiro, Macedo Soares visitou o Departamento de Estado, onde conferenciou demoradamente com o secretário de Estado Cordell Hull e, depois, participou de jantar oferecido ao corpo diplomático estrangeiro, durante o qual conversou pessoalmente com o presidente Roosevelt.<sup>185</sup> Como resultado das negociações empreendidas nestes dias,

---

<sup>183</sup> Os EUA tentaram evitar a visita, pois não queriam desagradar outros países, como a Argentina e o Chile. Macedo Soares então iria aos EUA com credenciais de embaixador extraordinário, mas não as entregaria, preferindo permanecer como um simples mortal.

<sup>184</sup> Afirmaria Hull: “*Your tireless labors in behalf of peace, as Foreign Minister of your great country, as member of the Commission of Mediation set up to promote a solution of the Chaco controversy, and as chief of the delegation of Brazil at the recent Buenos Aires Conference, have earned for you the gratitude of the peoples of the Americas.*(...)”(Bulletin of the Pan-American Union, Vol. 71, January-December 1937, n.p , disponível em: <[https://archive.org/stream/bulletinofpaname7137pana/bulletinofpaname7137pana\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/bulletinofpaname7137pana/bulletinofpaname7137pana_djvu.txt)>, consulta em 07.06.2019.)

<sup>185</sup> Nesse dia, relatando o completo sucesso da missão a Vargas, Macedo Soares escreveria: “(...) *Dei conta ao Presidente Roosevelt da missão que V. Exc. me incumbiu. Não pôde avaliar o grande sucesso alcançado. V. Exc. previu, admiravelmente, o alcance da declaração. Foi a derradeira pedra para os alicerces das novas relações entre U.S.A e o Brasil. Estou certo que depois da nossa conversa o que estava de pé das restrições americanas ruíram, para dar lugar a um tratamento verdadeiramente fraternal. No banquete que o secretário de Estado Cordell Hull ofereceu-me, elle disse textualmente: ‘Até hontem éramos amigos, hoje somos irmãos’.*(...)”(GV c 1937.01.26 , CPDOC-FGV). Segundo Bueno do Prado, no entanto, que fora a única testemunha das conversações mantidas por José Carlos de Macedo Soares, Cordell Hull e Roosevelt, o ex-chanceler estava apregoando vitórias não asseguradas. Segundo ele, as palestras com os norte-americanos: “(...) *Conquanto frequentes e de caráter muito amistoso, elas não chegaram à focalização de qualquer assunto ou problema que pudesse ser objeto da missão do Senhor Macedo Soares. Sempre os dois estadistas permaneceram no terreno das generalidades, trocando impressões sobre a presente fase da vida política do Continente e as repercussões nos diferentes países da América da obra realizada na Conferência de Buenos Aires. De positivo, realmente, só seria assinalar, como conclusão, a condenação indisfarçada das atitudes, intenções e métodos do*

além da ajuda para saneamento das finanças e estabilização da moeda brasileira, Roosevelt aceitou ceder ao Brasil em condições favoráveis seis destroyers, dos ultimamente decomissionados pela marinha americana, que seriam revistos nos arsenais norte-americanos, e viriam ao país totalmente modernizados. Além disso, obteve garantias de que uma nova classe de navios seria construída no Brasil com o auxílio americano, boas novas que seriam logo comunicadas ao ministro da marinha, almirante Aristides Guilhem<sup>186</sup>.

Ao que parece, Macedo Soares teria pretendido obter secretamente junto ao governo Roosevelt o impressionante número de 20 destroyers e também o estudo do litoral nordeste brasileiro para a eventual instalação de bases navais americanas no Brasil<sup>187</sup>, fato que, inclusive, provocou surpresa do próprio embaixador brasileiro nos EUA, senhor Oswaldo Aranha<sup>188</sup>. Pretendeu Macedo Soares, que os EUA, sob pretexto de estudo para fins de navegação comercial, enviassem dois navios científicos para levantamento hidrográfico do litoral brasileiro para identificação do melhor ponto para instalação dessas bases. Em tempo oportuno, dizia-se, ambos os países combinariam a sua construção.

Esse acordo não viria a efetivar-se, mas é muito provável que tudo isto não tenha sido apenas um desatino do ex-chanceler brasileiro como afirmou Aranha em carta a Vargas. Diante da questão do Chaco as tensões entre Brasil e Argentina estavam elevadas e é bem possível que o Brasil tenha buscado saber qual o grau de disposição do governo americano para ajudá-lo em uma emergência<sup>189</sup>. Após a batalha campal na Conferência Interamericana de

*senhor Saavedra Lamas, e o desengano profundo que a delegação americana trouxe da Capital argentina.(...)"(GV c 1937.02.05, CPDOC-FGV)*

<sup>186</sup> Fundo José Carlos de Macedo Soares. 104.1.24. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

<sup>187</sup> GV c 1937.02.05, CPDOC-FGV

<sup>188</sup> Um mês mais tarde, o embaixador Aranha se surpreenderia ao ser interpelado pelo Secretario de Estado Hull sobre a questão da instalação de bases navais americanas no Brasil, escrevendo a Vargas: "(...) *V- A passagem do nosso Macedo, que foi triumphal, deixou, porém, alguns traços desagradáveis. Sem me referir ao facto de ter autorizado vários actos e feito várias afirmações, invocando sua autoridade de futuro Presidente, quero expor-te um que carece da tua autorização. Pediu a este Governo que um navio fosse fazer um levantamento hydrográfico das nossas costas do Norte. O Welles pediu-me a requisição. Manifestando-lhe a minha surpresa, declarou-me tratar-se de assunto assentado, em virtude de solicitação tua feita por intermédio do Macedo ao próprio presidente Roosevelt e com elle combinado até o detalhe da localização de bases navaes communs, etc. , etc. Respondi-lhe que carecia de instrucções e que as iria pedir. Não preciso ,porém, opinar. Trata-se de um desatino que viria provocar repulsa geral da Marinha e até do povo. O melhor parece-me, salvo tua opinião, é fazer de esquecido e não tratar mais no assumpto, deixando-o morrer. VI- O homem fez coisas loucas. Deu ao Coutinho e ao Reis instrucções para que o arrendamento fosse de 20 destroyers e não de 6. Às ponderações deste, respondeu que não deviam discutir suas ordens, porque eram as do 'actual e do futuro Presidente, como elles deviam saber'. Estes, felizmente, não o levaram a sério. O governo americano, porém, não podia pôr em dúvida seus disparates, mesmo porque elle os revestiu de toda a solemnidade."*(GV c 1937.04.24 , CPDOC-FGV)

<sup>189</sup> Roosevelt teria dito a Macedo Soares: "(...) Pois se o Brasil está desejoso de organizar sua marinha de guerra, os Estados Unidos têm muito interesse em ajudar o Brasil.(...)" (GV c 1937.02.04/2, CPDOC-FGV)

Consolidação da Paz, os americanos também estavam inseguros com relação aos propósitos argentinos<sup>190</sup>.

Pouco tempo antes de deixar os EUA, em correspondência confidencial à Vargas, datada de 17 de fevereiro de 1937, Macedo Soares louvaria a política de aproximação com os americanos adotada pelo presidente Vargas. Segundo ele:

(...)A acertada política de V. Ex. de aproximação cada vez mais estreita com a grande República do Norte, atingiu agora o apogeu, produzindo excellentes resultados. Precisamos malhar enquanto o ferro não esfria; precisamos tirar todas as consequências das premissas tão sabidamente propostas por V.Ex.<sup>191</sup>

Essa aproximação entre brasileiros, de um lado, e chilenos e americanos, de outro, preocupava o diminuto Paraguai, que temia que tais países, agindo de forma conjunta fossem capazes de lhe impor diplomaticamente fórmulas de resolução da contenda no âmbito da Conferência de Paz do Chaco. Assim, no dia 13 de janeiro de 1937, o paraguaio Isidro Ramirez teve conferência com o chanceler argentino Saavedra Lamas externando preocupações de que Brasil e EUA forçassem a criação de uma polícia internacional no Chaco. Lamas, por sua vez, buscou acalmá-lo dando seguranças de que tal coisa não ocorreria<sup>192</sup>.

O Brasil dava sinais de que assumiria uma intervenção decidida na questão do Chaco. Em fevereiro de 1937, o general paraguaio, herói guarani da guerra, José Félix Estigarribia, veio ao Rio de Janeiro a convite do brasileiro. À época, o ex-comandante das forças paraguaias na guerra encontrava-se fora da política e exilado na Argentina, mas todos sabiam que ele ainda era peça-chave em um acordo definitivo de paz<sup>193</sup>. O paraguaio viria ao Rio acompanhado de sua filha e esposa, além de seu secretário particular, sr. Julio Cesar Chaves, e

<sup>190</sup> Alzira Vargas narra: "*Alguns dias depois, passaram de retorno da Conferência, com destino aos Estados Unidos, Cordell Hull, ministro das Relações Exteriores da América do Norte, e Sumner Welles, subsecretário encarregado dos assuntos relacionados com a América do Sul. Papai ofereceu-lhes um almoço no Palácio Guanabara, e desta vez tive de trabalhar. Sumner Welles falava francês e espanhol muito bem, mas Cordell Hull só se expressava em inglês. No decorrer da palestra, traduzida por mim, Cordell Hull manifestou seu aborrecimento pelas dificuldades de algibeira que a delegação argentina havia criado durante a conferência. Pediu-me que reproduzisse fielmente suas palavras: 'Diga a seu pai que eu me considero um homem muito mais feliz do que ele, pois moro mais distante do chanceler Saavedra Lamas'. Papai riu do ar contrariado e impaciente do chanceler americano e mandou que lhe respondesse: 'Nós somos bons vizinhos há muitos anos, conhecemo-nos bastante bem e sempre acabamos nos entendendo. Não há motivo para preocupação'. Hull sorriu aliviado e disse uma frase que não precisei traduzir, porque papai compreendeu sem meu auxílio: 'Well, I trust you Mr. President'.*"(PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Editora Objetiva, 2017, n.p.)

<sup>191</sup> GV c 1937.02.04/2, CPDOC-FGV

<sup>192</sup> ROUT JR. Leslie B. **The Chaco war: a study in inter-American diplomacy**. University of Minnesota, 1966, p. 271.

<sup>193</sup> Após a chegada de Rafael Franco ao poder em fevereiro de 1936, Estigarribia havia sido preso. Em setembro desse ano, seria deportado do Paraguai, exilando-se em Buenos Aires. (BENITEZ, Justo Pastor. **Estigarribia: el soldado del Chaco**, pp.128-129).



do ex-diplomata Sr. Miguel Angel Gatti, quem renunciara a carreira no exterior unicamente para assessorar Estigarribia<sup>194</sup>.

Chegando à bordo do navio Cap. Arcona ele foi recepcionado no cais Mauá pelos representantes do Itamaraty, Octavio Britto, do ministério da Guerra e do Estado Maior do Exército, Pery Constante Bevillacqua, e pelo secretário da legação paraguaia no Rio, de lá sendo conduzido ao Copacabana Palace, onde ficou hospedado como hóspede de honra do governo brasileiro<sup>195</sup>. O general foi recebido em alto apreço pelas altas autoridades militares brasileiras, como o ministro Tasso Fragoso, e a magnitude das homenagens chegou a incomodar o governo Franco no Paraguai.

Estigarribia estava grato ao Brasil, um dos países aos quais devia a sua libertação da prisão. Em 1936, a ação do então chanceler brasileiro, Macedo Soares, junto ao governo paraguaio de Rafael Franco tinha permitido a sua libertação do cárcere, assim como de seu grande aliado, o ex-presidente Eusébio Ayala. Macedo Soares tinha inclusive gestionado para que Estigarribia se exilasse no Brasil, algo que não ocorrera<sup>196</sup>. Com a crise do governo Franco, as perspectivas de que Estigarribia retornasse a desempenhar um papel central na política paraguaia eram grandes.

Pouco se sabe sobre os detalhes desta visita, mas sem dúvida, o tema do Chaco foi levantado. Oficialmente, a visita se deu a título pessoal e para tratamento de saúde, tendo Estigarribia se internado em um sanatório na cidade de Poços de Caldas<sup>197</sup>, mas cabe-se especular que a visita também teve o intuito de facilitar a aceitação dos acordos - especialmente do acordo sobre prisioneiros- pelo exército paraguaio, que, em grande parte, ainda lhe permanecia leal.

Após longa relutância, o presidente do Paraguai, Rafael Franco, havia decidido dar cumprimento efetivo ao acordo de troca de prisioneiros libertando os prisioneiros bolivianos remanescentes. O exército guarani, no entanto, era contrário ao acordo e Estigarribia era um

<sup>194</sup> ESTIGARRIBIA DE FERNANDEZ, Graciela. **Estigarribia**: el Gran Desconocido. Carlos Schauman Editor, 3ª edición, Asuncion, Paraguay, 1988, p. 92.

<sup>195</sup> Jornal Diário Carioca, 07.02.1937, disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092\\_1937\\_02657.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1937_02657.pdf)>, consulta em: 13\03\2019.

<sup>196</sup> Escreveria a filha do oficial paraguaio: “(...) *uruguayos, argentinos y brasileños* (...) *unieron esfuerzos pidiendo la libertad de los que ellos llamaban ‘egregios prisioneros’*. *Tenían preparado hasta el hospedaje para la llegada de mi padre y el 1º de setiembre, Macedo Soares me decía en una carta, que para el 7 del corriente llegaría Estigarribia a Rio de Janeiro. La predicción se cumplió en parte, ese día llegó el ‘General de América, exilado en Buenos Aires’*” (ESTIGARRIBIA DE FERNANDEZ, 1988, Op. cit., p. 88)

<sup>197</sup> ESTIGARRIBIA DE FERNANDEZ, 1988, Op. cit., p. 91.

dos seus maiores adversários. Segundo o general responsável pela vitória na guerra, a retenção dos bolivianos era um grande trunfo diplomático para o Paraguai<sup>198</sup>.

Com grande probabilidade, o governo brasileiro aproveitou-se da ocasião para exortar o militar paraguaio a dar solução definitiva para a questão dos prisioneiros e para a controvérsia com a Bolívia. Já em dezembro de 1936, durante a Conferência Roosevelt, o chanceler Macedo Soares tinha desenvolvido diversas conversas particulares com Estigarribia em Buenos Aires quase chegando a um acordo<sup>199</sup>. No dia 9 de março, o general paraguaio entrevistou-se pessoalmente com Vargas, que anotou poucas palavras em seu diário: “*recebi depois o general Estigarribia, que achei muito simpático e inteligente*”<sup>200 201</sup>.

No alvorecer do novo ano de 1937, para se livrar da situação angustiada em que se encontrava, a Bolívia decidiu jogar com o seu principal trunfo: o petróleo. A Bolívia decidiu fazer Brasil e Argentina disputarem abertamente o domínio sobre os recursos petrolíferos bolivianos subandinos em troca do apoio para equacionar a questão do Chaco em seu favor. Assim, em novembro de 1936, após longas conversas, foi criada a comista Brasil-Bolívia sobre vinculação ferroviária. Pouco tempo depois, em janeiro de 1937, a Bolívia acordou com a Argentina a criação de comissões mistas técnicas relativas a comunicação, finanças e petróleo. Como notava Rodrigues Alves os representantes argentinos designados para a Comissão Boliviana eram pessoas de alta patente. Segundo o diplomata brasileiro os nomes escolhidos: “*(...) dão bem uma ideia da importância com que os poderes públicos argentinos não resolverão encerrar a solução de assuntos de tanta magnitude.*”<sup>202</sup>”

Dando seguimento a essa orientação, poucas semanas depois, no dia 13 de março de 1937, o governo da Bolívia decidiu, de maneira um tanto abrupta, expropriar as propriedades da Standard Oil existentes em seu território. O governo boliviano acusou a companhia norte-

<sup>198</sup> Sua filha escreveria em suas memórias: “*Una madrugada, después de caminar toda la noche sobre cubierta, parecía preso de tal preocupación que lo privaba del sueño. Mi madre, tan prudente, esa vez, insistió: ‘- No te vi con angustia semejante ni en la guerra, cuéntanos que está ocurriendo’. Y entonces desbordo su inquietud, comentando las terribles presiones americanas que ‘él’ bien conocía...’Si devuelven los prisioneros antes del tratado definitivo, perderemos la batalla diplomática, tengo informaciones precisas, tal vez me dejen actuar o será tarde...’*”

‘*Pensar que en algunas horas, tuve que decidir entre avanzar al precio de tantas vidas o retirarnos sin honor, entregando el Chaco... Esa tierra es nuestra patria del mañana...*’ (ESTIGARRIBIA DE FERNANDEZ, 1988, Op. cit., p. 93)

<sup>199</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, reservado, DB\22, Chaco. Conferencia da Paz. Proposta sobre linhas de limites. 03.04.1937. AHI 76\5\1-11.

<sup>200</sup> VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol. 2, p.25

<sup>201</sup> Não se sabe quais os resultados dessas conversas mas, após deixar o Brasil, Estigarribia seguiu para o Uruguai, onde assumiu a direção da Escola Superior de Guerra em Montevideo (BENITEZ, Justo Pastor. **Estigarribia**: el soldado del Chaco, Ediciones Nizza: Buenos Aires, 1958, pp.128-129.)

<sup>202</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, nº DB\9. Chaco. Conferencia da Paz. Convenios commerciaes entre Argentina e Bolívia e Argentina e Paraguay, 21.01.1937, AHI 76\5\01-11.

americana de fraudes e de sonegação fiscal, justificando a sua ação legal com base no prejuízo ocasionado aos cofres boliviano pela defraudação entre os anos de 1925 e 1926 nos campos do Bermejo<sup>203</sup>. A Bolívia também alegou que a companhia norte-americana havia mantido certos poços deliberadamente inativos como reserva da empresa, trazendo grandes prejuízos aos cofres do país.

Outro fator que teria contribuído para a desapropriação era a insatisfação boliviana com a postura não cooperativa da companhia durante todo o conflito. A empresa tinha se negado, e mesmo obstaculizado, o refino de combustível essencial para o exército boliviano durante a guerra contra o Paraguai. Assim, em março de 1937, o chanceler boliviano Finot abordou o ministro americano R. Henry Norweb alegando que, para além da bases legais, *“there is a moral justification arising from the company’s noncooperative attitude during the Chaco War”* and that *“it was ‘ a natural aspiration of a country to control its petroleum resources”*<sup>204</sup>,

A embaixada americana em La Paz foi pega desacomodada com a medida e ficou furiosa. Logo após deixar o posto diplomático, removido pelo governo de Washington, o então embaixador Norweb disparou ataques mordazes contra o Brasil, país ao qual atribuía responsabilidade pela medida. O americano estava *“convencido de que o Brasil contribuiu grandemente para a execução da medida imposta por este Governo á Standard Oil”*<sup>205</sup>.

O americano não estava completamente enganado de pensar dessa maneira, visto que a Bolívia tentava convencer o Brasil a assessorá-la na exploração dos campos petrolíferos. É provável, no entanto, que tenha sido a Argentina a grande mentora- ou pelo menos indutora- por detrás da medida. Os interesses argentinos em realizar o aproveitamento do petróleo boliviano eram facilmente perceptíveis. Escreve Bryce Wood:

“Para além e por detrás das origens legais, morais e "naturais" do decreto de 13 de março havia motivos políticos e econômicos. Embora não houvesse conflito militar com o Paraguai há quase dois anos, a fronteira ainda não havia sido determinada no Chaco, e sabia-se que o Paraguai ainda esperava ganhar o controle dos campos de petróleo, que estavam à vista de suas tropas estacionadas nas linhas de cessar-fogo. Apesar do sentimento existente na Bolívia, que também era compartilhado em outros lugares, de que a Argentina havia ajudado materialmente o Paraguai durante a guerra, [o chanceler boliviano] Finot tinha ‘deixado de lado sua antipatia pessoal e desconfiança do argentino e do Dr. Saavedra Lamas’ e fez uma visita a Buenos Aires no final de 1936. Norweb concluiu que Finot havia decidido

<sup>203</sup> Apesar de a Standard Oil haver declarado que nada produzira essa zona, surgiram provas de que ela havia de fato contrabandeado milhares de barris de petróleo para a Argentina durante este período.

<sup>204</sup> COTE, Stephen. **Bolivian Oil Nationalism and the Chaco war**, In: CHESTERTON, Bridged Maria. *The Chaco War: Environment, Ethnicity and Nationalism*, Bloomsbury Press, 2016.

<sup>205</sup> RIO BRANCO (BRASLEG- La Paz) a EXTERIORES. Ofícios, nº 121, secreto, Resposta às informações inverídicas prestadas pelo ministro americano. 13.06.1937, AHI 23\1\4.

que, uma vez que a Bolívia não poderia esperar ajuda de nenhum outro país que não a Argentina no assentamento do Chaco, ele deveria tentar chegar a um acordo com Saavedra Lamas. A maneira mais plausível de alcançar e concordar "seria a Bolívia aderir à ânsia da Argentina" pelo acesso ao petróleo boliviano. Finot descobriu que a Argentina exigia, em troca do apoio à Bolívia na Conferência de Paz do Chaco, não menos que "a plena posse dos recursos petrolíferos bolivianos". Se a Bolívia recusasse conceder à Argentina as concessões de petróleo, a Argentina insinuou que poderia eventualmente ter autorizado o Paraguai a obter o controle de tais campos petrolíferos ... Em outras palavras, ao disponibilizar a concessão da Standard Oil para a Argentina, tal ação garantia à Bolívia um vizinho poderoso, que nunca mais deixaria o Paraguai ameaçar o seu território (tradução nossa).<sup>206</sup>

A tese de que a Argentina estava por detrás da expropriação dos terrenos da Standard Oil confirma-se nas explicações dadas pelo chanceler Enrique Finot às autoridades norte-americanas para justificar essa atitude tão drástica. Segundo disse Finot:

Ha sido obvio desde el comienzo de la controversia del Chaco que Estados Unidos no procederá a discutir con la Argentina. Chile es demasiado débil para frenar a la Argentina, y Brasil está demasiado absorbido por sus disensiones internas como para obstruir el imperialismo argentino. El único recurso que le queda a una indefensa Bolivia bajo estas circunstancias es el de aplacar a la Argentina haciendo asequibles los recursos petroleros bolivianos codiciados (por los argentinos).<sup>207</sup>

Os bolivianos sabiam que a Argentina era o país que individualmente mais peso tinha na questão do Chaco. Além disso, também sabiam que a Argentina era o único país sul-americano tecnicamente capacitado para realizar a exploração do insumo energético estratégico. A única coisa que impedia uma negociação era o ranço criado pelos anos de sua atitude pró-paraguaia. Finot, no entanto, decidiu passar por cima de seu orgulho ferido para negociar com os argentinos. Esperava-ele próprio aumentar o seu prestígio político ao entabular tais negociações.

A Standard Oil tinha investido cerca de \$ 12 milhões na Bolívia e reclamou uma atitude assertiva do governo americano. Apesar dos clamores de retaliação por parte da empresa, porém, o Departamento de Estado foi muito cauteloso em adotar qualquer medida contra a Bolívia, temendo que pudessem a estar empurrando mais ainda em direção a uma nova guerra contra o Paraguai ou , quem sabe, em direção à Argentina<sup>208</sup>.

<sup>206</sup> WOOD, Bryce. **The Making of the Good Neighbour Policy**, Columbia University Press. New York and London, 1961, pp. 169-170.

<sup>207</sup> U.S., Archives, RG 59, Decimal File 824.6363 ST 2 /135, N1 22, Conversation, Norweb with Bolivian Foreign Minister, Norweb (La Paz) to Dept. State, May 5, 1937, p. 4, fuentes citadas en L.B. Rout Jr., op. cit., p. 149.

<sup>208</sup> Apenas em 1942, a indenização boliviana à Standard Oil foi acordada. O acordo para indenização à Standard Oil seria assinado no Rio de Janeiro em 27 de janeiro de 1942, logo após a conferência de chanceleres do Rio. Foi negociada pelos chanceleres da Bolívia, Anze Matienzo, do Brasil, Oswaldo Aranha, e o sub-secretário,

Nos meses seguintes à medida, o ministro brasileiro Gastão Paranhos do Rio Branco notou, desde La Paz, o aumento da pressão argentina sobre a Bolívia pela execução definitiva do convênio ferroviário de 1923. Para ainda maior preocupação do Brasil, a Argentina passou também a gerenciar pela revisão do critério de partilha dos campos petrolíferos bolivianos estabelecido informalmente com o Brasil em 1935, adotando-se o critério geográfico, algo que lhe permitiria ser agraciada com os campos mais lucrativos<sup>209</sup>. O Brasil preocupava-se que uma paz fosse feita em proveito único da Argentina, com toda a região petrolífera boliviana sendo entregue à exploração dos capitalistas deste país.

Em abril de 1937, o ministro brasileiro em La Paz, Gastão do Paranhos Rio Branco, advertia ao Itamaraty:

(...)2. A chegada do novo representante argentino a esta capital, deu início a uma pressão bastante forte em favor da execução do Convênio, assignado em 1923, que satisfaz a velha pretensão de prolongação da linha Yacuiba a Santa Cruz, com um ramal em Camíri, que representa o centro petrolífero mais importante.

3. Essa estrada, que se estende da fronteira à capital da Provincia, deverá ter uma extensão de cerca de mil kilometros e só poderá ser construída com capital argentino devido à crise que atravessa actualmente esta Republica. E essa avultada despesa sómente será justificada, sob o ponto de vista econômico, com a exploração e transporte, por parte da Argentina, do petróleo que se encontrar na região percorrida por essa estrada.

4. O que acabo de expôr acima contraria, a meu ver, o desejo deste Govêrno, ao assignar os Protocollos comnosco e com a Argentina, de distribuir os seus poços de petróleo segundo as suas posições geographicas, de modo a formar duas companhias com capitaes brasileiros e argentinos.(...)<sup>210</sup>

Tendo em vista essa situação, e insatisfeitos com o ritmo das negociações no âmbito da Conferência de Paz do Chaco, chefiada pelo argentino Saavedra Lamas, os delegados de EUA e do Brasil decidiram tomar a sua dianteira da mediação. O delegado americano Spruille Braden concordava ter chegado a hora de agir para evitar o fracasso das já muito longas conversações. O recrudescimento das tensões na Europa também aumentava a urgência dos países da América, em especial dos EUA, em ver solucionada a questão do Chaco. Os EUA começavam a preocupar-se com a extensão dos tentáculos da Alemanha nazista na América do Sul e a questão do Chaco permanecia como um fator de instabilidade<sup>211</sup>. Desde pelo menos 1935, o Departamento de Estado vinha recebendo avisos quanto ao possível envolvimento de

---

Sumner Welles, além do representante da Standard Oil of New Jersey, Hans Metzger. A indenização totalizou \$1,500,000. (FRUS, 1942, The American Republics, vol. 05, pp.520-525)

<sup>209</sup> RIO BRANCO (BRASLEG-La Paz) a EXTERIORES. Ofícios, confidencial, nº77, Petróleo na Bolívia. Interesses argentinos na provincia de Santa Cruz, 17.04.1937. AHI 23\1\4.

<sup>210</sup> RIO BRANCO (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Ofícios, confidencial, nº77, Petróleo na Bolívia. Interesses argentinos na Provincia de Santa Cruz, 17.04.1937, AHI 23\1\4.

<sup>211</sup> McCANN, Frank. **The Brazilian American Alliance**. Princeton: Princeton University Press, 1974, p. 108

potências estrangeiras na questão do Chaco<sup>212</sup>. Ademais, os EUA estavam convencidos de que a influência da Alemanha foram um dos fatores por detrás do fracasso da ideia de unidade americana apresentada na Conferência Interamericana de Buenos Aires<sup>213</sup>. Curiosamente, a primeira célula nazista no exterior tinha sido instalada no Paraguai em 1929<sup>214</sup>.

À época, Braden propunha que a melhor forma de se proceder obtendo avanços seria fazer pressão conjunta sobre os paraguaios. Afirmou ele em telegrama ao Departamento de Estado: "(...)the principal obstacle to a final peace is the frame of mind of present Paraguayan leaders. In order to bring them to reason two methods are at hand: inducement and pressure.(...)"<sup>215</sup>. Dentre as sugestões de Braden estava o uso de acordos comerciais como instrumento de pressão sobre o pequeno país guarani. Avaliava ele que o Paraguai, amparado, diplomática, militar e economicamente, pela Argentina, havia aderido a uma tática de procrastinação que deveria ser rompida<sup>216</sup>. A proposta do delegado americano, no entanto, foi desautorizada pelo Departamento de Estado, que via inconvenientes nessa abordagem<sup>217</sup>.

Fato é que eram necessárias medidas urgentes contra os paraguaios e contra os argentinos, que eram então percebidos pelos tomadores de decisão brasileiros e americanos como uma grande ameaça aos bons termos da paz. Como notou Stanley Hilton:

(...)a atitude hostil de Saavedra Lamas durante a recente reunião interamericana em Buenos Aires e seu obstrucionismo flagrante nas negociações em torno do problema do Chaco, que se arrastava já há dois anos, pareciam obedecer a uma estratégia perigosa. O despacho que Aranha recebeu de Pimentel Brandão, em maio detalhando as maquinações do chanceler portenho e analisando o expansionismo argentino só reforçava suas próprias suspeitas. 'A Argentina armou-se com uma rapidez incrível e com objetivos que não podem deixar de alarmar os homens públicos do nosso país...', ponderou em missiva a Vargas. Quais eram os objetivos a longo prazo da rival histórica? 'A Argentina visa qualquer conquista ou posição que só poderá ferir o Brasil', declarou enfaticamente apontando para sua pressão expansionista sobre todos os países vizinhos. 'Desconhecer estes fatos e fechar os olhos a estes riscos é desservir ao Brasil', concluiu.(...)<sup>218</sup>

<sup>212</sup> À época embaixador americano em Berlim havia sido surpreendido com uma denúncia uruguaia de um plano japonês de aquisição de grandes petrolíferas e agrícolas na zona litigiosa (DODD JR. William E; DODD, Marta. **Ambassador Dodd's Diary**: 1933–1938. London, Victor Gollancz Ltd, 1945, p. 227.)

<sup>213</sup> Em 4 de março de 1937, o embaixador dos EUA em Berlim, William Dodd, escreveria em seu diário "(...)Germany representatives in Chile, Brazil, and Argentina had done what they could to defeat Secretary Hull's peace efforts at the Buenos Aires conference(...)"(DODD JR. William E; DODD, Marta. **Ambassador Dodd's Diary**: 1933–1938. London, Victor Gollancz Ltd, 1945, p. 392).

<sup>214</sup> HELLINER, Eric. **Forgotten Foundations of Bretton Woods**: International Development and the Making of the Post War Order, Ithaca and London: Cornell University Press, 2014, p.136.

<sup>215</sup> FRUS 1937, vol. V, The American Republics, p.7.

<sup>216</sup> FRUS 1937, vol. V, The American Republics, p.6.

<sup>217</sup> FRUS 1937, vol. V, The American Republics, pp. 9-10.

<sup>218</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1994, pp.245-246.

#### 4.4- “Movimentos decisivos“ (abril de 1937- março de 1938)

Em abril de 1937, os desentendimentos entre Lamas e os demais mediadores, que haviam começado na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, cresceram até se tornarem conflitos públicos e abertos. Angustiados pela falta de solução definitiva para a questão da estrada Villa Montes-Boyube, que asfixiava o comércio externo de algumas das províncias bolivianas, em 23 de abril, os brasileiros, americanos e chilenos praticamente forçaram a aprovação do documento relativo ao regime de segurança no Chaco.

O documento que obrigava os paraguaios a permitirem o trânsito boliviano na estrada Villa-Montes Boyube foi aprovado em plenário à despeito das críticas argentinas e paraguaias, que eram fortemente contrários a este documento. A sua aprovação forçosa despertou polêmicas e o chanceler argentino chegou a declarar que, de modo algum, os paraguaios se submeteriam a tal documento<sup>219</sup>.

Dias mais tarde, a 29 de abril, cansados de protelações do ministro argentino, os representantes de EUA, Brasil e Chile decidiram quebrar o verniz do protocolo e tiveram um jantar diretamente com o presidente Justo para obter avanços nas negociações da questão territorial. Nesse jantar, previamente arranjado pelo vice-presidente argentino Julio Roca e pelo representante chileno em Buenos Aires Felix Nieto del Rio, o grupo mediador criticou severamente ao presidente a gestão de Lamas à frente dos trabalhos da Conferência de Paz<sup>220</sup>. Segundo defenderia Braden, a intervenção dos três diplomatas diretamente junto ao presidente Justo era um movimento de diplomacia audaciosa, mas plenamente justificável uma vez que todos avaliavam que as atitudes de Saavedra Lamas eram fatais para a paz na América<sup>221</sup>.

---

<sup>219</sup> Rout escreveria: “(...) On April 19 a draft of rules proposed by the commission was laid before the mediators. Saavedra Lamas curtly announced that said regulations would have to be accepted without change. Braden, Rodrigues Alves and Nieto del Rio remained unconvinced. Working with David Alvestegui throughout the night of April 22, they virtually rewrote the draft of April 19. A collision followed on April 23. Saavedra Lamas was furious and challenged the new draft, but Braden, Rodrigues Alves, and Nieto del Rio stood firm. When the final vote was taken only the Uruguayans sided with Argentina, and Braden noted that ‘Lamas became purple with rage and emphatically declared the Paraguayans would pre-emptorily reject the regulations’ (ROUT JR. Leslie Brenan. **Politics of Peace Conference**, Leslie Brenan. **Politics of the Chaco Peace Conference**, 1935–1939, Austin: University of Texas Press, 1970, p. 166)

<sup>220</sup> Id. Ibid. p. 184.

<sup>221</sup> Provavelmente para concretizar esse projeto Vargas convidaria Macedo Soares a reassumir a pasta do exterior, o que seria prontamente rejeitado pelo político paulista. Vargas escreveria em seus diários: “(...) Apenas de regresso ao Guanabara, recebi, quase ao escurecer, o meu ex-ministro Macedo Soares, a quem expliquei as últimas ocorrências sobre a sucessão, por que não fora possível articular seu nome como candidato, e terminei oferecendo-lhe novamente a pasta do Exterior. Respondeu declinando da aceitação, fez considerações de ordem política, reafirmou a sua dedicação e apreço por mim e mostrou-se muito preocupado com a política do Estado do Rio e a situação do irmão. Acenei-lhe com a pasta da Justiça, que lhe não desagradou(...)”(VARGAS, Getúlio. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.2, p.48-49)

A partir de maio de 1937, Brasil, EUA e Chile passaram a pressionar de maneira conjunta para que a Conferência de Paz abandonasse as questões intermediárias e passasse a se debruçar finalmente na questão territorial de fundo. Esse era um passo complicado que não contava com o respaldo dos delegados paraguaios nem dos argentinos, que consideravam as condições desfavoráveis para abordar o tema.

Os grandes países americanos buscaram coordenar ações para destravar as negociações de paz do Chaco. No dia 5 de maio, o embaixador Oswaldo Aranha escreveu de Washington ao Itamaraty:

Accedendo ao pedido, este governo chamou-me, hoje, para encarecer a necessidade: 1º- De que os embaixadores americano e brasileiro à Conferência do Chaco não dêem um só passo sem um acordo prévio. Este Governo teme qualquer ação isolada. Acha que, junto entramos, junto devemos agir, e se for necessário, devemos sair. 2º- Que é chegada a hora do Embaixador Rodrigues Alves e o Embaixador americano irem juntos a La Paz e Assumpção fazerem um ultimo esforço.<sup>222</sup>

Tais atitudes fizeram com que o chanceler Saavedra Lamas se convencesse de que havia uma conspiração entre Braden, Rodrigues Alves e Felix Nieto del Rio para retirar as negociações de paz de suas mãos em Buenos Aires e transferi-las para o Rio de Janeiro ou para Santiago. Assim, a ação obstacularizadora de Saavedra Lamas assumiu, a partir de então, feições abertas<sup>223</sup>. Lamas e Ramirez criticavam a ação do chamado “triumvirato”, que era o termo utilizado para denominar o grupo informal entre Brasil, EUA e Chile, que acusavam de pretender assumir as rédeas da Conferência de Paz.

Em maio, mesmo em atrito com Lamas, o trio de mediadores pressionou intensamente pelo início das negociações territoriais paraguaio-bolivianas. Ao que parece, para além de crerem que tal ato contribuiria para a solução do litígio, pretendiam Braden e Rodrigues Alves colocar a Argentina em uma encruzilhada diplomática entre duas alianças. Segundo assinala Helder Gordim da Silveira:

<sup>222</sup> OSWALDO ARANHA (BRASEMB- Washington) para EXTERIORES. Telegramas, NP, nº57, Chaco. Conferencia de Paz. confidencial, 05.05.1937, AHI 51\4\17.

<sup>223</sup> Rout escreveria: “(...)By March 1937 Saavedra Lamas was convinced that Braden and Rodrigues Alves were plotting to move the conference to Rio de Janeiro. The Argentine Foreign minister became further incensed when the United States, Brazilian and Chilean representatives forced the adoption of the April 23, 1937, security regimen over his fierce objections. Finally Spruille Braden’s continued demand for discussion of the territorial issue reached a climax on April 28 in a heated argument between the United States diplomat and the Argentine chancellor. Saavedra Lamas, who had maintained that heavy pressure on the Paraguayas might force them to abandon the conference, immediatly conferred with Ramirez. The Argentine charged that since the United States, Chile and Brazil had formed a bloc, he would need assistance in thwarting their designs. Ramirez pledged his cooperation and wired Asunción: ‘I told him that he could be completely certain that Paraguay was not to be the plaything of the mediator’s politics, and that we are in the conference to defend our rights, nothing more.’”(ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p. 185)



(...) Era óbvio que na questão territorial Lamas estava inteiramente compromissado com a pretensão paraguaia, de garantir político-juridicamente o território que conquistara pelas armas. Se as negociações efetivamente começassem, o chanceler argentino ver-se-ia na situação de atuar, direta ou indiretamente, contra La Paz, o que poderia ser fatal para a ratificação dos acordos já obtidos.<sup>224</sup>

Vendo seu poder como presidente da conferência de paz questionado com a crescente articulação dos demais países, Saavedra Lamas articulou uma manobra com os paraguaios. Em um movimento arдил do chanceler argentino, exortou o Paraguai a aceitar o reestabelecimento de laços diplomáticos com a Bolívia com o único intuito de conduzir a negociação territorial para a seara bilateral, onde estaria passível de ainda mais protelações paraguaias. Lamas acreditava que poderia, assim, declarar suspensos os trabalhos da conferência enquanto os dois países negociavam em separado<sup>225</sup>. Como resultado, em 25 de maio de 1937, as relações diplomáticas entre os dois países foram finalmente reestabelecidas em sua plenitude.

Saavedra Lamas também adotou a tática de obstrução e intriga abertas com vistas a evitar qualquer discussão territorial no âmbito da Conferência de Buenos Aires. Ele cancelou o encontro de 29 de maio e, quando Braden exortou a convocação de um encontro, em 30 de maio, esquivou-se, se declarando “*muito cansado*”. Os encontros dos dias 31 de maio e 2 de junho também foram adiados. O ministro argentino prosseguiria com essa tática dilatória até julho, postergando sete dos treze encontros agendados. Ao mesmo tempo, o chanceler portenho gestionou pela substituição de Braden à frente da delegação americana<sup>226</sup>.

Em 8 de junho de 1937, no entanto, a manobra argentina falhou. Por pressão do trio brasileiro-chileno-estadounidense, a Conferência de Paz decidiu declarar que, independentemente de qualquer ato que implicasse no restabelecimento das relações bilaterais, estava aberta a etapa das negociações territoriais. Como narra Rout:

<sup>224</sup> SILVEIRA, Helder Gordim da. **Argentina X Brasil: A Questão Do Chaco Boreal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, pp. 160-161.

<sup>225</sup> Segundo Rout: “(...) *The April 29 dinner for President Justo was interpreted by Saavedra Lamas as a brazen attempt to wrest control of negotiable prerogatives from his grasp. On May 8 he and Ramírez again conferred. The former denounced the agitation of the ‘triumvirate’, while the Paraguayan expressed concern, since Asunción was not interested in territorial negotiations under conditions it deemed unfavorable. On May 13 strategy was decided. To forestall territorial discussions by the conference Paraguay would push for the reestablishment of diplomatic relations between Paraguay and Bolívia. Once relations had been restored, ‘necessarily the conference would have to agree to an opportunity for both Paraguayan and Bolivian...to contemplate the methods and forms of direct agreement. Meanwhile, the conference would be able to suspend its activities.’* (ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, pp. 185-186)

<sup>226</sup> ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p. 187, notas

(...) Em 8 de junho, a conferência, estimulada pelo implacável "triuvirato", resolveu que as negociações territoriais fossem inauguradas. Três dias depois, um indignado Ramírez confrontou Saavedra Lamas e exigiu saber por que os mediadores estavam autorizados a "jogar pedras no Paraguai". Saavedra Lamas respondeu que a conferência havia saído do controle, mas que o Paraguai poderia aliviar a situação ao parecer mais conciliador. (tradução nossa)(...)<sup>227</sup>

No dia 26 de junho, temendo novas protelações paraguaias, os mediadores de Buenos Aires fixaram um prazo limite para o término das negociações territoriais. Dava-se cinco meses para que se chegasse ao acordo direto ou compromisso arbitral integral. Ainda nesse mês, escrevendo a Pimentel Brandão, que assumira a chefia do Itamaraty, Aranha afirmou:

a ação conjunta do Rodrigues Alves e do Braden tem sido providencial e(...) só a ela devemos não terem sido consumados os planos Saavedra e Finot e ainda outros, igualmente perigosos.(...)Fiz notar que o Brasil não podia continuar a favorecer tais manobras, mesmo porque essas aspirações argentinas atingiam os centros vitais do equilíbrio sul americano e ameaçavam a situação geográfica e política do Brasil por forma inaceitável<sup>228</sup>

Apesar de transparecer ao grande público a imagem de avanços, pouco de fato se realizaria no âmbito da Conferência. Os meses seguintes foram de mais instabilidade e incertezas. O restabelecimento de relações não conduziu a uma melhora nas relações bilaterais paraguaio-bolivianas. Pelo contrário, acerretou seu tensionamento. Apesar dos apelos dos mediadores para que os ex-beligerantes se furtassem de dar declarações ao público sobre os assuntos em trâmite, o chanceler paraguaio, Juan Stefanich, organizou uma grande conferência de imprensa no teatro nacional de Assunção para expôr os pontos de vista da chancelaria paraguaia sobre o reestabelecimento de relações com a Bolívia.

Nessa reunião, que objetivava justificar ao povo o motivo pelo qual decidira por tal passo, Stefanich declarou que a regulamentação do caminho internacional fora generosidade paraguaia. Tais declarações repercutiram imediatamente em todas as capitais sul-americanas, e a Bolívia decidiu adiar a nomeação do ministro em Assunção. Para o embaixador Rodrigues Alves, o Paraguai agia de forma extramamente imprudente motivado por fatores de ordem interna, isso porque a oposição ativa ao governo Franco tentava de todos os meios desalojá-lo do poder, acusando-o de traidor e de corrupto<sup>229</sup>.

<sup>227</sup> Id. Ibid., p. 186.

<sup>228</sup> SILVEIRA, Helder Gordim da. **Argentina X Brasil: A Questão Do Chaco Boreal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 162.

<sup>229</sup> RODRIGUES ALVES(DELEBRAS- Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios. DB\42. Chaco. Conferencia de Paz. Conferencia do Chanceler Paraguay. 09.07.1937, AHI 76\5\01-11.

Pouco após completar um mês do reestabelecimento de relações, Bolívia e Paraguai já trocavam duras acusações. A Bolívia acusava o Paraguai de concentrar tropas no Chaco e este, por sua vez, acusava a Bolívia de manter efetivos superiores aos permitidos pelos protocolos de paz, em preparação a um golpe de força para tomar o controverso caminho internacional (Villa Montes- Boyuibe), informações que viriam a ser confirmadas pelos observadores militares brasileiro e americano, Paulo Figueiredo e John Weeks<sup>230</sup>.

Em 13 de julho de 1937, nublando ainda mais o cenário, ocorreria uma mudança de governo na Bolívia. Logo após regressar do descanso uma instância termal nos arredores de La Paz, o chefe da Junta governativa e presidente da Bolívia, David Toro, foi derrubado do poder em um golpe de estado. Ele foi intimado por seus antigos companheiros de armas a renunciar entregando o seu cargo. O chefe do Estado Maior do Exército, o jovem tenente-coronel German Busch Becerra, de apenas 33 anos, chegou a presidência e Enrique Baldivieso foi nomeado como novo ministro do exterior boliviano. Filho de pai alemão e de mãe cruceña, Busch um dos veteranos do conflito e fundador e líder da "*Legion de Combatientes*".

No mês seguinte, em agosto de 1937, a situação se repetiria no Paraguai. Um golpe militar no Paraguai tumultuou ainda mais o ambiente. O coronel Rafael Franco, que governava o país desde o ano anterior, foi deposto por seu amigo pessoal, o coronel Ramon Paredes e , em poucos dias, o político liberal e também presidente da Suprema Corte paraguaia, Sr. Felix Paiva, assumiu a Presidência.

O golpe no Paraguai não foi surpresa para o Brasil, país que vinha há tempos observando a fragilização do governo Franco. Para Rodrigues Alves, Franco errara ao pretender divorciar-se dos chefes militares responsáveis pela conquista do Chaco<sup>231</sup>. Não obstante, preocupava-se o Brasil com a nova e instável situação paraguaia. O golpe no Paraguai ocorria apenas poucos dias após a visita do coronel argentino Abraham Schweizer a Assunção<sup>232</sup> e violações das linhas de separação dos exércitos vinham ocorrendo no Chaco,

---

<sup>230</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, Chaco. Conferencia de Paz. Intranquilidade na Bolivia e Paraguay. DB\62, 14.07.1937, AHI 76\5\01-11.

<sup>231</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, DB\76, Chaco. Conferencia de Paz. Situação política no Paraguay. 17.08.1937, AHI 76\5\01-11.

<sup>232</sup> Em julho de 1937, Abraham Schweizer visitou o Paraguai. Passaram a circular versões contraditórias sobre os motivos da viagem. A primeira versão dizia que ela tinha por intuito oferecer ao Paraguai empréstimo com a condição de que rejeitasse vinculação ferroviária com o Brasil. A segunda versão dizia que Schweitzer fora a Assunção discutir questões do Chaco (RODRIGUES ALVES (DELEBRAS- Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Telegramas minutas, nº38, Chaco. Missão General Schweizer, 23.07.1937, AHI 76\5\11)

fato ainda mais preocupante<sup>233</sup>. Como os anteriores, o governo Paiva desconfiava profundamente de Brasil, do Chile e dos EUA<sup>234</sup>.

Havia certamente um ingrediente explosivo nessa mistura que dificultava a solução da questão: o petróleo. Os mediadores lutavam ardorosamente pelo aproveitamento das riquezas petrolíferas bolivianas, assim como o Paraguai, que também queria obter parcela dos lucros em sua exploração. Ao que parece, a ação de Brasil e dos demais países em prol de uma solução definitiva da questão havia chegado muito tarde e a Bolívia ameaçava pender definitivamente para a Argentina firmando com ela acordos sobre aproveitamento petrolíferos.

Em inícios de julho de 1937, às vésperas da inauguração dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre aproveitamento de petróleo, o governo da Bolívia de David Toro produziu uma guinada na política de colaboração com o Brasil na questão petrolífera. A Bolívia ressentia-se com a inação brasileira na questão do Chaco, adensando negociações com a Argentina para aproveitamento desses recursos.

Percebendo a força dos argentinos, pretendiam os bolivianos a rever o que fora acordado no “*gentlemans agreement*” sobre zonas de influência na Bolívia, pactuado durante a visita de Finot ao Rio de Janeiro em 1936, atribuindo ao Brasil apenas a exploração das zonas petrolíferas acima do Rio Grande, ainda pouco investigadas, em detrimento de zonas já

---

<sup>233</sup> Em agosto de 1937, sob presidência brasileira da Conferência de Paz, ocorreriam graves e inéditas violações das linhas de separação e as tropas chegariam a uma distância de apenas 200 metros uma da outra. No dia 7 de agosto de 1937, Rodrigues Alves escreveria ao Itamaraty: “(...)O nosso temor é que o coronel Franco, em desespero de causa, busque num novo conflicto armado a maneira de consorciar a família política paraguaya, preferindo atirar o paiz numa nova aventura guerreira a sacrificar a sorte do seu governo” (RODRIGUES ALVES (DELEBRAS- Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, DB/70, Chaco. Conferência de Paz. situação interna na Bolívia e Paraguay, 07.08.1937, AHI 76\5\01-11.). No mesmo dia, Rodrigues Alves convocaria com urgência os chefes de delegação, Isidro Ramirez e David Alvestegui. Ramirez se irrita com o fato de os observadores militares haverem classificado como agressão o fato de os paraguaios haverem sobrepassado a linha de separação (RODRIGUES ALVES (DELEBRAS- Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, DB/71, Chaco. Conferência de Paz. Movimento alarmante de tropas no Chaco. 07.08.1937, AHI 76\5\01-11)

<sup>234</sup> Diria o presidente paraguaio em correspondência particular e confidencial a Higinio Arbo: “*Aprecio en lo que vale y significa la buena amistad que nos manifiesta el Gobierno Argentino. He creído siempre y sigo creyendo que este país, de entre los que integran la Conferencia de Paz de Buenos Aires, es el único con quien podemos contar seguramente para que nuestras gestiones en el asunto internacional se desenvuelvan dentro del marco de nuestras aspiraciones de equidad y de justicia.*

“*Chile y el Brasil no han sido nunca amigos de verdad del Paraguay sobre todo en el asunto que se debate en la Conferencia. Ambos por otra parte, no son sinceros con la Argentina. Los EE.UU están más lejos de esta y más cerca de aquellos, por la causa de su referencia y por los intereses económicos los ligan mas con Bolivia. Cuanto al Perú no tiene interes que lo vinculan a esta y para con nosotros no media ningún estímulo.*

“*Por estas consideraciones esbozadas la única cordialidad que hay que considerarla de verdad es la de la Argentina. Dios quiera que este país comprenda en todo su significado lo que pueda importar nuestra amistad franca y sincera. Le conviene mantener un Paraguay fuerte y robusto ya que constituimos un Estado también frente al coloso vecino y hasta una alianza posible entre Bolivia y Brasil o Bolívia-Chile.*” (ALCORTA, Félix Paiva. **La Paz del Chaco**: documentos para el estudio de las tratativas que concluyeron en el Tratado de paz, amistad y límites con Bolivia (Archivo del Dr. Félix Paiva), Editorial El Lector, 1997, p. 47)

conhecidas, e sabidamente mais ricas em petróleo, como Santa Cruz e Camiri, que então seriam realocadas para a Argentina.

Esse movimento foi denunciado pelo ministro Gastão Paranhos do Rio Branco que alertava que *“dado o vulto que tomarão os negócios argentinos em toda a zona nunca poderemos competir com a sua influência”*<sup>235</sup>. O Itamaraty ficou desconcertado com essas novas informações provindas de La Paz que contrariavam tudo o que fora acertado previamente entre os dois países e o chanceler Pimentel Brandão instruiu o ministro brasileiro a expressar sua inconformidade ao governo Toro com a manobra<sup>236</sup>.

Com a queda de Toro, buscou o governo brasileiro fazer cobro ao novo governo boliviano, eliminando a possibilidade de um convênio boliviano-argentino que cedesse tudo quanto a Argentina exigia. Em longo telegrama, Pimentel Brandão descreveria a situação a Rodrigues Alves:

(...)Em meados do anno passado, quando de passagem por esta cidade, o Senhor Finot, que ia assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores, entrou em contacto connosco em entendimento sobre ambos os assumptos[conexão viária e aproveitamento petrolifero], havendo-nos sido feita a promessa de outorgar-nos o Governo boliviano grandes concessões e facilidades para o escoamento no Brasil do petróleo provindo das regiões de Chuquisaca, Tarija e Santa Cruz.

Com relação à ligação ferroviária ou rodoviária, decorrente de obrigação por nós contraída no Tratado de Petrópolis e posteriormente modificada no Tratado de Natal, ficou combinado que a ferrovia ou a rodovia a construir estaria subordinada à solução do caso do petróleo, ou melhor, à localização dos poços cuja exploração nos fosse concedida. Concretizando as negociações havidas com o Senhor Finot, assignamos em 21 de novembro do anno passado dois protocollos com o representante da Bolívia aqui, instituindo commissões mixtas para o estudo desses dous importantissimos problemas. Nossa delegação já se encontra em La Paz, de onde o nosso Ministro informa ter sobrevivido profunda modificação nos propositos do Governo boliviano, pois ao envez de nos reservarem uma zona rica em petroleo, conforme estava assentado, pretendem agora affastar-nos para o norte do Rio Grande, entregando-nos uma região de recursos petroliferos problemáticos ou mesmo desconhecidos. Acrescenta o nosso ministro em La Paz que 'toda a zona petrolífera boliviana já em exploração, incluida a que representava a concessão à Standard Oil Company, até a margem do Rio Grande, será explorada em beneficio da importação pela Argentina, excluindo-se o consumo boliviano que é relativamente pequeno.' Essa

<sup>235</sup> RIO BRANCO (BRASLEG-La Paz) a EXTERIORES. Telegramas, reservado, NP, nº51, petróleo boliviano, 25.06.1937, AHI 23\5\11.

<sup>236</sup> *“(...) Fica V. Ex autorizado a procurar o Ministro das Relações Exteriores e mesmo o Chefe do Governo, fazendo-lhes sentir, de maneira polida mas enérgica, que o governo do Brasil não póde concordar com semelhante projecto que está em absoluta contradição com o que ficara assentado entre nós e o ministro Finot. V. Ex poderá mesmo dizer que o Brasil vê com estanhesa e com grande magua essa imprevista attitude do governo da Bolívia, procurando illudir no último momento a execução de compromissos assumidos, attitude tanto menos aceitável quanto na questão do Chaco sempre observamos uma conducta de absoluta lealdade para com esse paiz(...)”*(grifo nosso)(EXTERIORES a BRASLEG-La Paz. Telegramas, Comissão mixta brasileiro-boliviana, NP, nº37, Comissão Mixta brasileiro boliviano. Petróleo, 14.07.1937, AHI 24\1\7)

mudança de attitude por parte dos dirigentes bolivianos foi provocada por pertinaz pressão exercida pela República Argentina que para tal fim vem empregando todos os recursos a seu alcance, valendo-se não somente da situação actual da questão do Chaco e da ameaça que representa a posição intransigente do Paraguay, mas também acenando com a ratificação pelo Congresso argentino do tratado de limites Carrillo-Diez de Medina, que como V. Ex sabe a Argentina mantém em suspenso. Ao que parece os Senhores Toro e Finot, premidos pelo Senhor Saavedra Lamas, viam-se na imminencia de conceder-lhe tudo quanto pedia, inclusive a concessão da construção e exploração do ramal ferroviaria Yacuiba-Santa Cruz de la Sierra, velha ambição argentina que representa para nós nada menos que o envolvimento da nossa fronteira occidental.

Não escapará a V.Ex a summa gravidade que taes factos e taes perspectivas apresentam e a inadiavel necessidade em que nos encontramos de procurar pôr em cobro semelhante situação.

Muito espero da acção pessoal de V.Ex junto ao Senhor Baldivieso para neutralisar os effeitos da campanha empreendida pelo Governo argentino e para repôr o problema nas primitivas bases, conseguindo delle a reafirmação dos compromissos assumidos em Agosto ultimo por Finot.(...)<sup>237</sup>

Obedecendo a essas ordens, Rodrigues Alves teve encontros, em Buenos Aires, com o novo ministro do exterior e com o novo ministro do petróleo bolivianos, Enrique Baldivieso e coronel Riveira, para discutir a questão da exploração petrolífera conjunta. Dias depois, relatou ele , ao Itamaraty, a conversa tida com os ministros bolivianos, ocorrida na presença do delegado americano à Conferência de Paz, Spruille Braden<sup>238</sup>.

Na importante palestra, Braden e Rodrigues Alves criticaram duramente a obra argentina. Braden arguiu contra a construção da estrada dizendo que os poços existentes em seu trajeto não justificavam a sua viabilidade, expondo um mapa confidencial da Standard Oil para confirmar seu argumento. Rodrigues Alves, por seu turno, pontuou outros inconvenientes à construção, como a inexistência de povoações no meio do caminho e a possibilidade de que produtores agrícolas argentinos deslocassem do mercado os seus contrapartes bolivianos, acrescentando que a estrada seria de fato "*nova arma contra a Bolívia, posta por suas proprias mãos ao serviço da Argentina e do Paraguay*"<sup>239</sup>.

Segundo reportou Rodrigues Alves à sede da chancelaria no Rio, Baldivieso concordou com tais asserções, dizendo que considerava a estrada Yacuiba-Santa Cruz como

<sup>237</sup> EXTERIORES para DELEBRAS-Conf de Buenos Aires, telegramas minutas, secreto, NP, nº35, Petroleo. Comissão mixta brasileiro-boliviana, 15.07.1937, AHI 76\5\11.

<sup>238</sup> "(...) Conversei com o Doutor Baldivieso, longa e exhaustivamente, por duas ocasiões. A primeira foi no dia 16 de Julho quando almocei em casa do Embaixador Braden com elle e o Embaixador Alvestegui. Expuz-lhe o ponto de vista brasileiro sobre o problema das communicações e do petroleo. O Doutor Baldivieso é francamente contrario a Estrada Yacuiba-Santa Cruz de la Sierra, que reputa uma coisa simplesmente espantosa pelas consequencias ruinosas que pôde acarretar para o seu paiz.(...)" (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. officios, DB/68, Chaco. Conferência de Paz. Communicações do Brasil com a Bolívia e o petroleo. 02.08.1937, AHI)

<sup>239</sup> Ibidem.

"a maior ameaça que pesava sobre a integridade territorial do seu paiz", opinião que também era compartilhada pelo novo ministro do petróleo boliviano, coronel Riveira, que acrescentava ser "uma Estrada eminentemente política, desde que suas finalidades economicas eram muito precarias". Finalizando a conversa, Baldivieso declarou que impedir a estrada seria um verdadeiro ato de patriotismo, prometendo tudo fazer para impedi-la.

Em grande medida devido a essas gestões, no dia 22 de julho, enfim, houve a inauguração dos trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana. Em La Paz, houve uma reunião no Palácio Quemado entre o ministro Rio Branco, os membros da Comissão Mista<sup>240</sup> e o presidente boliviano tenente-coronel Gérman Busch, na qual Busch garantiria a boa vontade de seu governo de levar a efeito a aproximação econômica com o Brasil. O presidente boliviano, no entanto, resistiu a fixar quaisquer zonas de exploração petrolífera para o Brasil<sup>241</sup>.

Apesar das afirmações de Baldivieso de fidelidade ao Brasil existia uma influente corrente de opinião boliviana que não concordava com a aproximação com esse país. Tal fato seria constatado pelo ministro Gastão Paranhos do Rio Branco em conversa com o chanceler interino da Bolívia, que seria sumariamente comunicada ao Itamaraty. Segundo o diplomata brasileiro, o chanceler interino da Bolívia lhe teria afiançado, depois de uns "aperitivos", a posição de seu país no que tange ao aproveitamento dessas riquezas. Dizia o ministro boliviano que apesar da simpatia que lhes merecia o Brasil, pela ação neutral mantida durante a guerra, os seus pares bolivianos ressentiam-se da falta de atitude enérgica desse país em ajudá-los a definir a seu favor a questão do Chaco, salientando os benefícios econômicos da vinculação com a Argentina.

A esta confissão respondeu o ministro Gastão Paranhos que era um erro os bolivianos confiarem na boa-fé dos argentinos, criticando duramente a proposta de vinculação dos dois países. A Bolívia oscilava entre o Brasil e a Argentina<sup>242</sup>.

<sup>240</sup> O delegado boliviano da Comissão Mista era Juan Muñoz Reyes e o delegado brasileiro era Domingos Fleury da Rocha.

<sup>241</sup> RIO BRANCO (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. Ofícios, reservado, nº 141, 23.07.1937, Protocollos Brasil-Bolívia, Rio de Janeiro, 1936. Chegada da Comissão brasileira integrante da Comissão Mixta brasileiro-boliviana. Início dos trabalhos. AHI 23\1\4.

<sup>242</sup> "(...) O Ministro de Relações Exteriores interino, hontem, conversando nesta Legação e depois de haver tomado alguns aperitivos, tratando do Protocollo, declarou-me que ia expôr, com toda franqueza o seu ponto de vista pessoal, com relação ao assumpto que nos interessa. Referiu-se a actuação do Brasil e da Argentina na guerra do Chaco, dizendo que, emquanto o primeiro cruzava os braços, o segundo mostrando ser paiz de acção, tomava uma attitude franca e decisiva contra a Bolívia, que muito influiu no resultado. Hoje, esse mesmo paiz procura a aproximação da Bolívia, offerecendo-lhe vantagens, em troca daquillo que o Brasil também deseja e que os bolivianos são obrigados a reconhecer os beneficios que poderão tirar da sua aproximação com a Argentina que, assim como soube manter uma attitude tão enérgica em prejudicá-los saberá ajudal-os com essa mesma energia, arrastando a Bolívia em seu engrandecimento com o resultado, que poderá tirar da exploração

Além da disputa pelo aproveitamento do petróleo boliviano, mais um assunto veio opôr os principais mediadores da controvérsia do Chaco – Brasil e Argentina- adensando as tensões sul-americanas e prejudicando o bom andamento das negociações de paz. Em agosto de 1937, o chanceler argentino Saavedra Lamas lançou-se frontalmente contra o acordo segundo o qual o Brasil buscava adquirir à título de empréstimo seis navios contratorpedeiros norte-americanos. O acordo vinha sendo negociado secretamente pelos dois países há alguns meses, mas, em fins de julho, após começar a ser apreciado no Congresso americano, veio a público, tornando-se alvo dos vívidos protestos do diplomata argentino.

Em atitude de exasperação, o ministro das relações exteriores da Argentina, escreveu carta a Vargas afirmando que a locação iria "*desencadear uma corrida armamentista na América Latina e a destruição do pan-americanismo*"<sup>243</sup>. A repercussão midiática de tais declarações foi enorme e os jornais – principalmente os argentinos La Prensa e La Nación- condenaram o fato de que os EUA, os mesmos que tempos atrás propugnavam princípios pacifistas na Conferência de Buenos Aires, estivessem fomentando o armamentismo na região. Nos EUA, essas críticas encontraram acolhida nos jornais de grande circulação como o Washington Post e New York Times<sup>244</sup>.

O Brasil buscou reagir às acusações de belicismo, esclarecendo os termos do convênio. Em entrevista à imprensa, no dia 11 de agosto, o ministro do exterior Pimentel Brandão rejeitou propósitos ocultos no seu programa de rearmamento naval brasileiro, explicando que se tratava apenas de um projeto de renovação da esquadra brasileira já defasada e afirmando que se pretendia adquirir os navios paulatinamente<sup>245</sup>. Nessa mesma data, Aranha conversou com o embaixador argentino em Washington, Felipe A. Espil, explicando razoavelmente a questão<sup>246</sup>. Não obstante, o embaixador argentino continuou em

---

*do oriente boliviano, apesar da sympathia que lhes merece o Brasil, pela attitude neutral mantida no conflicto. Afiançou-me nada estar decidido até agora, mantendo-se a comissão mixta ainda em estudos, mas que a Bolívia não podia recusar as vantagens offerecidas, a não ser que o Brasil quizesse mudar de attitude e lançar a acção contraria da Argentina. Fiz-lhe ver o erro que commettia, acreditando na sinceridade política da Argentina, que nunca procuraria elevar a Bolívia à proporção que fosse engrandecendo; pelo contrário, si a zona em questão offerecesse as riquezas annunciadas, à medida que fossem sendo exploradas com o capital e com os technicos argentinos, esses, tudo fariam, para della afastar a Bolívia, emquanto que o Brasil, cuja sinceridade na sua política internacional era hoje reconhecida por toda a América, procurava, unicamente, associar-se à Bolívia na exploração da zona que, geographically, era aconselhada sem idéia de hegemonia sobre os vizinhos”* (RIO BRANCO (BRASLEG-La Paz) para EXTERIORES. telegramas, confidencial, NP, nº66, Comissão Mixta Brasil-Bolívia, 26.07.1937, AHI 23\5\11.)

<sup>243</sup> GV c 1937.08.13, CPDOC-FGV.

<sup>244</sup> WALDMANN JUNIOR, Ludolf. Brasil, Estados Unidos e Argentina no “caso dos contratorpedeiros”, 1937. **Estudos internacionais**, Belo Horizonte, v.4 n.3, pp. 92-93.

<sup>245</sup> FRUS 1937, v. 05, The American Republics, pp.155-156

<sup>246</sup> Segundo Espil escreveria a sua chancelaria: “(...)Sostiene Aranha que el propósito fundamental del arrendamiento de estos destroyers, en caso de que se realizara sería meramente de política interna. A ese



posição irredutível, sugerindo o adiamento do projeto até a realização de uma nova conferência naval <sup>247</sup>.

Os EUA e o Brasil foram pegos de surpresa diante da aferrada oposição argentina. Os governos brasileiro e norte-americano inclusive já tinham preparado o contrato e calculado o valor do arrendamento, que seria de um milhão de dólares pelos seis navios- o Tarbell, Yarnall, Upshur, Greer, Brackinridge e Brakeley- quando surgiu a denúncia argentina<sup>248</sup>.

O episódio relembra vagamente a controvérsia dos *dreadnoughts* ocorrida entre Brasil e Argentina em inícios do século. No entanto, dessa vez, a diferença da crise anterior, os navios arrendados nos EUA eram de muito menor potencial ofensivo. O embaixador brasileiro em Washington, Oswaldo Aranha, considerava ridículos os protestos argentinos, pois, em sua opinião “*seria o mesmo que um homem armado de metralhadora temer um outro armado de um simples canivete*”<sup>249</sup>.

Poucos dias antes do eclodir da crise, no dia 4 de julho, durante jantar em homenagem a independência americana, o chanceler argentino, Saavedra Lamas, fora profundamente elogioso aos EUA. Segundo as palavras por ele proferidas, a proteção da América Latina da agressão externa de ideias políticas contrárias ao republicanismo estaria sempre sob a responsabilidade de EUA e da Grã-Bretanha. O jornal “The Times” chegou a classificar a fala de Lamas como: “*undoubtedly the most laudatory speech made about the United States in any Latin-American country in the last generation*”<sup>250</sup>.

A crise gerou grande preocupação brasileira quanto às reais intenções argentinas. Como noticiava o New York Times, em uma de suas edições de agosto de 1937, a crise era uma prova de que a cordialidade entre o Brasil e a Argentina era apenas aparente, persistindo, no fundo, uma grande rivalidade.

A questão parecia esconder preocupações maiores. Da boca do próprio embaixador argentino no Rio, Ramón Carcano, chegou ao conhecimento do chanceler brasileiro a informação de que Lamas acreditava que o caso dos destroyers se tratava de um complô velado entre Hull, Aranha e Vargas, como parte de um plano maior para dominar todo o

*respecto me dijo que el Brasil era una verdadera China, expuesta a cada momento a movimientos revolucionarios locales en centros lejanos de la capital, sobre una costa muy extensa, que hacia imprescindible la posesión de elementos navales de rápida movilidad para sofocarlos.(...)* (ESPIL para LAMAS, Washington, 11 de agosto de 1937, Fondo Julio A. Roca, Archivo General de La Nación)

<sup>247</sup> FRUS 1937, v. 05, The American Republics, p.158.

<sup>248</sup> WALDMANN JUNIOR, Ludolf. **Brasil, Estados Unidos e Argentina no “caso dos contratorpedeiros”, 1937**. Estudos internacionais, Belo Horizonte, v.4 n.3, p.91.

<sup>249</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1994, p. 248.

<sup>250</sup> PETERSON, Harold. **Argentina and the United States 1810-1960**, State University of New York, New York, 1964, p 394, note 131.

continente americano<sup>251</sup>, raciocínio absurdo e não condizente com os objetivos da política externa brasileira naquele período.

O Brasil, no entanto, não desistiu do projeto e, no dia 14 de agosto, o Itamaraty enviou circular confidencial às missões brasileiras na América sobre caso dos *destroyers*, instruindo seus embaixadores na região a buscar o isolamento da república Argentina na questão<sup>252</sup>. No dia seguinte, arvorando-se em suas razões *de jure*, o Itamaraty instruiu o embaixador em Buenos Aires a organizar entrevista com o presidente Agustin P. Justo com vistas a manifestar-lhe o profundo pesar com que o governo brasileiro encarava aquela situação, que punha em risco de “*sério dano*” os frutos da política de cordialidade da qual ele havia sido um dos obreiros mais talentosos. Salientava o telegrama: “*Pode frizar que sabe ao certo que o Sr. Presidente da República está intimamente penalizado com tudo quanto ocorre, mas que tem, como todos nós, consciência plena de não haver contribuído em nada para isso.*”<sup>253</sup>

O Brasil via no arrendamento dos *destroyers* mais uma significação moral do que militar. Raciocinava-se que o arrendamento exclusivo ao Brasil funcionaria como uma chancela americana à política comedida e apaziguadora desenvolvida pelo país na região, fato confirmado pelas afirmações do chanceler brasileiro. No dia 14 de agosto, Pimentel Brandão declarou ao encarregado de negócios americano no Rio que a questão do recebimento ou não dos *destroyers* tinha se tornado secundária. Para Brandão, o que importava a partir de agora era determinar se um único homem- Saavedra Lamas- poderia mandar nos destinos de um continente<sup>254</sup>. Como enunciou o ministro do exterior, após consultar Vargas:

(...) Chegou o momento dos Estados Unidos escolherem entre nós que sempre fomos leais e sinceros e cuja política é de paz e pura de intenções imperialistas e a Argentina da qual conhecem as intenções e os processos. Não recuaremos e esperamos que não recuem os Estados Unidos, mesmo porque mais do que os destróieres, sem valor militar..., está a nossa força moral e o nosso prestígio político no continente cujo enfraquecimento ou diminuição será para nós um desastre e para os Estados Unidos o equivalente de uma derrota estrondosa.(...)<sup>255</sup>

A denúncia argentina, entretanto, teve o condão de frustrar o arrendamento dos navios. Como salienta Gary Frank, nos EUA o clima político não era propício a acordos militares

<sup>251</sup> FRUS 1937, vol.05, The American Republics, p.160.

<sup>252</sup> A circular confidencial N. 1.138 dizia “(...) *O nosso intuito é provocar, nesse caso, o isolamento da República Argentina que, sem outras razões a não ser desígnios injustificados de aumentar o prestígio pessoal político no continente e no mundo do seu ministro das Relações Exteriores, está envidando esforços para determinar o malogro completo do projeto em questão.*” (Cadernos do CHDD, Ano V- nº09, CHDD\FUNAG, p. 253)

<sup>253</sup> EXTERIORES para BRASEMB-Buenos Aires. telegramas, NP, nº86, confidencial, Destroyers, 15.08.1937, AHI 14\2\12.

<sup>254</sup> FRUS 1937, vol.05, The American Republics, pp.159-160.

<sup>255</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1994, pp. 248-249.

com países latino-americanos, pois predominava o isolacionismo<sup>256</sup>. Apesar do interesse brasileiro em seguir com o projeto, duas semanas após o início da polêmica, os governos Vargas e Roosevelt foram obrigados a soltar uma nota conjunta abandonando-o, ao menos momentaneamente. O Brasil se frustrou profundamente com os americanos.

Diante da situação embaraçosa, no dia 31 de agosto de 1937, Vargas reuniu o Conselho de Segurança Nacional em uma nova sessão<sup>257</sup>. Era a terceira vez desde 1934 que esse conselho era convocado. Nessa nova reunião discutir-se-ia a criação de um fundo de defesa nacional para reaparelhamento das forças terrestres, navaes e aerea brasileiras.

No Conselho, os membros presentes foram unânimes em alertar que o Brasil se encontrava em uma condição de quase impotência militar. Aconselhavam todos que o Estado deveria rearmar-se diante das graves circunstâncias internacionais e diante da potência militar argentina<sup>258</sup>. O presidente Getúlio Vargas, por exemplo, disse: "*O que precisamos é examinar os meios de sairmos dessa situação angustiosa*". Para o presidente:

A questão dos 'destroyers', a qual já me referi, tendo levado a Argentina a se manifestar indubitavelmente sobre o assunto, veio, de certo modo, provar que a situação de paz e amizade não é tão segura quanto se podia esperar. Entretanto, há pouco tempo os argentinos chegaram mesmo a declarar, que, si, por ventura, o Brasil fosse ameaçado, eles seriam os primeiros a vir em nosso socorro. O caso dos 'destroyers' teve funda repercussão na opinião pública, que se convenceu da necessidade de nos armarmos. Devemos, pois, aproveitar esta oportunidade, tirando partido do ambiente favorável, para aparelharmos a defesa nacional, mediante o estabelecimento de um plano de conjuncto.<sup>259</sup>

Nessa mesma linha do presidente, discursou o Góes Monteiro defendendo a necessidade de o Brasil se armar para se precaver da Argentina. O chefe do Estado Maior alegava que não se poderia excluir, sem muita inocência, uma guerra entre os dois principais países da região. Para ele:

Na América do Sul, a nação mais forte é a Argentina. Ella tem interesses que, mesmo aparentemente, não excluem a possibilidade de um conflicto com

<sup>256</sup> FRANK, Gary. **Struggle for hegemony in South America**: Argentina, Brazil, and the United States during the Second World War. Foreign Affairs Monographs, Center for Advanced International Studies, University of Miami, 1979, p. 90.

<sup>257</sup> Realizada no salão de despachos do palácio do Catete, à reunião compareceram: Getúlio Vargas (Presidente da República); Arthur Souza Costa (ministro da Fazenda); Mario de Pimentel Brandão (ministro das Relações Exteriores); Henrique Aristides Guilhem (ministro da marinha); Agamenon de Magalhães (ministro do trabalho, industria e comercio); Marques dos Reis (ministro da Viação e Obras Públicas); Gilberto Porto (representante do ministério da agricultura); Gustavo Capanema (ministro da educação e saúde); Eurico Dutra (ministro da guerra); José Carlos de Macedo Soare (ministro da Justiça e dos Negócios interiores); Góis Monteiro (chefe do Estado Maior do Exército); e Amphiloquio Reis (chefe do Estado Maior da Armada)

<sup>258</sup> Sobre as preocupações com a postura belicista da Argentina, ver a importantíssima missiva de Aranha a Vargas: GV c 1937.06.04/1, CPDOC-FGV.

<sup>259</sup> Ata da terceira sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional, 31.08.1937, BR DFANBSB N8.0.ATA.1/3, f.7-13, Arquivo Nacional.

o Brasil. Em caso de guerra, no estado em que nos encontramos, o Estado do Rio Grande do Sul ficará inteiramente isolado do resto do Brasil, e talvez São Paulo sinta bem de perto as suas funestas consequências. A questão dos 'destroyers' foi uma advertência. Os jornais argentinos La Nacion e La Prensa tomaram a si a palpitante questão de orientar a opinião pública contra nós e, apesar da grande amizade que existe os dois presidentes, o Ministro Saavedra Lamas tudo homologou. A questão da aquisição de material para as forças armadas é, pois, um problema nacional. Estamos quasi num estado de impotência armada face às condições geraes da Argentina. A nossa inferioridade é patente sob todos os aspectos. Guerra é cálculo e nada se improvisa para ella<sup>260</sup>

E continuou Góes Monteiro, dizendo que: "*A Argentina já assegurou para si o domínio do mar e havemos de vel-a fazer ressurgir a questão do Chaco, onde o petróleo será um dos elementos de discordia.*"<sup>261</sup>. Reforçando o seu argumento, o general descreveu um cenário de despreparo militar brasileiro muito preocupante, alegando que:

Os Governos anteriores se descuidaram, não havendo systematização no encaminhamento da sua solução [reaparelhamento militar]. Não se improvisam generaes nem soldados. Em dois mezes de guerra a Argentina poderá lançar contra o Brasil tres exércitos no valor de dez a doze divisões, que, bem dirigidas, poderão ocupar o Rio Grande do Sul e as bacias do Paraná e do Paraguay. A ameaça pode atingir até mesmo São Paulo, si ella tiver o concurso do Paraguay, como é de se esperar. O programma que o senhor Ministro da Guerra appresentou é um mínimo quanto ao armamento, para podermos enfrentar uma guerra defensiva.(...)<sup>262</sup>

Advogava, no entanto, que tal preparação brasileira deveria ser feito sem "*excessos ou histerismos*", buscando não incentivar uma corrida armamentista desenfreada ou o aumento das tensões na região.

Reconhecendo a dramaticidade da situação, falou em seguida o ministro da Fazenda, Arhtur Souza Costa, que buscou demonstrar aos militares a falta de recursos. Segundo suas palavras, o pouco que se fizera até então em termos de reaparelhamento bélico devia-se exclusivamente ao empréstimo obtido na França, descrevendo a inutilidade de emissões monetárias à curso forçado, e a dificuldade de criação de um imposto pessoal para investimento na defesa nacional. Ademais, ponderou que a Constituição de 1934 estabelecia uma camisa de força fiscal que impedia o governo obter internamente mais recursos <sup>263</sup>.

Ao fim do encontro, tomou a palavra novamente o presidente Getúlio Vargas que disse acreditar que o objetivo argentino não era um enfrentamento direto com o Brasil, mas sim a

---

<sup>260</sup> Ibidem.

<sup>261</sup> Ibidem.

<sup>262</sup> Ibidem.

<sup>263</sup> O art 185 da constituição de 1934 estabelecia "*Nenhum imposto poderá ser elevado além de vinte por cento do seu valor ao tempo do aumento*". Esse ponto parece ter sido crucial na opção dos militares pela dissolução da constituição de 1934.

consolidação de sua hegemonia comercial na América do Sul, algo que os acordos petrolíferos com a Bolívia pareciam provar. As preocupações com relação à postura argentina no caso do Chaco e na questão do petróleo boliviano eram absorventes. Segundo anotou o redator da ata da reunião:

(...) O Senhor Presidente da República declara que, contudo, admite não estar a Argentina preparando a guerra contra o Brasil. Acha que o seu principal interesse é fazer de Buenos Aires o grande empório commercial da América do Sul e absorver economicamente os outros paizes, entre os quaes o Paraguay e a Bolívia.(...)<sup>264</sup>

No início de setembro de 1937, à convite do presidente Getúlio Vargas, o então vice-presidente da República Argentina, Sr. Julio Argentino Roca, visitou o Brasil com o propósito de assistir aos festejos nacionais brasileiros do 7 de setembro<sup>265</sup>. O político argentino viajou a bordo do navio “Andalúcia Star”, tendo chegado no cais Mauá no dia 5 de setembro, onde foi recepcionado pelo secretário do Itamaraty Orlando Leite Ribeiro<sup>266</sup>. Nos dias subsequentes participou de cerimônias oficiais na Câmara, no Senado, na embaixada argentina e no ministério de relações exteriores.

Julio Roca, ou “Julito”- como era conhecido-, era uma personalidade de grande expressão em sua nação que ,com a vitória recente da chapa Ortiz-Castillo nas eleições argentinas, acreditava-se fosse, em breve, assumir a chancelaria da nação argentina. Julito era também o filho de um ex-presidente da Argentina, o homônimo Julio Roca, responsável por haver empreendido uma aproximação inédita com o Brasil durante o governo Campos Salles, dono da aclamada frase “*Tudo nos une, nada nos separa*”.

Segundo se apregou na imprensa, o objetivo da missão de Roca ao Brasil era fortalecer a amizade brasileiro-argentina e dirimir as desconfianças causadas pela crise dos destroyers. É bem possível, porém, que Julio A. Roca não estivesse em missão plenamente pacificadora. Ao que tudo indica, o vice-presidente argentino não nutria visões idílicas quanto ao processo de aproximação bilateral, havendo o mandatário reafirmado a posição de seu país com relação ao equilíbrio militar na América do Sul<sup>267</sup>. Em carta de 1935, Rosalina Coelho relatou a Vargas que “Julito”:

<sup>264</sup> Ata da terceira sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional, 31.08.1937, BR DFANBSB N8.0.ATA.1/3, f.7-13, Arquivo Nacional.

<sup>265</sup> O convite para que Roca visitasse o Brasil ocorreu antes da eclosão da crise dos destroyers em agosto de 1937.

<sup>266</sup> Relatório MRE, 1937, vol 1, p. 24.

<sup>267</sup> Ao que parece Julio Roca teria reafirmado no Rio a oposição argentina ao acordo naval entre Brasil e EUA. Assim indicam notas de reunião apócrifas, manuscritas e não datadas encontradas no arquivo Julio A. Roca no Archivo General de la Nación em Buenos Aires. Começam elas assim: “ *1º Todo aumento sorpresivo importa romper el equilibrio que hasta la fecha han mantenido los países de la America del Sur, de acuerdo con sus*

! Não herdou o ‘tudo nos une e nada nos separa. Segundo informações que pessoalmente lhe darei, um dia, delle tem surgido um milhão de suggestões contra nós, sendo que numa das reuniões em casa delle elle defendeu o tema que ‘los brasileiros son enemigos nuestros. Nosotros somos enemigos de los brasileiros. En caso de guerra seran Argentina y Peru contra Brasil, Uruguay y Chile<sup>268</sup>.

Segundo descreveria Courtney Letts de Espil em suas memórias, questionado pelo embaixador americano em Buenos Aires sobre como iria ao Brasil, Julio A. Roca declarou ironicamente: “*Iré en un destroyer!*”<sup>269</sup>.

Em entrevista com alta personalidade uruguaia (cujo nome não é revelado), o diplomata brasileiro Lucillo Bueno constatou a impressão de que visita de Roca seria mero embuste argentino. Segundo afirmava o interlocutor uruguaio, a Argentina estaria ludibriando o Brasil e armando-se pesadamente por trás do véu da cordialidade. Lucillo Bueno escreve:

(...)5. Conversando commigo, a propósito da visita do Dr. Roca ao Brasil, disse-me certa personalidade política do Governo, que sua Excellencia, ajudado pelos ‘insigne narcotizador’ que é o Embaixador Ramon Carcano, tinha ido ao Rio de Janeiro augmentar a dose de ópio, com que a República Argentina vem adormecendo o Brasil, enquanto se arma com fins notoriamente offensivos, tanto no mar, como em terra, e disputa no terreno diplomático todas as vantagens obtidas anteriormente pelo seu visinho<sup>270</sup>.

Assim, no Rio, como nas demais capitais sul-americanas, a preocupação com a Argentina continuaria grande. A 2 de setembro de 1937, de Montevideu, Lucillo Bueno alertou o Itamaraty que a Argentina estava acelerando planos bélicos. Bueno comunicou a conversa tida com o Adido Militar Brasileiro em Buenos Aires, que estivera em Montevideu por ocasião dos festejos da independência uruguaia, e que lhe teria relatado “*verdadeira fúria armamentista*” dos vizinhos do Brasil. Ademais, reportava Lucillo Bueno que o político uruguaio, Luis Alberto Herrera, tinha ouvido de personalidade argentina em Paris:

(...)haver sido apressada, nas fábricas de armas Tchecoslovacas, a grande encomenda de metralhadoras para o exército d’aquelle paiz, e que a Missão Militar na Europa ia receber, até o fim do corrente anno, as últimas baterias do grande pedido feito às Usinas Schneider Creusot, de artilharia de campanha, do modelo 75.(...) O referido político uruguaio, que é nosso sincero amigo, ouviu ainda que a República Argentina procurar desenvolver

---

*necesidades para la defensa y su situación económica; 2º El proyecto no seria conciliable con el art. 22 del Tratado de Londres; (...)*.(Fondo Julio A. Roca(hijo) Vice-Presidente de la Nación, Legajo: 6, documento 207, Archivo General de la Nación)

<sup>268</sup> GV c 1935.04.00, CPDOC-FGV.

<sup>269</sup> LETTS DE ESPIL, Courtney. **La Esposa del Embajador**: 10 años en la embajada argentina en Washington 1933-1943. Editorial Jorge Alvarez S.A, p. 106.

<sup>270</sup> LUCILLO BUENO (BRASEMB-Montevideu) para EXTERIORES. oficio nº 189, reservado, ‘Comentários uruguayos a um discurso do Doutor Julio A. Roca, no Rio, 13.09.1937. AHI 33/3/8.

nas grandes capitães uma atmospherã sympathica a possíveis attitudes que venha a tomar em conflictos sul-americanos<sup>271</sup>.

Essa retórica belicista começava a prejudicar os trabalhos de pacificação do Chaco. Acreditava o Brasil haver chegado o momento de uma decisão, para que se evitasse o retorno da guerra e seu possível alastramento. No dia 27 de agosto, o Itamaraty expediu telegamas para as suas embaixadas em Washington e Santiago declarando a necessidade de Paraguai e Bolívia abordarem decisivamente a questão territorial<sup>272</sup>.

O Chile concordava com o Brasil e no dia 1º de setembro, enviou um memorando secreto sobre o Chaco. Neste documento, comunicado pessoalmente pelo embaixador Felix Nieto del Rio ao chanceler Mario Pimentel Brandão, o país andino estabelecia o prazo final de três meses para que se atingisse um acordo sobre arbitragem em Buenos Aires ou se desinteressaria definitivamente pela mediação<sup>273</sup>. No dia 7 de setembro, o próprio presidente Arturo Alessandri visitou a embaixada do Brasil em Santiago para reforçar essa postura chilena<sup>274</sup>. O Chile acabara de assinar com a Bolívia uma convenção de trânsito que lhe permitia livremente transportar armas por seu território.

O chanceler brasileiro pretendeu expedir um telegrama a Buenos Aires ordenando ao chefe da delegação brasileira, o diplomata José de Paula Rodrigues Alves, que manifestasse perante o fórum interamericano a insatisfação do Brasil com a falta de avanços à Conferência de Paz e a descrença do país com a prolongação indefinida das negociações. Para a secretaria de Estado, do mesmo modo que afigurava absurdo um novo conflito, também era ridículo prolongar *ad infinitum* as negociações de paz. Assim, cria o Itamaraty que as partes deveriam

<sup>271</sup>LUCILLO BUENO (BRASEMB-Montevidéu) para EXTERIORES. Ofício, nº 181, reservado, 'armamento argentino', 02.09.1937, AHI 33\38.

<sup>272</sup> " *Parece-nos chegado o momento de emprehenderem os mediadores um ultimo e decisivo esforço pela solução definitiva da questão do Chaco, prommovendo de maneira mais energica a annuencia dos Governos do Paraguay e da Bolivia em resolver já a questão de fundo, sob pena de vermos eternisar-se a mediação, perdendo-se a acção da Conferência de Paz, como até o presente, na discussão interminável de pormenores dilatatórios e afastando cada vez mais a possibilidade de um entendimento effectivo e duradouro que, evidentemente, só poderá ser encontrado abordando-se directamente o problema em sua essencia. Rogo a Vossa Excelencia expôr a esse Governo quanto se nos afigura oportuna agora uma acção conjunta e decisiva dos mediadores, cujo resultado dependerá indubitavelmente da firmeza inabalável de que se revestir, nesse momento em que surgem à tona receios de uma nova conflagração no Chaco. Chegam-nos com effeito repetidamente e de origens diversas, rumores não destituídos de fundamento de que o Governo recém-installado em Assumpção, aproveitando habilmente a confusão e inquietação reinantes e apoiado talvez em terceiros, cujo interesse é ver ainda augmentadas essa confusão e essa inquietação para dellas retirar o maximo de proveitos politicos e economicos, prepara uma nova acção militar contra a Bolívia, e que, além de arrastar o descrédito completo da Conferência, aniquilaria mais de dois annos de pacientes esforços.*"(EXTERIORES para BRASEMB-Washington. Telegrama, confidencial, NP, nº108, Chaco, 27.08.1937, AHI)

<sup>273</sup> MAURICIO NABUCO (BRASEMB-Santiago) para EXTERIORES. Telegrama, confidencial, nº 50, Chaco, 02.09.1937, AHI 44\3\1.

<sup>274</sup> MAURICIO NABUCO (BRASEMB-Santiago) para EXTERIORES. Telegramas, NP, nº60, Visita presidente Alessandri embaixada do Brasil.15.09.1937, AHI 44\3\1.

aceder a uma solução "*rápida e radical, como a que seria dictada depois de uma batalha decisiva*", algo como obedecer a um diktat coletivo em prol da paz americana<sup>275</sup>. A proposta do telegrama, no entanto, foi censurada pelo embaixador brasileiro em Washington, Oswaldo Aranha, que observou que tal iniciativa provavelmente teria resultados antagônicos aos pretendidos<sup>276</sup>.

Em meados de setembro, a questão do petróleo voltou a suscitar rivalidades entre os mediadores. No dia 17 de setembro de 1937, o chanceler argentino Carlos Saavedra Lamas e o encarregado de negócios do governo da Bolívia, Alfredo Flores, firmaram em Buenos Aires duas convenções sobre trânsito fronteiriço e sobre vinculação ferroviária. De acordo com os termos do segundo convênio - ainda de caráter preliminar- a Argentina realizaria os estudos necessários para prolongar a ferrovia Central Norte Argentina desde Yacuiba (no norte da Argentina) até Santa Cruz (na Bolívia) com um ramal a Sucre<sup>277</sup>. A ferrovia passava pelas regiões bolivianas ricas em petróleo, fato que despertaria grande reação dos brasileiros.

Percebendo seus interesses prejudicados, o Brasil protestou junto à Bolívia ameaçando desinteressar-se dos estudos da comissão mista brasileiro-boliviana e de uma ação proativa na Conferência de Paz de Buenos Aires. No dia 16 de setembro de 1937, o Itamaraty enviou um telegrama à legação de La Paz demonstrando o seu desapontamento com o fato de a Bolívia permitir a Argentina estender sua influência acima do rio Parapeti, praticamente inviabilizando os projetos bilaterais brasileiro-bolivianos<sup>278</sup>. Logo após sua assinatura dos

<sup>275</sup> EXTERIORES para BRASEMB-Washington. Telegramas, nº116, NP, Chaco, 04.09.1937, AHI 52\1\11.

<sup>276</sup> Aranha afirmou: "(...)o projeto de declaração não me parece recommendável por seus termos nem aconselhável, porque não produzirá os efeitos visados" (ARANHA (BRASEMB-Washington) para EXTERIORES. Telegramas, confidencial, nº143, NP Chaco, 06.09.1937, AHI 51\4\17). Dias depois, o Itamaraty replicaria: "(...) O que mandamos a Vossa Excelência em telegramma 116 foi apenas a expressão de uma ideia que visa modificar os métodos de acção da Conferência a qual está presentemente entregue à chicana do delegado paraguayo que só quer ganhar tempo para permittir a consolidação da posse de facto dos territorios occupados pelas forças militares do seu paiz."(EXTERIORES para BRASEMB-Washington. Telegramas, nº118, NP, Chaco, 09.09.1937, AHI 52\1\11)

<sup>277</sup> CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: CARI/Nuevohacer, 1999, t.IX(1930-1943). Las relaciones de la Argentina con Bolivia y Paraguay.Los intereses económicos argentinos en Bolivia. Los convenios firmados. Disponível em:< <http://www.argentina-rree.com/9/9-051.htm>>, consulta em 16.07.19.

<sup>278</sup> "*Com referência aos seus últimos telegrammas, muito nos desapontou a verificação de que esse Governo insiste em conceder à Argentina, apesar do subterfúgio da fórmula empregada, a ligação ferroviaria Yacuiba-Santa Cruz de la Sierra e mais a de Camiri a Sucre. Esta última indica claramente o propósito de canalizar para a Argentina o petroleo daquela região. Não conhecemos ainda os resultados da nossa comissão, mas, desde já, podemos dizer que não nos parece justo levar a zona de influencia argentina além do paralelo de 20 graus e 30 minutos e até além do Parapeti. Seja como fôr, V.Ex fará sentir quanto antes a esse Governo que ,se a Bolívia, animada provavelmente pelo desejo de resolver com o apoio argentino a questão do Chaco, está disposta a fazer à Argentina todas as concessões não só em materia ferroviária mas também no tocante ao petroleo, em detrimento de interesses do Brasil e até, possivelmente, da nossa segurança, nós nos desinteressaremos por completo dos estudos da comissão mixta e voltaremos nossas vistas para outros campos de actividade. Deixaremos, além disso, de levar por diante a acção conjunta que estávamos provocando para uma das próximas reuniões da Conferência de Buenos Aires e para a qual já contávamos com apoios*



convênios, Rodrigues Alves ouviu as apreciações do chefe da delegação boliviana em Buenos Aires, David Alvestegui, acerca de sua abrangência. Para Alvestegui, os convênios eram obra do chanceler Enrique Finot que, como bom cruceño, acreditava que o acordo com os argentinos eram o “*remédio extremo, último e desesperante recurso para resolver o problema das comunicações de Santa Cruz, cuja solução estaria primeiro nas mãos do Paraguai, segundo nas mãos do Brasil e em terceiro e último lugar nas mãos da Argentina*”<sup>279</sup>.

Avaliava Rodrigues Alves que o projeto obedecia muito mais a interesses políticos do que econômicos argentinos. Na sua aceção, movido por interesses estratégicos, Saavedra Lamas estava a defender o projeto mesmo em contrariedade com os meios técnicos de seu país, que duvidavam da existência de petróleo em abundância na região sul boliviana. Aventurou-se ainda mais o brasileiro, afirmando que com estes novos acordos a província boliviana de Santa Cruz corria o risco de se tornar futuramente o Texas sul-americano, segregando-se em proveito único da sua poderosa rival platina.

Por fim, timbrava aconselhar o diplomata brasileiro que a resposta para anular tais planos argentinos de projeção regional, deveria ser a imediata construção pelo Brasil da ferrovia Santa Cruz-Corumbá, concretando, com urgência, a interligação apregoada décadas antes por Euclides da Cunha entre Santos e Arica via Santa Cruz. Segundo Rodrigues Alves, o imperialismo argentino não era mera fantasia, de modo que seu país deveria permanecer vigilante<sup>280</sup>.

Nos dias que se seguiram, o governo do Brasil tentou convencer a Bolívia a recuar de um acordo com a Argentina, propondo construir com recursos próprios duas ferrovias e uma rodovia buscando assegurar pelo menos uma parte do petróleo da principal região produtora boliviana. A 30 de setembro de 1937, o Brasil informou confidencialmente suas intenções ao governo dos EUA provavelmente como forma de obter seu apoio ao dispendioso projeto<sup>281</sup>. Os brasileiros não queriam admitir, de modo algum, que os interesses argentinos na Bolívia fossem estendidos além de Camiri, cidade localizada à altura do rio Parapeti<sup>282</sup>.

---

*seguros. (grifo nosso) Em todo caso, V. Ex não deverá romper o contacto com esse Governo relativamente a essas questões até a chegada do ministro Ostria, com cujo apoio contamos. Por outro lado, convém não perder de vista que não pretendemos negar à Argentina direito a zonas de influência que lhe possam legitimamente caber, mas, por isto mesmo, não podemos aquiescer em que lhe sejam atribuídas aquelas que evidentemente devem tocar ao Brasil.*" (EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas, NP, nº55, Petróleo. Ligação ferroviária. 16.09.1937, AHI 24\1\7)

<sup>279</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTEIORES. Ofícios. confidencial DB/90, Chaco. Conferencia de Paz. Convenções entre a República Argentina e a Bolívia, 22.09.1937, AHI 76\5\01-11.

<sup>280</sup> Id. Ibid.

<sup>281</sup> FRUS, 1937, vol.V, The American Republics, p. 298.

<sup>282</sup> Camiri era aceito pelo Brasil como o marco divisório das influências brasileiras e argentinas na Bolívia. Em fins de agosto, o Itamaraty telegrafaria, instruindo a legação de La Paz: "*Em resposta ao seu telegrama nº82.*

A questão petrolífera indispunha profundamente os principais mediadores do Chaco. Já em 20 de outubro de 1937, Rosalina Coelho Lisboa alertava, em carta pessoal, a Vargas que a Argentina esperava apenas um deslize brasileiro para estender sua influência sobre a Bolívia. Dizia ela: “(...) a Argentina espera um descaso do Brasil para apoderar-se da Bolívia, por artes do diabo,-como já se apoderou do Paraguay por ‘diabluras’ humanas”, admoestando o governo brasileiro a dar maior atenção ao ministro boliviano no Rio de Janeiro, Alberto Ostria Gutierrez, considerado por ela “*verdadero paladino da amizade Brasil-Bolívia*”<sup>283</sup>.

Em fins de outubro de 1937, as desconfianças com relação aos propósitos da Argentina aumentaram quando surgiram informações de que a chancelaria portenha estaria sabotando a Conferência de Paz. Em telegrama de 29 de outubro de 1937, o Itamaraty informou à delegação brasileira em Buenos Aires:

A Legação do Brasil em La Paz informa que o major Maurino, novo addido militar argentino áquella Capital e pessoa dedicada a Saavedra Lamas, procurou o chefe do governo boliviano, o Chefe do Estado Maior e os Chefes do Exército, declarando-se autorizado a fazer sentir que a questão do Chaco terá de ser resolvida fóra da Conferência de Paz, entre a Bolívia, o Paraguay e a Argentina. Exteriores<sup>284</sup>

Não tardou e, de Buenos Aires, Rodrigues Alves respondeu a comunicação da Secretaria de Estado de Relações Exteriores sobre as graves notícias de sabotagem da Conferência de Paz por parte de seu presidente e fundador. O chefe da delegação brasileira mostrar-se-ia muito preocupado com a questão, não desacreditando as informações da legação de La Paz, mas mostrando-se cético com relação a escolha por Saavedra Lamas do nome do major Maurino - um indivíduo de “*limitada inteligencia*” e “*um espirito confuso*” para uma missão de tamanha delicadeza. Notava ele, não obstante, que a viagem de Mauriño a La Paz realmente coincidira com a visita de Finot a Buenos Aires, fazendo-o aventar a possibilidade de um acerto secreto argentino-boliviano<sup>285</sup>. Bolívia e Argentina poderiam estar na iminência

---

*Camiri como divisor das zonas de influência argentina e brasileira afigura-se-nos razoavel, devendo Vossa Excia insistir por essa solução. Conviria também esforçar-se por obter a participação do Brasil no trecho Camiri-Sucre, que pretendem attribuir à R. Argentina, sem o que ficaria frustrada a ligação da nossa rede ferroviária à rede boliviana, alem de permanecermos na dependência do ramal argentino. (...)*(EXTERIORES para BRASLEG-La Paz, Telegramas, nº49, Chaco. Comissão Mixta, 31.08.1937, AHI 24\1\7). Os acordos argentino-bolivianos de setembro de 1937, no entanto, sobrepujaram estes limites.

<sup>283</sup> GV c 1937.10.20, CPDOC-FGV.

<sup>284</sup> EXTERIORES para DELEBRAS-Conf. Buenos Aires. Telegramas minutas, Chaco. Conferencia de Paz, nº56, 29.10.1937, AHI 76\5\11.

<sup>285</sup> “(...)Dada a gravidade das informações da nossa Legação em La Paz, conviria, como aliás estou tratando de fazer, verificar si, realmente, o major Maurino fez ao Governo boliviano suggestão que significaria sabotagem da Conferencia por parte do ministro Saavedra Lamas. Devo dizer a vossa Excellencia que, dentro da Conferencia, esse official gosa da reputação de ter limitada inteligencia, sobretudo depois de uma exposição que nos fez ao regressar, ha tempos, do Chaco e na qual revelou um espirito confuso, confundindo

de firmar um convênio econômico prejudicial aos interesses brasileiros e a conferência poderia estar a um fio de sua dissolução.

A situação internacional voltara a ser de grande tensão e, no dia 10 de novembro de 1937, o Congresso brasileiro amanheceu cercado por tropas da polícia. No Brasil, o Presidente Getúlio Vargas desfechou um golpe de Estado com um apoio dos militares. Com base na denúncia de um suposto complô comunista contra o governo— o chamado plano Cohen-, Vargas havia iniciado no mês anterior as prisões e a censura, reintroduzindo o Estado de Guerra no país. À noite do dia 10, em discurso irradiado pelo rádio, na “Hora do Brasil”, Vargas anunciou a implantação do novo regime político autoritário – o Estado Novo. A reação da oposição foi quase nula, visto que ,nos meses que antecederam o golpe, Vargas promovera um cerco em torno de alguns focos regionais de resistência ao continuísmo.

Este golpe de Estado tinha sido motivado por questões de política interna mais do que de política externa. No próprio dia 10 de novembro, o ministro do exterior Mario de Pimentel Brandão reuniu-se com o embaixador americano Jefferson Caffery para explicar os motivos do golpe afastando suspeitas indevidas de pró-fascismo. Nessas explicações fazia notar o ambiente político doméstico conturbado<sup>286</sup>.

Não obstante, a necessidade de centralização decisória para conclusão do projeto ferroviário com a Bolívia e as preocupações defensivas externas contra a Argentina seriam parte indispensável do cálculo político de Vargas para desfechar o golpe do Estado Novo. Segundo escreveria Stanley Hilton:

Aranha posteriormente disse ao embaixador americano que um dos principais motivos para o apoio dado pelos líderes militares a Vargas em 1937 fora que ele prometera 'sustar os pagamentos da dívida externa e deixá-los ter o dinheiro'. Emb. amer. (Rio) a Depto. de Estado 30 de junho 1939, doc. 832.51\14941, ADE. Vargas, de fato, logo após o golpe de estado, decretou a suspensão do serviço da dívida externa. A afirmação de Aranha encontra outro reforço nas declarações feitas por Góes Monteiro em seu relatório anual para 1937, como chefe do EME. No relatório, apresentado a Dutra no início de 1938, Góes Monteiro duas vezes fez referência velada a um entendimento político com Vargas. O Exército disse a certa altura, 'deposita suas esperanças nas promessas do Governo' de restaurar o poder

---

*lamentavelmente os assumptos tratados ao em vez de os esclarecer. Causa, portanto, estranheza que fosse elle, justamente, o escolhido commissão de tal delicadeza, que exigiria, para seu exito, extremo tacto e habilidade. Convém, entretanto, ter em vista que a sua viagem precipitada a La Paz, coincidiu com a chegada, aqui, do Ministro Finot e, dahi, que se possa tratar de uma manobra concertada entre esse diplomata e o Chefe da Chancellaria argentina, mórmente quando estão os dois interessados em resolver o problema do petroleo e das communicações ferroviarias. Informarei do resultado das minhas investigações. Rodrigues Alves” (RODRIGUES ALVES (DELEBRAS- Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Telegramas cópias, NP, nº56, confidencial, Chaco. questão de fundo, 01.11.1937, AHI 76\5\10.)*

<sup>286</sup> Em explicação a Caffery, Pimentel Brandão diria:“(…)the Government found it self faced with an electoral campaign which would inevitably ended in a revolution.(...)”(FRUS, 1937, vol.V, The American Republics, p. 312)

militar nacional. Em outro lugar, expressou confiança de que o Governo cumpriria o 'compromisso que assumiu de aparelhar as Forças Armadas'. EME, Relatório 1937, 39,41.<sup>287</sup>

O politólogo Moniz Bandeira, que compartilha dessa visão, escreveria:

A questão com a Argentina por causa dos destroyers irrompeu no momento em que a crise política interna, no Brasil, agravara-se, e muito provavelmente influenciou as Forças Armadas na preparação do golpe de Estado, que o próprio Getúlio Vargas executou em 10 de novembro de 1937, restaurando seu poder discricionário, com o fechamento do Congresso e a ab-rogação da Constituição de 1934. Assim, tanto o Exército quanto a Marinha aproveitaram, naquelas circunstâncias, o episódio com a Argentina afim de obterem da ditadura que sustentavam mais créditos para armamentos. O Brasil, além de construir, com material comprado aos EUA, três destroyers nos estaleiros do Rio de Janeiro, assinou um contrato com a Armstrong Vickers, da Grã-Bretanha, para aquisição de mais seis. A Marinha conseguiu, outrossim, recursos para a compra de grande número de aviões fabricados nos EUA, metralhadoras na Dinamarca e canhões da Krupp na Alemanha, juntamente com o Exército, que ainda investigava a possibilidade de comprar cerca de 300 tanques de guerra em qualquer país.<sup>288</sup>

Para muitos militares no interior do regime, como Góes Monteiro, era preemente a necessidade de se rearmar em face da atitude considerada perniciosa da Argentina na política sul-americana, especialmente diante da situação instável no Chaco<sup>289</sup>. Para o ministro do exterior, Pimentel Brandão também era necessário um rearmamento vigoroso mesmo que isso implicasse um afastamento do Brasil dos EUA e aquisição de armamentos na Europa.

O ministro Pimental Brandão sabia que o golpe de Estado muito provavelmente prejudicaria a aquisição de armas pelo Brasil nos EUA. Em fins de 1937, no entanto, e

<sup>287</sup> HILTON, Stanley. **O Brasil e a crise internacional: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 81.

<sup>288</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Triplíce Aliança ao Mercosul, 1870-2003)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 197-198.

<sup>289</sup> O relatório do EME de 1937, redigido por Góes Monteiro, em tom de lamento (talvez para justificar o golpe estadonovista), destacava a fraqueza nacional diante da Argentina. *“Está na convicção de todos que o Brasil se fosse paiz forte, senhor da hegemonia política e militar, deixaria de ser presa das apprehensões fundadas, que nos fazem temer pelo seu desenvolvimento normal. As inquietações não seriam tão absorventes, a ponto de sermos, no fundo meros caudatários na orbita argentina, já consagrada no continente, e na orbita de supremacia da política dos EUA, sob o escudo do deperecimento da doutrina Monroe. Quanto às nações ribeirinhas do systema fluvial do Prata, temos o máximo empenho em que a solução definitiva da questão do Chaco não venha a constituir um ponto nevrálgico em nossas futuras relações e interesses econômcios. Os limites entre o Paraguay e a Bolívia, a situação do oriente boliviano e da zona limitrophe com a Argentina, as questões das comunicações e do petróleo desafiam a nossa atenção e nosso tacto, que deve evitar qualquer perturbação nas relações existentes. As fronteiras longínquas do Brasil são actualmente menos susceptíveis de defesa do que nos tempos coloniaes. Pouco, a influencia dos povos visinhos se vae fazendo sentir e avassalando zonas, que adquirimos com sacrificios no passado. O EME não dispõe de informações idôneas e systematizadas da política mundial. Não raro chega a ser surpreendido por factos, cuja importância e surgimento ignorava. As informações, recebidas pelo intermédio do Ministério do Exterior e de outras fontes, são escassas e incompletas para o juizo seguro dos aspectos inherentes à defesa militar.”* (ESTEVEZ, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: Edição do EME, 1996, n.p.)

especialmente depois do fracasso do acordo dos *destroyers*, os militares brasileiros estavam cansados de esperar pela assistência americana<sup>290</sup>. Poucas semanas antes do golpe, Brandão escreveu importante telegrama ao embaixador em Washington no qual dizia: *"(...)Si a defesa das nossas vidas e instituições pôde, pois, determinar a perda do negócio dos destroyers muito o lamentaremos; consideramos porém que é ainda um preço muito baixo para pagar a conservação do que estamos defendendo.(...)"*<sup>291</sup>

O golpe foi desfechado por Vargas no mesmo dia em que o embaixador Ramón J. Carcano, embaixador argentino no Brasil pelos últimos 15 anos, se despedia de seu posto no Brasil. Na noite do dia 11 de novembro, após haver fechado o Congresso, Vargas cumpriu calmamente sua agenda oficial, jantando junto ao embaixador que se retirava do Rio de Janeiro<sup>292</sup>. Carcano era considerado um amigo do Brasil.

Como reação ao golpe do Estado novo, o embaixador do Brasil em Washington, Oswaldo Aranha, pediu sua demissão. Buscando dissuadí-lo deste propósito, o próprio presidente Vargas escreveu a ele no dia 16 de novembro, afirmando ter sido o golpe um movimento necessário, afirmando que a sua permanência a cargo da embaixada nos EUA era uma das condições de êxito para seus objetivos maiores, quais sejam: *"realização grande*

---

<sup>290</sup> Frank McCann descreve a situação desse modo: *"(...)During mid-1937 Argentina was ominously increasing its military strength and seeking to extend its sway over Bolivia and Paraguay. The Brazilian government was uneasy, Ambassador Oswaldo Aranha, who usually counseled peace, urged Vargas to arm Brazil, regardless of the cost, because if he did not act immediately the country later would pay 'much more, materially and morally'. Argentina's success in blocking planned transfer of several old destroyers from the America to the Brazilian navy in mid 1937 deeply disturbed Brazilian leaders, and weakened their confidence in the sincerity of United States professions of friendship. A new warship had not been constructed in Brazil in nearly fifty years, the navy having been dependent on foreign shipyards, and the army was using a motley collection of French and German weapons, many dating from before World War I. Vargas'pledge to change this situation insured military support of his continuation in power.(...)"* (McCANN, Frank D. **The Brazilian American Alliance: 1937-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1974, p. 43)

<sup>291</sup> Neste telegrama, Pimentel Brandão criticaria a constituição de 1934 por *"ser contrária ao espírito da época"* e enfraquecer o poder executivo. Além disso, informaria Aranha estar tomando, na medida do possível, as necessárias medidas para contrapor às difamações perpetradas pela Argentina nos EUA, aproveitando para criticar os métodos e processos internos do próprio país vizinho. Segundo percebiam os diplomatas brasileiros, a Argentina estaria se aproveitando das prisões e da censura no Brasil para suscitar novamente o caso dos *destroyers*. Diria ele: *"(...) As eleições argentinas estão longe de ter sido uma luta democrática em fair conditions. Houve pressão e violência. Na província de Buenos Aires o Governador Fresco obrigou o eleitorado ao voto ostensivo, advogando abusivamente por um golpe de força e a lei do voto secreto. Venceu pois allí a organização fascista bem conhecida em que figuram Saavedra Lamas o General Molina e os militares com apoio decidido do Governo de que são sustentáculos(...)"* (EXTERIORES para BRASEMB-Washington, Telegramas, NP, nº 129, confidencial, situação política interna. Destroyers. 22.10.1937, AHI 52\1\11)

<sup>292</sup> (...) Depois de quatro anos de serviços contínuos como embaixador e sabendo que deixaria o cargo com a mudança de governo que se aproximava na Argentina. Cárcano decide usar seus quatro meses de licença acumulados e fixa seu retorno a Buenos Aires para 12 de novembro de 1937.

Dez dias antes comparece ao Palácio do Catete para despedir-se do Presidente, e convida-o para jantar na embaixada da Argentina. Vargas marca a data do encontro para 10 de novembro. Nesse mesmo dia, ocorre o mencionado 'auto-golpe'" (FRAGA, Rosendo. **Ramón J. Cárcano, diplomata: a história como instrumento da diplomacia**. Brasília: FUNAG, 2000, p. 47)

*programa administrativo, com o emprego capitais americanos e larga aquisição material para o nosso aparelhamento militar e ferroviário*”<sup>293</sup>.

O embaixador, no entanto, estava decidido a demitir-se. Sua revolta era especialmente direcionada à nova constituição redigida por Francisco Campos, que considerava poderia ser um passo rumo ao fascismo. Em conversação telefônica com o seu irmão, Luis Aranha (também ministro de Vargas) disse ele: “- *Não posso concordar como uma constituição feita por um anormal, sem norma, sem regra.*”<sup>294</sup>, acrescentando:

- Eu aprovo o golpe de Estado, mas não a constituição; torna-me um escravo, desrespeita todas as tradições do povo, que lutou cem annos para a sua liberdade. Você sabe que considero qualquer caso com o Getúlio, um caso de família, mas não posso concordar em receber uma carta de escravidão.<sup>295</sup>

Ao que tudo indica as preocupações internas e externas estiveram no radar dos decisores brasileiros ao optarem pela opção do golpe de Estado e não se deve negligenciar o impacto da questão do Chaco, da crise dos destroyers e da disputa pela hegemonia sul-americana na sua concretização<sup>296</sup>. Imediatamente após a sua deflagração o Brasil adensou os seus contatos militares com a Alemanha, vindo a assinar um contrato secreto com a firma Krupp em março de 1938.

De maneira um tanto surpreendente, a mudança de postura brasileira teve um efeito inesperado no sentido inverso nos EUA que revisariam a sua política de colaboração militar com os países do hemisfério. O choque fez o país revisar a sua postura externa, abandonando o abstencionismo típico dos anos anteriores. Em 10 de janeiro de 1938, Hull convocou uma conferencia interdepartamental para discutir o fornecimento da ajuda miliar aos países latino-americanos. Em meados de maio, já se encontrava organizada, sob a presidência de Sumner

---

<sup>293</sup> Escreveria Vargas: “*Mudança Constituição Brasil foi uma imposição de ordem, teve geral aceitação, gerou impressão de tranquilidade nos espíritos, de firmeza nos negócios, de melhoria no câmbio e de valorização dos títulos. A situação que aí criaste de grande relêvo, a amizade que nos ligava e tuas cartas anteriores sobre necessidade minha continuação governo faziam-me contar com a tua colaboração aí para realização grande programa administrativo, com o emprego capitais americanos e larga aquisição material para o nosso aparelhamento militar e ferroviário. Era uma condição de êxito e ao mesmo tempo o amparo americano evitaria que aceitássemos oferecimentos outros países ao que tenho resistido e pretendo resistir.*(...)” (SILVA, Hélio. **1937**: Todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 487)

<sup>294</sup> Por “anormal”, Aranha provavelmente se referia a Francisco Campos, não a Getúlio.

<sup>295</sup> GV c 1937.11.16/3, CPDOC-FGV.

<sup>296</sup> Em suma, o golpe do Estado Novo fundamentou-se em motivações tanto de ordem doméstica, quanto externa. Dentre as motivações internas, figuram as ameaças da ascensão ao poder de correntes político-ideológicas consideradas extremas, como o integralismo (fascismo) e do aliançismo (comunismo); e a ameaça, real ou fabricada, de um levante armado do Rio Grande do Sul (Flores da Cunha) e de São Paulo (Armando de Sales) contra o governo central caso. No âmbito externo, havia a ameaça de uma guerra com a Argentina e ainda a iminência de uma conflagração europeia com repercussões generalizadas.

Welles, o *Standard Liaison Committee*. Em 8 de junho de 1938, Sumner Welles explicou a Pimentel Brandão a nova política americana<sup>297</sup>.

A evolução política na Argentina parecia vir a amainar um pouco esse cenário de quase guerra e extrema polarização. Com a vitória dos conservadores sob a figura de Roberto M. Ortiz, nas eleições presidenciais argentinas de setembro de 1937, previa-se que o chanceler Lamas enfrentasse alguma dificuldade para permanecer no cargo<sup>298</sup>.

Percebendo o político argentino como um elemento de instabilidade, os demais mediadores decidiram esperar a sua anunciada saída da chancelaria se abstendo em fazer novas propostas no âmbito da conferência (ROUT JR., p.188). Era praticamente consensual a visão de que a postura Lamas vinha sendo perniciososa à paz na América do Sul. Segundo escreveria o diplomata mexicano Alfonso Reyes, Saavedra Lamas “*ha logrado, en la cuestion del Chaco, enfriar bastante las relaciones sudamericanas*”<sup>299</sup>.

Quando surgiu, porém, a possibilidade de que Lamas continuasse à frente da chancelaria argentina no novo governo, os principais países americanos se preocuparam. O Chile, que via um sério perigo no horizonte, tentou uma articulação com o Brasil com vistas a evitar um novo mandato de Lamas à frente do ministério do exterior. Em 10 de novembro escreveu o ministro brasileiro em Santiago, Maurício Nabuco, ao Rio de Janeiro:

O ministro das Relações Exteriores pediu-me, hontem à tarde, para ir ve-lo. Mostrou-se muito preocupado. Disse ser quasi certo Saavedra Lamas continuar no Ministério das Relações Exteriores, no novo governo, no qual será a principal figura, com uma capacidade para o mal que, até hoje, não teve, graças à moderação do Presidente Justo e do Senhor Julio Roca. Serão seis annos de desassocego, perigosos para a America. A Chancellaria argentina predominará no Continente e nas próximas Conferências inter-americanas, com toda a força que lhe dá o seu dinheiro e que já se vae fazendo sentir na Bolívia.(...) Perguntou-me se achava possível a intervenção dos Estados Unidos para evitar a (ilegível) continuação. Respondia achar muito difficil obter a intervenção política em nome de Vossa Excellencia nos negocios domesticos das demais potências. Falou-me sobre a hyphotese de orientar a imprensa, mas commigo receia que possa produzir effeito contrario. Lembrou a hyphotese de algum brasileiro, que mantenha as

<sup>297</sup> McCANN, Frank D. **The Brazilian American Alliance: 1937-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1974, p. 111.

<sup>298</sup> O chanceler Saavedra Lamas nutria ambições presidenciais. A conquista do prêmio Nobel em 1936 parecia haver lhe credenciado definitivamente para o posto de mandatário máximo da nação argentina. Lamas, no entanto, não obteve o apoio do presidente o general Agustin P. Justo, que decidiu apoiar como sucessores, nas eleições de setembro de 1937, a chapa civil da Concordância Ortiz-Castillo contra os opositores radicais Alvear e Enrique Mosca. O presidente Justo chegou a rejeitar planos de Lamas para que as cerimônias de entrega da comenda do prêmio Nobel fossem realizadas em Buenos Aires ao invés de Oslo, aumentando o prestígio político interno do seu chanceler. As raízes da divergência entre Justo e Lamas ainda precisam ser objeto de investigações mais profundas, mas sem dúvida uma delas foi a falta de uma solução satisfatória para a questão do Chaco ( FARCAU, 1996, Op. cit,p.239)

<sup>299</sup> REYES, Alfonso. **Misión Diplomática**. Tomo I, México-DF: Secretaria de Relaciones Exteriores, 2001, Mision Diplomatica, L. 15- banquete a Ruiz moreno, n.p.

melhores relações com o Presidente Justo, ir a Buenos Aires e lhe fazer sentir quanto periga a sua política de amizade para com os paizes limitrophes.(...)<sup>300</sup>

O Itamaraty, no entanto, rechaçou essa proposta chilena pelos gravíssimos riscos que ela envolvia, respondendo:

(...) Também nós compartilhamos das justas apreensões que neste momento assaltam o espírito do ministro Gutierrez (...) Reputamos, porém, de mais elementar prudência abstermo-nos de qualquer gesto ou demonstração que possa (fazer) que esse nosso estado de espírito se torne conhecido, vindo a suscitar, como inevitavelmente suscitará, uma explosão de susceptibilidade nacional cujas consequências seriam precisamente o contrário daquillo que desejamos. Por isso mesmo, qualquer acção nossa, por mais discreta e habil que possa ser, nos parece desaconselhavel, como tambem o seria por parte dos Estados Unidos da America do Norte. A ideia, pois, de mandarmos um emissário secreto afigura-se-nos irrealisavel, porque o alvitre suggerido encerra tantos e tão graves riscos que seria imprudente correl-os na perspectiva de resultados contraproducentes.(...)<sup>301</sup>

O Chile, assim como o Brasil, preocupava-se com um perigo de uma guerra entre as principais nações sul-americanas por conta de complicações na questão do Chaco. À chanceleria de Santiago avaliava o embaixador chileno no Brasil, senhor Félix Nieto del Río:

(T)al como van las cosas, nunca, desde que Portales vio el peligro de la Confederación Peru-boliviana y la destruyó por la fuerza, se había presentado para Chile otro riesgo mayor que el que ahora se está materializando con los planes de Saavedra Lamas sobre Bolivia y el Paraguay. No estamos en situación de atajarlos con las armas ni, estándolo, sería aconsejable hacerlo; pero, sí, aún es tiempo de destruirlos con la diplomacia.<sup>302</sup>

A disputa geopolítica por zonas petrolíferas na Bolívia era possivelmente o fator individual que mais contaminava o ambiente da Conferência de Paz, dificultando um acordo. No dia 19 de novembro de 1937, em culminação as negociações que vinham ocorrendo de maneira reservada entre a Bolívia e a Argentina, foi firmado entre os dois países um tratado sobre compra do petróleo boliviano. O acordo assinado por Enrique Finot (Bolívia) e Saavedra Lamas (Argentina) visionava a construção da tão longamente visionada ferrovia entre Santa Cruz de la Sierra e Yacuiba, atraindo a Bolívia definitivamente para a esfera de influência argentina.

<sup>300</sup> NABUCO (BRASEMB-Santiago) para EXTERIORES.Telegramas, secreto, nº86, Novo Governo Argentino, 10.11.1937. AHI 44\3\1.

<sup>301</sup> EXTERIORES para BRASEMB-Santiago, Telegramas, NP, nº58, Novo Governo Argentino. 12.11.1937. AHI 44\3\12.

<sup>302</sup> Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores, 1937a) - Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores (AMRE) (1937a). Carta de Félix Nieto del Río a José Ramón Gutiérrez. Río de Janeiro, 15 de noviembre de 1937 Apud DIAZ, Milton Cortés. **La Diplomacia Chilena y el Conflicto del Chaco (1928-1938)**, Revista Encrucijada Americana - Año 8 - N° 1 - 2016 – 1, p 96.



Os acordos geraram imediatamente protestos dos EUA, do Brasil e inclusive do seu então aliado, o Paraguai. O delegado brasileiro e o subsecretario de Estado dos EUA acusaram a Argentina de contratar poços sem que sequer houvesse a confirmação da propriedade boliviana sobre os mesmos. O Paraguai, por sua vez, protestou ao saber que o traçado da ferrovia passava por uma área sob controle de seus exércitos, sentindo-se traído<sup>303</sup>.

A vitória de Saavedra Lamas, porém, foi uma vitória pírrica. O Brasil não assistiu passivamente ser deslocado em seus interesses de um país que considerava ser seu aliado estratégico e contra-atacou negociando um convênio semelhante com o governo de La Paz. A 25 de novembro de 1937, um protocolo de intenções sobre o aproveitamento do petróleo subandino foi assinado na capital boliviana, pelo chanceler da Bolívia, Enrique Baldivieso, e pelo ministro brasileiro, Gastão Paranhos do Rio Branco. O convênio preliminar era uma reação evidente às iniciativas argentinas para monopolizar o petróleo boliviano.

A disputa era intensa, suscitando grande rivalidade entre argentinos e brasileiros. A fins de novembro, Orlando Leite Ribeiro, na condição de 2º Secretario da carreira diplomática, designado por nomeação presidencial, afirmava desde Buenos Aires: “*Na Conferência do Chaco, o Saavedra tem procurado intrigar-nos com os ex-belligerantes e até mesmo com os representantes dos países mediadores, atrevendo-se a dizer ‘que se não fosse o Brasil, já teriam chegado a um acordo’*”<sup>304</sup>.

A iniciativa brasileira encontrou acolhida no seio do governo boliviano. Em fins de dezembro de 1937, o presidente Gérman Busch Bezerra, que simpatizava com o projeto - há muito aguardado- deu instruções ao senhor Alberto Ostria Gutierrez para que seguisse em viagem para o Rio de Janeiro com o objetivo de gestionar pela assinatura de dois acordos com o Brasil: a) um acordo de vinculação ferroviária e b) um acordo sobre aproveitamento do

<sup>303</sup> Para amainar o impacto da notícia junto aos paraguaios, propôs Saavedra Lamas ao Paraguai a assinatura de um acordo comercial bilateral amplamente vantajoso (CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: CARI/Nuevohacer, 1999, t.IX(1930-1943). Las relaciones con Brasil. Las relaciones argentino-brasileñas en el contexto de la guerra del Chaco, disponível em: < <http://www.argentina-rree.com/9/9-053.htm>>, consulta em 07.06.2019.)

<sup>304</sup> Nessa importante missiva, Orlando Leite Ribeiro acusaria o ex-chanceler da Bolívia, Enrique Finot, de haver pendido para os interesses argentinos. Segundo ele: “*Ultimamente, o Saavedra está explorando a Bolívia, aproveitando-se da presença daquele nosso ‘amigo’ Finot, ex-Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, que está actualmente como Ministro em Buenos Aires. O presidente recorda-se que fui designado para acompanhar o Finot durante a sua visita ao Brasil levando-o até São Paulo. Dahi certa intimidade, própria de uma convivência diária durante quinze dias e fiquei conhecendo-o suficiente para acreditar naquilo que me afirmou o Embaixador Rodrigues Alves: que o Finot estava vendido os capitalistas argentinos, que tinham interesse no Chaco. Achou mais prático o negocio immediato aqui, do que o problemático que viu com as promessas do Dr. José Carlos, quando lhe disse que a Companhia Paulista de E. de ferro faria a ligação Santa Cruz a Corumbá. Dessa notável boa disposição do actual ministro da Bolívia na Argentina, tem surgido os últimos accordos commerciaes, ferroviários e sobre o petróleo.(...)*” (GV c 1937.11.24/1, CPDOC-FGV)

petróleo boliviano<sup>305</sup>. No que tange à assinatura do primeiro convênio, o governo boliviano instruiu esse diplomata a gestionar pela obtenção do milhão de libras esterlinas em 90 dias mediante depósito em Londres e gestionar pela negociação de plano de financiamento da ferrovia Corumbá-Santa Cruz- Puerto Grether, obra que não poderia ser concluída somente com 1 milhão devido pelo tesouro brasileiro. No que se refere à assinatura do segundo pacto, o diplomata seria instruído a obter um adiantamento de U\$ 750 mil de contribuição do Brasil a uma empresa mista que viria a ser em breve instituída. Ademais, deveria ele assegurar o livre trânsito, isento de impostos, do petróleo boliviano pelo Brasil, devendo existir uma cláusula especial sobre oleodutos.

Como a Bolívia ainda não havia ainda firmado um acordo de paz com o Paraguai e ainda corria o risco de perder suas províncias petrolíferas, pelas armas ou pela diplomacia, Ostría Gutierrez foi também instruído “*obtener un acuerdo por el cual el Brasil se vincule a la defensa de la riqueza petrolífera de Bolívia' así como la conveniencia de 'gestionar un acuerdo por el cual el Brasil se comprometa a garantizar la integridad territorial de Bolívia*”<sup>306</sup>.

As conversações sobre os pactos entre Brasil-Bolívia iniciaram-se em janeiro de 1938, logo após a chegada de Ostría Gutierrez ao Rio de Janeiro e o presidente Getúlio Vargas se incumbiu pessoalmente das negociações<sup>307</sup>. O governo brasileiro aceitou fazer concessões além inclusive do que demandavam os bolivianos, fato que salientava a importância do convênio para o Brasil, se comprometendo a oferecer um empréstimo por meio do Banco do Brasil no montante que fosse necessário para concluir a vinculação ferroviária que suplantasse o 1 milhão de libras.

Na Conferência de Paz de Buenos Aires, os mediadores estavam em compasso de espera aguardando a saída de Lamas da presidência dos trabalhos. Isso, no entanto, não os havia impedido de empreender contatos informais com o novo governo paraguaio do presidente Felix Paiva. No início de dezembro de 1937, o trio Rodrigues Alves (Brasil), Spruille Braden (EUA) e Barreda Laos (Peru) iniciou contatos informais com a delegação paraguaia, chefiada por Geronimo Zubizarreta com vistas a equacionar definitivamente a questão territorial<sup>308</sup>.

---

<sup>305</sup> OSTRIA GUTIERREZ, Alberto. **Una Obra y un Destino**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1946, p. 106.

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> OSTRIA GUTIERREZ, Alberto. **Una Obra y un Destino**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1946, pp. 116-117.

<sup>308</sup> FRUS 1937, vol. 05, The American Republics, p. 27.

Os paraguaios sentiam-se, em certa medida, traídos pelos argentinos e aceitaram preliminarmente as conversações. Em uma reunião reservada a 2 de dezembro, o trio mediador apresentou uma nova proposta aos paraguaios Gerônimo Zubizarreta e Efrain Cardoso para por fim a questão. Tal atividade havia sido proibida por Lamas, mas os delegados americano e brasileiro estavam cada vez mais seletivos quanto a cumprimento das diretivas do presidente da Conferência.

A proposta do trio de mediadores- que agora carecia da contribuição chilena- contemplava cinco pontos: 1) o Paraguai concederia um porto franco para a Bolívia à margem do Paraguai, nas proximidades de Puerto Casado; 2) o Paraguai aceitaria uma fronteira razoável, com recuo de seus exércitos, que permitisse segurança para a Bolívia; 3) A Bolívia, por sua vez, pagaria uma soma de dinheiro que seria utilizada pelo Paraguai na construção de uma ferrovia, que atravessaria o território em litígio, ligando Camiri a Puerto Casado; 4) haveriam renúncias mútuas sobre as responsabilidades de guerra; e, finalmente, 5) a assinatura de um pacto de não agressão entre os dois países<sup>309</sup>. Na avaliação do delegado americano, a projetada ferrovia trans-Chaco entre Camiri e Puerto Casado teria o benefício de dar ao petróleo da Bolívia saída de escoamento pelo rio Paraguai, e de produzir riquezas para ambos os países mediterrâneos<sup>310</sup>.

A ideia interessou os paraguaios, que percebiam seus benefícios para o desenvolvimento econômico da nação<sup>311</sup>. Igualmente, ela interessou o Brasil, que de Puerto Murtinho (poucas milhas acima) poderia facilmente concretizar a ligação com os centros consumidores de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro por meio da Sorocabana ou da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

A proposta, no entanto, reduzia o valor da proposta argentina de vinculação ferroviária entre a Bolívia e a Argentina, que se viu melidrada com este avanço. Assim, logo que foi informado da proposta, Saavedra Lamas atuou junto aos paraguaios, para convecê-los a recusar a ideia apresentada pelo trio Brasil-EUA-Peru e, sobretudo, protelar as negociações quanto a questão de fundo. Sob sua inspiração, em 6 de dezembro de 1937, o delegado

---

<sup>309</sup> Segundo Rout “(...)on December 2,1937, Braden, Rodrigues Alves, and Barreda Laos pressed a new peace formula on Zubizarreta. The proffered frontier was to run from ‘some point on the Pilcomayo between D’Orbigny and Ballivian, north to approximately latitude 20° south, then eastward to the inner bay of Bahia Negra.’ In addition, Bolivia was to receive limited free port facilities at Puerto Casado and pay Paraguay a sum that would be used to construct a trans-Chaco railway. Mutual renunciation of war responsibilities and a ‘well-implemented’ nonaggression pact had been forbidden by Saavedra Lamas, but the Brazilian and North American delegates had become increasingly selective in complying with the Argentine chancellor’s directives.” (ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p.188)

<sup>310</sup>FRUS 1937, vol. 05, The American Republics, p. 27.

<sup>311</sup> FRUS 1937, vol. 05, The American Republics, p. 29.

paraguaio Zubizarreta formulou ao trio de delegados uma contra-proposta que estabelecia que um acordo na questão territorial só seria possível se a “*linha de hitos*” fosse reconhecida como aspiração mínima do Paraguai e que qualquer recuo de seus exércitos a oeste- tal como o abandono da estrada Villa Montes-Boyuibé- deveria ter compensação territorial equivalente ao norte da linha intermediária <sup>312</sup>.

A contraproposta paraguaia pegou o trio de mediadores desacomodados. Escreveu Rodrigues Alves ao Rio:

(...)A linha proposta não podia ser mais extravagante. 3- Dissemos desde logo que essa proposição não podia sequer ser levada ao conhecimento da Bolívia, tal o absurdo que ela encerrava. E isto por vários motivos. Sabiam os paraguayos que de forma alguma permitiria que a linha divisória fosse ter ao Parapetí, havendo mesmo em várias oportunidades observado os agentes diplomáticos bolivianos que preferiam nova guerra a acceder a semelhante pretensão.(...) <sup>313</sup>

Rodrigues Alves teria ficado espantado com a extensão da pretensão paraguaia que chegava à altura do rio Jauru. Diria ele:

Observei aos Delegados paraguayos que dentro do pensamento por elles expressos não seria possível discutir a questão. Nós considerávamos a linha de hitos como a pretensão máxima dos paraguayos e não como a linha mínima de suas aspirações.(....) <sup>314</sup>.

Buscando quebrantar parte da intransigência paraguaia, Rodrigues Alves reiterou os significativos benefícios de um acordo, dizendo que com a ferrovia projetada o Paraguai poderia colonizar definitivamente a erma região, desenvolvendo-a de uma maneira mais completa <sup>315</sup>. Ao que parece essa gestão parece ter tido sucesso e , em meados de dezembro,

<sup>312</sup> Segundo Rout: “Zubizarreta produced his counteroffer on December 6. As had all previous Paraguayan representatives, he demanded recognition of the line of hitos as the permanent frontier, and territorial compensation in exchange for withdrawal from the Villa Montes-Boyuibé Road. The Braden-Rodrigues Alves-Barreda Laos trio found it ‘totally unacceptable’” (ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p.188)

<sup>313</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, confidencial, DB\126, Chaco. Conferencia de Paz. A questão de fundo, 11.12.1937. AHI 76\5\01-11

<sup>314</sup> Ibidem.

<sup>315</sup> “13. Os Doutores Zubizarreta e Efrain Cardoso ficaram vivamente impressionados com a nossa firmeza e energia. Fizemos-lhes ver que uma vez que a Bolívia desistisse de um porto soberano, contentando-se com um porto franco; que construisse á sua custa uma estrada que o puzesse em comunicação com Camiri; que desse ao Paraguay uma participação no petróleo ou outras compensações que o Paraguay considerasse indispensáveis, compensações de ordem econômica, era perfeitamente justo e equitativo que o Paraguay se mostrasse razoável na linha a ser traçada do lado interior. Observávamos que as vantagens obtidas pelo Paraguay com um accordo semelhante, seriam inapreciáveis, dando-lhe oportunidade para valorisar grande parte do Chaco que ficaria em seu poder, colonizando-o, o que significaria o seu ressurgimento financeiro.(...)”(Ibidem.)

Efraim Cardozo seguiu para Assunção para obter novas e mais elásticas instruções do governo Paiva<sup>316</sup>.

Rodrigues Alves passou, então, a advogar que todo esforço deveria ser despendido pelo ministro brasileiro em Assunção, Lafayette de Carvalho, com vistas a convencer o presidente Paiva e o chanceler Baez a proverem instruções mais flexíveis a seus delegados<sup>317</sup>. Tais orientações foram observadas à risca e, em 1 de janeiro de 1938, durante recepção de ano novo, o brasileiro Lafayette de Carvalho e Silva reafirmou ao presidente Felix Paiva o interesse do Brasil solucionar definitivamente a questão do Chaco<sup>318</sup>.

Percebendo a mudança de mentalidade dos paraguaios, mais incluídos a um acordo, Saavedra Lamas passou a atuar junto ao governo boliviano. Em carta pessoal de 31 de dezembro de 1937, enviada ao presidente Busch, por meio do embaixador argentino em La Paz, Dr. Araoz, Lamas comunicou que a conferência estava fadada ao fracasso e pediu para que a Bolívia aceitasse a Argentina como único mediador. De um modo um tanto inusitado, agora o chanceler argentino boicotava a conferência que ele mesmo ajudara a inaugurar e prestigiar<sup>319</sup>.

Foi nesse ambiente que, nos primeiros dias de janeiro de 1938, os presidentes de Brasil e Argentina, Getúlio Vargas e Augustin P. Justo, encontraram-se na cidade fronteiriça de Uruguaiana<sup>320</sup> para a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da ponte que estabeleceria a primeira via de comunicação direta entre os dois países<sup>321</sup>. A inauguração da ponte seria o último ato internacional do governo Justo, e parecia que o presidente argentino tinha intenções de se aproveitar do encontro entre os dois líderes para desfechar um acordo na questão do Chaco. Justo não queria abandonar o governo sem ver a contenda equacionada, e o

<sup>316</sup> ROUT JR. Leslie B. **The Chaco war**: a study in inter-American diplomacy. University of Minnesota, 1966, p. 315, notes 52.

<sup>317</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios, confidencial, DB\126, Chaco. Conferencia de Paz. A questão de fundo, 11.12.1937. AHI 76\5\01-11.

<sup>318</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai**: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954), FUNAG, 2012, p 434.

<sup>319</sup> ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p. 188, notas.

<sup>320</sup> Uruguaiana assumiria uma importância simbólica enorme para as relações Brasil e Argentina. Lá em maio de 1865, o imperador D.Pedro II se reuniria com o presidente argentino Bartolomé Mitre e com o presidente uruguaio Venâncio Flores para acertar os termos do Tratado da tríplice aliança. Em 1947, Perón e Dutra se encontrariam na cidade para inauguração da ponte. Em 1961, Quadros-Frodizi buscariam replicar o “espírito de Uruguaiana” assinando uma série de acordos de cooperação.

<sup>321</sup> A inauguração dessa ponte era certamente um ato de coragem do governo Vargas, especialmente após todo o desconforto ocasionado pela crise dos destroyers. O convênio para construção da ponte binacional Uruguaiana-Paso de los Libres havia sido assinado em 1935, durante a presença de Vargas em Buenos Aires, em outro momento das relações bilaterais. Era uma aposta nas boas relações entre os dois países e houve mesmo militares que desaconselhassem a obra.

encontro entre os dois líderes parecia um momento bastante propício para reviver as negociações de alto nível ocorridas em 1933 e 1935.

O Brasil, no entanto, resistiu a semelhante propósito, sobretudo pelo desejo de não suscitar problemas nas relações com o Chile<sup>322</sup>. Prevenindo-se contra versões tendenciosas que pudessem surgir com relação ao encontro, o Itamaraty buscou tranquilizar o Paraguai, a Bolívia e o Chile quanto a um possível entendimento secreto que daí poderia advir, assegurando que tudo seria discutido apenas no âmbito da Conferência de Paz. Segundo os telegramas enviados a estes países, o encontro era mera cortesia diplomática e não tinha qualquer objetivo político. Os propósitos da viagem de Vargas a Uruguaiana seriam muito mais prosaicos. Além de inaugurar a ponte, Vargas iria despedir-se de Justo de quem era amigo pessoal antes que se processasse a transmissão de mando na Argentina e aproveitaria para tirar férias de fim de ano junto a seu pai no Rio Grande do Sul<sup>323</sup>.

Não se sabe em que medida o tema do Chaco realmente dominou a agenda do encontro dos presidentes. O que se sabe é que na véspera do encontro, a 8 de janeiro de 1938, o ministro boliviano em Buenos Aires procurou o presidente Justo pedindo-o suscitar o tema do Chaco em seu encontro com o presidente Vargas<sup>324</sup>. No discurso pronunciado no clube comercial de Uruguaiana, Vargas limitou-se a exaltar a importância da Conferência de Paz de Buenos Aires, que à época via sua própria existência ameaçada pela ação do chanceler argentino Saavedra Lamas<sup>325</sup>.

O encontro de Uruguaiana seria bem sucedido em reestabelecer o clima de cordialidade entre os dois países, aumentando a confiança mútua. O seu sucesso só não seria mais replandescente não fossem os eventos trágicos que se seguiram de um e de outro lado. Do lado argentino, ocorreu a “tragédia de Itacumbu” na qual, após a queda de um dos aviões da comitiva de Justo, faleceram duas figuras políticas proeminentes argentinas- o filho do próprio presidente, Eduardo Justo, e o coronel Abraham Schweizer, chefe da sua casa

<sup>322</sup> Segundo telegrama do Itamaraty de setembro de 1937: “(...) fomos informados que é pensamento do Presidente Argentino resolver a questão do Chaco, em Novembro, por ocasião da inauguração da ponte internacional de Uruguaiana, quando allí se encontrara o Presidente Vargas, excluindo dessa tentativa os demais mediadores. Parece-nos que semelhante propósito (ilegível) ser deselegante e impolítico, pois provocaria ressentimentos e queixas, por parte sobretudo do Chile cuja amizade não nos convem comprometter. Julgamos que a questão deve ser resolvida no mais breve prazo possível e com o concurso e colaboração de todos os mediadores.” (EXTERIORES para DELEBRAS-Conf. Buenos Aires. Telegramas minutas, confidencial, NP, nº50, Chaco. questão de fundo, 29.09.1937, AHI 76\5\11)

<sup>323</sup> EXTERIORES para BRASEMB-Santiago. Telegramas, nº67, Ponte Int. sobre o Rio Uruguay. Viagem Presidente, 30.12.1937, AHI 44\3\12.

<sup>324</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Telegramas cópias, confidencial, NP, nº1, Chaco. 08.01.1938, AHI 76\5\10.

<sup>325</sup> Discurso “A política de cooperação argentino-brasileira” pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas em Uruguaiana a 09 de janeiro de 1938. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/03.pdf/view>>, acesso em: 16.02.2019.

militar<sup>326</sup> Do lado brasileiro, ocorreu a morte do interventor gaúcho e comandante da 3ª região militar, o general Daltro Filho, vitimado pelo câncer.

Na ausência de mudanças significativas nas circunstâncias, em fins de janeiro de 1938, o grande trunfo de Saavedra Lamas começou a despedaçar-se. Os argentinos não haviam convencido os paraguaios a recuarem no Chaco ocidental. A tática acomodatória de negociar com eles um acordo comercial, como compensação para a perda dos potenciais campos petrolíferos bolivianos no arreglo final, era vista como uma alta traição pelo seu antigo aliado, que mantinha-se inflexível. Nesse contexto, a Junta boliviana, cansada de esperar, ameaçava firmar com o Rio de Janeiro um acordo petrolífero semelhante ao que havia sido firmado em novembro por Finot com o governo de Buenos Aires<sup>327</sup>.

Percebendo que tal acordo entre Brasil e Bolívia seria fatal para seus planos de hegemonia regional, Saavedra Lamas ainda fez uma última tentativa de mediação solitária da questão do Chaco. Em janeiro de 1938, após entrar em acordo com os paraguaios, o chanceler argentino enviou novamente a La Paz Horácio Carrillo na tentativa de acertar tudo com os bolivianos. Descreve Doratioto:

Na capital argentina, os representantes dos países mediadores deram uma semana de prazo a Saavedra Lamas para tentar uma mediação solitária entre o Paraguai e Bolívia. O chanceler argentino colocou-se de acordo com Geronimo Zubizarreta, e, depois, enviou Horacio Carrillo para La Paz, com a finalidade de comunicar as novas propostas à Junta de Governo boliviana e obter sua aprovação. Não houve, porém, resultados no prazo dado(...)<sup>328</sup>

De nada adiantaria e, a 25 de fevereiro de 1938, a Bolívia assinaria dois tratados com o Brasil. Os novos convênios, firmados no Rio de Janeiro, pelo chanceler brasileiro Mario de

<sup>326</sup> Também conhecido como desastre de Itacumbu, ou desastre de Gomensoro. No dia 9 de janeiro, um dos aviões Lockheed 12-B Electra da comitiva presidencial que regressavam a Buenos Aires caiu na localidade uruguaia de Artigas. Falecem seus oito ocupantes, dentre eles duas figuras políticas proeminentes da Argentina - o filho do próprio presidente, Eduardo Justo, e o coronel Abraham Schweizer, chefe da casa militar do então presidente. O acidente foi atribuído ao mau tempo no local, mas entidades judias aventaram a hipótese de um atentado devido ao fato de Schweizer ser judeu. Nunca se confirmou o que realmente ocorreu, porém caso tivesse sido atentado, outro poderia ter sido a motivação. O coronel Abraham Schweizer havia sido o responsável pelos contatos militares entre Argentina e Paraguai durante a guerra do Chaco tendo chefiado a missão ao país guarani em 1931. Schweizer estava sendo propagandeado por Justo como futuro ministro da guerra argentino.

<sup>327</sup> Segundo descreve Rout: *“Saavedra Lamas’ position was badly undermined by events that occurred at the end of January 1938. Major Carlos Mauriño flew to Buenos Aires to report that Brazil and Bolivia were on the verge of signing an oil and railway agreement. Mauriño declared that Busch and a few others wanted a treaty with Buenos Aires, but that the majority of the ruling junta viewed the November 19, 1937, convention as a one-way ticket into the Argentine pocket. Busch had also complained to Mauriño about the ‘coldness’ of Argentine policy towards Bolivia. Saavedra Lamas, experienced interpreter of diplomatic jargon, fully comprehended the Bolivian president’s reference to climatic conditions: if Argentina wanted the recent rail and petroleum conventions ratified, it must induce a Paraguayan retreat in the western Chaco”* (ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, pp. 152-153)

<sup>328</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**, FUNAG, 2012, p. 435.

Pimentel Brandão e o embaixador boliviano, Alberto Ostria Gutierrez, visavam a vinculação ferroviária e o aproveitamento do potencial petrolífero do oeste boliviano pelo Brasil<sup>329</sup>. Composto por 11 artigos, o segundo tratado envisava identificar e explorar conjuntamente a potencialidades das jazidas petrolíferas da zona subandina boliviana. Acordou-se que, para início dos trabalhos de sondagens, o Brasil adiantaria a cifra de 750 mil dólares para a Bolívia (artigo V). A exploração no futuro seria efetuada por sociedades mistas brasileiras e bolivianas, que também teriam futuramente o monopólio da construção de oleodutos. Ademais, o Brasil daria livre trânsito por seu território ao petróleo boliviano destinado à exportação (ver Anexo I, Documento 6).

Um dos objetivos do tratado era reduzir a vulnerabilidade brasileira com relação ao suprimento de petróleo. Em 1938, já era previsível o desencadeamento de uma nova Guerra Mundial e o alastramento do conflito a áreas produtoras de petróleo. Um outro objetivo era afastar definitivamente o perigo de incorporação econômica da Bolívia pela Argentina<sup>330</sup>.

Além das cláusulas econômicas, uma outra de grande importância era aquela que estabelecia que o Brasil garantia a integridade territorial da Bolívia, o que significava que em caso de agressão externa- seja paraguaia ou argentina- o Brasil se manteria ao lado dos bolivianos. Essa cláusula significava na prática que o Brasil não permitiria que, por via militar ou por via diplomática, se retirasse da Bolívia os seus ricos campos petrolíferos<sup>331</sup>. Era a chamada “garantia geográfica” contra o traçado da linha fronteira que vinha sendo discutida pela Conferência de Buenos Aires. No acordo, nada havia sobre um porto no rio Paraguai à Bolívia, mas os bolivianos acreditavam que, com o peso do Brasil ao seu lado, as suas aspirações estariam um passo mais próximo de se concretizarem.

Esses convênios foram alvos de grande polêmica à época. Os seus detratores criticavam em especial a entrega de ricas concessões petrolíferas ao Brasil, um país sem qualquer expertise técnica na prospecção e exploração de petróleo. O Brasil era um país que ainda não prospectava petróleo sequer em seu território. O governo boliviano, porém, não racionava apenas em termos econômicos, mas também em termos políticos. Tais acusações

---

<sup>329</sup> O acordo com a Bolívia em 1938 foi o primeiro esforço do governo brasileiro de atuar no setor sensível de prospecção, exploração e transporte do recurso energético. Muito antes da criação da Petrobrás, na década de 50, e antes mesmo do início da prospecção de petróleo em território brasileiro. O campo de Lobato, na Bahia, considerado o primeiro do Brasil, só entraria em funcionamento em 1939.

<sup>330</sup> Relatório apresentado ao Conselho Superior de Guerra redigido pelo general Waldomiro Castilho de Lima abordando a situação do Brasil como potência militar na América do Sul, fundo Góes Monteiro, microfilme:047-097 Arquivo Nacional.

<sup>331</sup> Essa cláusula constava na nota complementar nº NP/11.577(31) assinada entre Brasil-Bolívia em igual data (TEIXEIRA SOARES, **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 248-249.) ver Anexo I, Documento nº8.



levariam mais tarde o diplomata Alberto Ostria Gutierrez escrever o livro “*Una Obra y un Destino*” em sua defesa<sup>332</sup>.

#### 4.5- “A formação de uma frente única”(março de 1938- maio de 1938)

Em fevereiro de 1938, o chefe do Estado Maior brasileiro, general Pedro Aurélio de Góes Monteiro<sup>333</sup>, visitou o Uruguai, a Argentina e o Chile. Góes Monteiro foi a Buenos Aires, investido da condição de embaixador extraordinário e plenipotenciário, em missão especial para a posse de Roberto M. Ortiz, novo presidente da República da Argentina, tendo participado também dos festejos nacionais argentinos.

Não foi possível encontrar as instruções reservadas dessa missão, porém ao que parece um dos objetivos da missão Góes Monteiro era contribuir para a melhoria das relações militares entre Brasil e Argentina desgastadas pela rivalidade bilateral. Um outro possível intuito era fazer uma intervenção proativa no impasse do Chaco, agindo junto aos elementos militares argentinos para destravar as negociações.

O general Góes, no entanto, não encontrou ambiente totalmente favorável em Buenos Aires<sup>334</sup>. Descreveria ele, décadas mais tarde, em suas memórias:

" Cheguei a Buenos Aires acompanhado de minha família e de um pequeno Estado-Maior, tendo uma recepção muito festiva da parte do general Justo e dos membros do seu govêrno. Mas, logo nos primeiros entendimentos relativos à paz do Chaco, pressenti uma mudança de atitude, sobretudo no Ministério das Relações Exteriores, então chefiado pelo Sr. Saavedra Lamas. A Conferência de Buenos Aires estava integrada por seis países, além dos dois antagonistas- Paraguai e Bolívia; um grupo de três delegados, chefiados pelos Estados Unidos, parecia favorável à Bolívia; o outro, favorável ao Paraguai, era chefiado pela Argentina. O delegado do Brasil nessa Conferência era o Embaixador Rodrigues Alves, muito hábil e conciliador, que logo me dissuadiu de qualquer intromissão, pois os dois grupos eram intransigentes. Em todo caso, apoiado pelo General Justo, fiz uma tentativa inicial, mal sucedida, e estive ao ponto de replicar com azedume à maneira como fôra repelida minha ingerência, aliás apenas amistosa. Assim, não

<sup>332</sup> Demoraria ainda 20 anos para que se começasse a obter aplicação prática. O paulista José Carlos de Macedo Soares seria novamente chanceler quando da assinatura do acordo de Roboré em 1958

<sup>333</sup> Como afirma Stanley Hilton, Góes Monteiro era uma das três pessoas mais relevantes dentro do regime do Estado Novo (HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**: uma biografia, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1994, p. 265)

<sup>334</sup> Ao fim de sua visita à Argentina, o general Góes Monteiro incumbiu o diplomata Adolfo de Alencastro Guimarães, então encarregado de negócios na Embaixada de Buenos Aires, de retransmitir em carta suas percepções ao presidente Getúlio. Nesta missiva ficaria manifesta a desconfiança de Góes com os argentinos e o temor diante da possibilidade de reeclosão da guerra do Chaco: “(...) *Em conversa com oficiais argentinos [Góes Monteiro] ficou inteirado de que Paraguay e Bolívia estavam comprando armamento na França, Inglaterra e outros países e que Flores estava em negociações para ficar com parte deste material destinado ao Paraguay. Encontrou muita reserva e desconfiança nos círculos militares, políticos e diplomáticos [argentinos] parecendo-lhe que esperam alguma coisa no Brasil, principalmente a gente ligada a S. Lamas. (...) De todos os Ministros com quem falou sentiu hostilidade contra o Brasil nos das pastas da Marinha e Guerra, principalmente neste último que não disfarça o seu pensamento. (...)*”(GV c 1938.03.01, CPDOC-FGV)

houve outro recurso senão retrair-me, e dêsse passo em diante pude observar muita frieza no tratamento que passaram a dispensar-me os argentinos, que, além do mais, não se conformavam com as minhas visitas a outros países sul-americanos... ”<sup>335</sup>

Esperava-se que com a mudança de governo na Argentina a situação se revertesse. Desde antes de assumir o poder, o presidente eleito argentino, Ortiz, dava sinais de que colaboraria para equacionar rapidamente a contenda paraguaio-boliviana. Em conversa com o delegado brasileiro, Rodrigues Alves, e o americano, Spruille Braden, a 18 de fevereiro de 1938, Roberto M. Ortiz manifestou a sua intenção de resolver a questão no mais breve prazo possível (três ou quatro meses), garantindo que Saavedra Lamas, que tanto problema causara, estaria fora de seu governo, nomeando *ad interim*<sup>336</sup> como chanceler o seu então ministro de obras públicas Manuel P. Alvarado, exatamente por suas boas relações com os delegados brasileiro e americano<sup>337</sup>.

Inicialmente tais promessas argentinas de colaboração foram aceitas de boa-fé por todos. Tão logo quanto meados de março, no entanto, alguns países como a Bolívia já não confiavam nas boas intenções do novo governo da Argentina e nem na reversão da intransigência paraguaia. Na perspectiva de que não se alcançasse a paz, a Bolívia buscou uma aproximação militar com o Brasil, convidando o seu ministro da Guerra, general Góes Monteiro, a visitar La Paz logo após terminar as visitas protocolares programadas a Argentina, Chile e Uruguai. Ciente das enormes problemáticas envolvidas em tal visita, o general buscou obter do Itamaraty um pretexto para encurtar sua viagem ao exterior, escusando o convite boliviano<sup>338</sup>.

O governo de La Paz estava sob pressão. Os setores privados bolivianos queriam a imediata solução da contenda. Cansados dos longos anos de negociações infrutíferas na Conferência de Paz de Buenos Aires- nos quais amargaram grandes prejuízos econômicos- os mineiros bolivianos propunham comprar um porto soberano no rio Paraguai pagando a expressiva soma de £ 1.000.000 ao governo paraguaio. Sobre isso, o chanceler Oswaldo Aranha comunicou ao chefe da delegação brasileira em Buenos Aires:

Informam-nos da Bolívia correr ali o boato de que os mineiros estão dispostos a pagar ao Paraguay até um milhão de libras afim de que a questão do Chaco fique definitivamente resolvida em sentido favorável aos

<sup>335</sup> COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe**. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1955, p.

<sup>336</sup> Manuel P. Alvarado ficaria ao cabo das atividades da chancelaria por cerca de um mês (de março a abril de 1938) enquanto José Maria Cantillo convidado para ser o novo chanceler, ainda em Roma regressava a Buenos Aires.

<sup>337</sup> FRUS 1938, vol. 05, The American Republics, p.67.

<sup>338</sup> GV c 1938.03.01. CPDOC-FGV.

bolivianos. Consta que Carlos Victor Aramayo teria ido a Buenos Aires para tratar disso. Exteriores.<sup>339</sup>

Nos bastidores, Saavedra Lamas tentou manter-se a frente da chancelaria argentina realizando gestões junto ao novo presidente argentino Ramon Ortiz pela sua continuidade. Uma indisposição, no entanto, com importante personalidade argentina frustrou suas ambições. Em 8 de março de 1938, em um ofício intitulado com o nome curioso de "*Artes e malasartes do Senhor Saavedra Lamas*", o delegado brasileiro Rodrigues Alves relataria:

(...)quasi nos vimos na contingencia de suportar por mais tempo o Senhor Saavedra Lamas como director da política internacional argentina. Um incidente salvou-nos desse desastre.(...)Saavedra Lamas se afogou num verdadeiro copo de água<sup>340</sup>

Incapaz de obter sua recondução à pasta do exterior, Saavedra Lamas ainda tentou fazer-se presidente honorário da Conferência de Paz, organizando com esse intuito uma sessão de homenagens ao seu nome<sup>341</sup>. Suas pretensões nesse sentido, porém, também não se concretizaram. Os delegados americano e brasileiro rejeitaram uma proposta do embaixador Barreda Laos de render uma homenagem pública a Lamas, realizada aos chefes de delegação, em reunião no Hotel Continental, no dia 9 de fevereiro. Ambos conheciam a serie de intrigas do agora demissionário ministro do exterior no âmbito da Conferência de Paz, inclusive para sabotá-la desde dentro<sup>342</sup>. Ao que tudo indica, Saavedra Lamas tinha mais inimigos do que amigos.

Rodrigues Alves alegou a inconveniência de tal aclamação visto que os incidentes entre Lamas e Alvarado no seio do governo Justo já eram de conhecimento público, propondo que se lhe oferecesse apenas um almoço no Jockey Club. Saavedra Lamas, no entanto, recusou terminantemente a proposta que veria como uma ofensa e desprestígio. Isolado no

<sup>339</sup> EXTERIORES para DELEBRAS-Conf. Buenos Aires. Telegramas minutas, nº22, NP, Chaco, 17.03.1938, AHI 76\5\11.

<sup>340</sup> DELEBRAS- Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. Ofícios, confidencial, DB\17, Chaco. Conferência de Paz. Artes e Malasartes do Senhor Saavedra Lamas. 08.03.1938, AHI 76\5\6.

<sup>341</sup> Em ofício ao Rio, Rodrigues Alves narraria os eventos: "*Logo que percebeu que não faria parte do governo do Presidente Ortiz, [Saavedra Lamas] tratou por todas as fôrmas e meios de criar dentro da Conferência de Paz um ambiente que lhe permitisse assegurar a sua permanência como presidente do organismo mediador. 2. Nesse sentido e com esse propósito deliberado, encarregou o Ministro Valenzuela, homem de sua inteira confiança, de ir conversar com o Embaixador Barreda Laos afim de insinuar-lhe a conveniencia de que a Conferencia de Paz rendesse ao Doutor Saavedra Lamas uma homenagem ruidosa e de grandes proporções.(...)*" (DELEBRAS- Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. Ofício, confidencial, DB\21, Chaco. Conferência de Paz. O Senhor Saavedra Lamas e a Conferência de Paz, 14.03.1938, AHI 76\5\6)

<sup>342</sup> Com relação a proposta de uma sessão de honra, R. Alves narra: "(...)Braden e eu nos oppuzemos terminantemente, pois não queremos, hypocritamente, fazer a apologia de um homem que, na direcção da Conferência, não fez senão semear a discordia e a intriga, as quaes só não prosperaram pela grande paciencia e magnanimidade.(...)" (DELEBRAS- Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. Telegramas, 12.02.1938, AHI 76-5-10)

seio do novo governo e incapaz de obter o suporte do novo presidente Ortiz, acabou, por fim, obrigado a aceitar o almoço<sup>343</sup>.

Não obtendo êxito em permanecer no novo governo nem ser aclamado pela Conferência, Saavedra Lamas buscou, ao menos, influenciar o presidente Ramon Ortiz na indicação de seu sucessor na pasta do exterior. Ao que tudo indica, as gestões de Lamas foram exitosas e ele obteve a nomeação de um aliado, o então ministro em Roma, José Maria Cantillo, para sucedê-lo no comando do Palácio San Martín<sup>344</sup>.

Lamas, porém, perdeu toda a sua base de apoio quando, a 15 de março de 1938, a Bolívia ratificou os tratados de petróleo e vinculação ferroviária com o Brasil, porém não aqueles pactuados com a Argentina. Os tratados concediam vastas áreas petrolíferas a exploração comercial brasileira<sup>345</sup>. Apesar de não fechar definitivamente o caminho para um acordo com a Argentina, esse movimento do Congresso boliviano significava o golpe de morte nas pretensões argentinas de monopolizar a produção petrolífera no Oriente boliviano<sup>346</sup>, fato que constituiu uma derrota diplomática fragorosa para o ex-chanceler argentino. Seu brilho chegava afinal ao ocaso.

---

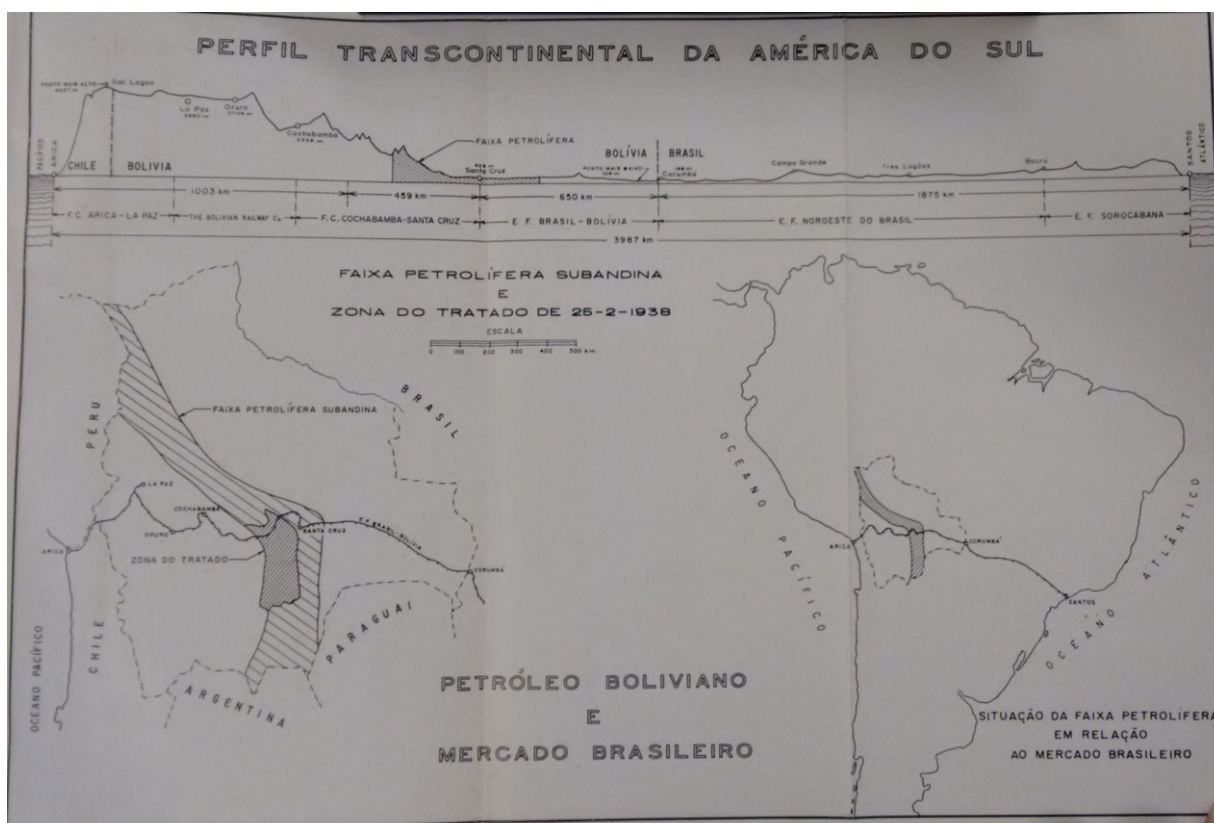
<sup>343</sup> Em mensagem à história, Rodrigues Alves anotaria: (...)11. Todas essas coisas são a expressão exacta da verdade dos factos ocorridos e que servirão para o historiador futuro examinar o extranho complexo da formação mental do Senhor Saavedra Lamas" (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. Ofícios, 14.03.1938)

<sup>344</sup> Cantillo seria apenas a terceira opção de Ortiz. O primeiro escolhido pelo presidente foi o diplomata e acadêmico Enrique Larreta que declinou. Em seguida, cogitou-se o nome de Felipe A. Espil, que teve a candidatura rejeitada ao casar-se com uma americana. Por fim, a nomeação de Cantillo seria resultado de um encontro do presidente com o próprio Saavedra Lamas (CANTILLO, José Cantillo. **José Maria Cantillo**:1877-1953, Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales(CARI), Los Diplomáticos, nº16 – Diciembre 1999, pp.13-14)

<sup>345</sup> Com relação à extensão da zona objeto da exploração conjunta, o artigo 1º do Tratado sobre a Saída e o Aproveitamento do Petróleo Boliviano, era muito vago e impreciso fazendo menção apenas as "jazidas petrolíferas da zona subandina boliviana, que se estende do rio Parapetí para o Norte", uma área que, segundo medições posteriormente realizadas, cobria a superfície de 3.521.329,5 hectares. Como a exploração de tão vasta zona era tecnicamente impossível, as Notas Reversais de 17 de janeiro de 1952 delimitaram com exatidão a zona que seria objeto das sondagens a serem procedidas pela Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo (Art. 2º), reduzindo-a sensivelmente.(para o texto das reversais ver: OLYMPIO, Guilherme. **Roboré**: a luta pelo petróleo boliviano, Editora Freitas Bastos, 1959, pp.77-78)

<sup>346</sup> ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, pp. 153-155

**Mapa 16– A zona petrolífera atribuída ao Brasil pelo Tratado de 1938 e o traçado da ferrovia Brasil-Bolívia.**



Fonte: WHATELY, Luis Alberto. **Petroleo boliviano e o mercado brasileiro**, 195?.

A saída de Lamas teve efeitos imediatos nas negociações de paz do Chaco e as negociações avançaram substancialmente sob a gestão interina de Manuel P. Alvarado à cabo da presidência da Conferência de Paz de Buenos Aires. Nesse interregno, o novo governo da Argentina aceitou pressionar tanto a Bolívia quanto o seu aliado o Paraguai, exigindo que os países fizessem concessões mútuas. Essa mudança da postura internacional argentina foi perceptível e trouxe repercussões enormes demonstrando que era possível superar a paralisia dos anos anteriores.

Após a saída de seu grande aliado do seio do governo argentino, os paraguaios passaram a demonstrar nervosismo com articulação de uma frente única contra si. Os paraguaios preocupavam-se especialmente com a articulação entre Brasil e Estados Unidos que acreditavam podia lhes ser prejudicial quanto às suas pretensões no Chaco. Em março de 1938, escreveu o chefe da delegação paraguaia, Gerônimo Zubizarreta, ao presidente Félix Paiva:

(...) Hemos conversado mucho y confidencialmente con el Ministro de Relaciones Exteriores, interino, Dr. Alvarado, acerca de la acción de la Conferencia de Paz

Es indubidable que la actuación, en dicho organismo mediador de los Delegados de EE.UU de América y de Brasil es preponderante. Esto nos causa algunas aprehensiones nacidas de los informes que tenemos sobre la política de entendimiento entre Brasil y Bolivia.(...)<sup>347</sup>

Zubizarreta preocupava-se, sobretudo, que o Brasil se tornasse um advogado dos pontos de vista bolivianos, favorecendo-os nas negociações territoriais. Segundo declarou ao presidente Paiva:

(...)La política boliviana de estos últimos tiempos há consistido en crear intereses con las naciones representadas en la Conferência de Paz, sin duda como medio de asegurarse la influencia de ellas.

Los demás delegados neutrales no tienen el deseo ni el interes de contrarrestar o neutralizar la acción de los representantes de Norteamérica y Brasil. La Argentina podría hacerlo pero es difícil sacarla de su indiferencia.(...)<sup>348</sup>

Como medida de precaução, no dia da saída de Lamas à frente da chancelaria argentina, o Paraguai decidiu retirar secretamente sua aceitação à cláusula facultativa de jurisdição obrigatória da Corte Permanente de Justiça Internacional<sup>349</sup>. Precavia-se, assim, contra uma virada desfavorável contra seus interesses no âmbito da Conferência de paz após a queda de seu grande aliado na chancelaria portenha.<sup>350</sup> A retirada foi feita de maneira bastante discreta, e adiada um pouco, para que não se levantassem acusações de que o país agia com má-fé. O decreto reservado nº6172, transformado na lei de 26 de abril de 1938, retirou essa faca do pescoço paraguaio.

Agindo com as armas que possuíam, buscaram também os paraguaios incitar as divergências entre a Bolívia e o Brasil. O chefe da delegação paraguaia, Gerónimo Zubizarreta propôs, por exemplo, que o Paraguai recebesse como contrapartidas territoriais pela Bolívia o chamado “triângulo brasileiro”, zona que fora objeto da transação do tratado de Petrópolis em 1903, em uma evidente tentativa de macular a estabilidade dos tratados firmados entre Brasil e Bolívia, ventilando a ainda controversa questão do Acre. A manobra

<sup>347</sup> ALCORTA, Félix Paiva. **La Paz del Chaco**: documentos para el estudio de las tratativas que concluyeron en el Tratado de paz, amistad y límites con Bolivia (Archivo del Dr. Félix Paiva), Editorial El Lector, 1997, p. 140.

<sup>348</sup> Idem.

<sup>349</sup> Também conhecida como “cláusula Raul Fernandes” ela determinava, para os países que a aceitassem, a compulsoriedade de submeter conflitos entre países à jurisdição da Corte Permanente de Justiça Internacional, reconhecendo todos e quaisquer laudos proferidos.

<sup>350</sup> Segundo Rout: “(...)The day Saavedra Lamas stepped down, Zubizarreta wired Asunción: ‘The delegation of my Presidency believes that it is duty to suggest to the Government the Idea of renouncing the adhesion of our country to the jurisdiction of the Permanent Court of International Justice.’ Zubizarreta argued that with Saavedra Lamas gone, conference negotiations might easily take unfavorable turn; for this possibility, the nation had to be ready. The Paraguayan government, therefore, promptly and secretly enacted his suggestion into law.(...)” (ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, pp. 188-189)

foi logo percebida e repelida em termos duros pelo chefe da delegação brasileira, o embaixador Rodrigues Alves, com o apoio do agora chanceler, senhor Oswaldo Aranha<sup>351</sup>.

O Brasil interessava-se diretamente no traçado das linhas sendo discutidas no âmbito da Conferência de Paz. Essa preocupação era maior nos meios militares que temiam que o traçado final pudesse criar perturbações nas fronteiras brasileiras do alto Paraguai:

(...) Em documento secreto, dirigido ao ministro da Guerra, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, ressaltou, aliás, que era de ‘capital importância’ para o Brasil que, ‘em hipótese alguma’, os limites territoriais do Paraguai, no Chaco, ultrapassassem o Rio Negro ou Otuquis para o Norte, a fim de não envolver a parte da margem direita do Rio Paraguai, pertencente ao estado de Mato Grosso. Não sem razão, ele julgou que os fortins erigidos ao nordeste do Rio Negro ou Otuquis poderia constituir, em futuro próximo, novo limite ‘insidiosamente preparado pelo Paraguai para reivindicações do território por ele abrangido, como se atingido fosse no período de operações ofensivas.(...)’<sup>352</sup>

Os paraguaios viam com grande apreensão a mudança de ventos. Percebendo o curso desfavorável dos eventos, Zubizarreta anunciou seu retorno a Assunção. Na opinião dos americanos, o Saavedra Lamas tinha orientado os paraguaios a bloquearem qualquer iniciativa na Conferência de Paz, paralisando-a momentaneamente. O ex-chanceler argentino ainda tinha a expectativa, como última e definitiva cartada, de ser nomeado presidente da delegação mediadora argentina assim que o novo ministro do exterior Cantillo chegasse da Europa, retomando a orientação favorável aos paraguaios<sup>353</sup>.

<sup>351</sup> Escrevendo a Vargas, no dia 26 de março de 1938, relatava o chanceler Oswaldo Aranha : “(...)Ainda há 3 dias o Zubizarreta, chefe da Delegação paraguaya e candidato à presidência de seu paiz,- apresentou suas novas soluções, incluindo em uma dellas a entrega pela Bolívia do triangulo brasileiro, tracto de terra à margem do Rio Paraguay, cedido pelo Rio Branco à Bolívia no tratado de Petrópolis, quando da aquisição do Acre! O Rodrigues Alves foi obrigado a falar em taes termos e a oppor uma repulsa tão formal a tal proposta que a Delegação Paraguaya, não só a retirou immediatamente, como apresentou desculpas ao nosso delegado e a Conferência. O facto é grave, como podes imaginar, uma vez que a audácia paraguay propoz, n’um scenario de paizes americanos, a solução de sua contenda pela annexação ao seu território de terras que constituem a única allegação nossa para justificar a incorporação do Acre, sempre apontada como ato de imperialismo do Brasil, base da ultima approximação argentino-boliviana, uma vez que há na Bolívia um partido que procura recuperar o Acre! Trata-se de uma manobra insinuada ao Paraguay para nos separar da Bolívia, accordando uma questão morta na hora em que fazias os accordos econômicos e ferroviários com aquelle paiz. Deve haver dedo do Saavedra, por isso que o Alvarado, justamente alarmado com o facto, nos dois dias reuniu a conferência e propoz que, como se fizera antes, duas comissões fossem enviadas aos Governos do Paraguay e Bolívia com a missão de insistir, por forma definitiva, na acceitação de uma das duas linhas traçadas pelos mediadores como representando as medias das aspirações de ambos esses povos. Instrui o Rodrigues Alves, prévio accordo com os Estados Unidos, para que apoiasse esse passo, ainda que sem esperança de successo. Sugerir uma 3 formula, caso fossem recusadas as duas primeiras(...) (grifos do autor)” (OA 38.03.23\2 cp, CPDOC-FGV)

<sup>352</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul** (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 189-190.

<sup>353</sup> FRUS 1938, vol. 05, The American Republics, p.95.

Com vista a impedir que Lamas, mesmo fora da chancelaria, viesse a intervir nos trabalhos da Conferência, Rodrigues Alves (Brasil) e Spruille Braden (EUA) sugeriram ao novo presidente Ortiz que nomeasse o seu antecessor, Augustin P. Justo, como presidente honorário da Conferência de Paz de Buenos Aires, ficando ele incumbido da condução dos trabalhos de pacificação<sup>354</sup>. Inicialmente, Justo manifestou pública relutância<sup>355</sup>, mas acabou por aceitar o encargo<sup>356</sup>.

À frente dos trabalhos, Justo funcionou como elemento de pressão sob o governo do Paraguai, havendo escrito carta ao presidente Paiva exortando-o a aceitar as condições estabelecidas pelos mediadores<sup>357</sup>. Da mesma forma atuou o presidente argentino recém-empossado Ramon Ortiz, que no dia 17 de março, reuniu-se com o delegado paraguaio Zubizarreta para exigir que ele cancelasse sua viagem de regresso a Assunção e com, um mapa em mãos, exigiu que os paraguaios aceitassem uma fórmula de compromisso<sup>358</sup>. O novo governo argentino inaugurava um momento auspicioso para que se desfechasse um acordo.

O chanceler brasileiro Oswaldo Aranha estava otimista. Apesar de ainda cético com relação aos bons propósitos argentinos, Aranha acreditava na possibilidade de alcançar um acordo de paz satisfatório para ambas as partes, assim como, a conquista de um certo grau de cordialidade nas relações entre Brasil-Argentina, abaladas pelo caso dos destroyers. A 3 de abril, escrevendo a Getúlio, Aranha criticava a ilusão de se atingir uma “*paz perfeita e acabada*”, mas assegurava que seria possível se alcançar um acordo, mesmo que imperfeito e incompleto<sup>359</sup>.

Aranha aproveitou a presença no Rio de Janeiro do novo chanceler argentino, José Maria Cantillo, para sondar a real disposição argentina para equacionar a questão, trocando pontos de vista. A 11 de abril de 1938, o chanceler brasileiro, Oswaldo Aranha, organizou no Itamaraty uma reunião sobre Chaco e política americana, a qual acorreram além dos

---

<sup>354</sup> *ibidem*, p.89.

<sup>355</sup> *ibidem*, p.93.

<sup>356</sup> Em realidade, tal sugestão partiu do próprio ex-presidente argentino. Em carta confidencial e pessoal a Vargas, datada de 28 de janeiro de 1938, Orlando Leite Ribeiro relata a aproximação feita pelo secretário do general Justo para garantir o apoio brasileiro à proposta do presidente argentino. Justo propunha que Vargas cuidasse da aceitação de um tratado pela Bolívia enquanto ele garantiria uma aceitação do Paraguai (GV c 1938.01.28/2, CPDOC-FGV)

<sup>357</sup> FRUS 1938, vol. 05, The American Republics, p. 97.

<sup>358</sup> *ibidem*, p.96.

<sup>359</sup> Ironizando as cartas de “*paz e amor*” do ex-chanceler Saavedra Lamas e desconfiando da declaração do presidente Ortiz de agir sempre em consonância com o Brasil, diria Aranha “*O Góes traz impressões que não nos permitiriam, sem ingenuidade, acreditar nessas palavras*”. Defendia Aranha que, sem ignorar a realidade, a melhor política para o Brasil deveria ser empenhar todos os esforços para dar materialidade a cordialidade enunciada pela Argentina. Diria ele: “*por interesse e até por tradição, sem dar credito a essas declarações, tudo devemos fazer para transformá-las de delicadezas em realidades*”(GV c 1938.04.03, CPDOC-FGV)



chanceleres de Brasil e da Argentina também os embaixadores dos EUA, Chile e Peru acreditados no Rio de Janeiro, Jefferson Caffery, Félix Nietto del Río e Jorge Prado<sup>360</sup>.

As impressões gerais deixadas pelo novo chanceler no Rio foram boas. Em carta, registrou Aranha ao presidente Vargas, que então se encontrava em Poços de Caldas:

Nossas conversas foram geraes. Ele [Cantillo] condena as atitudes do Saavedra Lamas e deseja fazer uma política calma e pacífica, sem arrogância e espalhafatos. É ele um homem experiente, culto, moderado, que não quer aborrecimentos e, para evita-los a si, procurará deixar em paz aos demais. Conhece pouco o seu Presidente, mas está convencido de seus propósitos pacíficos e construtores e, mais que tudo, de seu desejo, a ele reiterado em telegramas, de tornar ainda mais íntima e solidária a união com o Brasil. Resta saber se um e outro terão forças para conter a pressão ambiente de Buenos Aires. A nós só cabe ajuda-los a resistir, proporcionando uma atmosfera favorável a esses propósitos.<sup>361</sup>

Perante os brasileiros, Cantillo criticou duramente Saavedra Lamas e os seus métodos de condução da política exterior do seu país, que por quase uma década tanto criaram atritos entre a Argentina e os seus vizinhos. Segundo Cantillo: “*él [Lamas] nunca há sido un político, há sido siempre y unicamente un oportunista*”, defendendo que o ex-chanceler deveria ser mandado para fora da Argentina, para evitar que atrapalhasse a nova gestão, que pretendia ser mais cooperativa nas suas relações exteriores<sup>362</sup>. Especificamente sobre a questão do Chaco, diria ele ser:

preciso chegar ao fim dessa questão, cuja solução vem sendo protelada pelos próprios mediadores, com grande desprestígio da Conferência aos olhos do mundo” e “que, antes de se levar o assumpto à Haya, tentasse resolvê-lo, por uma formula, de inspiração brasileira, a do pronunciamento, sobre elle, de um tribunal de pro-homens americanos.<sup>363</sup>

<sup>360</sup> Sobre a reunião, Aranha escreveria à legação do Brasil em Santiago: “*Convoquei esta manhã ao Embaixador do Chile, dos Estados Unidos e do Peru para uma entrevista com o Ministro Cantillo e comigo, afim de trocarmos ideias sobre alguns problemas continentaes, aproveitando os últimos momentos da permanência no Brasil do ministro das Relações Exteriores da República Argentina. Nossa conferência prolongou-se por mais de uma hora, num ambiente de perfeita cordialidade, constatando-se a absoluta identidade de pontos de vista de todos os presentes. Conviemos em empreender todos os esforços ao nosso alcance para a solução do litígio do Chaco, contando para isso com a prestigiosa presença do ministro Cantillo à frente dos trabalhos da Conferência.(...)*” (EXTERIORES para BRASEMB-Santiago. Telegrama, confidencial, nº 24, confidencial, Visita do Ministro Cantillo-Chaco, 11.04.1938, AHI 44\3\12)

<sup>361</sup> GV c 1938.04.14/2, CPDOC-FGV.

<sup>362</sup> BRASLEG- Assunção a EXTERIORES. officios, secreto, nº 77, Visita do chanceler argentino José M. Cantillo ao Rio de Janeiro, 12.05.1938, AHI 1\3\8.

<sup>363</sup> Apesar das boas impressões quanto ao novo chanceler argentino, Osvaldo Aranha não pretendia dar mais passos em falso e se deixar enganar novamente pelos argentinos. Assim, o chanceler designou o primeiro-secretário da legação do Brasil em Assunção, Antonio de Vilhena Ferreira Braga, para acompanhar Cantillo em seu regresso a Buenos Aires à bordo do Avila Star. Vilhena que estava à caminho de Assunção, onde ficaria encarregado da legação brasileira, seria instruído a sondar as opiniões “off-record” do chanceler Cantillo sobre os principais temas da agenda bilateral, especialmente sobre o Chaco. (BRASLEG- Assunção a EXTERIORES. officios, secreto, nº 77, Visita do chanceler argentino José M. Cantillo ao Rio de Janeiro, 12.05.1938, AHI 1\3\8)

Outro otimista era o delegado americano, Spruille Braden que acreditava ter se chegado o momento propício para uma pressão conjunta capaz de superar o impasse criado nas negociações de paz<sup>364</sup>, e assim, propôs, no início do mês de abril de 1938, que os países mediadores enviassem missões simultâneas a La Paz e a Assunção<sup>365</sup>. A fórmula americana de viagens simultâneas aos dois países visava dirimir desconfiânças quanto a fórmulas pré-concebidas, combinadas previamente com uma ou outra parte. Estabeleceu-se que, nestas missões, os mediadores não levariam uma linha predefinida, mas apenas princípios gerais. Segundo concebia Braden, na Bolívia, os mediadores deveriam buscar uma linha mais a oeste e a norte o possível e, em Assunção, uma linha mais a leste e ao sul possível, e se possível a transação de Puerto Caballo por uma soma em dinheiro<sup>366</sup>.

O Brasil foi convidado a compôr a missão de mediadores a ser enviada a La Paz, junto ao Uruguai e aos Estados Unidos. A missão à capital boliviana, envisada pelo delegado americano, que seria chefiada pelo próprio Braden, era também integrada pelo delegado uruguaio Manini Rios e partiria com o objetivo declarado sondar o ambiente político boliviano para um tratado definitivo de paz<sup>367</sup>.

Inicialmente, o delegado brasileiro à Conferência de Paz de Buenos Aires, Rodrigues Alves, foi contrário à realização de tais visitas, alegando que o momento era inconveniente<sup>368</sup>. Não obstante, por insistência do secretário de Estado, Cordell Hull, e do embaixador no Rio, Jefferson Caffery, o chanceler Oswaldo Aranha foi convencido a interessar-se pela ação mediadora<sup>369</sup>. De qualquer modo, por motivos pessoais, Rodrigues Alves ficou incapacitado de deixar Buenos Aires, e o primeiro-secretário Orlando Leite Ribeiro foi designado em seu

<sup>364</sup> FRUS 1938, vol. 05, The American Republics p. 102.

<sup>365</sup> A missão ocorreria entre 6 e 20 de abril de 1938. Um relatório detalhado dessa viagem encontra-se em: DELEBRAS- Conf. Buenos Aires para EXTERIORES. Ofícios, DB\57. Confidencial, Chaco. Conferencia de Paz. Remette Relatorio do Senhor Orlando Leite Ribeiro, 05.05.1938, AHI 76\5\7.

<sup>366</sup> FRUS 1938, vol. 05, The American Republics, p. 102.

<sup>367</sup> Para La Paz seriam enviados Spruille Braden (EUA), Orlando Leite Ribeiro (Brasil) e Manini Rios (Uruguai). Para Assunção, seriam enviados Isidro Ruiz Moreno (Argentina) e Felix Nieto del Rio (Chile).

<sup>368</sup> Relataria Braden: "*Rodriguez Alves dissented for personal and political reasons, to making the trip to La Paz at the present time. On the personal side, he is reluctant to leave his sick wife. On the political side, he appears to prefer that rapid progress on the Chaco be deferred until after Cantilo's return. Rodriguez Alves expects to be appointed Ambassador to Buenos Aires and would prefer to bring the Chaco matter to a conclusion while Cantilo is there since this would probably help to put his relations with Cantilo on a firm basis. It is understood that Rodriguez Alves is telegraphing Aranha recommending against Brazil participating in the visit to La Paz*" (FRUS 1938, The American Republics, vol. V, p. 83).

<sup>369</sup> Hull escreveria: "*(...)Please inform Aranha of my belief that these visits may well be the turning point in the peace efforts. If they succeed, the way to an early definitive settlement of the territorial problem seems open. If they fail, the possibility of such a settlement appears remote. You may say that Aranha will see the situation in this same light and will, if possible, designate Luz Pinto to accompany Braden and the Uruguayan delegate to La Paz. Inasmuch as the delegation to La Paz is leaving Buenos Aires on Wednesday next, the necessity for rapid action is obvious.(...)*" (FRUS 1938, The American Republics, vol. V, p. 105)

lugar para representar o Brasil na tarefa<sup>370</sup>. Assim, os membros partiram no dia 6 de abril de Buenos Aires desembarcando na capital boliviana na tarde do dia 9 abril.

Por quase dez dias, os representantes dos países mediadores com membros da alta cúpula boliviana conversaram sobre a possibilidade de se alcançar a paz definitiva. As conversas foram desenvolvidas com altas personalidades daquela república, como, por exemplo, os chanceler Diez de Medina; o chefe da Junta militar, coronel Germán Busch; e o político Gabriel Gonçalves, considerado por muitos como a eminência parda da política boliviana e homem de maior autoridade no governo.

A missão, no entanto, transcorreu em clima tenso encontrando um ambiente inamistoso e mesmo hostil nos círculos militares de La Paz. Os bolivianos reclamavam do fato de as propostas de linhas fronteiriças pelos mediadores serem cada vez mais favoráveis aos seus adversários guaranis. Diante das reiteradas acusações de que a Conferência havia cedido à intransigência paraguaia, recuando cada vez mais nas linhas pretendidas, o representante americano buscou esclarecer que não havia nenhuma orientação anti-boliviana entre os mediadores. Segundo Braden, se houve recuo com relação à proposta de limites de 15 de outubro de 1935, isso se devia ao fato de que tal traçado era extravagante e havia sido proposto à época, quase à revelia dos demais mediadores, por Saavedra Lamas. Braden acrescentou que esta linha só teria obtido a chancela de todos os mediadores, pois eles haviam sido induzidos por Lamas a crer na sua aceitação prévia pelos paraguaios.

Em meio a reuniões acirradas, em que diplomatas e políticos bolivianos acusavam os mediadores de violentarem os termos de paz estabelecidos em 1935, o delegado brasileiro Orlando Leite Ribeiro tentou preservar incólume a imagem do Brasil. O militar, que conhecia o Chaco dos tempos em que fora comandante do forte Coimbra, conseguiu em certa medida conquistar a simpatia do também militar, chefe da Junta coronel Busch, obtendo dele a sua confiança<sup>371</sup>.

No dia 11 de abril, na Legação do Brasil em La Paz, Orlando teve uma palestra com o general Olmos, titular da pasta da guerra da Bolívia, na qual ficou evidente a desilusão dos militares bolivianos com um desfecho próximo da contenda. Manifestando o seu desejo de uma aproximação estreita com o Brasil em termos militares, Olmos revelou que estavam em

---

<sup>370</sup> O delegado brasileiro, José de Paula Rodrigues Alves, estava incapacitado de seguir a La Paz, devido a enfermidade de sua esposa. Em seu lugar designaria Orlando Leite Ribeiro. Ele chegou antes a cogitar no nome de Luz Pinto (RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Telegramas cópias. Confidencial, NP, nº 27, Chaco. Conferencia da Paz, 30.03.1938, AHI 76\5\10).

<sup>371</sup> O presidente da Bolívia German Busch teve afinidade imediata com Leite Ribeiro por suas raízes militares, chegando Busch a dizer que ele era: “o único com quem se sentia em liberdade de falar abertamente”(BRASLEG-La Paz para EXTERIORES. Telegramas, NP, nº 46, confidencial, 12.04. 1938, AHI 23\5\12)

curso providências para preparar o exército boliviano para um novo conflito. Lamentou Olmos, nesse sentido, o fato de o general Góes Monteiro não haver podido visitar a Bolívia, acrescentando serem mentiras as notícias propaladas em meios argentinos de que seu país estaria derrotado e desarmado. Disse, igualmente, que eram falsidades as informações de que a tropa boliviana estava com moral baixa e reticente a um novo conflito. Segundo ele, a guerra havia servido para encarniçar os ânimos e que, agora os bolivianos, com a aprendizagem do terreno que haviam adquirido, faziam preparativos minuciosos para sua revanche<sup>372</sup>.

Tais opiniões, ao chegarem ao conhecimento de Braden, foram recebidas com estarrecimento. O chefe da missão mediadora afirmou, em reunião com os comandos bolivianos, que *'extranhava em um paiz onde havia poucos braços e muitas terras ferteis, se fallasse com tanta insistencia em matar mais gente, justamente para aquisição de terras estereis'*<sup>373</sup>. Braden tentou convencer os bolivianos da grande oportunidade em que se encontravam para concertar a paz, dizendo que agora a Conferência estava unida, pela primeira vez desde sua criação. Arguiu que se havia avançado mais nos dois meses na Conferência de Paz, sob a presidência de Alvarado, do que em dois anos anteriores, sob a batuta de Saavedra Lamas, insistindo na necessidade de a Bolívia enfrentar a questão de fundo, não a dilatando mais. Por fim, declarou o americano- sem consultar Aranha- que, em caso de negativa boliviana, tanto Brasil quanto EUA já haviam decidido retirar seus delegados acreditados junto à Conferência de Paz<sup>374</sup>.

Os apelos do mediador estadunidense, no entanto, caíram em ouvidos moucos. Por todos os lados, só se ouvia falar em uma nova guerra. Orlando, assumindo as funções de emissário da paz, esclareceu ele, que preferia fechar os ouvidos ante tal possibilidade, furtando-se em dar declarações que comprometessem a posição de neutralidade de seu país<sup>375</sup>. No dia 12 de abril (terça-feira), uma grande reunião entre os mediadores e toda a Junta militar- cujos principais membros eram Gérman Busch, Felipe M. Riveira e o coronel Olmos- se deu sob grande tensão. Os militares bolivianos ressentiam-se com a ação da Conferência de paz, a qual consideravam improfícua e por demais pró-paraguaia.

---

<sup>372</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Buenos Aires) a EXTERIORES, Ofícios, delegação do Brasil à conf. de paz, confidencial, DB-57, Chaco. Conferência de Paz. Remette relatório do Senhor Orlando Leite Ribeiro, 05.05.1938, AHI 76\5\7.

<sup>373</sup> Ibidem.

<sup>374</sup> Ibidem.

<sup>375</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Buenos Aires) a EXTERIORES, Ofícios, delegação do Brasil à conf. de paz, confidencial, DB-57, Chaco. Conferência de Paz. Remette relatório do Senhor Orlando Leite Ribeiro, 05.05.1938, AHI 76\5\7.

Incapaz de abrandar as confissões belicistas do gabinete boliviano, Braden teria lançado um ultimato: ou a Bolívia voltava à mesa de negociações ou os próprios EUA poderiam entrar na guerra. Segundo confessaria anos mais tarde, tal ameaça exorbitava os seus poderes e não passava de uma bravata, um blefe, mas algo que funcionou para romper a inflexibilidade dos militares de La Paz<sup>376 377</sup>.

Orlando Leite Ribeiro também agiu com bastante cautela para dissuadir os bolivianos de uma ação precipitada no Chaco que pudesse pôr a perder os anos de negociações em Buenos Aires. O clima cada vez mais nervoso das reuniões obrigou Leite Ribeiro a lançar mão de um ás que carregava na manga. Ele mostrou de forma reservada ao chanceler Diez de Medina e ao presidente Busch as instruções secretas a ele fornecidas pelo embaixador Rodrigues Alves em Buenos Aires. A cópia destas instruções secretas não pôde ser encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty, mas parece terem elas contribuído decisivamente para agradar os bolivianos, conseguindo reverter o clima de exasperação<sup>378</sup>.

Neste período, uma guerra sul-americana ampla era uma perspectiva palpável. Já de volta de sua viagem ao Prata, no dia 15 de abril, o general Góes Monteiro teve conversa com o presidente Getúlio Vargas no hotel onde se encontrava em Poços de Caldas para discutir a situação preocupante. Nessa data, Vargas anotou em seu diário:

À noite, após o jantar, estive conversando com o general Góis, um tanto apreensivo com a guerra na América, pelo fracasso das negociações de paz

<sup>376</sup> Em suas memórias, Braden relata que teria confrontado as confissões do coronel Olmos de que a Bolívia estaria se rearmando com a ameaça de guerra. Ele relataria o encontro: “*The three mediators sat confronting a circle of stone-faced military men. We could get nowhere with them.(...)They were going back to war.(...) But I knew I must not show that I was awed or even impressed by Colonel Olmos. When the war whoops died down I turned to him and said, ‘I am shocked by what you say. You admit having broken your solemn agreement. You even boast of a worse breach than I knew of, although that is a matter of degree and the fundamental breach of faith is what concerns me(...) before you continue such policy I want you to know that my government will consider that an unfriendly act. And you know what I mean by an unfriendly act [a casus belli].’*”(BRADEN, Spruille. **Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden**, New Rochelle, N. Y.: Arlington House, Arlington House Productions, 1971, pp. 183-185)

<sup>377</sup> Ainda sobre o ultimato americano à Bolívia, Braden teria relatado a Vilhena pouco depois: “*(...) contou-me que nas conversas que acabava de ter com o governo boliviano encontrou, da parte deste, a principio muita intransigencia, chegando, não me recordo se o ministro do Exterior ou o Presidente da República, a declarar-lhe que a Bolívia não se atemorizava de ter que ir a uma nova guerra, para a qual estava perfeitamente preparada. Disse-me que a essa declaração respondeu neste termos: ‘Os senhores devem saber que um dos pontos cardeais da política externa dos Estados Unidos é a paz do Continente. Isto basta para advertir a Bolívia de que, se ella enveredar por esse caminho encontrará, os Estados Unidos pela frente e terá, faltamente, que arcar com os perigos e as consequências que d’ahi resultarão’. Pensa o senhor Braden que o tom categorico em que fallou aos bolivianos attenuou um pouco a resistencia daquelles e que a solução do conflicto está sendo agora impossibilitada, talvez, somente pela irreductibilidade do Paraguay, junto ao qual o Brasil e a Argentina terão que fazer cerrada pressão(...)*”(VILHENA FERREIRA BRAGA (BRASLEG- Assunção) para EXTERIORES. Ofícios, secreto, nº77, Visita do Chanceler argentino José M. Cantilo ao Rio de Janeiro, 12.05.1938, AHI 13\8)

<sup>378</sup> É importante salientar que as memórias do delegado americano, Spruille Braden, sobre tal reunião dos mediadores com a junta militar, expressas em seu livro “Diplomats and Demagogues”, p. 184-195, não condizem plenamente com os relatórios oficiais enviados por Orlando Leite Ribeiro ao Itamaraty.

na chamada Conferência do Chaco. À tarde, eu recebera o oficial-de-gabinete do ministro do Exterior, com minuciosas informações sobre as ocorrências internacionais que interessavam ao Brasil, principalmente a Questão do Chaco. Examinei e despachei todos os papéis, resolvendo as questões que foram propostas<sup>379</sup>

Dessa maneira, a Bolívia buscava aproximar-se militarmente do Brasil. No dia 19 de abril de 1938, o recém-nomeado ministro brasileiro em La Paz, Berenguer César, expediu ao um telegrama secreto no qual reportava ao Itamaraty uma proposta de uma aliança militar secreta. Dizia o telegrama:

Estou bem informado que o Adido militar argentino propoz ao Estado Maior boliviano, em nome do Estado Maior argentino, uma aliança secreta entre êsses dois países, não sendo a proposta tomada em consideração. Fui procurado pelo Sub-Chefe do Estado Maior do Exército que me manifestou o desejo de uma cooperação íntima do Exército boliviano com o Brasil, dizendo que o Estado maior muito deseja que o Governo brasileiro designe, sob qualquer pretexto, um oficial superior para colaborar na organização de um plano de defesa deste país, mais ou menos em idênticas condições ao oficial que a Argentina designou, há anos, para o Paraguay(...)"<sup>380</sup>.

O oficial argentino a que fazia referência o militar boliviano era o coronel Abraham Schweizer, que, em 1931, chefiou uma missão militar ao Paraguai. A Bolívia, provavelmente, vislumbrando a possibilidade do retorno do conflito, queria, desta vez, garantir do Brasil não só uma postura assumidamente favorável, mas sim uma cooperação militar decidida. Isso a permitiria prover-se livremente de armas e munições brasileiras.

Muito provavelmente, almejava a Bolívia atrair o Brasil a uma aliança militar ofensiva contra o Paraguai, visto que uma espécie de aliança defensiva já fora estabelecida entre os dois países por meio dos tratados sobre ferrovia e petróleo, de fevereiro de 1938, no qual Brasil já havia assegurado a sua proteção da integridade territorial boliviana, pelo menos no que concernia as suas zonas petrolíferas. Acreditavam os bolivianos que "*o único meio capaz de impedir a política imperialista da Argentina será a colaboração íntima entre o Brasil, a Bolívia e o Chile*"<sup>381</sup>.

O Itamaraty viu a proposta boliviana com reservas, porém não a rejeitou de imediato. No mesmo dia em que recebeu o telegrama de Berenguer César, o chanceler Oswaldo Aranha

<sup>379</sup> VARGAS, Getúlio D. *Diários*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.2, p. 123.

<sup>380</sup> BERENGUER (BRASLEG- La Paz) para EXTERIORES.telegramas nº51, secreto, NP, nº 51, Aliança com a Bolívia, 19.04.1938, AHI 23\5\12.

<sup>381</sup> Id. *ibidem*.

respondeu que discutiria o alvitre com o Presidente Vargas, recomendando desde pronto ao representante brasileiro em La Paz “*máxima prudência*” no trato do assunto<sup>382</sup>.

Na noite de 20 de abril 1938, Berenguer teve um jantar com o ministro da Guerra boliviano, o general Olmos, que continuou a cortejar o Brasil para uma aliança militar. O diplomata relatou a Secretaria de Estado:

O ministro da guerra jantou ontem comigo na intimidade(...) Falando-me sobre a necessidade de o Brasil assumir abertamente uma atitude franca de aproximação a Bolívia, respondi que o Governo brasileiro não podia fazer isso por não poder confiar plenamente no governo boliviano, que, na questão dos destroyers, tomou uma atitude ambígua, depois de haver assegurado ao Ministro do Brasil apoiar-nos, e que, quanto à questão da ilha Suarez, não ousa enfrentar a firma Suarez Hermanos, embora o ministro das Relações Exteriores, o Sub-secretario de Estado das Relações Exteriores e o próprio ministro da guerra reconheçam o nosso direito, tornando-se necessario o Governo boliviano dar prova de sinceridade e do desejo de aproximação com o Brasil.(...)<sup>383</sup>

Temendo que Berenguer tivesse avançado demais em suas declarações, dando a entender que o Brasil pactuaria uma aliança militar com a Bolívia tão logo que fossem removidos todos os obstáculos que entravavam as relações bilaterais- como o caso de ilha Suarez-, Aranha censurou o encarregado de negócios brasileiro, retroquindo que ele tratasse habilmente de pôr fim a essas conversações com os militares bolivianos<sup>384</sup>.

O governo da Bolívia, todavia, continuou a insistir em uma aproximação com o Brasil. Em fins de abril, César Berenguer teve encontro particular com o presidente boliviano, o coronel Gérman Busch Bezerra, que lhe manifestou pessoalmente esse desejo de aliança. Relatando a reunião a Aranha, escreveu o diplomata brasileiro:

Tive, ontem à noite, longa conversa com o Presidente da República, em casa do Ministro das Minas. Tanto quanto é possível confiar em promessas, espero para breve uma solução favorável da questão da ilha Suarez. Disse que, cada vez mais, deseja uma aproximação com o Brasil. Manifestou o grande desejo que tem de visitar o nosso país, o que espera fazer quando a situação política interna o permita. Disse, mais, que deseja que o Brasil seja o leader incontestável da política sul-americana, o que será uma garantia de paz e boa harmonia entre as nações.<sup>385</sup>

<sup>382</sup> ARANHA (EXTERIORES) a BERENGUER (BRASLEG-La Paz).Telegramas, nº26, secreto, Aliança com a Bolívia, 19.04.1938, AHI 24\1\7.

<sup>383</sup> BERENGUER (BRASLEG- La Paz) a EXTERIORES.Telegramas, NP, nº 52, Aproximação político-econômica do Brasil com a Bolívia. Situação Argentina. Caso dos destroyers, 21.04.1938, AHI 23\5\12.

<sup>384</sup> Respondeu Aranha: “*Com referência ao seu telegrama nº 52, recomendo-lhe mais uma vez a máxima prudência no tocante ao assunto. Vossa Senhoria parece ter avançado demais nas suas declarações, especialmente por dar a entender que chegaríamos talvez a uma aliança se confiássemos plenamente nesse Governo. O silêncio é ainda a nossa melhor política em assuntos dessa natureza. Ponha, pois, habilmente, fim a essas conversações*” (ARANHA (EXTERIORES) a BERENGUER (BRASLEG-La Paz).Telegramas, NP, nº27, secreto, Aproximação político-econômica do Brasil com a Bolívia, 22.04.1938, AHI 24\1\7)

<sup>385</sup> BERENGUER (BRASLEG- La Paz) a EXTERIORES. Telegramas, NP, nº57, confidencial, Aproximação político-econômica do Brasil-Bolívia, 28.04.1938, AHI 23\5\12.

Nesse contexto, o ministro do exterior boliviano manifestava a sua intenção visitar o Brasil, conclamando ser convidado<sup>386</sup>. O chanceler Oswaldo Aranha, no entanto, rejeitou recebê-lo, dizendo em comunicação enviada a La Paz: "*Com referência ao seu telegramma n°68, julgamos inconveniente o momento, tanto mais quanto nos vemos constrangidos a convidar também o ministro paraguaio. Exteriores.*"<sup>387</sup>

Apesar da recusa do Itamaraty em conformar uma aliança militar com a Bolívia, a cooperação entre as corporações militares dos dois países foi estreitada. Em maio de 1938, dando sequência a essa aproximação, o coronel do exército boliviano, Vitor Serrano, visitou o Brasil como representante do Estado-maior de seu país. O oficial foi recepcionado no gabinete do ministro da Guerra, pelo general Góis Monteiro e pela alta cúpula militar brasileira, composta pelos generais Almerio Moura e Francisco José Pinto, ocasião na qual houve a troca de bronzes simbólicos entre os dois exércitos<sup>388</sup>.

Outro país que buscava contatos mais próximos com o Brasil era o Chile. À mesma época, em maio de 1938, o chanceler chileno, José Ramón Gutierrez, visitou o país<sup>389</sup>, permanecendo no Rio de Janeiro durante alguns dias. Durante essa breve estadia, o chanceler chileno e o ministro Oswaldo Aranha discutiram as perspectivas da questão do Chaco e as tensas relações na América do Sul<sup>390</sup>. Dias antes da visita de Allende ao Rio, o Chile havia expulso o adido militar argentino no país, Eduardo Lonardi, acusado de espionagem. O país também havia anunciado a sua retirada da Liga das Nações, por discordar do projeto de reforma da organização genebrina.

O pináculo de tensões na América do Sul havia sido alcançado. O Brasil sabia que a menos que o novo governo Ortiz na Argentina se comprometesse definitivamente a pressionar os seus aliados paraguaios pela aceitação de um acordo satisfatório na questão do Chaco a

---

<sup>386</sup> Escreveria Berenguer "*O Ministro das Relações Exteriores, partindo amanhã à noite para Buenos Aires e já tendo recebido convite do Governo do Uruguai, insinuou, por intermédio do chefe do Protocollo, o imenso desejo que tem de ser convidado pelo nosso Governo, o que considera de grande utilidade para os dois países. Lembra que o Presidente do Paraguai já fez essa visita ao Brasil. Berenger*"( BERENGUER (BRASLEG- La Paz) a EXTERIORES. Telegramas, NP\P, n°68, confidencial, Chaco. Visita Min. Rel. Exteriores ao Brasil, 20.05.1938, AHI 23\5\12.)

<sup>387</sup> EXTERIORES para BRASLEG-La Paz. Telegramas, n°34,21.05.1938, Chaco. Visita do Min. das Rels. Ext. ao Brasil, AHI 24\1\7.

<sup>388</sup> Jornal Correio da Manhã, 05.05.1938.

<sup>389</sup> Relatório MRE, ano 1938, volume 1, p. 39.

<sup>390</sup> Como afirmaria: "*Quando da visita do ministro das Relações Exteriores do Chile ao Rio, em maio de 1938, durante homenagem prestada pela imprensa brasileira e em resposta à saudação do ministro José Ramón Gutierrez, dirigiu caloroso apelo aos representantes da Bolívia e do Paraguai que ali se encontravam, 'para que se empenhassem junto a seus respectivos governos, a fim de que ambos, dando um nobre exemplo de transigência e moderação, buscassem encontrar um terreno de conciliação no caso do Chaco'*" (CAMARGO, Aspásia(org.). **Oswaldo Aranha**: a estrela da revolução: Martins Fontes, 1996, p. 189)



guerra generalizada seria inevitável. Para pressionar o novo governo argentino, o Brasil contava com um elemento vital: o ex-presidente Agustin P. Justo, agora investido com os poderes de presidente da Conferência de Paz de Buenos Aires. Durante a visita do ex-mandatário argentino ao Rio de Janeiro, em inícios de 1938, Justo, Vargas e Aranha discutiram conjuntamente uma forma de se facilitar um acordo satisfatório paraguaio-boliviano<sup>391 392</sup>.

#### 4.6- “O deslinde final” (maio de 1938 - janeiro de 1939)

Em 11 de maio de 1938, após retornar de Assunção, para onde fora acompanhar a comitiva dos mediadores, o chefe da delegação paraguaia, Gerónimo Zubizarreta, apresentou perante a Conferência de Paz de Buenos Aires a oferta final paraguaia. A proposta causou constrangimento e perplexidade nos mediadores, que a consideraram inaceitável. Os mediadores recusar-se-iam a sequer discutir a “sugestão” paraguaia que, por ser muito extremada, era considerada um disparate.

Para o delegado brasileiro, Rodrigues Alves, a proposta era risível e pior do que os termos que se havia alçado antes das viagens mediadoras enviadas a La Paz e a Assunção. Para ele, os paraguaios simplesmente optavam por ignorar tudo que até fora então negociado. Rodrigues Alves adensava a crítica dizendo que com a proposta o Paraguai buscava avançar diplomaticamente para além das posições ocupadas alcançadas pelas próprias armas, em uma

---

<sup>391</sup> Agustin P. Justo visitou o Brasil em fins de abril de 1938. A sugestão de discutir o tema com Justo partiu de Orlando Leite Ribeiro que, em carta a Aranha de 27 abril 1938, escreveria: “*Conversei com o Gal. Justo antes e depois de ir à Bolívia. Elle está bem informado e conviria que você conversasse sobre o assumpto do Chaco. O velho nos ajudou muito, chegou mesmo a fallar com o ex-presidente Ayala e o ex-ministro do Paraguay na Argentina, durante a guerra, Dr. Rivarola, os quaes levaram o pensamento do General nas viagens que emprehenderam ultimamente. Tenho a impressão, porém, de que o General estava meio decepcionado dos seus amigos “guaranys”(...)* O secretário do Gal. Justo que o acompanha até o Rio, Miguel J. Rojas, a quem Você conheceu por ocasião da visita de Outubro de 1933, é um grande amigo nosso. Elle pode igualmente prestar informações muito interessantes a Você sobre as coisas do Chaco. É pessoa de inteira confiança do Gal. Justo, com quem serviu desde o tempo de Ministro da Guerra. Elle vae demorar-se uns seis dias no Rio. Em conversa com o Rodrigues Alves, surgiu a ideia de Vocês o hospedarem ahí. Seria um golpe sympathico; e também promove-lo a Commendador do Cruzeiro do Sul, grão a que tem direito pela alta posição que hoje occupa na administração pública argentina. E, ninguém serviu melhor ao Brasil(grifo do autor), durante o governo do Gal. Justo, do que o Rojas na secretaria da Presidência”(OA 380323\2 cp, CPDOC-FGV).

<sup>392</sup> No dia 30 de abril de 1938, Vargas relataria em seu diário: “*Dia 30. Tive o prazer de encontrar-me com o meu amigo Justo, que almoçou comigo no Guanabara. Em palestra particular, forneceu-me cópia de uma correspondência do chefe do Estado-Maior do Exército chileno revelando démarches não autorizadas, ou antes, intrujices do ministro Fonseca Hermes, então secretário de legação no Chile, no sentido de uma aproximação chileno-brasileira, em caráter hostil à Argentina. Garantiu-me que o governo Ortiz manteria os mesmos propósitos de amizade e cooperação com o Brasil. Assegurei-lhe também, da parte do meu governo, a continuação da orientação seguida, e falamos sobre outros assuntos na maior cordialidade e confiança. Durante o almoço, houve troca de brindes expressivos”( VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.2.,p. 127)*

clara violação à doutrina de 3 de agosto de 1932, segundo a qual não deveria haver reconhecimento diplomático dos territórios tomados à força <sup>393</sup>.

O Brasil estava preocupado com a intransigência do chefe da delegação paraguaia na Conferência de Paz. De Buenos Aires, Orlando Leite Ribeiro escreveu ao chanceler Oswaldo Aranha: *“Acho que todo o nosso trabalho e esforço junto á Bolívia vae ser anulado pela intransigencia paraguaya. O que acaba de apresentar á Conferencia o Sr. Zubizarreta é um verdadeiro desaforo!”* <sup>394</sup>.

O novo governo argentino também considerava grave a situação, passando a assumir diretamente a responsabilidade. O próprio presidente Ramón S. Ortiz anunciou, em 5 de maio de 1938, seu apoio integral as gestões negociadoras, declarando ser precisamente o governo argentino o principal responsável pela paz entre Bolívia e Paraguai. O presidente argentino agregou, ademais, que se a Conferencia falhasse, a guerra se renovaria e que muito em breve *“algunos de nosotros podríamos ser empujados a ella”* <sup>395</sup>.

Em fins de maio de 1938, os chanceleres de Paraguai, Cecílio Baez, e de Bolívia, Eduardo Diez de Medina, acederam a um convite argentino para acorrerem a Buenos Aires e

<sup>393</sup> Em ofício ao Itamaraty, Rodrigues Alves narraria a reação dos mediadores:“(…)4. Quando o chefe da delegação paraguaya terminou a sua exposição, sentamo-nos todos, produzindo-se um grande silêncio. Parecia que ninguém se atrevia a abrir o debate. Tinhamos que sair da situação angustiada em que nos encontravamos. Tomei então a palavra e disse mais ou menos o seguinte: -

1º)- que eu não podia deixar de manifestar com o devido respeito que me merecia a Delegação do Paraguay, o meu profundo desapontamento e a minha grande pena pelo que acabava de ouvir da bocca do Senhor Zubizarreta;

2º)- que ha 3 annos a Conferência de Paz vinha trabalhando empenhosamente no sentido de buscar uma formula de entendimento entre as duas Partes, tratando de aproximal-as dentro de bases que, contemplando tanto quanto possível as aspirações mínimas de uma e de outra parte, pudéssem nos conduzir á justa e equitativa solução do velho e incomodo litígio;

3º)-que era lamentável que depois de tantos esforços e afans chegássemos áquele resultado, isto é, apresentação de uma formula paraguaya, que ao invés de representar um progresso nas negociações, significava um verdadeiro retrocesso, pois, se tratava agora de uma proposta que eu considerava peor de todas quantas havíamos discutido;

4º)- que eu considerava o que se acabava de propôr como uma coisa absolutamente inaceitavel, por não ver na linha suggerida aquellas seguranças que nós reputávamos indispensáveis para que a paz se firmasse fôsse uma paz justa e, portanto, duradoura e effectiva;

5º)- que o afastamento do lado de Oeste nem mesmo deixava para a Bolívia as serras de Ibibobo e do Mandeyupecuá, defesa natural de sua zona petrolífera;

6º)- que isto ía de encontro á propria definição geographica do Chaco feita pelos paraguayos, uma vez que alli onde o territorio deixa de ser planicie e começa a subir, não se póde pôr em dúvida o domínio boliviano em se tratando das primeiras estribações da cordilheira andina;

7º)- que a linha proposta ía até o Parapiti, quando os paraguayos sabiam que os bolivianos jamais permitiriam que eles atingissem aquelle rio, havendo mesmo declarado que prefeririam uma nóva guerra a ceder aos paraguayos qualquer ponto no rio Parapiti;

8º)- que além disso, a linha que nos acabava de esboçar do lado Norte sobrepassava a linha de hitos, o que ia de encontro as disposições do proprio Protocollo.

9º) - que não poderíamos, portanto, logicamente, apresentar semelhante proposição á Bolívia; (...) (RODRIGUES ALVES( DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) para EXTERIORES. Ofícios.nº59, Chaco. Conferencia de Paz. O problema de fundo. 11.05.1938, AHI 76\5\7).

<sup>394</sup> OA 380323\2cp, CPDOC-FGV.

<sup>395</sup> FRUS 1938, vol. 05, The American Republics, p.118.

envidar uma nova tentativa de solução pacífica do litígio. Pretendia a Conferência de Paz apresentar uma ‘proposta final’ de solução do litígio, antes de entregar definitivamente a questão às negociações diretas.

Emulando o que havia sido feito pelo governo anterior de Agustín Justo, o governo Ramón Ortiz fez coincidir novamente essas visitas com os festejos da independência argentina, convidando os altos dignitários a prestigiarem a data nacional. O próprio chanceler brasileiro Oswaldo Aranha fora convidado a comparecer ao evento de grande significação<sup>396</sup>. O convite foi aceito por ambas as partes que então mandaram seus representantes à capital portenha para negociar em definitivo a questão do Chaco.

Em uma notável pressão conjunta, em 25 de maio, os presidentes dos seis países mediadores, inclusive o presidente Getúlio Vargas, mandaram telegramas para os presidentes de Bolívia, Gérman Busch, e de Paraguai, Félix Paiva, para que estes aceitassem os termos do acordo a serem propostos pela Conferência aos chanceleres de seus países em Buenos Aires. Dentre os signatários do apelo estava também o presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, cuja atenção ao tema não desvanecera. Era a primeira vez que todos os seis países mediadores agiam em bloco (ROUT JR, p.194).

Como parte desse esforço conjugado, pretendiam os mediadores, no dia 26 de maio de 1938, apresentarem ao Paraguai e a Bolívia uma nova proposta para solução da questão territorial. Um infeliz contratempo, no entanto, atrasou a apresentação de seus termos. Nessa data, o chanceler paraguaio, Cecílio Baez, quebrou seu braço e a reunião agendada para aquela tarde foi adiada para o dia seguinte.

A 27 de maio de 1938, afinal, a Conferência de paz apresentou aos ministros do Exterior de Paraguai e Bolívia a proposta definitiva uma linha fronteiriça. Segundo o plano, a nova fronteira entre Paraguai e Bolívia deveria correr por uma linha entre Esmeralda e o fortim 27 de Noviembre, para Cerro Christian, e, então, de um lago ainda sem nome indo

---

<sup>396</sup> Oswaldo Aranha aceitaria o convite, mas não compareceria a Buenos Aires. Esclareceria ele a Orlando Leite Ribeiro em carta: “*Não pretendo ir tão cedo a Buenos Aires. A aceitação foi mera formalidade, mas sem qualquer ideia de fazer brevemente esta visita, mesmo porque o convite foi, igualmente, formal. A minha presença não ajudará a Conferência, antes enfraquecerá os mediadores.*” (OA 380323\2 cp, CPDOC-FGV). O chanceler optaria por prestigiar a ação de Rodrigues Alves como delegado do Brasil à Conferência de Paz. Na mesma carta escreveria: “*(...) Não se faz a paz no papel após anos de lutas e decênios de rivalidades e incidentes e ódios. A paz nunca foi obra de mediadores nem de conferências, porque a História está a mostrar que só o tempo corrige o erro dos povos e até dos homens. A verdade, porém, é que a Conferência do Chaco tem favorecido e propiciado a ação do tempo em favor da paz. E isso é uma grande obra. Confio nela e a favorecerei e prestigiarei sem reservas e sem pruridos pessoais. O Brasil não quer fazer a paz, mas aplaudir quem a fizer, seja quem for. Dará toda sua cooperação sem pedir glórias ou tributos para si ou para os seus. Foi-se para nós, a época de ‘personalismo’ em questões internacionais. Não tenho nem consentirei que alguém, valendo-se do Brasil, procure fazer obra pessoal. Confio no Rodrigues Alves e a ele darei o apoio do Itamarati com confiança e sem reservas e até sem instruções. Ele conquistou esse direito e essas regalias.*” (Carta de Oswaldo Aranha a Orlando Leite Ribeiro, 25/04/1938, OA 380323/2 cp)

terminar no rio Paraguai no kilometro 1257 (poucas milhas abaixo de Puerto Caballo, localizado na desembocadura do Otuquis). O traçado proveria a Bolívia com um litoral virtual no rio Paraguai de cerca de 6 km, em troca do que o Paraguai receberia uma soma de £ 200.000 como compensação pelas instalações construídas<sup>397</sup>.

Poucos dias depois da proposição (31 maio), a Bolívia manifestou a sua aceitação da nova fórmula, pontuando em sua resposta que apesar de considerá-la uma proposta injusta, estava disposta a fazer um sacrificio em prol da paz e concertação americanas<sup>398</sup>. Em 1º de junho de 1938, no entanto, veio a surpresa, quando o Paraguai rejeitou categoricamente a nova fórmula, rechaçando ceder à Bolívia qualquer parcela de litoral no Rio Paraguai abaixo da boca do rio Otuquis<sup>399</sup>. Apesar da pressão em unísono, os paraguaios mantinham-se irredutíveis. A mídia assuncenha descrevia essa pressão conjunta dos mediadores como uma insolência inaceitável do governo *yankee*.

O impacto da negativa paraguaia foi enorme. Anotou o boliviano Eduardo Diez de Medina em suas memórias:

En el seno de la Conferencia de Paz, la respuesta paraguaya causó pésima impresión, si bien este organismo procuró disimularla en su información al público, presentándola como susceptible de ser modificada; a la vez que el Presidente de la República y su Canciller Cantilo hacían ver a Báez las graves consecuencias que podía acarrear al Paraguay su empecinada actitud. Argüía el Canciller del país rehacio que no funcionando las Cámaras en ese momento ni existiendo un gobierno realmente estable en Asunción, sería difícil sostener luego el arreglo a que deseaba llegarse. Cuando conocí esta respuesta, dije que eso debió decirse antes de acudir a la cita de Buenos Aires y no para burlarla o hacerla estéril. Con el Presidente de la Delegación Boliviana hacemos notar al Canciller Argentino que la intransigencia paraguaya ocasionará un vergonzoso fracaso para los mediadores, como el derrumbamiento de los organismos pacificadores en los que nadie creería ya. En sucesivas reuniones con los delegados paraguayos, los mediadores realizan inauditos esfuerzos para conseguir la aceptación del proyecto presentado o con modificaciones que no sean sustanciales. Cantilo nos ofrece un almuerzo; durante él Báez me sugiere discutir el asunto directamente, prescindiendo de los mediadores y designando de inmediato nuestros Plenipotenciarios en La Paz y Asunción. Comprendiendo que la sugerencia sólo respondía al propósito de postergar indefinidamente la solución, le respondí fe que no podíamos inferir tal desaire a la Conferencia, ni al gobierno argentino que nos tenía de huéspedes en el deseo de arribar al acuerdo que todos buscábamos<sup>400</sup>.

<sup>397</sup> ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p. 194.

<sup>398</sup> FRUS 1938, vol.V, The American Republics, p.129.

<sup>399</sup> FRUS, 1938, vol. V, The American Republics, p. 130

<sup>400</sup> DIEZ DE MEDINA, Eduardo. **De um Siglo al Outro**: Memorias de un hombre público. La Paz: Imprensa Alfonso Terejina, 1955, p. 191.

Nas sessões subsequentes da Conferência de Paz, os já imparciantes mediadores pressionaram o Paraguai a ceder, ao mesmo tempo em que buscavam relativizar a decepção da opinião pública internacional, dizendo ser a negativa paraguaia passível de modificação<sup>401</sup>. Nada obstante, tentativas de convencer o chanceler paraguaio Cecilio Baez a intervir na questão foram inócuas, pois Baez se recusava a desautorar o chefe da delegação paraguaia, senhor Zubizarreta. Em 3 de junho, alegando cansaço, chanceler paraguaio, Baez, pediu o adiamento das reuniões<sup>402</sup>. Para alguns dos presentes, a fratura sofrida pelo chanceler era apenas uma tática protelatória.

A negativa paraguaia elevou as tensões ao ponto de ruptura. Em junho de 1938, o Congresso boliviano passou uma lei autorizando a compra de 1 milhão de libras em armas caso as negociações de paz fracassassem<sup>403</sup>. Apesar de tal movimento ter sido visto como um blefe pelos paraguaios, o armamentismo boliviano acendeu o sinal amarelo para os demais mediadores, em especial para o Brasil. De Buenos Aires, escreveria o embaixador Rodrigues Alves:

Senhor Ministro,

É evidente que a Bolívia e o Paraguay estão se armando, impressionados naturalmente pela marcha das negociações da Conferência de Paz que, infelizmente, não oferecem perspectivas tranquilizadoras.

2. As últimas notícias recebidas pelo Embaixador Biachi, enviadas pela chancellaria de la Moneda, indicam que só no mez de Abril chegaram ao porto de Arica, nada menos de 8 navios, todos elles com carregamentos de armas procedentes de Oslo e Hamburgo, e destinadas ao altiplano.

3. Por outro lado, informações recolhidas nos Estados Unidos nos deixam vêr que alli também ha noticia de compras effectuadas por ambos os países, sendo que a última dellas foi de 56.000 dollares para a Bolívia e de 8.000 dollares para o Paraguay.

4. Esta proporção numerica mostra claramente que a Bolívia está dispendendo fortes sommas, sobretudo comparadas com as empregadas pelo Paraguay.

5. Temo muito que, no caso de não chegarmos agora ao accordo directo entre as partes, essa carreira armamentista ganhe velocidade, provocando serios alarmas, que terminarão por crear uma situação realmente perigosa e inquietante para a paz e a tranquillidade americanas.

6. Os Doutores Diez de Medina e Finot já começam a demonstrar impaciencia pelas marchas e contramarchas do Paraguay, que sob pretexto de que o momento não é propício para se chegar ao accordo directo, dilata,

<sup>401</sup> Pela primeira vez, a pressão argentina seria sensível. O presidente da Conferência de Paz, o argentino Agustin Justo, dizia que se o Paraguai se afastasse muito da proposta seria declarado responsável pelo fracasso das negociações (EXTERIORES para DELEBRAS-Conf. Buenos Aires. Telegramas minutas, NP, nº 49, Chaco, 11.06.1938, AHI 76\5\11). Diante desse aumento de pressões sobre o Paraguai, o Brasil adotaria postura extremamente cautelosa. Para o chanceler Oswaldo Aranha, a cautela era necessária pois as funções de mediador e de árbitro não deveriam se confundir (EXTERIORES para DELEBRAS-Conf. Buenos Aires. Telegramas minutas, Chaco. NP, nº60, Conferencia de Paz, 14.07.1938, AHI 76\5\11)

<sup>402</sup> FRUS 1938, vol. V, The American Republics, p. 132.

<sup>403</sup> FARCAU, Bruce W.. **The Chaco War** : Bolivia and Paraguay, 1932-1935, 1951- Published. Westport, Conn : Praeger, 1996., p. 240.

indefinidamente, a solução desse problema que ha tres annos vem se arrastando a duras penas.

7. O Ministro Finot chegou a declarar hontem ao Embaixador Braden que, se fracassamos agora, elle abandonaria a sua Legação em Buenos Aires e se dirigiria à Bolívia para, formando alli no grupo guerrista, emprehender através do seu paiz uma campanha no sentido de despertar o sentimento patriotico boliviano e de mostrar desgraçadamente que a solução do conflicto do Chaco só poderá encontrar solução digna para a Bolívia num novo appello à força das armas. E parece que o Doutor Diez de Medina está inclinado a adoptar essa mesma attitude.

8. Enquanto isso se passa do lado boliviano, os paraguayos se encerram dentro da sua intransigencia, convencidos, como estão, a meu vêr erroneamente, de que a Bolívia não seria capaz de se aventurar a uma nova guerra. Isto mesmo, dias passados, me affirmou o Doutor Vicente Rivarola, e hontem o proprio Doutor Higino Arbo, Ministro do Paraguay nesta Capital, e um dos Delegados do seu paiz à Conferência de Paz repetiu-me essa mesma affirmação.<sup>404</sup>

Os militares brasileiros também acreditavam na possibilidade de um novo conflito no Chaco. Em relatório do Estado maior do Exército de 1938, o general Góis Monteiro criticava as ilusões pacifistas de membros do governo brasileiro, dizendo:

Os ex-beligerantes do Chaco, apesar da interminável conferência de paz em Buenos Aires, retomam o caminho do rearmamento mais completo, na perspectiva de apelar para as armas na resolução da pendência que afeta o interesse de muitas nações sul-americanas'. Góis alertou: 'O momento em que vivemos impõe uma transformação radical no [nosso] organismo militar [...] [porque] ficamos paralisados, retardados de cerca de um decênio'<sup>405</sup>.

Sob forte pressão dos mediadores, porém, aceitou o governo paraguaio em realizar uma contra-proposta até a data de 10 de junho. O entusiasmo anterior dos países americanos quanto à possibilidade de um acordo de paz parecia haver se dissipado, mas ainda permanecia entre eles o senso de urgência e necessidade. Em inícios de junho de 1938, a chancelaria brasileira exortou ao governo Félix Paiva maior flexibilidade paraguaia nas negociações de paz. O presidente argentino Ortiz foi ainda mais longe, passando a defender junto a Báez que era melhor ao Paraguai “*sacrificar*” parte do Chaco, obtendo uma paz estável, do que se encastelar dentro de posição intransigente, postura que conduziria à paz armada, “*que é tão prejudicial como a guerra*”<sup>406</sup>.

Aumentando a pressão, Ortiz comunicou ao governo paraguaio que, em caso de retomada da guerra, não receberia qualquer sorte de ajuda argentina, negando-se, por

<sup>404</sup> RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) a EXTERIORES. officios, DB-95, Chaco. Conferência de Paz. A Bolívia e o Paraguay se armam. 24.06.1938, AHI 76\5\7.

<sup>405</sup> MCCANN, Frank D.. **Soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro, 1889-1937. São Paulo : Companhia das Letras, 2007, p.546.

<sup>406</sup> DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio Prata (1822-1994)**. 2. ed. – Brasília: FUNAG, 2014, p.112.

exemplo, a fornecer peças de reposição para aviões militares paraguaios<sup>407</sup>. No dia 9 de junho, o ministro argentino em Assunção, José Alcalá, expediu um ultimato: ou o Paraguai adotava uma postura mais flexível ou a nação seria responsabilizada integralmente pelo fracasso das negociações<sup>408</sup>. O presidente interino da Conferência de Paz, o argentino Alvarado, adotou atitude semelhante dizendo que se o governo do Paraguai se afastasse muito da proposta seria declarado responsável pelo fracasso das negociações<sup>409</sup>.

De nada adiantaram as repetidas advertências argentinas e, a 24 de junho, Paraguai fez uma contra-proposta inaceitável para a Bolívia, estendendo a linha de fronteira do fortim d'Orbigny no rio Otuquis, através de Capirenda, Carandaiti, Matico (no rio Parapeti) chegando até Ravelo<sup>410</sup>. Essa proposta reafirmava a postura paraguaia de somente recuar na parte ocidental do Chaco, libertando a estrada Villa Montes Boyuibe, se houvesse compensação territorial equivalente ao norte da linha de hitos além de pagamento de indenizações. Dobrar os paraguaios estava se mostrando uma tarefa muito árdua<sup>411</sup>.

Altamente irritado, o boliviano Diez de Medina leu perante o fórum de mediadores americanos um documento que acusava o Paraguai de intransigência com propósito deliberado de dilatar o assunto. Segundo o boliviano, ao recusar concessões mínimas o país guarani: *“se alza yá contra los únicos medios de paz y derecho, voluntaria y explícitamente aceptados por él mismo”*<sup>412</sup>.

Diez de Medina pretendia publicar essa nota em termos duros, o que certamente perturbaria o ambiente sereno das negociações, que se havia alcançado a duras penas. Ele, porém, foi dissuadido pelos brasileiros. Sob apelo de Rodrigues Alves, o chanceler brasileiro, Oswaldo Aranha, conclamou os bolivianos para que não dessem passo algum que resultasse em tornar impossível o acordo direto<sup>413</sup>.

---

<sup>407</sup> ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p. 196.

<sup>408</sup> Idem.

<sup>409</sup> EXTERIORES para DELEBRAS-Conf. Buenos Aires. Telegramas minutas, NP, nº 49, Chaco, 11.06.1938, AHI 76\5\11

<sup>410</sup> ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p. 197.

<sup>411</sup> Ao tomar conhecimento da proposta paraguaia, o chanceler argentino, Cantillo, altamente irritado, confrontaria o paraguaio Zubizarreta com um novo ultimato. Agindo unilateralmente diria ele ao Paraguai que fizesse mais uma oferta e caso esta fosse recusada pelos bolivianos, as negociações diretas estariam encerradas. Braden e Rodrigues Alves agiram rapidamente para bloquear a ideia de Cantillo e manter as negociações vivas (ROUT JR Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, p. 197-198)

<sup>412</sup> DIEZ DE MEDINA, Eduardo. **De um Siglo al Outro**: Memórias de un hombre público. La Paz: Imprensa Alfonso Terejina, 1955, pp. 191-192.

<sup>413</sup> CAMARGO, Aspásia (org.). **Oswaldo Aranha: a estrela da revolução**: Martins Fontes, 1996, p. 190.

Nesses dias tensos, o tema do petróleo e o tema do Chaco misturavam-se. Em junho de 1938, a questão petróleo boliviano seria agitada novamente. Formar-se-ia na Bolívia uma corrente de opinião contrária a execução dos tratados com o Brasil, chefiada pelos ministro da Justiça e pelo ministro de Minas, sob forte influência argentina. Contra esse grupo insurgia-se a bancada de Santa Cruz e o ministro das Relações Exteriores, favoráveis ao convênio com o Brasil. O senador por Santa Cruz, senhor Gérman Chaves, presidente da Comissão de Diplomacia do Senado, fazia uma defesa prolífica do acordo<sup>414</sup>.

Em meados do mês, no entanto, a questão do petróleo foi solucionada em favor do Brasil. O ministro boliviano no Rio, Alberto Ostria Gutiérrez, convocado a La Paz para prestar informações, conseguiu dissipar as prevenções existentes contra o convênio petrolífero com o Brasil. O exército boliviano, que vislumbrava a ameaça de uma nova guerra, foi o fiel da balança, acatando a continuidade do acordo<sup>415</sup>. A Bolívia tinha se convencido a dar aproveitamento imediato as suas riquezas petrolíferas, afastando o espectro sombrio de um novo conflito.

No dia 28 de junho, em uma comunicação secreta, o presidente boliviano, German Bush, instruiu os seus delegados a abandonarem o pleito por porto no Paraguai "*em nome da paz*", admitindo que o porto não valia o risco de uma nova guerra<sup>416</sup>. Os bolivianos aceitavam abrir mão de um porto no Paraguai desde que a zona arbitral não tocasse de forma alguma o rio Parapeti. Admitiam também realizar o pagamento pela desocupação da estrada Villa Montes-Boyuibe pelas forças paraguaias<sup>417</sup>. Em troca, os bolivianos queriam que os exércitos paraguaios recuassem a leste abandonando o fortim Galpón e Pátria para permitir a si acesso à zona do chamado triângulo brasileiro.

Os bolivianos haviam desistido de seu tão estimado pleito de um porto soberano no Paraguai. Faltava agora apenas convencer os seus adversários a aceitarem o acordo. Após fazerem as derradeiras concessões para viabilizar a paz, os militares bolivianos decidiram

---

<sup>414</sup> CAMILLO DE OLIVEIRA (BRASLEG-La Paz) a EXTERIORES. Telegrama, nº 77, confidencial, Tratados Brasil-Bolívia, 15.06.1938, AHI AHI 23\5\12.

<sup>415</sup> CAMILLO DE OLIVEIRA (BRASLEG-La Paz) a EXTERIORES. Telegrama, nº78, NP, Tratados Brasil-Bolívia, 16.06.1938, AHI 23\5\12.

<sup>416</sup> FARCAU, Bruce W.. **The Chaco War** : Bolivia and Paraguay, 1932-1935, 1951- Published. Westport, Conn : Praeger, 1996, p.240.

<sup>417</sup> Como afirma Rout, a 22 de dezembro de 1938, os bolivianos aceitaram pagar a quantia de 100.000 pesos pelas "instalações e melhoramentos" feitos pelos paraguaios na estrada Vila Montes-Boyuibe entre a linha de hitos e a fronteira de 10 de outubro de 1938. Esse pagamento só viria a ser efetivado quando a zona foi efetivamente re-ocupada por forças bolivianas (ROUT JR Leslie B. Politics of the Chaco Peace Conference, 1935-1939. Austin: University of Texas Press, 1970, p. 207, nota 93)



concentrar tropas no Chaco para o caso de as conversações não avançassem em Buenos Aires<sup>418</sup>. Era agora ou nunca.

Foi um grande alívio quando, na madrugada do dia 9 de julho de 1938, os representantes dos mediadores e os chanceleres de Bolívia e Paraguai chegaram a um acordo secreto sobre a linha de fronteira definitiva. Este acordo, que envolvia o princípio denominado “*ex aquo et bono*”, prescrevia uma transação secreta territorial e outra transação pecuniária pelo domínio do Chaco, com a realização subsequente de uma arbitragem *pro-forma* (simulada) e de uma consulta popular (plebiscito) para agradar as opiniões públicas de ambos os países (ver Anexo I, Documento 9).

Por meio dos termos desse acordo, o Paraguai recuaria suas tropas na parte ocidental do Chaco desanuviando o espectro de uma invasão às províncias petrolíferas bolivianas. A Bolívia também obteria discretamente um porto franco no rio Paraguai, com livre trânsito de seus produtos pelo território então em litígio (ver Anexo I, Documento 10). Igualmente, La Paz manteria em seu poder um triângulo de terras pantanosas no alto Paraguai, acima de Bahia Negra, o chamado “triângulo Foianini”, que lhe garantia uma saída soberana ao sistema fluvial do Prata em Puerto Busch<sup>419</sup>. Somente três cópias desse acordo foram feitas: uma para a Argentina, uma para a Bolívia e uma para o Paraguai (ROUT, 1966, p. 446).

Logo após a sua assinatura, em meio à avançada madrugada, Rodrigues Alves escreveu uma carta emocionada a Oswaldo Aranha na qual especificava os termos do acordo alcançado e parabenizava o chanceler pela exitosa mediação conduzida pelo Brasil<sup>420</sup>. Estava desatado o nó-górdio das relações sul-americanas.

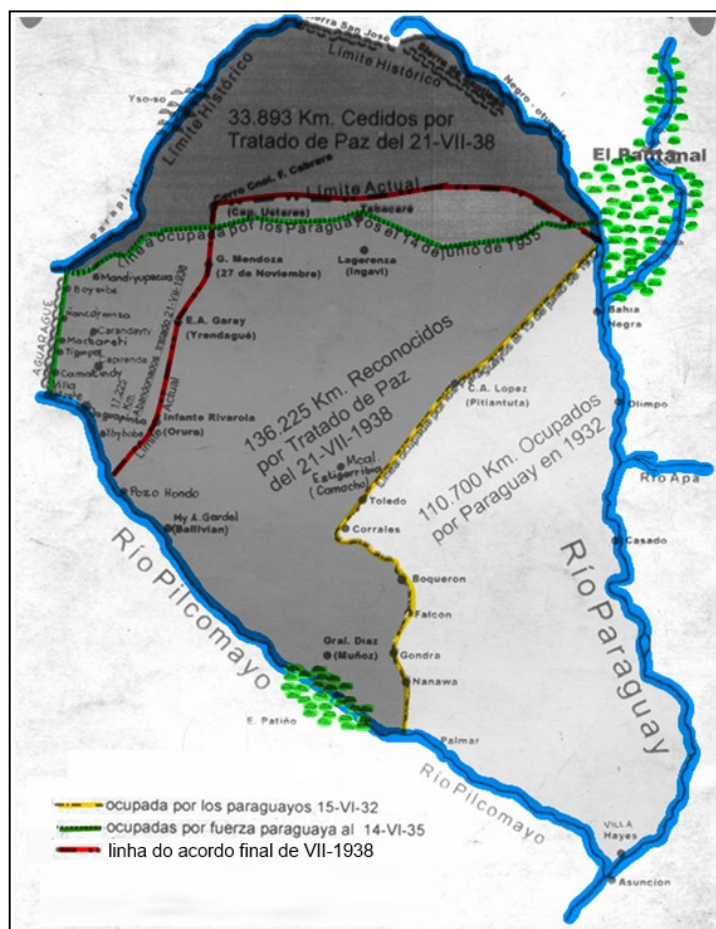
---

<sup>418</sup> FRUS 1938, The American Republics, vol. V, p. 160.

<sup>419</sup> O nome foi dado em homenagem ao boliviano Dionisio Foianini um dos fundadores da YPFB. Ver: FOIANINI BANZER, Dionísio. **Misión Cumplida**. Santa Cruz, Bolívia: Imprensa Sirena, 1991, 348p.

<sup>420</sup> OA38 03 23 2cp, CPDOC-FGV, ver Anexo I, Documento 8.

Mapa 17 – O traçado da fronteira no acordo final de julho de 1938



fonte: ROUT JR., Leslie Brennan. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939.** Austin: University of Texas Press, 1970, p.

A aceitação do acordo, todavia, não foi consensual. O acordo, inesperadamente, gerou o racha da delegação paraguaia. O delegado Efraim Cardozo concordava com as condições propostas pelos países neutros, já o delegado Gerónimo Zubizarreta discordava dessas determinações, tendo renunciado à chefia da delegação paraguaia e também de sua filiação ao Partido Liberal em protesto contra a sua aceitação.

Como forma de preservar o acordo, o presidente Félix Paiva nomeou o general José Félix Estigarribia e o político liberal Luís Riart para assumirem conjuntamente a chefia da delegação paraguaia em Buenos Aires, mudança que se mostrou fundamental na aceitação do acordo pelos paraguaios. O prestígio do general, herói de guerra, perante o exército guarani era enorme e sem sua chancela nada seria feito. O prestígio de Riart era outro fator de relevo, já que ele fora o responsável por assinar os protocolos de 1935 que encerraram o conflito. Sobre isso, o boliviano Diez de Medina narrou em suas memórias:

(...)La renuncia inesperada de Zubizarreta, delegado paraguayo, intransigente y ceñudo, facilitaría en adelante las gestiones conducentes a un

pleno acuerdo. Desde Washington vino, por suerte, el General Estigarribia que con criterio elevado y espíritu americanista, llevaría a término la negociación pacifista.(...)<sup>421</sup>

No dia 21 de julho de 1938, após três anos de tensas negociações, e passados cinco anos do início do conflito, o Tratado de Paz entre Paraguai e Bolívia foi finalmente assinado em Buenos Aires. O tratado foi firmado do lado paraguaio por Estigarribia e Riart e do lado boliviano por Eduardo Diez de Medina e Enrique Finot. A sua versão final trazia ainda a firma dos diplomatas brasileiros José de Paula Rodrigues Alves e Orlando Leite Ribeiro. Este último, apesar de não constar como delegado oficial à Conferência de Paz, havia sido convidado pelos mediadores a rubricar o documento por conta de seus longos trabalhos empreendidos em prol da paz<sup>422</sup>. Colocava-se, assim, um fim à questão que há mais de uma década perturbava a América, ameaçando os seus maiores países com o fantasma permanente de um conflito.

A Bolívia assinou o acordo com grandes desconfianças. Mesmo após a costura, a duras custas, do acordo de arbitragem, a Bolívia temia ser traída pelos mediadores no traçado final de fronteiras. Seus medos eram tamanhos que o boliviano Diez de Medina exigiu garantias de que os acordos pactuados seriam honrados e que os árbitros não exorbitariam os poderes concedidos, não demarcando em favor dos paraguaios nem um centímetro a mais de território além do acordado. Os mediadores buscaram garantir que caso a Bolívia considerasse que o laudo final havia desrespeitado o pactuado ela teria a permissão de proteger seus direitos apropriadamente<sup>423</sup>.

Na data da assinatura do tratado, o chanceler brasileiro Oswaldo Aranha pronunciou o discurso "Paz para a América", divulgado nas rádios de todo o país. Para Aranha, a paz do Chaco era um acontecimento singular, porque, sem imposições, havia sido concebida pelos mesmos soldados que lutaram encarniçadamente anos antes pelo domínio do território. Segundo ele "*(...) A história não registra uma paz feita pela geração que assistiu a guerra e, menos ainda, pela que a fez*", pois até então, só se tinha conhecimento "*da paz ditada, da paz dos vencidos, da paz artificial*". E complementava: "*(...)A tarefa ultimada hoje, em Buenos*

---

<sup>421</sup> DIEZ DE MEDINA, Eduardo. **De um Siglo al Outro**: Memórias de un hombre público. La Paz: Imprensa Alfonso Terejina, 1955, p.193.

<sup>422</sup> No futuro, Orlando Leite Ribeiro tornar-se-ia o embaixador do Brasil em Buenos Aires sucedendo o seu amigo e confidente José de Paula Rodrigues Alves.

<sup>423</sup> ROUT JR., 1970, Op. cit., p. 203

*Aires, não tem, pois, precedentes nos “anais” dos povos.” Era uma lição ao mundo“(…)É a lição de uma civilização continental que não quer se afundar na barbárie(…)”<sup>424</sup>.*

Ainda no discurso, Aranha louvou a atuação decidida do Brasil na pacificação. Segundo o chanceler:

Nesses esforços titânicos de conciliar irmãos em armas, de mediar entre interesses historicamente opostos, de arbitrar reivindicações seculares e de apaziguar paixões exacerbadas pela guerra, nosso país, nossos agentes conduziram-se por tal forma no seio da conferência e por tal maneira junto aos contendores, que a paz do Chaco é não só a paz da América, mas também uma paz do Brasil.<sup>425</sup>

O ex-chanceler, Macedo Soares, também pronunciou um discurso irradiado pela “Hora do Brasil” enaltecendo a conquista de Buenos Aires. Em igual celebração, o presidente Vargas, por meio do decreto-lei nº 569, estabeleceu a data de 21 de julho de 1938 como feriado nacional no Brasil, em homenagem à conciliação entre os povos irmãos.

O partido colorado pretendeu repudiar o tratado, o que, porém, não impactou negativamente em sua aprovação. Relataria o ministro brasileiro em Assunção, Antônio Vilhena Ferreira Braga, ao Itamaraty: “(...) *Obedecendo às determinações de sua chefia, todo o partido colorado repudiará o tratado. Como manobra de política interna, isso pouco influirá no resultado previsto do plebiscito*”<sup>426</sup>. Prevendo essas dificuldades de aceitação, Brasil e Argentina tomaram conjuntamente medidas para garantir a estabilidade do governo Paiva no Paraguai. Os mediadores temiam que os termos do acordo secreto vazassem fazendo malograr terrivelmente as negociações (ROUT JR., p. 204)

Para membros do governo Paiva, um acordo era melhor do que nada. Era uma garantia de soberania efetiva guarani a oeste do Rio Paraguai. Ele transformava em jurídicos os títulos reivindicados pela força. Como afirmou o historiador Antonio Salum Flecha: “*O Paraguai somente exercia posse efetiva de um terço (110.700 quilômetros quadrados) do território reconquistado*”<sup>427</sup>. O Paraguai também não podia se dar ao luxo de continuar mobilizando os seus escassos recursos financeiros para investir em um exército com capacidade dissuasória. O exército guarani já sentia dificuldades de manter o recrutamento e a moral da tropa.

Era angustiante a situação do governo Paiva. Se recusasse o acordo, seu país ficaria isolado internacionalmente, e teria problemas de instabilidade interna já que a guerra era um

<sup>424</sup> MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; FARIAS, Rogério de Souza(orgs.). **Oswaldo Aranha**, Um Estadista Brasileiro, vol.I, Brasília: FUNAG, 2017,p. 163.

<sup>425</sup> Idem.

<sup>426</sup> VILHENA (BRASLEG- Assunção) a EXTERIORES. Telegramas, nº 38, NP, Chaco, 31.07. 1938. AHI 2\52.

<sup>427</sup> FLECHA, Salum. **História Diplomática del Paraguay**: de 1869 a 1938. Segunda edición. Asunción: EMASA, 1978, p.

fardo enorme para a sociedade. Uma nova guerra tampouco era garantia de que o país alcançasse os resultados almejados e, em caso de um novo conflito, não teria acesso facilitado a financiamento externo, com dificuldades para conseguir aprovisionar-se com novos armamentos. Isso era resultado do cerco imposto pelo embargo americano. Além disso, a situação tensa na Europa havia feito com que governos europeus restringissem novas vendas.

O governo Paiva se viu então na contingência de aceitar um acordo em desfavor de suas pretensões iniciais. Como o Paraguai estava submetido a um “regime de fato” e os poderes constitucionais se encontravam temporariamente dissolvidos, com o Congresso Nacional fechado, o poder executivo baixou o decreto nº 8.015 de 22 de julho de 1938 investindo o Superior Tribunal de Justiça com a atribuição emergencial de analisar o Tratado de paz e pronunciar-se sobre a validade do ato plebiscitário convocado para 10 de agosto próximo<sup>428</sup>.

No dia 10 de agosto de 1938, o Congresso da Bolívia ratificou o acordo por 102 votos favoráveis a 9 votos contrários (ROUT JR., p. 207). Concomitantemente, o Paraguai realizou a consulta à sua população. No dia seguinte à realização do ato plebiscitário, a Junta Eleitoral Central paraguaia divulgou o cômputo dos votos: 1)135.385 votos a favor do tratado; 2)13.204 votos contra o tratado; 3) 559 votos em branco<sup>429</sup>. O acordo finalmente estava aprovado por ambos os países. No dia 8 de setembro, após a troca de ratificações, se deu a instalação do Colégio Arbitral<sup>430</sup>.

A despeito disso, ainda pairavam dúvidas sobre o grau de comprometimento das partes com o pacto selado. Temia-se, em especial, que os militares de ambos os lados se recusassem a cumprir o acordado pelas corporações diplomáticas, tal como ocorrera em ocasiões anteriores. De fato, dificuldades surgiriam, em especial, do lado paraguaio. Em 17 de setembro de 1938, Oswaldo Aranha telegrafou a Buenos Aires relatando:

O Ministro da Bolívia procurou-nos afim de nos declarar ter recebido instruções do seu Governo para nos comunicar que elementos do Exército paraguaio, localizados no Chaco, avisaram a comissão militar neutral de que não recuariam da linha de ocupação. Disse mais que o seu Governo teme uma agressão e deu ordens a Finot para de tudo cientificar o Colégio arbitral. Aguardamos urgentes informações de V.Ex. Exteriores.<sup>431</sup>

Nesta mesma data Vargas escreveu em seu diário

<sup>428</sup> FLECHA, Salum Op. cit., pp. 222-223.

<sup>429</sup> FLECHA, Salum. Op. cit, p.223.

<sup>430</sup> idem.

<sup>431</sup> EXTERIORES a DELEBRAS-Buenos Aires. Telegramas minutas, Chaco, NP, nº70, urgente, 17.09.1938. AHI 76\5\11.

dia 17. Meu pai veio almoçar comigo. Após este, quando pretendíamos sair a um passeio de automóvel, o chegou o Osvaldo. Vinha comunicar-me que o Exército do Paraguai se recusava a recuar do terreno ocupado, desconhecendo o plebiscito e alegando que o Brasil, um dos países mediadores, tinha uma aliança com a Bolívia. Achei o fato um tanto grave. Não o dei a perceber, e convidei também o Osvaldo ao passeio(...) <sup>432</sup>

O prestígio de Estigarribia, no entanto, foi fator suficiente para manter a fidelidade dos militares paraguaios ao acordo de julho. Acerca das preocupações do Itamaraty, Rodrigues Alves respondeu ao Itamaraty, ainda no dia 17, assegurando o comprometimento do general paraguaio com os acordos pactuados <sup>433</sup>.

Desse modo, o incidente havido em setembro não teve grandes repercussões práticas, e o Colégio Arbitral, finalmente, a 10 de outubro, pronunciou seu laudo definitivo. Todas as formalidades e disposições previstas no acordo secreto de 9 de julho foram respeitadas e a linha divisória seguiu à risca àquela pré-determinada em comum acordo. No ponto mais a oeste, o exército paraguaio recuou cerca de 100 km. À pedido do Paraguai, a Conferência esclareceu que os fortins Patria, Galpon e Yrendague ficavam sob o comando do país guarani <sup>434</sup>.

A 13 de outubro a Bolívia declarou a sua aceitação do laudo, sendo seguida pelo Paraguai no dia 20. <sup>435</sup> Estava encerrada a mais longa e sangrenta contenda territorial na história sul-americana e que proporcionara tantas mágoas e ressentimentos mútuos entre os países da região. Após exaustivos três anos e dois meses de ininterruptas e tensas negociações, um já exausto Rodrigues Alves pediu ao Itamaraty sua licença merecida <sup>436</sup>.

Logo após a solução da questão, Vargas se adiantou em acertar sua tão aguardada visita ao Paraguai, que vinha sendo adiada desde 1931, antes, portanto, do início do conflito. A notícia da visita de Vargas ao Paraguai, assim como a notícia da doação do terreno para instalação da Legação permanente, foi recebida com grande entusiasmo pelo presidente Paiva

<sup>432</sup> VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.2, p. 158

<sup>433</sup> "Urgente-Resposta ao telegrama de Vossa Excelência nº70. Efetivamente Finot comunicou ao Colégio arbitral a sua apreensão sobre as declarações de militares paraguaios feitas ao Capitão do exército chileno, Labarca, observador militar da Conferência da Paz do Chaco, no sentido indicado por Vossa Excelência, e que teriam sido transmitidas, indiscreta e lamentavelmente, por aquele oficial ao general Quintanilha. Solicitamos ontem, telegraficamente, àquele oficial esclarecimentos a respeito do assunto, estranhando, ao mesmo tempo, não nos tivesse dado conhecimento imediato de um fato de tamanha gravidade. Recomendamos aos nossos observadores a necessidade de agirem com redobrado tato. Por outro lado, informamos ontem ao General Estigarribia sobre a denúncia boliviana, não dando êle maior importância ao assunto, convencido como está de que tal não é o estado de espírito do exército paraguaio, mostrando-se, por isso mesmo, perfeitamente tranquilo. Logo que tenha maiores detalhes, informarei a Vossa Excelência. Rodrigues Alves (RODRIGUES ALVES (DELEBRAS-Conf. Buenos Aires) a EXTERIORES. Telegramas cópias, nº105, NP, Chaco, urgente, 17.09.1938, AHI 76\5\10.)

<sup>434</sup> FLECHA, Salum. Op.cit., pp.223-224

<sup>435</sup> Idem.

<sup>436</sup> OA 380324\1, CPDOC-FGV

e pelo chanceler Baez<sup>437</sup>. De igual maneira, Vargas acertou com seu homólogo boliviano um encontro amistoso em Corumbá<sup>438</sup>. Urgia pôr em dia as questões bilaterais congeladas pela guerra<sup>439</sup>.

Em 25 de novembro, como ato subsequente de cumprimento dos acordos, foi estabelecida a Comissão Mista paraguaio-boliviana encarregada de efetuar a demarcação física da fronteira comum<sup>440</sup>; e a 26 de novembro, Paraguai e Bolívia reestabeleceriam efetivamente as suas relações diplomáticas, com a nomeação dos representantes diplomáticos ordinários<sup>441</sup>.

A guerra não tornaria a surgir, porém a paz não foi objeto de regozijo popular nem no Paraguai nem na Bolívia. Muitos paraguaios sentiram-se traídos por seu governo com os termos do acordo de paz. O Jornalista e historiador Marco Antonio Laconich escreveu a obra de nome *“La Paz del Chaco: um pueblo traicionado”*(1939), com prólogo do ex-presidente, coronel Rafael Franco, em que atacava duramente a obra de pacificação. Grande parte da população compartilhava desta visão e, assim, surgiu uma máxima que dizia *“Lo que ganamos en la guerra, perdimos en la paz”*<sup>442</sup>.

Uma das questões que permaneceriam pendentes seria a questão da realização de uma conferência econômica. Em janeiro de 1939, a questão chegou a suscitar alguma animosidade quando o delegado paraguaio, Efraim Cardozo, após pressionar o delegado americano Allen Hayden pela realização da conferência, enviou um memorando secreto para Cantillo demandando que algum esforço fosse feito no mesmo sentido, sob pena de ele se opôr a declarar a Conferência encerrada. A questão, no entanto, foi habilmente superada e, finalmente, a 23 de janeiro de 1939, a Conferência de Paz deu por encerrados os seus trabalhos. Somente em meados de 1940 essa questão voltou à pauta, quando a Bolívia e o

<sup>437</sup> LAFAYETTE (BRASLEG-Assunção) para EXTERIORES. Telegramas, NP\P, nº47, Visita Presidente Vargas ao Paraguai, 05.09.1938, AHI 2\5\2.

<sup>438</sup> EXTERIORES para BRASLEG- La Paz. Telegramas, nº52, Tratado Brasil-Bolívia. Viagem do Presidente da Republica a Corumbá, 13.10.1938, AHI 24\1\7.

<sup>439</sup> Por motivos variados, as visitas de Vargas ao Paraguai e a Bolívia somente aconteceriam em julho 1941. Na ocasião, Vargas visitaria a fronteira boliviana de Corumbá, onde se encontraria com o chanceler boliviano Alberto Ostria Gutierrez. Vargas depois rumaria de avião até Concepción, no Paraguai, de onde embarcaria no monitor Parnaíba até Assunção. Na capital paraguaia, onde permaneceria por três dias, seria recepcionado pelo presidente Higinio Morinigo. (VARGAS, Getúlio D. *Diários*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol.2, pp.410-11)

<sup>440</sup> Os trabalhos de demarcação da fronteira só seriam definitivamente concluídos em 2009. Em 1967, a sequência dos trabalhos seria prejudicada naquilo que ficou conhecido como ‘Incidente de Cerro Chovoreca’. A Bolívia rejeitava a existência deste acidente geográfico que estava previsto no tratado de paz. (FLECHA, Salum. Op. cit., p.224)

<sup>441</sup> ROUT, Leslie B. 1970, Op. Cit. p.207.

<sup>442</sup> “O que ganhamos na guerra, perdemos na paz”, que também era enunciada como “ganamos la guerra, pero perdimos la paz”, ou “ganhamos na guerra, mas perdemos na paz”

Paraguai convidaram Brasil e Argentina para uma reunião em Montevideu<sup>443</sup>. Dadas as preocupações com a guerra na Europa tal reunião não se realizou antes de 1941<sup>444</sup>.

Com o fim do conflito o Brasil adensou seus vínculos com a Bolívia e com o Paraguai. De uma maneira um tanto coincidente ao fim da contenda, em dezembro de 1938, o Paraguai iniciou a negociações com os EUA para obtenção de um empréstimo via EXIMBANK, cujo o principal objetivo era concretizar a conexão viária com o Brasil<sup>445</sup>. Em setembro de 1938, Warren Lee Pierson, o diretor do EXIMBANK, visitou o Rio de Janeiro negociando a concessão de um empréstimo similar para expansão da malha ferroviária brasileira à oeste com a venda de equipamento ferroviário pesado para as estradas Sorocaba e Paulista. Discutira-se a compra de 26 locomotivas e 1.000 vagões de carga nos EUA com financiamento facilitado do governo americano<sup>446</sup>.

A concessão da vultuosa soma, de cerca de seis milhões de dólares, foi dada ao Brasil a despeito de o país já estar em moratória do serviço da dívida, revelando o caráter exclusivamente político da transação<sup>447</sup>. De igual maneira, o país guarani foi contemplado com um empréstimo do EXIMBANK em junho de 1939 logo após ter sido assegurada a eleição de Estigarribia<sup>448</sup>. Esse era o apoio estadunidense tão esperado pelo Brasil que ajudaria a encerrar definitivamente a questão de suas ligações com os vizinhos.

---

<sup>443</sup> BAPTISTA LUSARDO (BRASEMB-Montevideu) para EXTERIORES. Telegramas, EC, nº 35, Conferência Econômica em Montevideu. 04.05.1940, AHI 35\3\8.

<sup>444</sup> Escreve Edmundo de Macedo Soares “ *A paz do Chaco marca mais uma vitória do Itamarati no decênio de 1930 a 1940, e vai ter seu remate feliz na Conferência Econômica, fixada para se reunir em Montevideu, a 15 de janeiro de 1941, entre os representantes da Bolívia, do Paraguai, do Brasil, da Argentina e do Uruguai, para o estudo e consideração dos problemas econômicos, comerciais, e de trânsito capazes de concorrer para favorecer a reconstrução mais rápida da situação econômica e financeira dos dois países, hoje, definitivamente reconciliados.*”(A **Revolução e a América**, 1941, p.66)

<sup>445</sup> Tensionou o governo paraguaio utilizar os soldados retirados do Chaco como mão de obra para a construção da ferrovia de integração com o Brasil (FERREIRA BRAGA (BRASLEG-Assunção) para EXTERIORES. Telegramas. NP, nº44, Tratados com a Argentina e o Brasil, 25.08.1938, AHI 2\5\2)

<sup>446</sup> FRUS 1938, The American Republics, vol. V, d.382.

<sup>447</sup> idem.

<sup>448</sup> Frank O. Mora escreve: “(...) Em dezembro de 1938, Estigarribia apresentou ao Banco de Exportação-Importação dos EUA(EXIMBANK) uma solicitação de créditos no total de US \$ 7,8 milhões, dos quais US \$ 3,3 milhões seriam alocados para a construção de um trecho de trezentas milhas de Assunção para a fronteira brasileira. Estigarribia informou a Warren Lee Pierson, presidente do Export-Import Bank, que a Estrada teria múltiplos benefícios: ‘passando pela região agrícola mais fértil do Paraguai, reduziria as taxas de frete para o mercado e estimularia a produção de algodão e outras culturas de exportação, triplicando o volume das exportações do Paraguai e revigorar a economia. Além disso, ligando-se ao sistema de alta velocidade brasileiro, a estrada proposta daria ao Paraguai uma alternativa de transporte para o Atlântico, quebrando assim o domínio argentino sobre o comércio exterior do Paraguai ‘.

*Estigarribia esperava que o crédito não só estabilizasse a instável situação política e econômica do país, mas também fortalecesse o governo liberal e sua própria chance de se tornar o próximo candidato presidencial do partido. Enquanto as negociações se seguiam em Washington com a ajuda de seu competente conselheiro Pablo Max Ynsfran, Estigarribia advertiu os líderes liberais que os créditos não conseguiriam chegar a menos que ele fosse indicado para ser indicado como candidato presidencial do Partido Liberal. Em 19 de março, o general Estigarribia aceitou a indicação e retornou a Washington para finalizar as negociações.*



### Mapa 18- Os projetos de vinculação física entre Brasil e Paraguai



Fonte: BIRCH, Melissa H. La política pendular: política de desarrollo del Paraguay en la post guerra in: SIMÓN G., José (comp.) *Política exterior y relaciones internacionales del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1990, p. 215.

Houve muita oposição de alguns setores do Departamento de Estado e do EXIMBANK ao pedido de ajuda do Paraguai, sugerindo que a proposta era "na melhor das hipóteses de dúbia aconselhabilidade". O assessor de Assuntos Econômicos Internacionais do Departamento de Estado e alguns da equipe de Pierson não aprovaram a concessão do empréstimo por causa de desafios técnicos, falta de funcionários qualificados no Paraguai e o impacto negativo nos preços globais do algodão se a produção paraguaia aumentasse 400% conforme o esperado. No entanto, os imperativos políticos e de segurança dos EUA no Paraguai e a necessidade de apoiar os general pró-EUA, que provavelmente se tornaria o próximo presidente do país, levaram Welles e a Casa Branca a pedirem ao EXIMBANK que aprovasse o pedido sem demora. Em maio, Estigarribia foi eleito 'in absentia', e em 13 de junho o presidente eleito José Félix Estigarribia e o secretário de Estado Cordell Hull assinaram um acordo que concedia ao Paraguai um crédito de US \$ 3 milhões para a rodovia e um empréstimo de US \$ 500.000 para fortalecer as reservas do Banco da República do Paraguai.(...)" (MORA, Frank O. *Paraguay and the United States: Distant Allies*, pp. 97-8)

## CONCLUSÕES

A guerra do Chaco foi, sem dúvidas, um acontecimento central na política regional sul-americana na década de 30. Ela sequestrou boa parte da agenda de política externa dos países da região por pouco mais de uma década- de 1928 a 1939. Ela também trouxe um desafio inédito aos aparatos pacificadores europeus da Liga das Nações e americanos representados pelo pacto Briand-Kellogg e a Comissão do Pacto Gondra.

Para o Brasil, ela também teve uma importância central, jamais havendo sido considerada pelos formuladores da política externa como uma questão adstrita ao âmbito bilateral entre Paraguai e Bolívia. Como afirmou Vargas em discurso de 1933, a questão do Chaco assumira para o Brasil, desde o início, aspecto genuinamente continental. Segundo os cálculos estratégicos de diplomatas e de militares brasileiros, apesar de o país não possuir substativos interesses econômicos nem capitais investidos na região em litígio, a disputa foi importante dada as suas potenciais repercussões para o equilíbrio geopolítico sul-americano. Do ponto de vista desses decisores, uma vitória militar inquestionável do Paraguai poderia ter feito pender a balança de poder regional em favor da Argentina, considerada a sua principal rival regional.

O estudo da participação brasileira na guerra do Chaco (1932-1935) nos obriga a efetuar uma revisão de certos cânones historiográficos. Segundo Leslie B. Rout, o Brasil teria desempenhado um papel meramente secundário na contenda, tendo atuado muito mais como expectador do que como protagonista <sup>1</sup>. Tal argumento dificilmente se sustenta quando contrastado com a presente narrativa. A questão do Chaco foi uma das questões centrais para a política externa do 1º governo Getúlio Vargas (1930-1945) e o fato de o Brasil não ter se envolvido militarmente ou não haver sediado as negociações de paz subsequentes não significa que tenha deixado de atuar direta e intensamente.

Entre 1928 e 1935, o Brasil agiu, por vias diplomáticas, com neutralidade e imparcialidade, recusando sistematicamente os pedidos de auxílio militar bolivianos e buscando uma aproximação política com o Paraguai. As propostas quanto recriação do grupo ABCP no Rio, em agosto de 1933; da Ata do Rio, em outubro de 1933, da mediação trilateral

---

<sup>1</sup> Cometendo alguns erros factuais, Rout escreve: “Brazil. The sprawling giant extended friendship to all, and thus Brazil played a relatively insignificant role in the Chaco War. Having withdrawn from the League, Brazil promulgated its own arms embargo in 1934 and participated in all the efforts of the limitrophe states to negotiate peace. Between July and August 1933 Foreign Minister Afranio de Mello Franco instituted his own peace offensive, but when he could not obtain Argentine and Chilean cooperation he terminated his maneuverings. Foreign Minister José Carlos de Macedo Soares, who assumed Office in July 1934, did, however, figure prominently in the final negotiations of May and June 1935. Yet only in October 1933 did Rio de Janeiro serve even temporarily as a seat for Chaco negotiations(...)”. (ROUT,1966, pg. 87)(ROUT, 1970,pg. 63)

entre Brasil, Argentina e EUA, em agosto de 1934; além da viagem de Vargas a Buenos Aires, em maio de 1935 são exemplos que demonstram o vivo interesse do governo brasileiro em ver equacionada a espinhosa controvérsia.

Durante esse período, o Brasil buscou insistentemente uma fórmula capaz de encerrar a luta que considerava fratricida entre vizinhos sul-americanos capaz de trazer graves instabilidades para as suas fronteiras ocidentais. Por vezes, inclusive, o país adotou posturas que implicavam em rivalizar com os seus pares regionais, como o Chile e a Argentina, ou mesmo com a Liga das Nações na redação dos termos da paz.

Como visto, houve momentos em que a guerra do Chaco ameaçou transformar-se em uma conflagração generalizada sul-americana, como na crise das relações de Bolívia e Argentina (1934) e na crise das relações entre Paraguai e Chile (1935), tendo o Brasil atuado nesses episódios como um poder moderador, um fiel da balança, evitando agravamento de tensões. Nesse sentido, agiu o Brasil como um “*hegemonic stabilizer*” na acepção de Barry Buzan & Ole Weaver<sup>2</sup>. Cabe pontuar, porém, que tal postura moderada decorreu, em grande medida, da inescapável realidade fática de sua fraqueza militar e sua conturbada situação doméstica que o confrangia e o impedia de adotar posturas mais assertivas.

O encerramento da contenda não produziu a pretendida descompressão nas relações sul-americanas, tendo dado lugar a uma paz armada entre Paraguai e Bolívia, que só não redundou em outro conflito ainda mais amplo dado a pressão moral dos países mediadores e a fraqueza militar dos ex-contendores. Terminado o conflito, o Paraguai tratou de explorar os trunfos obtidos por meio das armas para obter concessões nas negociações de paz subsequentes. Em especial, os paraguaios foram hábeis em explorar os temores psicológicos do governo de La Paz quanto a segregação das regiões petrolíferas de Santa Cruz e El Beni, que permaneceram ameaçadas pelos exércitos paraguaios.

De 1935-1938, sob a chefia do diplomata José de Paula Rodrigues Alves, o Brasil atuou diplomaticamente no âmbito da Conferência da Paz de Buenos Aires para conciliar os pontos de vistas extremos dos delegados dos ex-beligerantes na busca de uma paz completa benéfica para o desenvolvimento econômico de ambas as nações. O delegado brasileiro buscou demover os países a recorrerem novamente ao recurso das armas em prol de uma paz honrosa e mutuamente benéfica. As dificuldades foram inúmeras, como a competição entre os

---

<sup>2</sup> Um guardião da estabilidade política da América do Sul, evitando impor soluções de força às nações mais fracas. (Buzan, B., & Weaver, O.. South America: An under-conflictual anomaly? In: \_\_\_\_\_ **Regions and Powers: The Structure of International Security** (Cambridge Studies in International Relations), Cambridge: Cambridge University Press, cap. 10, pp. 304-339.)

países mediadores, as presilhas de política interna dos emissários diplomáticos de Paraguai e Bolívia, os projetos de projeção regional conflitantes, a pressão das corporações militares, etc.

A postura pouco colaborativa da chancelaria argentina, sob a condução de Carlos Saavedra Lamas foi outro fator considerado pernicioso ao estabelecimento de uma paz rápida e satisfatória. O chanceler Saavedra Lamas, que ficou incumbido de presidir as negociações de paz entre 1935-1938, agiu politicamente como um mediador interessado, que ora secundava a intransigência paraguaia ora a boliviana, segundo as conveniências políticas de seu país, criando rivalidades com os demais mediadores. Ao que tudo indica, essa postura obedeceu a uma estratégia de projeção regional argentina, que tinha por base a ratificação dos tratados de vinculação econômica com a Bolívia de 1923\1925. Essa orientação de política externa argentina, no entanto, foi controversa, fato que conduziu ao progressivo isolamento da Argentina no concerto regional de nações. Houve inclusive dissidências no próprio seio do governo Agustin P. Justo (1932-1938) com relação a tal política.

Na negociação da fórmula pacificadora esteve subjacente a luta por hegemonia regional entre os dois principais países mediadores- o Brasil e a Argentina. Tanto a Bolívia quanto o Paraguai negociaram com seus vizinhos maiores os termos de uma vinculação comercial e financeira em troca de apoio nas negociações definitivas de paz. Essa disputa foi encerrada, em 1938, com a ratificação boliviana do Tratado de aproveitamento e escoamento do petróleo sub-andino pactuado com o Brasil e pela negociação concomitante de convênios de vinculação ferroviária e rodoviária entre Brasil e Paraguai, fatos que inviabilizaram os planos argentinos de monopolizar o comércio de boa parte da América do Sul e de tornar Buenos Aires o incontestado centro de gravidade político-econômico da região.

Para evitar que a outra potência regional estendesse sua hegemonia à Bolívia e se apoderasse da matéria-prima estratégica boliviana- o petróleo-, o Brasil apressou a assinatura de tais tratados a fim de garantir uma posição privilegiada nesse mercado; fê-lo inclusive ao preço de renunciar à postura de equidistância que adotara durante uma década na disputa paraguaio-boliviana. O governo brasileiro, porém, tratou de não hostilizar ou melindrar o vizinho Paraguai, fornecendo também a ele vantagens comerciais que permitissem a conclusão de uma paz duradoura e propícia ao desenvolvimento econômico de todas as nações. Como afirma León Bieber, a postura da diplomacia brasileira com relação ao litígio do Chaco obedeceu a cálculos estratégicos de posicionamento regional de longo prazo. Ela foi

uma diplomacia refletida, criativa e construída sob um alicerce geopolítico não meramente circunscrito a interesses comerciais imediatos<sup>3</sup>.

O presente estudo também nos permite efetuar reavaliações historiográficas quanto ao padrão de relações bilaterais do Brasil com outros países sul-americanos na década de 30. No que tange as relações Brasil-Argentina, ele permite refutar a narrativa amplamente difundida nos meios historiográficos de que ao longo da década de 30 teria havido um “*crescendo*” de cooperação entre os dois países, tal qual a mera observação dos eventos nos poderia fazer pressupor – por exemplo, a troca de visitas entre os presidentes Vargas e Justo em 1933 e em 1935 e no encontro de Uruguaiana, em 1937.

Conforme observado, as relações entre Brasil e Argentina durante o período de 1928-1938 não foram de todo harmônicas, tendo sofrido com a perturbação da controvérsia do Chaco<sup>4</sup>. Ambos países rivalizavam, direta ou indiretamente, na definição da questão paraguaio-boliviana. Faz-se mister pontuar que a instabilidade não atingiu o nível “estrutural” das relações em grande medida devido a uma política deliberada do governo brasileiro de cordialidade e de não confronto com a Argentina. Ao que tudo indica, o presidente Getúlio Vargas e seus chanceleres atuaram na desminagem do terreno, evitando a explosão de situações potencialmente perigosas, tendo em vista as fragilidades militares nacionais, os importantes vínculos comerciais com o vizinho e a afinidade das visões de mundo das suas elites.

Durante o governo de Agustín P. Justo houve uma paradoxal piora nas relações bilaterais apesar do intenso programa de aproximação empreendido pelos presidentes de ambas nações, fato em grande parte atribuído à postura do seu chanceler Saavedra Lamas na controvérsia do Chaco. A chegada de Ramón S. Ortiz à presidência da república argentina em 1938 e a nomeação de Justo à presidência da Conferência de Paz de Buenos Aires abriu uma nova perspectiva na relação entre os dois países.

---

<sup>3</sup> BIEBER, León E. “A Guerra do Chaco e as relações brasileiro-bolivianas no período 1930-1945. Um caso de reorientação da política exterior do Brasil”. *Ibero-Amerikanisches Archiv*. 22.3 y 4 (1996), p.288.

<sup>4</sup> Na opinião do autor, o melhor enquadramento conceitual para as relações Brasil-Argentina no período em menção seria aquele formulado por Alessandro Warley Candeas (2010) de “*instabilidade conjuntural e busca da cooperação com momentos de rivalidade*”(CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos** Rev. Bras. Polít. Int., vol.48, n.1, 2005, pp.178-213).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### A) FONTES PRIMÁRIAS

#### 1. Arquivos

1.1. Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores de Paraguay- Assunção  
Legacion de Paraguay en Brasil

1.2. Archivo General de la Nación - Buenos Aires  
Fondo Julio A. Roca (hijo)  
Fondo Agustin P. Justo

1.3. Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto - Buenos Aires  
Embajada argentina en Rio de Janeiro

1.4. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil,  
Fundação Getúlio Vargas (CPDOC\ FGV) – Rio de Janeiro  
Arquivo Getúlio Vargas (GV)  
Arquivo Oswaldo Aranha (OA)

1.5. Arquivo Nacional (AN) - Rio de Janeiro.  
Arquivo Góes Monteiro (GM).

1.6. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)- Rio de Janeiro  
Ofícios, Telegramas e Despachos das Legações do Brasil em La Paz e Assunção-  
1928- 1938  
Ofícios e Telegramas das Embaixadas do Brasil em Buenos Aires, Montevideo,  
Santiago e Washington – 1928-1938  
Ofícios da Delegação do Brasil à Conferência de Paz de Buenos Aires  
Telegramas da Delegação do Brasil à Conferência de Paz de Buenos Aires

1.7. Arquivo Histórico do Exército (AHex)- Rio de Janeiro.  
Relatórios do Estado-Maior do Exército

1.8. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- Rio de Janeiro.  
Arquivo Macedo Soares (MS).

1.9. Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo.  
Arquivo Macedo Soares- série pessoal (MSP).

1.10. Biblioteca Nacional (BN)- Rio de Janeiro  
Arquivo Afrânio de Melo Franco (MF)

## 2. Impresas e Oficiais

ARGENTINA. Visita a la Argentina del Excmo. Señor Presidente de los EE.UU del Brasil Dr. Getúlio D. Vargas: Reseña de los actos realizados y Recopilación de Documentos, Buenos Aires, 1935.

BRASIL. Relatório do Ministério das Relações Exteriores (República).  
\_\_\_\_\_. Relatório do Ministério da Guerra (República)

CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA NACIONAL. **Ata da primeira sessão.** 28 de dezembro de 1934.

\_\_\_\_\_. **Ata da segunda sessão.** 09 de outubro de 1935.

\_\_\_\_\_. **Ata da terceira sessão.** 31 de agosto de 1937.

Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, **Diário de Sessões**, Versões Tachygraphycas, Buenos Aires, Imprensa do Congresso Nacional, 1937.

## 3. Jornais

a) Brasil (Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro)  
Diário Carioca  
O imparcial

## 4. Diários, memórias, artigos e livros de época:

ACCIOLY, Hildebrando. **Limites do Brasil:** A Fronteira com o Paraguay. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. (94(81:892) A1711b Biblioteca Azeredo da Silveira)

ARANHA, Oswaldo & MACEDO SOARES, José Roberto. **A Revolução e a América:** presidente Getulio Vargas e a diplomacia (1930-1940): discurso e conferência realizados no Palácio Tiradentes, em 23 de dezembro de 1940, DIP, 1940, Rio de Janeiro, 77 p.

ARANHA, Oswaldo. **Fronteiras e limites:** (a política do Brasil). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. 21 p.

ALCORTA, Félix Paiva. **La Paz del Chaco:** documentos para el estudio de las tratativas que concluyeron en el Tratado de paz, amistad y límites con Bolivia (Archivo del Dr. Félix Paiva), Editorial El Lector, 1997, 290 p.

ALVESTEGUI, David. **Salamanca:** su gravitación sobre el destino de Bolívia

ALESSANDRI PALMA, Arturo. **Recuerdos de gobierno:** administración 1932-1938, vol. 3, Editorial Nascimento, Santiago, 1967

BARROS, Jayme de. **Sete anos de política exterior do Brasil: Aspectos principais.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 119 p

\_\_\_\_\_. **A política exterior do Brasil: (1930-1940).** [Rio de Janeiro]: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941. 367 p.

\_\_\_\_\_. **Chão de vida; memórias.** Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1985.

BRADEN, Spruille. **Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden,** New Rochelle, N. Y.: Arlington House, Arlington House Productions, 1971

\_\_\_\_\_. **The Chaco Peace Conference: report of the Delegation of the United States of America to the Peace Conference held at Buenos Aires July 1, 1935-January 23, 1939.** Washington, U.S. Govt. Print. Off., 1940.

BENITEZ, Justo Pastor. **Estigarribia: el soldado del Chaco.** 2ª edición. Ediciones Nizza, Buenos Aires- Asunción, 1958

CAMARGO, Aspásia (org.). **Artes da Política: um diálogo com Amaral Peixoto:** Editora Nova Fronteira, 1986,

CARABANTES, Enrique Bernstein. **Recuerdos de un diplomático: haciendo camino 1933-1957.** Editorial Adrés Bello, volumen I, 2ª ed., 1984

CARCANO, Ramón José. **Mis primeros 80 años.** Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1943 (CATS 929(Carcano, Ramon J.) C265mp Biblioteca Azeredo da Silveira)

CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Paz no Chaco: como foi efetuada no campo de batalha,** Biblioteca do Exército Editora, 1958.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe --.** Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955. 546 p.

COELLO, Vicente Rivarola. **Memorias diplomáticas.** Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1952 (v. I) , 1955 (v. II), v.(III).

\_\_\_\_\_. **Cartas Diplomáticas: Eusebio Ayala, Vicente Rivarola : Guerra del Chaco,** Asuncion, Industria Grafica del Libro, 1982, 421 p

DIEZ DE MEDINA, Eduardo. **De um Siglo al Outro: Memorias de un hombre público.** La Paz: Imprensa Alfonso Terejina, 1955. Disponível em <<http://www.andesacd.org/wp-content/uploads/2012/01/De-un-Siglo-al-Otro.pdf>> Acesso em 06-07-2018.



DODD JR. William E; DODD, Marta. **Ambassador Dodd's Diary: 1933–1938**. London, Victor Gollancz Ltd, 1945. Disponível em: <<https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.186468/>>. Acesso em 05-06-2019.

ELIO, Tomás Manuel. **La guerra y la paz del Chaco**, s'ed, 1959, 324 p.  
 \_\_\_\_\_ . **La Paz del Chaco: una decisión política**. Editorial Los amigos del libro, La Paz-Cochabamba, Bolívia, 1988, 310 p.

ESTIGARRIBIA DE FERNÁNDEZ, Graciela. **Estigarribia: el gran desconocido**. Carlos Schauman Editor, 3ª edición, Asuncion, Paraguay, 1988, 151 p.

FARIAS, Cordeiro de; CAMARGO, Aspásia (Coord); GÓIS, Walder de (Coord.). **Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. 635 p.

GONÇALVEZ, Roberto Mendes. **Quarenta anos de Campanha 1920-1960**(Reminiscências Diplomáticas), Rio de Janeiro, 1968, Livraria Agir Editora, 195p;

HULL, Cordell. **The Memoirs of Cordell Hull**. Prepared with the assistance of Andrew Berding. 2 vols. New York: Macmillan Co., 1948

LACONICH, Marco Antonio. **La Paz del Chaco: un pueblo traicionado**. Prólogo del coronel Rafael Franco. Editorial Paraguay, 1939.

LAMAS, Carlos Saavedra. **Vida Internacional**. Editorial Nacional. 1948. Disponível em:<<https://www.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/63283/2/212312.pdf&origen=BDigital>> Acesso em 06-07-2018

MELO FRANCO, Afrânio de. **Episódios de Política Internacional Contemporânea**. Rio de Janeiro: s.ed,1941.

OSTRIA GUTIERREZ, Alberto. **Una Obra y un Destino**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1946.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Editora Objetiva, 2017, 568p.

RAMÍREZ, Juan Isidro. **La Paz del Chaco: la defensa de la línea de hitos**. Ediciones y Arte S.R.L, Asunción, 2005, 370 p.

REYES, Alfonso. **Misión Diplomática**. Tomo II, Secretaria de Relaciones Exteriores, México, 2001

SAAVEDRA, Bautista. **El último jirón de la patria** : lo que para conservarlo hizo. Libreria Editorial “Juventud”, La Paz – Bolivia

VARGAS, Getúlio D. **Diários**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, 2 v.

WELLES, Sumner. **Seven Decisions that Shaped History**. New York: Harper & Bros., 1950, 236 p.

YNSFRAN, Pablo Max. **The Epic of the Chaco**: Marshal Estigarribia’s Memoirs of the Chaco War, 1932-1935. Institute of Latin-American Studies, vol.8, Austin: University of Texas, 1950

## B) FONTES SECUNDÁRIAS

### 1. Teses e Dissertações

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, (1822-1889)**. Brasília, 1989. Dissertação (Mestrado em História da Política Exterior do Brasil), Departamento de História da Universidade de Brasília, v.2

GARNER, Robin William. **“The Subjective Prestige Factor in the Diplomatic Milieu of the Chaco War: A Case Study in Systems Analysis”**. Tesis de Doctorado en Filosofía. New Orleans: Tulane University, 1963.

GOMES, Enrico Diogo Moro. **Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju**. Dissertação (Mestrado). Instituto Rio Branco. 2009. Ministério das Relações Exteriores.

LACASSE, Geoffrey D. **Trace of Oil: The Search for the Initiating Factor of the Chaco War**, Thesis (M.A.), Dept. of History / Simon Fraser University, 1987.

MARTINS, Marcos Antonio Favaro. **Mario Travassos e Carlos Badia Malagrida: dois modelos geopolíticos sobre a América do Sul**. Dissertação(Mestrado), USP, São Paulo, 2011

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)**. Dissertação de Mestrado, USP, 1981;

NETO, Flávio José Régis Paulo. **Marcos da integração energética entre o Brasil e a Bolívia: 1930-1990**. Dissertação(Mestrado), Universidade de Brasília, Departamento de Relações Internacionais, 2007

ROUT JR. Leslie B. **The Chaco war: a study in inter-American diplomacy.** Tesis de Doctorado en Filosofía. University of Minnesota, 1966.

OLIVEIRA, Márcio Gimene de. **A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade.** Dissertação(Mestrado) Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, Brasília, 2008

ZUCCARINO, Maximiliano. **La Posición de la Argentina ante la Guerra del Chaco(1932-1935):** Variables Internas y Externas como condicionantes de la política exterior. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, Marzo 2016

## 2. Artigos e capítulos de livros

AGUILLERA, Óscar Javier Barrera. La Guerra del Chaco como desafío al panamericanismo: el sinuoso camino a la Conferencia de Paz de Buenos Aires, 1934-1935. **Anu. colomb. histo. soc. cult.**, Volumen 38, Número 1, p. 179-217, 2011.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. 80 anos da obra projeção continental do Brasil, de Mario Travassos. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 29 (2015), p. 59 a 78.

ALEIXO, José Carlos Brandi. Mediação e Bons ofícios: considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina. **R. Int. Legisl. Brasília** a.24 n.95. jul.\set. 1987

BIEBER, León E. “A Guerra do Chaco e as relações brasileiro-bolivianas no período 1930-1945. Um caso de reorientação da política exterior do Brasil”. *Ibero-Amerikanisches Archiv*. 22.3 y 4 (1996): 267-288.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole.. South America: An under-conflictual anomaly? In: \_\_\_\_ **Regions and Powers: The Structure of International Security** (Cambridge Studies in International Relations), Cambridge: Cambridge University Press, cap. 10, pp. 304-339.

CANTILLO, José Cantilo. José Maria Cantillo:1877-1953, Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales(CARI), **Los Diplomáticos**, nº16 – Diciembre 1999.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos **Rev. Bras. Polít. Int.**, vol.48, n.1, 2005, pp.178-213.

DIAZ, Milton Cortés. La Diplomacia Chilena y el Conflicto del Chaco (1928-1938), **Revista Encrucijada Americana** - Año 8 - N° 1 - 2016 – 1

DORATIOTO, Francisco. As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (126-1936). In: **Brasil-Argentina: a visão do outro**. FUNAG, 2000, p. 439-477.

DALLA-CORTE CABALLERO, Gabriela, Hacia la Guerra del Chaco. La legación de Chile en Asunción del Paraguay. *Avances del Cesor*, Año XI, N° 11, segundo semestre de 2014, pp. 19-40.

FARIAS, Rogério de Souza. O Retrato de um Diplomata enquanto jovem: pensamento e ação de Jorge Latour, o criador do Instituto Rio Branco. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 176 (468):133-168, jul./set. 2015

GARCIA, Eugênio Vargas. A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. **Rev. Bras. Hist.** vol.23 no.46 São Paulo 2003

HAGE, José Alexandre Altahyde. Mario Travassos e a geopolítica brasileira: tensões com a Argentina e preocupações com Imperialismos. **Revista de Geopolítica**, v. 4, nº 1, p. 98 – 114, jan./jun. 2013.

HILTON, Stanley. Afranio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943 in: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, XXIX: 113-144, pp. 15-46, janeiro-junho 1986.  
\_\_\_\_\_. The Argentine factor in Twentieth-Century Brazilian Foreign Policy Strategy. **Political Science Quarterly**, vol. 100, n. 1, p. 27-51, 1985

KLEIN, Herbert S. The creation of the Patiño Tin Empire. **Inter-American Economic Affairs**, vol. 19, nº2, Autumn 1965.

MARIO, Gustavo Parrón, La diplomacia argentina en el conflicto bélico del Chaco Boreal según el intransigente y nueva época. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Questions du temps présent, mis en ligne le 10 mars 2015, consulté le 05 juin 2018. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/67686>

MCCANN, Frank D.. Compromisso entre Vargas, Góis Monteiro, Dutra e o estabelecimento do Estado Novo. **Revista Acervo**, v.30, n.2, p.19-35, Rio de Janeiro, jul./dez. 2017.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: Remond, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 365-399.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A Guerra do Chaco. **Rev. bras. polít. int.** vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998

MOURA, Gerson. A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: Ruptura ou Continuidade? **Seminário sobre a Revolução de 1930**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 22 a 25 de setembro, 1980a.

PINHEIRO, Letícia Abreu. O Brasil no Mundo. In: Angela Maria de Castro Gomes (org) ; Lilia M. Schwarcz (direção). (Org.). **História do Brasil Nação**: Olhando para dentro, 1930-1964. 1aed. Rio de Janeiro: Mapfre/Objetiva, 2013, v. 4, p. 143-177.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a Distante América do Sul. **Revista de História**, nº 145, p.127-149, 2001

PUTNAM, Robert D.. Diplomacy and domestic politics: the logic of the two-level games. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2010, vol.18, n.36, pp.147-174.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Da chegada da missão militar no Brasil em 1936 à dominação total da influência doutrinária do exército do TioSam no exército do Zé Carioca. **Cadernos daFaEL**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-15, 2008. Disponível em <  
[http://www.unig.br/cadernosdafael/vol1\\_num1/index.php](http://www.unig.br/cadernosdafael/vol1_num1/index.php) >

SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. **Rev. Bras. Polít. Int.** 46 (1): 87-112 [2003]

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. O embaixador José Carlos de Macedo Soares: o homem e a obra. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 346, p. 175-190, jan./mar. 1985.

SILVEIRA, Helder Gordim da. A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul. **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 649-667

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), **Rev. Bras. Polít. Int.** 45 (1): 117-145 [2002]

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas. **Anos 90**, n.5, Porto Alegre, julho 1996

STOCCO, Sandra Perez. La Neutralidad Argentina en la Guerra del Chaco. **Épocas - revista de historia** - usal - núm. 5, primer semestre 2012 issn 1851-443X

HUGHES, Matthew. Logistics and Chaco War: Bolivia versus Paraguay, 1932-35, **The Journal of Military History**, Volume 69, Number 2, April 2005, pp. 411-437

WALDMANN JR., Ludolf. Brasil, Estados Unidos e Argentina no “caso dos contratorpedeiros”, 1937. **Revista Estudos Internacionais**, v. 4, n. 3 (2016) , p.75 – 97, Belo Horizonte, PUC Minas.

WHATELY, Luis Alberto. Ligação Ferroviária Brasil-Bolívia, **conferência proferida pelo engenheiro civil Luiz Alberto Whately**. Engenheiro Chefe da Comissão Mixta Brasileiro- Boliviana, na Escola Nacional de Engenharia(Escola Politécnica) do Rio de Janeiro, no dia 25 de Maio de 1938.

ZUCCARINO, Maximiliano. Los intereses argentinos en Paraguay durante la Guerra del Chaco (1932-1935): razones de un apoyo incondicional, **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, vol. 28, No 1.

ZUCCARINO, M. Zuccarino y G. Vilar. La rivalidad argentino-norteamericana una historia de confrontación y desconfianza. Un análisis de sus relaciones bilaterales en el marco de las negociaciones de paz de la mayor contienda armada sudamericana del siglo XX.**Estudios Avanzados** 19 (Jun. 2013): 67-89.

\_\_\_\_\_. La ayuda argentina al Paraguay en el plano logístico y militar durante la Guerra del Chaco. Conference Paper. IX Jornadas de Investigadores de Historia, At Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Argentina. 2012

### 3. Livros:

ALLISON, Graham, and Philip Zelikow. **Essence of Decision**: Explaining the Cuban Missile Crisis. New York: Longman, 1999.

AMÓROS, Mário. **Rapa Nui**: una herida en el oceano. Santiago: Ediciones B, 2018, 257 p.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**, Editora Unesp, 2007, 184 p.

ASSIS BRASIL, **Joaquim Francisco de. Assis Brasil** um diplomata da república. chdd / FUNAG, Rio de Janeiro, 2006

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção de hegemonia. - São Paulo, Editora UNESP, 2002.

BARROS, Mario Van Buren. **Historia diplomática de Chile, 1541-1938**. 2ª edición(actualizada a 1958), Editorial A. Bello, 1990

BENITEZ, Luis G. **História Diplomática del Paraguay**, Asunción, 1972.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: de 1870 a 1930**, vol. 05, Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **História da América Latina: A América Latina após 1930: Economia e Sociedade. As economias latino-americanas 1939-1950**, vol. 06, Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **História da América Latina**, vol.10, Edusp, 2002.

BOETTNER, Luis Maria Ramírez. **El Conflicto entre Paraguay y Bolívia sobre el Chaco**, Intercontinental Editora, Asunción, Paraguay, Junio 2016

BROCKMANN S., Robert. **El general y sus presidentes: Vida y tiempos de Hans Kundt, Ernst Röhm y siete presidentes de Bolivia, 1911-1939**, Plural Editores, 3ª ed., 2009.

BUENO, Clodoaldo. **Política Externa da Primeira República**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARR, E.H. **O Historiador e os seus factos**. In: Que é a História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História Diplomática do Brasil 1884-1980**, edição fac-similar, Senado Federal, Brasília, 1998, 140p.(Coleção Memória Brasileira; v. 13)

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CENTENO, Miguel Angel. **Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America**, University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2002.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

\_\_\_\_\_. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, 297 p., ISBN 978-85-02-06570-3.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª Edição Ampliada, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002, 525 p.

CERVO, Amado Luis & RAPOPORT, Mario. (Orgs.). **História do Cone Sul**. 2ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015, 384p.

CESPEDES, Augusto. **El Dictador Suicida: 40 años de historia de Bolivia** Santiago : Universitaria, 1956. 254 p. (CATS 94(84) C422ds Biblioteca Azeredo da Silveira)

CHAVES, Julio César. **Compendio de Historia Paraguaya**, Carlos Schauman Editor, 1991

CHIAVENATO, Júlio J. **A Guerra do Chaco**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. **A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental**, o exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Bibliex: Rio de Janeiro, 2000.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: CARI/Nuevohacer, 1999, t.IX(1930-1943)

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial** : história e crítica. – 2. ed. rev. – Brasília, FUNAG, 2017

DALLA-CORTE CABALLERO, Gabriela. **Lealtades firmes. Redes de sociabilidad y empresas**: la “Carlos Casado S. A.” entre la Argentina y el Chaco paraguayo (1860-1940), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009, 575 p

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relações Brasil-Paraguai**: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954). 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. v. 1. 552p

\_\_\_\_\_. **O Brasil no Rio Prata (1822-1994)** – 2. ed. – Brasília: FUNAG, 2014, 190 p.

DUNKERLEY, James. **Orígenes del poder militar**, Bolivia 1879-1935, 1987, Plural, La Paz, 2003, 270p.

ESCUDÉ, Carlos& CISNEIROS, Andrés. **Historia General de las Relaciones Exteriores de Argentina(1806 - 1989)**. 20 vol.BsAs. Grupo Editor,2000

ESTEVES, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: Edição do EME, 1996

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002).São Paulo: Editora 34, 2004, 574 p.

FARCAU, Bruce W..**The Chaco War** : Bolivia and Paraguay, 1932-1935, 1951-Published. Westport, Conn : Praeger, 1996.



FARINA, Bernardo Neri. **José Bozzano y la Guerra del Material**. Colección Protagonistas de la História, nº10, Editorial El Lector, Asunción, 2011, 146p.

FLECHA, Salum. **História Diplomática del Paraguay: de 1869 a 1938**. Segunda edición. Asunción: EMASA, 1978.

FRANK, Gary. **Struggle for hegemony in South America: Argentina, Brazil, and the United States during the Second World War**. Foreign Affairs Monographs, Center for Advanced International Studies, University of Miami, 1979, p. 116.

FRAGA, Rosendo. **Ramón J. Cárcano**, diplomata: a história como instrumento da diplomacia. Brasília: FUNAG, 2000.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História** – Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003, 211p.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Território e negócios na "Era dos Impérios"**: os belgas na fronteira oeste do Brasil / Domingos Sávio da Cunha Garcia. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre a América e a Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Editora da Universidade de Brasília, FUNAG, 2006, 672p.  
\_\_\_\_\_. **O Brasil e a Liga das Nações(1919-1926):vencer ou não perder**. 2ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GARNER, William R. **The Chaco Dispute: A Study of Prestige Diplomacy**. Washington D.C; Public Affairs Press, 1966

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas** : um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil – Ed. rev. e atual. – Brasília : FUNAG, 2015.

HALPERIN DONGHI, Túlio. **Historia contemporánea de América Latina**. 13. edición revisada y ampliada, Madrid: Alianza Editorial, 1990.

HILTON, Stanley E. **O Brasil e a crise internacional: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977  
\_\_\_\_\_. **O Brasil e as Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.  
\_\_\_\_\_. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1994.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX:1914-1991**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLEIN, Herbert S. **Historia de Bolívia**. La Paz: Librería Editorial Juventud, 1994.

LA FOY, Margaret. **The Chaco Dispute and the League of Nations**. Bryn Mawr college., 1941, 157p.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria** - imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). Editora Moderna, 1997, 320p.

MARTINS, Marcos Antonio Favaro. **Os construtores da geopolítica sul-americana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, 217p. Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v.26.

McCANN, Frank D. **The Brazilian American Alliance: 1937-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1974.

\_\_\_\_\_. **Soldados da Pátria**. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia das Letras/Biblioteca do Exército, 2009.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Um estadista da República: Afrânio de Melo Fraco e seu tempo**. 2ª edição, volume único, Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1976.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul**, Annablume, 1996, 252p.

MERCADO MOREIRA, Miguel. **Historia Diplomatica de la Guerra del Chaco**. La Paz: Talleres Gráficos Bolivianos, 1966

MORA, Frank O. **La política exterior del Paraguay (1811-1989)**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos/Ediciones y Arte Editora, 1993.

MORA, Frank & COONEY, Jerry. **Paraguay and the United States: Distant Allies**. University of Georgia Press, August 25, 2007, 352 p.

MORENO, Isidoro Ruiz. **Historia de las relaciones exteriores argentinas (1810-1955)**. Buenos Aires: Perrot, 1961.

MOREIRA, Rogélio Ayala. **Por que no ganamos la guerra del Chaco**. 1959. La Paz, Tall. Gráf. Bolivianos, 1959.

MESA, José de; MESA, Carlos; e GISBERT, Teresa. **Historia de Bolívia**. 7. ed. La Paz: Editorial Gisbert y Cia, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos** : conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Estado Nacional e política internacional na América Latina**; o continente nas relações Argentina - Brasil (1930-1992). 2ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995, 352 p.

MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. **O arquivo de José Carlos de Macedo Soares**: correspondência ativa e passiva; EDIPUCRS, Porto Alegre, 2003, 123 p.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz, Brasília: EdUnb, 2003

PASTORE, Carlos. **El Gran Chaco en la formación territorial del Paraguay**; etapas de su incorporación. Asunción: Criterio Ediciones, 1989.

QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Historia de la Guerra del Chaco**, Librería Editorial "Juventud", La Paz, Bolívia, 1998, 191 p

\_\_\_\_\_. **Masamaclay**. História política, diplomática y militar de la Guerra del Chaco, Editorial Los amigos del Libro, 1965, La Paz, Bolívia- 485 p.

QUEIROLO, Victor Ayala. **Paz del Chaco** (período 15 julio 1935 – 21-I-1936); gestión dr. Gerónimo Zubizarreta. Asunción: Casa Libro, 1976.

ROSANVALLON. Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, 101p

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes dos. **O Império e as Repúblicas do Pacífico**: as Relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia - 1822/1889. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2002. 177p.

SENRA, Nelson de Castro (org.). **Embaixador Macedo Soares, um príncipe da conciliação**: recordando o 1º presidente do IBGE . Centro de Documentação e Disseminação de Informações-IBGE, 2008, 330p.

SILVA, Hélio. **1937**: Todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, 619p.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIART, Gustavo. **El Dr. Luis A. Riart y la defensa del Chaco**. Asunción: Cromo, 1987.

ROUQUIÉ, A. **Poder militar y sociedad política en la Argentina**: hasta 1943. Buenos Aires: Emecé, 1981.

RUSSEL, R.; TOKATLIAN, G. **El lugar de Brasil em la política exterior argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

ROUT JR. Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, 282p.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização - Col. Relações Internacionais - Vol. 1 - 2ª ed. Editora Saraiva. 2007, 347p.

SCENNA, Miguel Ángel. **Argentina-Brasil**: cuatro siglos de rivalidad. Buenos Aires: La Bastilla, 1975

SEIFERHELD, Alfredo. **Economía y petróleo durante la Guerra del Chaco**: apuntes para una historia económica del conflicto paraguayo-boliviano, Editorial Lector, Asunción, 1983, 535p.

SILVEIRA, Helder Gordim da. **Argentina X Brasil: A Questão Do Chaco Boreal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, 186 p.

STOCCO, Sandra Perez. **La paz del Chaco**: Carlos Saavedra Lamas y la participación de la Cancillería argentina (1932-1938). Mendoza, Jael Editores de Mendoza. 2014, 363 p.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Diplomatas, Políticos e Militares**. As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo. 1999, 224 p.

PEÑA VILLAMIL, Manuel. **Las relaciones paraguayo-argentinas durante el conflicto del Chaco, 1925-1935**, in: Historia Paraguaya. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia, v. XXXIII, pp.167-199, 1994.

PETERSON, Harold. **Argentina and the United States 1810-1960**, State University of New York, New York, 1964.

PIGNATELLI, Adrián Ignacio. **El traidor**: la historia del único militar argentino destituido por espionaje. Javier Vergara editor. Buenos Aires. 2011

PORTALES, Felipe. **Historias Desconocidas de Chile**. Editorial Catalonia, 2016, 264 p.

POTASH, Robert A. **El Ejército y la Política en la República Argentina 1928-1945: de Yrigoyen a Perón.** Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1971.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil.** São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938, 3 ed.

UGARTE, José M. Zubizarreta. **La Paz del Chaco: antecedentes del Conflicto.**

WOOD, Bryce. **The Making of the Good Neighbour Policy.** Columbia University Press. New York and London, 1961, 438 p.

YEGRIN, Daniel. **O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro.** Editora Paz e Terra, 2012, 1077p.

YEGROS, Ricardo Scavone. **Las relaciones entre el Paraguay y Bolívia en el siglo XIX.** Asunción: ServiLibro, 2004

\_\_\_\_\_ **Historia de las relaciones internacionales del Paraguay.**  
Asunción: El Lector/ABC Color, 2010.

ZOOK, David. **La Conducción de la Guerra del Chaco,** 1962, Editorial El Lector, Asunción, 1997, 322 p.

**FIGURA 1: MANIFESTAÇÃO EM LA PAZ CONTRA OS PARAGUAIOS EM 1932**



**FIGURA 2: A CÚPULA CIVIL E MILITAR PARAGUAIA.** Nas extremidades o presidente, Eusébio Ayala, e sua esposa, Marcelle Durand. No centro o general Estigarribia (foto:1935)





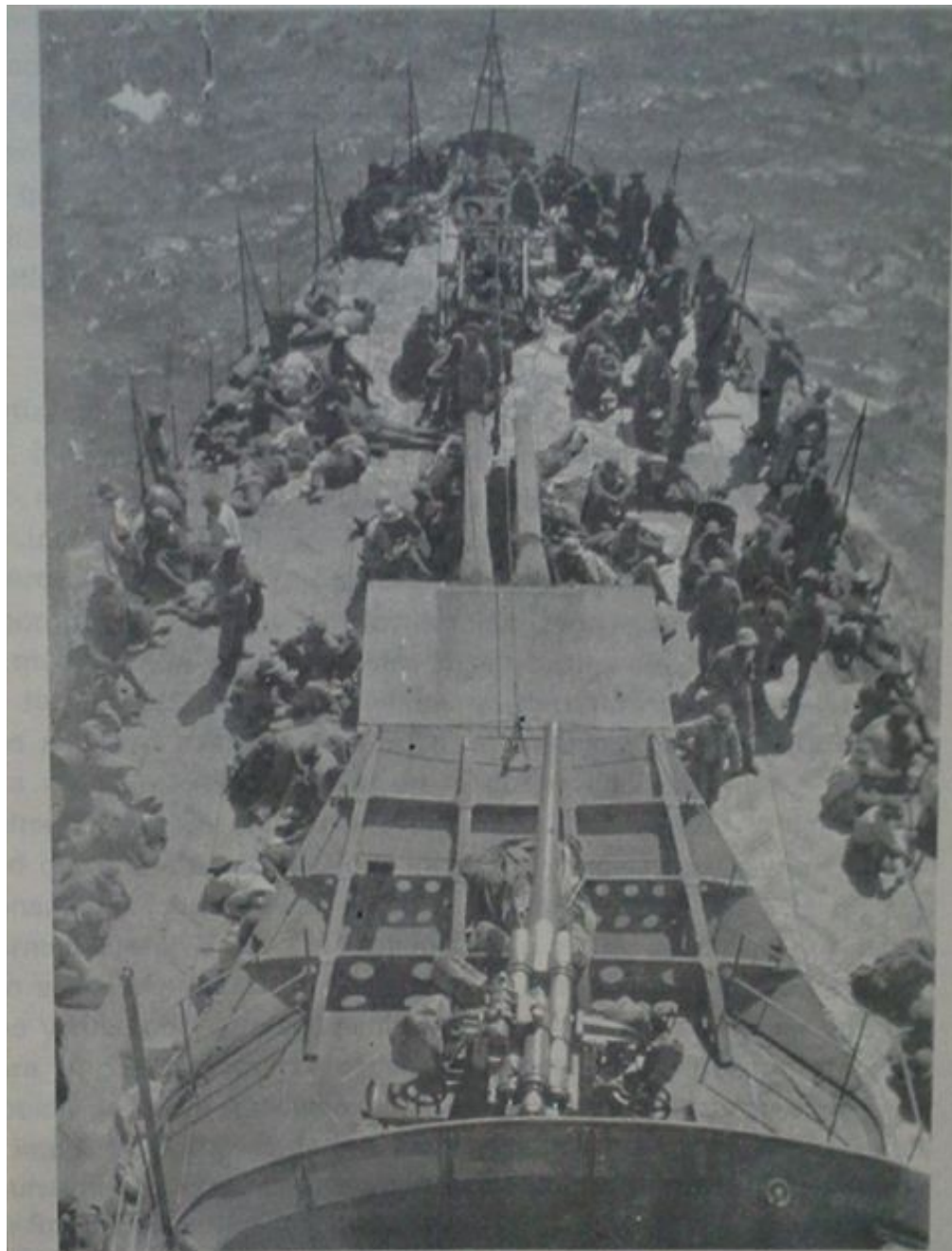
**FIGURA 3: SOLDADOS BOLIVIANOS PREPARAM METRALHADORA**



**FIGURA 4: GRUPAMENTO DE ARTILHARIA BOLIVIANO**



**FIGURA 5: SOLDADOS PARAGUAIOS CONDUZIDOS AO FRONT POR CANHONEIRA.** As belonaves adquiridas na Itália não chegaram a entrar em combate, mas serviram como meio de transporte de tropas.



Cañonero "Paraguay", transportando tropas con destino a Bahía Negra, al inicio de la Guerra del Chaco.



**FIGURA 6: AVIÃO BOLIVIANO SOCORRE FERIDOS**



(fonte: Getty images)

**FIGURA 7: SOLDADOS EM CRATERA DE BOMBA.** Demonstra a potência dos armamentos utilizados



**FIGURA 8: VARGAS CONVERSA COM O CHANCELER ARGENTINO SAAVEDRA LAMAS.** Lamas passaria a ser considerado um dos principais obstáculos para se alcançar um acordo de paz.



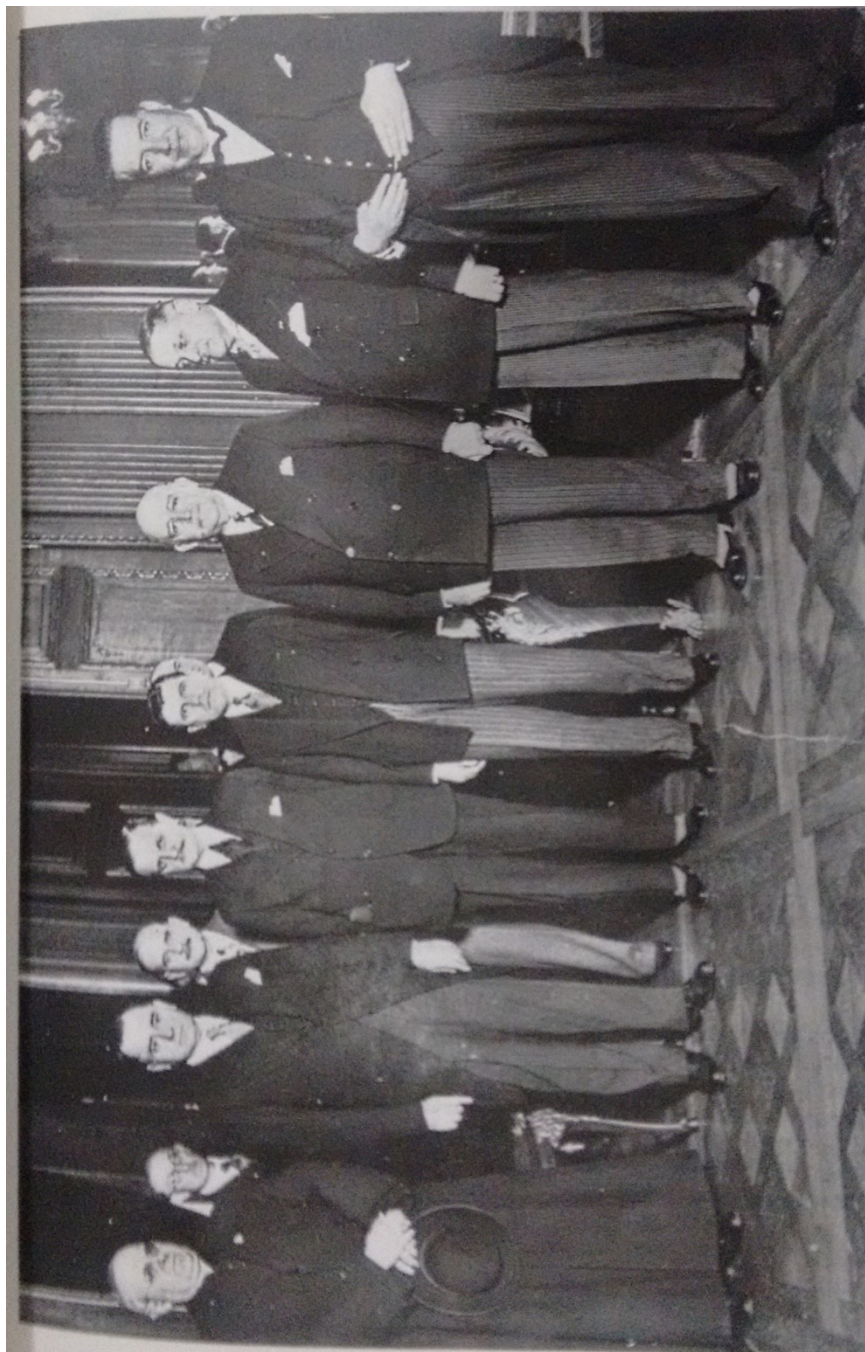
fonte: CERVO Amado Luiz; MELLO Carlos Ernesto Cabral de. **Imagens da Diplomacia Brasileira**-Brasília: FUNAG, 2010, p.

**FIGURA 9: A ÓPERA DO TEATRO COLÓN EM MAIO DE 1935.** Pelas fotos (fig. inferior esquerda) percebe-se, seguramente, que Vargas e Macedo Soares tinham muito mais a discutir do que a ópera de Rossini.



fonte: Recortes de revista, Diário Ação. Disponível em:  
<<http://www.acciontv.com.ar/soca/soci/16/vargas.htm>>, consulta: 27-03-2019.

**FIGURA 10: O GRUPO MEDIADOR QUE LEVOU À ASSINATURA DO PROTOCOLO DE PAZ DE JUNHO 1935.** Na foto é possível ver o chanceler paraguaio, Riart, o chanceler argentino, Saavedra Lamas, o presidente argentino, Pedro Agustín Justo, o chanceler brasileiro Macedo Soares e o chanceler boliviano, Tomás Elio.



Fonte: RIART, Gustavo. **El Dr. Luis A. Riart y la defensa del Chaco.** Asunción: Cromo, 1987.



**FIGURA 11 – ENCONTRO DOS GENERAIS ESTIGARRIBIA E PENARANDA EM PUESTO MERINO.** Apesar da trégua regada a champanhe, o ambiente de tensão permaneceria até 1938.

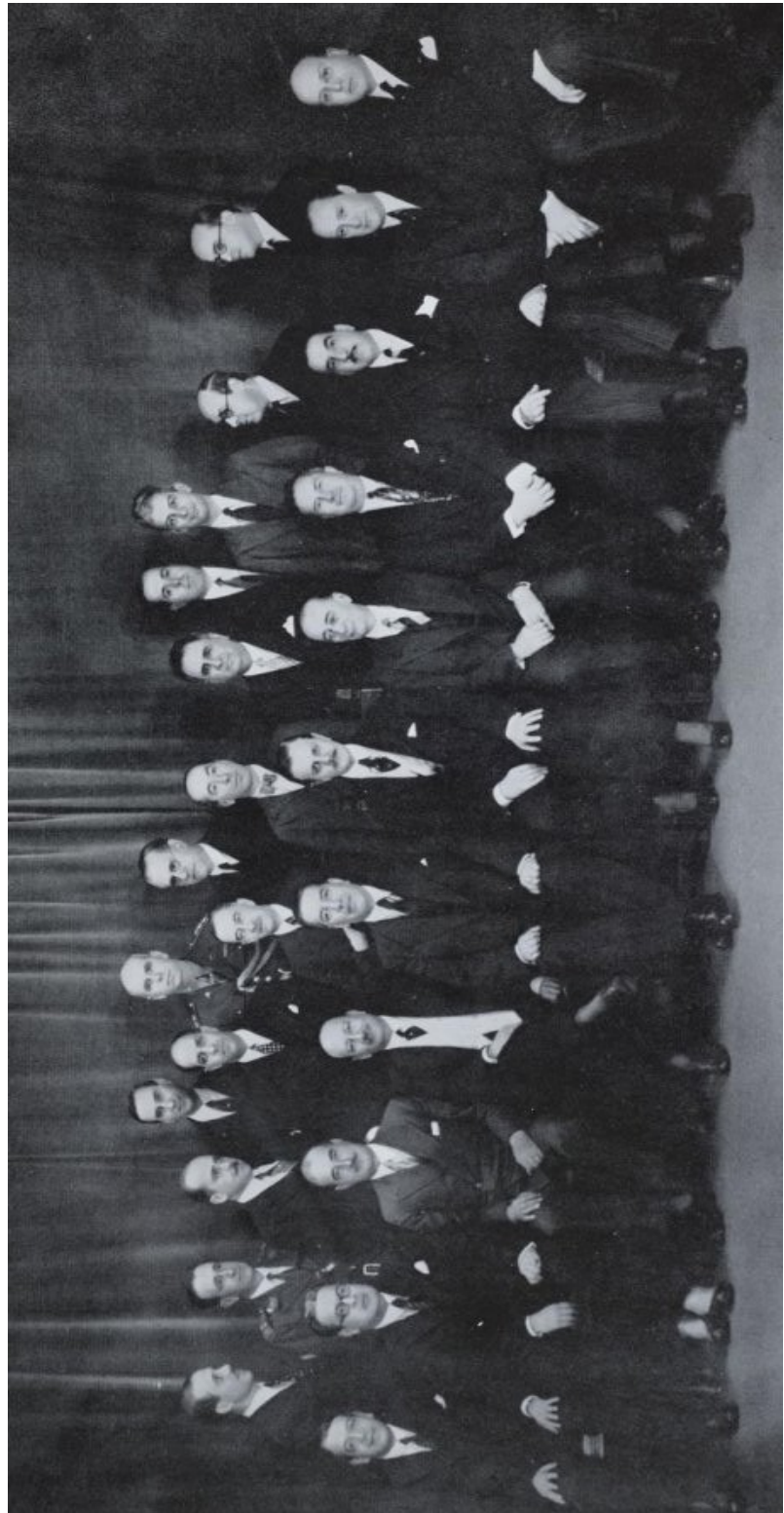


**Estigarribia y Peñaranda**

**FIGURA 12 – DESFILE DA VITÓRIA EM ASSUNÇÃO.** A trégua foi celebrada pelos paraguaios como uma vitória inquestionável



**FIGURA 13- O GRUPO MEDIADOR DA CONFERÊNCIA DE PAZ DE BUENOS AIRES (1935-1938).** Na foto é possível ver o chefe da delegação brasileira, o embaixador José de Paula Rodrigues Alves (quarto sentado da esquerda para a direita).



**FIGURA 15 - CERIMÔNIA DE ASSINATURA DO TRATADO DE PAZ NA CASA ROSADA**

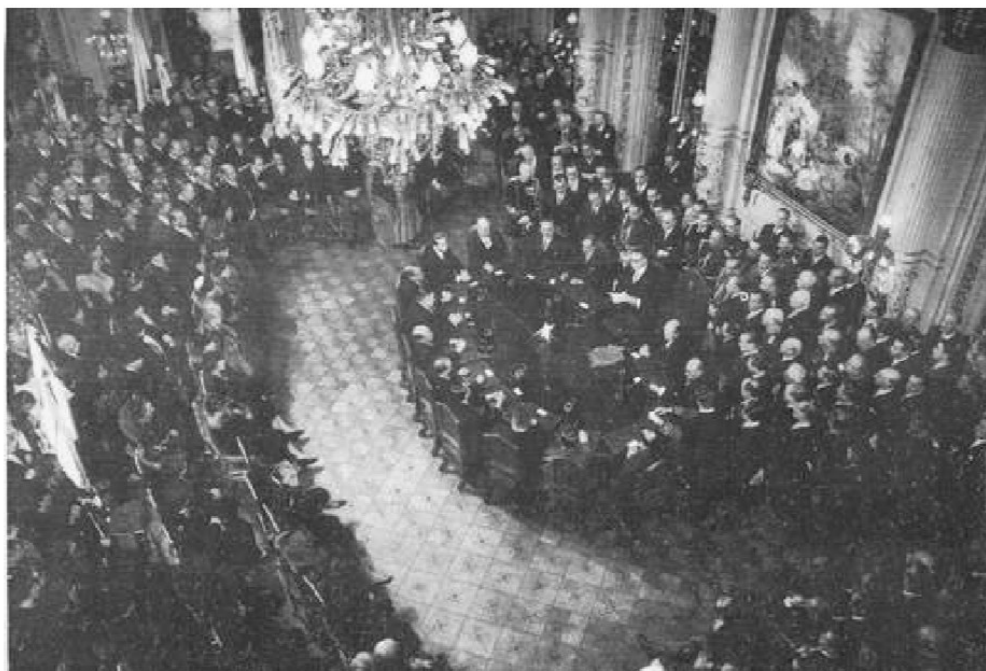


foto: DIEZ DE MEDINA, Eduardo. **De um Siglo al Outro:** Memorias de un hombre público.  
La Paz: Imprensa Alfonso Terejina, 1955.

**FIGURA 16: GENERAL ESTIGARRIBIA ASSINA O TRATADO DEFINITIVO DE PAZ PELO PARAGUAI**





**TABELA 1- RELAÇÃO DOS MEMBROS DAS DELEGAÇÕES MEDIADORAS À CONFERÊNCIA DE PAZ DO CHACO (1935-1938)**

PAÍSES	NOMES	FUNÇÃO
<b>Argentina</b>	Carlos Saavedra Lamas	Chefe de delegação\ presidente da conferência de Paz (1935-1938)
	Agustin P Justo	Presidente honorário da conferência de paz (1938-1939)
	Alvarado	Chefe de delegação (1938-1938 )
	José Maria Cantillo	Chefe de delegação (1938-1939)
	Isidoro Ruiz Moreno	Delegado
	Luis Podestá Costa	Delegado
	Roberto Levillier	Delegado
	Ricardo Bunge Pablo Santos-Muñoz	Delegado Delegado
<b>Brasil</b>	José de Paula Rodrigues Alves	Chefe de delegação (junho 1935-1938)
	Edmundo da Luz Pinto	Delegado
	José Carlos de Macedo Soares	Delegado
	Orlando Leite Ribeiro	Assistente
<b>Bolivia</b>	Tomás Manuel Elio	Chefe de delegação ( junho 1935-janeiro 1936)
	Carlos Calvo	Chefe de delegação (janeiro-agosto 1936)
	David Alvestegui Enrique Finot	Chefe de delegação (outubro 1936-maio 1938)
		Chefe de delegação(maio 1938 - 1939)
	Bautista Saavedra	Delegado
	Juan Maria Zalles	Delegado
	Carlos Calvo	Delegado
	Carlos Victor Aramayo	Delegado
	Carlos Romero	Delegado
<b>Chile</b>	Luis Alberto Cariola Felix Nieto del Rio Luis Barros Borgoño Manuel Bianchi	Chefe de delegação
<b>Estados Unidos</b>	Hugh Gibson	Chefe de delegação (julho 1935-novembro 1935)
	Spruille Braden	Chefe de delegação (novembro 1935-outubro 1938)
	Alexander W. Weddell	Chefe de delegação (outubro 1938-janeiro 1939)
	Allan Dawson	Assistente
	Allen Haden	Assistente

<b>Paraguay</b>	Gerônimo Zubizarreta	Chefe de delegação(julho 1935-março 1936)
	General José Félix Estigarribia	Chefe de delegação(julho 1938-1939)
	Vicente Rivarola	Delegado
	Venancio B. Galeano	delegado
	Higinio Arbo	delegado
	J. Isidro Ramirez	delegado
	Miguel Angel Soler	delegado
	Marco Antonio Laconich	delegado
	Efraim Cardozo	
Luis A. Riart	delegado delegado	
<b>Peru</b>	Felipe Barreda Laos	Chefe de delegação
	Luís Fernán Cisneros	Delegado

fonte: autor, elaborado a partir de ROUT JR., Leslie B. Politics of the Chaco Peace Conference, pp. 225-228



**TABELA 2- RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO MILITAR NEUTRA**

PAÍSES	NOMES	POSTOS	FUNÇÕES
<b>Argentina</b>	Rodolfo	Gen. De Brigada	Chefe de delegação
	Martinez Pita		Membro
	Jorge J. Manni	coronel	Membro
	Juan Esteban	capitão	Membro
	Vacca		
<b>Chile</b>	Carlos Fuentes	Gen. De Brigada	Chefe de delegação
	Jorge Tagle	Coronel	Membro
	Guilherme	Ten. Coronel	Membro
	Pimentel		
	José M. Santa Cruz	Ten. Coronel	Membro
<b>Brasil</b>	Estevão Leitão	coronel	Chefe de delegação
	de Carvalho		membro
	Anibal Gomes	Major	
	Ribeiro		
	Pey Constant	Major	membro
	Bevilacqua		
	Heitor da	Major	membro
	Fontoura Rangel		
João Saraiva	capitão	membro	
Hortêncio			
Pereira de Brito	1º tenente	membro	
<b>Estados Unidos</b>	John A. Weeks	Major	Chefe de delegação
	Frederick Dent Sharp	Capitão	membro
<b>Peru</b>	Germán J.	Coronel	Chefe de delegação
	Yañez		Membro
	Manuel Morla	Ten. Coronel	
	Concha		
	José del C.	Major	Membro
Marin			
Enrique Barreto	Major	Membro	
Diaz			
<b>Uruguai</b>	Alfredo R.	Gen. De Brigada	Chefe de delegação
	Campos		Membro
	José E. Trabal	Coronel	Membro
	Raul Barloco	Capitão	Membro
	José F. Baptista y Vedía	Capitão	Membro

fonte: autor. Elaborado a partir de Earle D. Macarthy Moreira, 2003, p. 97 e Estevão Leitão de Carvalho, p. 259

## ANEXO I - DOCUMENTOS

### **1. Texto do Acordo assinado pelas Repúblicas da Argentina, Peru, Brasil e Chile em 6 de agosto de 1932, na cidade de Buenos Aires**

Os Governos das Repúblicas da Argentina, Brasil, Chile e Peru, tendo em vista a perturbadora situação criada entre as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai como consequência dos incidentes ocorridos no conflito do Chaco Boreal; desejoso de preservar os interesses da paz na América, seriamente ameaçado pelo perigo iminente da guerra; a fim de salvaguardar a responsabilidade moral que recai sobre eles, como representantes de Estados pertencentes à mesma irmandade continental, de ver com o fortalecimento das instituições jurídicas internacionais, cujo uso na solução de controvérsias difíceis tem sido até agora uma razão para legítimo orgulho da parte deles; Acreditando firmemente que os meios pacíficos existentes para a solução de disputas internacionais colocam à disposição dos países em desacordo recursos suficientes para evitar conflitos armados, por mais amargurados que sejam os desentendimentos e por mais exigentes que sejam as suscetibilidades; lembrando que no direito internacional positivo existem normas vigentes, estritamente aplicáveis ao caso, como as convenções de Haia de 1899 e 1907, para a solução pacífica de controvérsias internacionais, que cria uma Comissão de Inquérito e fornece os elementos necessários para uma possível arbitragem. ; o Pacto da Liga das Nações, do qual ambos os países são membros, o que assegura o exercício de meios pacíficos utilizando mediação e arbitragem; e a Convenção de Conciliação Interamericana, assinada em Washington em 5 de janeiro de 1929, que também cria órgãos com o mesmo propósito, e tendo em mente que estes instrumentos formais não poderiam cair em desuso sem prejuízo do prestígio da tradição invariavelmente mantido. pelos países da América em congressos internacionais; livres de todo preconceito de parcialidade, e guiados pela boa vontade que eles possuem para as nações envolvidas na disputa; sem julgar antecipadamente a origem da controvérsia ou as responsabilidades inerentes aos seus incidentes, concordam:

Primeiro. Convidar as repúblicas da Bolívia e do Paraguai a fazer um esforço supremo em prol da concordância, deixando de lado a atitude de guerra, interrompendo toda a mobilização militar e impedindo a deflagração da guerra;

Segundo. Oferecer juntos seus amistosos serviços à Bolívia e ao Paraguai, a fim de receber das duas nações e dar o curso adequado a quaisquer sugestões ou propostas tendentes a um acordo conciliatório, em conformidade com a declaração assinada em 3 de agosto, por dezenove países da América e em relação à Comissão de Neutros;

Terceiro. Manter unidos para oferecer sua adesão e colaboração à Comissão de Neutros reunidos em Washington, com o objetivo de impedir em seu caráter de limítrofes os países, a guerra entre as Repúblicas da Bolívia e o Paraguai;

Quarto. Comunicar simultaneamente esta declaração de justiça internacional, amizade e propósito de paz aos Governos da Bolívia e do Paraguai e à Comissão de Assuntos Neutros em Washington.

Buenos Aires, 6 de agosto de 1932.

Carlos Saavedra Lamas

Felipe Berrada Laos

J. P. de Assis Brasil

Jorge Silva Yoachan

## **2. Texto da circular enviada pelo Itamaraty as representações diplomáticas brasileiras no exterior manifestando a adesão do Brasil à Ata de Mendoza.**

Circular N. 751.

Aplaudimos sinceramente o esforço desenvolvido pelos dois governos pactuantes no sentido de fazer cessar o deplorável estado de coisas reinante entre a Bolívia e o Paraguai, declarando que o governo brasileiro dará todo o seu apoio à fórmula de mediação alvitada, porque ela condiz exatamente com os pontos de vista que o Brasil sempre manteve em face de tão lamentável situação, os quais são: 1) não exceder jamais os limites dos bons ofícios, ou da mediação amistosa; 2) não prescindir da colaboração da Comissão dos Neutros, com sede em Washington; 3) não impor medida coercitiva aos países em conflito, para obrigá-los a um assentimento que lhes ofenda a soberania ou lhes pareça danoso aos interesses nacionais. Quanto ao primeiro considerando da ata mencionada, que mostra a necessidade de um último esforço para fazer cessar o presente estado de coisas no Chaco, reconhecendo ser ele, de fato, o de estado de guerra, embora esta não tenha sido declarada, julgamos necessário deixar consignado, quanto a este ponto, o seguinte: a) que o novo esforço no sentido de paz não seja o último, porque para obtê-lo nunca se deverão considerar fechados os caminhos da mediação amistosa e dos bons ofícios; b) que é preferível que os neutros não proclamem a existência do estado de guerra, visto que os países em conflito não a declararam até agora, embora signatários da convenção relativa ao rompimento das hostilidades, firmada em Haia em 1907. Por esta convenção, assinada também pela Argentina, Chile e Peru, os estados contratantes assumiram a obrigação de não dar começo às hostilidades sem prévia advertência, seja sob a forma de ultimatum, ou de declaração de guerra condicional, sendo obrigatória a imediata notificação dos neutros. Essa convenção, ratificada pelo Brasil e pela Bolívia – não o tendo feito os outros países acima mencionados –, foi promulgada por nós a 4 de fevereiro de 1914, tornando-se obrigatória a sua observância para o governo brasileiro. Do exposto, se depreende o nosso desejo de deixar bem entendido que manteremos, para o futuro, nas relações com os dois países em causa, a perdurar o atual estado de coisas, a mesma orientação mantida até agora e que é conhecida igualmente pelos países em conflito e os estados vizinhos e amigos. Terminamos fazendo votos pelo feliz resultado do tentame empreendido pelos dois chanceleres da Argentina e do Chile. Para seu governo, comunico a V. Exa. que as negociações em torno da fórmula de mediação concertada em Mendoza têm tido caráter estritamente confidencial, razão pela qual não pode ser dada à publicidade a nossa resposta aos governos da Argentina e do Chile.”

Fonte: Cadernos do CDHH, nº9, FUNAG, p.

### **3. Texto da Acta do Rio assinada a 11 de outubro de 1933, pela Republica dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, na cidade do Rio de Janeiro.**

Na cidade do Rio de Janeiro, a onze de outubro de 1933, reunidos os Excelentíssimos senhores Ministros de Relações Exteriores da República Argentina e da Republica dos Estados Unidos do Brasil, doutores Carlos Saavedra Lamas e Afrânio de Melo Franco, depois de discutirem ideias acerca do conflito do Chaco Boreal, entre si e com os Excelentíssimos senhores Ministros da República da Bolívia e da República do Paraguai, doutores David Alvestegui e Rogelio Ibarra, fazem constar os seguintes princípios comprovados como base factível para solução pacífica dos ditos problemas:

1. O conflicto do Chaco Boreal admite solução possível por meio da arbitragem, para o que estabelece:

a) A área territorial compreendida entre o rio Verde, desde as suas nascentes até a foz no rio Paraguay, e seguido por este até o paralelo 20, e em seguida pelo meridiano 62 até a sua confluência com o rio Pilcomayo, será submettida a estudo de uma Comissão de Delegados da Bolívia e do Paraguay, que se reunirá no Rio de Janeiro, com o fim de assentar, dentro de um prazo máximo de 30 dias, a zona territorial que, em seguida, será submettida á arbitragem do tribunal constituído pela forma adeante estabelecida. Em caso de não se chegar ao citado accordo, o Chefe do governo Provisório do Brasil e o Presidente da República Argentina fixarão a zona arbitrável, dentro do território acima determinado.

b) A área territorial compreendida entre o rio Verde, desde as suas nascentes até a sua foz no rio Paraguay e seguindo por este até o rio Pilcomayo não se considera sujeita á arbitragem;

c) Desde já fica estabelecido que o Tribunal arbitral, a que se refere a clausula a), compor-se-á de cinco membros, a ser designados de commum accordo pelo Chefe do governo Provisório do Brasil e o Presidente da República Argentina, quatro dos quais deverão ser de nacionalidade argentina, brasileira, chilena e peruana; o quinto membro será de nacionalidade norte-americana e designado de commum accordo pelos quatro anteriores;

d) Desde o momento em que os governos da República da Bolívia e da República do Paraguay expressem a sua conformidade ao presente accordo, o que não deverá exceder a um prazo máximo de 10 dias, entende-se por assentado um armistício geral entre os beligerantes, sob a garantia moral do Chefe do governo Provisório do Brasil e do Presidente da República Argentina, na forma por elles determinada.

e) A presente gestão tem carácter particular e alheio às jurisdições internacionaes que intervierem, por conseguinte, obstaculo ao desenvolvimento daquellas. Esta gestão tem presente o accordo de 6 de Agosto de 1932, subscripto pelos quatro paizes limitrophes, como expressão de solidariedade e de concordia e, portanto, fica resolvido comunicar-se, sob forma reservada, cópia da presente Acta aos governos do Chile e do Perú, afim de, no caso de se chegar a um feliz desenvolvimento dessa iniciativa, terem a participação correspondente como expressão do mesmo anhelos de confraternidade e de pacifismo que inspira o Chefe do governo Provisório do Brasil e do Presidente da República Argentina .

Dando fé ao acima exposto, subscrevem a presente Ata em dois exemplares e na data acima indicada.

Carlos Saavedra Lamas  
Afranio de Mello Franco

#### **4. Texto do Protocolo de paz entre Paraguai e Bolívia, assinado em Buenos Aires, a 12 de junho de 1935.**

As suas Excelências Senhor Luís A. Riart, Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai, e Doutor Tomás Manuel Elio, Ministro das Relações Exteriores da República da Bolívia, reunidos no Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, em Buenos Aires, aos doze dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e cinco, na presença dos membros da Comissão de Mediação, criada com o objetivo de promover a solução do conflito existente entre a República Paraguai e República da Bolívia, a saber: Sua Excelência o Dr. Carlos Saavedra Lamas, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina; Sua Excelência o Senhor José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores da República dos Estados Unidos do Brasil, e Sua Excelência Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva, Embaixador dos Estados Unidos do Brasil; Sua Excelência o Senhor Luis Alberto Cariola, Embaixador da República do Chile, e Sua Excelência o Doutor Félix Nieto del Río, delegado delegado especial da República do Chile; Sua Excelência Alexander Wilbourne Weddell, Embaixador dos Estados Unidos da América; Sua Excelência Dr. Felipe Barreda Laos, Embaixador da República do Peru; e Sua Excelência o Senhor Eugenio Martinez Thédy, Embaixador da República do Uruguai;

Suas Excelências os Ministros das Relações Exteriores da República do Paraguai e do República da Bolívia, tendo exibido seus plenos poderes, os quais se encontravam em boa e devida forma, decidiram, sob os auspícios da mencionada Comissão de Mediação, concluir um acordo, ad referendum de seus respectivos Governos, nas seguintes bases:

##### I

Solicitar ao grupo mediador que gentilmente peça a Sua Excelência o Presidente da Nação Argentina que convoque imediatamente a Conferência de Paz para os seguintes fins:

1. Ratificar o presente acordo.
2. Para resolver quaisquer questões práticas que possam surgir na execução das medidas de segurança adotadas para a cessação das hostilidades.
3. Promover a solução das controvérsias entre a Bolívia e o Paraguai mediante acordo direto entre as partes, entendendo-se que, no caso de fracasso das negociações diretas, a Bolívia e o Paraguai se comprometem, por meio deste acordo, a resolver as questões do Chaco em disputa. meio de arbitragem jurídica (arbitraje de derecho), que designa o Tribunal Permanente de Justiça Internacional de Haia como árbitro.  
A Conferência de Paz terminará as negociações diretas quando, em sua opinião, chegar a hora de declarar que não existe possibilidade de se chegar a uma solução definitiva; nesse caso, as partes procederão à redação do compromisso arbitral; a Conferência de Paz não pode renunciar às suas funções enquanto o compromisso arbitral não for definitivamente acordado.
4. Promover, quando julgar oportuno, o acordo entre as partes interessadas no intercâmbio e repatriação de prisioneiros, tendo em conta as práticas e princípios do Direito internacional.
5. Estabelecer um sistema de trânsito, comércio e navegação que leve em conta a posição geográfica das partes.
6. Promover facilidades e acordos, de outro tipo, destinados a incentivar o desenvolvimento dos dois países beligerantes.
7. A Conferência de Paz constituirá uma comissão internacional que dará uma opinião sobre as responsabilidades de toda ordem e de todo tipo decorrentes da guerra; se as conclusões deste parecer não forem aceitas por uma das partes, a Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia definirá definitivamente a questão. Os Governos das Repúblicas da Bolívia e do Paraguai comprometem-se a obter aprovação legislativa do presente Acordo no prazo de dez dias a partir da data de sua assinatura.

##### II

A cessação definitiva das hostilidades se dará com base nas posições atuais dos exércitos beligerantes.

As posições dos exércitos em conflito serão determinadas da seguinte forma:

a) uma trégua de doze dias é acordada para que uma comissão militar neutra, composta por representantes das nações mediadoras, possa fixar as linhas intermediárias entre as posições dos exércitos beligerantes. A trégua deve começar à meia-noite, o meridiano de Córdoba, no dia em que a Comissão Militar Neutra já tenha chegado ao campo de ação, considera-se pronta para iniciar sua missão.

A Comissão Militar Neutra arcará com os comandantes militares beligerantes para determinar a linha de separação entre os exércitos, e decidirá casos de discrepâncias. Quando sua missão tiver sido cumprida, informará a Conferência de Paz.

b) No termo do período de trégua estabelecido nos termos da cláusula a, será prorrogado pela Conferência de Paz até que as medidas de segurança previstas no Artigo III tenham entrado plenamente em vigor.

c) Depois de ouvir os comandantes militares dos beligerantes, a Comissão Militar Neutra decidirá sobre as modificações na linha de separação entre os exércitos que a experiência possa revelar-se aconselhável.

d) Durante a trégua e suas extensões, as linhas de separação entre os exércitos serão mantidas sob a garantia da Conferência de Paz, para cujo propósito a Comissão Militar Neutra as vigiará e supervisionará.

### III

A adoção das seguintes medidas de segurança:

1. Desmobilização dos exércitos beligerantes, no prazo de noventa dias a partir da data da fixação da linha de separação entre os exércitos referidos no artigo II, na forma a ser estabelecida pela Comissão Militar Neutra, depois de ouvir o beligerante comandantes militares, e até o limite fixado na cláusula seguinte.

2. redução de efectivos militares ao valor máximo de 5.000 homens.

3. compromisso de não fazer novas aquisições de material de guerra, além do indispensável para a substituição, até as conclusões do tratado de paz.

4. Ao assinar o presente acordo na presença dos mediadores, as partes assumem a obrigação de "não agressão".

A Comissão Militar Neutra será encarregada da supervisão da execução das medidas de segurança até que sejam cumpridas inteiramente. Quando estas tiverem sido realizadas, a Conferência de Paz declarará a guerra terminada.

Tão logo a execução dos títulos e garantias militares anteriores seja iniciada no campo de operações, cujas medidas devem ser cumpridas no prazo máximo de noventa dias consecutivos, o estudo dos assuntos em disputa será iniciado no prazo de noventa dias consecutivos. mesmo tempo, e a Conferência de Paz exercerá as funções especificadas no artigo I.

### IV

A declaração do terceiro de agosto de 1932, sobre aquisições territoriais, é reconhecida pelos beligerantes.

### V.

Em deferência aos sentimentos humanos dos beligerantes e mediadores, os disparos serão suspensos a partir do meio-dia do meio-dia, 14 de junho (meridiano de Córdoba).

Em virtude do qual, de comum acordo e em conjunto com os representantes dos estados mediadores, subscrevem este protocolo, em duplicado, e assinam e selam na data e no local acima indicados.

(assinado)

Luis A. Riart

Tomás M. Elio

Carlos Saavedra Lamas

José Carlos de Macedo Soares

José Bonifácio de Andrade e Silva

Luis Alberto Cariola  
F. Nieto del Río  
Alexander W. Weddell  
Hugh Gibson  
Felipe Barreda Laos  
Eugenio Martínez Thedy  
(selado: Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina)  
L. A . Podestá Costa  
Diretor Geral

Fonte: ROUTH JR., Leslie Brennan. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939**. Austin: University of Texas Press, 1970, PP.221-225.

## 5. Texto da Ata Protocolizada de 21 de janeiro de 1936 (versão em inglês)

In Buenos Aires, on the twenty-first day of January, 1936, meeting in the residence of the President of the Republic, the Plenipotentiary Delegates of the Republic of Bolivia, Dr. Tomás M. Elío, Minister of Foreign Affairs, and Dr. Carlos Calvo, and the Plenipotentiary Delegates of the Republic of Paraguay, Dr. Gerónimo Zubizarreta and Dr. Vicente Rivarola, having in mind the conciliatory affirmations and suggestions received from the Peace Conference, and under the auspices and the moral guaranty of said Conference, in a desire [Page 37]promptly to reach a definitive settlement of their differences, agree to the following:

Article I. The contracting parties confirm the obligations deriving from the protocol of June 12, 1935 and, consequently, reiterate their willingness to continue to honor as they have hitherto honored:

(1)

The stipulations relating to the Peace Conference convoked by His Excellency the President of the Argentine Republic, to the ends established in article I of the protocol of June 12, 1935 (clauses 2, 3, 5, 6 and 7), with the exception of clause 1, which has already been fulfilled by said Conference's resolution of July 1, 1935, and of clause 4, when article IV and the subsequent articles of the present convention have been executed;

(2)

The stipulations relating to the definitive cessation of hostilities on the basis of the positions of the then belligerent armies, as has been determined by the Neutral Military Commission in the manner provided by clauses (a), (b), (c) and (d) of article II of the protocol of June 12, 1935;

(3)

The stipulations relating to the measures of security adopted in clauses 2, 3 and 4 of article III of the protocol of June 12, 1935;

(4)

The recognition of the declaration of August 3, 1932 on the acquisition of territory, as set forth in article IV of the protocol of June 12, 1935.

Article II. The measures of security appearing in clauses 2, 3 and 4 of article III of the protocol of June 12, 1935, as well as that deriving from clause 2 of article I of the present convention, shall be maintained until the provisions of article I, clause 3, of said agreement of June 12 are carried out in their entirety.

Article III. The Peace Conference shall decide the practical questions which may arise in putting the measures of security into effect in accordance with the provisions of article I, clause 2, of the mentioned protocol, for which purpose the contracting parties hereby authorize the Conference to designate one or more special commissions subordinate to it.

Article IV. The parties shall proceed to the reciprocal return of prisoners of war, beginning the return within thirty days of the date of the last legislative approval of the present document, undertaking to continue it without interruption until complete liberation of the prisoners, in accordance with the time-limits and rules which may be fixed by the Peace Conference, or the Executive Committee set up by it in case it temporarily suspends its labors, bearing in mind the exigencies of the organization and effecting of transportation which it deems should be taken into consideration. Concentration of the prisoners and preparations for their return shall be begun as soon as this document has been signed.

Prisoners on the sick list who cannot be immediately transferred will nevertheless be freed and their transfer will be accomplished as soon as possible.

[Page 38]

Article V. Both parties hereby request the Peace Conference to depute a special commission to deal with everything concerned with the return of the prisoners, in accord with the authorities



of the respective countries. Such special commission shall be subject to the Peace Conference, or to the Executive Committee acting for it during any period of temporary suspension of its labors.

Article VI. In case it should be necessary or advisable to utilize means of communication in neighboring states to facilitate repatriation, the Governments of Bolivia and Paraguay (Paraguay and Bolivia) shall request, sufficiently in advance, the necessary authorization from the governments of those states.

Transportation shall be effected in accordance with the measures and conditions agreed upon by the mentioned states on the basis of traffic needs, local security, sanitary requirements, or other factors not foreseen.

Article VII. Expenses incurred in the transportation of prisoners through the territory of a third state shall be borne by the country of which they are nationals.

Article VIII. The contracting parties, taking into consideration the number of prisoners and considering the expenses incurred, hereby agree to compromise the matter, stipulating that the Government of Bolivia shall refund to the Government of Paraguay the equivalent of two million eight hundred thousand (2,800,000) pesos, Argentine legal tender, in pounds sterling at the closing rate on the twentieth day of January, one thousand nine hundred and thirty-six, that is, one hundred and fifty-four thousand two hundred and sixty-nine pounds, nineteen shillings, five pence (£154, 269/19/5), and the Government of Paraguay shall refund to the Government of Bolivia the equivalent of four hundred thousand (400,000) pesos Argentine legal tender, in pounds sterling at the same rate, that is, the sum of twenty-two thousand and thirty-eight pounds, eleven shillings, four pence (£22,038/11/4) the resulting balance of one hundred and thirty-two thousand two hundred and thirty-one pounds, eight shillings, one pence (£132,231/8/1) in sight drafts on London, equivalent to two million four hundred thousand (2,400,000) pesos Argentine legal tender, at the rate mentioned, to be paid, thus terminating all present or future differences on the matter.

This balance shall be deposited in the Central Bank of the Argentine Republic, within thirty days from the date of the last legislative approval of this agreement, to the order of the Minister of Foreign Affairs of the Argentine Republic and the Chairman of the Peace Conference who will place it to the order and disposal of the Government to which it is due as soon as the special committee informs the said Minister that the stipulations of this document have been fully [Page 39]complied with as regards the reciprocal liberation of the prisoners of war.

Article IX. The parties agree to renew their diplomatic relations as soon as possible.

Article X. The present protocolized act shall be subject to the legislative approval of the respective Congresses in accordance with constitutional provisions in effect.

By virtue of which they subscribe, in three copies and by mutual agreement, jointly with the representatives of the mediatory states, to the present protocolized act, which they sign and seal on the date and in the place indicated above.<sup>6</sup>

Tomás M. Elío  
 Carlos Calvo  
 Gerónimo Zubizarreta  
 Vicente Rivarola  
 Carlos Saavedra Lamas  
 José de Paula Rodrigues Alves  
 Félix Nieto del Río

Spruille Braden  
Felipe Barreda Laos  
Eugenio Martínez Thédy

(Fonte: FRUS 1936, vol. V, d.35)

## **6. Tratado sobre Aproveitamento Petrolífero entre Brasil e Bolívia assinado a 25 de fevereiro de 1938**

Os governos dos Estados Unidos do Brasil e da Bolívia, animados no desejo de estreitar as suas relações econômicas e de estabelecer entre os dois países uma mútua cooperação, com recíproco benefício e atendendo às conclusões e recomendações a que chegou a Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, assinadas a 30 de setembro de 1937 e aprovadas pelo Protocolo de 25 de novembro do mesmo ano, resolvem celebrar o seguinte Tratado e para este fim nomeiam seus Plenipotenciários:

Sua Excelência o Presidente da República do Brasil, o Doutor Mario de Pimentel Brandão, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil:

Sua Excelência o Presidente da Junta Militar do Governo da Bolívia, o Doutor Alberto Ostria Gutiérrez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia no Brasil  
Os quais, depois de exibir reciprocamente exibido os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, acordaram o seguinte:

**Artigo I-** Os Governos do Brasil e da Bolívia concordaram em efetuar os estudos topográficos e geológicos e em realizar as sondagens necessárias, destinadas a determinar o verdadeiro valor industrial das jazidas petrolíferas da zona subandina boliviana, que se estende do rio Parapetí para o Norte.

**Artigo II** – De acordo com o Protocolo de 25 de novembro de 1937, assinado em La Paz, prosseguirão os estudos da zona petrolífera boliviana, iniciados em 25 de janeiro de 1938, por uma Comissão de técnicos constituída por ambos os países e necessariamente composta por geólogos, engenheiros de petróleo, petrógrafos e topógrafos.

**Artigo III-** As despesas com a realização dos estudos e trabalhos a que se referem os Artigos anteriores, cujo custo foi calculado pela Comissão Mista Brasileiro-Boliviana em um milhão e meio de dólares, assim como os honorários e ajudas de custo dos membros da referida Comissão Mista, serão atribuídos, em partes iguais, aos Governos do Brasil e da Bolívia.

**Artigo IV-** As despesas efetuadas pelos Governos do Brasil e da Bolívia com os estudos e trabalhos mencionados lhes serão reembolsadas pelas entidades que obtenham o benefício da exploração da zona petrolífera boliviana e com o rendimento desta. A indenização poderá ser em espécie ou em dinheiro, o que se determinará, oportunamente, computando-se os juros respectivos, a 3 1\2% (por cento) anual, sem capitalização. Além do anterior direito em expectativa, não se compreenderá nenhum outro oriundo da referida exploração petrolífera da zona subandina boliviana.

**Artigo V** – O Governo do Brasil adiantará, fracionariamente, a parte de gastos que lhe corresponda, de acordo com o Artigo III, ou seja a quantia de setecentos e cinquenta mil dólares, pondo à disposição imediatamente a quantia necessária para prosseguirem os trabalhos iniciados. Posteriormente, o Governo da Bolívia contribuirá com a quantia de setecentos e cinquenta mil dólares, que lhe cabe nos mesmos gastos.

**Artigo VI** – O Governo da Bolívia, retribuindo o concurso prestado pelo Governo do Brasil na fase preliminar dos estudos, explorações e perfurações a que se refere o Artigo I, além do reembolso convencionado no Artigo IV, compromete-se a que a exploração do petróleo na zona subandina boliviana indicada se faça por intermédio de sociedades mistas brasileiro-bolivianas, organizadas de acordo com as leis vigentes em cada país. As sociedades assim formadas terão a obrigação de destinar o petróleo produzido, satisfeitas as exigências do consumo interno da Bolívia, ao abastecimento do mercado brasileiro, com propósito substancial de conquistar e conservar o mesmo mercado, e sempre que tal medida não se comprometa a existência das mencionadas sociedades. O remanescente do petróleo que não

tenha sido colocado no Brasil e na Bolívia poderá ser exportado através do território brasileiro ou por outra via, devendo dar-se preferência, em igualdade de condições econômicas, à via Santa Cruz-Corumbá.

Artigo VII – Quando a produção dos campos petrolíferos o justificar, o Govêrno da Bolívia, consentirá em assumir a obrigação de conceder necessariamente, a empresas brasileiro-bolivianas, o privilégio da construção e exploração de oleodutos que, partindo dos centros de produção de petróleo e na faixa subandina boliviana, se dirijam à fronteira brasileira ou a um porto sobre o rio Paraguai. Por sua vez, o Govêrno do Brasil dará toda classe de facilidades para que se torne efetiva a construção dos referidos oleodutos, permitindo, se se der o caso, que passem livremente pelo seu território.

Artigo VIII- O Govêrno do Brasil concorda em instituir, oportunamente, uma entidade autárquica para a instalação e exploração de refinarias e seus anexos, estabelecimento de meios de transporte, distribuição e venda no mercado brasileiro do petróleo bruto importado e seus derivados, dando sempre preferência, em igualdade de condições, ao petróleo boliviano.

Artigo IX- Os Govêrnos do Brasil e da Bolívia assumem o compromisso de fomentar, por medidas de proteção eficientes e oportunas, o rápido desenvolvimento de atividades industriais relacionadas com o aproveitamento do petróleo boliviano, e para tal fim concederão as garantias julgadas necessárias.

Artigo X- O petróleo e seus derivados de procedência boliviana, que se exportem através do território do Brasil, gozarão as mais amplas facilidades de livre trânsito, de accôrdo com a doutrina internacional e os Tratados vigentes entre ambos os países. Nesse sentido, não estarão sujeitos a espécie alguma de imposto fiscal, quer nacional, estadual ou municipal, a título de trânsito. As tarifas das estradas de ferro brasileiras para o referido transporte não serão em caso algum maiores que as que se aplicam ao petróleo e seus derivados, que, de outras procedências, abastecem o mercado do Brasil.

Artigo XI- Êste Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes, e as ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro, no mais breve prazo possível.

Em fê do que, nós, os Plenipotenciários acima nomeados, selamos e assinamos, o presente Tratado, em dois exemplares, cada um dos quais nas línguas portuguesa e espanhola, apondo neles os nossos respectivos selos, na cidade do Rio de Janeiro, aos 25 dias do mês de fevereiro de 1938.- (L.S) M. de Pimentel Brandão, (L.S) O. Ostría Gutierrez.

## 7. Tratado sobre Ligação Ferroviária entre Brasil e Bolívia assinado a fevereiro de 1938

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Bolívia, com o propósito de estabelecer as comunicações ferroviárias entre ambos os países e atendendo às conclusões e recomendações a que chegou a Comissão Mixta Brasileiro-Boliviana, assinadas a 30 de setembro de 1937 e aprovadas pelo Protocolo de 25 de Novembro do mesmo ano, resolvem celebrar o seguinte Tratado e para esse fim nomeiam seus Plenipotenciários:

Sua Excelência o Presidente da República do Brasil, o Doutor Mario de Pimentel Brandão, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil:

Sua Excelência o Presidente da Junta Militar do Governo da Bolívia, o Doutor Alberto Ostría Gutiérrez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia no Brasil;

Os quais, após haverem reciprocamente exibido os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, acordaram no seguinte:

### Artigo Primeiro

Os Governos do Brasil e da Bolívia convêm em modificar o artigo 5º do Tratado de 2, de dezembro de 1928, assinado no Rio de Janeiro, no qual ficou estabelecida a substituição da obrigação estipulada no artigo 7 do Tratado de 17 de novembro de 1903, por um auxílio do Brasil para a realização de um plano de construções ferroviárias que, ligando Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra, deveria daí se prolongar, por um lado, a um porto na bacia do Amazonas, e por outro, a um porto na rio Paraguai, em um lugar que permitisse contato com a rede ferroviária brasileira

### Artigo II

A modificação a que se refere o Artigo anterior consiste em aplicar o auxílio de um milhão e de libras esterlinas, ouro, estipulado no Artigo V do Tratado de 25 de dezembro de 1928, e nas notas reversais de 30 de agosto de 1929 e na construção de uma linha férrea que, partindo de um ponto convenientemente escolhido entre Porto Esperança e Corumbá, vá terminar na cidade Santa Cruz de la Sierra.

### Artigo III

A contribuição pecuniária de um milhão de libras, ouro, será aplicada, parceladamente, no pagamento das despesas de construção da linha férrea de que trata o Artigo anterior à vista das folhas de medição das obras executadas, organizadas trimestralmente pela Comissão de estudos criada pelo Protocolo de 25 de novembro de 1937, e sujeitas à aprovação do Governo da Bolívia, de acordo com o Governo do Brasil. A importância de cada folha de medição trimestral, convertida em libras, ouro, será posta pelo Governo do Brasil à disposição do Governo da Bolívia, em um Banco de Londres, dentro do prazo de trinta (30) dias contados a partir da data da respectiva aprovação.

### Artigo IV

Tendo em vista que a contribuição de um milhão de libras, ouro, a que se refere o Artigo precedente, é insuficiente, segundo cálculo técnicos, para construir toda a linha férrea que deverá ligar o território brasileiro a Santa Cruz de la Sierra, o Governo do Brasil assume o compromisso de adiantar, oportunamente, ao Governo da Bolívia a quantia suplementar, que se fizer mister, para a sua integral construção, depois de submetidos à sua aprovação o projeto e o orçamento das obras que ainda forem necessárias para ultimar a construção da mencionada linha férrea. O adiantamento desta importância será feita pelo pagamento de folhas de medição das obras executadas, organizadas trimestralmente, na forma indicada no Artigo precedente.

O Governo da Bolívia reembolsará o Governo brasileiro das quantias que por este forem adiantadas para a conclusão da estrada de ferro e para os gastos gerais com os estudos a que se refere o Artigo X, acrescidas dos juros simples de  $\frac{3}{2}$  (tres e meio) por cento ao ano,

computados sobre os saldos devidores, em 20 (vinte) prestações anuais, ou em menor prazo a seu juízo, em libras esterlinas, ouro, ou em quantidade equivalente do petróleo bruto ou gasolina, posta em Corumbá ou outro ponto da fronteira brasileira, ao preço corrente desses produtos nos centros de produção. Servirá de garantia ao adiantamento da importância efetuada pelo Governo do Brasil, para a terminação da estrada de ferro até Santa Cruz, além da contribuição do milhão de libras esterlinas, ouro, o produto da exploração das zonas petrolíferas que atravesse ou a que chegue a referida estrada de ferro.

#### Artigo V

Além da vinculação do sistema ferroviário do altiplano da Bolívia ao território brasileiro, prevista nas conclusões da Comissão Mixta Brasileiro Boliviana, já aprovadas pelos Governos do Brasil e da Bolívia, de acordo com o Protocolo de 25 de novembro de 1937, e que consiste na construção das linhas férreas: território brasileiro-Santa Cruz de la Sierra, Santa Cruz de la Sierra-Camiri e Camiri-Sucre, o Governo da Bolívia compromete-se a prosseguir, oportunamente, com a cooperação do Governo brasileiro, na forma e com as garantias que forem estipuladas, a construção da linha férrea de Vila-Vila a Santa Cruz de la Sierra e a construir um ramal que ligue esta cidade a Puerto Grether ou a outro ponto navegável do rio Ichilo, de acordo com os estudos definitivos que forem procedidos por uma Comissão Mixta de técnicos ferroviários brasileiros e bolivianos.

#### Artigo VI

Além do estipulado no Artigo anterior, o Governo da Bolívia se compromete a construir a estrada de ferro de Santa Cruz de la Sierra a Camiri, que qualquer que seja a forma de seu financiamento, será explorada e administrada pelo referido Governo.

O Governo da Bolívia se compromete igualmente a continuar a construção da estrada de ferro Sucre-Camiri, que também será explorada e administrada de maneira, idêntica.

#### Artigo VII

O Governo do Brasil se compromete a construir por sua própria conta, imediatamente depois de aprovado o presente Tratado, o trecho Puerto Esperanza-Corumbá, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de conformidade com o projeto e orçamento, já elaborados e aprovados.

#### Artigo VIII

Os Governos do Brasil e da Bolívia examinarão oportunamente a conveniência de reservar no porto de Corumbá parte das instalações ou de estabelecer, nas proximidades do referido porto, outras especiais destinadas a facilitar o trânsito de mercadoria de importação e de exportação à Bolívia e da Bolívia, mediante condições e garantias que serão estipuladas, entre os dois países.

#### Artigo IX

A Estrada de Ferro de Santa Cruz de la Sierra a um ponto convenientemente escolhida entre Puerto Esperanza e Corumbá terá a bitola de um metro e seguirá a direção geral das serranias de San José e Santiago, passando pelos pontos julgados mais adequados, depois de realizados os estudos definitivos.

#### Artigo X

O Governo do Brasil, de acordo com o Artigo V do Protocolo de 25 de novembro de 1937, adiantará a importância correspondente aos gastos gerais dos estudos da linha que ligará Santa Cruz ao território brasileiro, iniciados a 25 de janeiro de 1938, importância da qual será reembolsado na forma estipulada no Artigo IV.

#### Artigo XI

Os estudos completos e definitivos da linha férrea que ligará Santa Cruz de la Sierra do território brasileiro deverão estar concluídos dentro do prazo de um ano, a partir da data de seu início, ou seja a 25 de janeiro de 1939, salvo casos de força maior, devidamente comprovados.

#### Artigo XII

A construção da estrada de ferro de Santa Cruz de la Sierra a um ponto convenientemente escolhido entre Puerto Esperanza e Corumbá será iniciada, a partir do território brasileiro, depois que tenham sido realizados e aprovados pelos Governos do Brasil e da Bolívia os projetos e orçamentos relativos aos dois primeiros trechos de 50 (cincoenta) quilômetros cada um. Essa construção será feita por concorrência pública, mediante condições estabelecidas pelo Governo da Bolívia, de acordo com o Governo do Brasil.

#### Artigo XIII

Sendo de mútuo interesse que as obras ferroviárias, a que se refere o presente Tratado, reduzam o seu custo ao estritamente indispensável, ambos os Governos estão de acordo em conceder as maiores franquias e facilidades possíveis, por via de suas Repartições e autoridades competentes, afim de que os trabalhos se efetuem com a máxima presteza e o mínimo de custo. Com esse fim, o equipamento instrumental, objetos de uso pessoal, etc., dos técnicos de ambos os países ficarão também isentos de direitos aduaneiros ou outros quaisquer gravames.

#### Artigo XIV

O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes e as ratificações serão trocados no Rio de Janeiro, com possível brevidade.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciários acima nomeados, selamos e assinamos o presente Tratado, em dois exemplares, cada um dos quais nas línguas portuguesa e espanhola, na cidade do Rio de Janeiro, aos 25 dias do mês de fevereiro de 1938.

E, havendo o Governo do Brasil aprovado o mesmo Tratado, nos termos acima transcritos, - pela presente o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos efeitos, prometendo que será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assino e é selada com o selo das armas da República e subscrita pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palácio da Previdência, no Rio de Janeiro, aos cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e oito, 117º da Independência e 50º da República,

Getúlio Vargas.

Oswaldo Aranha.

Os abaixo assinados, Oswaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República dos Estados Unidos do Brasil, e Alberto Ostria Gutiérrez, Enviado Extraordinário da República da Bolívia no Brasil, devidamente autorizados, reuniram-se no Palácio Itamarati, na cidade do Rio de Janeiro, aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e oito, afim de procederem à troca dos instrumentos de ratificação do Tratado, sobre ligação ferroviária, firmado no Rio de Janeiro, a 25 de fevereiro de 1938, entre os Governos das duas Repúblicas. E, depois de exibidos seus Plenos Poderes, que foram achados em boa e devida forma, efetuaram a troca dos respectivos instrumentos de ratificação, deixando, porem, entendido que são consideradas como fazendo parte do Tratado as Notas complementares de 25 de fevereiro de 1938, apenas por cópia.

Em fé do que, no lugar e dia acima declarados, assinaram a presente Ata, em dois exemplares, cada um dos quais nas línguas portuguesa e espanhola apondo neles o signal de seus respectivos selos.

NP/SN/844.42(00) (31). Señor Ministro

De conformidade com o estatuido no art. IV do Protocolo concluído em La Paz em 25 de novembro de 1937, e com referência ao Tratado sobre ligação ferroviária, que hoje assinamos, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Governo do Brasil dará instruções aos

seus Delegados na Comissão Mixta no sentido de que a Chefia da Comissão ferroviária caiba a um técnico brasileiro, considerando que é o Brasil quem adianta os fundos necessários para os estudos a que se refere o art. II.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

MARIO Pimentel Brandão.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Alberto Ostria Guitérrez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia.

Rio de Janeiro, 25 de febrero de 1938.



## 8. Texto da nota complementar nº11.577(31) de 25 de fevereiro de 1938 entre Brasil e Bolívia (em espanhol)

“Nº 11.577(31) – Rio de Janeiro, 25 de febrero de 1938

Señor Ministro:

En el momento en que llegan a feliz término y quedan consubstanciadas en Tratados solemnes, las negociaciones relativas a la salida y aprovechamiento del petróleo boliviano y a la vinculación ferroviaria entre nuestros dos países, parece oportuno dejar bien claro los nobres propósitos y los honestos desígnios que llevaron al señor Presidente de la República, doctor Getúlio Vargas, a convenir con el señor jefe de la Junta Militar de Gobierno de Bolívia, coronel Germán Busch, que estableciésemos entre las dos Repúblicas entre si y con las demás del Continente.

És bién conocida de todos, y especialmente de los pueblos de esta parte del mundo, la tradición pacifista y altruísta de la diplomacia brasileña, elocuentemente atestada por los hechos. En la larga serie de Tratados internacionales en que hemos sido parte, no se encuentra ninguno que propenda, directa o indirectamente, a anular, disminuir o coartar la soberania, la independência o la integridad territorial de cualquiera de los países limítrofes. No solamente hemos resuelto por medios pacíficos, de acuerdo con los principios del Derecho Internacional, todas las cuestiones territoriales, surgidas, casi en su totalidad, de la diversidad del origen de nuestras soberanias políticas en América, sino que nos hemos empeñado siempre, con perseverante método, en resolver de una manera definitiva, y en su integridad, todas esas cuestiones, a fin de no dejar subsistir – como no subsisten hoy en día-, ni dudas, ni incertidumbres en cuanto a la definición clara y precisa de nuestro patrimonio territorial. Alejamos, de ese modo, de la convivencia con las naciones vecinas y amigas los más sérios peligros de pendências y conflictos basados en tales fundamentos de naturaleza vital.

A esa preocupación de determinar lo que es nuestro y de guardarlo y defenderlo, correspondió también, siempre, de nuestra parte, la de procurar, en todas las ocasiones posibles y oportunas, garantizar la independência y estimular los propósitos de mantenimiento de la integridad territorial de los Estados definitivamente constituídos que tratan con nosotros. Son pruebas y ejemplo de eso nuestros Tratados antiguos y modernos, principalmente los suscritos con la Confederación Argentina y las Repúblicas del Uruguay e del Paraguay.

Con ocasión de la reciente guerra del Chaco, suscribimos- convencidos de su utilidad y de su grande significación panamericana – la declaración de 3 de agosto de 1932. Posteriormente, contribuimos a la cesación de la lucha. Asumimos, igualmente, al firmar el Protocolo de 12 de junio de 1935, juntamente con Bolívia, el Paraguay y los otros cinco mediadores, el compromiso solemne de llegar a la solución integral de la cuestión del Chaco, por médio de un acuerdo directo o de arbitraje, y mantenemos inquebrantable nuestra decisión de no retirarnos de la Conferencia de Paz de Buenos Aires antes de obtener esa solución. Más tarde, suscribimos los acuerdos de la misma naturaleza, preconizados por la Conferencia Internacional Americana de Montevideo. Recientemente, por último, cuando se reunió la Conferencia Interamericana de Consolidación de la Paz, figuramos entre los promotores y suscritores de Tratados que fuimos los primeros en ratificar y que expresan la manera más franca y decisiva el propósito inquebratable de mantener para con todos los pueblos del continente las actitudes y las relaciones positivas de quien se siente profundamente penetrado del espíritu de buena vecindad, el cual debe ser no solamente sincero, sino activo y diligente. Siendo así y estando el gobierno brasileño fuertemente dispuesto a la ejecución de ese propósito, y por considerar que en los Tratados ahora firmados con Bolívia él procede con esos elevados propósitos y desea que así lo sepan y entiendan todos cuantos, directa o indirectamente, se hallan interesados en su acción, resolvió el señor Presidente de la República darme instrucciones para dirigir a Vuestra Excelencia esta nota, a fim de declarar solemnemente lo que sigue:

1º- El gobierno brasileño está animado para con el gobierno y el pueblo bolivianos, así como para con los demás de América, de los más vivos y sinceros sentimientos de amistad y buena vecindad.

2º- El gobierno brasileño reconoce que ciertas dificultades con que la lucha Bolívia provienen en gran parte de la situación mediterránea, cuyos inconvenientes se hacen sentir principalmente en la región oriental del país.

3º- El gobierno brasileño reconoce que, en las condiciones brevemente indicadas en el ítem precedente, es deber de buena vecindad y le corresponde en lo que toca hacer para la solución del problema- que es de suma importancia para el continente- colaborar con el gobierno de Bolívia en el propósito de facilitar esa solución, siguiendo en esto la orientación expresada en Tratados ya anteriormente concluidos entre los dos países, como son los de Petrópolis (17 de noviembre de 1903) y de Natal (25 de diciembre de 1928)

4º- El gobierno brasileño considera que en esta colaboración no existe propósito alguno que no sea favorable a los intereses de los dos países, sin perjudicar, por otro lado, cualesquier intereses legítimos de terceros.

5º- El gobierno brasileño considera que, siendo su principal objetivo colaborar con el gobierno boliviano en la solución de las dificultades actuales, existentes ya desde hace mucho tiempo, tiene el mayor empeño en evitar e impedir, con máximo celo y en cuanto esté a su alcance, que a esas dificultades conocidas y notorias vengan a agregarse otras nuevas e injustificables.

6º- El gobierno brasileño considera, por todos esos motivos, como definitivo y por tanto no susceptible de cualesquier modificaciones, sin la propia voluntad de Bolívia, el estatuto territorial boliviano, en la parte en que esse estatuto está jurídicamente definido y formalmente admitido y reconocido por él; y en cuanto a la parte de su territorio que está por definir, sólo reconocerá y respetará lo que fuere libremente pactado, de acuerdo con los principios del Derecho Internacional, en general, y especialmente de acuerdo con los principios contenidos en la Declaración de 3 de agosto de 1932 que, una vez más, homologa y adopta.

En esas condiciones, y confiando plenamente en el espíritu pacifista de la nación boliviana y en sus propósitos de respeto y acatamiento a las decisiones jurídicas convencionales o arbitrales en materia de controversias internacionales, el gobierno brasileño declara que lo que queda arriba expresado son sus verdaderos propósitos en la nueva fase de la política de aproximación con Bolívia, y de la cual los Tratados a que se refiere la presente nota señalan deliberado y promisor comienzo.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi alta estimación y muy distinguida consideración.

M. de Pimentel Brandão.”

Fonte: OSTRIA GUTIERREZ, Alberto. **Una Obra y un Destino**: la política internacional de Bolívia después de la guerra del Chaco. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 2ªed., 1953, pp.145-148.

## 9. Texto do acordo confidencial de 9 de julho de 1938 (tradução nossa)

Acordo confidencial, 9 de julho de 1938

Paraguai – Bolívia

Acta Rubricada na cidade de Buenos Aires a 9 de julho de 1938

Tomando em consideração que os governos de Bolívia e Paraguai concordaram em entregar a sentença arbitral dos presidentes das seis nações mediadoras representados na conferência de paz, determinando a linha divisória no Chaco entre Bolívia e Paraguai;

Que o Tratado de Paz, Amizade e Limites assinado nesta cidade em 9 de julho de 1938 entre os dois governos estabelece, no artigo 1, as áreas do Chaco dentro do qual devem ser fixados linha:

Que o mesmo Tratado autoriza os Presidentes indicados como Árbitros a delegarem suas funções como Delegados Plenipotenciários;

Que os Presidentes das Repúblicas Mediadoras delegaram seus poderes de Árbitros em seus respectivos Representantes na Conferência de Paz, com Poderes suficientes;

Que a Conferência comprovou devidamente aconselhada por seus técnicos militares e manifestações feitas separadamente pelas delegações do Paraguai e da Bolívia, que vai ser nessa área, uma delimitação transaccional baseado em pontos de vista coincidentes;

A Conferência de Paz, com pleno conhecimento destes antecedentes e tendo em vista unicamente satisfazer as necessidades e as aspirações das partes, não tem inconveniente em antecipar que a única linha divisória, que significa solução razoável e definitiva da disputa entre o Paraguai e Bolívia, é a seguinte:

A partir do lugar chamado Esmeralda, na margem esquerda do Rio Pilcomayo, ir direto ao ponto conhecido como de 27 de Novembro, com a inflexão necessário fazê-lo Irindagué ficar para o leste dessa linha; de 27 de novembro ao ponto mais alto do Cerro Capitán Ustares; dali em linha reta até o cruzamento da estrada-Ingavi para Ravelo Cañada del Palmar Ilhas; desse ponto, também em linha reta, para Fortín Paredes; de lá, até o cume do Cerro Chevoreca; e descer para o acabamento Rio Preto ou Otuquis no talvegue de sua boca no Rio Paraguai, sendo expressamente excluída toda a costa do Rio Paraguai, desde a foz do Rio Otuquis ou Preto para Sud.

E declarando assim, os delegados manifestam que o laudo respeitará fiel e escrupulosamente respeitar a linha que, em sua opinião, é a única que interpreta a vontade das Partes transaccional e a opinião dos técnicos militares.

Em testemunho do que, rubricado neste documento Ministros das Relações Exteriores do Paraguai e da Bolívia e os delegados dos países mediadores na Conferência de Paz em Buenos Aires, nove dias de Julho de 1938.

Cecílio Baez

Eduardo Diez de Medina

José Maria Cantillo

José de Paula Rodrigues Alves

Orlando Leite Ribeiro

Spruille Braden

Eugenio Martinez Thedy

Manuel Bianchi

Felipe Barreda Laos

Luis Fernán Cisneros

Isidoro Ruiz Moreno

Pablo Santos-Muñoz

Enrique Finot

Efraim Cardozo

Fonte: ROUT JR., Leslie Brennan. **Politics of the Chaco Peace Conference, 1935–1939.** Austin: University of Texas Press, 1970, p. 239.

## **10. Carta de Rodrigues Alves a Oswaldo Aranha, datada de 9 de julho de 1938, comunicando terem os mediadores e ex-beligerantes chegado a um acordo.**

“ Meu caro Aranha, Chegamos afinal ao termo da penosa jornada com a rubrica esta madrugada do projecto de Tratado definitivo de Paz, Amizade e Limites entre Bolívia e o Paraguay, que não temos dúvida será aceito pelos dois governos transformando-se assim numa brilhante realidade.

2. O nosso trabalho nesses últimos dez dias foi exaustivo. Todos os delegados se esforçaram com igual empenho e eu tive a ajuda diária do meu companheiro Orlando, que creia está revelando um bom elemento ao nosso Corpo Diplomático. A sympathia por ele despertada no seio da Conferencia foi tal que não quizeram que a sua firma não figurasse nos documentos rubricados em se tratando de formalidade que não exigia nem credenciaes nem poderes especiaes. Foi uma gentileza para com o delegado suplente do Brasil que havia ido à Bolívia.

3. O Tratado que se vae firmar e cuja cópia enviarei logo que puder, contempla os espaços dentro dos quaes será traçada a fronteira entre os dois paízes. Do lado do Norte limitado pela linha da proposta da Conferência de paz, de 27 de maio último, e pela linha da contra-proposta paraguay do 24 de junho findo. Do lado de Oeste, a primitiva ideia era que se dissesse simplesmente que a linha a ser traçada deveria arrancar de 27 de Noviembre em direção ao rio Pilcomayo, fórma vaga que dava a impressão de deixar livre ao árbitro todo o curso do rio Pilcomayo. O Paraguay que, com surpresa da Bolívia, havia aceito essa ideia, reaccionou logo depois compreendendo o máo-efeito que produziria na opinião pública do seu paiz o facto de se abandonar ao azar do arbitramento uma enorme zona do Chaco que affectaria a própria desembocadura do Pilcomayo no rio Paraguay. Dada a resistência paraguay tivemos de procurar uma nova fórma que não puzesse em risco a sorte do plebiscito popular que deverá sancionar o Tratado a ser assignado. E depois de muito discutir com elles e os bolivianos, Braden e eu, chegamos hontem á tarde a uma fórmula que satisfazendo a ambas as partes permittiu a realização do acto solemne esta madrugada.(grifo nosso) Por essa fórmula se declara que a linha do lado de Oeste e que arranca de 27 de Noviembre não poderá ir mais a Léste de Pozo Hondo no rio Pilcomayo, nem mais a Oeste de qualquer ponto de linha que arrancando de D’Orbigny, foi traçada pela Comissão militar Neutra como intermédia das posições máximas atingidas pelos dois exércitos belligerantes no momento da cessação de fogos.

4. O Tratado estabelece que a linha divisória no Chaco entre a Bolívia e o Paraguay será a que determinem os Presidentes das Repúblicas Argentina, Brasil, Estados Unidos da América, Chile, Perú e Uruguay, em seu carácter de árbitros de equidade, ficando facultados a expedir o laudo directamente ou por meio de seus Delegados Plenipotenciários.

5. Ficou entendido que os Presidentes (ilegível) delegariam as suas funções nas suas próprias delegações á Conferência de Paz, enviando para tanto os necessários poderes pelo telegrapho dada a urgência do caso, pois espera-se que o tratado definitivo (ilegível) aceito pelos governos, poderá ser assignado na quarta ou quinta feira próxima.

6. O Tratado contempla o porto franco para a Bolívia concedendo-lhe livre transito por todo o território paraguay. A Bolívia pretendia que se lhe dessem as mesmas franquias que accordadas a ella pelo Chile e Perú em Arica e Mollendo. Isto não foi possível (grifo nosso).

7. As duas partes renunciam reciprocamente a toda acção e reclamação derivadas das responsabilidades da guerra.

8. Renovam o compromisso de não agressão e se obrigam a não fazer guerra nem a empregar, directa ou indirectamente a força como um meio de solução de qualquer questão actual ou futura.

9. O Tratado será ratificado pela Convenção Nacional Constituinte na Bolívia e por um plebiscito nacional no Paraguay dentro de vinte dias da assignatura do Tratado definitivo.(grifo nosso)

10. Declara que no caso de não ser esse Tratado ratificado, o seu texto e conteúdo não poderão ser invocados para fundar sobre elles allegações nem provas em ulteriores instancias.

11. O Tratado deverá ser assignado pelos representantes da Bolívia e do Paraguay juntamente com os Delegados Plenipotenciários que representam os paízes mediadores na Conferência de Paz.
12. Quanto ao outro documento rubricado, deixo de fazer referência pelos motivos que você conhece.
13. Ahí você tem resumidamente o resultado do nosso trabalho. A mediação estará virtualmente terminada com a assignatura desse Tratado, pois a tarefa dos árbitros será pequena para não dizer nulla.(grifo nosso)
14. Á vista do exposto verá Você que a missão da Conferência de Paz se reduzirá daqui por diante a simples papel de órgão de observação
15. O seu telegrama me commoveu devéras, meu querido Aranha, mas Você exagerou realmente o valor dos meus serviços
16. Estou contente em servir sob suas ordens e de saber que contarei sempre com a sua assistência e conselho.

Um grande abraço. Rodrigues Alves

Fonte: OA38 03 23\2cp, CPDOC-FGV

## **11. Tratado de Paz, Amizade e Limites entre as Repúblicas de Bolívia e Paraguai (versão em inglês).**

The Republics of Bolivia and Paraguay (Paraguay and Bolivia) with the intention of definitively consolidating peace and of putting an end to the differences which gave rise to the armed conflict in the Chaco; inspired by the desire to prevent further disagreements; keeping in mind that between states forming the American community there exist historic, fraternal bonds which should not disappear because of divergencies or events which ought to be considered and solved in a spirit of reciprocal understanding and good-will; in execution of the undertaking to conclude a definitive peace in the protocolized act of January 21, represented:

the Republic of Bolivia, by His Excellency Dr. Eduardo Diez de Medina, Minister of Foreign Affairs, and His Excellency Dr. Enrique Finot, Chairman of the Delegation of that country to the Peace Conference.

and the Republic of Paraguay, by His Excellency Dr. Cecilio Báez, Minister of Foreign Affairs, His Excellency General José Félix Estigarribia, Chairman of the Delegation of that country to the Peace Conference and Their Excellencies the Delegates Luis A. Riart and Efraim Cardozo.

present in Buenos Aires and duly authorized by their Governments have agreed to conclude under the auspices and moral guaranty of the six mediatory governments, the following definitive treaty of peace, friendship, and limits:

Article I. Peace is hereby reestablished between the Republics of Bolivia and Paraguay (Paraguay and Bolivia).

Article II. The dividing line between Bolivia and Paraguay (Paraguay and Bolivia) in the Chaco shall be that determined by the Presidents of the Republics of Argentina, Brazil, Chile, United States of America, Peru, and Uruguay in their capacity as arbitrators in equity, who, acting *ex aequo et bono*, will give their arbitral award in accordance with this and the following clauses:

(a) The arbitral award shall fix the northern dividing line in the Chaco, in the zone comprised between the line of the Peace Conference, presented May 27, 1938, and the line of the Paraguayan counter-proposal, presented to the Peace Conference for consideration June 24, 1938, from the meridian of Fortín 27 de Noviembre, i.e, approximately meridian 61°55' west of Greenwich, to the eastern limit of the zone, excluding the littoral on the Paraguay River south of the mouth of the River Otuquis or Negro;

(b) The arbitral award shall likewise fix the western dividing line in the Chaco, between the Pilcomayo River and the intersection of the meridian of Fortín 27 de Noviembre, i.e, approximately 61°55' west of Greenwich, with the line of the award in the north referred to in the previous paragraph.

(c) The said line shall not go farther east on the Pilcomayo River than Pozo Hondo, nor farther west than point on the line which, starting from Fortín d'Orbigny, was fixed by the Neutral Military Commission as intermediary between the maximum positions reached by the belligerent armies when fire was suspended on June 14, 1935.

Article III The arbitrators shall render the decision after having heard the parties and according to their true knowledge and understanding, taking into consideration the experience acquired by the Peace Conference and the suggestion of the military advisers to that organization.

The six Presidents of the Republics mentioned in article II are empowered to give the award directly or through plenipotentiary delegates.

Article IV. The arbitral award shall be given by the arbitrators within a maximum of two months after the ratification of the present treaty, obtained when and as stipulated in article II.

Article V. The award having been given and the parties notified, the latter shall immediately name a mixed commission composed of Five members, two named by each party, and the fifth designated by common agreement of the six mediatory governments, in order to apply on the ground the dividing line drawn by the arbitral award and to set the boundary markers.

Article VI. Within thirty days after the award, the Governments of Bolivia and Paraguay (Paraguay and Bolivia) shall proceed to accredit their respective diplomatic representatives in Asunción and La Paz (La Paz and Asunción) and within ninety days shall fulfill the award in its principal aspects, under the supervision of the Peace Conference which the parties recognize to have authority to settle definitely and practical questions which may arise in this connection.

Article VII. The Republic of Paraguay guarantees the amplest free transit through its territory, and especially through the zone of Puerto Casado, of merchandise arriving from abroad destined to Bolivia and of the products proceeding from Bolivia for shipment abroad through the said zone of Puerto Casado, and the right of Bolivia to install customs agencies and construct depots and warehouses in the zone of the said port.

Regulations governing this article shall be the subject of a later commercial convention between both Republics.

Article VIII. The arbitral award having been executed through the explication of the dividing line and the setting of boundary markers, the Governments of Bolivia and Paraguay (Paraguay and Bolivia) shall negotiate directly, government to government, the other economic and commercial conventions they deem proper to develop their reciprocal interest.

Article IX. The Republics of Bolivia and Paraguay (Paraguay and Bolivia) reciprocally renounce all actions and claims deriving from responsibilities for the war.

Article X. The Republics of Bolivia and Paraguay (Paraguay and Bolivia) renewing the non-aggression pledge stipulated in the protocol of June 12, 1935, solemnly bind themselves not to make war on each other or to use force, directly or indirectly, as a means of solution of any present or future difference.

In, on any occasion, such differences are not resolved by direct diplomatic negotiation, they undertake to have recourse to the conciliatory and arbitral procedures offered by international Law and especially the American conventions and pacts.

Article XI. The present treaty shall be ratified by the National Constitutional Convention of Bolivia, and by a national plebiscite in Paraguay; in both cases ratification must take place within twenty days after the date of signature of this treaty. Ratification shall be exchanged within the briefest period possible, before the Peace Conference.

Article XII. The parties declare that in case the ratification referred to in the preceding article should not be obtained, the text and content of this treaty cannot be invoked as basis for allegations or proofs in future actions or procedures of international arbitration or justice.

In witness whereof the representatives of Bolivia and Paraguay (Paraguay and Bolivia), together with the plenipotentiary delegates representing the mediatory countries on the Peace Conference, sign and seal the present treaty in three copies at Buenos Aires, on the 21st day of the month of July, nineteen hundred and thirty-eight.

(Signed)

E. Diez de Medina  
Enrique Finot  
Cecilio Báez  
José F. Estigarribia  
Luis A. Riart  
Efraím Cardozo  
José María Cantillo  
José de Paula Rodrigues Alves  
Orlando Leite Ribeiro  
Manuel Biachi  
Spruille Braden  
Felipe Barreda Laos  
Luis Fernán Cisneros  
Eugenio Martínez Thedy  
Isidoro Ruiz Moreno  
Pablo Santos-Muñoz

Fonte: ROUTH JR., Leslie Brennan. **Politics of the Chaco Peace Conference**, 1935–1939.  
Austin: University of Texas Press, 1970, pp. 243-246.



**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

“Eu, GUSTAVO EBERLE DE CARVALHO, CPF 025.013.401-24, declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a defesa do projeto de mestrado foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.”

-----  
(ASSINATURA)